

Relatório Anual do ING Bank **2017**

Empowering people



Índice

Quem somos

Composição do Conselho de Administração Bancária e do Conselho de Supervisão	2
Sobre o ING	3

Relatório do Conselho de Administração

Desenvolvimentos financeiros do ING Bank	5
Banca de Retalho	6
Banca Grossista	8
Contexto Regulamentar	9
Gestão de Risco e de Capital	10

Governança Empresarial

Governança Empresarial	11
Declaração de Conformidade	15
Relatório do Conselho de Supervisão	16

Contas Anuais Consolidadas

Demonstração consolidada da posição financeira	23
Demonstração consolidada de lucros ou perdas	24
Demonstração consolidada do rendimento integral	25
Demonstração consolidada das variações do capital próprio	26
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	28
Notas às Contas Anuais Consolidadas	30
Gestão do risco	131
Gestão de capital	197

Contas anuais da empresa-mãe

Contas anuais da empresa-mãe	201
------------------------------	-----

Outras informações

Relatório de Auditoria Independente	221
Estatutos Sociais - Apropriação dos resultados	227

Composição do Conselho de Administração Bancária e do Conselho de Supervisão

Conselho de Administração Bancária

Composição a 31 de dezembro de 2017

- R.A.J.G. (Ralph) Hamers (51)
Diretor Executivo, presidente do Conselho de Administração Bancária
- J.V. (Koos) Timmermans (57)
Diretor Financeiro, Vice-presidente
- S.J.A. (Steven) van Rijswijk (47)
Diretor de Riscos, Conselho de Administração Bancária
- M.I. (Isabel) Fernandez Niemann (49)
Diretora da Banca Grossista
- R.M.M. (Roel) Louwhoff (52)
Diretor de Operações / Diretor Técnico, Conselho de Administração Bancária
- (Aris) Bogdaneris (54)
Diretor de Mercados Desafiadores e em Crescimento
- R.B. (Roland) Boekhout (54)
Diretor de Líderes de Mercado

Conselho de Supervisão

Composição a 31 de dezembro de 2017

J. (Jeroen) van der Veer (70) Presidente
H.J.M (Hermann-Josef) Lamberti (61) Vice-presidente
J.P. (Jan Peter) Balkenende (61)
E.F.C.B. (Eric) Boyer de la Giroday (65)
H. W. (Henk) Breukink (67)
M. (Mariana) Gheorghe (61)
M. (Margarete) Haase (64) (atualmente uma observadora, a qualidade de membro no CS entra em vigor a 1 de maio de 2018)
R.W.P. (Robert) Reibestein (61)
G.J. (Hans) Wijers (66)

Comissões do Conselho de Supervisão Composição a 31 de

dezembro de 2017 Comissão de Auditoria
H.J.M (Hermann-Josef) Lamberti Presidente
E.F.C.B. (Eric) Boyer de la Giroday
M. (Margarete) Haase (atualmente uma observadora, a qualidade de membro no CS entra em vigor a 1 de maio de 2018)
G.J. (Hans) Wijers
R.W.P. (Robert) Reibestein

Comissão de Riscos

R.W.P. (Robert) Reibestein Presidente
J.P. (Jan Peter) Balkenende
E.F.C.B. (Eric) Boyer de la Giroday
M. (Mariana) Gheorghe
H.J.M (Hermann-Josef) Lamberti
J. (Jeroen) van der Veer

Comissão de Remunerações

H. (Henk) Breukink Presidente
R.W.P. (Robert) Reibestein
J. (Jeroen) van der Veer
G.J. (Hans) Wijers

Comissão de Nomeações

J. (Jeroen) van der Veer Presidente
H. (Henk) Breukink
G.J. (Hans) Wijers

Sobre o ING

A nossa estratégia e progresso

Desde o lançamento da nossa estratégia Think Forward, em 2014, o ING alcançou um forte crescimento de negócios, aumentando o número de clientes e um desempenho financeiro sólido. O nosso progresso nestas fontes confirma a relevância da nossa direção estratégica.

No coração da estratégia Think Forward está o nosso objetivo de capacitar as pessoas a estarem um passo à frente na vida e nos negócios e a Promessa para os Clientes de ser claro e fácil, disponível em qualquer altura e em qualquer lugar, para capacitar e continuar a melhorar.

Um aumento saudável nos depósitos de clientes e um forte crescimento nos empréstimos básicos desde o lançamento da nossa estratégia mostram o interesse da nossa proposta para os clientes. Isto também fortaleceu os nossos negócios, oferecendo um financiamento mais estável e atraente, melhores retornos por meio de ativos próprios e empréstimos mais diversificados geograficamente e por segmentos.

O crescimento no número total de clientes está a ser superado por um crescimento proporcional ainda mais rápido na categoria importante de relações primárias de retalho, aqueles clientes com uma conta corrente e rendimentos recorrentes e, pelo menos, um outro produto conosco. Este crescimento foi impulsionado por melhorias contínuas na experiência do cliente, levando a uma maior interação com o cliente, o que, por sua vez, nos ajuda a conhecer melhor os clientes e adequar as ofertas às suas necessidades. Estamos no caminho certo para alcançar a nossa ambição de satisfazer 14 milhões de clientes principais até 2020.

Acelerar a estratégia Think Forward

Desenvolvemos a estratégia Think Forward em resposta às tendências que não só continuaram a afetar o nosso mundo e o setor bancário, mas que agora vemos estarem a intensificar-se.

A digitalização está a aumentar, mudando a forma como as pessoas interagem com os prestadores de serviços e as suas expectativas como clientes.

As FinTechs (tecnologias financeiras) e outros novos participantes do mercado estão a aproveitar as novas regulamentações e o acesso fácil e a entrega low-cost disponíveis através da internet para competir por partes importantes das cadeias de valor dos bancos.

Os gigantes da tecnologia, como a chinesa Alibaba e a Tencent (proprietária do WeChat), têm agora autorizações bancárias, tornando-as concorrentes diretos dos bancos. E as baixas taxas de juros contínuas e a crescente regulamentação estão a pressionar a rentabilidade dos bancos. Os bancos têm de olhar além dos modelos de negócios tradicionais para encontrar novas formas de oferecer valor aos clientes.

No ING, acreditamos que os produtos e serviços bancários se estão a converter em bens essenciais. No futuro, a única forma de diferenciar será através da experiência do cliente. As expectativas dos clientes estão a ser definidas pela experiência pessoal, instantânea, relevante e integrada fornecida por plataformas digitais como a Amazon, Apple, Facebook e Google. Estes líderes oferecem acesso a plataformas nas quais os clientes se ligam uns aos outros e às empresas e onde passam cada vez mais tempo.

Para continuarmos a ser relevantes para os clientes, temos de criar uma experiência semelhante, que seja uniforme em qualquer lugar e através de qualquer canal com o qual façam negócios conosco. Pretendemos ser a plataforma aberta e de referência para todas as necessidades financeiras dos nossos clientes, incluindo a disponibilização de ofertas relevantes de terceiros. E uma plataforma que pode ser integrada noutros ecossistemas digitais, para que possamos estar presentes para os clientes e outros utilizadores, sempre que precisem de consultoria e serviços financeiros online.

Para consegui-lo, estamos a acelerar a nossa estratégia Think Forward e a transformar a nossa organização.

A chave para isto é trabalhar em direção a uma infraestrutura de TI global e expansível com uma abordagem modular para ligações plug-and-play fáceis. Estamos no caminho certo para implementar uma abordagem global à gestão de dados. E iremos apoiá-la com uma Forma de Trabalhar. Acreditamos que isto nos ajudará a colaborar melhor além-fronteiras e a inovar com muito mais rapidez e menor custo. Como primeiro passo, estamos a convergir empresas com propostas de clientes semelhantes que podem beneficiar de economias de escala e de uma abordagem mais normalizada.

A cultura é essencial para alcançarmos as nossas ambições. Precisamos de uma cultura que coloque o cliente no centro daquilo que fazemos. E também de uma que promova a inovação. Aceleramos a inovação através da própria metodologia PACE do ING, que combina os métodos Lean Start-up, Agile Scrum e Design Thinking e estimula a experimentação rápida com base no feedback do cliente. Os nossos Campos de Treino para a Inovação anuais também incentivam os funcionários a criar iniciativas para melhorar a experiência do cliente e competir pelo financiamento inicial. E associamo-nos a inúmeras FinTechs para melhorar a experiência do cliente e acelerar o nosso próprio ritmo de inovação.

Sobre o ING - continuação

A nossa estratégia numa página

Com o lançamento da nossa estratégia Think Forward em março de 2014, foi criada uma visão geral de uma página para mostrar a nossa estratégia de forma clara e visual.

Objetivo

Capacitar as pessoas para ficarem um passo à frente na vida e nos

Promessa do Cliente

Claro e Fácil



Em qualquer altura e em qualquer lugar



Capacitar



Continuar a Melhorar

Prioridades Estratégicas**Criar uma experiência do cliente diferenciadora**

1 Ganhar a relação principal

2 Desenvolver competências analíticas para compreender melhor os nossos clientes

3 Aumentar o ritmo da inovação para satisfazer as necessidades dos clientes em constante mudança

Impulsionadores

Simplificar e Agilizar

Excelência operacional

Cultura do Desempenho

Capacidades de

Desenvolvimentos financeiros do ING Bank

O ING Bank apresentou um forte conjunto de resultados em 2017. O resultado líquido subiu para 5019 milhões de euros, de 4227 milhões de euros em 2016, o que incluiu -799 milhões de euros de receitas extraordinárias após impostos, incluindo principalmente encargos de reestruturação e imparidades relacionadas com os programas de transformação digital, conforme anunciado em outubro de 2016. Em 2017, houve uma receita especial relacionada com uma carga fiscal de 121 milhões de euros no ING Australia Holdings Ltd, para a qual se espera que seja recebido um reembolso total do NN Group. Embora o impacto final para o ING Bank tenha sido nulo, afetou as rubricas «impostos» e «outros rendimentos».

O resultado líquido subjacente do ING Bank diminuiu marginalmente para 5019 milhões de euros, de 5026 milhões de euros em 2016, devido a uma taxa de tributação efetiva subjacente mais elevada, da qual aproximadamente metade foi provocada pelas reformas fiscais na Bélgica e nos EUA. O resultado líquido subjacente é obtido pelo resultado líquido total, excluindo o impacto das alienações e das receitas extraordinárias.

O resultado subjacente antes de impostos subiu 2,6 % para 7283 milhões de euros em 2017 de 7095 milhões de euros em 2016, principalmente impulsionado pelo crescimento contínuo dos negócios em margens de juros resilientes, maiores receitas de comissões e menores custos de risco. Isto foi conseguido apesar dos menores ganhos pontuais e rubricas voláteis e do aumento das despesas operacionais. O desempenho comercial foi sólido em 2017: O ING Bank aumentou os empréstimos básicos líquidos (ajustado para os impactos cambiais e excluindo a Tesouraria Bancária e as carteiras de run-off) em 26,9 mil milhões de euros, ou 4,8 %, e os depósitos de clientes aumentaram 19,0 mil milhões de euros em comparação com o final de 2016. O ING Bank aumentou a base de clientes de retalho em 1,6 milhões para 37,4 milhões durante 2017, incluindo um aumento de 900 000 no número de clientes principais para 10,8 milhões.

O rendimento subjacente total aumentou 1,4 % para 17 755 milhões de euros, face aos 17 514 milhões de euros em 2016, apesar dos menores ganhos pontuais e rubricas voláteis em 2017. O resultado de juros subjacente aumentou 3,5 % para 13 782 milhões de euros, devido a um aumento da margem líquida dos juros para 1,55 % de 1,53 % em 2016, combinado com um total de balanço financeiro médio ligeiramente superior. O aumento do balanço financeiro médio foi limitado, uma vez que o crescimento contínuo dos empréstimos básicos líquidos e dos depósitos de clientes foi, em grande parte, compensado por declínios nos investimentos e títulos de dívida emitidos. O resultado de juros sobre as atividades de empréstimos a clientes aumentou, impulsionado por maiores volumes em margens estáveis. O resultado de juros sobre os depósitos de clientes diminuiu, uma vez que o impacto do crescimento do volume foi mais do compensado pela pressão da margem sobre as contas poupança e contas correntes, devido a menores rendimentos de reinvestimento e apesar de uma nova redução das taxas de poupança dos clientes em vários países.

O crescimento do resultado de juros também foi suportado pela melhoria nos resultados de juros da Tesouraria Bancária e da Corporate Line, sendo parte do aumento estrutural devido a um resgate gradual dos custos de financiamento de doações isolados. As receitas de comissões aumentaram 11,5 % para 2714 milhões de euros. O aumento foi registado na maioria dos segmentos e produtos, com um crescimento relativamente mais forte nos Mercados Desafiadores e em Crescimento de Retalho. Os investimentos e outros rendimentos caíram para 1259 milhões de euros face a 1763 milhões de euros em 2016. A queda foi sobretudo causada por menores ganhos pontuais (2016 incluiu, entre outros, um ganho de 200 milhões de euros na venda de ações da Visa na

Banca de Retalho e emissões de reservas de reavaliação na Corporate Line) e resultados negativos de ineficácia da cobertura.

As despesas operacionais subjacentes aumentaram 3,7 % para 9795 milhões de euros face a 9445 milhões de euros em 2016. Em 2017, as despesas incluíram 901 milhões de euros de despesas regulamentares em comparação com 845 milhões de euros em 2016. Excluindo os custos regulamentares, as despesas subiram 3,4 %, principalmente devido a projetos estratégicos (incluindo uma aceleração nos investimentos digitais), custos mais elevados para suportar o crescimento dos negócios e alguns gastos pontuais. O rácio custo/rendimento subjacente aumentou de 53,9 % para 55,2 % em 2016.

A adição líquida para a provisão por empréstimos duvidosos diminuiu 30,6 % de 974 milhões de euros para 676 milhões de euros em 2016. Os custos de risco foram 22 pontos base de ativos ponderados pelo risco médio, que está bem abaixo da média do ciclo de 40-45 pontos base do ING Bank.

O retorno subjacente sobre o capital próprio das Normas Internacionais de Relato Financeiro da UE (IFRS-EU) do ING Bank foi de 11,6 % em 2017, face a 11,7 % em 2016.

Desenvolvimentos regulamentares

Em dezembro de 2017, chegou-se a um acordo sobre o Basileia IV. Embora alguns elementos ainda exijam mais esclarecimentos, acreditamos que o impacto total do Basileia IV possa estar no intervalo de 15 a 18 % de aumento nos ativos ponderados pelo risco (APR) até 2027. Isto não tem em consideração possíveis ações de administração.

A Revisão Direcionada dos Modelos Internos (TRIM) pode resultar num impacto precoce nos APR através do Pilar 2. O impacto implícito nos rácios de capital não tem em consideração quaisquer possíveis alterações na reserva de risco sistémico ou nos requisitos do Pilar 2. Tenha em atenção que isto também pressupõe que o conjunto de ativos atual seja o mesmo em 2027, bem como os APR modelados com base no ambiente económico atual. Com uma longa fase de implementação e a transposição para a regulação da UE ainda pendente, há ainda algumas dúvidas sobre como isto tomará forma. Vamos satisfazer os requisitos finais e, como anteriormente, continuaremos a executar a nossa estratégia para os nossos clientes e a oferecer crescimento com bons retornos.

O impacto da implementação da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018 é limitado. Atualmente, espera-se que o impacto da IFRS 9 na transição para o rácio CET1 do ING Bank, tendo em conta o défice de provisão regulamentar existente, seja uma redução de aproximadamente 18 pontos base. O impacto nos fundos próprios principais de nível 1 é principalmente causado pela alteração na classificação e medição de uma parte da carteira de liquidez.

Banca de Retalho

O negócio do Retalho do ING serve 37,4 milhões de consumidores.

As nossas empresas Líderes de Mercado nos Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo são empresas maduras com posições sólidas de Banca de Retalho e Grossista. As nossas empresas Desafiadores estão na Austrália, Áustria, República Checa, França, Alemanha, Itália e Espanha. Aqui visamos construir uma relação bancária completa, distribuída digitalmente a baixo custo através de plataformas como a Model Bank, que estamos a desenvolver para vários mercados de retalho europeus e a Welcome, na Alemanha. As nossas empresas Mercados em Crescimento são aquelas em economias em expansão com potencial de crescimento acima da média: Polónia, Roménia e Turquia. O ING também tem participações no Bank of Beijing (China), TMB (Tailândia) e Kotak Mahindra Bank (Índia).

Na maior parte dos nossos mercados da banca de retalho, oferecemos uma gama completa de produtos e serviços de banca de retalho que abrange pagamentos, poupanças, investimentos e empréstimos garantidos e não garantidos.

Desempenho Financeiro em 2017

Banca de Retalho Total

A Banca de Retalho registou um conjunto de resultados de 2017 forte. O resultado líquido subiu para 3363 milhões de euros, face a 2671 milhões de euros em 2016, quando o resultado foi afetado negativamente pelos encargos de reestruturação relacionados com os programas de transformação digital, conforme anunciado em outubro de 2016. O resultado líquido subjacente (excluindo receitas extraordinárias) aumentou 2,1 % de 3294 milhões de euros, em 2016, para 3363 milhões de euros. O resultado subjacente antes de impostos aumentou 3,1 % para 4722 milhões de euros em 2017.

O maior resultado antes de impostos foi impulsionado por menores custos de risco, refletindo condições económicas positivas na maioria dos nossos mercados. O rendimento subjacente aumentou ligeiramente, uma vez que a maior receita líquida de juros e as fortes remunerações (suportadas pelo crescimento contínuo do volume e uma maior base de clientes de retalho) foi amplamente compensada por uma queda nos investimentos e outros rendimentos devido a rubricas pontuais e voláteis (2016 incluiu um ganho de 200 milhões de euros na venda de ações da Visa e maiores receitas da Tesouraria Bancária).

Os empréstimos a clientes na Banca de Retalho aumentaram em 9,4 mil milhões de euros para 398,9 mil milhões de euros em comparação com o ano anterior. Ajustado pelos impactos cambiais e excluindo a Tesouraria Bancária e a carteira de run-off do WestlandUtrecht Bank, o crescimento líquido da carteira de empréstimos básicos no Retalho foi de 14,2 mil milhões de euros. Os depósitos líquidos de clientes (também excluindo a Tesouraria Bancária e impactos cambiais) cresceram 17,9 mil milhões de euros em 2017.

As despesas operacionais subjacentes aumentaram 2,1 % em comparação com 2016. Excluindo os custos regulamentares, as despesas aumentaram 1,8 %, principalmente relacionadas com projetos estratégicos e um crescimento seletivo dos negócios nos Mercados Desafiadores e em Crescimento de Retalho e a maiores despesas no Retalho na Bélgica após o ajuste das despesas pontuais em 2016. Estes aumentos foram, em grande parte, compensados por menores despesas no Retalho nos Países Baixos, apoiadas pelos benefícios das iniciativas de redução de custos em curso. O rácio custo/rendimento subjacente aumentou para 56,9 % de 56,0 % em 2016.

Líderes de Mercado Retalho nos Países Baixos

O resultado subjacente do Retalho nos Países Baixos aumento 31,6 % para 2243 milhões de euros, face a 1705 milhões de euros em 2016, devido a menores custos de risco e aos benefícios das iniciativas de redução de custos, enquanto o rendimento aumentou ligeiramente, apoiado por maiores receitas de comissões.

O rendimento subjacente aumentou 0,7 % para 4468 milhões de euros. O resultado de juros foi 1,2 % mais baixo, principalmente devido a uma diminuição nos volumes de empréstimos e pressão da margem sobre as contas correntes, parcialmente compensada por margens mais elevadas de poupança. Mais de metade da queda nos volumes de empréstimos deveu-se a uma queda adicional na carteira de run-off do WUB, incluindo a transferência contínua de hipotecas da WUB para o NN Group. Os empréstimos básicos líquidos (excluindo a carteira do WUB e os produtos da Tesouraria Bancária) diminuíram 2,5 mil milhões de euros, principalmente em hipotecas, enquanto a queda noutros empréstimos foi limitada. Os depósitos líquidos de clientes (excluindo a Tesouraria Bancária) cresceram 4,6 mil milhões de euros. As receitas de comissões aumentaram 55 milhões de euros, ou 10,1 %, principalmente em taxas de contas correntes. O investimento e outros rendimentos aumentaram 20 milhões de euros.

As despesas operacionais subjacentes diminuíram 13,6 % em 2016, impulsionadas principalmente pelos benefícios das iniciativas de redução de custos, enquanto 2016 incluiu a provisão adicional para clientes holandeses de PME com derivados da taxa de juros e maiores custos de reestruturação.

Os custos de risco diminuíram para 13 milhões de euros, ou 3 pontos base de ativos ponderados pelo risco médio, de 171 milhões de euros em 2016, refletindo as condições económicas positivas nos Países Baixos e um mercado imobiliário forte.

Retalho na Bélgica

O Retalho na Bélgica inclui o Record Bank e o ING no Luxemburgo.

O resultado subjacente do Retalho na Bélgica, antes de impostos, diminuiu 18,3 % para 785 milhões de euros em 2017, em comparação com 961 milhões de euros em 2016. Esta queda reflete principalmente menores receitas líquidas de juros e maiores despesas, parcialmente compensadas por menores custos de risco e maiores remunerações.

O rendimento subjacente diminuiu para 2473 milhões de euros para 2573 milhões de euros em 2016. O resultado de juros diminuiu 4,9 % para 1842 milhões de euros, principalmente devido a margens mais baixas em contas poupança e correntes e a taxas de pré-pagamento e renegociação de hipotecas mais baixas, que foram parcialmente compensadas pelo aumento do volume nos empréstimos. A produção líquida na carteira de empréstimos a clientes (excluindo Tesouraria Bancária) foi de 4,7 mil milhões de euros, dos quais 3,2 mil milhões de euros foram em hipotecas e 1,5 mil milhões de euros noutros empréstimos. A entrada líquida dos depósitos de clientes foi de 1,4 mil milhões de euros em comparação com o final do ano de 2016. As receitas de comissões aumentaram 6,0 %, predominantemente as taxas de produtos de investimento mais elevadas. Os investimentos e outros rendimentos caíram em 29 milhões de euros, uma vez que 2016 incluiu um ganho na venda de ações da Visa.

Banca de Retalho - continuação

As despesas operacionais aumentaram 146 milhões de euros, ou 10,2 %, para 1584 milhões de euros, sobretudo devido a maiores despesas relacionadas com os programas de transformação e o ajuste das despesas pontuais de 95 milhões de euros em 2016.

Os custos de risco aumentaram em 71 milhões de euros para 104 milhões de euros, ou 30 pontos base de ativos ponderados pelo risco médio. A redução ocorreu inteiramente nos empréstimos a negócios, enquanto os custos de risco para hipotecas e créditos ao consumidor foram, de modo geral, estáveis.

Mercados Desafiadores e em Crescimento Retalho na Alemanha

O Retalho na Alemanha inclui o Interhyp e o ING na Áustria.

O resultado subjacente do Retalho na Alemanha, antes de impostos, aumentou 17,6 % para 869 milhões de euros, em comparação com 1055 milhões de euros em 2016. A redução foi principalmente causada por maiores despesas; o rendimento foi ligeiramente mais baixo, enquanto os custos de risco resultaram (novamente) numa quitação líquida.

O rendimento subjacente diminuiu ligeiramente para 1891 milhões de euros em 2017, de 1923 milhões de euros em 2016, quando o resultado foi suportado por um ganho na venda de ações da Visa. O rendimento líquido de juros aumentou 0,9% após o crescimento contínuo dos negócios, parcialmente compensado por menores de juros mais baixas na maioria dos produtos. A produção líquida de empréstimos a clientes (excluindo Tesouraria Bancária e movimentos na cobertura de hipotecas) foi de 2,7 mil milhões de euros, dos quais 1,7 mil milhões de euros foram em hipotecas e 1,0 mil milhões de euros em créditos ao consumidor. A entrada líquida dos depósitos de clientes (excluindo a Tesouraria Bancária) foi de 3,8 mil milhões de euros em 2017. As receitas de comissões aumentaram 17,5 % para 215 milhões de euros, sendo os produtos de investimento um dos principais impulsionadores. Os investimentos e outros rendimentos diminuíram em 79 milhões de euros, sobretudo devido a resultados de cobertura negativos e ao ganho de 44 milhões de euros na venda de ações da Visa em 2016.

As despesas operacionais aumentaram 16,5 % para 1032 milhões de euros, de 886 milhões de euros em 2016. Além dos custos regulamentares mais elevados em 30 milhões de euros, este aumento deveu-se sobretudo ao aumento no número de funcionários para suportar o crescimento dos negócios, custos mais altos relacionados com a aquisição de clientes primários e investimentos em projetos estratégicos (incluindo o programa de transformação Welcome).

Os custos de risco foram de -10 milhões de euros em 2017 (em comparação com -18 milhões de euros em 2016), refletindo um ambiente de crédito benigno no mercado alemão e atualizações de modelos para créditos ao consumidor e créditos a descoberto.

Outro Retalho

O Outro Retalho é constituído pelos outros países desafiadores e mercados em crescimento, incluindo as participações asiáticas.

O resultado subjacente do Outro Retalho antes de impostos diminuiu 3,8 % para 825 milhões de euros em 2017, de 858 milhões de euros em 2016, o que foi suportado por alguns ganhos pontuais.

O rendimento subjacente total aumentou 169 milhões de euros, ou 5,9 %, para 3028 milhões de euros. Excluindo o ganho com ações da Visa em 2016, o rendimento subjacente aumentou 10,1 %. Este aumento foi impulsionado por fortes resultados comerciais na maioria dos países. O rendimento dos juros líquido aumentou 15,7 % para 2437 milhões de euros devido ao crescimento contínuo do volume e a maiores margens de empréstimos, parcialmente compensadas por menores margens nas contas poupança e correntes. A produção líquida (excluindo efeitos cambiais e a Tesouraria Bancária) na carteira de empréstimos a clientes foi de 9,3 mil milhões de euros, dos quais 5,1 mil milhões de euros foram em hipotecas e 4,2 mil milhões de euros noutros empréstimos (principalmente empréstimos aos consumidores). A produção líquida em depósitos de clientes foi de 8,1 mil milhões de euros. As receitas de comissões subiram 20,0 % devido ao crescimento contínuo de clientes e do volume na maioria dos países. Os investimentos e outros rendimentos foram significativamente inferiores, uma vez que o ano anterior incluiu um ganho de 109 milhões de euros em ações da Visa e um ganho de 32 milhões de euros com a redução da participação do ING no Kotak Mahindra Bank.

As despesas operacionais aumentaram 196 milhões de euros, ou 11,4 %, para 1919 milhões de euros. Esse aumento deveu-se principalmente ao aumento das despesas com pessoal e marketing na maioria dos países para apoiar os negócios, bem como maiores investimentos em projetos estratégicos.

A adição à provisão para perdas por empréstimos duvidosos foi de 284 milhões de euros, ou 58 pontos base de ativos ponderados pelo risco médio, em comparação com 278 milhões de euros, ou 57 pontos base, em 2016. O ligeiro aumento foi principalmente atribuído a custos de risco mais elevados na Polónia, Espanha e (em menor escala) na Austrália, parcialmente compensados por diminuições na Itália e na Turquia.

Banca Grossista

Através do negócio da Banca Grossista, também prestamos serviços a clientes empresariais e instituições financeiras.

Aos clientes empresariais e instituições financeiras, oferecemos crédito especializado, financiamento de empresas sob medida e soluções para mercados de dívida e de ações. Oferecemos ainda gestão do capital circulante, dos pagamentos e da tesouraria e serviços de negociação e tesouraria para os ajudar a alcançar as suas metas de negócios.

Um dos pontos fortes do ING é a nossa rede internacional de Banca Grossista, que abrange mais de 40 países na Europa, Ásia e nas Américas. Em 2017, ampliamos as nossas relações com os clientes na Ásia e expandimos a nossa presença nas Américas com um escritório em Bogotá, Colômbia.

Desempenho Financeiro em 2017

A Banca Grossista registou um bom conjunto de resultados em 2017, devido à continuação do forte desempenho nos Empréstimos à Indústria, ao crescimento constante do volume nas indústrias e produtos e a um baixo nível de custos de risco. O resultado líquido subiu para 1950 milhões de euros, de 1754 milhões de euros em 2016, o que incluiu encargos de reestruturação e imparidades relacionadas com os programas de transformação digital. Excluindo estes encargos, o resultado líquido subjacente aumentou 47 milhões de euros, ou 2,5 %, para 1950 milhões de euros.

O resultado subjacente antes de impostos foi de 2846 milhões de euros, um aumento de 6,7 % em relação a 2016, impulsionado pelo crescimento do rendimento em Empréstimos à Indústria e Serviços Gerais de Empréstimos e Transações e custos de risco mais baixos. Isto foi parcialmente compensado por despesas mais altas.

Os Empréstimos à Indústria registaram um resultado subjacente antes de impostos de 1966 milhões de euros, mais 13,2 % em comparação com 2016, devido ao crescimento contínuo do negócio no Financiamento Estruturado e no Financiamento Imobiliário com margens atrativas, remunerações mais altas e custos de risco mais baixos. O resultante subjacente, antes de impostos, dos Serviços Gerais de Empréstimos e Transações subiu 22,5 % para 751 milhões de euros, devido a um maior rendimento e a custos de risco mais baixos. O rendimento foi suportado pelo crescimento do volume em Soluções de Capital Circulante e Empréstimos Gerais, parcialmente compensado por alguma pressão sobre as margens.

O resultado subjacente dos Mercados Financeiros caiu para 82 milhões de euros, face a 134 milhões de euros em 2016. Esta queda deveu-se sobretudo a despesas mais elevadas, em parte devido a maiores custos regulamentares e investimentos em infraestruturas de TI. O rendimento ficou estável, apesar de um quarto trimestre muito fraco em 2017. Excluindo os impactos no Ajustamento de Avaliação de Crédito (CVA) e no Ajustamento da Avaliação de Débito (DVA) (-36 milhões de euros em 2017 face a -71 milhões de euros em 2016), o rendimento diminuiu em 34 milhões de euros, o resultado subjacente da Tesouraria Bancária e Outros caiu para 47 milhões de euros, de 185 milhões de euros em 2016. Além dos resultados mais baixos da Tesouraria Bancária, esta queda foi causada principalmente por custos de risco mais elevados (maioritariamente relacionados com a carteira de run-off de locações de Itália) e por algumas provisões contenciosas. Isto foi parcialmente compensado por maiores resultados de vendas nos negócios de run-off, incluindo um ganho de 97 milhões de euros na venda de uma participação acionária na carteira de run-off de bens imobiliários.

O rendimento subjacente da Banca Grossista aumentou 5,6 % para 5922 milhões de euros, em comparação com 2016, impulsionado pelo crescimento do volume de empréstimos e pelo ganho acima mencionado na venda de uma participação acionária. A carteira de empréstimos básicos líquidos da Banca Grossista (ajustada para os impactos cambiais e excluindo a Tesouraria Bancária e a carteira de run-off de locações) cresceu 12,7 milhões de euros em 2017. A entrada líquida dos depósitos de clientes (excluindo os impactos cambiais e a Tesouraria Bancária) foi de 1,1 mil milhões de euros. O resultado dos juros subiu 3,9 % em 2016, enquanto as receitas de comissões aumentaram 10,5 %. Os investimentos e outros rendimentos foram superiores em 64 milhões de euros, impulsionados pelo ganho na venda de uma participação acionária.

As despesas operacionais subjacentes aumentaram 8,6 % para 2792 milhões de euros, principalmente devido ao aumento do número de funcionários para suportar o crescimento dos negócios, aumento das adições às provisões contenciosas e maiores custos regulamentares.

Os custos de risco diminuíram para 284 milhões de euros, ou 19 pontos base de ativos ponderados pelo risco médio, de 368 milhões de euros, ou 24 pontos base, em 2016. Os custos de risco relativamente baixos em 2017 foram suportados por várias quitações líquidas mais elevadas para clientes e apenas algumas novas adições mais elevadas, e foram realizadas apesar dos custos de risco mais altos para a carteira de run-off de locações de Itália.

Contexto Regulamentar

Contexto regulamentar e incerteza permanente

A nível mundial, os contínuos atrasos em torno das discussões do Basileia IV (ou seja, as revisões do Basileia III) que abordam a variabilidade dos modelos internos dos bancos, que não foram finalizados até dezembro de 2017, geraram uma incerteza internacional constante. Isto afetou o planeamento estratégico e as decisões de negócios para muitos bancos.

A nível europeu, o Mecanismo Único de Supervisão continuou a reforçar o seu papel de supervisão através do BCE. Isto refletiu-se nas prioridades estabelecidas para 2017: modelos de negócios e impulsionadores de rentabilidade; risco de crédito, com foco em empréstimos em situação de incumprimento e concentrações de risco; e gestão do risco.

O Conselho Único de Resolução adotou as suas primeiras decisões de resolução para os bancos de Itália e Espanha. Enquanto isso, a resolvabilidade dos bancos foi aprimorada pela criação de reservas de absorção de perdas. Os bancos europeus globalmente importantes sistemicamente estão a avançar a sua emissão de recapitalização interna e, provavelmente, cumprirão as normas da capacidade total de absorção de perdas (CTAP) em 2022. As autoridades de resolução forneceram aos bancos europeus metas iniciais para o requisito mínimo para os fundos próprios e passivos elegíveis. Estas metas serão revistas quando as discussões em curso sobre a Diretiva de Recuperação e Resolução Bancárias (DRRB) e a revisão do Regulamento sobre Requisitos de Fundos Próprios (RFP) forem finalizadas.

O Fundo Único de Resolução também está a mostrar um aumento constante. O tamanho do fundo é agora de quase 18 mil milhões de euros, com o objetivo de atingir a meta de 55 mil milhões de euros em 2023. Apesar da discussão sobre Sistema Europeu de Garantia de Depósitos (EDIS) não mostrar muito progresso durante 2017, a conclusão da União Bancária ganhou dinâmica política. No decorrer de 2018, espera-se que mais etapas garantam a sua conclusão até 2019. Apreciaríamos igualmente o aprofundamento da União Económica e Monetária, que ajudaria a reforçar a estabilidade económica e financeira na zona euro.

O alcance e a complexidade da regulamentação não prudencial (em relação a outras coisas além da solidez financeira) continuam a aumentar. A regulamentação está a tornar-se mais rigorosa em áreas como a devida diligência dos clientes e a monitorização da transação para detetar e denunciar o branqueamento de capitais (CBC), o financiamento do terrorismo e a fraude. As leis individuais dos países e regulamentações específicas geralmente impedem a partilha de informações entre países, entre autoridades públicas e privadas e entre particulares. Isto limita a eficácia dos sistemas bancários e é mais evidente quando grandes instituições financeiras operam um modelo de conformidade global.

O ING participará numa parceria do setor público/privado iniciada pela Europol e o Instituto de Finanças Internacionais. Este fórum de alto nível visa encontrar melhores formas de partilhar informações dentro das leis existentes.

No geral, o ING continua a favorecer uma abordagem europeia mais harmoniosa das regulamentações. Isto ajudaria a alinhar a experiência do cliente além-fronteiras e poderia acelerar a digitalização dos serviços bancários do ING.

Os custos regulamentares do ING aumentaram para 901 milhões de euros desde o nível já elevado de 845 milhões de euros em 2016. Isto deveu-se à contribuição do ING para os sistemas de garantia de depósitos locais, o fundo de resolução europeu e as taxas bancárias. 2017 assinalou o início das negociações do Brexit. O ING está a monitorizá-las de perto para tornar a saída da Grã-Bretanha da UE o mais tranquila possível para os nossos negócios e clientes.

Cenário competitivo

A tecnologia está a eliminar uma série de barreiras à entrada que, em tempos, isolavam os nossos negócios. Enfrentamos a concorrência de muitas direções diferentes, com intervenientes relativamente novos que estão a disponibilizar ofertas mais segmentadas aos nossos clientes. Os gigantes da tecnologia, os especialistas em pagamentos, retalhistas, empresas de telecomunicações, iniciativas de «crowdfunding» e os agregadores estão a entrar no mercado dos serviços bancários tradicionais. Os nossos clientes, por sua vez, estão mais dispostos a considerar essas ofertas.

O setor bancário seguro exige um conhecimento específico dos serviços financeiros, um conhecimento profundo dos clientes e sistemas rigorosos de gestão de risco. À medida que a concorrência fora do setor bancário continua a aumentar, precisamos de nos tornar mais rápidos, mais ágeis e mais inovadores.

Com o nosso longo historial e marca forte acreditamos estar numa posição favorável para aproveitar estas oportunidades e para nos tornarmos uma melhor empresa para todas as nossas partes interessadas. Somos um líder na banca digital e temos uma escala combinada com a experiência do mercado local. Estamos a investir na construção de relacionamentos rentáveis e mutuamente benéficos com os nossos clientes, com base na qualidade do nosso serviço e na experiência diferenciada que oferecemos. Continuamos a trabalhar arduamente para continuar a conquistar os seus corações e mentes, demonstrando a nossa preocupação por eles e todas as nossas partes interessadas. Pretendemos ser ainda mais claros sobre as escolhas estratégicas que fazemos.

Gestão de Risco e de Capital

Gerir riscos para proteger e possibilitar os nossos negócios

O ING está envolvido em atividades que envolvem riscos, todos os dias, em todo o nosso negócio. O ING é sensível a vários riscos financeiros, tais como perdas de crédito nas nossas transações de empréstimos e bancárias, ganhos e perdas do risco de mercado nas nossas posições de negociação e também riscos de liquidez ou financiamento através da gestão financeira. Muitos deles são geridos e controlados através de modelos, que introduzem riscos automaticamente.

Além destes riscos financeiros, em todos os nossos negócios, o ING está sujeito a riscos não financeiros associados à TI e à cibersegurança, operações e conformidade com normas, regulamentos, leis e normas éticas que geralmente são consideradas aplicáveis às nossas pessoas e atividades pela sociedade no geral. Há também riscos não financeiros que podem surgir ao longo do relacionamento com os nossos clientes, caso surjam problemas se revelem irreconciliáveis com a nossa estrutura de Risco Ambiental e Social.

A gestão do risco no ING é encaminhada e supervisionada pela função de Gestão de Risco independente. Os principais papéis da função são identificar, medir e gerir adequadamente os riscos em condições económicas normais e extremas e supervisionar as nossas atividades comerciais para garantir que são consistentes com a nossa estratégia e a nossa apetência pelo risco.

O valor global do risco que o ING está disposto a assumir está estabelecido no Quadro da Apetência pelo Risco e no Quadro de Risco Não Financeiro. Dentro desses quadros, monitorizamos uma série de métricas de risco para garantir que o nosso perfil de risco esteja em consonância com a nossa apetência pelo risco. O Quadro da Apetência pelo Risco, aprovado pelo Conselho de Administração Bancária, foi criado para suportar a volatilidade e o stress do mercado, ao mesmo tempo que cumpre os objetivos estratégicos e os requisitos regulamentares. Este Quadro é complementado com um Quadro de Risco não Financeiro que inclui, entre outros, o risco de conformidade e o risco operacional. Ambos os quadros combinam várias disciplinas de riscos financeiros e não financeiros numa única abordagem convergente e oferecem às empresas uma visão clara e justa dos seus riscos e da forma como são geridos. Esta visão permite que o Conselho de Administração Bancária e a alta administração formem uma opinião sobre a adequação dos sistemas internos e gestão e controlo dos riscos em relação aos riscos que enfrentam quando seguem a estratégia do Conselho de Administração Bancária. Além disso, o ING implementou um processo de controlo interno sobre relato financeiro. Ambos os quadros, incluindo as suposições e métricas subjacentes, são revistos regularmente para garantir que permanecem relevantes num ambiente em constante mudança. O ING realiza testes de esforço em todo o banco e específicos para a carteira para garantir a força e resiliência em condições de mercado específicas, participando nos testes de esforço internos e dos reguladores.

Para mais informações sobre a gestão do risco, consulte o capítulo «Gestão do Risco», parte das contas anuais consolidadas deste Relatório Anual.

Uma abordagem consistente para a gestão de capital

A abordagem geral do ING à gestão de capital visa assegurar que o capital é adequado para cobrir os riscos (económicos) em todos os níveis e para garantir a conformidade com os regulamentos. O ING desafia estes níveis constantemente para garantir a sua melhor utilização. A força contínua da posição de capital do ING, a adequação da nossa posição financeira e a nossa eficácia na gestão do risco são essenciais para alcançar o nosso objetivo de capacitar as pessoas e as empresas a concretizar os seus objetivos, bem como aumentar as capacidades de empréstimo do ING, pagar dividendos sobre ações ordinárias aos acionistas e investir em novas proporções retornos aos acionistas, ao mesmo tempo que investe tecnologias e melhores práticas. Desta forma, o ING visa em mais inovação de produtos e serviços.

A estratégia de Gestão de Capital do ING é impulsionada pelos seus objetivos estratégicos e pela sua apetência pelo risco. A nossa política é manter flexibilidade financeira suficiente para implementar a estratégia do ING em todas as condições de mercado. As declarações de apetência pelo risco do ING constituem a base do plano de capital. O plano de capital estabelece metas acima dos requisitos regulamentares mínimos. As declarações e metas de apetência pelo risco são desenvolvidas e comunicadas às diferentes empresas de acordo com a afetação do capital. As políticas para o planeamento e resolução da recuperação são uma extensão natural das políticas de gestão de capital do ING e estão plenamente alinhadas com o quadro de gestão do risco do ING.

Desenvolvimento do capital no ING Bank

A posição de capital fortaleceu-se ainda mais em 2017, refletindo uma forte rentabilidade com base no crescimento dos empréstimos básicos e complementada com a otimização adicional da estrutura de capital. Tanto a nível consolidado como a nível da entidade, o ING Bank tem reservas suficientes para suportar determinados cenários adversos sem violar os requisitos atualmente aplicáveis e possivelmente futuros. O ING Bank está confiante de que esta posição nos permitirá continuar a executar a nossa estratégia Think Forward e apoiar o crescimento do negócio, oferecer um retorno saudável aos detentores de obrigações e contribuir para o pagamento de dividendos do ING Group.

O rácio CET1 «fully-loaded» do ING Bank foi de 13,1 % no final de 2017. O rácio CET1 «phased-in» do Banco no final do ano aumentou para 13,1 %, face a 12,6 % em 2016, uma vez que os ativos ponderados pelo risco diminuíram ligeiramente (principalmente devido à migração de risco positiva e aos impactos cambiais) e os fundos próprios principais de nível 1 aumentaram 1,3 mil milhões de euros em comparação com o final do ano de 2016.

Governança Empresarial

Processo de relato financeiro

Como o ING Bank N.V. é uma filial consolidada do ING Groep N.V. («ING Group»), as suas políticas e procedimentos para estabelecer e manter um controlo interno adequado sobre o relato financeiro são as mesmas que as aplicadas pelo ING Group para as suas demonstrações financeiras consolidadas em relação ao ING Bank N.V. e as entidades incluídas nas próprias demonstrações financeiras consolidadas deste último.

O controlo financeiro do ING sobre o relato financeiro é um processo elaborado sob a supervisão do nosso diretor e diretores financeiros para oferecer uma garantia razoável em relação à fiabilidade do relato financeiro e à preparação de demonstrações financeiras para fins externos, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

O nosso controlo interno sobre o relato financeiro inclui as políticas e procedimentos que:

- dizem respeito à manutenção de registos que, suficientemente pormenorizados, refletem de forma precisa e adequada as transações e disposições dos ativos do ING;
- oferecem uma garantia razoável de que as transações são registadas conforme necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites e que as nossas receitas e despesas estão a ser feitas apenas em conformidade com a autorização da nossa gestão e administração; e
- oferecem uma garantia razoável em relação à prevenção ou deteção atempada de aquisições não autorizadas, utilização ou disposição dos nossos ativos que podem ter um efeito material sobre as nossas demonstrações financeiras.

Como o ING Group está sujeito a Lei Sarbanes-Oxley dos EUA, o seu Conselho Executivo avaliou a eficácia dos controlos internos sobre o relato financeiro a partir de 31 de dezembro de 2017, que foi auditado pelo auditor externo do ING Group. Para mais informações, consulte o Relatório Anual de 2017 do ING Group que está disponível no seu site (www.ing.com).

Composição do Conselho

O ING Bank pretende ter uma composição adequada e equilibrada do seu Conselho de Administração Bancária. Para o efeito, o Conselho de Supervisão avalia, anualmente, a composição do Conselho de Administração Bancária. No contexto dessa avaliação, o ING Bank pretende ter um equilíbrio de géneros, contando com, pelo menos, 30 % de homens e, pelo menos, 30 % de mulheres entre os membros do seu Conselho de Administração Bancária. Contudo, como o ING Bank precisa de equilibrar outros critérios de seleção relevantes para compor o seu Conselho de Administração Bancária, a composição deste conselho não cumpriu o equilíbrio de géneros acima mencionado em 2017 (14 % de mulheres). O ING Bank continuará a empenhar-se para ter uma composição adequada e equilibrada do seu Conselho de Administração Bancária em compromissos futuros, tendo em consideração todos os critérios de seleção relevantes, incluindo, nomeadamente, o equilíbrio de géneros, experiência executiva, experiência em governação empresarial de grandes empresas cotadas em bolsa e experiência no contexto político e social.

Informação sobre os membros do Conselho de Administração Bancária

R.A.J.G. (Ralph) Hamers membro e presidente do Conselho de Administração Bancária

(Nascido em 1966, holandês, sexo masculino, nomeado em 2013)

Ralph Hamers foi nomeado membro do Conselho Executivo do ING Group a 13 de maio de 2013. A 1 de outubro de 2013, foi nomeado Diretor-executivo e presidente deste Conselho e do Conselho de Administração Bancária. Ralph Hamers entrou para o ING em 1991. Antes da sua nomeação para o Conselho Executivo, foi Diretor-Executivo do ING na Bélgica e no Luxemburgo.

Posições relevantes em conformidade com a DFP IV:1

Diretor Executivo e Presidente do Conselho de Administração Bancária do ING Bank N.V. e do Conselho Executivo do ING Groep N.V.

Outras posições auxiliares relevantes:

Membro do Conselho de Administração Bancária do Nederlandse Vereniging van Banken (NVB), membro do Conselho de Administração do Instituto de Finanças Internacionais, Inc. e membro do Conselho de Administração da Foundation Royal Concertgebouw Orchestra Amsterdam.

J.V. (Koos) Timmermans, Diretor Financeiro e vice-presidente

(Nascido em 1960, holandês, sexo masculino, nomeado em 2011)

Koos Timmermans foi nomeado Vice-presidente do Conselho de Administração Bancária a partir de 1 de outubro de 2011 e nomeado como Diretor Financeiro desde 8 de maio de 2017. Desde outubro de 2014, Koos Timmermans, para além das suas tarefas atuais que incluem alinhar as atividades do ING Bank e do balanço financeiro com regulamentação nova e futura, assumiu também responsabilidades nas operações do Banco no Benelux e no departamento de sustentabilidade do ING.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Vice-presidente e Diretor Financeiro do Conselho de Administração Bancária do ING Bank N.V. e do Conselho Executivo do ING Groep N.V., membro do Conselho de Administração do ING Support Holding B.V. e membro do Conselho de Supervisão do Nederlandse Financierings-Maatschappij voor Ontwikkelingslanden N.V. («FMO», Entrepreneurial Development Bank)

Outras posições auxiliares relevantes:

Vice-presidente do Conselho de Administração do Nederlandse Vereniging van Banken (NVB), membro do Conselho de Supervisão do StadsHerstel Amsterdam N.V. e membro do Conselho de Supervisão do Amsterdam Institute of Finance.

¹ A quarta Diretiva sobre Requisitos de Fundos Próprios da UE 2013/36/UE

Governança Empresarial - continuação

S.J.A. (Steven) van Rijswijk, membro e Diretor de Riscos

(Nascido em 1970, holandês, sexo masculino, nomeado em 2017)

Steven van Rijswijk foi nomeado membro do Conselho de Administração Bancária desde 8 de maio de 2017. Foi nomeado DR a 1 de agosto de 2017. Também é membro e DR do Conselho Executivo do ING Groep N.V. Antes de se tornar membro do Conselho de Administração Bancária, Steven van Rijswijk foi diretor global da Cobertura de Clientes na Banca Grossista do ING. Steven van Rijswijk entrou no ING em 1995 para a equipa de Financiamento de Empresas, ocupando vários cargos na área das Fusões e Aquisições e do Mercado de Ações. Steven van Rijswijk tem um mestrado em Economia Empresarial pela Erasmus University Rotterdam (Países Baixos).

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro e DR do Conselho de Administração Bancária do ING Bank N.V. e do Conselho Executivo do ING Groep N.V.

R. (Roland) Boekhout, membro e diretor de Líderes de Mercado

(Nascido em 1963, holandês, sexo masculino, nomeado em 2017)

Roel Louwhoff foi nomeado membro do Conselho de Administração Bancária desde 8 de maio de 2017. É também diretor de Líderes de Mercado. Como diretor de Líderes de Mercado, é responsável pelas operações do ING Bank no Benelux e pela integração pretendida da plataforma bancária do ING nos Países Baixos e na Bélgica. Além disso, é responsável pela Análise Avançada. Além disso, é diretor não executivo do ING Belgium N.V./S.A.

Roland Boekhout tem um mestrado em Economia Empresarial pela Erasmus University Rotterdam (Países Baixos).

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Administração Bancária do ING Bank N.V. e Diretor não executivo do ING Belgium N.V./S.A.

Outras posições auxiliares relevantes:

Membro do conselho de administração do Deutsch- Niederländische Handelskammer, membro do Conselho Consultivo do Euronext, membro do Conselho Consultivo do Maatschappelijke Alliantie (Países Baixos), presidente do Conselho de Supervisão do ING Netherlands e presidente do Stichting ING Nederland Fonds (fundação).

A. (Aris) Bogdaneris, membro e diretor de Mercados Desafiadores e em Crescimento

(Nascido em 1963, canadiano, sexo masculino; nomeado em 2015)
Aris Bogdaneris foi nomeado membro do Conselho de Administração Bancária a 1 de junho de 2015. Também é Diretor dos Mercados Desafiadores e em Crescimento, responsável por todos os mercados onde o ING opera, tanto em banca de retalho como grossista, fora do Benelux.

Antes desta nomeação, Aris Bogdaneris foi membro do Conselho de Administração, responsável pela Banca de Retalho no Raiffeisen Bank International, assim como Diretor de Operações, supervisionando as Tecnologias de Informação e as Operações/Centros de Serviço Partilhado.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Administração Bancária do ING Bank N.V., membro do Conselho de Administração do ING Bank (Austrália) Ltd e membro do Conselho de Supervisão do ING DiBa.

M.I. (Isabel) Fernandez Niemann (48) membro e diretora da Banca Grossista

(Nascida em 1968, espanhola, sexo feminino; nomeada em 2016)

Isabel Fernandez Niemann foi nomeada membro do Conselho de Administração Bancária a partir de 1 de setembro de 2016. Também é Diretora da Banca Grossista desde 1 de novembro de 2016. Antes da sua nomeação, Isabel Fernandez Niemann foi Líder Comercial Global e Responsável de Vendas da General Electric.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Administração Bancária do ING Bank N.V.

Outras posições auxiliares relevantes:

Membro do conselho de administração do Stichting het Nationale Ballet Fonds e membro do Conselho de Supervisão do ING Netherlands

R.M.M. (Roel) Louwhoff, membro e Diretor de Operações / Diretor Técnico do Conselho de Administração Bancária

(Nascido em 1965, holandês, sexo masculino, nomeado em 2014)

Roel Louwhoff foi nomeado membro e Diretor de Operações do Conselho de Administração Bancária a 1 de maio de 2014. Também foi nomeado Diretor de Transformação (CTO) a 1 de outubro de 2016. Nesta função, que desempenha juntamente com a sua função de Diretor de Operações, é responsável pelas operações de transformação do banco que foram anunciadas em 2016. Roel Louwhoff é responsável pelas Operações, TI (incluindo padronização), gestão de dados, segurança da informação, gestão de processos e adjudicação. Antes desta nomeação, Roel Louwhoff foi Diretor-executivo da BT Operate.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Administração Bancária do ING Bank N.V.

Conselho de Supervisão

O ING Group tem de equilibrar vários critérios de seleção relevantes para compor o seu Conselho de Supervisão, mas esforça-se para ter uma composição adequada e equilibrada do mesmo, tendo em consideração todos os critérios de seleção relevantes, incluindo, nomeadamente, experiência em banca de retalho e grossista, equilíbrio de géneros, experiência executiva, experiência em governação empresarial e experiência no contexto político e social.

Governança Empresarial - continuação

Anualmente, a Comissão de Nomeação avalia a composição do Conselho de Supervisão. No contexto dessa avaliação, o ING Group pretende ter um equilíbrio de géneros, contando com, pelo menos, 30 % de homens e, pelo menos, 30 % de mulheres entre os membros do seu Conselho de Supervisão. Depois da nomeação de Ann Sherry na Assembleia Geral Anual em abril de 2016, a composição do Conselho de Supervisão cumpriu o equilíbrio de géneros mencionado acima (mais de 33 % de mulheres).

Posições auxiliares

Os membros do Conselho de Supervisão podem deter outros cargos de administração, cargos remunerados e posições auxiliares e são obrigados a fornecer detalhes sobre isto. A DFP IV, restringe o número total de cargos no conselho de supervisão ou cargos de direção não executiva com organizações comerciais que podem ser detidas por um membro do Conselho de Supervisão para quatro, ou para dois, se esse membro do Conselho de Supervisão também tiver um cargo no conselho executivo. O Banco Central Europeu pode, sob circunstâncias especiais, autorizar um membro do Conselho de Supervisão a preencher uma posição adicional do conselho de supervisão ou cargo de administração não executivo. As posições com, nomeadamente, filiais ou participações qualificadas não são tidas em consideração na aplicação destas restrições. Essas posições não poderão contrariar os interesses do ING Bank N.V. É da responsabilidade de cada membro do Conselho de Supervisão garantir que os deveres dos cargos de administração são comunicados e desempenhados corretamente e não são afetados por quaisquer outras posições que a pessoa singular possa deter fora do ING Bank N.V.

Informação sobre os membros do Conselho de Supervisão**J. (Jeroen) Van der Veer (presidente)**

(Nascido em 1947, holandês, sexo masculino, nomeado em 2009, mandato expira em 2018)

Cargo anterior: diretor executivo do Royal Dutch Shell plc.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Presidente do Conselho de Supervisão do ING Bank N.V./ING Groep N.V., Presidente do Conselho de Supervisão do Koninklijke Philips N.V., membro do Conselho de Supervisão do Koninklijke Boskalis Westminster N.V. e membro do Conselho de Supervisão do Statoil ASA.

Outras posições auxiliares relevantes:

Presidente da Stichting Het Concertgebouw Fonds (fundação) e presidente do Conselho de Supervisão da Delft University of Technology e consultor sénior na Mazarine Energy B.V.

H.J.M. (Hermann-Josef) Lamberti (Vice-presidente) (Nascido em 1956, alemão, sexo masculino; nomeado em 2013, mandato expira em 2021)

Cargo anterior: diretor de operações do Deutsche Bank AG. Posições

relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos

Próprios (DFP IV):

Vice-presidente do Conselho de Supervisão do ING Bank N.V./ING Groep N.V., membro não executivo do Conselho de Administração do Airbus Group N.V., presidente do Conselho de Supervisão do Addiko Bank e diretor da Frankfurt Technology Management GmbH.

A 31 de dezembro de 2017, Hermann-Josef Lamberti detinha um cargo executivo e três cargos não executivos. De acordo com o artigo 91.º da DFP IV, isto ultrapassa o máximo de cargos (não) executivos permitidos (de acordo com o artigo 3:8 da Lei de Serviços Financeiros Holandesa), ou seja, um cargo não executivo a mais. Em consulta com o BCE e com base no artigo supramencionado, foi apresentado ao BCE um pedido para autorizar Hermann-Josef Lamberti a ocupar um cargo não executivo adicional, de modo a cumprir as regras de limitação do conselho de administração.

J.P. (Jan Peter) Balkenende

Nascido em 1956, holandês, sexo masculino, nomeado em 2017, mandato expira em 2021

Cargo anterior: parceiro da EY (em responsabilidade empresarial).

Balkenende começou como observador do Conselho de Supervisão até 1 de setembro de 2017.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Supervisão do ING Bank N.V./ING Groep N.V. a 1 de setembro de 2017.

Outras posições auxiliares relevantes:

Professor de governação, instituições e internacionalização da Erasmus University Rotterdam (Países Baixos), consultor sénior externo da EY, presidente do Conselho Consultivo do Conselho Consultivo Internacional (IAB) de Roterdão, membro do Conselho de Supervisão da Goldschmeding Foundation, presidente do Conselho de Maatschappelijke Alliantie (Países Baixos) e presidente do Conselho Consultivo da Noaber Foundation.

E.F.C.B. (Eric) Boyer de la Giroday

(Nascido em 1952, belga, sexo masculino; nomeado em 2014, mandato expira em 2018)

Cargo anterior: membro do Conselho Executivo do ING Bank N.V. e ING Groep N.V.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Supervisão do ING Bank N.V./ING Groep N.V. e presidente não executivo do Conselho de Administração do ING Belgium S.A./N.V.

Outras posições auxiliares relevantes:

Diretor não executivo do Conselho de Administração do Instituts Internationaux de Physique et de Chimie fondés par Ernest Solvay, asbl.

H.W. (Henk) Breukink

(Nascido em 1950, holandês, sexo masculino; nomeado em 2007, mandato expira em 2019)

Cargo anterior: diretor geral do F&C e responsável de país da F&C Netherlands (empresa de gestão de ativos).

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Governança Empresarial - continuação

Membro do Conselho de Supervisão do ING Bank N.V./ING Groep N.V., diretor não executivo do Brink Groep B.V. e diretor executivo do Executive Development Dialogue B.V.

M. (Mariana) Gheorghe

(Nascida em 1956, romena, sexo feminino, nomeada em 2015, mandado expira em 2019)

Cargo anterior: banqueiro internacional com o Banco Europeu de Reconstrução.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Supervisão do ING Bank N.V./ING Groep N.V., diretora executiva da OMV Petrom S.A., presidente do Conselho de Supervisão da OMV Petrom Marketing, presidente do Conselho de Supervisão da OMV Petrom Gas e membro do Conselho de Supervisão da OMV Petrom Global Solutions.

M. (Margarete) Haase

(Nascida em 1953, austríaca, sexo feminino, nomeada em 2017, mandado expira em 2021)

Cargo anterior: membro do Conselho Executivo da Daimler Financial Services.

Margarete Haase começou como observadora da Comissão de Auditoria e do Conselho de Supervisão a 1 de outubro de 2017, até os seus cargos externos cumprirem os requisitos da DFP IV; a sua qualidade de membro entrará em vigor a 1 de maio de 2018. Como observadora, está presente nas reuniões do Conselho de Supervisão e da Comissão de Auditoria, no entanto, como observadora, não participa na tomada de decisões.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Supervisão do ING Bank N.V./ING Groep N.V. (em vigor a 1 de maio de 2018), diretora financeira e membro do Conselho Executivo da Deutz AG, membro do Conselho de Supervisão e presidente da Comissão de Auditoria do Fraport AG, membro do Conselho de Supervisão e presidente da Comissão de Auditoria da ZF Friedrichshafen AG.

Outras posições auxiliares relevantes:

Presidente do Sindicato Patronal de Kölnmetall e membro da Comissão Alemã de Governança Empresarial.

R.W.P. (Robert) Reibestein

(Nascido em 1956, holandês, sexo masculino; nomeado em 2012 como observador, membro titular a partir de 2013, mandato expira em 2021) Antigo cargo: sócio principal da McKinsey & Company.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Supervisão do ING Groep N.V./ING Bank N.V. e membro do Conselho de Supervisão do IMC B.V.

Outras posições auxiliares relevantes:

Membro do Conselho de Supervisão do Stichting World Wildlife Fund (Países Baixos).

G.J. (Hans) Wijers

(Nascido em 1951, holandês, sexo masculino, nomeado em 2017, mandato expira em 2021)

Cargo anterior: diretor executivo e membro do Conselho Executivo do AkzoNobel N.V.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Supervisão do ING Bank N.V./ING Groep N.V. a 1 de setembro de 2017, presidente do Conselho de Supervisão e presidente do Comité Preparatório e da Comissão de Seleção e Nomeações da Heineken N.V., diretor não executivo e vice-presidente do Conselho de Administração e presidente da Comissão de Responsabilidade Social e Empresarial da Royal Dutch Shell Plc e membro do Conselho de Supervisão da Hal Investments Plc.

Outras posições auxiliares relevantes:

Presidente do Conselho de Supervisão do Het Concertgebouw N.V. e presidente do conselho de administração da Vereniging Natuurmonumenten (Países Baixos).

Código Bancário Holandês (Dutch Banking Code)

O Código Bancário Holandês, revisto em 2014, é aplicável ao ING Bank N.V. O Código Bancário pode ser descarregado do site da Associação Bancária Holandesa (www.nvb.nl). A sua aplicação ao ING Bank é descrita em «Aplicação do Código Bancário Holandês pelo ING Bank N.V.», disponível no site do ING Group (www.ing.com). Isto deve ser lido em conjunto e considerado incluído no Relatório Anual do ING Bank N.V.

Declaração de Conformidade

O Conselho de Administração Bancária é obrigado a preparar as Contas Anuais e o Relatório Anual do ING Bank N.V. para cada exercício financeiro, em conformidade com a lei holandesa aplicável e com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) que foram aprovadas pela União Europeia.

Declaração de conformidade nos termos da secção 5:25c, parágrafo 2(c) da Lei holandesa relativa à supervisão financeira (*Wet op het financieel toezicht*).

O Conselho de Administração Bancária é responsável por manter registos contabilísticos adequados, por salvaguardar os ativos e por tomar as medidas necessárias para prevenir e detetar a fraude e outras irregularidades. É responsável por selecionar normas contabilísticas adequadas e por aplicá-las numa base consistente, fazer apreciações e estimativas que sejam prudentes e razoáveis. Também é responsável por estabelecer e manter procedimentos internos que assegurem que todas as principais informações financeiras são conhecidas pelo Conselho de Administração Bancária, de modo a que a prontidão, integralidade e exatidão do relato financeiro externo estejam garantidas.

Conforme exigido pela secção 5:25c, parágrafo 2(c) da Lei Holandesa relativa à Supervisão Financeira, cada um dos signatários confirma por sua honra que:

- as Contas Anuais de 2017 do ING Bank N.V. apresentam uma imagem verdadeira e apropriada dos ativos, passivos, da situação financeira e dos lucros ou perdas do ING Bank N.V. e das empresas incluídas na consolidação consideradas como um todo; e que
- o Relatório Anual de 2017 do ING Bank N.V. oferece uma visão real e justa da posição à data do balanço financeiro, desenvolvimento e desempenho do negócio durante o exercício financeiro de 2017 do ING Bank N.V. e das empresas incluídas na consolidação consideradas como um todo, juntamente com uma descrição dos principais riscos com que o ING Bank N.V. está a ser confrontado.

Amesterdão, 5 de março de 2018
Conselho de Administração Bancária

R.A.J.G. (Ralph) Hamers
Diretor Executivo, presidente do Conselho de
Administração Bancária

J.V. (Koos) Timmermans
Diretor Financeiro e Vice-presidente

S.J.A. (Steven) van Rijswijk
DR

R. (Roland) Boekhout
Diretor de Líderes de Mercado

A. (Aris) Bogdaneris
Diretor de Mercados Desafiadores e em Crescimento

M.I. (Isabel) Fernandez Niemann
Diretora da Banca Grossista

R.M.M. (Roel) Louwhoff
Diretor de Operações / Diretor Técnico

Relatório do Conselho de Supervisão

Em 2017, o Conselho de Supervisão e as suas comissões focaram-se em apoiar e desafiar a administração do ING a promover o sucesso da estratégia Think Forward e da transformação do ING. Numa época de rápidas mudanças tecnológicas, de mercado e regulamentares, o CS também partilhou a sua experiência e competências para contribuir para a saúde financeira e organizacional do ING em benefício de todas as partes interessadas e reforçou o seu conhecimento para poder desempenhar o seu importante papel no futuro.

O Conselho de Supervisão reuniu nove vezes em 2017. Em média, 99 % dos membros do Conselho de Supervisão estiverem presentes nas reuniões. Esta taxa de comparência ilustra que os membros do Conselho de Supervisão estão envolvidos com o ING e conseguem dedicar tempo e atenção suficientes aos assuntos do ING. O Conselho de Administração Bancária esteve presente durante cada reunião do Conselho de Supervisão. Em algumas partes das reuniões, apenas o Diretor-executivo estava presente; isto dependia da natureza dos temas abordados. O Conselho de Supervisão também se reuniu em sessões fechadas, apenas com membros do Conselho de Supervisão, antes das reuniões regulares do Conselho de Supervisão. O objetivo destas reuniões prévias é ter apenas um momento de reflexão no Conselho de Supervisão sobre os assuntos a abordar na ordem de trabalhos e oferecer uma oportunidade de expressar as preocupações antes das reuniões regulares. Os membros do Conselho de Supervisão continuaram a interagir com a alta administração fora das reuniões regulares do Conselho de Supervisão para discussão e partilha de informações. Isto incluiu sessões de reunião rápidas que contribuem para uma melhor compreensão mútua e alinhamento sobre o que mais interessa ao ING e ao Conselho de Supervisão. Para aprofundar ainda mais a interação, o Conselho de Supervisão reuniu-se com as equipas locais de administração do país e vários administradores seniores durante a sua visita anual de negócios. Depois de visitar as equipas locais nos EUA e na Ásia nos dois anos anteriores, em setembro de 2017, o foco do Conselho de Supervisão foi o Benelux, onde se reuniu com as equipas locais em Amsterdão e Bruxelas. Continuará esta prática de se reunir com as equipas locais no futuro. O Conselho de Supervisão considera importante estabelecer um equilíbrio entre os interesses de todas as partes interessadas e manter um diálogo aberto sobre isto com todos os departamentos do ING.

O Conselho de Administração Bancária preparou as contas anuais e discutiu-as com o Conselho de Supervisão.

Além de acompanhar de perto os resultados financeiros em 2017, as principais prioridades do Conselho de Supervisão foram a aceleração da estratégia Think Forward do banco, incluindo a construção de uma plataforma digital de alcance global, parceria com FinTechs, sustentabilidade, requisitos de capital e programa de melhoria Know Your Customer (Conheça o seu cliente), TI e cibersegurança e desenvolvimentos na regulamentação e supervisão bancária. Além disso, o Conselho de Supervisão debateu regularmente o estado da investigação criminal por parte das autoridades holandesas sobre vários requisitos relacionados com a integração de clientes, o branqueamento de capitais e as práticas corruptas. Também debateu os pedidos de informações relacionadas recebidos pelo ING Bank das autoridades dos EUA.

Consulte o parágrafo dos processos judiciais apresentados na Nota 42 às contas anuais consolidadas do ING Bank para mais informações.

Também (os resultados do) o diálogo contínuo entre o ING e os supervisores externos foram assuntos da ordem de trabalhos ao longo do ano.

Educação permanente

O Dia do Conhecimento anual do Conselho de Supervisão, que teve lugar a 12 de janeiro de 2017, incidiu sobre a arte do setor bancário num mundo cada vez mais digitalizado. Na ordem de trabalhos estavam sessões relacionadas com a gestão da transformação, a cibersegurança, a gestão de dados, a análise avançada e a ética, robótica e inteligência artificial. O Conselho de Supervisão também foi atualizado sobre os desenvolvimentos relativos às conquistas anuais de revisão de talentos do ING, incluindo uma análise de tendências.

Em setembro de 2017, o Conselho de Supervisão, juntamente com o Conselho de Administração Bancária, visitou os escritórios em Amsterdão e Bruxelas durante três dias, o que lhe permitiu compreender melhor as atividades comerciais no Benelux e como estas se relacionam e contribuem para a estratégia do ING. Houve um destaque especial no Orange Bridge, o programa de transformação do ING para o ING na Holanda e o ING na Bélgica. As outras sessões incluíram uma visão económica geral da área do Benelux, uma introdução à Fintech Village do ING em Bruxelas e análises aprofundadas de vários temas relacionados com as operações do ING no Benelux.

Organizou-se uma série de outras sessões educacionais sobre tópicos específicos para o Conselho de Supervisão ao longo do ano, incluindo sobre governação empresarial, as plataformas de tecnologia do ING, a gestão do risco (com foco no processo de precificação de ativos e passivos e utilização de notações externas), risco não financeiro incluindo gestão da conformidade, desempenho e reconhecimento, bem como práticas de remuneração, supervisão do BCE, (o potencial impacto da) a nova regulamentação (como o «Basileia IV», a IFRS 9/15/16 E A Diretiva da UE relativa aos Serviços de Pagamento 2), risco não financeiro, parceria com FinTechs, gestão da transformação e sustentabilidade, com foco na forma como o ING contribui para acelerar o fortalecimento financeiro e os destaques da próxima Diretiva da UE relativa aos Serviços de Pagamento 2.

Estratégia baseada na criação de valor a longo prazo

Em 2017, o ING continuou a trabalhar na implementação da sua estratégia Think Forward baseada na criação de valor a longo prazo. No final de 2016, o ING anunciou que

aceleraria a implementação da estratégia, concentrando-se em investir na nossa transformação digital, criando uma plataforma bancária ajustável e obtendo 900 milhões de euros de redução de custos brutos até 2021.

O programa de transformação global aprovado em 2016 foi desenvolvido para acelerar a estratégia Think Forward. O ponto de partida básico do programa foi a proposta de valor da ING, captada em vários fluxos de trabalho.

Relatório do Conselho de Supervisão - continuação

Ao longo do ano, o Conselho de Supervisão debateu o progresso deste programa e, como parte deste, manteve um diálogo ativo com o Conselho de Administração Bancária. A estratégia do ING juntamente com o programa de transformação inclui uma visão abrangente e várias iniciativas para melhorar ainda mais a experiência do cliente, aumentar ainda mais os clientes e empréstimos primários e aumentar a eficácia. Foram debatidos e aprovados outros aspetos do programa. Foram abordados importantes impulsionadores do programa, como o futuro do setor bancário, o caminho da convergência, a manutenção do impulso comercial, a forma de financiar e impulsionar a transformação, bem como a gestão do risco. O Conselho de Supervisão reconhece que é importante ter em consideração o dever de diligência para com as partes interessadas do Banco que possam ser afetadas pela transição.

Relato financeiro e de risco

O Relatório Anual do ING Bank foi revisto e as contas anuais foram aprovadas.

Os resultados trimestrais foram analisados e debatidos em janeiro, maio, agosto e outubro de 2017, incluindo os comunicados de imprensa relevantes. Os resultados financeiros do ano inteiro foram discutidos em março. Estas discussões incluíram os comunicados de imprensa relacionados e também os relatórios do auditor externo. A avaliação do Conselho de Administração Bancária sobre a adequação e eficácia dos sistemas de gestão e controlo do risco foi igualmente debatida. O ING Bank pagou 3,176 milhões de euros de dividendos ao ING Groep N.V.

O Conselho de Supervisão aprovou a revisão anual do quadro da apetência pelo risco que reflete as recentes alterações regulamentares. Isto incluiu atualizações das declarações de apetência pelo risco de solvência (DAR), tendo em consideração o projeto de Revisão da Supervisão e o projeto de decisão do Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (PRAS) do BCE. Além disso, adicionaram-se as declarações de apetência pelo risco de solvência (DAR) de concentração setorial, uma vez que este era um novo limite no novo sistema, no qual as DAR são divididas em limites e instrumentos de apoio.

O Conselho de Supervisão foi informado em pormenor ao longo do ano sobre os potenciais riscos para o ING, incluindo os que estão relacionados com o Brexit e com a evolução política e económica em vários países e regiões e debateu como estes poderiam ser melhor mitigados.

A KPMG, na sua função de auditor externo do ING, auditou as contas e demonstrações financeiras do ING em 2017. Como parte dos procedimentos padrão, a KPMG declarou-se independente do ING, em conformidade com as regras e regulamentos aplicáveis.

Ao longo do ano, o Conselho de Supervisão foi atualizado sobre e debateu o risco regulamentar, incluindo o impacto operacional associado e financeiro antecipado. Desde o início da supervisão do BCE, o aumento dos relatórios regulamentares tem sido significativo. Os prazos de relato ficaram mais curtos e a granularidade dos dados solicitados aumentou. Além disso, é preciso cumprir os requisitos locais. O ING visa salvaguardar que todos os processos de relato e qualidade dos dados permaneçam à altura. Espera-se que o impacto agregado dos próximos requisitos regulamentares de relato e de capital adicionais

seja substancial. O Conselho de Supervisão também recebeu atualizações sobre o possível impacto no ING do novo acordo de coligação holandês.

Reuniões internas do Conselho de Supervisão

Durante as reuniões internas do Conselho de Supervisão em 2017 (que contaram com a presença do Diretor Executivo, exceto quando se debateu a autoavaliação anual do Conselho de Supervisão ou questões relativas ao Diretor Executivo), foram debatidas e aprovadas as avaliações de desempenho do Conselho de Administração Bancária. Também foram debatidas e decididas as propostas de remuneração variável para os funcionários. Além disso, as metas anuais do Conselho de Administração Bancária foram analisadas e aprovadas.

A futura composição do Conselho de Administração Bancária e do Conselho de Supervisão, as suas comissões e potenciais candidatos também foram um tópico recorrente de discussão à luz de vários desenvolvimentos. O talento e os planos de sucessão do ING foram igualmente debatidos, incluindo o resultado da Revisão Anual de Talentos. A remuneração também foi um assunto recorrente da ordem de trabalhos. O Conselho de Supervisão aprovou a atualização do Quadro Regulamentar das Remunerações do ING de 2017, de acordo com várias alterações regulamentares.

A autoavaliação do Conselho de Supervisão também estava na ordem de trabalhos. Os pontos de ação resultantes da autoavaliação do ano passado foram postos em prática durante o ano. Tal como nos anos anteriores, uma parte externa independente facilitou o processo de autoavaliação de 2017 para o(s) (membros do) Conselho de Supervisão e respetivas comissões, elaborando os questionários, bem como os relatórios com os resultados. Os questionários basearam-se nos do ano anterior e foram projetados de forma a ser possível fazer uma comparação entre dois anos consecutivos. Tal como em 2016, também foram solicitados contributos de vários executivos que interagem regularmente com o Conselho de Supervisão e participam nas reuniões deste Conselho. Após a conclusão dos questionários em dezembro de 2017, realizaram-se reuniões bilaterais em janeiro de 2018 entre o presidente do Conselho de Supervisão e cada membro. Para o presidente, o vice-presidente realizou uma reunião com os outros membros do Conselho de Supervisão antes da realização da reunião bilateral entre o vice-presidente e o presidente. Os respetivos resultados da comissão foram posteriormente debatidos em cada reunião da comissão, com os resultados gerais e as conclusões a serem debatidas na reunião interna do Conselho de Supervisão (sem a presença dos membros do Conselho de Administração Bancária). No geral, o desempenho das comissões foi considerado como muito positivo e o desempenho do Conselho de Supervisão foi considerado como tendo sido, pelo menos, mantido e até mesmo melhorado em várias áreas desde a avaliação do ano passado. Foram feitas diversas sugestões como prioridades para melhorar o desempenho do Conselho de Supervisão durante o próximo ano, tais como o foco em questões de negócios, ter um tempo de discussão mais aprofundado e abordar a delegação de assuntos a serem tratados entre o Conselho de Supervisão e as suas comissões. As principais prioridades adicionais identificadas foram a continuidade da monitorização e avaliação dos desenvolvimentos no cenário regulamentar e de supervisão externa,

Relatório do Conselho de Supervisão - continuação

bem como nas áreas de risco não financeiro, conformidade e controle interno. Também continuará a ser dada atenção ao papel competidor do Conselho de Supervisão e de equilíbrio do Conselho de Administração Bancária.

Reuniões da Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria reuniu-se cinco vezes em 2017. Em média, 96 % dos membros estava presente nas reuniões agendadas.

A Comissão de Auditoria debateu os resultados trimestrais, as contas provisórias e as contas anuais. As questões essenciais da auditoria, como incluídas nos relatórios dos auditores (pelo auditor interno e externo) e a carta da administração, também foram tópico de discussão. Além dos resultados financeiros e contas, os assuntos das deliberações regulares da Comissão de Auditoria também incluíram o relato financeiro, a independência e os honorários do auditor, o ambiente geral de controle interno, os controles internos sobre o relato financeiro, os relatórios do auditor interno e externo, a carta de auditoria e os assuntos relacionados com a gestão do capital. A Comissão de Auditoria também analisou os comunicados de imprensa relacionados com os relatórios periódicos e com o Relatório Anual e debateu e aprovou o plano de auditoria interna.

Prestou-se especial atenção a uma variedade de outros tópicos relacionados, como a IFRS 9 e os processos judiciais, remediando deficiências no controle aberto nas áreas de, por exemplo, gestão do acesso dos utilizadores, provisões para perdas por empréstimos duvidosos e contas transitórias, bem como riscos não financeiros relevantes para o relato financeiro e as declarações de adequação de capital e adequação de liquidez à posição de capital e liquidez do ING. Além disso, o documento atualizado da auditoria interna, a avaliação anual do funcionamento da auditoria interna, o plano de melhoria do controle financeiro, o relatório trimestral de denúncias e os relatórios dos auditores foram aspectos prioritários.

Todos os tópicos relevantes discutidos pela Comissão de Auditoria foram comunicados ao Conselho de Supervisão, que os aprovou conforme necessário a partir de uma perspectiva de governação. Imediatamente após as reuniões da Comissão de Auditoria, os membros da Comissão de Auditoria reuniram-se com os auditores internos e externos para confirmar que todos os tópicos relevantes foram debatidos nas reuniões da Comissão de Auditoria. Para além das reuniões da Comissão de Auditoria, o presidente da Comissão de Auditoria realizou, regularmente, sessões individuais com o auditor externo independente, o diretor do departamento dos Serviços de Auditoria Empresarial e o Diretor Financeiro. Também se reuniu com diferentes administradores seniores.

Reuniões da Comissão de Riscos

A Comissão de Riscos reuniu-se cinco vezes em 2017, em comparação com quatro vezes nos anos anteriores. Em média, 93 % dos membros estava presente nas reuniões agendadas. Tal como aconteceu com as reuniões com as outras comissões, todos os tópicos relevantes discutidos pela Comissão de Riscos foram comunicados ao Conselho de Supervisão, que os aprovou conforme necessário a partir de uma perspectiva de governação.

Em cada reunião da Comissão de Riscos, os relatórios de risco financeiro e não financeiro foram debatidos, incluindo o estado das métricas do ING em relação à solvência, liquidez, risco de crédito, risco-país, risco de mercado e risco não financeiro/conformidade. Os cenários dos testes de esforço, incluindo o impacto do Brexit e uma possível dissolução da zona euro também foram debatidos.

Além disso, em 2017, a Comissão de Riscos debateu as atualizações do programa de melhoria Know Your Customer, o risco da TI dentro da apetência pelo risco e o estado da investigação criminal por parte das autoridades holandesas, bem como o pedido de informações relacionadas por parte das autoridades dos EUA em relação a vários requisitos relativos à integração de clientes, ao branqueamento de capitais e às práticas corruptas. Este último continua a ser um tema importante para o ING. Ao mesmo tempo que transforma a sua organização, o ING tem de garantir que as áreas críticas de risco não financeiro continuam a ser uma prioridade. Tem de continuar a construir uma base sólida com soluções estruturais para corresponder à confiança que os nossos clientes e a sociedade em geral depositam no ING.

O alinhamento de responsabilidades da Comissão de Riscos e Comissão de Remunerações também foi discutido, resultando num quadro regulamentar das remunerações atualizado.

Foi debatida uma grande variedade de outros temas, como a revisão anual da apetência pelo risco. Em relação ao Quadro da Apetência pelo Risco, as declarações de apetência pelo risco de solvência (DAR) foram atualizadas tendo em consideração o projeto de decisão do Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (PRAS) do BCE. Além disso, adicionaram-se as declarações de apetência pelo risco de solvência (DAR) de concentração setorial, uma vez que este era um novo limite no novo sistema, no qual as DAR são divididas em limites e instrumentos de apoio. Os outros tópicos foram o financiamento com recurso ao endividamento, o programa Know Your Customer ao nível do banco e o quadro regulamentar das remunerações (para os elementos de risco). Além disso, foram analisados riscos futuros e vários cenários de testes de esforço, desde a incerteza regulamentar até às baixas taxas de juros.

O número e a importância dos temas tratados levaram a que houvesse uma Comissão de Riscos em 2017. Ficou acordado continuar esta prática no futuro. Durante esta reunião extra, foram discutidos os desenvolvimentos de modelagem de risco e o seu potencial impacto em termos de requisitos de fundos próprios e validação do modelo, a avaliação da eficácia das funções de risco do ING e os resultados do diálogo contínuo entre o ING e os supervisores externos relacionados com a gestão do risco.

Como prática comum, as declarações anuais de apetência pelo risco, agora incluindo também uma para o risco do negócio, foram analisadas e aprovadas.

Reuniões da Comissão de Nomeações e de Governação Empresarial

Ficou decidido fundir a Comissão de Nomeações e a Comissão de Governação Empresarial a partir de 9 de maio de 2017. Isto está de acordo com a prática de outras instituições que têm governação e estruturas comparáveis de

Relatório do Conselho de Supervisão - continuação

reuniões do conselho de administração. Há vários anos, foi criada uma Comissão de Governança Empresarial separada em associação com a revisão da governança empresarial. Antes desta fusão, a Comissão de Nomeações reuniu-se uma vez, sem ausentes. A Comissão de Governança Empresarial reuniu-se uma vez sem ausentes. Após a fusão, a Comissão de Nomeações e de Governança Empresarial reuniu mais três vezes em 2017. Em média, 93 % dos membros estava presente nas reuniões agendadas.

A Comissão de Nomeações e de Governança Empresarial discutiu os cenários de sucessão futura em termos gerais para o Conselho de Administração Bancária, bem como a futura composição do Conselho de Supervisão. Foram tidos em consideração vários aspetos relacionados com a diversidade, como o tamanho mínimo e ideal de um Conselho de Supervisão combinado com um equilíbrio sólido e razoável na representação das geografias, géneros e especialidade financeira e generalista. Foram debatidos vários potenciais candidatos para vários cargos, tendo em consideração a política de diversidade do ING. Após a inesperada renúncia antecipada de Ann Sherry como membro do Conselho de Supervisão a partir de 14 de setembro de 2017 devido a circunstâncias pessoais, a Comissão de Nomeações e de Governança Empresarial iniciou imediatamente o processo de encontrar um sucessor. Em cooperação com uma agência externa, foi compilada uma pequena lista de possíveis candidatos. Encontrar um candidato adequado é um desafio, uma vez que devem ser cumpridos vários requisitos em relação à composição do Conselho de Supervisão, requisitos regulamentares, posições externas, independência, inexistência de conflitos de interesse, disponibilidade, etc.

Além disso, foram debatidos os resultados da Revisão Anual de Talentos. Esta abordagem para o processo do ano foi partilhada com o Conselho de Supervisão e os resultados de 2016 foram debatidos em janeiro de 2017. Tanto o processo como o relato tinham melhorado, resultando numa maior transparência. Melhorar a diversidade nos níveis superiores de gestão, os planos de sucessão da alta administração e acelerar a renovação continuaram a ser áreas de foco. Também foi dada especial atenção à gestão do desempenho e como melhorar o processo e a sua eficácia, fomentando conversas contínuas entre os administradores e os funcionários ao longo do ano. Também foi dada atenção a perdas lamentáveis entre administradores seniores que saíram do ING em 2017 por vários motivos.

Durante o ano, a Comissão também debateu (a implementação do) o novo Código Holandês de Governança Empresarial. A versão final do código revisto foi publicada a 8 de dezembro de 2016 e foi integrada na lei holandesa a 7 de setembro de 2017. As implicações para o ING foram avaliadas em 2017 e foram integradas na governança do ING na medida necessário e aplicável.

Além disso, a Comissão debateu os estatutos do Conselho de Administração Bancária e do Conselho de Supervisão que foram atualizados, na sequência dos requisitos do novo Código Holandês de Governança Empresarial. Também os perfis do Conselho de Supervisão foram atualizados devido aos requisitos do novo Código Holandês de Governança Empresarial.

A comissão também debateu os resultados do diálogo contínuo entre o ING e os supervisores externos relativo à governança empresarial e de modo satisfazer os requisitos de várias partes interessadas, foi desenvolvida uma matriz de diversidade e competência para os membros do Conselho de Administração Bancária e do Conselho de Supervisão mostrarem os vários elementos na composição destes conselhos. Além disso, foi avaliada uma versão atualizada da matriz de adequação do BCE. Isto pode utilizar-se quando se propõem novos membros executivos e não executivos para nomeação.

Reuniões da Comissão de Remunerações

Em 2017, a Comissão de Remunerações reuniu seis vezes. Em média, 100 % dos membros estavam presentes nas reuniões agendadas.

A Comissão de Remunerações reviu os limites acima dos quais o conjunto para remuneração variável pode ser utilizado para a concessão de remuneração variável. Debateu o conjunto de remuneração variável e reviu a avaliação do desempenho para o Conselho de Administração Bancária, assim como as propostas de remuneração variável. As propostas de remuneração para Funcionários Identificados também foram revistas, incluindo os casos potenciais de retenção da remuneração diferida através de *malus*. Além disso, foram aprovados os objetivos anuais propostos para os membros do Conselho de Administração Bancária.

Adicionalmente, a Comissão debateu a aplicação do limite de remuneração variável de 200 por cento (em vez de 100 por cento) para todos os funcionários selecionados do ING (não mais do que um por cento), conforme aprovado na Assembleia Geral Anual de 2017.

O quadro regulamentar das remunerações do ING Bank foi atualizado como parte de uma revisão anual. Isto incluiu o alinhamento das responsabilidades da Comissão de Riscos e da Comissão de Remunerações à luz das alterações regulamentares. Tendo em vista a renovação do CLA e as mudanças de funcionários nos Países Baixos, o plano social também foi discutido. Além disso, a divulgação do rácio de remuneração do Diretor Executivo foi debatida e aprovada para integração neste Relatório Anual, após os requisitos do novo Código Holandês de Governança Empresarial.

Ao longo do ano, a Comissão de Remunerações aprovou as questões relacionadas com a remuneração dos Funcionários Identificados/que Auferem Rendimentos Elevados, com base no quadro de governação que acompanha o ING.

Composição do Conselho de Administração Bancária

A 8 de maio de 2017, na Assembleia Geral Anual, Roland Boekhout foi nomeado membro do Conselho de Administração Bancária, para suceder a Koos Timmermans como diretor dos Líderes de Mercado, imediatamente após a Assembleia Geral Anual.

Steven van Rijswijk foi nomeado membro do Conselho de Administração Bancária a 8 de maio de 2017, imediatamente

Relatório do Conselho de Supervisão - continuação

após a Assembleia Geral Anual. Sucedeu a Wilfred Nagel como DR a partir de 1 de agosto de 2017.

Composição do Conselho de Supervisão

Na Assembleia Geral Anual de 8 de maio de 2017, Isabel Martín Castellá renunciou, tendo atingido o limite de idade do ING para membros do Conselho de Supervisão. Por outro lado, Hans Wijers, Jan Peter Balkenende e Margarete Haase foram nomeados para o Conselho de Supervisão. Jan Peter Balkenende começou como observador a 9 de maio de 2017. A sua qualidade de membro entrou em vigor (ou seja, com poder de voto) a 1 de setembro de 2017. Também se tornou membro da Comissão de Risco. A qualidade de membro de Hans Wijers entrou em vigor a 1 de setembro de 2017 e passou a ser então também membro da Comissão de Auditoria, da Comissão de Nomeações e de Governação Empresarial e da Comissão de Remunerações. Desde 1 de outubro de 2017, Margarete Haase tem estado presente como observadora nas reuniões da Comissão de Auditoria, do Conselho de Supervisão e do Conselho de Supervisão Interna. A sua qualidade de membro entrará em vigor a 1 de maio de 2018. Até lá, terá reduzido os seus cargos (não) executivos, cumprindo, assim, os requisitos da DFP IV. Margarete Haase também completou um extenso programa de integração. Robert Reibestein e Hermann-Josef Lamberti foram renomeados; a vigência da nomeação terminará no final da Assembleia Geral Anual de 2021. Jeroen van der Veer foi renomeado; a vigência da nomeação terminará no final da Assembleia Geral Anual de 2018, uma vez que é intenção do Conselho de Supervisão que Hans Wijers suceda Jeroen van der Veer como presidente do Conselho de Supervisão nessa altura. Em 2017, Ann Sherry tornou-se membro da Comissão de Nomeações e de Governação Empresarial e permaneceu nesse cargo até à sua renúncia inesperada de membro do Conselho de Supervisão do ING a partir de 14 de setembro de 2017 devido a circunstâncias pessoais. Procura-se (ainda) uma substituição adequada.

Além disso, durante 2017, os três membros recém-nomeados para o Conselho de Supervisão concluíram um programa de integração abrangente e adaptado, conforme acordado com o BCE. Como melhoria dos programas de integração anteriores, este ano os especialistas externos, além dos especialistas internos, também contribuíram para o programa.

A Comissão de Nomeações e de Governação Empresarial e o Conselho de Supervisão vão continuar a lutar por uma composição adequada e equilibrada do Conselho de Supervisão, aquando da seleção e nomeação de novos membros para nomeação, tendo em consideração a política de diversidade do ING e outros fatores.

Solicita-se aos membros do Conselho de Supervisão que avaliem anualmente se são ou não independentes, conforme estabelecido no Código de Governação Empresarial e que o confirmem por escrito. Com base nestes critérios, todos os membros do Conselho de Supervisão, com exceção de Eric Boyer de la Giroday, devem ser considerados independentes a 31 de dezembro de 2017. Eric Boyer de la Giroday é considerado não independente devido ao seu cargo como Presidente do Conselho de Administração do ING Belgium S.A./N.V. e aos seus antigos cargos como membro do Conselho Executivo do ING

Groep N.V. e vice-presidente do Conselho de Administração Bancária do ING Bank N.V. Com base nas normas de cotação da NYSE, todos os membros do Conselho de Supervisão devem ser considerados independentes.

Agradecimento ao Conselho de Administração Bancária e aos funcionários do ING

O Conselho de Supervisão gostaria de agradecer aos membros do Conselho de Administração Bancária pelo seu trabalho árduo em 2017. Marcos importantes foram os passos dados para a criação de uma plataforma digital de alcance global para os clientes e uma maior digitalização da nossa oferta. Isto ocorreu num cenário de crescente regulamentação, requisitos legais e do Know Your Customer.

O Conselho de Supervisão gostaria de agradecer a todos os funcionários do ING pela sua contribuição para a realização destas conquistas e por continuarem a servir os interesses dos clientes, acionistas e outras partes interessadas do ING.

Amsterdão, 5 de março de 2018

O Conselho de Supervisão

Índice

Contas Anuais Consolidadas

Demonstração consolidada da posição financeira	23
Demonstração consolidada de lucros ou perdas	24
Demonstração consolidada do rendimento integral	25
Demonstração consolidada das variações do capital próprio	26
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	28
Notas às Contas Anuais Consolidadas	30
Notas às normas contabilísticas	
Entidade relatora	30
Autorização das Contas Anuais Consolidadas	30
Base de preparação das Contas Anuais Consolidadas	30
1 Políticas contabilísticas	30
Notas à demonstração consolidada da posição financeira	
2 Caixa e disponibilidades com bancos centrais	50
3 Empréstimos e adiantamentos a bancos	50
4 Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas	50
5 Investimentos	52
6 Empréstimos e adiantamentos a clientes	54
7 Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos	56
8 Ativos fixos tangíveis	58
9 Ativos intangíveis	59
10 Outros ativos	61
11 Depósitos de bancos	62
12 Depósitos de clientes	62
13 Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas	62
14 Provisões	63
15 Outros passivos	65
16 Títulos de dívida emitidos	66
17 Empréstimos subordinados	66
18 Capital próprio	68
Notas à demonstração consolidada da posição financeira	
19 Rendimento líquido dos juros	71
20 Receitas líquidas de comissões	72
21 Resultados de avaliação e resultados líquidos em operações financeiras	72
22 Rendimento dos investimentos	74
23 Resultado da alienação das empresas do grupo	74
24 Outros rendimentos	74
25 Despesas com pessoal	74
26 Outras despesas operacionais	77

Notas à demonstração consolidada dos fluxos de caixa	
27 Fluxos de caixa líquidos de atividades de investimentos	78
28 Variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento	78
29 Caixa e equivalentes de caixa	78
Informações contábilísticas por setores	
30 Setores	79
31 Informações sobre áreas geográficas	85
Notas adicionais às contas anuais consolidadas	
32 Pensões e outros benefícios pós-emprego	92
33 Tributação	95
34 Justo valor dos ativos e passivos	98
35 Derivados e contabilidade de cobertura	111
36 Ativos por vencimento contratual	113
37 Passivos por vencimento	115
38 Ativos não imediatamente disponíveis	116
39 Transferência de ativos financeiros	117
40 Compensação de ativos e passivos financeiros	117
41 Passivos contingentes e compromissos	122
42 Processos judiciais	123
43 Empresas e negócios consolidados adquiridos e alienados	124
44 Principais filiais	125
45 Entidades estruturadas	125
46 Partes relacionadas	127
47 Eventos subsequentes	130
Gestão do risco	131
Gestão de capital	197

Contas anuais da empresa-mãe

Demonstração da posição financeira da empresa-mãe	201
Demonstração de lucros e perdas da empresa-mãe	202
Demonstração das variações do capital próprio da empresa-mãe	203
Notas às contas anuais da empresa-mãe	204

Outras informações

Relatório de Auditoria Independente	221
Estatutos Sociais - Apropriação dos resultados	227

Demonstração consolidada da posição financeira

a 31 de dezembro

em milhões de euros	2017	2016
Ativos		
Caixa e disponibilidades com bancos centrais 2	21.989	18.144
Empréstimos e adiantamentos a bancos 3	28.746	28.872
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas 4		
ativos detidos para negociação	116.763	114.512
derivados não negociados	2.185	2.309
designado pelo justo valor através de lucros ou perdas	4.242	5.099
Investimentos 5		
disponível para venda	69.730	82.912
detido até ao vencimento	9.343	8.751
Empréstimos e adiantamentos a clientes 6	574.899	562.873
Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos 7	947	1.003
Ativos fixos tangíveis 8	1.801	2.002
Ativos intangíveis 9	1.469	1.484
Ativos por impostos atuais	324	252
Ativos por impostos diferidos 33	818	1.000
Outros ativos 10	13.062	14.706
Ativos totais	846.318	843.919
Passivos		
Depósitos de bancos 11	36.821	31.964
Depósitos de clientes 12	552.690	531.096
Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas 13		
passivos detidos para negociação	73.596	83.167
derivados não negociados	2.346	3.585
designado pelo justo valor através de lucros ou perdas	11.215	12.266
Passivos fiscais correntes	774	546
Passivos por impostos diferidos 33	752	919
Provisões 14	1.713	2.028
Outros passivos 15	15.972	16.793
Títulos de dívida emitidos 16	90.231	101.305
Empréstimos subordinados 17	15.831	16.104
Passivos totais	801.941	799.773
Capital próprio¹⁸		
Capital social e prémio de emissão	17.067	17.067
Outras reservas	4.304	5.835
Lucros retidos	22.291	20.638
Capital próprio dos acionistas (empresa-mãe)	43.662	43.540
Participação não controladora	715	606
Capital próprio total	44.377	44.146
Capital próprio e passivos totais	846.318	843.919

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais consolidadas.

Demonstração consolidada de lucros ou perdas

para o exercício findo em 31 de dezembro

em milhões de euros	2017	2017	2016	2016	2015	2015
Rendimento dos juros	43.988		44.221		46.397	
Despesas com juros	-30.206		-30.904		-33.653	
Rendimento líquido dos juros 19		13.782		13.317		12.744
receitas de comissões	3.864		3.581		3.420	
Gastos com comissões	-1.150		-1.148		-1.100	
Receitas líquidas de comissões 20		2.714		2.433		2.320
Resultados de avaliação e resultados líquidos em operações financeiras 21		672		1.093		1.333
Rendimento dos investimentos 22		192		421		127
Quota parte das filiais e empreendimentos conjuntos 7		166		77		493
Resultado da alienação das empresas do grupo 23		1		1		2
Outros rendimentos 24		349		172		51
Rendimento total		17.876		17.514		17.070
Adição de provisões para perdas por empréstimos duvidosos 6		676		974		1.347
Despesas com pessoal 25		5.198		5.036		4.962
Outras despesas operacionais 26		4.598		5.567		4.346
Despesas totais		10.472		11.577		10.655
Resultado antes de imposto		7.404		5.937		6.415
Tributação 33		2.303		1.635		1.684
Resultado líquido (antes de participações não controladoras)		5.101		4.302		4.731
Resultado líquido atribuível às participações não controladoras		82		75		72
Resultado líquido atribuível ao acionista da empresa-mãe		5.019		4.227		4.659
Dividendo por ação ordinária (em euros)		6,83		2,89		4,73
Montante total de dividendo pago (em milhões de euros)		3.176		1.345		2.200

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais consolidadas.

Demonstração consolidada do rendimento integral

para o exercício findo em 31 de dezembro

em milhões de euros	2017	2016	2015
Resultado líquido (antes de participações não controladoras)	5.101	4.302	4.731
Outros rendimentos integrais			
Itens que não serão reclassificados na demonstração de lucros e perdas:			
Reavaliações realizadas e não realizadas de propriedades de uso próprio	26	2	35
Remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos 32	-29	-65	64
Itens que podem, posteriormente, ser reclassificados na demonstração de lucros e perdas:			
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outras reavaliações	-284	189	288
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas	-92	-272	-17
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa	-526	68	-218
Diferenças cambiais	-861	-273	95
Participação de outro rendimento integral de filiais e empreendimentos conjuntos e outro rendimento	3	5	-9
Rendimento integral total	3.338	3.956	4.969
Rendimento integral atribuível a:			
Participação não controladora	109		46
Acionistas da empresa-mãe	3.229	3.956	4.923
	3.338	3.956	4.969

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais consolidadas.

É feita referência à Nota 33 «Tributação» para a divulgação dos efeitos dos impostos sobre os rendimentos de cada componente do outro rendimento integral.

4DBemonstração consolidada das variações do capital próprio

em milhões de euros	Capital social e prêmio de emissão	Outras reservas	Lucros retidos	Capital próprio dos acionistas (empresa-mãe)	Participação não controladora	Capital próprio total
Saldo a 1 de janeiro de 2017	17.067	5.835	20.638	43.540	606	44.146
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outras reavaliações		-294		-294	10	-284
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas		-90		-90	-2	-92
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa		-515		-515	-11	-526
Reavaliações realizadas e não realizadas de propriedades de uso próprio			26	26		26
Remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos 32		-29		-29		-29
Diferenças cambiais		-891		-891	30	-861
Participação de outro rendimento integral de filiais e empreendimentos conjuntos e outro rendimento		135	-132	3		3
Valor total diretamente reconhecido em Outros rendimentos integrais		-1.684	-106	-1.790	27	-1.763
Resultado líquido de operações constantes e descontinuadas		153	4.866	5.019	82	5.101
Rendimento integral total		-1.531	4.760	3.229	109	3.338
Dividendos			-3.176	-3.176		-3.176
Opção de ações de funcionários e planos de participações			69	69		69
Saldo a 31 de dezembro de 2017	17.067	4.304	22.291	43.662	715	44.377

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais consolidadas. As alterações nos componentes de Reserva individuais são apresentadas na Nota 18 «Capital Próprio».

Demonstração consolidada das variações do capital próprio do ING Bank – continuação

em milhões de euros	Capital social e prêmio de emissão	Outras reservas	Lucros retidos	Capital próprio dos acionistas (empresa-mãe)	Participação não controladora	Capital próprio total
Saldo a 1 de janeiro de 2016	17.067	5.784	18.006	40.857	638	41.495
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outras reavaliações		208		208	-19	189
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas		-272		-272		-272
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa		102		102	-34	68
Reavaliações não realizadas de propriedades de uso próprio		2		2		2
Remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos 32		-65		-65		-65
Diferenças cambiais		-251		-251	-22	-273
Participação de outro rendimento integral de filiais e empreendimentos conjuntos e outro rendimento		203	-198	5		5
Valor total diretamente reconhecido em Outros rendimentos integrais		-73	-198	-271	-75	-346
Resultado líquido de operações constantes e descontinuadas		124	4.103	4.227	75	4.302
Rendimento integral total		51	3.905	3.956	-	3.956
Dividendos			-1.345	-1.345	-32	-1.377
Opção de ações de funcionários e planos de participações			72	72		72
Saldo a 31 de dezembro de 2016	17.067	5.835	20.638	43.540	606	44.146

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais consolidadas. As alterações nos componentes de Reserva individuais são apresentadas na Nota 18 «Capital Próprio».

em milhões de euros	Capital social e prêmio de emissão	Outras reservas	Lucros retidos	Capital próprio dos acionistas (empresa-mãe)	Participação não controladora	Capital próprio total
Saldo a 1 de janeiro de 2015	17.067	5.479	15.518	38.064	622	38.686
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outras reavaliações		298		298	-10	288
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas		-17		-17		-17
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa		-200		-200	-18	-218
Reavaliações não realizadas de propriedades de uso próprio		35		35		35
Remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos 32		64		64		64
Diferenças cambiais e outros		95		95	2	97
Participação de outro rendimento integral de filiais e empreendimentos conjuntos		-11		-11		-11
Valor total diretamente reconhecido em Outros rendimentos integrais		264		264	-26	238
Resultado líquido		131	4.528	4.659	72	4.731
Rendimento integral total		395	4.528	4.923	46	4.969
Dividendos			-2.200	-2.200	-31	-2.231
Opção de ações de funcionários e planos de participações			70	70		70
Alterações na composição do grupo e outras alterações		-90	90		1	1
Saldo a 31 de dezembro de 2015	17.067	5.784	18.006	40.857	638	41.495

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais consolidadas. As alterações nos componentes de Reserva individuais são apresentadas na Nota 18 «Capital Próprio».

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

para o exercício findo em 31 de dezembro

em milhões de euros	2017	2016	2015
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Resultado antes de imposto	7.404	5.937	6.415
Ajustado para: – depreciação e amortização	520	536	614
– adição a provisões para perdas por empréstimos duvidosos	676	974	1.347
– Outros	708	1.580	-227
Imposto pago	-1.753	-1.555	-1.306
Alterações em: – empréstimos e adiantamentos a bancos, não disponíveis mediante pedido	-3.306	-1.168	6.760
– ativos detidos para negociação	-1.605	16.976	5.485
– derivados não negociados	-2.403	1.725	-742
– outros ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas	441	-3.400	-282
– empréstimos e adiantamentos a clientes	-21.397	-29.668	-21.143
– outros ativos	-663	-1.280	1.106
– depósitos de bancos, não pagáveis mediante pedido	6.320	-346	5.175
– depósitos de clientes	22.960	23.682	19.600
– passivos detidos para negociação	-9.575	-5.634	-8.276
– outros passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	-566	-432	-1.254
– provisões e outros passivos	854	1.030	1.689
Fluxo de caixa líquido de/(usado em) atividades operacionais	-1.385	8.957	14.961
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Investimentos e adiantamentos: – filiais e empreendimentos conjuntos	-79	-49	-24
– investimentos disponíveis para venda	-21.601	-27.003	-43.092
– investimentos detidos até ao vencimento	-3.609	-1.731	-3.457
– ativos fixos tangíveis	-264	-351	-326
– ativos sujeitos a locações operacionais	-40	-64	-37
– outros investimentos	-264	-288	-256
Cessões e resgates: – empresas do grupo (incluindo liquidez na empresa alienada)			
– filiais e empreendimentos conjuntos	245	54	119
– investimentos disponíveis para venda	32.788	31.165	48.232
– investimentos detidos até ao vencimento	2.675	630	1.219
– ativos fixos tangíveis	65	63	73
– ativos sujeitos a locações operacionais	14	12	17
– empréstimos	1.815	1.295	3.590
– outros investimentos	9	9	3
Fluxo de caixa líquido de/(usado em) atividades de investimento 27	11.754	3.742	6.061

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do ING Bank - continuação

em milhões de euros	2017	2016	2015
Fluxo de caixa líquido de/(usado em) atividades operacionais	-1.385	8.957	14.961
Fluxo de caixa líquido de/(usado em) atividades de investimento 27	11.754	3.742	6.061
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Receitas provenientes de títulos de dívida 28	89.369	106.174	133.290
Reembolsos de títulos de dívida 28	-95.077	-121.998	-140.120
Receitas obtidas pela emissão de empréstimos subordinados 28	2.314	1.085	2.085
Reembolso de empréstimos subordinados 28	-1.246	-961	-4.244
Dividendos pagos	-3.176	-1.345	-2.200
Fluxo de caixa líquido de/(usado em) atividades de financiamento	-7.816	-17.045	-11.189
Fluxo de caixa líquido	2.553	-4.346	9.833
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.163	20.354	10.863
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	260	155	-342
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 29	18.976	16.163	20.354

A partir de 31 de dezembro de 2017, a Caixa e os equivalentes de caixa incluem caixa e disponibilidades com bancos centrais de 21 989 milhões de euros (2016: 18 144 milhões de euros; 2015: 21 458 milhões de euros). O aumento em caixa e disponibilidades com bancos centrais reflete a gestão da liquidez do ING. É feita referência à Nota 29 «Caixa e equivalentes de caixa».

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais consolidadas.

Juros e dividendos recebidos e pagos:	2017	2016	2015
Juros recebidos	45.039	44.879	47.067
Juros pagos	-30.978	-31.621	-34.214
	14.061	13.258	12.853
Dividendo recebido:	208	208	137
Dividendo pago	-3.176	-1.345	-2.200

- 1 Todos os juros e dividendos pagos e recebidos de posições de negociação estão incluídos. Os juros e dividendos recebidos de 2016 e 2015 foram atualizados para estarem em consonância com a apresentação do ano atual.
- 2 Inclui dividendos recebidos como reconhecidos em Rendimentos de Investimentos, de títulos de capital incluídos nos Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos e de Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos.

Os juros recebidos e pagos e os dividendos recebidos estão incluídos nas atividades operacionais na Demonstração dos fluxos de caixa. O dividendo pago está incluído nas atividades de financiamento na Demonstração dos fluxos de caixa.

Notas às Contas Anuais Consolidadas

montantes em milhões de euros, salvo indicação em contrário

Notas às políticas contabilísticas

E entidade relatora

O ING Bank N.V. é uma empresa domiciliada em Amesterdão, Países Baixos. Registo Comercial de Amesterdão, n.º 33031431. Estas contas anuais consolidadas, no e para o exercício findo a 31 de dezembro de 2017, incluem o ING Bank N.V. (a empresa-mãe) e as suas filiais, conjuntamente denominadas como ING Bank. O ING Bank é uma instituição financeira global com uma forte base europeia, oferecendo uma grande variedade de serviços bancários de retalho e grossistas para clientes em mais de 40 países.

Autorização das Contas Anuais Consolidadas

As contas anuais consolidadas do ING Bank, no e para o exercício findo a 31 de dezembro de 2017, foram autorizadas para emissão de acordo com uma resolução do Conselho de Administração Bancária a 5 de março de 2018. O Conselho de Administração Bancária pode decidir alterar as contas anuais, desde que estas não sejam adotadas pela Assembleia Geral de Acionistas. A Assembleia Geral de Acionistas pode decidir não adotar as contas anuais, mas não as pode alterar.

Base de preparação das Contas Anuais Consolidadas

As contas anuais consolidadas do ING Bank foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adotadas pela União Europeia (UE) e os artigos relevantes da Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês.

As IFRS, tal como adotadas pela UE, são as Normas IFRS e as Interpretações das IFRS tal como emitidas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) e o Comité de Interpretação das IFRS (IFRIC) com algumas modificações limitadas, como a «dissociação» temporária das IAS 39 «Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Medição» (doravante referidos como as IFRS).

No âmbito da dissociação da UE, o ING Bank aplica a contabilidade de cobertura de justo valor às carteiras de cobertura do risco da taxa de juros (macrocobertura). Para mais informações, é feita referência à Nota 1 «Políticas contabilísticas», d) Princípios de avaliação e determinação de resultados e à Nota 35 «Derivados e contabilidade de cobertura».

As contas anuais consolidadas do ING Bank foram elaboradas numa base de continuidade.

1. Políticas contabilísticas

O ING Bank tem aplicado consistentemente as suas políticas contabilísticas a todos os períodos apresentados nestas Contas Anuais Consolidadas.

a) Alterações às IFRS em vigor em 2017

O ING Bank aplicou uma série de alterações às normas pela primeira vez durante o ano findo a 31 de dezembro de 2017. A implementação destas alterações teve um impacto insignificante na posição financeira consolidada, no resultado líquido, nos outros rendimentos integrais, nos fluxos de caixa e divulgações relacionadas do ING Bank. A alteração à IAS 7 exige agora a divulgação de alterações nos passivos resultantes de atividades de financiamento, sendo feita referência à Nota 28 «Alterações nas responsabilidades decorrentes de atividades de financiamento». O ING Bank não adotou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas que ainda não está em vigor.

b) Próximas alterações às IFRS depois de 2017

Alterações às IFRS em vigor a partir de 2018 e nos anos seguintes que se espera que não tenham um impacto significativo no ING Bank

As seguintes alterações publicadas não são obrigatórias para 2017 e ainda não foram adotadas precocemente pelo banco. O ING Bank ainda está a avaliar o impacto detalhado destas alterações, no entanto, a implementação destas alterações não deverá ter impacto significativo nas contas anuais consolidadas do ING Bank.

Lista das próximas alterações às IFRS, aplicáveis ao ING Bank

Em vigor em 2018 (* - aprovadas pela UE, as restantes ainda não foram aprovadas pela UE):

- *Alterações à IFRS 2 - «Pagamento baseado em ações»: Classificação e Mensuração de transações de pagamento com base em ações
- Alterações à IAS 40 «Propriedades de investimento»: Transferências de Propriedades de investimento;
- *Ciclo Anual de Melhorias 2014 – 2016: Alterações à IAS 28 «Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos»; e
- IFRIC 22 «Transações em Moeda Estrangeira e Retribuição Antecipada».

Em vigor em 2019 (ainda não aprovada pela UE):

- IFRIC 23 «Incertezas quanto ao tratamento de impostos sobre o rendimento»;
- Alterações à IAS 28: «Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos»: Juros de longo prazo em investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos;
- Ciclo Anual de Melhorias 2015 – 2017: Alterações à IFRS 3 «Concentrações de atividades empresariais», IFRS 11 «Acordos Conjuntos», IAS 12 «Impostos sobre o Rendimento», IAS 23 «Custos de Empréstimos Obtidos»; e
- Alterações à IAS 19: «Benefícios dos Empregados»: Alteração do Plano, Restrição ou Liquidação.

O IASB também emitiu a IFRS 17 «Contratos de Seguros» vigente em 2021, contudo não é aplicável ao ING Bank.

Principais novas IFRS**IFRS 9 «Instrumentos Financeiros»**

A IFRS 9 - «Instrumentos Financeiros» foi emitida pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) em julho de 2014 e aprovada pela UE em novembro de 2016. A IFRS 9 substitui a IAS 39 «Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração» e inclui requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, imparidade de ativos financeiros e contabilidade de cobertura. Os novos requisitos são vigentes para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018 e serão aplicados pelo ING Bank a partir de 1 de janeiro de 2018. O ING Bank aplica os requisitos de classificação, mensuração e imparidade retrospectivamente, ajustando o balanço de abertura e o capital inicial a 1 de janeiro de 2018 e decidiu não reavaliar os períodos comparativos e não aplicar antecipadamente os requisitos de risco de crédito próprio alterados, conforme permitido pela IFRS 9. Em outubro de 2017, o IASB emitiu uma alteração à IFRS 9 em relação aos Elementos de pré-pagamento com compensação negativa. Essa alteração permite que os ativos financeiros com elementos de pré-pagamento que permitem ou exigem que uma parte de um contrato pague ou receba uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato sejam mensurados pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de outros rendimentos integrais. A alteração entrará em vigor para o período anual com início ou após 1 de janeiro de 2019. Se a alteração for aprovada pela UE, o ING adotará antecipadamente a alteração à IFRS 9 a partir de 1 de janeiro de 2018, conforme permitido. Com base nas avaliações realizadas, o ING Bank não espera que esta alteração tenha impacto.

O ING decidiu continuar a aplicar a IAS 39 para a contabilidade de cobertura, incluindo a aplicação da «dissociação» da UE, conforme explicitamente permitido pela IFRS 9. As divulgações de contabilidade de cobertura revistas, conforme exigido pela IFRS 7 - «Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações» serão implementadas em todo o ING Bank a partir de 1 de janeiro de 2018.

Governança e estado do programa IFRS 9

O programa IFRS 9 foi iniciado em 2015 e foi estabelecido com base nos três pilares da norma IFRS 9: Classificação e Mensuração, Imparidade e Contabilidade de Cobertura. Estes fluxos de trabalho centrais são compostos por especialistas em Finanças, Risco, Tesouraria Bancária, Operações e o negócio. O Conselho Técnico da IFRS 9 é composto pelos diretores de diversas funções de Finanças e Risco que apoiam o Comitê de Direção da IFRS 9 através da revisão das interpretações da IFRS 9, a orientação central e as instruções conforme preparado pelos fluxos de trabalho centrais. O Comitê de Direção da IFRS 9 foi o principal órgão de decisão e é composto por administradores seniores de Finanças, Risco, Tesouraria Bancária e Serviços de Empréstimo da Banca Grossista. O Conselho de Administração Bancária e a Comissão de Auditoria eram periodicamente atualizados sobre a IFRS 9 e as principais decisões.

Em 2017, o foco do programa foi:

- Realizar três «passagens em paralelo» para testar a prontidão dos sistemas, processos e vários controlos para a transição para a IFRS 9 a partir de 1 de janeiro de 2018;
- Desenvolver e validar os novos modelos de perda de crédito esperada;
- Desenvolver e implementar processos de organização e utilização de orientação económica prospetiva nos modelos de perdas de crédito esperadas;
- Finalizar a interpretação técnica da norma IFRS 9;
- Finalizar a avaliação do modelo de negócios e pagamentos exclusivos de testes de capital principal e juros para fins de Classificação e Mensuração;
- Implementar e testar as alterações aos sistemas;
- Atualizar as políticas, a governança e as estruturas de controlo que são afetadas pela IFRS 9 e começar a integrar essas mudanças nos ciclos diários de negócios e relato financeiro;
- Preparar o plano de divulgação da transição da IFRS 9.

Durante 2017, o programa IFRS 9 foi sujeito a revisões por parte dos supervisores e auditorias pelo departamento de auditoria interna do ING.

O ING concluiu praticamente a implementação da IFRS 9. Os principais procedimentos que estão em processo de finalização são a transferência das atividades do programa, a integração adicional de controlos internos nos processos e as últimas validações do modelo.

Classificação e Mensuração

A IFRS 9 baseia-se numa única abordagem de classificação e mensuração para ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que são geridos e as suas características de fluxo de caixa. Os ativos financeiros são, portanto, classificados na sua totalidade, em vez de serem sujeitos a requisitos complexos de bifurcação.

São usados dois critérios para determinar de que forma os ativos financeiros devem ser classificados e mensurados ao Custo Amortizado, Justo valor através de Outros Rendimentos Integrais (FVOCI) ou Justo Valor através de ganhos e perdas (FVPL):

1. A avaliação do modelo de negócios, realizada para determinar como uma carteira de instrumentos financeiros como um todo, é gerida de modo a classificar o modelo de negócios como Detido para Recolha, Detido para Recolha e Venda ou outro; e
2. O teste de características do fluxo de caixa contratual é realizado para determinar se os instrumentos financeiros dão origem a fluxos de caixa que são Apenas Pagamentos de Capital e Juros (SPPI). O capital principal é definido como o justo valor do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como a ponderação pelo valor temporal do dinheiro, pelo risco de crédito associado ao valor do capital principal pendente durante um período específico e por outros riscos e custos básicos de empréstimos, bem como pela margem.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado (AC) se for mantido dentro de um modelo de negócios Detido para Recolha, os fluxos de caixa contratuais são Apenas Pagamentos de Capital e Juros (SPPI) e não são designados como Justo Valor através de ganhos e perdas (FVPL). Um ativo financeiro é mensurado ao Justo Valor através de Outros Rendimentos Integrais (FVOCI) se for mantido dentro de um modelo de negócios Detido para Recolha e Venda, os fluxos de caixa contratuais são Apenas Pagamentos de Capital e Juros (SPPI) e não são designados como Justo Valor através de ganhos e perdas (FVPL). Os ativos financeiros não classificados como AC ou FVOCI são mensurados ao FVPL.

Os modelos de negócios do ING baseiam-se na estrutura de gestão existente do banco e são aprimorados com base numa análise de como os negócios são avaliados e reportados, como é que os seus riscos de negócios específicos são geridos e com base nas vendas futuras históricas e esperadas. O teste de Apenas Pagamentos de Capital e Juros (SPPI) foi realizado numa base de amostragem desenvolvida depois de os ativos financeiros dentro dos modelos de negócios serem estratificados com base numa análise das características do produto. Ao realizar o teste de SPPI, o ING considerou os termos contratuais dos instrumentos. Isto inclui avaliar se os ativos financeiros continham um prazo contratual que alteraria o valor ou a época dos fluxos de caixa contratuais para que deixassem de cumprir os requisitos do SPPI. Na avaliação, foram consideradas as seguintes condições:

- Condições de Pré-pagamento. Por exemplo, um pré-pagamento de um montante de capital em dívida acrescido de uma sanção limitada a três ou seis meses de juros;
- Recursos de alavancagem, que aumentam a variabilidade dos fluxos de caixa contratuais com o resultado de que não possuem as características económicas de interesse. Um exemplo é um contrato Libor com um multiplicador de 1,3;
- As condições que limitam os grupos reclamam fluxos de caixa de ativos específicos - por exemplo, acordos de ativos sem cessão financeira. Poderia ser este o caso se os pagamentos de capital e juros fossem cumpridos exclusivamente pelos fluxos de caixa gerados pelo ativo subjacente, por exemplo, no financiamento imobiliário, de expedição e da aviação;
- Recursos que alteram a ponderação pelo valor temporal do dinheiro. São contratos com, por exemplo, uma taxa de juros que é reajustada mensalmente para uma taxa de um ano.

Foram necessárias várias opções de políticas contabilísticas para a Classificação e Mensuração dos ativos financeiros do ING, como o nível de vendas permitidas num modelo de negócios Detido para Recolha, a opção Justo Valor através de Outros Rendimentos Integrais (FVOCI) para investimentos em capitais próprios e pré-pagamentos contabilísticos. O processo de tomada de decisão para essas opções de política seguiu a governação do programa IFRS 9, com questões técnicas investigadas, decisões documentadas e conclusões propostas pelo Conselho Técnico da IFRS 9 do ING para aprovação pelo Comité de Direção da IFRS 9.

A IFRS 9 retém em grande parte os requisitos existentes na IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Todavia, de acordo com a IAS 39, todas as variações do justo valor dos passivos financeiros designados como Justo Valor através de ganhos e perdas (FVPL) são reconhecidas na demonstração de lucros e perdas (SOPL), enquanto na IFRS 9 as variações no justo valor são apresentadas da seguinte forma:

- A quantidade de variação no justo valor que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada na Demonstração de outros rendimentos integrais. Aquando do desreconhecimento, este impacto no Ajuste de Avaliação de Débito (DVA) não deve ser reciclado de outros rendimentos integrais para a demonstração de lucros e perdas (SOPL); e
- O valor remanescente da variação no justo valor é apresentado na demonstração de lucros e perdas (SOPL).

O impacto desta variação é que um valor de aproximadamente 0,2 mil milhões de euros será reclassificado dentro do capital próprio de lucros retidos para outros rendimentos integrais.

Impacto

Como resultado da aplicação combinada da análise do modelo de negócios e do teste de SPPI, a classificação e mensuração das seguintes carteiras mudará:

- A alteração mais significativa é a reclassificação de uma parte da carteira de títulos disponível para venda, que será dividida numa carteira classificada ao Valor Amortizado e uma carteira ao Justo Valor através de Outros Rendimentos Integrais (FVOCI). Cerca de 35,5 mil milhões de euros de títulos de dívida anteriormente classificados com Disponíveis para Venda segundo a IAS 39 serão mensurados ao Valor Amortizado com base no modelo de negócios Detido para Recolha da IFRS 9. A reclassificação de Disponíveis para Venda para Valor Amortizado resultará numa redução dos ganhos inerentes a reavaliações não realizados no capital próprio à data de transição de aproximadamente 0,6 mil milhões de euros.
- Para uma carteira hipotecária de 3,4 mil milhões de euros, a medição mudará de Valor Amortizado para Outros Rendimentos Integrais (FVOCI), uma vez que preenche os requisitos do modelo de negócios Detido para Recolha e Venda. Como o justo valor da carteira é superior ao Valor Amortizado, isto terá um impacto positivo no capital próprio de 0,2 mil milhões de euros.
- Aproximadamente 1,3 mil milhões de euros de títulos de dívida e empréstimos previamente registados em Valor Acumulado ou Disponível para Venda serão mensurados ao Justo Valor através de ganhos e perdas (FVPL), uma vez que os fluxos de caixa não cumprem o teste de SPPI. Esta alteração de mensuração tem um impacto negativo limitado no capital próprio na data de transição.

Além disso, existem algumas carteiras para as quais apenas a classificação na demonstração consolidada da posição financeira do ING mudará sem afetar o capital próprio:

- O ING tem uma carteira de títulos de capital próprio no valor de 4,0 mil milhões de euros. Para instrumentos de capital próprio estratégicos no valor de 3,9 mil milhões de euros; O ING decidiu aplicar a opção de designá-los de forma irrevogável ao Justo Valor através de Outros Rendimentos Integrais, em vez da mensuração padrão da IFRS 9 do Justo Valor através de ganhos e perdas. Os investimentos em capitais próprios ao Justo Valor através de Outros Rendimentos Integrais não sofrerão reciclagem da reserva de reavaliação para a demonstração de lucros e perdas aquando da alienação. Para estes instrumentos, apenas o rendimento de dividendos continua a ser reconhecido na demonstração de lucros e perdas; e
- Algumas carteiras com acordo de revenda no valor de 54,8 mil milhões de euros serão classificadas como ativos financeiros «Obrigatoriamente ao Justo Valor através de ganhos e perdas» em vez de Detidos para negociação. O ING utilizará a opção de justo valor para os passivos financeiros relacionados com a recompra no valor de 37,2 mil milhões de euros.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Imparidade

A implementação da IFRS 9 tem um impacto significativo na metodologia da imparidade do ING. O modelo Perdas de Crédito Esperadas (ECL) é um modelo prospetivo. As estimativas de Perdas de Crédito Esperadas são imparciais, ponderadas pela probabilidade e incluem informações sustentáveis sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições económicas futuras. O modelo Perdas de Crédito Esperadas do ING reflete três cenários macroeconómicos através de um cenário base ascendente e descendente e inclui o valor temporal do dinheiro. O modelo aplica-se aos ativos financeiros no balanço financeiro contabilizados ao Custo Amortizado e ao Justo Valor através de Outros Rendimentos Integrais, como empréstimos, títulos de dívida e locações financeiras a receber, bem como elementos extrapatrimoniais, como empréstimos não utilizados, algumas garantias financeiras e facilidades de crédito renovável não utilizadas. Em comparação com o âmbito da IAS 39, a principal alteração é a inclusão de exposições extrapatrimoniais e de ativos financeiros Detidos para Recolha e Venda. O ING alinhou a definição de imparidade de crédito conforme a IFRS 9 com a definição de incumprimento para efeitos prudenciais.

A abordagem do ING aproveitou os modelos de capital regulamentar existentes que usam Modelos Avançados Baseados em Notações Internas (AIRB) para efeitos regulamentares. Para outras carteiras que usam a Abordagem Padronizada para calcular o capital regulamentar, o ING desenvolveu novos modelos de Perda de Crédito Esperada.

Abordagem de três fases

O ING Bank irá aplicar a abordagem em três fases da IFRS9 para medir as perdas de crédito esperadas:

- **Fase 1: Perda de Crédito Esperada em 12 meses - Sem aumento significativo do risco de crédito.**
Os instrumentos financeiros que não sofreram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial precisam, no reconhecimento inicial, de uma provisão para perdas de crédito esperadas associada à probabilidade de ocorrerem casos de incumprimento dentro dos próximos 12 meses (PCE de 12 meses). Para os ativos financeiros com um vencimento remanescente inferior a 12 meses, utiliza-se uma Probabilidade de Incumprimento (PI) que corresponde ao vencimento remanescente.
- **Fase 2: Perda de Crédito Esperada Vitalícia - Aumento significativo do risco de crédito**
Na eventualidade de haver um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para a Perda de Crédito Esperada vitalícia que representa perdas ao longo da vida do instrumento financeiro (Perda de Crédito Esperada Vitalícia).
- **Fase 3: Perda de Crédito Esperada Vitalícia - incumprimento**
Instrumentos financeiros que passam para a Fase 3 quando a imparidade do crédito e as compras de ativos com imparidade de crédito exigirem uma provisão da Perda de Crédito Esperada Vitalícia.

Aumento significativo do risco de crédito

Um ativo financeiro passa da Fase 1 para a Fase 2 quando há um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. O ING Bank estabeleceu uma estrutura que integra informações quantitativas e qualitativas para identificar isto num nível de ativos aplicando uma avaliação relativa. Cada ativo financeiro será avaliado na data do relato sobre os impulsionadores para uma deterioração significativa. O ING Bank avalia o aumento significativo do risco de crédito usando:

- Delta na probabilidade de incumprimento vitalícia;
- Estado de diferimento;
- Estado da lista de observação. Os empréstimos na lista de observação são avaliados individualmente para a classificação da Fase 2;
- Administração intensiva;
- Notação interna;
- Dívidas em atraso; e
- Atraso de mais de 30 dias nas transferências da Fase 1 para a Fase 2.

O delta na probabilidade vitalícia de incumprimento é o principal desencadeador para o movimento entre a Fase 1 e a Fase 2. O desencadeador compara a probabilidade vitalícia de incumprimento na origem versus a probabilidade vitalícia de incumprimento na data de relato, considerando o vencimento remanescente. Os ativos podem mover-se em ambas as direções, o que significa que voltaram para a Fase 1 ou Fase 2 quando os desencadeadores da Fase 2 ou a Fase 3 já não forem aplicáveis (tendo em consideração os períodos experimentais regulamentares). A atribuição da fase é implementada nos sistemas centrais de risco de crédito.

Cenários macroeconómicos

O ING estabeleceu um processo trimestral em que os cenários macroeconómicos prospetivos e as ponderações de probabilidade são desenvolvidos para fins de cálculo da Perda de Crédito Esperada. ING aplica predominantemente dados de um prestador de serviços de destaque enriquecido com a visão interna do ING. Para refletir um valor de Perda de Crédito Esperada ponderado pela probabilidade e imparcial, determina-se um cenário base ascendente e descendente. Como cenário base, o ING aplica uma visão de mercado neutra combinando as previsões de consenso para variáveis económicas, tais como taxas de desemprego, crescimento do PIB, preços das casas, preços das mercadorias e taxas de juro a curto prazo. A aplicação do consenso de mercado no cenário base garante estimativas imparciais das perdas de crédito esperadas.

Os cenários alternativos baseiam-se em erros de previsão observados no passado, ajustados para os riscos que afetam a economia atual e o horizonte de previsão. As probabilidades atribuídas baseiam-se nas probabilidades de observar os três cenários e provêm de intervalos de confiança numa distribuição da probabilidade. Os cenários são ajustados trimestralmente.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Como a inclusão de cenários macroeconômicos prospectiva requer bom senso, foi criada uma equipa de cenários macroeconômicos e um painel de especialistas em cenários macroeconômicos. A equipa de cenários macroeconômicos é responsável pelos cenários macroeconômicos utilizados para efeitos da Perda de Crédito Esperada da IFRS 9, com um desafio por parte do painel de especialistas em cenários macroeconômicos. Isto garante que os cenários macroeconômicos sejam suficientemente desafiados e que os principais riscos económicos, incluindo os riscos imediatos a curto prazo, são tidos em consideração ao desenvolver os cenários macroeconômicos usados no cálculo da Perda de Crédito Esperada. O painel de especialistas em Cenários Macroeconômicos é uma equipa diversificada composta por representantes da alta administração da área de Negócios, Riscos, Finanças e uma parte externa.

Mensuração

O cálculo da PCE da IFRS 9 baseia-se nos modelos de perda esperada do ING Bank (PI, PDI, EAD) atualmente utilizados para capital regulamentar, capital económico e provisões coletivas na atual estrutura da IAS 39. Estes modelos são ajustados para 1) remoção do conservadorismo prudencial integrado (como *floors*), 2) oferecer estimativas pontuais prospectivas baseadas em previsões económicas e 3) uma visão de 12 meses ou vitalícia do risco de crédito, quando necessário. As características vitalícias são o comportamento de incumprimento num horizonte mais longo, comportamento completo após o momento do incumprimento, cronogramas de pagamento e liquidações antecipadas. Para a maioria dos instrumentos financeiros, a vida esperada é limitada ao vencimento remanescente. Para os créditos a descoberto e algumas facilidades de crédito renovável, como cartões de crédito, as suposições em aberto são consideradas uma vez que não possuem um prazo fixo ou um plano de reembolso.

Para medir a PCE, o ING Bank aplica uma abordagem PI x EAD x PDI que integra o valor temporal do dinheiro. Para os ativos da Fase 1, será aplicada uma abordagem prospectiva num horizonte de 12 meses. Para os ativos da Fase 2, aplica-se uma visão vitalícia no crédito. A Perda Esperada Vitalícia (PEV) é a soma descontada das parcelas de perdas vitalícias relacionadas com eventos de incumprimento em cada intervalo temporal de 12 meses até ao vencimento. Para os ativos da Fase 3, a Probabilidade de Incumprimento (PI) é igual a 100 % e a Perda Dado o Incumprimento (PDI) e a Posição em situação de incumprimento (EAD) representam uma visão vitalícia das perdas com base nas características dos recursos em situação de incumprimento.

Impacto

Como resultado dos novos requisitos de imparidade da IFRS 9, o ING espera que as provisões para perdas por empréstimos duvidosos aumentem em aproximadamente 0,6 mil milhões de euros (antes de impostos). A divisão da Perda de Crédito Esperada em diferentes fases da nossa carteira é detalhada na tabela abaixo. O aumento no nível de imparidades devido à transição para a IFRS 9 é, sobretudo, o resultado dos empréstimos da IFRS 9 Fase 2, para os quais as perdas de crédito esperadas vitalícias têm de ser calculadas.

Imparidades de impacto na transição da IFRS 9 estimadas a 1 de janeiro de 2018¹

Em mil milhões de euros	PED da IAS 39	Fases de imparidade da IFRS 9	Aumento estimado da IFR9 Perda de Crédito Esperada da IFRS 9	Perda de Crédito Esperada Estimada da IFRS 9
Ocorridos mas não participados (IBNR)	0,7	Fase 1 – Perda de Crédito Esperada de 12 meses	0,1	0,4
		Fase 2 – Perda de Crédito Esperada Vitalícia	0,5	0,9
Provisões individuais (AFIS, AFINS)	3,9	Fase 3 – Perda de Crédito Esperada Vitalícia	0,02	3,9
Total	4,6	Total	0,6	5,2

1 Inclui provisões para passivos contingentes

2 A mudança para os ativos financeiros da Fase 3 é arredondada.

IFRS 9 Impacto sobre o capital e outros requisitos regulamentares

A IFRS 9 terá impacto no capital relatado pelo ING Bank como resultado dos ajustes de transição registados no capital próprio dos acionistas na data de transição. Comité de Basileia de Supervisão Bancária (CBSB) destacou que o tratamento das provisões no âmbito das estruturas de AP e de AIRB permanece, mas permite que as jurisdições optem por aplicar ou não um acordo transitório para o impacto da imparidade de acordo com a IFRS 9. Como resultado, a UE introduziu acordos transitórios para mitigar o impacto da imparidade da IFRS 9 em fundos próprios no Regulamento sobre Requisitos de Fundos Próprios (RFP). O ING decidiu não aplicar os acordos transitórios da imparidade da IFRS 9. O aumento das provisões terá um impacto limitado no rácio CET1 do ING, uma vez que para as carteiras de AIRB, este aumento será compensado pelo défice existente na provisão regulamentar até 31 de dezembro de 2017.

O impacto estimado da adoção da IFRS 9 no capital próprio de acionistas é de aproximadamente -0,9 mil milhões de euros e -18 pontos base sobre o rácio de fundos próprios principais de nível 1 à data de implementação, 1 de janeiro de 2018, consistindo em:

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Impacto estimado da adoção da IFRS 9 no capital próprio de acionistas a 1 de janeiro de 2018

Em mil milhões de euros

Impacto estimado no
capital próprio de
acionistas

Provisões para perdas por empréstimos duvidosos ¹	-0,4
Carteira de títulos ²	-0,6
Hipotecas detidas na carteira Detido para Recolha e Vendas ³	0,2
Outros ⁴	-0,1
Impacto total	-0,9

- Os -0,4 mil milhões de euros são o impacto após impostos sobre o capital próprio do aumento estimado da Perda de Crédito Esperada (PCE) da IFRS 9, no valor de 0,6 mil milhões de euros. O impacto em termos de requisitos de fundos próprios é para as carteiras de AIRB compensadas pela libertação de elementos de perda esperada atualmente incluídos no cálculo do capital regulamentar a 31 de dezembro de 2017.
- O principal impacto de aproximadamente -0,6 mil milhões de euros da reclassificação de uma parte da carteira de títulos dos títulos de dívida disponíveis para venda (Justo Valor através de Outros Rendimentos Integrais - FVOCI) de acordo com a IAS 39 para a carteira Detido para Recolha (Valor Amortizado) de acordo com a IFRS 9.
- Uma carteira de hipotecas será mensurada pelo Justo Valor através de Outros Rendimentos Integrais de acordo com a IFRS 9 ao invés do Valor Amortizado de acordo com a IAS 39, resultando num impacto de aproximadamente 0,2 mil milhões de euros nos fundos próprios principais de nível 1.
- Esta rubrica incide principalmente no impacto estimado da apresentação de empréstimos e instrumentos de dívida ao justo valor através da demonstração de lucros e perdas (SOPIL), uma vez que os fluxos de caixa desses ativos não representam Apenas Pagamentos de Capital e Juros (SPPI).

Não se espera que o impacto noutros rácios regulamentares seja significativo.

IFRS 15 «Receitas de Contratos com Clientes»

A IFRS 15 «Receitas de Contratos com Clientes» produz efeitos para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018 e foi aprovada pela UE. A IFRS 15 apresenta uma abordagem de cinco etapas para reconhecer a receita quando as obrigações de desempenho acordadas são cumpridas. As obrigações de desempenho acordadas são promessas individuais feitas ao cliente que oferecem benefícios da perspetiva do cliente. A receita deve ser reconhecida num determinado momento ou ao longo do tempo, dependendo do serviço a ser oferecido ao cliente.

O ING avaliou o impacto da IFRS 15 e espera que não tenha efeito significativo no resultado líquido do ING Bank e/ou outros rendimentos integrais e no capital próprio de acionistas.

IFRS 16 «Locações»

A IFRS 16 «Locações» produz efeitos para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019 e foi aprovada pela UE. A IFRS 16 é a nova norma contabilística para locações e substituirá a IAS 17 «Locações» e a IFRIC 4 «Determinar se um Acordo contém uma Locação». A nova norma elimina a distinção entre locações operacionais ou financeiras, resultando em todas as locações a serem tratadas como locações financeiras. Todas as locações serão reconhecidas na demonstração da posição financeira, com exceção de locações opcionais a curto prazo, com um prazo de locação inferior a 12 meses e locações de ativos de baixo valor (por exemplo, telemóveis ou portáteis). Um locatário é obrigado a reconhecer de ativo de direito de utilização que represente o seu direito de utilizar o ativo locado subjacente e um passivo de locação que represente a sua obrigação de efetuar pagamentos de locação. O motivo principal para esta alteração é que esta abordagem resultará numa representação mais comparável dos ativos e passivos de um locatário em relação a outras empresas e, juntamente com divulgações aprimoradas, proporcionará maior transparência de alavancagem de um locatário e do capital empregue. A norma permite que um locatário opte por uma retrospectiva completa ou uma abordagem de transição retrospectiva modificada. Além disso, a norma oferece algumas opções práticas e isenções para facilitar os custos de transição. A contabilidade do locador permanece substancialmente inalterada. O ING adotará a norma na sua data de entrada em vigor para usar a abordagem retrospectiva modificada, no entanto, o ING ainda está a avaliar o impacto detalhado desta norma.

c) Apreciações significativas e estimativas e pressupostos contabilísticos importantes:

A elaboração das contas anuais consolidadas exige que a administração faça apreciações no processo de aplicação das suas políticas contabilísticas e que use estimativas e pressupostos. As estimativas e pressupostos afetam os valores de ativos e passivos e os valores dos passivos contingentes apresentados na data do balanço financeiro, bem como o rendimento e despesas apresentadas para o ano. O resultado real pode divergir destas estimativas. O processo de definição de pressupostos está sujeito a procedimentos de controlo interno e aprovações.

O ING Bank identificou áreas que exigem que a administração faça apreciações significativas e use estimativas e pressupostos contabilísticos importantes com base nas informações e dados financeiros que podem mudar em períodos futuros. Estas áreas são:

- A determinação dos justos valores dos ativos e passivos financeiros;
- Provisões para perdas por empréstimos duvidosos; e
- Provisões.

Para uma discussão mais aprofundada das apreciações significativas e das estimativas e pressupostos contabilísticos importantes nessas áreas, faz-se referência às partes relevantes na secção d) «Princípios de avaliação e determinação de resultados» e às notas aplicáveis às Contas Anuais Consolidadas.

d) Princípios de avaliação e determinação de resultados

Consolidação

O ING Bank (o Banco) inclui o ING Bank N.V. (a Empresa-mãe) e todas as outras filiais. As filiais são entidades controladas pelo ING Bank N.V. O controlo existe se o ING Bank N.V. estiver exposto ou tiver direitos a retornos variáveis e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio de poder sobre a empresa investida. O controlo geralmente é obtido por meio de situações que incluem, nomeadamente:

- Posse, direta ou indireta, de mais da metade do poder de voto;
- Capacidade de nomear ou destituir a maioria do conselho de direção;
- Poder de governar as políticas operacionais e financeiras segundo uma disposição legal ou um acordo; e
- Poder sobre mais de metade dos direitos de voto por meio de acordo com outros investidores.

A existência e efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados para avaliar se o ING Bank controla outra entidade.

Para interesses em veículos de investimento, a existência de controlo é determinada tendo em conta os interesses financeiros do ING Bank por risco próprio e o seu papel como gestor de investimentos.

Na Nota 44 «Principais filiais» está incluída uma lista das principais filiais.

Uma lista com a informação referida na Secção 379 (1) do Livro 2 do Código Civil Holandês foi apresentada ao escritório do Registo Comercial de Amsterdão, em conformidade com a Secção 379 (5) do Livro 2 do Código Civil Holandês.

Os resultados das operações e os ativos líquidos das filiais estão incluídos na demonstração de lucros e perdas e na demonstração da posição financeira a partir da data em que o controlo é obtido até à data em que o controlo é perdido. Na alienação, a diferença entre os resultados das vendas, liquidez de custos de transação diretamente atribuíveis e os ativos líquidos está incluída no resultado líquido.

Uma filial que o ING Bank tenha acordado vender, mas que legalmente ainda é detida pelo ING Bank, pode ser controlada pelo ING Bank à data do balanço financeiro e, portanto, deve ser incluída na consolidação. Essa filial pode ser apresentada como grupo para alienação detido para venda, se forem respeitadas determinadas condições.

Todas as transações entre empresas, saldos e excedentes e défices não realizados em transações entre as empresas do grupo são eliminadas. Sempre que necessário, as políticas contabilísticas utilizadas pelas filiais são alteradas para garantir a consistência com as políticas do grupo. No geral, as datas de relato das filiais são as mesmas que a data de relato do ING Bank N.V.

O ING Bank N.V. e as suas empresas do grupo holandês estão sujeitas a restrições legais em relação ao montante dos dividendos que podem pagar aos seus acionistas. O Código Civil Holandês contém a restrição de que os dividendos só podem ser pagos até um montante igual ao excesso dos fundos próprios da empresa através do capital e reservas realizadas exigidas por lei. Além disso, algumas empresas do Banco estão sujeitas a restrições sobre a quantidade de fundos que podem transferir sob a forma de dividendos, ou de outra forma, para a empresa-mãe.

Por outro lado, além das restrições em relação aos requisitos mínimos de capital que são impostos por reguladores da indústria nos países em que as filiais operam, existem outras limitações em certos países.

Informações contabilísticas por setores

Um setor é um componente distinguível do Banco, empenhado em oferecer produtos ou serviços, sujeito a riscos e retornos que são diferentes dos de outros setores monitorizados pela administração. Uma área geográfica é um componente distinguível do Banco empenhado em oferecer produtos ou serviços dentro de um ambiente económico específico que está sujeito a riscos e retornos que são diferentes dos segmentos que operam noutros ambientes económicos. As análises geográficas baseiam-se na localização do escritório a partir do qual as transações são originadas.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

As rubricas incluídas nas contas anuais de cada uma das entidades do Banco são medidas utilizando a moeda do principal ambiente económico no qual a entidade atua (a moeda funcional). As contas anuais consolidadas são apresentadas em euros, que é a moeda de apresentação do ING Bank.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data das transações. As diferenças cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio dos ativos e passivos no final do ano denominados em moeda estrangeira são reconhecidas na demonstração de lucros e perdas, salvo quando diferidas do capital próprio como parte das coberturas de fluxo de caixa qualificadas ou coberturas de investimento líquido qualificadas.

Os itens não monetários mensurados em termos de custo histórico numa moeda estrangeira são convertidos com a taxa de câmbio na data da transação.

As diferenças cambiais em itens não monetários, medidas ao justo valor através de lucros e perdas, são apresentadas como parte do lucro ou perda de justo valor. Os itens não monetários são reconvertidos à data em que o justo valor é determinado. As diferenças cambiais em itens não monetários, medidas ao justo valor através da reserva de reavaliação, são incluídas na reserva de reavaliação em capital próprio.

Normalmente, as diferenças cambiais na demonstração de lucros e perdas são incluídas nos «Resultados de avaliação e resultados líquidos em operações financeiras». É feita referência à Nota 21 «Resultados de avaliação e resultados líquidos em operações financeiras», que divulga os montantes incluídos na demonstração de lucros e perdas. As diferenças cambiais relativas à eliminação de títulos de dívida e títulos de capital próprio disponíveis para venda são consideradas uma parte inerente dos lucros e perdas de capital reconhecidos nos rendimentos de investimento. Como mencionado abaixo nas empresas do Banco relativas às cessões das empresas do grupo, qualquer diferença cambial diferida em capital próprio é reconhecida na demonstração de lucros e perdas em «Resultado na alienação de empresas do grupo.» Também é feita referência à Nota 18 «Capital Próprio», que divulga os valores incluídos na demonstração de lucros e perdas.

Empresas do banco

Os resultados e posições financeiras de todas as empresas do Banco que têm uma moeda funcional diferentes da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação da seguinte forma:

- Os ativos e passivos incluídos em cada demonstração da posição financeira são convertidos à taxa de fecho dessa demonstração da posição financeira;
- O rendimento e despesas incluídos em cada demonstração de lucros e perdas são convertidos às taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transações, caso em que o rendimento e as despesas são convertidos nas datas das transações); e
- Todas as diferenças cambiais são reconhecidas num componente individual do capital próprio.

Na consolidação, as diferenças cambiais decorrentes da conversão de um item monetário que faça parte de um investimento líquido numa operação no estrangeiro, e de empréstimos e outros instrumentos designados como coberturas desses investimentos, são absorvidas pelo capital próprio dos acionistas. Quando uma operação no estrangeiro é vendida, as diferenças cambiais correspondentes são reconhecidas na demonstração de lucros e perdas como parte do lucro ou perda na venda.

Os ajustes ao goodwill e ao justo valor decorrentes da aquisição de uma operação no estrangeiro são tratados como ativos e passivos da unidade operacional estrangeira e convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço financeiro.

Reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros**Reconhecimento de ativos financeiros**

Todas as aquisições e vendas de ativos financeiros classificados ao justo valor através de lucros ou perdas, detidas até ao vencimento e disponíveis para venda que exigem a entrega dentro do prazo estabelecido por regulamentação ou convenção de mercado (aquisições e vendas «de forma regular») são reconhecidas na data de transação, que é a data em que o Banco se compromete a adquirir ou vender o ativo. Os empréstimos e os valores a receber são reconhecidos na data de liquidação, que é a data em que o banco recebe ou entrega o ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros tenham vencido ou quando o Banco tiver transferido, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade. Se o Banco não transfere nem retém, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro, desreconhece o ativo financeiro se já não tiver controlo sobre o ativo.

Lucros e perdas realizados em ativos financeiros

Para os ativos financeiros ao custo amortizado, os lucros e perdas realizados em investimentos são determinados como a diferença entre os resultados das vendas e o custo (amortizado). Para os ativos financeiros disponíveis para venda, os ajustes de justo valor acumulado em outros rendimentos integrais são incluídos na demonstração de lucros e perdas quando o ativo é alienado. Para os títulos de capital próprio, o custo é determinado utilizando uma média ponderada por carteira. Para os títulos de dívida, o custo é determinado por identificação específica.

Reconhecimento de passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos na data em que a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Os passivos financeiros são retirados do balanço financeiro quando a obrigação especificada no contrato é retirada, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contabilístico de um passivo financeiro extinto e a consideração paga é reconhecida nos lucros ou perdas.

Classificação de instrumentos financeiros**A tivos e passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas**

Os ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas incluem os títulos de capital próprio, os títulos de dívida, derivados, empréstimos e valores a receber e outros, e incluem as seguintes subcategorias: ativos detidos para negociação, derivados não negociados e ativos financeiros designados ao justo valor através de lucros ou perdas pela administração. Os passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas incluem as seguintes subcategorias: passivos detidos para negociação, derivados não negociados e outros passivos financeiros designados ao justo valor através dos lucros ou perdas pela administração. Os passivos detidos para negociação incluem os títulos de capital próprio, os títulos de dívida, fundos em depósito e derivados.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é classificado como ao justo valor através de lucros e perdas se adquirido principalmente com o propósito de venda a curto prazo ou se designado pela administração como tal. A administração designará um ativo ou passivo financeiro enquanto tal eliminar uma inconsistência de mensuração ou se os ativos e passivos relacionados forem geridos com base no justo valor.

Os custos de transação no reconhecimento inicial são registados à medida que são efetuados. O rendimento e despesas dos juros de instrumentos financeiros é classificado pelo justo valor através dos lucros e perdas e é reconhecido no rendimento dos juros usando o método da taxa de juro efetiva (quando aplicável) e as alterações remanescentes no justo valor de tais instrumentos são reconhecidas em resultados de avaliação e rendimento líquido de negociação na demonstração de lucros e perdas.

O rendimento de dividendos dos instrumentos de capital próprio classificado pelo justo valor através dos lucros e perdas é geralmente reconhecido nos Resultados de avaliação e resultados líquidos em operações financeiras na demonstração de lucros e perdas quando o dividendo tiver sido declarado. Para os derivados, é feita referência à secção «Derivados e contabilidade de cobertura»

Investimentos

Os investimentos (incluindo empréstimos cotados em mercados ativos) são classificados como detidos até ao vencimento ou disponíveis para venda. Os títulos de dívida de investimento e empréstimos cotados em mercados ativos com vencimento fixo onde a administração tem a intenção e a capacidade de manter o vencimento são classificados como detido até ao vencimento. Os títulos de investimento e os empréstimos cotados destinados a ser detidos por um período de tempo indefinido, que podem ser vendidos em resposta às necessidades de liquidez ou alterações nas taxas de juros, taxas de câmbio ou preços das ações, são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem títulos de dívida disponíveis para venda e títulos de capital próprio disponíveis para venda. Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente reconhecidos ao justo valor mais os custos de transação. Para títulos de dívida disponíveis para venda, a diferença entre o custo e o valor de resgate é amortizada. O rendimento dos juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo. Os ativos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente medidos ao justo valor. O rendimento dos juros dos títulos de dívida classificado como disponível para venda é reconhecido no Rendimento dos juros na demonstração de lucros e perdas. O rendimento de dividendos dos instrumentos de capital próprio classificado como disponível para venda é reconhecido no Rendimento dos investimentos na demonstração de lucros e perdas quando o dividendo tiver sido declarado. Os lucros e perdas não realizados decorrentes das alterações ao justo valor são reconhecidos no capital próprio e são reciclados para demonstração de lucros e perdas como Rendimento dos investimentos quando o ativo é alienado. Os investimentos em títulos sensíveis ao pré-pagamento, como as parcelas Apenas de Juros e Apenas de Capital, são geralmente classificados como disponíveis para venda.

Investimentos detidos até ao vencimento

Os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo para os quais o Banco tem a intenção positiva e a capacidade de deter até ao vencimento e que são designados pela administração como ativos detidos até ao vencimento, são inicialmente reconhecidos ao justo valor mais os custos de transação. Posteriormente, são contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método do juro efetivo menos quaisquer perdas por imparidade. O rendimento dos juros dos títulos de dívida classificado como detido até ao vencimento é reconhecido no Rendimento dos juros na demonstração de lucros e perdas utilizando o método do juro efetivo. Os investimentos detidos até ao vencimento incluem apenas títulos de dívida.

Empréstimos e valores a receber

Os empréstimos e valores a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados num mercado ativo. São inicialmente reconhecidos ao justo valor mais os custos de transação. Posteriormente, são contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método do juro efetivo menos quaisquer perdas por imparidade. Os empréstimos e os valores a receber incluem Caixa e disponibilidades com bancos centrais, Empréstimos e adiantamentos a bancos, Empréstimos e adiantamentos a clientes e algumas categorias de Outros ativos e refletem-se nestas rubricas na demonstração da posição financeira. O rendimento dos juros dos empréstimos e valores a receber é reconhecido no Rendimento dos juros na demonstração de lucros e perdas utilizando o método do juro efetivo.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado incluem as seguintes subcategorias: ações preferenciais classificadas como dívida, títulos de dívida emitidos, empréstimos subordinados e depósitos de bancos e depósitos de clientes.

As ações preferenciais, que implicam um cupão obrigatório ou que podem ser resgatáveis numa data específica ou por ação do acionista, são classificadas como passivos financeiros. Os dividendos destas ações preferenciais são reconhecidos na conta de lucros ou perdas como despesas com juros, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos pelos valores da emissão (justo valor da retribuição recebida), líquidos dos custos de transação incorridos. Os passivos nesta categoria são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado; qualquer diferença entre as receitas, liquidez dos custos de transação e valor de resgate é reconhecida na demonstração de lucros e perdas durante o período dos empréstimos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Se o ING Bank adquirir a sua própria dívida, é retirada da demonstração da posição financeira, e a diferença entre o valor contabilístico do passivo e a retribuição paga é incluída na demonstração de lucros e perdas.

Contratos de garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são contratos que requerem que o emitente faça pagamentos especificados para reembolsar o detentor por uma perda em que incorre porque um devedor especificado não efetua os pagamentos quando devidos, em conformidade com os termos de um instrumento de dívida. Estas garantias financeiras são inicialmente reconhecidas ao justo valor e posteriormente medidas pelo maior valor da melhor estimativa descontada da obrigação de garantia e o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada para refletir os princípios de reconhecimento de receita.

Justo valor de ativos e passivos financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor, enquanto os ativos e passivos financeiros classificados como detidos para negociação ou designados ao justo valor através dos lucros ou perdas e ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são subsequentemente mensurados pelo justo valor nas contas anuais.

O justo valor é definido como o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre os participantes do mercado na data da medição. Utiliza os pressupostos que os participantes do mercado usariam e leva em consideração as características do ativo ou passivo que os participantes do mercado terão em consideração ao avaliar o ativo ou o passivo. Os valores justos de ativos e passivos financeiros são baseados em preços de mercado cotados não ajustados, quando disponíveis. Esses preços de mercado cotados são obtidos principalmente a partir de preços de troca para os instrumentos financeiros listados. Quando não está disponível um preço de troca, os preços cotados num mercado ativo podem ser obtidos a partir de fornecedores de mercado independentes, corretores ou criadores de mercado. No geral, as posições são avaliadas ao preço de compra para uma posição longa e o preço de oferta para uma posição curta ou são avaliados ao preço dentro do diferencial compra-oferta que é mais representativo do valor justo nestas circunstâncias. Em alguns casos em que as posições são marcadas a preços médios de mercado, calcula-se um ajuste do valor justo.

Os preços de mercado cotados não estão disponíveis para determinados ativos e passivos financeiros. Para estes ativos e passivos financeiros, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Estas técnicas de avaliação variam entre desconto de fluxos de caixa e vários modelos de avaliação, onde os fatores de preços relevantes, incluindo o preço de mercado dos instrumentos de referência subjacentes, parâmetros de mercado (volatilidades, correlações e notações de risco) e comportamento do cliente são considerados. O ING maximiza o uso de contributos observáveis no mercado e minimiza o uso de contributos não observáveis na determinação do justo valor. Pode ser subjetivo dependente do significado da contribuição não observável para a avaliação geral. Todas as técnicas de avaliação estão sujeitas a revisão e aprovação internas. A maior parte dos dados utilizados nestas técnicas de avaliação é validada diariamente, quando possível.

Quando um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros é gerido com base nas suas exposições líquidas ao risco, mede o justo valor de um grupo de ativos ou passivos financeiros ao nível líquido da carteira.

Para incluir o risco de crédito no justo valor, o ING aplica ajustes de avaliação de crédito e de débito (CVA, DVA). As próprias dívidas emitidas e os títulos estruturados que são medidos pelo justo valor são ajustados para o risco de crédito por meio de um DVA. Além disso, os derivados valorizados ao justo valor são ajustados para o risco de crédito por um CVA. O CVA é de natureza bilateral, tanto o risco de crédito da contraparte, bem como o risco de crédito no ING estão incluídos no ajuste. Todos os dados inseridos que são utilizados na determinação do CVA são baseados em dados de mercado implícitos. Além disso, o risco de correlação desfavorável (quando a exposição a uma contraparte está a aumentar e a qualidade de crédito dessa contraparte se deteriora) e o risco de correlação favorável (quando a exposição a uma contraparte está a aumentar e a qualidade de crédito dessa contraparte melhora) são tido em consideração na medição do ajuste de avaliação. O ING aplica um «Ajuste de Avaliação de Financiamento» (FVA) adicional aos derivados não garantidos com base no preço de mercado da liquidez do financiamento.

Apreciações significativas e estimativas e pressupostos contabilísticos importantes:

Mesmo que os preços de mercado estejam disponíveis, quando os mercados são menos líquidos, pode haver um leque de preços para o

As técnicas de avaliação são de natureza subjetiva e o julgamento significativo está envolvido no estabelecimento de valores justos para determinados ativos e passivos financeiros. As técnicas de avaliação envolvem vários pressupostos sobre os fatores de determinação de preços. A utilização de diferentes técnicas de avaliação e pressupostos pode produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.

Os testes de preços são realizados para avaliar se o processo de avaliação levou a um valor justo da posição adequado e a um reflexo adequados destas avaliações na demonstração de lucros e perdas. Os testes de preços são realizados para minimizar os potenciais riscos para perdas económicas devido a modelos incorretos ou mal utilizados.

É feita referência à Nota 34 «Justo valor de ativos e passivos» e à secção «Gestão do Risco - Risco de Mercado», parágrafo «Justo valor de ativos e passivos financeiros» para a base da determinação do justo valor de instrumentos financeiros e sensibilidades relacionadas.

Classificação da gestão do risco de crédito e exposição máxima ao risco de crédito

As divulgações da gestão do risco de crédito são fornecidas na secção «Gestão do Risco - Risco de Crédito», parágrafo «Categorias do risco de crédito».

A exposição máxima ao risco de crédito para os itens na demonstração da posição financeira é, geralmente, o valor contabilístico para os ativos financeiros relevantes. Para os itens fora do balanço financeiro, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que poderia ser necessário para ser pago. É feita referência à Nota 41 «Passivos contingentes e compromissos» para estes elementos extrapatrimoniais. As garantias recebidas não são tidas em consideração ao determinar a exposição máxima ao risco de crédito.

A forma como o ING Bank gere o risco de crédito e determina as exposições ao risco de crédito para o efeito é explicada na secção «Gestão do Risco - Risco de Crédito», no parágrafo «Quadro da Apetência pelo Risco de Crédito e Risco de Concentração».

Derivados e contabilidade de cobertura

Os derivados são inicialmente reconhecidos ao justo valor na data em que um contrato de derivados é celebrado e são subsequentemente medidos ao justo valor. Os justos valores são obtidos a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos, incluindo transações de mercado recentes e técnicas de avaliação (tais como modelos de fluxo de caixa descontado e modelos de fixação de preços), conforme o caso. Todos os derivados são contabilizados como ativos, quando o seu justo valor é positivo e como passivos, quando o seu justo valor é negativo.

Alguns derivados incluídos noutros contratos são medidos como derivados individuais quando as suas características económicas e os riscos não estão estreitamente relacionados com os do contrato de base, o contrato de base não é contabilizado ao justo valor através de lucros e perdas e se um instrumento com os mesmos termos que o derivado incluído cumprirem a definição de um derivado. Estes derivados incluídos são medidos segundo o justo valor com alterações no justo valor reconhecido na demonstração de lucros e perdas. Quando o Banco se torna parte do contrato é realizada uma avaliação. A reavaliação é realizada somente quando há uma alteração nos termos do contrato que altera, significativamente, os fluxos de caixa esperados.

O método para reconhecer o ganho ou perda do justo valor resultante depende se o derivado for designado como um instrumento de cobertura e, em caso afirmativo, da natureza do item que está a ser coberto. O Banco designa alguns derivados como coberturas do justo valor dos ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes (cobertura de justo valor), coberturas de futuros fluxos de caixa altamente prováveis atribuíveis a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma operação prevista (cobertura de fluxo de caixa) ou coberturas de um investimento líquido numa operação no estrangeiro. A contabilidade de cobertura é utilizada para os derivados designados desta forma, desde que certos critérios sejam cumpridos.

No início da transação, o ING Bank documenta a relação entre os instrumentos de cobertura e os itens cobertos, o seu objetivo de gestão do risco, juntamente com os métodos selecionados para avaliar a eficácia da cobertura. O Banco também documenta a sua avaliação, tanto no início da cobertura e de uma forma contínua, se os derivados que são utilizados nas transações de cobertura são altamente eficazes na compensação de variações nos justos valores ou fluxos de caixa dos itens cobertos.

O ING Bank aplica a contabilidade de cobertura de justo valor às carteiras de cobertura do risco da taxa de juros (macrocobertura) de acordo com a dissociação da UE. A macrocobertura «dissociada» da UE permite que um grupo de derivados (ou proporções) seja visto em combinação e conjuntamente designado como o instrumento de cobertura e retira algumas das limitações da contabilidade de cobertura de justo valor relacionadas com a cobertura de depósitos principais e estratégias de cobertura. De acordo com a «dissociação» da UE, a contabilidade de cobertura pode ser aplicada aos depósitos principais e a ineficácia só surge quando a estimativa revista da quantia de fluxos de caixa em intervalos de tempo regulares fica abaixo da quantia designada desse intervalo de tempo.

O ING Bank aplica a contabilidade de cobertura de justo valor às carteiras de cobertura do risco da taxa de juros (macrocobertura) de acordo com a «dissociação» da UE às suas operações de retalho. As exposições líquidas do financiamento de retalho (poupanças e contas correntes) e empréstimos a retalho (hipotecas) são cobertas. As atividades de cobertura são designadas nos termos de uma carteira de cobertura do justo valor sobre as hipotecas. As alterações no justo valor dos derivados são reconhecidas na demonstração de lucros e perdas, juntamente com o ajuste do justo valor sobre as hipotecas (itens cobertos), na medida em que são atribuíveis ao risco de taxa de juros (risco coberto).

Cobertura de justo valor

As alterações no justo valor dos derivados que são designados e qualificados como coberturas do justo valor são reconhecidas na demonstração de lucros e perdas, juntamente com ajustes do justo valor sobre os itens cobertos, na medida em que são atribuíveis ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, o ajuste cumulativo do item coberto é, no caso de instrumentos com juros, amortizado através da demonstração de lucros e perdas ao longo do prazo restante da cobertura original ou diretamente reconhecido quando o item coberto é desreconhecido. Para os instrumentos sem juros, o ajuste cumulativo do item coberto é reconhecido na demonstração de lucros e perdas apenas quando o item coberto é desreconhecido.

Cobertura de fluxos de caixa

A parcela efetiva das alterações no justo valor dos derivados que são designados e qualificados como coberturas de fluxo de caixa é reconhecida no capital próprio. O lucro ou perda relacionado com a parcela ineficaz é imediatamente reconhecido na demonstração de lucros e perdas. Os montantes acumulados no capital próprio são reciclados para a demonstração de lucros e perdas nos períodos em que o item coberto afeta o resultado líquido. Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando uma cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer lucro ou perda cumulativo existente no capital próprio naquele momento, permanece no capital próprio e é reconhecido quando a transação prevista é finalmente reconhecida na demonstração de lucros e perdas. Quando não se espera que ocorra uma transação prevista, o lucro ou perda cumulativo que foi relatado no capital próprio é imediatamente transferido para a demonstração de lucros e perdas.

Cobertura de um investimento líquido

As coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro são contabilizadas de forma semelhante às coberturas de fluxo de caixa. Qualquer lucro ou perda no instrumento de cobertura relacionado com a parcela eficaz da cobertura é reconhecido no capital próprio e o lucro ou perda relacionado com a parcela ineficaz é imediatamente reconhecido na demonstração de lucros e perdas. Os lucros e perdas acumulados no capital próprio são incluídos na demonstração de lucros e perdas quando a operação no estrangeiro é alienada.

Derivados não negociados que não se qualificam para a contabilidade de cobertura

Os instrumentos derivados que são utilizados pelo Banco como parte das suas estratégias de gestão do risco, mas que não se qualificam para a contabilidade de cobertura no âmbito das políticas contabilísticas do ING Bank, são apresentados como derivados não negociados. Os derivados não negociados são medidos ao justo valor com alterações no justo valor direcionadas para a demonstração de lucros ou perdas.

Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido relatado, na demonstração da posição financeira quando o Banco tem um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e tem a intenção de os liquidar numa base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A compensação é aplicada a determinados *swaps* de taxas de juro para os quais são utilizados os serviços de uma câmara de compensação central. A compensação também se aplica a determinados clientes sujeitos a acordos de *cash pooling*, onde a intenção de liquidação líquida é demonstrada através de uma transferência física de valores em caixa numa única conta de compensação com base no fim de um período.

Operações de recompra e operações com acordo de revenda

Os títulos vendidos sujeitos a acordos de recompra são mantidos nas contas anuais consolidadas. Os passivos da contraparte estão incluídos nos Depósitos de bancos, Depósitos de clientes ou Negociação, conforme apropriado.

Os títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda não são reconhecidos na demonstração da posição financeira. A retribuição paga para a compra desses títulos é reconhecida como Empréstimos e adiantamentos a clientes, Empréstimos e adiantamentos a bancos ou Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas - Ativos detidos para negociação, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como juros e amortizada ao longo da duração do acordo utilizando o método do juro efetivo.

Imparidades de ativos financeiros ao custo amortizado (provisões para perdas por empréstimos duvidosos)

O ING Bank avalia periodicamente, e em cada data do balanço financeiro, se existem provas objetivas de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está desvalorizado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado e incorre-se em perdas por imparidade se, e somente se, houver uma prova objetiva de depreciação como resultado de um ou mais acontecimento que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, mas antes da data do balanço financeiro, (um acontecimento de perda) e esse acontecimento de perda (ou acontecimentos) tem impacto nos futuros fluxos de caixa estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma fiável. As seguintes circunstâncias, entre outras, são consideradas uma prova objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está desvalorizado:

- O mutuário procurou ou foi colocado em falência ou proteção semelhante e isto leva a evitar ou a atrasar os reembolsos do ativo financeiro;
- O mutuário falhou no reembolso do capital, juros ou taxas e a falta de pagamento permaneceu sem solução por um determinado período de tempo;
- O mutuário demonstrou dificuldades financeiras significativas, na medida em que terá um impacto negativo em fluxos de caixa futuros do ativo financeiro;
- A obrigação de crédito foi reestruturada por razões não comerciais. O ING Bank concedeu concessões, por razões económicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do mutuador, cujo efeito é uma redução nos futuros fluxos de caixa esperados do ativo financeiro; e

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

- A experiência histórica, atualizada para acontecimentos atuais quando necessário, oferece provas de que uma parte de um grupo de ativos está depreciada, embora os acontecimentos relacionados, que representam desencadeadores de desvalorização, ainda não estejam capturados pelos sistemas de risco de crédito do ING Bank.

Em determinadas circunstâncias, o ING concede um adiamento e/ou redução do capital do empréstimo e/ou pagamento de juros ao mutuador durante um período de tempo para maximizar as oportunidades de coleta e, se possível, evitar o incumprimento, encerramento ou recuperação. Quando esse adiamento e/ou redução do capital do empréstimo e/ou pagamento de juros é executado com base em preocupações quanto ao crédito, também é referido como diferimento. Em tais casos, o valor atual líquido do adiamento e/ou redução do capital do empréstimo e/ou pagamento de juros é tido em consideração na determinação do nível adequado de perda por imparidade conforme descrito abaixo. Se o diferimento resultar numa alteração substancial dos termos do empréstimo, o empréstimo original é anulado e um novo empréstimo é reconhecido pelo seu justo valor na data da modificação. O Banco determina se houve uma modificação substancial usando fatores quantitativos e qualitativos.

As perdas esperadas como resultado de acontecimentos futuros, não importa quão prováveis sejam, não são reconhecidas.

Em primeiro lugar, o Banco avalia se a prova objetiva de imparidade (evento/desencadeador de perda) existe individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos e, em seguida, individualmente ou coletivamente para ativos financeiros que não são individualmente significativos. Se o Banco determinar que não existe prova objetiva de imparidade (um evento/desencadeador de perda) para um ativo financeiro avaliado individualmente, quer seja significativo ou não, inclui o ativo num grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e avalia-os coletivamente para a imparidade. Os ativos que são avaliados individualmente para a desvalorização, e para os quais uma perda por imparidade é ou continua a ser reconhecida, não são incluídos numa avaliação coletiva de desvalorização.

Se existir prova objetiva de que se incorreu numa perda por imparidade num ativo pelo custo amortizado, o valor da perda é medido como a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não foram incorridas) descontado à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contabilístico do ativo é reduzido através da utilização de uma conta de provisão (Provisão para perdas por empréstimos duvidosos) e o valor da perda é reconhecido na demonstração de lucros e perdas na secção Adição às provisões para perdas por empréstimos duvidosos. Se o ativo tem uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir qualquer perda por imparidade é a atual taxa de juros efetiva determinada nos termos do contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por imparidade decresce e o decréscimo pode ser objetivamente relacionado com um acontecimento que ocorre após a desvalorização ser reconhecida (como uma desvalorização na notação de risco do devedor), a perda por imparidade previamente reconhecida é revertida pelo ajuste na provisão. O valor da reversão é reconhecido na demonstração de lucros e perdas.

Quando um empréstimo é incobrável, é liquidado mediante a provisão para as perdas por empréstimos duvidosos relacionados. Estes empréstimos são liquidados depois de terem sido concluídos todos os procedimentos necessários e o valor da perda ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores anteriormente liquidados são reconhecidas na demonstração de lucros e perdas.

As imparidades de outros instrumentos de dívida (empréstimos e investimentos detidos até ao vencimento) fazem parte das provisões para perdas por

Apreciações significativas e estimativas e pressupostos contabilísticos importantes:

Uma apreciação considerável é exercida na determinação da extensão da provisão para perdas por empréstimos duvidosos (imparidade) para ativos financeiros avaliados para imparidade, individual e coletivamente. O bom senso é exercido na avaliação da administração sobre se há indícios objetivos de que se incorreu numa perda por imparidade de um ativo, o risco na carteira, as condições económicas atuais, a experiência de perda nos últimos anos e as tendências de crédito, industriais, geográficas e de concentração. As alterações em tais apreciações e análises podem levar a alterações nas provisões para perdas por empréstimos duvidosos ao longo do tempo.

O ING Bank estima provisões de imparidade individuais para ativos financeiros significativos individualmente que tenham indícios objetivos de imparidade. O bom senso essencial exercido nesta área é a determinação de quando ocorreu um evento de imparidade. Os principais pressupostos na determinação do valor da provisão individual são os fluxos de caixa futuros esperados do ativo financeiro em questão. empréstimos duvidosos, conforme descrito acima.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Para efeitos de uma avaliação coletiva da desvalorização, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito semelhantes. Estas características são relevantes para a estimativa de futuros fluxos de caixa para os grupos desses ativos, por serem indicativas da capacidade que o devedor tem de pagar todos os valores devidos de acordo com os termos contratuais dos ativos a serem avaliados. A avaliação coletiva da desvalorização inclui a aplicação de um período de emergência de perda para as probabilidades de incumprimento (também conhecido como período de identificação de perda). O período de emergência de perda é um conceito que reconhece que existe um período de tempo entre o aparecimento de desencadeadores de desvalorização e a altura em que esses acontecimentos são capturados pelos sistemas de risco de crédito do Banco. Por conseguinte, a aplicação do período de emergência de perda garante que as desvalorizações incorridas, mas ainda não identificadas, são adequadamente refletidas nas provisões para perdas por empréstimos duvidosos no Banco. Embora os períodos de emergência de perdas sejam inerentemente incertos, o Banco aplica estimativas às subcarteiras (ex.: grandes empresas, pequenas e médias empresas e carteiras de retalho) que refletem fatores como a frequência com que os clientes na subcarteira divulgam informações sensíveis ao risco de crédito e a frequência com que estão sujeitos a revisão pelos gestores de contas do Banco. Geralmente, a frequência aumenta em relação à dimensão do mutuário. Os períodos de emergência da perda baseiam-se na experiência histórica e são validados, e revistos quando necessário, através de verificações *a posteriori* regulares para garantir que refletem a experiência recente e acontecimentos atuais.

Os fluxos de caixa esperados numa carteira de ativos financeiros que são coletivamente avaliados quanto à imparidade são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos ativos na carteira e na experiência histórica de perdas para ativos com características de risco de crédito semelhantes aos da carteira. A experiência histórica de perdas é ajustada com base nos atuais dados observáveis para refletir os efeitos das condições atuais que não afetaram o período em que a experiência histórica de perda se baseia e para retirar os efeitos das condições, que não existem atualmente, no período histórico. Os atuais dados observáveis podem incluir alterações nas taxas de desemprego, preços dos imóveis e preços dos produtos. A metodologia e pressupostos utilizados para estimar os futuros fluxos de caixa são revistos regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perdas e a real experiência de perda.

É feita referência à Nota 6 «Empréstimos e adiantamentos a clientes» e à secção «Gestão do Risco - Risco de Crédito» para mais informações.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

Em cada data do balanço financeiro, o Banco avalia se existem provas objetivas de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está desvalorizado. No caso específico de investimentos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, é considerada uma queda significativa ou prolongada no justo valor do título abaixo do seu custo para determinar se os ativos estão desvalorizados. «Significativo» e «prolongado» são interpretados numa base caso-a-caso para títulos de capital próprio específicos; geralmente, 25 % e seis meses são utilizados como desencadeadores. Se existir uma prova objetiva para investimentos em créditos ou capital próprio disponíveis para venda, a perda cumulativa - medida como a diferença entre o custo de aquisição e o atual justo valor, menos qualquer perda por imparidade nesse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado líquido - é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração de lucros ou perdas. As perdas por imparidade reconhecidas nos instrumentos de capital próprio nunca podem ser revertidas. Se, num período subsequente, o justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar e o aumento puder ser objetivamente relacionado com um acontecimento que ocorreu após a perda por imparidade ter sido reconhecida na demonstração de lucros e perdas, a perda por imparidade é revertida através da demonstração de lucros e perdas.

Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos

As filiais são todas as entidades sobre as quais o Banco tem uma influência significativa, mas não o controlo. A influência significativa é a capacidade de participar nas políticas financeiras e operacionais da empresa investida. Geralmente resulta de uma participação entre 20 % e 50 % dos direitos de voto ou através de situações que incluem, nomeadamente, um ou mais dos seguintes:

- Representação no Conselho de Direção;
- Participação no processo de formulação de políticas; e
- Intercâmbio de pessoal administrativo.

Os empreendimentos conjuntos são entidades sobre as quais o Banco detém controlo conjunto. O controlo conjunto é a partilha contratualmente acordada de controlo de um acordo ou entidade, que existe apenas quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que partilham o controlo. O controlo conjunto significa que nenhuma das partes do acordo é capaz de agir unilateralmente para controlar a atividade da entidade. As partes do acordo devem agir em conjunto para controlar a entidade e, assim, exercer o controlo conjunto.

Os investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos são inicialmente reconhecidos pelo custo e posteriormente contabilizados utilizando o método de equivalência patrimonial.

O investimento em filiais e empreendimentos conjuntos do ING Bank (líquido de qualquer perda por imparidade acumulada) inclui o goodwill identificado na aquisição. A quota-parte dos lucros ou perdas pós-aquisição das filiais e empreendimentos conjuntos do Banco é reconhecida na demonstração de lucros e perdas e a sua quota-parte de alterações pós-aquisição em reservas é reconhecida no capital próprio. As alterações cumulativas pós-aquisição são ajustadas em relação ao valor contabilístico do investimento. Quando a quota-parte de perdas do Banco numa filial ou empreendimento conjunto for igual ou superior à sua participação na filial ou empreendimento conjunto, incluindo quaisquer outros interesses de longo prazo na filial, como empréstimos não garantidos que não sejam planeados nem passíveis de serem liquidados no futuro previsível, o Banco não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da filial ou empreendimento conjunto.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Os lucros e transações não realizados entre o Banco e as suas filiais e empreendimentos conjuntos são eliminados à medida dos juros do Banco nas filiais e empreendimentos conjuntos. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que ofereçam provas de uma desvalorização do ativo transferido. As políticas contabilísticas das filiais e empreendimentos conjuntos foram alteradas, quando necessário, para garantir a consistência com as políticas adotadas pelo Banco. As datas de relato de todas as filiais e empreendimentos conjuntos significativos são consistentes com a data de relato do Banco.

Ativos fixos tangíveis**Propriedade de uso próprio**

Os terrenos e edifícios detidos para uso próprio são reconhecidos ao justo valor na data do balanço financeiro. Os aumentos no valor contabilístico decorrentes da reavaliação dos terrenos e edifícios detidos para uso próprio são creditados na reserva de reavaliação do capital próprio do acionista. A redução do valor contabilístico que compensa os aumentos anteriores do mesmo ativo é cobrada contra a reserva de reavaliação diretamente no capital próprio; as restantes reduções são cobradas na demonstração de lucros e perdas. Os aumentos que revertem uma redução da reavaliação no mesmo ativo, previamente reconhecidos no resultado líquido, são reconhecidos na demonstração de lucros e perdas. A depreciação é reconhecida com base no justo valor e na vida útil estimada (20 a 50 anos, no geral). A depreciação é calculada numa base linear. Na alienação, a reserva de reavaliação relacionada é transferida para os lucros retidos.

O justo valor dos terrenos e edifícios baseia-se em avaliações regulares feitas por avaliadores qualificados independentes ou avaliadores internos, semelhantes às avaliações dos investimentos imobiliários. O gasto subsequente é incluído no valor contabilístico do ativo quando é provável que os futuros benefícios económicos associados ao item fluirão para o Banco e o custo pode ser medido de forma fiável.

Equipamento

O equipamento é contabilizado pelo custo menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade. O custo dos ativos é depreciado numa base linear durante as suas vidas úteis estimadas que, geralmente, são as seguintes: dois a cinco anos para equipamentos de processamento de dados e quatro a dez anos para instalações e acessórios. As despesas incorridas na manutenção e reparação são reconhecidas na demonstração de lucros e perdas quando incorridas. As despesas incorridas em grandes melhorias são capitalizadas e depreciadas.

Alienações

A diferença entre os produtos de uma alienação e o valor contabilístico líquido é reconhecida na demonstração de lucros e perdas na rubrica Outros rendimentos.

Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos incorridos pela construção de qualquer ativo qualificado são capitalizados durante o período de tempo que é necessário para concluir e preparar o ativo para a sua utilização pretendida. Os custos de empréstimos obtidos são determinados pelo custo médio ponderado de capital do projeto.

Locações

Determinar se um acordo é ou contém uma locação baseia-se na substância do acordo na data de início.

ING Bank como locatário

As locações celebradas pelo ING Bank são, essencialmente, locações operacionais. O total de pagamentos efetuados para locações operacionais é reconhecido na demonstração de lucros e perdas, numa base linear, durante o período da locação.

Quando uma locação operacional é terminada antes do período de locação expirar, qualquer sanção pecuniária compulsória a ser feita ao locador é reconhecida como uma despesa no período em que a rescisão ocorre.

ING Bank como locador

Quando os ativos são detidos sujeitos a uma locação financeira, o valor presente dos pagamentos da locação é reconhecido como um valor a receber com Empréstimos e adiantamentos a clientes ou Empréstimos e adiantamentos a bancos. A diferença entre o valor bruto a receber e o valor presente do valor a receber é o rendimento financeiro da locação não recebido. O rendimento de locação é reconhecido durante o prazo de locação através do método de investimento líquido (antes de impostos), que reflete uma taxa de retorno periódica constante. Quando os ativos são detidos sujeitos a uma locação operacional, os ativos são incluídos nos Ativos sob locações operacionais.

Ativos sob locações operacionais

Os ativos cedidos em regime de locação segundo locações operacionais em que o ING Bank é o locador são contabilizados pelo custo menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade. O custo dos ativos é depreciado numa base linear durante o prazo de locação.

A aquisição, goodwill e outros ativos intangíveis**A aquisições e goodwill**

As aquisições do ING Bank são contabilizadas através do método de contabilização da aquisição. A consideração para cada aquisição é medida pelo total dos justos valores (à data da troca) dos ativos concedidos, passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de capital próprio emitidos em troca de controlo da adquirida. O goodwill, sendo a diferença entre o custo da aquisição (incluindo a dívida assumida) e a participação do Banco no justo valor dos ativos e passivos adquiridos e passivos contingentes a partir da data de aquisição, é capitalizado como um ativo intangível. O goodwill só é capitalizado em aquisições. Os resultados das operações das empresas adquiridas são incluídos na demonstração de lucros e perdas a partir da data em que o controlo é adquirido.

Quando aplicável, a retribuição para a aquisição inclui qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de retribuição contingente, a retribuição contingente é medida pelo seu justo valor na data de aquisição. Os acordos de retribuição contingente classificados como ativos ou passivos, são subsequentemente mensurados pelo justo valor e as alterações no justo valor são reconhecidas na demonstração de lucros e perdas. As alterações no justo valor da retribuição contingente classificado como capital próprio não são reconhecidas.

Quando uma concentração de atividades empresariais é realizada em etapas, a participação previamente detida do ING Bank nos ativos e passivos da entidade adquirida é reavaliada ao justo valor na data de aquisição (ou seja, a data em que o ING Bank obtém o controlo) e os lucros e perdas resultantes, se houver, são reconhecidos na demonstração de lucros ou perdas. Os valores decorrentes da participação na aquisição antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em outros rendimentos integrais são reclassificados para a demonstração de lucros e perdas, onde tal tratamento seria adequado se essa participação fosse alienada. Os custos relacionados com a aquisição são reconhecidos na demonstração de lucros e perdas como incorridos e apresentados na demonstração de lucros e perdas como Outras despesas operacionais.

A contabilização inicial para o justo valor dos ativos líquidos das empresas adquiridas durante o ano pode ser determinada apenas provisoriamente, uma vez que a determinação do justo valor pode ser complexa e o tempo entre a aquisição e a preparação das Contas Anuais pode ser limitado. A contabilização inicial deve ser concluída no prazo de um ano após a aquisição. Os ajustes ao justo valor na data de aquisição dos ativos e passivos adquiridos, que são identificados no prazo de um ano após a aquisição, são reconhecidos como um ajuste ao goodwill; qualquer ajuste subsequente é reconhecido como rendimento ou despesa. Na alienação das empresas do grupo, a diferença entre os resultados das vendas e o valor contabilístico (incluindo o goodwill) e os resultados não realizados (incluindo a reserva de conversão de moeda estrangeira em capital próprio) é incluída na demonstração de lucros e perdas.

Imparidade do goodwill

O ING avalia em cada período de relato, se há uma indicação de que um ativo intangível pode ser desvalorizado. Independentemente de haver uma indicação de imparidade, os ativos intangíveis com vida útil indefinida, incluindo o *goodwill* adquirido numa combinação de negócios e ativos intangíveis ainda não disponíveis para utilização, são testados anualmente para a imparidade. O goodwill é alocado a grupos de UGC (ou seja, o grupo das unidades geradoras de caixa ou UGC) para efeitos de testes de desvalorização. Estes grupos de UGC representam o nível mais baixo a que o goodwill é monitorizado para efeitos de gestão interna. O *goodwill* é testado quanto à imparidade, comparando o valor contabilístico do grupo de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) para o valor recuperável desse grupo de UGC. O valor contabilístico é determinado como o valor líquido do ativo das IFRS, incluindo o goodwill. Em conformidade com a IAS 36 «Imparidade de ativos», o valor contabilístico é determinado numa base consistente com a forma como a quantia recuperável da UGC é determinada. Quando os valores contabilizados têm de ser atribuídos entre a solvência do Retail e da Banca Grossista, (os ativos ponderados pelo risco) são usados como base. A quantia recuperável é estimada como a maior do valor justo menos os custos de alienação e o valor em utilização. São aplicadas várias metodologias para descobrir a melhor estimativa da quantia recuperável. A imparidade do *goodwill*, se aplicável, está incluída na demonstração de lucros e perdas em Outras despesas operacionais.

Software

O software informático que tenha sido adquirido ou gerado internamente para uso próprio é demonstrado pelo custo menos a amortização e quaisquer perdas por imparidade. A amortização é calculada numa base linear ao longo da sua vida útil. Este período não será superior a cinco anos. A amortização está incluída em Outras despesas operacionais.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis são capitalizados e amortizados ao longo da sua vida económica esperada, que é, geralmente, entre três a dez anos. Os ativos intangíveis com uma vida indefinida não são amortizados.

Tributação

O imposto sobre o rendimento do resultado do exercício compreende os impostos correntes e deferidos. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração de lucros e perdas, mas é diretamente reconhecido no capital próprio se o imposto estiver relacionado com itens que são diretamente reconhecidos no capital próprio.

Imposto sobre o rendimento deferido

O imposto sobre o rendimento deferido é indicado na íntegra, utilizando o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes entre as bases tributárias dos ativos e passivos e os seus valores contabilísticos nas contas anuais consolidadas. O imposto sobre o rendimento deferido é determinado utilizando as taxas de tributação (e leis) que foram decretadas ou parcialmente decretadas na data do balanço financeiro e que se espera que sejam aplicadas quando o ativo relativo ao imposto sobre o rendimento deferido for realizado ou o passivo do imposto sobre o rendimento deferido for liquidado. Ativos e passivos por impostos deferidos não são descontados.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Os ativos por impostos deferidos são reconhecidos quando é provável que o futuro lucro tributável fique disponível e contra o qual as diferenças temporárias podem ser utilizadas. Os impostos deferidos são constituídos sobre as diferenças temporárias decorrentes de investimentos em subsidiárias e filiais, exceto quando o momento da reversão da diferença temporária é controlado pelo Banco e é provável que a diferença não reverta no futuro próximo. Os efeitos fiscais dos prejuízos fiscais disponíveis para serem transferidos são reconhecidos como um ativo quando é provável que os futuros lucros tributáveis fiquem disponíveis e contra o qual estes prejuízos podem ser utilizados.

A remensuração do justo valor de investimentos disponíveis para venda e de coberturas de fluxo de caixa é reconhecida diretamente o capital próprio. O imposto deferido relacionado com esta remensuração do justo valor também é reconhecido diretamente no capital próprio e é subsequentemente reconhecido na demonstração de lucros e perdas juntamente com os ganhos ou perdas diferidos.

As posições fiscais incertas são avaliadas continuamente pelo ING Bank e, caso seja provável que haja uma saída de caixa, o passivo fiscal corrente é reconhecido.

O outros ativos

Fundo de investimento imobiliário

Os fundos de investimento imobiliário são reconhecidos ao justo valor na data do balanço financeiro. As alterações no valor contabilístico resultantes de reavaliações são reconhecidas na demonstração de lucros e perdas. Na alienação, a diferença entre os resultados das vendas e o valor contabilístico é reconhecida na demonstração de lucros e perdas.

Propriedade obtida com execuções hipotecárias

A propriedade obtida com execuções hipotecárias é demonstrada pelo menor custo e valor líquido realizável. O valor líquido realizável é o preço de venda estimado, menos despesas de vendas variáveis aplicáveis. A propriedade obtida com execuções hipotecárias é incluída em Outros ativos - Promoção imobiliária e obtida através de execuções hipotecárias.

Promoção imobiliária

A propriedade de investimento desenvolvida ou em desenvolvimento pela qual o ING Bank tem a intenção de vender a propriedade após a sua conclusão está incluída em Outros ativos - Promoção imobiliária e obtida através de execuções hipotecárias.

A propriedade de investimento desenvolvida ou em desenvolvimento pela qual o ING Bank tem a intenção de vender a propriedade após a sua conclusão, e onde ainda não existe um contrato especificamente negociado, é medida ao custo de construção direto incorrido até à data do balanço financeiro, incluindo custos de empréstimos obtidos incorridos durante a construção e despesas de supervisão e desenvolvimento diretamente atribuíveis ao ING Bank, menos quaisquer perdas por imparidade. O lucro é reconhecido através do método de contrato concluído (na data de venda da propriedade). A imparidade é reconhecida se o preço de venda estimado, menos despesas de vendas variáveis aplicáveis, for inferior ao valor contabilístico.

A propriedade de investimento em desenvolvimento pela qual o ING Bank tem a intenção de vender a propriedade em desenvolvimento após a sua conclusão e onde existe um contrato especificamente negociado é avaliada utilizando o método de percentagem de conclusão (reconhecimento do lucro *pro rata*). A fase de conclusão é medida por referência aos custos incorridos à data, como percentagem dos custos totais estimados para cada contrato.

A propriedade de investimento em desenvolvimento é contabilidade pelo justo valor (com alterações no justo valor reconhecidas na demonstração de lucros e perdas) se o ING Bank tiver a intenção de reconhecer a propriedade de investimento em construção após a conclusão dos investimentos imobiliários.

Grupos para alienação detidos para venda e operações descontinuadas

Os grupos para alienação (e grupos de ativos não correntes) são classificados como detidos para venda se o seu valor contabilístico for recuperável, principalmente através de uma transação de venda e não através da utilização contínua. Isto só acontece quando a venda é altamente provável e o grupo para alienação (ou grupo de ativos) está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; a administração deve estar empenhada na venda, que está prevista ocorrer no prazo de um ano a partir da data de classificação como detida para venda.

Após a classificação como detida para venda, o valor contabilístico do grupo para alienação (ou grupo de ativos) é comparado ao seu justo valor menos o custo de venda. Se o justo valor menos o custo de venda é inferior ao valor contabilístico, esta perda esperada é reconhecida através de uma redução do valor contabilístico de qualquer goodwill relacionado com o grupo para alienação e o valor contabilístico de outros determinados ativos não correntes não financeiros. Qualquer excesso da perda esperada através da redução do valor contabilístico destes ativos relevantes não é reconhecida após a classificação como detida para venda, mas é reconhecida como parte do resultado da alienação se, e quando, ocorre uma transação de alienação.

Quando um grupo de ativos que é classificado como detido para venda represente uma importante linha de negócios ou área geográfica, o grupo para alienação é classificado como operações descontinuadas. Após classificação de um negócio como detido para venda e operações descontinuadas, o rendimento e as despesas individuais são apresentadas no resultado líquido total das operações descontinuadas em vez de serem apresentadas nas habituais rubricas da demonstração consolidada de lucros e perdas. Todos os anos comparativos na demonstração consolidada de lucros e perdas são reiterados e apresentados como operações descontinuadas para todos os períodos apresentados. Além disso, os ativos e passivos individuais são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira como Ativos e passivos detidos para venda e já não estão incluídos nas habituais rubricas da demonstração consolidada da posição financeira. As alterações nos ativos e passivos, como resultado da classificação como detidos para venda, estão incluídas nas notas na rubrica «Alterações na composição do grupo e outras alterações».

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão é uma obrigação presente resultante de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte numa saída de recursos que incluem benefícios económicos, contudo, a periodicidade ou o valor são incertos. As provisões são descontadas quando o efeito do valor temporal do dinheiro é significativo, utilizando uma taxa de descontos antes de impostos.

As provisões de reorganização incluem benefícios dos funcionários por cessação de emprego quando o Banco está comprovadamente empenhado em rescindir o emprego dos atuais funcionários, de acordo com um plano formal detalhado sem possibilidade de retirada, ou prestando benefícios por cessação como resultado de uma oferta feita para incentivar o despedimento voluntário.

Um passivo é reconhecido por uma taxa quando a atividade que desencadeia o pagamento, conforme identificado pela legislação pertinente, ocorre. Para uma taxa que é acionada ao atingir um limite mínimo, o passivo é reconhecido apenas após atingir o limite mínimo especificado.

Um passivo contingente é uma obrigação possível que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do ING Bank; ou uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas não é reconhecida, porque é improvável que seja necessária uma saída de benefícios económicos para liquidar a obrigação ou que o valor da obrigação não possa ser ponderado de forma fiável. Os passivos contingentes não são reconhecidos na demonstração da posição financeira, mas são divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de saída de benefícios económicos seja remota.

Um ativo contingente é um ativo possível que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do ING Bank. Os ativos contingentes são reconhecidos na demonstração da posição financeira apenas quando a realização dos rendimentos que resulta de tal ativo é virtualmente certa. Os ativos contingentes são divulgados nas notas quando é provável que ocorra uma entrada de benefícios económicos.

Apreciações significativas e estimativas e pressupostos contabilísticos importantes:

O reconhecimento e mensuração de provisões é um processo inerentemente incerto que envolve recorrer à apreciação para determinar quando existe uma obrigação presente e estimativas sobre os montantes e o prazo dos fluxos de caixa.

O ING Bank pode envolver-se em processos judiciais. O grau de incerteza e o método de fazer a estimativa contabilística dependem do caso individual, da sua natureza e complexidade. Geralmente, os processos judiciais são únicos. É necessária uma apreciação para estimar a probabilidade de um resultado desfavorável e a quantidade de perda potencial. Para a avaliação das provisões contenciosas, o Grupo consulta especialistas jurídicos. Mesmo tendo em consideração a opinião dos especialistas jurídicos, a probabilidade de um fluxo de benefícios económicos ainda pode ser incerta e a quantidade aprovacionada pode permanecer sensível aos pressupostos utilizados, que podem ter um vasto leque de resultados. É feita referência à Nota 14 «Provisões». Para os processos judiciais em que não é possível fazer uma estimativa fiável do efeito financeiro esperado, que poderia resultar da resolução final do processo, não é reconhecida nenhuma provisão, porém a divulgação é incluída nas contas anuais. É feita referência à Nota 42 «Processos judiciais».

Os principais pressupostos para a provisão de reorganização são estimar os valores e o prazo dos fluxos de caixa, à medida que as iniciativas de

O outros passivos**Planos de benefícios definidos**

O ativo/passivo de benefícios líquidos definidos reconhecidos na demonstração da posição financeira em relação aos planos de pensões de benefício definidos é o justo valor dos ativos do plano menos o valor presente da obrigação de benefícios definida na data do balanço financeiro.

Os ativos do plano são medidos ao justo valor na data do balanço financeiro. Para determinar as despesas com pensões, o retorno dos ativos do plano é determinado utilizando uma taxa de obrigação da empresa de alta qualidade e idêntica à taxa de desconto utilizada na determinação da obrigação de benefícios líquida.

As alterações nos ativos do plano que afetam o capital próprio do Acionista e/ou o resultado líquido, incluem, principalmente:

- Retorno dos ativos do plano utilizando uma taxa de obrigação da empresa de alta qualidade no início do período de relato, que são reconhecidos como despesas com pessoal na demonstração de lucros e perdas; e
- Remensurações que são reconhecidas em Outros rendimentos integrais (capital próprio).

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

A obrigação de benefícios definida é calculada por atuários internos e externos através de modelos e cálculos atuariais, utilizando o método da unidade de crédito projetada. Este método considera os futuros pagamentos esperados necessários para liquidar a obrigação resultante dos serviços dos funcionários nos períodos correntes e anteriores, descontados através de uma taxa de obrigação da empresa de alta qualidade. Inerente a esses modelos atuariais estão pressupostos, incluindo as taxas de desconto, taxas de aumento nos níveis salariais e de benefícios futuros, taxas de mortalidade, taxas de tendência dos custos de cuidados da saúde, índice de preços no consumidor e o nível esperado de indexação. Os pressupostos baseiam-se em dados de mercado disponíveis, bem como em expectativas da administração, e são atualizados regularmente. Os pressupostos atuariais podem diferir significativamente dos resultados reais devido a alterações nas condições de mercado, tendências económicas e de mortalidade e outros pressupostos. Quaisquer alterações nestes pressupostos podem ter um impacto significativo sobre a obrigação do plano de benefícios definido e nos futuros custos com pensões.

As alterações na obrigação de benefícios definida que afetam o capital próprio do Acionista e/ou o resultado líquido incluem, principalmente:

- O custo dos serviços, que é reconhecido como despesas com pessoal na demonstração de lucros e perdas;
- Despesas com juros utilizando uma taxa de obrigação empresarial de alta qualidade no início do período, que são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração de lucros e perdas; e
- Remensurações que são reconhecidas em Outros rendimentos integrais (capital próprio).

As remensurações que são reconhecidas em outros rendimentos integrais não são recicladas para os lucros e perdas. Qualquer custo dos serviços anterior relacionado com uma alteração ao plano é reconhecido nos lucros e perdas no período da alteração ao plano. Os lucros e perdas em cortes e liquidações são reconhecidos na demonstração de lucros e perdas quando ocorre um corte ou liquidação.

O reconhecimento de um ativo de benefícios líquido na demonstração consolidada da posição financeira é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios económicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em futuras contribuições para os planos.

Planos de contribuição definidos

Para os planos de contribuição definidos, o Banco paga contribuições a planos de seguros de pensões administrados de forma pública ou privada com carácter obrigatório, contratual ou voluntário. O Banco deixa de ter obrigações de pagamento assim que as contribuições tenham sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesas com funcionários nos lucros e perdas quando são devidas. As contribuições pré-pagas são reconhecidas como um ativo, na medida em que uma restituição de dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros está disponível.

O utras obrigações pós-emprego

Algumas empresas do grupo oferecem cuidados de saúde e outros benefícios pós-emprego a determinados funcionários e antigos funcionários. O direito a estes benefícios é, normalmente, condicionado pela permanência em serviço do funcionário até à idade da reforma e pelo cumprimento de um período mínimo de serviço. Os custos esperados destes benefícios são acumulados durante o período de atividade, utilizando uma metodologia semelhante à do plano de pensões de benefício definido.

Reconhecimento do rendimento

Juros

O rendimento dos juros e despesas é reconhecido na demonstração de lucros e perdas usando o método do juro efetivo. O método do juro efetivo é um método para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro ou passivo financeiro e para alocar os rendimentos dos juros ou despesas dos juros ao longo do período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os futuros pagamentos em dinheiro estimados ou recebimentos através da duração esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, num período mais curto para o valor contabilístico líquido do ativo financeiro ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juros efetiva, o Banco estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo, opções de pré-pagamento), mas não considera futuras perdas de crédito. O cálculo inclui todas as taxas e pontos pagos ou recebidos entre as partes do contrato que são parte integral da taxa de juros efetiva, custos de transação e todos os outros prémios e descontos. Assim que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros semelhantes, tenha sido amortizado como resultado de uma perda por imparidade, o rendimento dos juros é reconhecido utilizando a taxa de juros usada para descontar os futuros fluxos de caixa para efeitos de medição da perda por imparidade.

Todos os rendimentos dos juros e despesas das posições de negociação e derivados não negociados são classificados como rendimento dos juros e despesas com juros na demonstração de lucros e perdas. As alterações no «justo valor limpo» são incluídas nos resultados da Avaliação e nos resultados líquidos em operações financeiras.

Taxas e comissões

As taxas e as comissões são, geralmente, reconhecidas à medida que o serviço é prestado. As taxas de compromisso de empréstimo para os empréstimos suscetíveis de ser cobrados são diferidas (juntamente com os custos diretos relacionados) e reconhecidas como um ajuste à taxa de juros efetiva sobre o empréstimo. As taxas de sindicância de empréstimos são reconhecidas como rendimento quando a sindicância foi concluída e o Banco não reteve nenhuma parte do pacote de empréstimos para si mesmo ou reteve uma parte com a mesma taxa de juros efetiva como os outros participantes. As comissões e taxas decorrentes da negociação, ou que participem na negociação, de uma transação para terceiros - como o acordo da aquisição de ações ou outros títulos ou a compra ou venda de empresas - são reconhecidas na conclusão da transação subjacente. Os serviços de consultoria de carteiras e outra gestão e as taxas de serviços são reconhecidas com base nos contratos de serviços aplicáveis à medida que o serviço é prestado. As taxas de gestão dos ativos relacionadas com os fundos de investimento e as taxas de contratos de investimento são reconhecidas numa base *pro-rata* durante o período em que o serviço é prestado. O mesmo princípio é aplicado aos serviços de gestão de fortunas, planeamento financeiro e de custódia que são continuamente prestados durante um período de tempo prolongado. As taxas cobradas e pagas entre os bancos para os serviços de pagamento são classificadas como receitas e despesas de comissões.

Rendimentos com locações

As receitas provenientes de ativos cedidos em regime de locação sob locações operacionais são reconhecidas numa base linear ao longo da duração do contrato de locação. Os pagamentos da locação recebidos em relação a locações financeiras quando o ING Bank é o locador são divididos numa componente de juros (reconhecida como rendimento dos juros) e numa componente de reembolso.

Reconhecimento de despesas

As despesas são reconhecidas na demonstração de lucros e perdas como incorridas quando surge uma redução nos benefícios económicos futuros relacionados com uma redução num ativo ou um aumento num passivo que pode ser medido de forma confiável.

Pagamentos com base em ações

As despesas de pagamentos com base em ações são reconhecidas como despesas com funcionários durante o período de aquisição. Um aumento correspondente no capital próprio é reconhecido para as transações de pagamentos com base em ações liquidadas com capital próprio. O justo valor das transações de pagamento com base em ações liquidadas com capital próprio é medido na data de concessão e o justo valor das transações de pagamentos com base em ações liquidadas em dinheiro é medido na data do balanço financeiro. Os direitos concedidos serão válidos até à data de validade, mesmo que o regime de pagamento com base em ações seja descontinuado. Os direitos estão sujeitos a determinadas condições, incluindo um período de serviço contínuo pré-determinado.

Demonstração de fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método indireto, classificando os fluxos de caixa como fluxos de caixa de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. No fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, o resultado antes de impostos é ajustado para esses itens na demonstração de lucros e perdas e alterações nas rubricas da demonstração da posição financeira, que não resultam em fluxos de caixa reais durante o ano.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a Caixa e os equivalentes de caixa abrangem saldos com maturidade inferior a três meses a partir da data de aquisição, incluindo caixa e balanços com bancos centrais, bilhetes do Tesouro e outros bilhetes admissíveis, montantes devidos por outros bancos e depósitos de bancos. Os investimentos qualificam-se como equivalente de caixa se são prontamente convertíveis numa quantia de dinheiro conhecida e estão sujeitos a um insignificante risco de alterações no valor.

Os fluxos de caixa resultantes de transações em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data dos fluxos de caixa.

O fluxo de caixa líquido mostrado em relação aos Empréstimos e adiantamentos a clientes refere-se apenas às transações que envolvem pagamentos ou recebimentos reais. A Adição às provisões para perdas por empréstimos duvidosos que é deduzida da rubrica Empréstimos e adiantamentos a clientes na demonstração da posição financeira foi ajustada em conformidade a partir do resultado antes de impostos e é mostrada separadamente na demonstração dos fluxos de caixa.

A diferença entre o fluxo de caixa líquido em conformidade com a demonstração dos fluxos de caixa e a alteração na Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira deve-se às diferenças cambiais e é contabilizada individualmente como parte da reconciliação do fluxo de caixa líquido e da alteração da Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira.

Os passivos decorrentes de atividades de financiamento são títulos de dívida e empréstimos subordinados.

e) Contas da empresa-mãe

As contas da empresa-mãe do ING Bank N.V. são elaboradas de acordo com os requisitos de relato financeiro incluídos na Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês. Em conformidade com a subsecção 8 da secção 362 do Livro 2 do Código Civil Holandês, os princípios de reconhecimento e medição aplicados nas contas da Empresa-mãe são os mesmos que os aplicados nas contas anuais consolidadas.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Notas à demonstração consolidada da posição financeira

Ativos

2 Caixa e disponibilidades com bancos centrais

Caixa e disponibilidades com bancos centrais		
	2017	2016
Montantes detidos em bancos centrais	19.687	16.408
Caixa e disponibilidades bancárias	2.302	1.736
	21.989	18.144

Em 2017, o movimento em Caixa e disponibilidades com bancos centrais reflete a gestão da liquidez do ING. Os montantes detidos em bancos centrais refletem os saldos da procura.

É feita referência à Nota 38 «Ativos não imediatamente disponíveis» para as restrições em Saldos bancários com bancos centrais.

3 Empréstimos e adiantamentos a bancos

Empréstimos e adiantamentos a bancos						
	Países Baixos		Internacional		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Empréstimos	7.834	10.380	20.916	18.483	28.750	28.863
Adiantamentos em dinheiro, descobertos e outros saldos	1	18	3	2	4	20
	7.835	10.398	20.919	18.485	28.754	28.883
Provisões para perdas por empréstimos duvidosos	-1		-7	-11	-8	-11
	7.834	10.398	20.912	18.474	28.746	28.872

Os empréstimos incluem saldos (principalmente depósitos de curto prazo) com bancos centrais no valor de 4032 milhões de euros (2016: 2880 milhões de euros).

A 31 de dezembro de 2017, os Empréstimos incluem valores a receber em relação aos títulos que foram adquiridos em operações de recompra reversa no valor de 4637 milhões de euros (2016: 2992 milhões de euros) e valores a receber relacionados com contratos de locação financeira no valor de 65 milhões de euros (2016: 88 milhões de euros). É feita referência à Nota 39 «Transferência de ativos financeiros» para informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra. É feita referência à Nota 6 «Empréstimos e adiantamentos a clientes» para informação sobre as locações financeiras a receber.

A partir de 31 de dezembro 2017, os valores a receber não subordinados ascendem a 28 703 milhões de euros (2016: 28 804 milhões de euros) e os valores a receber subordinados ascendem a 43 milhões de euros (2016: 68 milhões de euros).

É feita referência à Nota 38 «Ativos não imediatamente disponíveis» para as restrições em Empréstimos e adiantamentos a bancos.

Nenhum empréstimo e adiantamento individual a bancos tem termos e condições que afetam significativamente o valor, periodicidade ou certeza de fluxos de caixa consolidados do ING. Para obter mais detalhes sobre as concentrações significativas, consulte a secção «Gestão do Risco - Risco de Crédito», parágrafo «Quadro da Apetência pelo Risco de Crédito e Risco de Concentração».

4 Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas

Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas		
	2017	2016
Ativos detidos para negociação	116.763	114.512
Derivados não negociados	2.185	2.309
Designado ao justo valor através de lucros ou perdas	4.242	5.099
	123.190	121.920

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

É feita referência à Nota 39 «Transferência de ativos financeiros» para informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

Ativos detidos para negociação**Ativos detidos para negociação por tipo**

	2017	2016
Títulos de capital próprio	13.681	9.521
Títulos de dívida	7.477	9.863
Derivados	27.444	38.230
Empréstimos e valores e receber	68.161	56.898
	116.763	114.512

A partir de 31 de dezembro de 2017, os Ativos detidos para negociação incluem valores a receber de 67 138 milhões de euros (2016: 56 020 milhões de euros) em relação às operações de recompra reversa.

Os ativos detidos para negociação e os passivos detidos para negociação incluem ativos e passivos classificados pelas IFRS como «Negociados», mas estão intimamente relacionados com a satisfação das necessidades dos clientes do ING Bank. O ING oferece aos clientes institucionais, clientes empresariais e governos, produtos que são negociados nos mercados financeiros. Uma parte significativa dos derivativos na carteira de negociação está relacionada com a assistência aos clientes empresariais na sua gestão de riscos para cobrir, por exemplo, exposições cambiais ou às taxas de juros. Além disso, o ING oferece acesso a capital próprio e mercados de dívida para que os seus clientes possam emitir os seus próprios títulos de capital próprio e títulos de dívida («subscrição de títulos»). Embora sejam apresentados como Negociados nas IFRS, estão diretamente relacionados com serviços para os clientes do ING. Os empréstimos e valores a receber na carteira de negociação referem-se, principalmente, a acordos de recompra (reversa), que são comparáveis a empréstimos garantidos. Estes produtos são utilizados pelo ING como parte das suas próprias atividades regulares de tesouraria mas também estão relacionados com a função que o ING desempenha como intermediário entre diferentes clientes profissionais. A partir de uma perspectiva de risco, o valor bruto dos ativos detidos para negociação deve ser considerado em conjunto com o valor bruto dos passivos detidos para negociação, que são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira. Contudo, as IFRS não permitem a compensação destas posições na demonstração da posição financeira. É feita referência à Nota 13 «Passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas» para mais informações sobre os passivos detidos para negociação.

Derivados não negociados**Derivados não negociados por tipo**

	2017	2016
Derivados utilizados em		
– coberturas do justo valor	671	1.012
– coberturas de fluxo de caixa	617	438
– coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro	29	73
Outros derivativos não negociados	868	786
	2.185	2.309

Outros derivativos não negociados incluem, sobretudo, swaps de taxas de juros e swaps de câmbio de moeda estrangeira para as quais não é aplicada nenhuma contabilidade de cobertura.

Designado pelo justo valor através de lucros ou perdas**Designado pelo justo valor através de lucros ou perdas por tipo**

	2017	2016
Títulos de capital próprio	4	3
Títulos de dívida	1.739	1.669
Empréstimos e valores e receber	2.499	3.427
	4.242	5.099

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Incluída nos Ativos financeiros, designada ao justo valor através de lucros e perdas, está uma carteira de empréstimos e valores a receber que está economicamente coberta por derivados de crédito. As coberturas não cumprem os critérios de contabilidade de cobertura e os empréstimos são registados ao justo valor para evitar uma disparidade contabilística. A exposição máxima de crédito dos empréstimos e valores a receber incluídos nos Ativos financeiros designados ao justo valor através de lucros e perdas aproxima-se do seu valor contabilístico. A alteração cumulativa no justo valor dos empréstimos atribuível às alterações no risco de crédito não é significativa.

O valor nominal dos derivados de crédito relacionados é de 232 milhões de euros (2016: 260 milhões de euros). A alteração no justo valor dos derivados de crédito atribuível às alterações no risco de crédito, desde que os empréstimos foram designados pela primeira vez, equivale a - 6 milhões de euros (2016: - 8 milhões de euros) e a alteração para o ano corrente equivale a 2 milhão de euros (2016: 1 milhões de euros).

As alterações no justo valor dos empréstimos (designados) atribuíveis às alterações no risco de crédito foram calculadas pela determinação das alterações no spread de crédito implícito no justo valor das obrigações emitidas por entidades com características de crédito semelhantes.

A 31 de dezembro de 2017, os Empréstimos e valores a receber designados ao justo valor através de lucros e perdas incluem 2095 milhões de euros (2016: 3001 milhões de euros) em relação às operações de recompra reversa.

5 Investimentos

Investimentos por tipo

	2017	2016
Disponível para venda		
– títulos de capital próprio - ações em entidades estruturadas geridas por terceiros	168	170
– títulos de capital próprio - outros	3.815	3.854
	3.983	4.024
– títulos de dívida	65.747	78.888
	69.730	82.912
Detido até ao vencimento		
– títulos de dívida	9.343	8.751
	9.343	8.751
	79.073	91.663

Exposição aos títulos de capital próprio

Títulos de capital próprio disponíveis para venda - Cotados e Não Cotados

	2017	2016
Cotados	3.518	3.539
Não cotados	465	485
	3.983	4.024

Os títulos de capital próprio cotados são compostos principalmente pelo Bank of Beijing e pelo Mahindra Kotak Bank.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Exposição aos títulos de dívida

A exposição do ING Bank a títulos de dívida está incluída nas seguintes rubricas da demonstração da posição financeira:

Títulos de dívida		
	2017	2016
Investimentos disponíveis para venda	65.747	78.888
Investimentos detidos até ao vencimento	9.343	8.751
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5.099	7.471
Empréstimos e adiantamentos a bancos	201	952
Investimentos disponíveis para venda e Ativos ao custo amortizado	80.390	96.062
Ativos detidos para negociação	7.477	9.863
Designado pelo justo valor através de lucros ou perdas	1.739	1.669
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	9.216	11.532
	89.606	107.594

A exposição total do ING Bank a títulos de dívida incluídos nos investimentos disponíveis para venda e ativos ao custo amortizado de 80 390 milhões de euros (2016: 96 062 milhões de euros) é especificada como se segue por tipo de exposição:

Títulos de dívida por tipo e rubricas pela demonstração da posição financeira - Investimentos disponíveis para venda e Ativos ao custo amortizado									
	Investimentos disponíveis para venda		Investimentos detidos até ao vencimento		Empréstimos e adiantamentos a clientes		Empréstimos e adiantamentos a bancos		Total
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Títulos de Dívida Pública	34.844	41.985	7.462	6.688	828	858			43.134
Subsoberanos, Supranacionais e Agências	17.215	20.484	1.255	1.613	245	267			18.715
Obrigações cobertas	8.737	11.297	100	100	418	1.820	154	882	9.409
Obrigações de empresas	1.284	1.345			970	791			2.254
Obrigações de instituições financeiras	1.701	2.020	311		429	351	43	70	2.484
Carteira de títulos garantidos por ativos	1.966	1.757	215	350	2.209	3.384	4		4.394
Carteira de títulos	65.747	78.888	9.343	8.751	5.099	7.471	201	952	80.390
									96.062

Os Subsoberanos, Supranacionais e Agências (SSA) incluem, entre outros, bancos de desenvolvimento multilateral, governos regionais, autoridades locais e agências dos EUA. Sob determinadas condições, as obrigações dos SSA podem qualificar-se como Ativos Líquidos de Elevada Qualidade de Nível 1 para o Rácio de Cobertura de Liquidez (RCL).

99 % (2016: 97 %) da exposição na carteira de títulos garantidos por ativos é classificada externamente como

AAA até e incluindo A-. Não existem títulos de dívida contraídos reconhecidos na demonstração da posição

financeira.

É feita referência à Nota 39 «Transferência de ativos financeiros» para informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

A Alterações em investimentos disponíveis para venda e detidos até ao vencimento

Alterações em investimentos disponíveis para venda e detidos até ao vencimento								
	Títulos de capital próprio disponíveis para venda		Títulos de dívida disponíveis para venda		Detido até ao vencimento		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Balanço de abertura	4.024	4.434	78.888	82.566	8.751	7.826	91.663	94.826
Adições	325	80	21.276	27.073	3.609	1.731	25.210	28.884
Amortização			-146	-144	-46	-87	-192	-231
Transferências e reclassificações	7	-92					7	-92
Alterações em reavaliações não realizadas ¹	21	363	-1.030	-102	-64	-70	-1.073	191
Imparidades	-6	-13					-6	-13
Reversão de desvalorizações			3				3	
Alienações e resgates	-79	-682	-32.709	-30.483	-2.675	-630	-35.463	-31.795
Diferenças cambiais	-308	-72	-535	-16	-232	-19	-1.075	-107
Alterações na composição do grupo e outras alterações	-1	6		-6			-1	
Balanço de encerramento	3.983	4.024	65.747	78.888	9.343	8.751	79.073	91.663

1 Alterações nas reavaliações não realizadas incluem alterações nos itens cobertos que são reconhecidos na demonstração de lucros e perdas.

Em 2017, os títulos de dívida disponíveis para venda diminuíram em 13 mil milhões de euros e isto está principalmente relacionado com as posições mais baixas em obrigações do governo, Supranacionais e agências e obrigações cobertas.

Em 2017, ING participou na colocação privada pelo Bank of Beijing (BoB). O ING participou na oferta de um montante total de cerca de 240 milhões de euros, representando 265 milhões de ações.

Em outubro de 2016, o ING vendeu 2,5 % das ações do Kotak Mahindra Bank que representam um valor contabilístico de 456

milhões de euros. É feita referência à Nota 22 «Rendimento dos investimentos» para mais detalhes sobre as Imparidades.

6 Empréstimos e adiantamentos a bancos

Empréstimos e adiantamentos a clientes por tipo						
	Países Baixos ¹		Internacional ¹		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Empréstimos a, ou garantidos por, autoridades públicas	26.975	27.746	19.397	18.634	46.372	46.380
Empréstimos garantidos por hipotecas	121.702	126.885	204.883	195.328	326.585	322.213
Empréstimos garantidos por instituições de crédito	279	236	1.722	944	2.001	1.180
Empréstimos pessoais	3.162	3.236	20.074	18.722	23.236	21.958
Títulos garantidos por ativos			2.209	3.380	2.209	3.380
Empréstimos a empresas	38.550	38.848	140.461	134.092	179.011	172.940
	190.668	196.951	388.746	371.100	579.414	568.051
Provisões para perdas por empréstimos duvidosos	-1.693	-2.349	-2.822	-2.829	-4.515	-5.178
	188.975	194.602	385.924	368.271	574.899	562.873

1 Em 2017, os Empréstimos e adiantamentos a clientes por tipo a 31 de dezembro de 2016, foram ajustados para estarem em conformidade com a apresentação do ano atual.

A 31 de dezembro de 2017, os Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem valores a receber em relação aos títulos que foram adquiridos em operações de recompra reversa no valor de 421 milhões de euros (2016: 47 milhões de euros).

É feita referência à Nota 39 «Transferência de ativos financeiros» para informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Empréstimos e adiantamentos a clientes por subordinação

	2017	2016
Não subordinados	574.419	562.399
Subordinados	480	474
	574.899	562.873

Nenhum empréstimo individual ou adiantamento tem termos e condições que afetam significativamente o valor, periodicidade ou certeza de fluxos de caixa consolidados do Banco- Para obter mais detalhes sobre as concentrações significativas, consulte a secção «Gestão do Risco - Risco de Crédito», parágrafo «Quadro da Apetência pelo Risco de Crédito e Risco de Concentração».

Os empréstimos e adiantamentos a clientes e os Empréstimos e adiantamentos a bancos incluem as locações financeiras a receber e são detalhados abaixo:

Locações financeiras a receber

	2017	2016
Vencimentos de investimento bruto em locações financeiras a receber		
– dentro de 1 ano	2.729	2.492
– mais de 1 ano, mas menos de 5 anos	6.215	6.282
– mais de 5 anos	2.897	3.114
	11.841	11.888
Futuro rendimento financeiro não realizado sobre as locações financeiras	-1.082	-1.254
Investimento líquido em locações financeiras	10.759	10.634
Vencimentos de investimento líquido em valores a receber de locação financeira		
– dentro de 1 ano	2.474	2.210
– mais de 1 ano, mas menos de 5 anos	5.652	5.635
– mais de 5 anos	2.633	2.789
	10.759	10.634
Incluído nos Empréstimos e adiantamentos a bancos	65	88
Incluído nos Empréstimos e adiantamentos a clientes	10.694	10.546
	10.759	10.634

O subsídio para locações financeiras a receber incobráveis de 337 milhões de euros a partir de 31 de dezembro de 2017 (2016: 282 milhões de euros estão incluídos na provisão para perdas por empréstimos duvidosos).

Nenhuma locação financeira individual a receber tem termos e condições que afetam significativamente o valor, periodicidade ou certeza dos fluxos de caixa consolidados do Banco.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Provisões para perdas por empréstimos duvidosos por tipo

	Países Baixos		Internacional		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Empréstimos a, ou garantidos por, autoridades públicas			3	7	3	7
Empréstimos garantidos por hipotecas	347	550	526	638	873	1.188
Empréstimos garantidos por instituições de crédito	2	2	7	12	9	14
Empréstimos pessoais	118	122	746	620	864	742
Títulos garantidos por ativos			9	2	9	2
Empréstimos a empresas e Facilidades de Crédito	1.268	1.738	1.602	1.617	2.870	3.355
	1.735	2.412	2.893	2.896	4.628	5.308
O balanço de encerramento está incluído em						
– Empréstimos e adiantamentos a bancos	1		7	11	8	11
– Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.693	2.349	2.822	2.829	4.515	5.178
– Outras provisões outra	41	63	64	56	105	119
	1.735	2.412	2.893	2.896	4.628	5.308

Alterações nas provisões para perdas por empréstimos duvidosos

	2017	2016
Balanço de abertura	5.308	5.786
Amortizações	-1.279	-1.494
Recuperações	59	94
Aumento das provisões para perdas por empréstimos duvidosos	676	974
Diferenças cambiais	-136	-55
Alterações na composição do grupo e outras alterações		3
Balanço de encerramento	4.628	5.308

O movimento nas provisões para perdas por empréstimos duvidosos é apresentado como Adição de provisões para perdas por empréstimos duvidosos na Demonstração consolidada de lucros ou perdas.

7 Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos

Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos

2017	Participação detida (%)	Justo valor de investimento/alor s cotados	alor do balanço financeiro	Total de ativos	Total de passivos	Rendimen to total	Despesa s totais
TMB Public Company Limited	25	842	737	21.251	19.004	711	507
Outros investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos			210				
			947				

Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos

2016	participação detida (%)	Justo valor de investimento/alor s cotados	alor do balanço financeiro	Total de ativos	Total de passivos	Rendimen to total	Despesa s totais
TMB Public Company Limited	25	610	723	21.439	19.275	685	489
Outros investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos			280				
			1.003				

A TMB Public Company Limited (TMB) é uma filial na qual o ING Bank detém uma participação de 25 %. A TMB é uma instituição financeira que fornece produtos e serviços aos clientes de venda Grossista, Pequenas e Médias Empresas (PME) e de Retalho. A TMB está domiciliada em Bangkok, Tailândia e está cotada na Bolsa de Valores da Tailândia (SET).

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Os outros investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos são, sobretudo, fundos de investimento imobiliário ou veículos que operam predominantemente na Europa.

O ING Bank não detém quaisquer juros nos Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos que são individualmente significativos para o ING Bank. Outros investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos representam um grande número de filiais e empreendimentos conjuntos com um valor individual da demonstração da posição financeira inferior a 50 milhões de euros.

A influência significativa para filiais em que a participação detida é inferior a 20 % baseia-se na combinação dos juros financeiros e outros acordos do ING Bank, como a participação no Conselho de Administração.

As datas de relato de determinadas filiais e empreendimentos conjuntos podem variar da data de relato do Banco, mas não por mais de três meses.

As imparidades acumuladas de 33 milhões de euros (2016: 48 milhões de euros) foram reconhecidas. Os valores apresentados nas tabelas acima podem variar dos valores apresentados nas contas anuais individuais das filiais e empreendimentos conjuntos, devido ao facto de os valores individuais terem sido contabilizados de acordo com os princípios contabilísticos do Banco. Quando o justo valor cotado é inferior à demonstração do valor da posição financeira, foi realizada uma revisão da desvalorização e uma avaliação da base da continuidade.

As filiais e empreendimentos conjuntos do ING estão sujeitas a restrições legais e regulamentares em relação ao montante dos dividendos que pode pagar ao ING. Estas restrições são, por exemplo, dependentes das leis no país de constituição para declarar os dividendos ou como resultado dos requisitos mínimos de fundos próprios que são impostos pelos reguladores da indústria nos países em que as filiais e empreendimentos conjuntos operam. Além disso, as filiais e empreendimentos conjuntos também consideram outros fatores na determinação dos níveis adequados de capital próprio necessário. Estes fatores e limitações incluem, nomeadamente, uma agência de classificação e visões reguladoras, que podem mudar ao longo do tempo.

Alterações nos Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos

	2017	2016
Balanço de abertura	1.003	842
Adições	79	49
Transferências para e de Investimentos/Outros ativos e passivos	-1	75
Reavaliações	-8	29
Participação nos resultados	166	80
Dividendos recebidos	-29	-33
Alienações	-245	-54
Imparidades		-3
Diferenças cambiais	-18	18
Balanço de encerramento	947	1.003

Em 2017, as Transferências para e de Investimentos/Outros ativos e passivos de -1 milhão de euros (2016: 75 milhões) incluíram uma reclassificação de 5 milhões de euros de Títulos de capital próprio disponíveis para venda para filiais (2016: 82 milhões de euros) e uma reclassificação de -6 milhões de euros de/para outros ativos e outros passivos (2016: -7 milhões de euros).

Em 2017, as reavaliações apresentadas na tabela acima de -8 milhões de euros referem-se a várias reavaliações mais pequenas. Em 2016, as reavaliações de 38 milhões de euros incluem 45 milhões de euros relativos à TMB, 17 milhões de euros relativos à Equens SE e -31 milhões de euros devido a outras reavaliações.

Em 2017, a participação nos resultados de filiais e empreendimentos conjuntos de 166 milhões de euros, conforme apresentada na demonstração de lucros e perdas e na tabela acima, é principalmente atribuível aos resultados do TMB, 56 milhões de euros e um ganho de 97 milhões de euros na venda de ações da Appia Group Ltd UK.

Em 2016, a participação nos resultados de filiais e empreendimentos conjuntos de 77 milhões de euros conforme apresentada na demonstração de lucros e perdas, inclui:

- A participação nos resultados, como apresentado na tabela acima, de 80 milhões de euros, principalmente atribuíveis aos resultados da TMB no valor de 56 milhões de euros e um ganho de 21 milhões de euros na alienação das ações detidas na VISA Europe Limited; e
- Imparidades de investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos de -3 milhões de euros.

Em 2017, as Alienações de 245 milhões de euros são principalmente atribuídas à venda do Appia Group Ltd UK de 146 milhões de euros e a outras várias alienações menores em filiais. Em 2016, as Alienações de 54 milhões de euros são principalmente atribuídas à venda do Enterprise Center de 40 milhões de euros e ao reembolso de capital do CBRE Asia Value Fund de 10 milhões de euros.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

8. Ativos fixos tangíveis

Propriedade e equipamento por tipo		
	2017	2016
Propriedade de uso próprio	774	881
Equipamento	917	1.015
Ativos sob locações operacionais	110	106
	1.801	2.002

O ING usa avaliadores externos para avaliar a propriedade em uso próprio. Todas as propriedades são tipicamente avaliadas por avaliadores externos uma vez a cada cinco anos.

Alterações na propriedade de uso próprio		
	2017	2016
Balanço de abertura	881	982
Adições	5	9
Reclassificações		
- Transferências de e para Fundos de investimento imobiliário		8
		8
Montantes reconhecidos na demonstração de lucros e perdas durante o ano		
- Depreciação	-13	-15
- Imparidades	-8	-64
- Reversão de imparidades	24	5
	3	-74
Reavaliações reconhecidas em capital próprio durante o ano	42	11
Alienações	-145	-38
Diferenças cambiais	-12	-17
Balanço de encerramento	774	881
Valor contábil a 31 de dezembro	1.324	1.656
Depreciação acumulada a 31 de dezembro	-376	-504
Desvalorizações acumuladas a 31 de dezembro	-174	-271
Valor contabilístico líquido a 31 de dezembro	774	881
Excedente da reavaliação		
Balanço de abertura	256	273
Reavaliação no ano	23	-17
Balanço de encerramento	279	256

O custo ou o preço de compra ascenderam a 1044 milhões de euros (2016: 1400 milhões de euros). O custo ou preço de compra menos a depreciação acumulada e as imparidades teriam sido de 495 milhões de euros (2016: 625 milhões de euros), se a propriedade de uso próprio tivesse sido avaliada pelo custo, em vez de ao justo valor.

Em 2017, as Alienações de -145 milhões de euros são principalmente atribuídas à venda de edifícios para escritórios na Bélgica.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Alterações no equipamento

	Equipamento para processamento de dados		Instalações e acessórios e outro equipamento		Total
	2017	2016	2017	2016	2017
Balanço de abertura	323	263	692	708	1.015
Adições	129	161	130	181	259
Alienações	-1	-5	-12	-20	-13
Depreciação	-133	-137	-174	-178	-307
Imparidades			-2		-2
Diferenças cambiais	-8	-5	-5	-5	-13
Alterações na composição do grupo e outras alterações	-19	46	-3	6	-22
Balanço de encerramento	291	323	626	692	917
Valor contábil a 31 de dezembro	1.275	1.274	2.249	2.432	3.524
Depreciação acumulada a 31 de dezembro	-983	-950	-1.623	-1.740	-2.606
Desvalorizações acumuladas a 31 de dezembro	-1	-1			-1
Valor contabilístico líquido a 31 de dezembro	291	323	626	692	917

9 Ativos intangíveis

Alterações em ativos intangíveis

	Goodwill		Software		Outros		Total
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Balanço de abertura	903	985	571	567	10	15	1.484
Adições			72	93			72
Despesas capitalizadas			192	195			192
Amortização			-173	-182	-6	-5	-179
Imparidades			-30	-45			-30
Diferenças cambiais	-87	-82		-1			-87
Alienações			-9	-9			-9
Alterações na composição do grupo e outras alterações			25	-47	1		26
Balanço de encerramento	816	903	648	571	5	10	1.469
Valor contábil a 31 de dezembro	816	903	1.902	1.756	30	29	2.748
Amortização acumulada a 31 de dezembro			-1.225	-1.147	-23	-17	-1.248
Desvalorizações acumuladas a 31 de dezembro			-29	-38	-2	-2	-31
Valor contabilístico líquido a 31 de dezembro	816	903	648	571	5	10	1.469

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Goodwill

O goodwill é alocado a grupos de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) da seguinte forma:

Alocação do goodwill a grupos de UGC					
Grupo de UGC	Método utilizado para valor recuperável	Taxas de desconto	Taxa de crescimento a longo prazo	Goodwill	Goodwill
				2017	2016
Retalho na Bélgica	Valores em utilização	8,95 %	1,30 %	50	50
Retalho na Alemanha	Valores em utilização	8,10 %	1,30 %	349	349
Mercados de Retalho em Crescimento ¹	Justo valor menos custo de alienação	-		307	375
Banca Grossista ¹	Valores em utilização	9,54 %	2,12 %	110	129
				816	903

1 O goodwill relacionado com os Países em Crescimento é alocado em dois grupos de UGC de 307 milhões de euros para os Mercados em Crescimento do Retalho e 90 milhões de euros para a Banca Grossista (2016: 375 milhões de euros para os Mercados em Crescimento do Retalho e 109 milhões para a Banca Grossista). O justo valor menos custo de alienação baseia-se nas entradas de Nível 1 e Nível 2.

Não foi reconhecida qualquer imparidade do goodwill em 2017 (2016: zero). As alterações no goodwill por grupo de UGC em 2017 devem-se às alterações nas taxas de câmbio.

Metodologia

São aplicadas várias metodologias para descobrir a melhor estimativa da quantia recuperável. Em consonância com a IFRS, a quantia recuperável é determinada como a maior do justo valor menos os custos de alienação e o Valor de Utilização (VU). O justo valor menos os custos de alienação baseia-se em preços de ações observáveis (contributos de Nível 1 na hierarquia do justo valor), múltiplos observáveis do valor de mercado/valor contabilístico de bancos pares relevantes (Nível 2) ou baseia-se num modelo de fluxo de caixa descontado livre (Nível 3). O cálculo do VU baseia-se num modelo de Dividendos Descontados usando planos de gestão de cinco anos aprovados. Ao estimar o VU de uma UGC, as condições locais e os requisitos determinam os requisitos de fundos próprios, as taxas de desconto e as taxas de crescimento terminal. Essas condições e requisitos locais determinam a capacidade de superar o excesso de capital e lucros para o ING Bank. O cálculo da taxa de desconto inclui outros contributos, como o prémio do mercado acionista, o prémio de risco-país e a inflação a longo prazo, que se baseiam em fontes de mercado e na apreciação da administração. A taxa de crescimento a longo prazo para os países da UE baseia-se numa taxa isenta de risco a longo prazo, com referência ao rendimento de um índice composto constituído por títulos de dívida pública genéricos em euros, com prazo de 30 anos. Para outros países, a taxa de crescimento inclui uma taxa de inflação a longo prazo obtida de fontes de mercado.

O valor recuperável excede o valor recuperável da UGC para 2016 e 2017 e, portanto, não é necessária imparidade.

Sensibilidade dos principais pressupostos

Os principais pressupostos do modelo de teste de imparidade do goodwill são os rácios valor de mercado/valor contabilístico, os contributos de nível 1 (por exemplo, preço da ação de uma filial cotada) e os parâmetros locais para CET1, taxa de desconto e taxas de crescimento a longo prazo. O modelo foi testado para sensibilidade, trocando os principais parâmetros no modelo para valores mais conservadores. A análise de sensibilidade não desencadeou considerações de desvalorização adicionais.

Software

O software inclui software desenvolvido internamente no valor de 477 milhões de euros (2016: 395 milhões de euros).

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

10 Outros ativos

Outros ativos por tipo		
	2017	2016
Ativos de benefícios líquidos definidos	542	609
Fundos de investimento imobiliário	65	65
Promoção imobiliária e obtida através de execuções hipotecárias	137	184
Juros e rendas acumulados	4.533	5.589
Outros ativos acumulados	753	884
Valores a liquidar	4.072	4.804
Outros	2.960	2.571
	13.062	14.706

Na Nota 32 «Pensões e outros benefícios pós-emprego» são referidas divulgações em relação aos ativos de benefícios líquidos definidos.

Promoção imobiliária e obtida através de execuções hipotecárias

Promoção imobiliária e obtida através de execuções hipotecárias		
	2017	2016
Propriedade de investimento em desenvolvimento		
Propriedade desenvolvida	63	109
Propriedade obtida através de execuções hipotecárias	74	75
	137	184
Valor contábil a 31 de dezembro	417	469
Desvalorizações acumuladas a 31 de dezembro	-280	-285
Valor contabilístico líquido	137	184

O valor total de custos de empréstimos obtidos relacionados com a Promoção imobiliária e obtida através de execuções hipotecárias, capitalizado em 2017 foi zero (2016: zero).

Juros e rendas acumulados

A 31 de dezembro de 2017, a rubrica inclui juros acumulados de 1375 milhões de euros (2016: 1939 milhões de euros) em ativos derivados de negociação e 2511 milhões de euros (2016: 2773 milhões de euros) em empréstimos e obrigações disponíveis para venda. Os juros acumulados sobre ativos derivados de negociação devem ser considerados juntamente com os juros acumulados sobre passivos derivados de negociação, conforme incluído em Outros passivos. É feita referência à Nota 15 «Outros passivos». O restante do saldo refere-se, principalmente, a juros acumulados sobre coberturas de fluxo de caixa, coberturas do justo valor e outros derivados não negociados.

Valores a liquidar

Os valores a liquidar são principalmente transações não liquidadas na data do balanço financeiro. São de curto prazo e devem ser liquidadas logo após a data do balanço financeiro. A redução em 2017 é atribuível à menor atividade de mercado em comparação com o final do ano anterior.

Outros

Outros ativos - Outros refere-se, sobretudo, a outros valores a receber mo decorrer normal dos negócios. Para 2017, isto inclui um valor a receber ao nível holandês (do NN Group) referente a impostos devidos pela ING Australia Holdings Ltd referente aos anos de 2007-2013, para a qual se espera que seja recebido um reembolso total do NN Group. No 3º Trimestre de 2017, um valor a receber foi contabilizado pelo valor do imposto de 121 milhões de euros. No 4º Trimestre de 2017, foi recebido um pagamento em dinheiro e reduziu este valor devido pelo NN Group para 70 milhões de euros.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Passivos**1.1 Depósitos de bancos**

Os depósitos de bancos incluem dívida não subordinada de bancos, exceto para valores sob a forma de títulos de dívida.

Depósitos de bancos por tipo

	Países Baixos		Internacional		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Sem juros	181		363	449	544	449
Com juros	17.230	13.778	19.047	17.737	36.277	31.515
	17.411	13.778	19.410	18.186	36.821	31.964

Em 2016, o ING participou nas novas operações de refinanciamento de longo prazo direcionadas (TLTRO II) com 10,7 mil milhões de euros. Em 2017, o ING participou nas operações de refinanciamento de longo prazo direcionadas (TLTRO II) com mais 7 mil milhões de euros.

As TLTRO visam estimular a concessão de empréstimos à economia real na Zona Euro. A taxa de juros das TLTRO é fixada ao longo da vida de cada operação à taxa de referência do Banco Central Europeu.

É feita referência à Nota 39 «Transferência de ativos financeiros» para informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

1.2 Depósitos de clientes**Depósitos de clientes**

	2017	2016
Contas poupança	319.659	315.697
Saldo de crédito em contas de clientes	186.455	173.346
Depósitos empresariais	39.655	40.725
Outros	6.921	1.328
	552.690	531.096

Depósitos de clientes por tipo

	Países Baixos		Internacional		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Sem juros	15.963	13.579	21.688	16.911	37.651	30.490
Com juros	164.140	159.557	350.899	341.049	515.039	500.606
	180.103	173.136	372.587	357.960	552.690	531.096

As contas poupanças referem-se aos saldos em contas poupança, registos de poupança, depósitos de poupança e depósitos a prazo de clientes pessoais. Os juros devidos em contas poupança, que são contratualmente adicionados às contas, também estão incluídos.

É feita referência à Nota 39 «Transferência de ativos financeiros» para informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

1.3 Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas**Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas**

	2017	2016
Passivos detidos para negociação	73.596	83.167
Derivados não negociados	2.346	3.585
Designado ao justo valor através de lucros ou perdas	11.215	12.266
	87.157	99.018

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

A ativos detidos para negociação

Passivos detidos para negociação por tipo		
	2017	2016
Títulos de capital próprio	601	1.975
Títulos de dívida	5.126	4.146
Fundos em depósito	41.956	37.753
Derivados	25.913	39.293
	73.596	83.167

É feita referência à Nota 39 «Transferência de ativos financeiros» para informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

Derivados não negociados

Derivados não negociados por tipo		
	2017	2016
Derivados utilizados em:		
– coberturas do justo valor	1.083	1.888
– coberturas de fluxo de caixa	339	671
– coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro	71	33
Outros derivados não negociados	853	993
	2.346	3.585

Outros derivados não negociados incluem, sobretudo, swaps de taxas de juro e swaps de câmbio de moeda estrangeira para as quais não é aplicada nenhuma contabilidade de cobertura.

D designado pelo justo valor através de lucros ou perdas

Designado pelo justo valor através de lucros ou perdas por tipo		
	2017	2016
Títulos de dívida	8.896	10.736
Fundos confiados	1.780	969
Passivos subordinados	539	561
	11.215	12.266

Em 2017, a alteração no justo valor dos passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros e perdas atribuíveis a alterações de risco de crédito foi de 78 milhões de euros (2016: 50 milhões de euros) e 248 milhões de euros (2016: 170 milhões de euros) numa base cumulativa. Esta alteração foi determinada como a quantia de alteração no justo valor do passivo financeiro que não é atribuível às alterações nas condições do mercado que deram origem ao risco de mercado (ou seja, principalmente risco de taxa de juros com base nas curvas de rendimento).

O valor que o ING Bank é contratualmente obrigado a pagar até à data de vencimento aos detentores de passivos financeiros designado pelo justo valor através de lucros e perdas é de 10 733 milhões de euros (2016: 11 720 milhões de euros).

14 Provisões

Provisões por tipo		
	2017	2016
Provisões de reorganização	1.097	1.482
Outras provisões	616	546
	1.713	2.028

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

P. provisões de reorganização

Alterações nas provisões de reorganização		
	2017	2016
Balanco de abertura	1.482	670
Adições	53	1.202
Montantes não utilizados revertidos	-58	-13
Utilizadas	-369	-365
Diferenças cambiais	-1	-5
Outras alterações	-10	-7
Balanco de encerramento	1.097	1.482

O ING Bank reconheceu uma provisão de reorganização adicional de 1032 milhões de euros em 2016, para as reduções previstas da força de trabalho para os programas de transformação digital pretendidos. Espera-se que as iniciativas pretendidas resultem numa redução da força de trabalho do ING, principalmente na Bélgica e nos Países Baixos durante 2016 a 2021.

Em 2017, as alterações nas provisões de reorganização foram principalmente atribuíveis às iniciativas existentes na sequência dos programas de transformação digital pretendidos do ING Bank.

Estas iniciativas são implementadas durante um período de vários anos e a estimativa das provisões de reorganização é inerentemente incerta. A provisão à data do balanço financeiro representa a melhor estimativa das despesas de despedimento previstas e espera-se que seja suficiente para cobrir estes custos.

Outras provisões

Alterações nas outras provisões						
	Contencioso			Outras		Total
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Balanco de abertura	353	187	193	107	546	294
Adições	186	235	135	120	321	355
Montantes não utilizados revertidos	-90	-46	-73	-6	-163	-52
Utilizadas	-82	-28	-23	-19	-105	-47
Diferenças cambiais	-3	-1	-8	-1	-11	-2
Outras alterações	1	6	27	-8	28	-2
Balanco de encerramento	365	353	251	193	616	546

Em 2017, Outras provisões - outras incluem uma provisão relacionada com Cartas de Crédito/Garantias de 104 milhões de euros. A 31 de dezembro de 2017, os valores que se espera que sejam liquidados num prazo de doze meses equivalem a 448 milhões de euros. Os valores incluídos em Outras provisões baseiam-se nas melhores estimativas em relação aos valores e periodicidade dos fluxos de caixa necessários para liquidar a obrigação.

Incluída em Outras provisões - Contencioso em 2017 e 2016 está uma provisão relacionada com os derivados da taxa de juros variável que foram vendidos nos Países Baixos. Nesta rubrica de 2017, também está incluída uma provisão reconhecida para reembolso de despesas associadas à formalização de hipotecas no ING Spain e uma provisão reconhecida para um negócio descontinuado no ING Luxembourg. É feita referência à Nota 26 «Outras despesas operacionais» e à Nota 42 «Processos judiciais».

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

15 Outros passivos

Outros passivos por tipo		
	2017	2016
Passivos de benefícios líquidos definidos	476	521
Outros benefícios pós-emprego	87	87
Outros passivos relacionados com funcionários	504	472
Outros impostos e contribuições para a segurança social	479	494
Juros acumulados	3.601	4.373
Custos a pagar	2.600	2.243
Valores a liquidar	4.993	6.391
Outros	3.232	2.212
	15.972	16.793

Na Nota 32 «Pensões e outros benefícios pós-emprego» são referidas divulgações em relação aos passivos de benefícios líquidos definidos.

Outros passivos relacionados com funcionários

Os outros passivos relacionados com funcionários incluem provisões para férias, provisões de remuneração variável, provisões por anos de serviço e provisões por deficiência/doença.

Valores a liquidar

Os valores a liquidar diminuíram em relação a 31 de dezembro de 2017, como resultado de uma menor atividade do mercado.

Outros

Outros passivos - Outros refere-se, sobretudo, a acréscimos no final do ano.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

1.6 Títulos de dívida emitidos

Os títulos de dívida emitidos referem-se a obrigações e outros títulos de dívida emitidos com taxas de juros fixas ou taxas de juros com base em níveis flutuantes da taxa de juros, tais como certificados de depósito e valores admitidos emitidos pelo ING Bank, exceto para itens subordinados. Os títulos de dívida emitidos não incluem títulos de dívida apresentados como passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas. O ING Bank não possui títulos de dívida que são emitidos por razões diferentes das disponíveis no curso normal dos negócios. Os vencimentos dos títulos de dívida são os seguintes:

Títulos de dívida emitidos - vencimentos		
	2017	2016
Títulos de dívida de taxa fixa		
Dentro de 1 ano	29.296	25.458
Mais de 1 ano, mas menos de 2 anos	7.084	12.151
Mais de 2 anos, mas menos de 3 anos	7.629	7.365
Mais de 3 anos, mas menos de 4 anos	8.369	7.893
Mais de 4 anos, mas menos de 5 anos	5.432	8.674
Mais de 5 anos	8.038	14.537
Total de títulos de dívida de taxa fixa	65.848	76.078
Títulos de dívida de taxa variável		
Dentro de 1 ano	15.091	13.278
Mais de 1 ano, mas menos de 2 anos	3.932	2.724
Mais de 2 anos, mas menos de 3 anos	1.341	4.168
Mais de 3 anos, mas menos de 4 anos	278	793
Mais de 4 anos, mas menos de 5 anos	150	320
Mais de 5 anos	3.591	3.944
Total de títulos de dívida de taxa variável	24.383	25.227
Total de títulos de dívida	90.231	101.305

Em 2017, a diminuição de 11,1 mil milhões de euros nos títulos de dívida emitidos deve-se, sobretudo, a uma diminuição de 9,9 mil milhões de euros nas obrigações vencidas a longo prazo, uma diminuição de 3,8 mil milhões de euros nos certificados de depósito, uma diminuição de 2,8 mil milhões de euros nas obrigações cobertas e uma diminuição de 0,9 mil milhões de euros noutros títulos de dívida emitidos, parcialmente compensados por um aumento de 6,3 mil milhões de euros no papel comercial.

A 31 de dezembro de 2017, o ING Bank possui linhas de créditos não utilizadas disponíveis, incluindo o pagamento de empréstimos de papel comercial relativos a títulos de dívida emitidos de 5750 milhões de euros (2016: 12 015 milhões de euros).

17 Empréstimos subordinados

Os empréstimos subordinados referem-se a obrigações de capital subordinado e empréstimos privados que podem ser incluídos no cálculo do rácio de capital próprio.

Os empréstimos subordinados incluem empréstimos que se qualificam como capital próprio de nível 1. Estes empréstimos foram aplicados no ING Bank N.V. pelo ING Groep N.V.

Alterações nos empréstimos subordinados		
	2016	2015
Balanço de abertura	16.104	15.920
Novas emissões	2.314	1.085
Reembolsos	-1.246	-961
Diferenças cambiais e outros	-1.341	60
Balanço de encerramento	15.831	16.104

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Em fevereiro de 2017, o ING emitiu 750 milhões de euros de títulos que se qualificam como obrigações subordinadas de acordo com a DFP IV de Nível 2 com cupão de 2,50 % até 24 de fevereiro de 2024. Em setembro de 2017, o ING emitiu 1000 milhões de euros de títulos que se qualificam como obrigações subordinadas de acordo com a DFP IV de Nível 2 com cupão de 1,625 % até 26 de fevereiro de 2024. Em 2017, o ING emitiu outras colocações privadas com valores nominais totais de 22 000 milhões de JPN e 260 milhões de dólares americanos. Todos os novos empréstimos emitidos foram colocados pelo ING Groep N.V.

A taxa de juros média dos empréstimos subordinados é de 4,65 % (2016: 4,82 %). As despesas com juros durante o ano de 2017 foram de 756 milhões de euros (2016: 780 milhões de euros).

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Capital próprio**18 Capital Próprio**

Capital próprio total			
	2017	2016	2015
Capital social e prémio de emissão			
- Capital social	525	525	525
- Prémio de emissão	16.542	16.542	16.542
	17.067	17.067	17.067
Outras reservas			
- Reserva de reavaliação: Disponível para venda e outros	3.449	3.832	3.896
- Reserva de reavaliação: Coberturas de fluxo de caixa	263	777	675
- Reserva de reavaliação: Propriedade de uso próprio	201	201	326
- Reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos	-400	-371	-306
- Reserva de conversão de moeda	-1.682	-791	-540
- Participações de filiais e empreendimentos conjuntos e outros	2.473	2.187	1.733
	4.304	5.835	5.784
Lucros retidos	22.291	20.638	18.006
Capital próprio dos acionistas (empresa-mãe)	43.662	43.540	40.857
Participação não controladora	715	606	638
Capital próprio total	44.377	44.146	41.495

Os seguintes componentes do capital próprio, tal como incluídos em Outras reservas, não podem ser distribuídos livremente: Reserva de reavaliação, reserva de remensuração de ativo/passivo de benefícios líquidos definidos, Reserva de conversão de moeda, Reserva de participação em filiais e empreendimentos conjuntos e parte de Outras reservas relacionada com o antigo Stichting Regio Bank e o antigo Stichting Vakbondsspaarbank SPN.

Capital social e prémio de emissão**Capital social**

Capital social						
Ações ordinárias (por valor 1,13 euros)						
			Número x 1000		Valor	
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Capital social autorizado	1.600.000	1.600.000	1.600.000	1.808	1.808	1.808
Capital social não emitido	1.134.965	1.134.965	1.134.965	1.283	1.283	1.283
Capital social emitido	465.035	465.035	465.035	525	525	525

Não ocorreram alterações no capital social e prémio de emissão emitidos em 2017, 2016 e 2015.

Todas as ações ordinárias são nominativas. Não foram emitidos certificados de ações. As ações ordinárias podem ser transferidas por um ato de transferência, sujeito à aprovação da assembleia geral do ING Bank. O valor nominal das ações ordinárias é de 1,13 euros.

O capital em ações ordinárias autorizado do ING Bank N.V. consiste em 1600 milhões de ações, das quais, a 31 de dezembro de 2017, 465 milhões de ações ordinárias foram emitidas e pagas na íntegra.

O ING Bank tem 50 ações preferenciais autorizadas com valor nominal de 1,13 euros por ação preferencial. A 31 de dezembro de 2017, 7 ações preferenciais foram emitidas e pagas na íntegra (2016: 7 ações preferenciais; 2015: 7 ações preferenciais) no valor de 8 euros (2016: 8 euros; 2015: 8 euros).

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

R. restrições aplicáveis a dividendos

O ING Bank N.V. e as suas empresas do grupo holandês estão sujeitas a restrições legais em relação ao montante dos dividendos que podem pagar aos seus acionistas. O Código Civil Holandês contém a restrição de que os dividendos só podem ser pagos até um montante igual ao excesso dos fundos próprios da empresa através do capital e reservas realizadas exigidas por lei. Além disso, algumas empresas do Banco estão sujeitas a restrições sobre a quantidade de fundos que podem transferir sob a forma de dividendos, ou de outra forma, para a empresa-mãe.

Por outro lado, além das restrições em relação aos requisitos mínimos de fundos próprios que são impostos por reguladores da indústria nos países em que as filiais operam, existem outras limitações em certos países.

O. outras reservas**Reservas de reavaliação: Disponível para venda e outros**

Alterações nas reservas de reavaliação: Disponível para venda e outros			
	2017	2016	2015
Balanço de abertura	3.832	3.896	3.615
Reavaliações não realistas	-293	208	298
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas	-90	-272	-17
Balanço de encerramento	3.449	3.832	3.896

Em 2017, a reserva de reavaliação disponível para venda diminuiu em 383 milhões de euros, sobretudo devido à reavaliação das ações do Bank of Beijing de - 479 milhões de euros, parcialmente compensada pela reavaliação das ações do Kotak Mahindra Bank de 302 milhões de euros.

Depois da aquisição da VISA Europe by VISA Inc., em 2016, os títulos de capital próprio disponíveis para venda foram desreconhecidos da demonstração da posição financeira com uma libertação correspondente da reserva de reavaliação disponível para venda reconhecida no Capital Próprio de 154 milhões de euros. É feita referência à Nota 7 «Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos» e à Nota 34 «Justo valor de ativos e passivos».

R. reservas de reavaliação: Coberturas de fluxo de caixa

Alterações nas reservas de reavaliação: Coberturas de fluxo de caixa			
	2017	2016	2015
Balanço de abertura	777	675	875
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa	-514	102	-200
Balanço de encerramento	263	777	675

R. reserva de reavaliação: Propriedade de uso próprio

Alterações nas reservas de reavaliação: Propriedade de uso próprio			
	2017	2016	2015
Balanço de abertura	201	326	291
Reavaliações não realistas	26	2	35
Alterações na composição do grupo e outras alterações	-26	-127	
Balanço de encerramento	201	201	326

Em 2017 e 2016, respetivamente, os -26 milhões de euros e os - 127 milhões de euros são uma transferência da reserva de reavaliação para lucros retidos.

R. reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos

É feita referência à Nota 32 «Pensões e outros benefícios pós-emprego».

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Reserva de conversão de moeda

Alterações na reserva de conversão de moeda estrangeira			
	2017	2016	2015
Balanço de abertura	-791	-540	-609
Reavaliações não realistas	192	-76	-231
Diferenças cambiais	-1.083	-175	300
Balanço de encerramento	-1.682	-791	-540

As reavaliações não realizadas estão relacionadas com as alterações no valor dos instrumentos de cobertura que são designados como coberturas de investimento líquido.

A estratégia de cobertura é proteger o rácio CET1. O decréscimo líquido da reserva de conversão cambial de 891 milhões de euros deve-se principalmente às diferenças cambiais em TRY, USD e AUD, que não estão ou estão cobertos apenas parcialmente.

Participações de filiais, empreendimentos conjuntos e outras reservas

Alterações em participações de filiais, empreendimentos conjuntos e outras reservas			
	2017	2016	2015
Balanço de abertura	2.187	1.733	1.677
Resultado para o ano	153	124	131
Alterações na composição do grupo e outras alterações	133	330	-75
Balanço de encerramento	2.473	2.187	1.733

Lucros retidos

Alterações nos lucros retidos			
	2017	2016	2015
Balanço de abertura	20.638	18.006	15.518
Resultado para o ano	4.866	4.103	4.528
Dividendo	-3.176	-1.345	-2.200
Opções de ações de funcionários e planos de ações	69	72	70
Alterações na composição do grupo e outras alterações	-106	-198	90
Balanço de encerramento	22.291	20.638	18.006

Em 2017, foi pago um dividendo em dinheiro de 3176 milhões de euros ao ING Group.

Em 2016, foi pago um dividendo em dinheiro de 1345 milhões de euros ao ING Group.

Em 2015, foi pago um dividendo em dinheiro de 2200 milhões de euros ao ING Group.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Notas à demonstração consolidada de lucros ou perdas**19 Rendimento líquido dos juros**

Rendimento líquido dos juros			
	2017	2016	2015
Rendimento dos juros em empréstimos	18.351	18.388	19.177
Rendimento dos juros em empréstimos em imparidade	54	69	42
Juros negativos sobre os passivos	526	191	66
Total do rendimento dos juros em empréstimos	18.931	18.648	19.285
Rendimento dos juros em títulos disponíveis para venda	1.340	1.659	1.785
Rendimento dos juros em títulos detidos até ao vencimento	154	97	101
Rendimento dos juros sobre derivados negociados	16.109	16.081	17.151
Rendimento dos juros noutra carteira de negociação	1.028	728	677
Rendimento dos juros nos derivados não negociados (sem contabilidade de cobertura)	629	666	849
Rendimento dos juros nos derivados não negociados (contabilidade de cobertura)	5.660	6.213	6.394
Outros rendimentos dos juros	137	129	155
Rendimento dos juros	43.988	44.221	46.397
Despesas com juros sobre depósitos de bancos	301	283	302
Despesas com juros sobre depósitos de clientes	2.766	3.161	4.180
Despesas com juros em títulos de dívida	1.910	2.174	2.390
Despesas com juros em empréstimos subordinados	756	780	820
Despesas com juros sobre derivados negociados	16.118	16.263	17.408
Despesas com juros sobre outros passivos detidos para negociação	744	210	207
Despesas com juros em derivados não negociados (sem contabilidade de cobertura)	929	766	781
Despesas com juros em derivados não negociados (contabilidade de cobertura)	5.946	6.720	7.181
Outras despesas com juros	329	363	344
Juros negativos em ativos	407	184	40
Despesas com juros	30.206	30.904	33.653
Rendimento líquido dos juros	13.782	13.317	12.744

Em 2017, o ligeiro aumento dos ativos totais médios, combinado com uma melhoria da margem líquida dos juros, levou a um aumento de 465 milhões de euros no rendimento líquido dos juros. O ligeiro aumento dos ativos totais médios foi principalmente atribuível a um aumento nos empréstimos a clientes e na caixa e disponibilidades com bancos centrais, em grande parte compensados por uma queda nos investimentos.

Em 2016, o aumento dos ativos totais médios (com os saldos de cash pool até março de 2016 ainda calculados numa base líquida para fornecer informações consistentes), combinado com uma melhoria da margem líquida dos juros, levaram a um aumento de 573 milhões de euros no rendimento dos juros líquido. O aumento dos ativos totais médios foi principalmente atribuível ao aumento dos empréstimos a clientes, parcialmente compensado por uma queda nos ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou perdas.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

20 Receitas líquidas de comissões

Receitas de taxas e comissões			
	2017	2016	2015
Transferência de fundos	1.171	1.103	1.014
Atividade de títulos financeiros	532	497	570
Mediação de seguros	176	181	185
Taxas de gestão de ativos	116	91	77
Taxas de mediação e de consultoria	548	477	436
Outros	1.321	1.232	1.138
	3.864	3.581	3.420

Incluídas em Outros, estão as taxas de comissão de 209 milhões de euros (2016: 202 milhões de euros; 2015: 171 milhões de euros) em relação a garantias bancárias, taxas de comissão de 52 milhões de euros (2016: 44 milhões de euros; 2015: 30 milhões de euros) em relação à subscrição de empréstimos de sindicância, taxas de financiamento estruturadas de 136 milhões de euros (2016: 110 milhões de euros; 2015: 87 milhões de euros) e instrumentos coletivos distribuídos mas não geridos pelo ING de 165 milhões de euros (2016: 145 milhões de euros; 2015: 145 milhões de euros).

Despesas com taxas e comissões			
	2017	2016	2015
Transferência de fundos	436	403	385
Atividade de títulos financeiros	150	166	158
Mediação de seguros	4	8	18
Taxas de gestão de ativos	5	5	8
Taxas de mediação e de consultoria	192	166	140
Outros	363	400	391
	1.150	1.148	1.100

21 Resultados de avaliação e resultados líquidos em operações financeiras

Resultados de avaliação e resultados líquidos em operações financeiras			
	2017	2016	2015
Resultados da negociação de títulos	656	-369	1.352
Resultados da negociação de derivados	59	706	600
Alteração no justo valor dos derivados relacionada com			
– coberturas do justo valor	729	241	1.243
– coberturas de fluxo de caixa (porção ineficaz)	44	-16	31
– outros derivados não negociados	-1.147	1.709	-164
Alteração no justo valor dos ativos e passivos (itens cobertos)	-824	-223	-1.308
Resultados de avaliação sobre ativos e passivos designados pelo justo valor através de lucros e perdas (excluindo a negociação)	-56	-79	372
Resultados das operações de câmbio	1.202	-900	-859
Outros	9	24	66
	672	1.093	1.333

Os resultados da negociação de títulos incluem os resultados da criação de mercado em instrumentos como títulos de dívida pública, títulos de capital próprio, títulos de dívida de empresas, instrumentos do mercado monetário e derivados da taxa de juros, como swaps, opções, contratos futuros e a prazo. Os resultados das operações de câmbio incluem os lucros e perdas de contratos à vista e contratos a prazo, opções, futuros e ativos e passivos de conversão cambial.

A porção de lucros e perdas referentes a títulos para negociação ainda detidos a 31 de dezembro de 2017 equivale a -68 milhões de euros (2016: -232 milhões de euros; 2015: 147 milhões de euros).

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Os resultados líquidos em operações financeiras referem-se a ativos detidos para negociação e passivos detidos para negociação que incluem ativos e passivos classificados pelas IFRS como «Negociados», mas que estão intimamente relacionados com a satisfação das necessidades dos clientes do ING. O ING oferece produtos que são negociados nos mercados financeiros aos seus clientes institucionais, empresariais e aos governos. Uma parte significativa dos derivados na carteira de negociação está relacionada com a assistência aos clientes empresariais na sua gestão de riscos para cobrir, por exemplo, exposições cambiais ou às taxas de juros. Além disso, o ING oferece acesso a capital próprio e mercados de dívida para que os seus clientes possam emitir os seus próprios títulos de capital próprio e títulos de dívida («subscrição de títulos»).

Embora sejam apresentados como Negociados nas IFRS, estão diretamente relacionados com serviços para os clientes do ING. Os empréstimos e valores a receber na carteira de negociação referem-se, principalmente, a acordos de recompra (reversa), que são comparáveis a empréstimos garantidos (concessão de empréstimos).

Estes produtos são utilizados pelo ING como parte das suas próprias atividades regulares de tesouraria mas também estão relacionados com a função que o ING desempenha como intermediário entre diferentes clientes profissionais. A partir de uma perspetiva de risco, o valor bruto dos ativos detidos para negociação deve ser considerado em conjunto com o valor bruto dos passivos detidos para negociação, que são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira. Contudo, as IFRS não permitem a compensação destas posições na demonstração da posição financeira. É feita referência à Nota 4 «Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas» e à Nota 13 «Passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas» para mais informações sobre os passivos detidos para negociação.

A maior parte dos riscos envolvidos na segurança e na troca de moeda é economicamente coberta com derivados. Os resultados da negociação dos títulos são parcialmente compensados pelos resultados nestes derivados. O resultado destes derivados é incluído nos resultados da negociação de derivados.

As carteiras de negociação do ING Bank são geridas com base em limites internos e compreendem um conjunto de produtos com resultados que podem ser compensados. Os resultados são apresentados em várias rubricas na demonstração de lucros e perdas. É feita referência à Nota 19 «Rendimento líquido dos juros».

Em 2017, os resultados da negociação de derivados incluem 47 milhões de euros em ajustes CVA/DVA em derivados de negociação, em comparação com 36 milhões de euros em ajustes de CVA/DVA em 2016 (2015: 98 milhões de euros).

Os resultados de avaliação e os resultados líquidos em operações financeiras incluem os movimentos de justo valor sobre derivados (utilizados para a contabilidade de cobertura e para as exposições economicamente cobertas), bem como as alterações no justo valor dos ativos e passivos incluídos nas relações de cobertura como itens cobertos. Além disso, os resultados da avaliação e os resultados líquidos em operações financeiras incluem os resultados em ativos e passivos designados ao justo valor através de lucros ou perdas.

Incluídos nos Resultados de avaliação e nos resultados líquidos em operações financeiras estão os movimentos do justo valor sobre derivados utilizados para cobrir economicamente as exposições, mas para os quais não se aplica nenhuma contabilidade de cobertura. Os movimentos de justo valor sobre os derivados são influenciados por alterações nas condições de mercado, como preços de ações, taxas de juros e taxas de câmbio.

Os resultados da avaliação e os resultados líquidos em operações financeiras estão refletidos na demonstração consolidada dos fluxos de caixa na rubrica «Resultado antes de impostos - Ajustado para: outro.»

Os resultados de avaliação sobre ativos e passivos designados ao justo valor através de lucros e perdas incluem alterações ao justo valor em determinados títulos de dívida emitidos. Os resultados de avaliação sobre ativos e passivos designados ao justo valor através de lucros ou perdas deveram-se, principalmente, a alterações no justo valor dos passivos financeiros impulsionados por alterações nas condições de mercado e alterações no próprio risco de crédito, conforme divulgado na Nota 13 «Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas». As condições de mercado incluem desenvolvimentos no spread de crédito.

Em 2017, os resultados de avaliação sobre ativos e passivos designados ao justo valor através de lucros e perdas (excluindo a negociação), incluem ajustes do justo valor dos próprios títulos emitidos, no valor de -105 milhões de euros (2016: -70 milhões de euros; 2015: -404 milhões de euros), dos quais o ajuste DVA em títulos próprios emitidos, em 2017, ascendeu a -79 milhões de euros (2016: -50 milhões de euros; 2015: 163 milhões de euros).

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

22 Rendimento dos investimentos

Rendimento dos investimentos			
	2017	2016	2015
Rendimento de dividendos	80	87	63
Lucros e perdas realizados na alienação de títulos de dívida	64	107	127
Desvalorizações de títulos de dívida disponíveis para venda			-17
Reversão de desvalorizações de títulos de dívida disponíveis para venda	3		
Lucros e perdas realizados e desvalorizações de títulos de dívida	67	107	110
Lucros e perdas realizados na alienação de títulos de capital próprio	48	236	67
Desvalorizações de títulos de capital próprio disponíveis para venda	-6	-13	-117
Lucros e perdas realizados e desvalorizações de títulos de capital próprio	42	223	-50
Rendimento de ganhos/perdas de justo valor em fundos de investimento imobiliário	3	4	4
Rendimento dos investimentos	192	421	127

Em 2016, o rendimento de dividendos inclui 16 milhões de euros recebidos como resultado da fusão entre a Equens SE e a Worldline. É feita referência à Nota 5 «Investimentos».

Em 2016, os lucros/perdas realizados na alienação de títulos de capital próprio incluem principalmente 163 milhões de euros, compostos pelo ganho na alienação das ações detidas na VISA Europe Limited. Para mais informações sobre a alienação de ações detidas na VISA Europe Limited, faz-se referência à Nota 7 «Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos» e à Nota 18 «Capital Próprio».

As desvalorizações e reversões de desvalorizações em investimentos são apresentadas dentro do rendimento dos investimentos, que faz parte do Rendimento total.

Desvalorizações e reversões de desvalorizações em investimentos por segmento						
	Imparidades			Reversão de desvalorizações		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Retalho na Bélgica			-5			
Banca Grossista	-5	-8	-129	3		
Banca da Corporate Line	-1	-5				
	-6	-13	-134	3	-	-

23 Resultado da alienação das empresas do grupo

Resultado da alienação das empresas do grupo			
	2017	2016	2015
Baring Private Equity Partners	1	1	7
ING Lease UK			-5
	1	1	2

Em 2017, 2016 e 2015, o resultado da alienação das empresas do grupo incluiu lucros diferidos realizados em alienações em períodos anteriores relacionados com a Baring Private Equity Partners. Além disso, 2015 incluiu uma autorização de saída de *goodwill* relacionado com a alienação das carteiras remanescentes do ING Lease (Reino Unido). É feita referência à Nota 9 «Ativos intangíveis».

24 Outros rendimentos

Em 2017, Outros rendimentos de 349 milhões de euros (2016: 172 milhões de euros; 2015: 51 milhões de euros) inclui 121 milhões de euros relacionados com uma carga fiscal no ING Australia Holdings Ltd, para a qual se espera que seja recebido um reembolso total do NN Group e 2 milhões de euros de rendimento líquido de locação operacional (2016: 2 milhões de euros). O rendimento líquido de locação operacional inclui um rendimento de 24 milhões de euros (2016: 21 milhões de euros; 2015: 19 milhões de euros) e uma depreciação de 22 milhões de euros (2016: 19 milhões de euros; 2015: 17 milhões de euros). O restante de Outros rendimentos é principalmente afetado pelos resultados positivos na venda de empréstimos e propriedades e aumento das renegociações de hipotecas.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Em 2015, os Outros rendimentos - Outros foram afetados por resultados positivos na venda de empréstimos e propriedades, parcialmente compensados por encargos não recorrentes relacionados com o aumento dos pré-pagamentos e renegociações das hipotecas.

25 Despesas com pessoal

Despesas com pessoal			
	2017	2016	2015
Salários	3.273	3.224	3.221
Despesas com pensões e outros custos de benefícios relacionados com os funcionários	381	344	275
Custos com a segurança social	499	512	514
Acordos de compensação com base em ações	70	72	70
Funcionários externos	716	636	634
Educação	76	70	68
Outras despesas com pessoal	183	178	180
	5.198	5.036	4.962

Número de funcionários									
	Países Baixos			Internacional			Total		
	2017	2016	2015 ₁	2017	2016	2015 ₁	2017	2016	2015 ₁
Número total médio de funcionários em regime equivalente a tempo inteiro	13.141	13.660	14.586	38.363	38.283	38.134	51.504	51.943	52.720

1 O número médio de funcionários compreende, numa base média, funcionários de entidades que foram vendidas ou classificadas como detidas para venda durante o ano.

Remuneração da alta administração, Conselho de Administração Bancária e Conselho de Supervisão

É feita referência à Nota 46 «Partes relacionadas».

Opção de ações e planos de ações

O ING Groep N.V. concedeu direitos de opção sobre as ações do ING Groep N.V. e direitos condicionais sobre ações a uma série de executivos seniores do Banco (membros do Conselho de Administração, diretores-gerais e outros dirigentes nomeados pelo Conselho de Administração Bancária) e a um número considerável de funcionários do ING Group. O objetivo dos regimes de opção e participações, além de promover um crescimento duradouro do ING Bank, é atrair, reter e motivar os executivos seniores e os funcionários.

O ING concede três tipos de atribuições de ações, ações diferidas, ações de desempenho e ações iniciais, que fazem parte da remuneração variável oferecida através do Plano de Desempenho Sustentável a Longo Prazo (LSPP). O direito à atribuição de ações é concedido condicionalmente. Se o participante permanecer no emprego por um período ininterrupto entre a data de concessão e a data de aquisição, o direito torna-se incondicional, com exceção das ações iniciais que são imediatamente adquiridas após a concessão. Além da condição de emprego, as ações de desenvolvimento exigem uma condição de desempenho que tem de ser satisfeita antes de poder ocorrer uma aquisição. O número de ações do ING que, em última análise, seriam investidas no final de um período de desempenho depende do desempenho do ING durante esse período. As ações iniciais e diferidas concedidas aos membros do Conselho de Administração Bancária, bem como aos funcionários identificados, têm uma obrigação de retenção que deve ser cumprida após a aquisição, aplica-se uma aquisição mínima de 12 meses. O ING tem autoridade para aplicar uma retenção às ações atribuídas mas não adquiridas e uma recuperação às ações adquiridas.

Além da atribuição de ações do Plano de Desempenho Sustentável a Longo Prazo (LSPP), o ING também paga uma série de ações fixas de altos funcionários. O número de ações é determinado mensalmente a partir de um valor monetário que faz parte da remuneração fixa do funcionário. As ações são imediatamente adquiridas pelo funcionário, mas têm uma exigência mínima de retenção de dois anos antes que o funcionário possa ceder as suas ações. As ações fixas não estão sujeitas a retenção ou recuperação.

A informação apresentada abaixo sobre as opções de ações e planos de ações sobre as ações do ING Groep N.V. incluem funcionários empregados por entidades que são apresentadas como operações contínuas, bem como detidas para venda e operações descontinuadas.

Em 2017, foram concedidas 159,217 atribuições de ações (2016: 232,281; 2015: 106,013) aos membros do Conselho de Administração Bancária. À alta administração e outros funcionários do ING Bank foram concedidas 4 846 903 atribuições de ações (2016: 6 590,039; 2015: 6 088,240).

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Todos os anos, o Conselho Executivo do ING Bank decide se os regimes de opção e de ações serão mantido e, em caso afirmativo, em que medida. Em 2010, o Conselho Executivo do Grupo decidiu não continuar o regime de opções a partir de 2011. Os regimes de opções existentes, até 2010, serão liquidados nos próximos anos.

Os direitos de opção são válidos durante um período de dez anos. Os direitos de opção que não forem exercidos durante este período caducam. Os direitos de opção concedidos serão válidos até à data de validade, mesmo que o regime de opção seja descontinuado. Os direitos de opção estão sujeitos a determinadas condições, incluindo um período de serviço contínuo predeterminado. Os preços de exercício das opções são os mesmos que os preços cotados das ações do ING Groep N.V à data em que as opções foram concedidas.

As obrigações referentes ao plano de opções de ações existente e os planos de ações serão financiados por dinheiro ou por ações recém-emitidas a critério do ING Group.

Alterações nos direitos de opções pendentes

	Opções pendentes (em números)			Preço médio ponderado de exercício (em euros)		
	2017	2016	2015 ₁	2017	2016	2015 ₁
Balanço de abertura	15.838.152	22.939.049	32.146.647	15,53	17,52	16,84
Exercidos	-1.290.392	-929.529	-2.400.791	6,05	6,20	6,97
Confiscados	-97.188	-140.278	-210.860	14,13	15,83	16,34
Caducado	-4.877.835	-6.031.090	-6.595.947	24,09	24,54	18,08
Balanço de encerramento	9.572.737	15.838.152	22.939.049	12,46	15,53	17,52

O preço médio ponderado das ações à data de exercício para opções exercidas durante 2017 é de 13,81 euros (2016: 10,43 euros; 2015: 13,62). Todos os direitos de opção são adquiridos.

Resumo das opções de ações pendentes e exercíveis

Variedade do preço de exercício em euros	Opções pendentes e exercíveis a 31 de dezembro			Vida contratual restante média ponderada			Preço médio ponderado de exercício		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
0,00 – 5,00	1.342.436	1.771.080	2.146.930	1,21	2,21	3,22	2,87	2,87	2,88
5,00 – 10,00	2.496.862	3.401.679	4.001.835	2,21	3,21	4,21	7,39	7,38	7,38
10,00 – 15,00	75.399	97.258	99.973	0,71	1,71	2,72	14,35	14,35	14,35
15,00 – 20,00	5.658.040	5.973.986	6.446.077	0,21	1,21	2,22	16,94	16,93	16,98
20,00 – 25,00		4.247.605	4.476.049		0,23	1,24		24,58	24,58
25,00 – 30,00		346.544	5.768.185		0,38	0,34		25,42	25,18
	9.572.737	15.838.152	22.939.049						

Todas as opções pendentes são exercíveis. A 31 de dezembro de 2017, os valores intrínsecos agregados das opções pendentes e exercíveis foram de 37 milhões de euros (2016: 39 milhões de euros; 2015: 41 milhões de euros).

Alterações na atribuição de ações

	Atribuição de ações (em números)			Data da concessão da média ponderada do valor justo (em euros)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Balanço de abertura	8.362.851	8.648.781	10.751.796	10,44	10,07	7,52
Concedida	5.006.120	6.822.320	6.194.253	13,20	10,20	13,00
Efeito do desempenho	379.805	542.749	533	10,47	8,68	8,50
Adquiridas	-6.309.714	-7.493.664	-8.070.866	11,41	9,67	8,94
Confiscadas	-218.420	-157.335	-226.935	10,83	10,50	9,07
Balanço de encerramento	7.220.642	8.362.851	8.648.781	11,46	10,44	10,07

O justo valor das atribuições de ações concedidas é reconhecido como uma despesa incluída nas despesas com funcionários e é alocado durante o período das atribuições de ações. A partir de 2015, o ING Group deixa de ter atribuições de ações que contêm uma condição de desempenho baseada no mercado. Anteriormente, os justos valores das atribuições de ações que contêm uma condição de desempenho baseada no mercado eram determinados utilizando um modelo de avaliação baseado na simulação Monte Carlo. O modelo tem em consideração a taxa de juros sem riscos, os atuais preços das ações, as volatilidades esperadas e os atuais rendimentos dos dividendos do desempenho que o Banco utilizou para determinar a classificação do Retorno Total para o Acionista (RTA) do ING.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

A 31 de dezembro 2017, o total de custos de compensação não reconhecidos relacionados com a atribuição de ações equivale a 37 milhões de euros (2016: 41 milhões de euros). Espera-se que estes custos sejam reconhecidos durante um período médio ponderado de 1,4 anos (2016: 1,4 anos).

26 Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais			
	2017	2016	2015
Despesas relacionadas com TI ¹	737	740	753
Despesas de escritório	586	580	618
Publicidade e relações públicas	455	169	166
Despesas de deslocação e alojamento	178	404	418
Honorários de consultoria externa	350	319	240
Serviços de auditoria e não auditoria	22	19	18
Encargos postais	50	48	56
Depreciação dos ativos fixos tangíveis	319	330	327
Amortização de ativos intangíveis	179	187	270
Imparidades e inversões em ativos fixos tangíveis e intangíveis	18	107	28
Custos regulamentares	901	845	620
Adição/(valores não utilizados invertidos) de provisões para reorganização e realocação	-5	1.189	165
Adição/(valores não utilizados invertidos) de outras provisões	167	213	7
Contribuições e subscrições	87	79	66
Outros	554	338	594
	4.598	5.567	4.346

1 Custos com computadores foi renomeado para despesas relacionadas com TI

As outras despesas operacionais incluem pagamentos de locações e de sublocações em relação a locações operacionais de 307 milhões de euros (2016: 310 milhões de euros; 2015: 281 milhões de euros) das quais o ING Bank é o locatário. Nenhuma locação operacional individual tem termos e condições que afetam significativamente o valor, periodicidade ou certeza dos fluxos de caixa consolidados do ING Bank.

Serviços de auditoria e não auditoria

Os serviços de auditoria e não auditoria incluem taxas para serviços prestados pelos auditores do Banco. O aumento nos honorários dos auditores em 2017 refere-se principalmente a atividades de auditoria para a implementação da IFRS 9.

Custos regulamentares

Os custos regulamentares representam contribuições para os Sistemas de Garantia de Depósitos (SGD), o Fundo Único de Resolução (FUR) e as taxas bancárias locais. A partir de 1 de janeiro de 2016, o novo SGD *ex-ante* nos Países Baixos e o FNR entraram em vigor, resultando num aumento dos custos regulamentares nesse período. Incluídas nos custos regulamentares para 2017 estão as contribuições para o SGD de 341 milhões de euros (2016: 316 milhões de euros; 2015: 233 milhões de euros) principalmente relacionadas com os Países Baixos, Alemanha, Bélgica, Polónia e Espanha e contribuições para o FNR de 179 milhões de euros (2016: 176 milhões de euros; 2015: 143 milhões de euros) referentes aos Fundos de Resolução Nacional.

Em 2017, as taxas bancárias locais aumentaram 30 milhões de euros, passando de 351 milhões de euros para 381 milhões de euros, principalmente devido a uma nova taxa bancária polaca de ano inteiro e a um aumento das taxas no Reino Unido.

Adição/(valores não utilizados invertidos) de provisões para reorganização e realocação

Incluído em Adição/(valores não utilizados invertidos) de provisões para reorganização e realocação, é feita referência à divulgação da provisão de reorganização na Nota 14 «Provisões».

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Imparidades tangíveis e intangíveis e inversões

Imparidades e inversões de ativos fixos tangíveis e intangíveis									
	Perdas por imparidade			Reversões de desvalorizações			Total		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Propriedade e equipamento	10	65	17	-24	-5	-14	-14	60	3
Promoção imobiliária	2	3	9				2	3	9
Software e outros ativos intangíveis	30	44	15				30	44	15
(Reversões de) outras desvalorizações	42	112	41	-24	-5	-14	18	107	27

Em 2017, as perdas por imparidade em software e ativos intangíveis incluem principalmente software que foi afetado ao seu Valor em Utilização, relacionado com a aceleração da Estratégia Think Forward.

Outros

Incluída em Outras despesas operacionais - Outras em 2017, está uma despesa líquida para a provisão reconhecida em relação aos derivados da taxa de juros variáveis que foram vendidos nos Países Baixos. Também incluída nesta rubrica, está uma taxa relacionada com a provisão reconhecida para reembolso de despesas associadas à formalização de hipotecas no ING Spain e uma taxa relacionada com a provisão reconhecida para um negócio descontinuado no ING Luxembourg. É feita referência à Nota 14 «Provisões» e à Nota 42 «Processos judiciais».

Outras despesas operacionais - Outras em 2016 incluíram uma poupança de custos pontuais de 116 milhões de euros na Bélgica.

Notas à demonstração consolidada dos fluxos de caixa 27**Fluxos de caixa líquidos de atividades de investimentos**

Na Nota 43 «Empresas e negócios consolidados adquiridos e alienados» é apresentada informação sobre o impacto das empresas adquiridas ou alienadas.

28 Variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento

Variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento									
	2016	Fluxos de caixa		Alterações não monetárias				2017	
		Adições	Resgates / Alienações	Aquisição	Amortização	Outros	Alterações no Justo Valor	Movimento em moeda estrangeira	
Títulos de dívida emitidos	101.305	89.369	-95.077		132	-40	-866	-4.592	90.231
Empréstimos subordinados	16.104	2.314	-1.246		89		-274	-1.156	15.831
Total de passivos das atividades de financiamento	117.409	91.683	-96.323	–	221	-40	-1.140	-5.748	106.062

29 Dinheiro e equivalentes de caixa

Dinheiro e equivalentes				
	2017	2016	2015	
Bilhetes do Tesouro e outros bilhetes admissíveis	391	512	363	
Depósitos de bancos / Empréstimos e adiantamentos a bancos	-3.404	-2.493	-1.467	
Caixa e disponibilidades com bancos centrais	21.989	18.144	21.458	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.976	16.163	20.354	

Bilhetes do Tesouro e outros bilhetes admissíveis incluídos na caixa e equivalentes de caixa				
	2017	2016	2015	
Bilhetes do Tesouro e outros bilhetes admissíveis incluídos nos ativos detidos para negociação	5	126	228	
Bilhetes do Tesouro e outros bilhetes admissíveis incluídos nos investimentos disponíveis para venda	386	386	135	
	391	512	363	

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Depósitos de bancos / Empréstimos e adiantamentos a bancos			
	2017	2016	2015
Incluídos na caixa e equivalentes de caixa:			
– depósitos de bancos	-8.563	-9.809	-10.306
– empréstimos e adiantamentos a bancos	5.159	7.316	8.839
	-3.404	-2.493	-1.467
Não incluídos na caixa e equivalentes de caixa:			
– depósitos de bancos	-28.258	-22.155	-23.502
– empréstimos e adiantamentos a bancos	23.587	21.556	21.127
	-4.671	-599	-2.375
Total como incluído na demonstração da posição financeira :			
– depósitos de bancos	-36.821	-31.964	-33.808
– empréstimos e adiantamentos a bancos	28.746	28.872	29.966
	-8.075	-3.092	-3.842

A Caixa e os equivalentes de caixa incluem depósitos de bancos e empréstimos e adiantamentos a bancos que estão sob pedido.

Os depósitos de reservas mínimas obrigatórias a serem detidos com vários bancos centrais estão incluídos na caixa e equivalentes de caixa. É feita referência à Nota 38 «Ativos não imediatamente disponíveis» para as restrições em Caixa e disponibilidades com bancos centrais.

A gestão do risco do ING Bank (incluindo a liquidez) é explicada na secção «Gestão do Risco - Risco de financiamento e liquidez».

Informações contabilísticas por setores

30 Setores

Os setores do ING Bank baseiam-se nas estruturas de relato interno por linhas de negócio.

O Conselho de Administração Bancária define os objetivos de desempenho, aprova e monitoriza os orçamentos preparados pelas linhas de negócios. As linhas de negócios formulam políticas estratégicas, comerciais e financeiras em conformidade com a estratégia e os objetivos de desempenho definidos pelo Conselho de Administração Bancária.

O reconhecimento e medição dos resultados do setor está em consonância com as políticas contabilísticas, tal como descrito na Nota 1 «Políticas contabilísticas». As despesas empresariais são alocadas às linhas de negócios com base no tempo gasto pelo pessoal administrativo, número relativo de funcionários, ou com base nos rendimentos, despesas e/ou ativos do setor.

A tabela seguinte especifica os setores por linha de negócios e as principais fontes de rendimento de cada um dos setores:

Especificação das principais fontes de rendimento de cada um dos setores por linha de negócio	
Setores dos resultados da Banca por linha de negócio	Principal fonte de rendimento
Retalho nos Países Baixos (Líderes de Mercado)	Rendimento proveniente do retalho e de atividades de banca privada nos Países Baixos, incluindo os segmentos das PME e dos mercados intermédios. Os principais produtos oferecidos são contas correntes e poupanças, empréstimos a negócios, hipotecas e outros empréstimos ao consumidor nos Países Baixos.
Retalho na Bélgica (Líderes de Mercado)	Rendimento proveniente do retalho e de atividades de banca privada na Bélgica (incluindo o Luxemburgo), incluindo os setores das PME e dos mercados intermédios. Os principais produtos oferecidos são semelhantes aos dos Países Baixos.
Retalho na Alemanha (Mercados Desafiadores e em Crescimento)	Rendimento proveniente de atividades de retalho e da banca privada na Alemanha (incluindo a Áustria). Os principais produtos oferecidos são contas correntes e poupanças, hipotecas e outros empréstimos a clientes.
Outro Retalho (Mercados Desafiadores e em Crescimento)	Rendimento proveniente de atividades de banca de retalho no resto do mundo, incluindo os segmentos das PME e dos mercados intermédios em países específicos. Os principais produtos oferecidos são semelhantes aos dos Países Baixos.
Banca Grossista	Rendimento proveniente de atividades da banca grossista (é oferecida uma gama completa de produtos, desde a gestão de tesouraria ao financiamento de empresas), bens imobiliários e locação.

Os segmentos geográficos para os resultados da Banca são apresentados na página 84.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Especificação de segmentos geográficos

Segmentos geográficos	Principais países
Países Baixos	
Bélgica	Incluindo o Luxemburgo
Alemanha	Incluindo a Áustria
Outros Desafiadores	Austrália, França, Itália, Espanha, Portugal, República Checa e Reino Unido Carteira de liquidação de doações
Mercados em Crescimento	Polónia, Roménia, Turquia e participações bancárias asiáticas
Banca Grossista no resto do mundo	Reino Unido, Américas, Ásia e outros países na Europa Central e do Leste
Outros	Banca da Corporate Line e carteira de liquidação Imobiliária

O ING Bank avalia os resultados dos seus segmentos bancários utilizando uma medida de desempenho financeiro chamada resultado subjacente. O resultado subjacente é utilizado para monitorizar o desempenho do ING Bank a um nível consolidado e por setor. O Conselho de Administração Bancária considera esta medida como relevante para a compreensão do desempenho financeiro do Banco, pois permite que os investidores entendam o método principal utilizado pela administração para avaliar o desempenho operacional do Grupo e tomar decisões sobre a alocação de recursos. Além disso, o ING Bank acredita que a apresentação do resultado líquido subjacente ajuda os investidores a comparar o desempenho do segmento de forma significativa, destacando o resultado antes do imposto atribuível às operações em curso e a rentabilidade subjacente dos negócios do segmento. O resultado subjacente é obtido pela exclusão dos seguintes pontos da IFRS: receitas extraordinárias e o impacto das alienações.

As receitas extraordinárias incluem receitas de rendimento ou despesa que são significativas e que derivam de acontecimentos ou transações que são claramente distintas das atividades operacionais regulares. As divulgações sobre períodos comparativos também refletem o impacto das alienações.

O ING Bank reconcilia o resultado total dos setores com o resultado total da Banca, usando a Banca da Corporate Line. A Banca da Corporate Line é um reflexo das atividades de gestão de capitais e certas despesas que não são atribuídas às empresas bancárias. A Banca da Corporate Line inclui os custos isolados de doações (principalmente resultados de juros negativos) causados pela substituição do financiamento de curto prazo por financiamento de longo prazo durante 2012 e 2013. O ING aplica um sistema de cobrança de capital pelas suas operações bancárias, de modo a criar uma base comparável para os resultados das unidades de negócios a nível mundial, independentemente do valor do capital próprio das unidades de negócios e da moeda em que operam.

O resultado subjacente, conforme apresentado abaixo, é uma medida financeira não GAAP (princípios contabilísticos geralmente aceites) e não é uma medida de desempenho financeiro no âmbito das IFRS. Como o resultado subjacente não é determinado em conformidade com as IFRS, o resultado subjacente como apresentado pelo ING pode não ser comparável a outras medidas de desempenho semelhantes de outras empresas. O resultado subjacente dos segmentos do ING é reconciliado para o resultado líquido, como indicado abaixo na demonstração consolidada de lucros e perdas das IFRS. A informação contida nesta nota está em consonância com a informação apresentada ao Conselho de Administração Bancária.

Esta nota não oferece informações sobre a receita específica de cada produto ou serviço, uma vez que isto não é reportado internamente e, por isso, não está imediatamente disponível.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Reconciliação entre as IFRS e o Rendimento subjacente, despesas e resultado líquido

	Total	Despesas	Tributação	Participações não controladoras	Resultado líquido ¹
2017					
Resultado líquido IFRS atribuível ao detentor do capital próprio da empresa-mãe	17.876	10.472	2.303	82	5.019
Remover impacto de:					
Receitas extraordinárias ²	-121		-121		0
Subjacentes ³	17.755	10.472	2.182	82	5.019

1 Resultado líquido, após impostos e participações não controladoras.

2 As receitas extraordinárias em 2017 incluem uma carga fiscal na ING Australia Holdings Ltd relacionada com os anos 2007-2013, para a qual se espera que seja recebido um reembolso total do NN Bank.

3 Os valores subjacentes provêm de valores de acordo com as IFRS, excluindo o impacto das receitas extraordinárias.

Segmentos Bancários por linha de negócios

	Retalho países Baixos	Retalho na Bélgica	Retalho na Alemanha	Outro Retalho	Banca Grossista	Gestão Corporat e Line	Banca Total
2017							
Rendimento subjacente							
– Rendimento líquido dos juros	3.610	1.842	1.704	2.437	3.895	294	13.782
– Receitas líquidas de comissões	601	408	215	384	1.108	-3	2.714
– Total de investimentos e outros rendimentos	257	224	-28	207	919	-318	1.259
Resultado subjacente total	4.468	2.473	1.891	3.028	5.922	-27	17.755
Despesas subjacentes							
– Despesas operacionais	2.212	1.584	1.032	1.919	2.792	257	9.795
– Adição de provisões para perdas por empréstimos duvidosos	13	104	-10	284	284	1	676
Despesas subjacentes totais	2.224	1.688	1.022	2.203	3.076	258	10.472
Resultado subjacente antes de impostos	2.243	785	869	825	2.846	-285	7.283
Tributação	566	296	241	188	881	9	2.182
Participação não controladora		-2	2	67	15		82
Resultado líquido subjacente	1.678	491	625	569	1.950	-293	5.019
Receitas extraordinárias						0	0
Resultado líquido IFRS	1.678	491	625	569	1.950	-293	5.019

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Reconciliação entre as IFRS e o Rendimento subjacente, despesas e resultado líquido

	Rendimento	Despesas	Tributação	Participação não controladora	Resultado líquido ¹
2016					
Resultado líquido IFRS atribuível ao detentor do capital próprio da empresa-mãe	17.514	11.577	1.635	75	4.227
<u>Remover impacto de:</u>					
Receitas extraordinárias		-1.157	358		799
Subjacentes	17.514	10.419	1.993	75	5.026

- 1 Resultado líquido, após impostos e participações não controladoras.
- 2 As receitas extraordinárias em 2016 incluem principalmente as taxas de reestruturação e imparidades relacionadas com os programas de transformação digital pretendidos, conforme anunciado em outubro de 2016.
- 3 Os valores subjacentes provêm de valores de acordo com as IFRS, excluindo o impacto das receitas extraordinárias.

Segmentos Bancários por linha de negócios

	Retalhos Baixos	Retalho na Bélgica	Retalho na Alemanha	Outro Retalho	Caixa Grossista	Gestão Corporate Line	Banca Total
2016							
<u>Rendimento subjacente</u>							
– Rendimento líquido dos juros	3.653	1.936	1.689	2.107	3.750	182	13.317
– Receitas líquidas de comissões	546	385	183	320	1.003	-2	2.434
– Total de investimentos e outros rendimentos	237	253	51	432	855	-65	1.763
Resultado subjacente total	4.436	2.573	1.923	2.859	5.608	115	17.514
<u>Despesas subjacentes</u>							
– Despesas operacionais	2.560	1.438	886	1.723	2.572	267	9.445
– Adição de provisões para perdas por empréstimos duvidosos	171	175	-18	278	368		974
Despesas subjacentes totais	2.731	1.613	868	2.001	2.940	267	10.419
Resultado subjacente antes de impostos	1.705	961	1.055	858	2.668	-152	7.095
Tributação	422	306	315	178	753	18	1.993
Participação não controladora		1	2	60	11		75
Resultado líquido subjacente	1.282	653	738	620	1.903	-171	5.026
Receitas extraordinárias	-192	-418		-12	-149	-27	-799
Resultado líquido IFRS	1.090	235	738	608	1.754	-198	4.227

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Reconciliação entre as IFRS e o Rendimento subjacente, despesas e resultado líquido

2015	Rendimento	Despesas	Tributação	Participação não controladora	Resultado líquido ¹
Resultado líquido da IFRS atribuível ao detentor do capital próprio da empresa-mãe	17.070	10.655	1.683	72	4.659
Remover impacto de:					
Alienações ²	-367				-367
Receitas extraordinárias ³		-77	19		58
Subjacente⁴	16.703	10.578	1.703	72	4.350

1 Resultado líquido, após impostos e participações não controladoras.

2 As alienações em 2015 refletem o resultado da fusão entre o ING Vysya Bank e o Kotak Mahindra Bank.

3 As receitas extraordinárias em 2015 incluem custos adicionais referentes aos programas de reestruturação, previamente anunciados, no Retalho nos Países Baixos.

4 Os valores subjacentes provêm de valores de acordo com as IFRS, excluindo o impacto das alienações e receitas extraordinárias.

Segmentos Bancários por linha de negócios

2015	Retalho Países Baixos	Retalho na Bélgica	Retalho na Alemanha	Outro Retalho	Banca Grossista	Banca da Corporate Line	Banca Total
Rendimento subjacente							
– Rendimento líquido dos juros	3.683	1.953	1.634	1.935	3.538	1	12.744
– Receitas líquidas de comissões	515	397	172	278	962	-4	2.320
– Total de investimentos e outros rendimentos	205	195	104	195	1.070	-131	1.639
Resultado subjacente total	4.403	2.546	1.910	2.408	5.570	-133	16.703
Despesas subjacentes							
– Despesas operacionais	2.475	1.532	842	1.594	2.559	230	9.231
– Adição de provisões para perdas por empréstimos duvidosos	433	169	57	210	478		1.347
Despesas subjacentes totais	2.908	1.701	899	1.804	3.036	230	10.578
Resultado subjacente antes de impostos	1.495	845	1.012	604	2.533	-364	6.125
Tributação	391	255	328	142	676	-91	1.703
Participação não controladora		6	2	48	16		72
Resultado líquido subjacente	1.104	583	681	414	1.841	-273	4.350
Alienações				367			367
Receitas extraordinárias	-58						-58
Resultado líquido IFRS	1.046	583	681	781	1.841	-273	4.659

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Segmentos Bancários geográficos

	Países Baixos	Bélgica	Alemanha	Outros Desafiadores	Mercados em Crescimento	Banca Grossista no resto do mundo	Outros	Banca Total
2017								
Rendimento subjacente								
– Rendimento líquido dos juros	4.537	2.099	2.172	1.527	1.515	1.636	295	13.782
– Receitas líquidas de comissões	871	519	269	232	316	509	-3	2.714
– Total de investimentos e outros rendimentos	445	480	-17	22	296	245	-211	1.259
Resultado subjacente total	5.853	3.098	2.424	1.781	2.127	2.390	82	17.755
Despesas subjacentes								
– Despesas operacionais	2.930	2.063	1.154	1.142	1.126	1.113	267	9.795
– Adição de provisões para perdas por empréstimos duvidosos	3	160	-15	201	241	85	1	676
Despesas subjacentes totais	2.933	2.223	1.140	1.344	1.367	1.198	268	10.472
Resultado subjacente antes de impostos	2.920	876	1.285	437	760	1.192	-186	7.283
Tributação	708	369	407	145	151	379	21	2.182
Participação não controladora		-2	2		82			82
Resultado líquido subjacente	2.212	508	875	292	527	813	-207	5.019
Receitas extraordinárias							0	0
Resultado líquido IFRS	2.212	508	875	292	527	813	-207	5.019

Segmentos Bancários geográficos

	Países Baixos	Bélgica	Alemanha	Outros Desafiadores	Mercados em Crescimento	Banca Grossista no resto do mundo	Outros	Banca Total
2016								
Rendimento subjacente								
– Rendimento líquido dos juros	4.699	2.183	2.025	1.373	1.274	1.579	183	13.317
– Receitas líquidas de comissões	779	482	241	171	309	452	-1	2.434
– Total de investimentos e outros rendimentos	367	559	75	133	460	202	-33	1.763
Resultado subjacente total	5.845	3.225	2.340	1.677	2.043	2.233	149	17.514
Despesas subjacentes								
– Despesas operacionais	3.301	1.796	987	951	1.103	1.029	279	9.445
– Adição de provisões para perdas por empréstimos duvidosos	310	215	-13	120	240	103		974
Despesas subjacentes totais	3.610	2.010	973	1.071	1.343	1.132	279	10.419
Resultado subjacente antes de impostos	2.235	1.215	1.367	607	700	1.101	-130	7.095
Tributação	555	353	426	173	125	335	27	1.993
Participação não controladora		1	2		71			75
Resultado líquido subjacente	1.680	860	939	433	504	766	-157	5.026
Receitas extraordinárias	-268	-491		-13			-27	-799
Resultado líquido IFRS	1.412	369	939	420	504	766	-184	4.227

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Segmentos Bancários geográficos

2015	Países Baixos	Bélgica	Alemanha	Outros Desafiadores	Mercados em Crescimento	Banca Grossista no resto do mundo	Outros	Banca Total
Rendimento subjacente								
– Rendimento líquido dos juros	4.677	2.287	1.812	1.268	1.147	1.551	2	12.744
– Receitas líquidas de comissões	754	497	215	156	267	435	-4	2.320
– Total de investimentos e outros rendimentos	187	434	120	25	330	580	-36	1.639
Resultado subjacente total	5.619	3.217	2.146	1.449	1.743	2.566	-38	16.703
Despesas subjacentes								
– Despesas operacionais	3.220	1.943	917	840	1.061	1.003	247	9.231
– Adição de provisões para perdas por empréstimos duvidosos	654	166	77	99	176	175		1.347
Despesas subjacentes totais	3.874	2.109	994	938	1.237	1.178	247	10.578
Resultado subjacente antes de impostos	1.744	1.108	1.152	511	506	1.388	-285	6.125
Tributação	469	315	382	174	79	367	-83	1.703
Participação não controladora		6	2		64			72
Resultado líquido subjacente	1.276	787	768	337	363	1.021	-203	4.350
Alienações					367			367
Receitas extraordinárias	-58							-58
Resultado líquido IFRS	1.218	787	768	337	730	1.021	-203	4.659

As demonstrações da posição financeira das IFRS por segmento não são reportadas internamente ao, nem geridas pelo, principal responsável pela tomada de decisões.

31 Informações sobre áreas geográficas

As linhas de negócios do ING operam em sete principais áreas geográficas: Países Baixos, Bélgica, Resto da Europa, América do Norte, América Latina, Ásia e Austrália. Uma área geográfica é um componente distinguível do Banco empenhado em oferecer produtos ou serviços dentro de um ambiente económico específico que está sujeito a riscos e retornos que são diferentes dos de áreas geográficas que operam noutros ambientes económicos. As análises geográficas baseiam-se na localização do escritório a partir do qual as transações são originadas. Os Países Baixos são o país de residência do ING Bank.

Aa tabelas abaixo oferecem informações adicionais para os anos de 2017, 2016 e 2015 respetivamente, relativas aos nomes das principais filiais e sucursais, natureza das principais atividades e número médio de funcionários numa base equivalente a tempo inteiro por país/jurisdicção fiscal.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Informação adicional por país

2017

Área geográfica	País / Jurisdição Fiscal	Nome da principal filial	Principal atividade	Número médio de funcionários numa base equivalente a tempo inteiro	Rendime nto total	Ativos totais	Resultad o antes de imposto	Tributação
Países Baixos	Países Baixos	ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	13.141	5.860	241.481	2.437	661
Bélgica	Bélgica	ING België N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	8.893	2.957	119.400	1.009	408
	Luxemburgo	ING Luxembourg S.A.	Banca Grossista / Banca de Retalho	777	298	14.748	68	27
Resto da Europa	Polónia	ING Bank Slaski S.A.	Banca Grossista / Banca de Retalho	8.664	1.119	29.976	444	112
	Alemanha	ING DiBa A.G.	Banca Grossista / Banca de Retalho	4.587	2.312	138.153	1.240	396
	Roménia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	1.968	314	5.940	135	23
	Espanha	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	1.135	509	23.858	97	25
	Itália	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	838	336	16.728	-4	7
	REINO UNIDO	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	603	550	78.573	324	76
	França ¹	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	591	310	10.678	93	32
	Rússia	ING Bank (Eurásia) Z.A.O.	Banca Grossista	270	136	1.607	78	20
	Repúblic a Checa	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	245	66	5.641	16	3
	Hungria	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	146	32	1.003	-	2
	Eslováquia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	497	14	677	2	1
	Ucrânia	PJSC ING Bank Ukraine	Banca Grossista	106	30	321	9	2
	Áustria	Filial do ING DiBa A.G.	Banca Grossista / Banca de Retalho	225	80	682	25	-1
	Bulgária	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	70	9	268	-2	-
	Irlanda	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	43	57	2.337	48	6
	Portugal	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	11	14	667	9	3
	Suíça	Filial do ING België N.V.	Banca Grossista	204	224	9.737	145	38
América do Norte	Canadá	Belgian Overseas Agencies Ltd.	Banca Grossista	-	-	2	-	-
	EUA	ING Financial Holdings Corp.	Banca Grossista	564	724	42.873	371	134
América Latina	Brasil	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	78	47	1.184	16	4
	Colômbia	ING Capital Colombia S.A.S.	Banca Grossista	2	1	2	-	-
	México	ING Consulting, S.A. de C.V	Banca Grossista	8	1	2	-2	-
Ásia	China	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	81	35	2.298	7	-2
	Japão	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	35	33	2.238	17	11
	Cingapura	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	512	297	25.803	133	9
	Hong Kong	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	108	94	7.850	55	7
	Filipinas	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	604	18	322	6	2
	Coreia do Sul	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	82	55	4.602	21	6
	Taiwan	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	33	23	3.910	11	-
	Indonésia	PT ING Securities Indonesia	Banca Grossista	5	1	6	-	-
	Malásia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	5	-	29	-1	-
	Índia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	-	1	2	1	-
	Turquia	ING Bank A.S.	Banca Grossista / Banca de Retalho	5.221	741	13.798	267	54
	Emirados Árabes Unidos	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	10	-	-	-2	-
Austrália	Austrália	ING Bank (Austrália) Ltd.	Banca de Retalho	1.143	577	37.982	330	235
Outros	Maurícias	ING Mauritius Ltd.	Gestão de Investimentos	-	1	939	-	-
Total				51.504	17.876	846.318	7.404	2.303

1 Os subsídios públicos recebidos, conforme definido no artigo 89º da DFP IV, ascendem a 0,5 milhões de euros.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

A Austrália tem uma carga fiscal muito elevada devido a uma carga fiscal na ING Australia Holdings Ltd relativa aos anos de 2007-2013, para a qual se espera que seja recebido um reembolso total do NN Group. Embora o impacto no resultado líquido tenha sido nulo, essa receita extraordinária afetou a rubrica dos impostos e «outros rendimentos» na demonstração consolidada de lucros e perdas.

Devido às reformas fiscais nos EUA e na Bélgica, que resultaram numa carga fiscal para registar uma redução nos ativos fiscais deferidos, a carga fiscal é significativamente maior.

Áustria, China, Singapura e Taiwan têm cargas fiscais menores devido a ajustes do ano anterior.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Informação adicional por país

Área Geográfica	País / Jurisdição Fiscal	Nome da principal filial	Principal atividade	Número médio de funcionário numa base equivalente a tempo inteiro	Rendiment o Total	Total de Ativos	Resultad o antes de impostos	Tributação
Países Baixos	Países Baixos	ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	13.660	5.790	293.893	1.375	360
Bélgica	Bélgica	ING België N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	9.348	3.154	131.431	554	143
	Luxemburgo	ING Luxembourg S.A.	Banca Grossista / Banca de Retalho	793	274	10.783	138	32
Resto da Europa	Polónia	ING Bank Slaski S.A.	Banca Grossista / Banca de Retalho	8.735	992	26.581	379	90
	Alemanha	ING DiBa A.G.	Banca Grossista / Banca de Retalho	4.341	2.212	134.902	1.282	407
	Roménia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	1.806	288	5.456	123	21
	Espanha	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	1.116	498	23.309	197	51
	Itália	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	833	376	15.920	100	33
	Reino Unido	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	599	504	29.830	290	154
	França ¹	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	613	280	8.614	56	18
	Rússia	ING Bank (Eurásia) Z.A.O.	Banca Grossista	276	118	2.008	69	7
	República a Checa	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	220	74	3.653	37	7
	Hungria	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	152	37	1.358	-1	3
	Eslováquia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	400	14	715	3	1
	Ucrânia	PJSC ING Bank Ukraine	Banca Grossista	111	59	622	47	7
	Áustria	Filial do ING DiBa A.G.	Banca Grossista / Banca de Retalho	196	86	360	37	-4
	Bulgária	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	76	9	274	–	–
	Irlanda	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	42	53	1.910	54	7
	Portugal	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	11	14	642	10	3
	Suíça	Filial do ING België N.V.	Banca Grossista	192	187	9.150	122	33
América do Norte	Canadá	Belgian Overseas Agencies Ltd	Banca Grossista	–	–	1	–	1
	EUA	ING Financial Holdings Corp.	Banca Grossista	519	732	42.571	377	110
América Latina	Brasil	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	70	43	2.097	13	–
	Colômbia	ING Capital Colombia S.A.S.	Banca Grossista	2	–	1	–	–
	México	ING Consulting, S.A. de C.V	Banca Grossista	7	1	2	-1	–
Ásia	China	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	72	36	2.049	7	-2
	Japão	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	33	36	3.702	22	9
	Singapura	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	502	194	25.780	22	5
	Hong Kong	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	106	80	5.964	40	7
	Filipinas	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	423	17	402	4	-2
	Coreia do Sul	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	87	46	4.107	14	-1
	Taiwan	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	32	15	2.484	3	1
	Indonésia	PT ING Securities Indonesia	Banca Grossista	5	1	7	–	–
	Malásia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	5	–	3	–	–
	Índia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	–	–	2	–	–
	Turquia	ING Bank A.S.	Banca Grossista / Banca de Retalho	5.497	757	15.864	225	45
	Emirados Árabes Unidos	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	10	–	1	-2	–
Austrália	Austrália	ING Bank (Austrália) Ltd.	Banca de Retalho	1.053	505	36.691	309	90
Outros	Maurícias	ING Mauritius Ltd.	Gestão de Investimentos	–	32	780	32	–
Total				51.943	17.514	843.919	5.937	1.635

1 Os subsídios públicos recebidos, conforme definido no artigo 89.º da DFP IV, ascendem a 1 milhões de euros.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

O Reino Unido tem uma elevada carga fiscal devido a alterações na legislação fiscal e ajustes do ano anterior.

A Rússia, China, Filipinas e Coreia do Sul têm cargas fiscais baixas devido a ajustes do ano anterior.

A Áustria tem uma carga fiscal inversa devido ao reconhecimento de um ativo fiscal por prejuízos fiscais anteriormente não reconhecidos. O Brasil tem uma baixa carga fiscal devido à combinação de rendimentos altos relativamente isentos com diminuição do lucro. As Maurícias não têm carga fiscal, uma vez que a venda parcial das ações do Kotak Mahindra Bank em setembro de 2016 foi isenta de impostos.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Informação adicional por país

2015

Área geográfica	País / Jurisdição Fiscal	Nome da principal filial	Principal atividade	Número médio de funcionários numa base equivalente a tempo inteiro	Rendim ento total	Ativos totais	Resultad o antes de imposto	Tributação
Países Baixos	Países Baixos	ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	14.586	5.410	468.271	1.059	416
Bélgica	Bélgica	ING België N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	9.645	3.123	130.916	1.142	341
	Luxemburgo	ING Luxembourg S.A.	Banca Grossista / Banca de Retalho	774	298	9.331	166	35
Resto da Europa	Polónia	ING Bank Slaski S.A.	Banca Grossista / Banca de Retalho	8.713	903	25.666	317	60
	Alemanha	ING DiBa A.G.	Banca Grossista / Banca de Retalho	4.052	2.037	126.171	1.081	363
	Roménia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	1.596	221	4.685	78	13
	Espanha	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	1.076	423	24.457	144	52
	Itália	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	824	202	15.826	-87	-15
	REINO UNIDO	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	642	556	32.156	362	-19
	França ¹	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	625	256	7.489	67	23
	Rússia	ING Bank (Eurásia) Z.A.O.	Banca Grossista	288	185	2.520	131	32
	República da Checa	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	211	75	2.519	41	8
	Hungria	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	162	46	1.129	13	5
	Eslováquia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	265	13	573	8	2
	Ucrânia	PJSC ING Bank Ukraine	Banca Grossista	120	46	616	27	5
	Áustria	Filial do ING DiBa A.G.	Banca de Retalho	169	93	321	51	9
	Bulgária	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	76	10	267	-2	-
	Irlanda	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	39	64	1.697	36	5
	Portugal	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	2	3	616	3	1
	Suíça	Filial do ING België N.V.	Banca Grossista	177	187	6.927	105	30
América do Norte	Canadá	Belgian Overseas Agencies Ltd.	Banca Grossista	-	-	-	-	-
	EUA	ING Financial Holdings Corp.	Banca Grossista	492	720	47.784	423	122
América Latina	Brasil	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	56	48	1.496	32	12
	México	ING Consulting, S.A. de C.V.	Banca Grossista	8	-	1	-	-
Ásia	China	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	59	39	1.551	16	10
	Japão	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	30	31	6.772	20	9
	Singapura	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	472	386	19.111	230	30
	Hong Kong	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	103	85	5.052	49	1
	Filipinas	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	249	22	436	5	3
	Coreia do Sul	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	68	53	3.642	23	6
	Taiwan	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	34	23	1.744	12	1
	Indonésia	PT ING Securities Indonesia	Banca Grossista	5	1	7	-	-
	Malásia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	4	-	4	-	-
	Índia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	-	-	2	-	-
	Turquia	ING Bank A.S.	Banca Grossista / Banca de Retalho	6.070	641	17.544	155	34
	Emirados Árabes Unidos	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	7	-	-	-1	-
Austrália	Austrália	ING Bank (Austrália) Ltd.	Banca de Retalho	1.021	490	33.507	328	92
Outros	Maurícias	ING Mauritius Ltd.	Gestão de Investimentos	-	380	1.186	380	-
Total				52.720	17.070	1.001.992	6.415	1.684

1 Os subsídios públicos recebidos, conforme definido no artigo 89º da DFP IV, ascendem a 3 milhões de euros em 2015.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Os Países Baixos têm uma carga fiscal elevada, parcialmente devido à taxa bancária holandesa não dedutível e, em parte, devido ao reconhecimento de um passivo fiscal diferido em relação a perdas de filiais (Reino Unido) previamente deduzidas.

O Reino Unido tem uma carga fiscal baixa devido ao reconhecimento dos prejuízos fiscais transitados não reconhecidos previamente.

A Maurícia não tem carga fiscal, devido a um resultado isento de impostos não realizado na sequência da fusão do ING Vysya com o Kotak em abril de 2015.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Notas adicionais às contas anuais consolidadas

32 Pensões e outros benefícios pós-emprego

A maior parte das empresas do grupo patrocina planos de pensões de contribuição definidos. Os ativos de todos os planos de contribuição definidos do ING Bank são detidos em fundos administrados de forma independente. Geralmente, as contribuições são determinadas como uma percentagem da remuneração. Para o regime de contribuições definido na Holanda, o prémio pago também depende dos desenvolvimentos da taxa de juros e da metodologia do DNB para determinar a taxa a termo final. Estes planos não dão origem a provisões na demonstração da posição financeira que não sejam relativas às diferenças temporárias de curto prazo incluídas noutros ativos/passivos.

O ING Bank mantém planos de benefícios de reformas definidos em alguns países. Estes planos oferecem benefícios referentes à remuneração e serviço de funcionários após a reforma. Os benefícios de alguns destes planos estão sujeitos a várias formas de indexação. A indexação é, em alguns casos, a critério da administração; noutros casos, depende da suficiência dos ativos do plano.

As contribuições são pagas aos fundos a uma taxa necessária para financiar adequadamente os passivos acumulados dos planos calculados de acordo com os requisitos legais locais. Os planos, em todos os países, são concebidos para cumprirem os regulamentos locais aplicáveis que regem os investimentos e os níveis de financiamento.

O ING Bank oferece outros benefícios pós-emprego a determinados funcionários e antigos funcionários. São, essencialmente, benefícios de saúde pós-emprego e descontos nos produtos do ING oferecidos a funcionários e antigos funcionários.

Demonstração da posição financeira - Ativos/passivos de benefícios líquidos definidos

	Ativos do plano		Obrigação de benefícios definidos		Estado de Capitalização	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Países Baixos	408	414	568	576	-160	-162
Estados Unidos	176	182	233	243	-57	-61
Reino Unido	1.864	1.983	1.326	1.377	538	606
Bélgica	597	641	672	776	-75	-135
Outros países	161	117	341	277	-180	-160
Estado de Capitalização (Ativos/(passivos) de benefícios líquidos definidos)	3.206	3.337	3.140	3.249	66	88
Apresentado como:						
-Outros ativos					542	609
-Outros passivos					-476	-521
					66	88

As mais recentes avaliações (atuariais) dos ativos do plano e o valor presente da obrigação de benefícios definida foram realizadas a 31 de dezembro de 2017. O valor presente da obrigação de benefícios definida, o custo de serviço atual e o custo do serviço passado referente foram determinados utilizando o método do crédito unitário projetado.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

As alterações no justo valor de ativos do plano para este período foram as seguintes:

Alterações no justo valor dos ativos do plano		
	2017	2016
Balanço de abertura	3.337	3.141
Rendimento dos juros	70	87
Remensurações: Retorno em ativos do plano, excluindo valores incluídos no rendimento dos juros	52	467
Contribuição patronal	24	76
Contribuições dos participantes	2	2
Benefícios pagos	-186	-137
Diferenças cambiais	-93	-299
Balanço de encerramento	3.206	3.337
Retorno real dos ativos do plano	122	554

A 31 de dezembro de 2017, os vários planos de benefícios definidos não detinham quaisquer investimentos diretos no ING Groep N.V. (2016: zero). Durante 2017, não houve compras ou vendas de ativos entre o ING e o fundo de pensão.

O ING não gere os fundos de pensão e, portanto, não recebe qualquer remuneração pela gestão do fundo. O fundo de pensão não contratou o ING para operações de swap ou derivativos para gerir o risco dos fundos de pensão.

Não se espera que sejam devolvidos ativos do plano ao ING Bank durante 2018.

As alterações no valor presente da obrigação de benefícios definidos e outros benefícios pós-emprego para este período foram as seguintes:

	Obrigação de benefícios definidos		Outros benefícios pós-emprego	
	2017	2016	2017	2016
Balanço de abertura	3.249	2.996	87	98
Custo de serviço atual	34	32	-3	-25
Custo dos juros	66	79	3	3
Remensurações: Lucros e perdas atuariais decorrentes das alterações nos pressupostos demográficos	-7	-17	9	10
Remensurações: Lucros e perdas atuariais decorrentes das alterações nos pressupostos financeiros	71	498		
Contribuições dos participantes	2	1		
Benefícios pagos	-189	-148	-1	-1
Custo de serviço passado		2		
Efeito do corte ou liquidação	-3	-2		
Diferenças cambiais	-83	-192	-8	2
Balanço de encerramento	3.140	3.249	87	87

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Os valores diretamente reconhecidos em Outros rendimentos integrais (capital próprio) são os seguintes:

Alterações na reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos		
	2017	2016
Balanço de abertura	-371	-306
Remensuração de ativos do plano	52	467
Lucros e perdas atuariais decorrentes das alterações nos pressupostos demográficos	7	17
Lucros e perdas atuariais decorrentes das alterações nos pressupostos financeiros	-71	-498
Tributação	-17	-51
Total do movimento de Outros rendimentos integrais para o ano	-29	-65
Balanço de encerramento	-400	-371

Em 2017, a Remensuração de ativos do plano de 52 milhões de euros e os Lucros e perdas atuariais decorrentes das alterações nos pressupostos demográficos de -71 milhões de euros devem-se, sobretudo, a um aumento das taxas de desconto.

O valor acumulado de remensurações diretamente reconhecido em Outros rendimentos integrais (capital próprio) é de -476 milhões de euros (-400 milhões de euros após impostos) a 31 de dezembro de 2017 (2016: 483 milhões de euros, 371 milhões de euros após impostos).

Os valores reconhecidos na demonstração de lucros e perdas, relacionados com pensões e outros benefícios relacionados com os funcionários, são os seguintes:

Pensões e outros custos de benefícios relacionados com funcionários												
	Ativos/passivos de benefícios líquidos definidos			Outros benefícios pós-emprego			Outros			Total		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Custo de serviço atual	34	32	34	-3	-25	-7	-2	11	-8	29	18	19
Custo de serviço passado		2	-11								2	-11
Custo líquido de juros	-4	-8	-9	3	3	1	1	2	2		-3	-6
Efeito do corte ou liquidação	-3	-2	-3			9			-52	-3	-2	-64
Outros									13			13
Planos de benefícios definidos	27	24	11		-22	-15	-1	13	-45	26	15	-49
Planos de contribuição definidos										355	329	324
										381	344	275

Determinação dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos

Os ativos/passivos de benefícios líquidos definidos são analisados e ajustados anualmente. Os pressupostos utilizados na determinação dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos e em Outros benefícios pós-emprego incluem taxas de desconto, taxas de mortalidade, as taxas esperadas de aumentos salariais (excluindo os aumentos por promoção) e a indexação. As taxas usadas para os desenvolvimentos de salários, fatores de desconto de juros e outros ajustes refletem as condições específicas de cada país.

O principal pressuposto na determinação dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos é a taxa de desconto. A taxa de desconto é a média ponderada das taxas de desconto que são aplicadas nas diferentes regiões onde o Banco possui planos de pensões de benefícios definidos (ponderados pela obrigação de benefício definido). A taxa de desconto baseia-se numa metodologia que usa rendimentos do mercado em obrigações da empresa de alta qualidade das regiões específicas com durações que combinam os passivos de pensões como entrada principal. Os rendimentos de mercado em obrigações da empresa de alta qualidade refletem o rendimento em obrigações empresariais classificadas como AA e com durações em que tais rendimentos estão disponíveis. É aplicada uma extrapolação de modo a determinar o rendimento para as durações mais longas para as quais não existem obrigações empresariais com classificação AA disponíveis. Como resultado da disponibilidade limitada das obrigações empresariais com classificação AA de longa duração, a extrapolação é um elemento importante da determinação da taxa de desconto. A taxa de desconto média ponderada aplicada aos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos para 2017 foi de 2,0 % (2,1 % em 2016), com base no plano de pensões nos Países Baixos, Alemanha, Bélgica, Estados Unidos da América e Reino Unido. A taxa de desconto média para Outros benefícios pós-emprego é de 3,2 % (3,5 % em 2016).

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Análise de sensibilidade dos principais pressupostos

O ING realiza análises de sensibilidade dos pressupostos mais significativos: taxas de desconto, de mortalidade, taxa esperada de aumento salarial e indexação. A análise de sensibilidade foi realizada com base no pressuposto de que as alterações ocorreram no final do período de relato.

A análise da sensibilidade calcula o impacto financeiro da obrigação de benefícios definidos se as médias ponderadas de cada pressuposto atuarial significativo aumentassem ou diminuíssem se todos os outros pressupostos fossem mantidos constantes. Na prática, é pouco provável que isto ocorra e algumas alterações dos pressupostos podem ser correlacionadas. As alterações na taxa de mortalidade, taxa esperada ou aumento salarial e indexação não teriam impacto significativo na obrigação de benefício definido. O impacto mais significativo seria de uma alteração na taxa de desconto. Um aumento ou uma diminuição na taxa de desconto de 1 % cria um impacto financeiro de -480 milhões de euros e de 619 milhões de euros, respetivamente.

Fluxos de caixa esperados

As contribuições são pagas aos fundos a uma taxa necessária para financiar adequadamente os passivos acumulados dos planos calculados de acordo com os requisitos legais locais. Os planos, em todos os países, são concebidos para cumprirem os regulamentos locais aplicáveis que regem os investimentos e os níveis de financiamento. As subsidiárias do ING Bank devem financiar o custo dos direitos que se espera auferir numa base anual.

Para 2018, as contribuições previstas para os planos de pensões são de 32 milhões de euros.

Estima-se que os pagamentos de benefícios por benefícios definidos e outros benefícios pós-emprego esperados previstos pelo plano em 2018-2022 se situem entre 91 e 112 milhões de euros por ano. De 2023 a 2027, o total dos pagamentos efetuados pelo plano deverá ascender a 423 milhões de euros.

33 Tributação**Demonstração da posição financeira - Impostos diferidos**

Os impostos diferidos são reconhecidos em todas as diferenças temporárias sob o método do passivo com base nas taxas de tributação aplicáveis nas jurisdições em que o ING Bank está sujeito à tributação.

Alteração nos impostos diferidos

	Passivo líquido (-) Ativo líquido (+) 2016	Alterações através do capital próprio	Alterações através do resultado líquido	Diferenças cambiais	Alterações na composição do grupo e outras alterações	Passiv o líquido (-) Ativo líquido (+) 2017
2017						
Investimentos	-799	123	116	5		-555
Fundos de investimento imobiliário	-5					-5
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	697		-290	12		419
Depreciação	-33		5	4		-24
Coberturas de fluxo de caixa	-238	167		-1		-72
Pensões e benefícios pós-emprego	112	-25	-6	-5		76
Outras provisões	255		-48	-6	-3	198
Valores a receber	570		49	-5		614
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-409	-2	17			-394
Prejuízos fiscais não utilizados transitados	57		-60	-5		-8
Outros	-126	-10	-49	2		-183
	81	253	-266	1	-3	66
Apresentado na demonstração da posição financeira como:						
– passivos fiscais diferidos	-919					-752
– ativos fiscais diferidos	1.000					818
	81					66

O saldo de impostos diferidos registado na rubrica «Prejuízos fiscais não utilizados transitados» é o saldo de ativos diferidos reconhecidos para prejuízos fiscais não utilizados transitados e o passivo fiscal diferido registado relativamente a prejuízos fiscais do Reino Unido anteriormente deduzidos nos Países Baixos. Devido ao aumento da rentabilidade no Reino Unido, todos os prejuízos posteriores do Reino Unido foram reconhecidos durante 2017 e um passivo fiscal diferido correspondente nos Países Baixos foi aceite em conformidade. O ativo fiscal diferido e o passivo fiscal diferido equivalem a 128 milhões de euros e a -136 milhões de euros, respetivamente, criando um passivo fiscal diferido líquido de -8 milhões de euros.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Alteração nos impostos diferidos

2016

	Passivo líquido (-) Ativo líquido (+) 2015	Alterações através do capital próprio	Alterações através do resultado líquido	Diferenças cambiais	Alterações na composição do grupo e outras alterações	Passivo líquido (-) Ativo líquido (+) 2016
Investimentos	-780	74	-82	-10	-1	-799
Propriedades de investimento	-2		-3			-5
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	739		-58	16		697
Depreciação	-46		13			-33
Coberturas de fluxo de caixa	-195	-48		4	1	-238
Pensões e benefícios pós-emprego	201	-20	-84	15		112
Outras provisões	24		228	2	1	255
Valores a receber	441		120	9		570
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-235		-166	-8		-409
Prejuízos fiscais não utilizados transitados	118		-34	-24	-3	57
Outros	-97	-1	-27	-1		-126
	168	5	-93	3	-2	81

Apresentado na demonstração da posição financeira como:

– passivos fiscais diferidos	-645	-919
– ativos fiscais deferidos	813	1.000
	168	81

Impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais não utilizados transitados

	2017	2016
Total de prejuízos fiscais não utilizados transitados	1.732	1.876
Prejuízos fiscais não utilizados transitados não reconhecidos como ativos por impostos diferidos	1.074	973
Prejuízos fiscais não utilizados transitados reconhecidos como ativo de impostos diferidos	658	903
Taxa fiscal média	19,5 %	22,5 %
Ativos por impostos diferidos	128	203

Total de prejuízos fiscais não utilizados transitados analisados por termos de validade

	Nenhuns ativos fiscais deferidos reconhecidos		Ativos por impostos diferidos reconhecidos	
	2017	2016	2017	2016
Dentro de 1 ano	2	2		2
Mais de 1 ano, mas menos de 5 anos	350	383	38	56
Mais de 5 anos, mas menos de 10 anos	31	30		
Mais de 10 anos, mas menos de 20 anos	18	18		
Ilimitado	673	540	620	845
	1.074	973	658	903

O imposto diferido acima mencionado de 128 milhões de euros (2016: 203 milhões de euros) e os prejuízos fiscais não utilizados posteriores excluem o passivo fiscal diferido registado nos Países Baixos em relação à recuperação dos prejuízos fiscais do Reino Unido anteriormente deduzidos nos Países Baixos no valor de -136 milhões de euros (2016: -146 milhões de euros). Os valores comparativos nas duas tabelas acima foram ajustados em conformidade.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias dedutíveis, para prejuízos fiscais transitados e créditos fiscais não utilizados apenas na medida em que a realização do benefício fiscal relacionado é provável.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Repartição de determinadas posições de ativos líquidos por impostos diferidos por jurisdição

	2017	2016
Itália	107	113
	107	113

A tabela acima inclui a repartição de determinadas posições de ativos líquidos por impostos diferidos por jurisdição para as quais a utilização depende de lucros tributáveis futuros, enquanto as entidades relacionadas têm perdas incorridas no ano atual ou no ano anterior. Em 2017, o montante total para as entidades mais significativas é de 107 milhões de euros (2016: 113 milhões de euros).

O reconhecimento baseia-se no facto de ser provável que a entidade tenha lucros tributáveis e/ou possa utilizar oportunidades de planeamento fiscal antes do vencimento dos ativos por impostos diferidos. As alterações nas circunstâncias em períodos futuros podem afetar negativamente a avaliação do grau de recuperação. A incerteza do grau de recuperação é tida em consideração ao estabelecer os ativos por impostos diferidos.

Demonstração de lucros e perdas - Tributação

Tributação por tipo

	Países Baixos			Internacional			Total		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Tributação atual	510	167	6	1.527	1.375	1.412	2.037	1.542	1.418
Tributação diferida	151	193	407	115	-100	-141	266	93	266
	661	360	413	1.642	1.275	1.271	2.303	1.635	1.684

A taxa de imposto diferido em 2016, nos Países Baixos, diminuiu e a taxa de imposto corrente aumentou como resultado da utilização total dos prejuízos fiscais do exercício anterior.

Reconciliação da taxa média ponderada estatutária de imposto sobre o rendimento para a taxa de imposto sobre o rendimento efetiva do ING

	2017	2016	2015
Resultado antes de impostos de operações contínuas	7.404	5.937	6.415
Taxa média ponderada estatutária de imposto	27,0 %	27,5 %	27,3 %
Valor do imposto legal médio ponderado	2.002	1.630	1.748
Isenção de participações sociais	-45	-61	-46
Outros rendimentos não sujeitos a impostos	-84	-111	-160
Despesas não dedutíveis para efeitos fiscais	155	129	151
Impacto no imposto diferido das alterações nas taxas de tributação	55	-1	12
Benefício fiscal diferido de valores anteriormente não reconhecidos	-4	-18	54
Imposto corrente de valores não reconhecidos anteriormente	66	-22	-63
Amortização/reversão de ativos por impostos diferidos	2	33	18
Impostos estatais e locais	47	33	
Ajuste a períodos anteriores	109	23	-30
Valor do imposto efetivo	2.303	1.635	1.684
Taxa de imposto efetiva	31,1 %	27,6 %	26,2 %

1 «Outros rendimentos não sujeitos a impostos» e «Despesas não dedutíveis para efeitos fiscais» foram ajustados para refletir o impacto dos impostos sobre o rendimento para além do imposto sobre o rendimento empresarial (legal) na rubrica «Impostos estatais e locais».

A taxa de tributação legal média ponderada em 2017 não difere significativamente em comparação com

2016. A taxa de tributação efetiva em 2017 é de 31,1 %.

A taxa de tributação efetiva em 2017 é significativamente maior do que a taxa de tributação legal média ponderada. Isto foi provocado pelos seguintes aspetos:

Um valor relativamente alto de ajustes fiscais do período anterior que o ING espera que, na sua maior parte, seja reembolsado pelo NN Group (o reembolso é incluído no resultado antes de impostos), registado na rubrica «Ajuste a períodos anteriores»;

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

- Impacto nas posições fiscais diferidas após alterações no imposto sobre o rendimento nos EUA e na Bélgica, registado em «Impacto no imposto diferido das alterações nas taxas de tributação»; e
- A recuperação de prejuízos fiscais do Reino Unido anteriormente deduzidos nos Países Baixos devido a uma maior lucratividade no Reino Unido, registrada em «Imposto corrente de valores não reconhecidos anteriormente».

A taxa de imposto efetiva em 2015 é quase igual à taxa média ponderada estatutária de imposto. Isto deve-se, sobretudo, ao facto de os rendimentos não tributáveis e o reconhecimento dos benefícios fiscais de valores não reconhecidos anteriormente serem quase integralmente compensados por despesas não dedutíveis, a amortização dos ativos fiscais diferidos e os ajustes de períodos anteriores.

A taxa de imposto efetivo em 2015 é menor do que a taxa média ponderada estatutária de imposto. Isto deveu-se, principalmente, a rendimentos não tributáveis, o reconhecimento de benefícios fiscais de valores previamente desconhecidos e ajustes de exercícios anteriores, que foram apenas parcialmente compensados por itens não dedutíveis.

O rendimento isento de impostos (isenção de participação) inclui, essencialmente, rendimentos não tributáveis em Alienações, participação isenta de impostos em resultado de filiais e empreendimentos conjuntos e lucros isentos de impostos sobre os ativos financeiros.

Capital próprio - Outros rendimentos integrais

Imposto sobre o rendimento relacionado com componentes de outros rendimentos integrais			
	2017	2016	2015
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outras reavaliações	103	17	72
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas (reclassificações do capital próprio para os lucros ou perdas)	20	57	39
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa	167	-48	22
Remensuração dos Ativos/passivos de benefícios líquidos definidos	-25	-20	-14
Diferenças cambiais e outros		-1	10
Alterações na composição do grupo e outras alterações	-12		
Imposto sobre o rendimento total relacionado com componentes de outros rendimentos integrais	253	5	129

Contingência Fiscal

O passivo contingente relacionado com a tributação nos Países Baixos refere-se a uma eventual obrigação decorrente da dedução do lucro tributável holandês das perdas incorridas pelo ING Bank no Reino Unido em anos anteriores. A existência desta obrigação será confirmada apenas pela ocorrência de lucros futuros no Reino Unido.

34 Justo valor dos ativos e passivos**a) Ativos e passivos financeiros**

A tabela seguinte apresenta os justos valores estimados dos ativos e passivos financeiros do ING Bank. Alguns itens da demonstração da posição financeira não estão incluídos na tabela, uma vez que não cumprem a definição de um ativo ou passivo financeiro. A agregação dos justos valores apresentados abaixo não representa, e não deve ser interpretada como representando, o valor subjacente do ING Bank.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Justo valor dos ativos e passivos financeiros

	2017	2016	2017	2016
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades com bancos centrais	21.989	18.144	21.989	18.144
Empréstimos e adiantamentos a bancos	28.846	28.940	28.746	28.872
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas				
– ativos detidos para negociação	116.763	114.512	116.763	114.512
– derivados não negociados	2.185	2.309	2.185	2.309
– designado pelo justo valor através de lucros ou perdas	4.242	5.099	4.242	5.099
Investimentos				
– disponível para venda	69.730	82.912	69.730	82.912
– detido até ao vencimento	9.378	8.809	9.343	8.751
Empréstimos e adiantamentos a clientes	589.364	577.809	574.899	562.873
Outros ativos ¹	11.719	13.242	11.719	13.242
	854.216	851.776	839.616	836.714
Passivos financeiros				
Depósitos de bancos	36.868	32.352	36.821	31.964
Depósitos de clientes	553.546	532.003	552.690	531.096
Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas				
– passivos detidos para negociação	73.596	83.167	73.596	83.167
– derivados não negociados	2.346	3.585	2.346	3.585
– designado pelo justo valor através de lucros ou perdas	11.215	12.266	11.215	12.266
Outros passivos ²	14.419	15.213	14.419	15.213
Títulos de dívida emitidos	90.614	101.498	90.231	101.305
Empréstimos subordinados	16.391	16.012	15.831	16.104
	798.995	796.096	797.149	794.700

1 Outros ativos não incluem, entre outros: ativos por impostos (deferidos), ativos de benefícios líquidos definidos, inventário, e promoção imobiliária e propriedade obtida através de execuções hipotecárias. O valor de 2016 foi alterado para se adequar à apresentação do ano atual.

2 Outros passivos não incluem, entre outros: benefícios líquidos (diferidos), benefícios líquidos definidos e passivos relacionados com benefícios a funcionários, reorganização e outras provisões e outra tributação e contribuições para a segurança social.

Métodos de Avaliação

Os justos valores estimados representam o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre os participantes do mercado na data da medição. É uma medição baseada no mercado, que se baseia nos pressupostos que os participantes do mercado usariam e leva em consideração as características do ativo ou passivo que os participantes do mercado terão em consideração ao avaliar o ativo ou o passivo. Os valores justos de ativos e passivos financeiros são baseados em preços cotados no mercado ativo, quando disponíveis. Quando estes preços cotados não estão disponíveis, o justo valor é determinado usando técnicas de avaliação.

O ING usa cotações não ajustadas quando disponíveis. Esses preços de mercado cotados não ajustados são obtidos principalmente a partir de preços de troca para os instrumentos financeiros listados. Quando não está disponível um preço de troca, os preços cotados em mercados ativos podem ser obtidos a partir de fornecedores de mercado independentes, corretores ou criadores de mercado. No geral, as posições são avaliadas ao preço de compra para uma posição longa e o preço de oferta para uma posição curta ou são avaliados ao preço dentro do diferencial compra-oferta que é mais representativo do valor justo à data da avaliação.

Os preços de mercado cotados não estão disponíveis para determinados ativos e passivos financeiros. Para estes ativos e passivos financeiros, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Estas técnicas de avaliação variam entre desconto de fluxos de caixa e vários modelos de avaliação, onde os fatores de preços relevantes, incluindo o preço de mercado dos instrumentos de referência subjacentes, parâmetros de mercado (por exemplo: volatilidades, correlações e notações de crédito) e comportamento do cliente são considerados. O ING maximiza o uso de contributos observáveis no mercado e minimiza o uso de contributos não observáveis na determinação do justo valor. O justo valor pode ser subjetivo dependendo do significado da contribuição não observável para a avaliação geral. Todas as técnicas de avaliação estão sujeitas a revisão e aprovação internas. Os dados utilizados nestas técnicas de avaliação são validados diariamente, quando possível.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Quando um grupo de ativos financeiros e passivos financeiros é gerido com base nas suas exposições líquidas ao risco, mede o justo valor de um grupo de ativos ou passivos financeiros ao nível líquido da carteira.

Estrutura de Controlo

Para determinar se as avaliações baseadas em entradas de dados levaram a um valor justo apropriado, aplica-se o processo de verificação de preços independente (VPI) ou o teste de preços. Isto é feito para assegurar o reflexo apropriado dessas avaliações no balanço financeiro e nas contas de lucros e perdas. A VPI testa e confirma a fiabilidade dos dados de mercado usados nestas avaliações e pode levar a ajustes na avaliação. O processo de VPI realiza-se, pelo menos, mensalmente ou mais frequentemente, dependendo da natureza do mercado ou da atividade comercial. Múltiplas fontes de dados são usadas na medida em que esses preços estão disponíveis e tendo em consideração a relação custo-benefício da recuperação desses preços. As diferenças de avaliação entre os dados da fonte primária e secundária são avaliadas. Quando as diferenças resultantes do teste de esforço excedem os limiares pré-aprovados, serão feitos ajustes nos lucros e perdas. As diferenças e os ajustes devem ser avaliados individualmente, aprovados pela Comissão de Parâmetros Locais e relatados nas atas das reuniões. Caso se encontre uma diferença significativa no valor através do processo de VPI, deve ser totalmente entendida qual a causa subjacente para a diferença e se é necessária uma alteração sistemática (por exemplo: alteração da fonte). A fixação de preços e os testes de preços são aplicados ao nível do comércio individual e são organizados ao nível administrativo.

Os processos de avaliação são regidos por vários órgãos de governação, que incluem Comissões de Parâmetros Locais (CPL), a Comissão Global de Testes de Preços e Imparidade (CGTPI), a Comissão de Dados do Mercado (CDM), a Comissão de Modelos do Preço de Negociação (CMPN) e outras. Todas as comissões relevantes reúnem-se trimestralmente, ou mais frequentemente, conforme necessário. Os principais controlos de avaliação, incluindo a aprovação do produto, o processo de VPI, os ajustes de avaliação e a utilização do modelo são monitorizados mensalmente.

A Comissão Global de Testes de Preços e Imparidade é responsável pela supervisão e aprovação do resultado de imparidades (além das provisões para perdas por empréstimos duvidosos) e processos de avaliação (teste de preços) que incluem a utilização de modelos e contributos apropriados relacionados com a posição do justo valor. Supervisiona a qualidade e a coerência das metodologias e processos de avaliação. As Comissões dos Parâmetros Locais monitorizam a adequação da fixação de preços (cotados), qualquer outra informação de mercado relevante, bem como dos próprios modelos de fixação de preços, relativos às posições de justo valor às quais se aplicam. A CPL executa metodologia de avaliação e processos a nível local. A Comissão Global de Testes de Preços e Imparidade supervisiona as fontes de dados do mercado e as definições / pontos dos dados de mercado utilizados para a avaliação oficial das posições pelo justo valor. A Comissão do Modelo do Preço de Negociação aprova e revê todos os modelos e metodologias de fixação de preços para o cálculo dos parâmetros de mercado.

Ajustes de Avaliação

Os ajustes de avaliação são uma parte integral do justo valor. São incluídos como parte do justo valor para oferecer uma melhor estimativa do valor de saída do mercado na data de medição. O ING aplica vários ajustes de avaliação, incluindo ajustes Compra-Oferta, Ajustes de Avaliação de Crédito (CVA), Ajustes de Avaliação de Débito (DVA), Ajustes de Avaliação do Modelo de Risco, Ajuste de Avaliação da Garantia (CollVA) e Ajuste de Avaliação de Financiamento (FVA). A combinação dos ajustes de Avaliação do Crédito e do ajuste de Avaliação de Débito para derivados chama-se Ajuste de Avaliação Bilateral (AAB).

- Os ajustes de compra/venda são necessários para ajustar os valores do mercado intermédio ao valor de compra ou venda apropriado, de modo a representar melhor o valor de saída e, portanto, o justo valor. É aplicável aos ativos e passivos financeiros que são avaliados ao preço médio inicialmente. Na prática, este ajuste representa a diferença na avaliação do preço médio/de compra e médio/de venda para exposições longas e curtas, respetivamente. Em princípio, os ativos são avaliados nos preços de compra e os passivos são avaliados pelo preço de oferta. Para determinados ativos ou passivos, onde os preços cotados no mercado não estão disponíveis, utiliza-se o preço dentro do spread compra/venda que é mais representativo do justo valor.
- O Ajuste de Avaliação Bilateral (AAB) é a componente de avaliação para o risco de crédito da contraparte dos contratos derivados. Tem natureza bilateral, onde o risco de crédito da contraparte e os próprios riscos de crédito do ING são tidos em consideração. O cálculo é baseado na estimativa da exposição esperada, no risco de incumprimento das contrapartes e na consideração dos acordos de garantia, bem como dos acordos de compensação. O risco de incumprimento das contrapartes é medido pela probabilidade de incumprimento e pela perda dado o incumprimento esperada, que se baseia em informações de mercado, incluindo o spread de swap de risco de incumprimento (CDS). Quando os spreads de SIC da contraparte não estão disponíveis, são utilizados *proxy spreads* relevantes. Além disso, o risco de correlação desfavorável (quando a exposição a uma contraparte está a aumentar e a qualidade de crédito dessa contraparte piora) e o risco de correlação favorável (quando a exposição a uma contraparte está a aumentar e a qualidade de crédito dessa contraparte melhora) está incluído no ajuste.
- O ING aplica o Ajuste de Avaliação de Débito (DVA) para possuir passivos financeiros emitidos que são mensurados ao justo valor através de lucros e perdas, se o componente do risco de crédito não tiver sido incluído nos preços. No cálculo do DVA, a probabilidade predefinida da instituição é estimada com base no spread de financiamento do ING.
- Os ajustes do risco do modelo reduzem o risco de possíveis perdas financeiras resultantes da utilização de uma implementação mal especificada, mal aplicada ou incorreta de um modelo.
- O Ajuste de Avaliação da Garantia (CollVA) é um ajuste de avaliação de derivados que capta características específicas dos CSA (Credit Support Annex) com uma contraparte que a estrutura de desconto regular OIS (Overnight Index Swap) não capta. As características de CSA atípicas podem incluir desvios em relação à moeda em que o ING coloca ou recebe cauções, desvios na taxa de remuneração em cauções que podem pagar uma taxa menor ou maior do que a taxa *overnight* ou mesmo nenhum juro. Outros desvios podem ser a colocação de títulos em vez de dinheiro como caução.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

- O ING aplica um «Ajuste de Avaliação de Financiamento» (FVA) adicional para abordar os custos de financiamento associados à assimetria de financiamento da garantia em derivados não garantidos ou parcialmente garantidos na carteira. Este ajuste baseia-se nos perfis de exposição esperados dos derivados OTC não garantidos ou parcialmente garantidos e a spreads de financiamento baseados no mercado.

Os seguintes métodos e pressupostos foram utilizados pelo ING Bank para estimar o justo valor dos instrumentos financeiros:

a.1) Ativos financeiros

Caixa e disponibilidades com bancos centrais

O valor contabilístico da caixa aproxima-se do seu justo valor.

Empréstimos e adiantamentos a bancos

Os justos valores dos valores a receber de bancos baseiam-se, geralmente, em preços de mercado cotados ou, se não cotados, em estimativas baseadas no desconto de futuros fluxos de caixa através de taxas de juros de mercado disponíveis, incluindo *spreads* apropriados, oferecidas para os valores a receber com características similares, semelhantes aos Empréstimos e adiantamentos a clientes descritos abaixo.

Os ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas e Investimentos

Derivados

Os contratos de derivados podem ser negociados em bolsa ou mercado do balcão (OTC). O justo valor dos derivados negociados em bolsa é determinado através de preços de mercado cotados num mercado ativo e esses derivados são classificados no Nível 1 da hierarquia do justo valor. Para os instrumentos que não são negociados ativamente, os justos valores são estimados com base em técnicas de avaliação. Os derivados OTC e os derivados negociados num mercado inativo são avaliados através de técnicas de avaliação porque os preços de mercado cotados num mercado ativo não estão disponíveis para tais instrumentos. As técnicas e dados de avaliação dependem do tipo de derivado e da natureza dos instrumentos subjacentes. As principais técnicas utilizadas para avaliar estes instrumentos baseiam-se (entre outros) em modelos de precificação de opções de fluxo de caixa descontado e na simulação de Monte Carlo. Estes modelos de avaliação calculam o valor atual dos futuros fluxos de caixa esperados, baseados em princípios de «não arbitragem». Estes modelos são comumente utilizados na indústria financeira. As entradas para os modelos de avaliação são determinadas a partir de dados de mercado observáveis, sempre que possível. Algumas entradas podem não ser diretamente observáveis no mercado, mas podem ser determinadas a partir dos preços observáveis através de procedimentos de calibração do modelo de avaliação. As entradas utilizadas incluem, por exemplo, preços disponíveis a partir de intercâmbios, comerciantes, corretores ou prestadores de preços, curvas de rendimentos, *spreads* de crédito, taxas de incumprimento, taxas de recuperação, taxas de dividendos, volatilidade das taxas de juros subjacentes, preços das ações e taxas de câmbio. Estas entradas são determinadas com referência a preços cotados, negócios recentemente executados, cotações de mercado independentes e dados consensuais, quando disponíveis.

Para os derivados OTC não garantidos, o ING aplica o Ajuste de Avaliação do Crédito para refletir corretamente o risco de crédito da contraparte na avaliação. A técnica para calcular o CVA baseia-se na simulação Monte Carlo e utiliza várias entradas, incluindo o *spread* de crédito da contraparte, as taxas de juro dos mercados e as taxas de câmbios do mercado. Os *spreads* de crédito da contraparte baseiam-se no *swap* de risco de incumprimento (CDS) da contraparte, quando disponível. Caso contrário, utilizam-se os *spreads* do CDS de proxy indexados.

Títulos de capital próprio

Os justos valores dos títulos de capital próprio negociados publicamente baseiam-se em preços de mercado cotados, quando disponíveis. Quando não estão disponíveis preços de mercado cotados, o justo valor é determinado com base em preços cotados para títulos semelhantes ou outras técnicas de avaliação.

O justo valor do capital próprio privado baseia-se em preços de mercado cotados, se disponíveis. Na ausência de preços cotados num mercado ativo, o justo valor é estimado com base numa análise da posição e resultados financeiros, perfil de risco, perspetivas, preço, comparações de lucros e múltiplos de receitas do investido e por referência a avaliações de mercado para entidades semelhantes cotadas num mercado ativo.

Títulos de dívida

Os justos valores de títulos de dívida baseiam-se em preços de mercado cotados, quando disponíveis. Os preços de mercado cotados podem ser obtidos a partir de uma troca, comerciante, corretor, grupo de indústrias, serviço de preços ou serviço regulamentar. Os preços cotados de fontes não cambiais são avaliados para determinar se são preços negociáveis. A distinção determina onde assenta na hierarquia do justo valor.

Se os preços cotados num mercado ativo não estiverem disponíveis, o justo valor baseia-se numa análise das informações de mercado disponíveis, que podem incluir preços consensuais obtidos a partir de um ou mais serviços de preços ou através de uma técnica de avaliação que desconta os fluxos de caixa previstos usando curvas das taxas de juros de mercado, *spreads* de crédito referenciados, maturidade do investimento e taxas de pré-pagamento estimadas, quando aplicável.

Empréstimos e valores a receber

É feita referência aos Empréstimos e adiantamentos a clientes abaixo.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Para os empréstimos e adiantamentos que são frequentemente substituídos e que não sofreram alterações no risco de crédito, os valores contabilísticos representam uma estimativa razoável do justo valor. O justo valor de outros empréstimos é estimado através do desconto dos futuros fluxos de caixa esperados utilizando uma taxa de desconto que reflete o risco de crédito, liquidez e outras condições de mercado atuais. O justo valor dos empréstimos hipotecários é estimado tendo em conta o comportamento do pré-pagamento. Os empréstimos com características semelhantes são agregados para efeitos de cálculo.

Outros ativos

Os outros ativos são apresentados pelo seu valor contabilístico que não é significativamente diferente do seu justo valor.

a.2) Passivos financeiros**Depósitos de bancos**

Os justos valores de contas a pagar aos bancos são geralmente baseados em preços de mercado cotados ou, se não disponíveis, em estimativas baseadas no desconto dos futuros fluxos de caixa através das taxas de juros de mercado disponíveis e spreads de crédito para contas a pagar aos bancos com características semelhantes.

Depósitos de clientes

Os valores contabilizados dos depósitos de clientes com características on demand imediatas aproximam-se dos seus justos valores. Os justos valores de depósitos com termos contratuais fixos foram estimados com base no desconto dos futuros fluxos de caixa através das taxas de juros atualmente aplicáveis a depósitos com vencimentos semelhantes.

Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas

Os justos valores de títulos na carteira de negociação e outros passivos ao justo valor através de lucros e perdas baseiam-se em preços de mercado cotados, quando disponíveis. Para os títulos que não são negociados ativamente, os justos valores são estimados com base em técnicas de avaliação do fluxo de caixa descontado através das taxas de juros e dos spreads de crédito que se aplicam a instrumentos semelhantes. É feita referência aos Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas acima.

Outros passivos

Os outros passivos são apresentados pelo seu valor contabilístico que não é significativamente diferente do seu justo valor.

Títulos de dívida emitidos

O justo valor dos títulos de dívida emitidos é, geralmente, baseado em preços de mercado cotados ou, se não disponíveis, em preços estimados baseados no desconto dos futuros fluxos de caixa esperados através das taxas de juros de mercado atual e aos spreads de crédito aplicáveis aos rendimentos, qualidade do crédito e maturidade.

Empréstimos subordinados

O justo valor de empréstimos subordinados negociados publicamente baseia-se em preços de mercado cotados, quando disponíveis. Quando não estão disponíveis preços de mercado cotados, o justo valor dos empréstimos subordinados é estimado utilizando fluxos de caixa descontados com base em taxas de juros e spreads de crédito que se aplicam a instrumentos semelhantes.

a.3) Hierarquia do justo valor

O ING Bank classificou os seus instrumentos financeiros, que são medidos na demonstração da posição financeira pelo justo valor ou cujo justo valor é divulgado, numa hierarquia de três níveis com base na prioridade dos dados para a avaliação. A hierarquia do justo valor confere a maior prioridade aos preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a menor prioridade às técnicas de avaliação suportadas por contributos não observáveis. Um mercado ativo para o ativo ou passivo é um mercado no qual as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência em volume suficiente para oferecer informações fiáveis sobre preços numa base contínua. A hierarquia do justo valor é composta por três níveis, dependendo se os justos valores foram determinados com base em preços cotados (não ajustados) num mercado ativo (Nível 1), técnicas de avaliação com contributos observáveis (Nível 2) ou técnicas de avaliação que incluem contributos que não são observáveis e que têm um impacto mais do que significativo no justo valor do instrumento (Nível 3). Os ativos financeiros no Nível 3 incluem, por exemplo, títulos de dívida ilíquidos, derivados complexos, determinados empréstimos complexos (para os quais as atuais informações do mercado sobre ativos semelhantes a utilizar como observáveis, dados corroborados para todos os dados significativos num modelo de avaliação não estão disponíveis) e títulos garantidos por ativos para os quais não existe um mercado ativo e uma grande dispersão nos preços cotados.

Os dados observáveis refletem os dados de mercado obtidos a partir de fontes independentes. Os contributos não observáveis são contributos que se baseiam nos próprios pressupostos do Banco acerca dos fatores que os participantes do mercado utilizariam para determinar o preço de um ativo ou passivo, desenvolvidos com base na melhor informação disponível no mercado. Os contributos não observáveis podem incluir a volatilidade, correlação, spreads para as taxas de desconto, taxas de incumprimento e de recuperação, taxas de pré-pagamento e determinados spreads de crédito. As transferências para dentro ou para fora dos níveis da hierarquia do justo valor são feitas trimestralmente.

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos

Esta categoria inclui instrumentos financeiros cujo justo valor é diretamente determinado por referência aos preços cotados (não ajustados) num mercado ativo a que o ING Bank possa aceder. Um instrumento financeiro é considerado cotado num mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma troca, mercados de revendedores, mercados negociados ou mercados de capital a capital. Esses preços representam transações de mercado atuais e que ocorrem regularmente com frequência e volume suficientes para fornecer informações de preços numa base contínua. As transferências do Nível 1 para o Nível 2 OU Nível 3 ocorrem quando o ING Bank estabelece que os mercados deixam de ser ativos e, assim, os preços cotados (não ajustados) deixam de oferecer informação fiável sobre preços.

Nível 2 - Técnica de avaliação suportada por dados observáveis

Esta categoria inclui instrumentos financeiros cujo justo valor se baseia em observáveis de mercado que não sejam os preços cotados (não ajustados). O justo valor para instrumentos financeiros nesta categoria pode ser determinado por referência aos preços cotados de instrumentos semelhantes em mercados ativos, mas para os quais os preços são modificados com base noutros dados externos observáveis no mercado ou referência aos preços cotados para instrumentos idênticos ou semelhantes nos mercados que não estão ativos. Estes preços podem ser obtidos a partir de um serviço de fixação de preços de terceiros. O ING analisa de que forma os preços são derivados e determina se os preços são preços negociáveis líquidos ou preços de consenso baseados no modelo, tendo vários dados como entradas.

Para os instrumentos financeiros que não possuem um preço de referência disponível, o justo valor é determinando usando uma técnica de avaliação (por exemplo, um modelo), em que os dados nos modelos são retirados de um mercado ativo ou são observáveis, tais como taxas de juros e curvas de rendimento observáveis em intervalos comumente citados, volatilidades implícitas e spreads de crédito.

Se determinados contributos no modelo são não observáveis, o instrumento ainda é classificado nesta categoria, desde que o impacto desses contributos não observáveis na avaliação geral seja insignificante. A noção de significativo é particularmente relevante para a distinção entre os ativos e os passivos do Nível 2 e Nível 3. O ING Bank escolheu alinhar a definição de significativo com o intervalo de confiança de 90 % como capturado na definição de valor prudente pela ABE. Os parâmetros não observáveis são deslocados para baixo e para cima para alcançar esse intervalo de confiança de 90 %. O mesmo intervalo de confiança de 90 % é aplicado à incerteza do modelo. Se a variação combinada no valor do ativo resultante da deslocação dos parâmetros não observáveis e da incerteza do modelo exceder o limite, o ativo é classificado como Nível 3. Uma alteração de valor abaixo do limiar resulta numa classificação de Nível 2.

As técnicas de avaliação usadas para os ativos e passivos de Nível 2 variam entre desconto de fluxos de caixa e vários modelos de avaliação padrão da indústria, como o modelo de preços de opções e o modelo de simulação de Monte Carlo, onde os fatores de preços relevantes, incluindo o preço de mercado dos instrumentos de referência subjacentes, parâmetros de mercado (volatilidades, correlações e notações de risco) e comportamento do cliente são considerados.

Nível 3 - Técnica de avaliação suportada por contributos não observáveis

Esta categoria inclui os instrumentos financeiros cujo justo valor é determinado utilizando uma técnica de avaliação (por exemplo, um modelo), para a qual mais do que uma parte significativa dos dados, em termos de avaliação global, não são observáveis no mercado. Esta categoria também inclui ativos e passivos financeiros cujo justo valor é determinado por referência a preços cotados, mas para os quais o mercado é considerado inativo. Um instrumento é classificado como Nível 3 na sua totalidade se uma parte significativa do justo valor do instrumento for impulsionada por contributos não observáveis. Não observável, neste contexto, significa que existem poucos ou nenhuns dados de mercado atuais disponíveis, a partir dos quais derivar um preço que um comprador não relacionado e informado compraria o ativo ou passivo.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Instrumentos financeiros ao justo valor

Os justos valores dos instrumentos financeiros foram determinados da seguinte forma:

Métodos aplicados na determinação dos justos valores de ativos e passivos financeiros (contabilizados pelo justo valor)

	Nível 1		Nível 2		Nível 3			Total
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ativos financeiros								
Ativos detidos para negociação	20.128	17.660	95.530	95.629	1.105	1.223	116.763	114.512
Derivados não negociados		3	2.155	2.244	30	62	2.185	2.309
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou perdas	319	502	3.558	4.141	365	456	4.242	5.099
Investimentos disponíveis para venda	65.310	76.238	3.940	6.153	480	521	69.730	82.912
	85.757	94.403	105.183	108.167	1.980	2.262	192.920	204.832
Passivos financeiros								
Passivos detidos para negociação	5.770	6.139	66.753	75.650	1.073	1.378	73.596	83.167
Derivados não negociados			2.278	3.561	68	24	2.346	3.585
Passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou perdas	1.186	1.348	9.928	10.795	101	123	11.215	12.266
	6.956	7.487	78.959	90.006	1.242	1.525	87.157	99.018

Principais alterações na hierarquia do justo valor

Não ocorreram transferências significativas entre o Nível 1 e o Nível 2 em 2017 e 2016.

Não houve alterações nas técnicas de avaliação durante 2017 e 2016.

Alterações nos Ativos financeiros de Nível 3

	Ativos detidos para negociação		Derivados não negociados		justo valor através de lucros ou perdas		disponíveis para venda			Total
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Balanço de abertura	1.223	1.146	62	7	456	338	521	693	2.262	2.184
Ganhos/perdas realizados reconhecidos na demonstração de lucros ou perdas durante o período ^{1,3}	-231	226	-9	-7	4	76		200	-236	495
Reavaliação reconhecida em outro rendimento integral durante o período ^{2,4}							-5	-144	-5	-144
Aquisição de ativos	610	77		5	225	193	62	68	897	343
Venda de ativos	-326	-71		-5	-1	-76	-43	-183	-370	-335
Vencimento/liquidação	-141	-135					-24	-9	-165	-144
Reclassificações							7	-92	7	-92
Transferências para o Nível 3	9	21		62				5	9	88
Transferências para fora do Nível 3	-37	-43	-23		-319	-75	-13		-392	-118
Diferenças cambiais	-2	3					-24	8	-26	11
Alterações na composição do grupo e outras alterações		-1					-1	-25	-1	-26
Balanço de encerramento	1.105	1.223	30	62	365	456	480	521	1.980	2.262

1 Os lucros/perdas líquidos foram registados no rendimento das atividades de negociação em operações continuadas como «Resultados de avaliação e resultados líquidos em operações financeiras» na demonstração de lucros e perdas.

2 A reavaliação reconhecida em outros rendimentos integrais está incluída na rubrica «Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outras reavaliações».

3 «Montantes reconhecidos na demonstração de lucros ou perdas durante o ano» foi renomeado para «Ganhos/perdas realizados reconhecidos na demonstração de lucros ou perdas durante o período.»

«Reavaliação reconhecida em capital próprio durante o ano» foi renomeada para «Reavaliação reconhecida noutro rendimento integral durante o período».

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Em 2017 e 2016, os ativos financeiros foram transferidos do Nível 3, com base em que a avaliação não é significativamente afetada por contributos não observáveis.

Em 2016, incluídos em «Ganhos/perdas realizados reconhecidos na demonstração de lucros ou perdas durante o período», estão 163 milhões de euros relacionados com a autorização de saída de reservas de reavaliação de ações detidas na VISA Europe Limited.

Alterações nos Passivos financeiros de Nível 3

	Passivos detidos para negociação		Derivados derivados		Passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou perdas		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Balanco de abertura	1.378	1.239	24	1	123	198	1.525	1.438
Ganhos/perdas realizados reconhecidos na demonstração de lucros ou perdas durante o período ^{1,2}	-105	277	44	12	-6	-3	-67	286
Emissão de passivos	485	53	1	11	14	4	500	68
Reembolso antecipado dos passivos	-399	-62	-1	-11	-21	-13	-421	-86
Vencimento/liquidação	-187	-62					-187	-62
Transferências para o Nível 3	16	16		11			16	27
Transferências para fora do Nível 3	-111	-86			-9	-63	-120	-149
Diferenças cambiais	-4	6					-4	6
Alterações na composição do grupo e outras alterações		-3						-3
Balanco de encerramento	1.073	1.378	68	24	101	123	1.242	1.525

1 Os lucros/perdas líquidos foram registados no rendimento das atividades de negociação em operações continuadas aqui incluídas como «Resultados de avaliação e resultados líquidos em operações financeiras» na demonstração de lucros e perdas.

2 «Montantes reconhecidos na demonstração de lucros ou perdas durante o ano» foi renomeado para «Ganhos/perdas realizados reconhecidos na demonstração de lucros ou perdas durante o período.»

Em 2017 e 2016, os passivos financeiros foram transferidos do Nível 3, principalmente devido ao facto de a avaliação não ter sido significativamente afetada por contributos não observáveis.

Valores reconhecidos na demonstração de lucros e perdas durante o período (Nível 3)

	Realizado à data do balanço financeiro		Desreconhecido durante o período		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ativos financeiros						
Ativos detidos para negociação	-231	226			-231	226
Derivados não negociados	-9	-7			-9	-7
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou perdas	4	76			4	76
Investimentos disponíveis para venda	-2	-3	2	203		200
	-238	292	2	203	-236	495
Passivos financeiros						
Passivos detidos para negociação	-105	277			-105	277
Derivados não negociados	44	12			44	12
Passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou perdas	-6	-3			-6	-3
	-67	286	-	-	-67	286

Reconhecimento dos lucros e perdas não realizados no Nível 3

Os valores reconhecidos na demonstração de lucros e perdas relacionados com os lucros e perdas não realizados durante o ano referente aos ativos e passivos de Nível 3 estão incluídos na demonstração de lucros e perdas da seguinte forma:

- Os resultados sobre ativos detidos para negociação e passivos detidos para negociação estão incluídos nos Resultados de avaliação e resultados líquidos em operações financeiras;
- Os derivativos não negociados estão incluídos nos Resultados de avaliação e resultados líquidos em operações financeiras; e
- Os ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de lucros e perdas estão incluídos nos Resultados de avaliação e resultados líquidos em operações financeiras - Os resultados de avaliação sobre ativos e passivos designado ao justo valor através de lucros ou perdas (excluindo a negociação).

Os lucros e perdas não realizados reconhecidos em Investimentos disponíveis para venda reconhecidos em Outros rendimentos integrais estão incluídos na Reserva de reavaliação - Reserva disponível para venda e outros.

Ativos e passivos financeiros de Nível 3

Os ativos financeiros de 193 mil milhões de euros mensurados pelo justo valor na demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2017, incluem um valor de 2,0 mil milhões de euros (1,0 %) que é classificado como Nível 3 (31 de dezembro de 2016: 2,3 mil milhões de euros, sendo 1,1 %). As alterações no Nível 3 de 31 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2017 são divulgadas na tabela «Alterações nos Ativos financeiros de Nível 3».

Os passivos financeiros de 87 mil milhões de euros mensurados pelo justo valor na demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2017, incluem um valor de 1,2 mil milhões de euros (1,4 %) que é classificado como Nível 3 (31 de dezembro de 2016: 1,5 mil milhões de euros, sendo 1,5 %). As alterações no Nível 3 de 31 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2017 são divulgadas na tabela «Alterações nos Ativos financeiros de Nível 3».

Os ativos e passivos financeiros de Nível 3 incluem ativos e passivos para os quais o justo valor foi determinado utilizando técnicas de avaliação que incluem contributos não observáveis e ativos e passivos para os quais o justo valor foi determinado utilizando preços cotados, mas que foram ajustados para refletir que o mercado não estava a negociar ativamente à data do balanço financeiro ou perto desta. Os contributos não observáveis são contributos que se baseiam nos próprios pressupostos do ING acerca dos fatores que os participantes do mercado utilizariam para determinar o preço de um ativo ou passivo, desenvolvidos com base na melhor informação disponível nestas circunstâncias. Os contributos não observáveis podem incluir a volatilidade, correlação, spreads para as taxas de desconto, taxas de incumprimento e de recuperação, taxas de pré-pagamento e determinados spreads de crédito. As técnicas de avaliação que incluem contributos não observáveis são sensíveis aos contributos utilizados.

Do valor total de ativos financeiros de 2,0 mil milhões de euros classificados como Nível 3 a 31 de dezembro de 2017 (31 de dezembro de 2016: 2,3 mil milhões de euros), um valor de 1,0 mil milhões de euros (51 %) (31 de dezembro de 2016: 1,0 mil milhões de euros, sendo 45 %) baseia-se em preços cotados não ajustados em mercados inativos. Como, geralmente, o ING não ajusta os preços cotados utilizando os seus próprios contributos, não há uma sensibilidade significativa em relação aos próprios contributos não observáveis do ING.

Além disso, os Ativos financeiros de Nível 3 incluem, aproximadamente, 0,4 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2016: 0,5 mil milhões de euros) referentes aos ativos financeiros que fazem parte das estruturas designadas para serem completamente neutras em termos de risco de mercado. Essas estruturas incluem vários ativos e passivos financeiros para os quais a sensibilidade geral ao risco de mercado é insignificante. Considerando que o justo valor dos componentes individuais destas estruturas pode ser determinado utilizando diferentes técnicas e o justo valor de cada um dos componentes destas estruturas pode ser sensível aos contributos não observáveis, a sensibilidade geral, por predefinição, não é significativa.

Os restantes 0,6 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2016: 0,8 mil milhões de euros) do justo valor classificados nos ativos financeiros de Nível 3 é estabelecido utilizando técnicas de avaliação que incluem determinados contributos que não são observáveis. Trata-se, sobretudo, de ativos que são classificados como Investimentos disponíveis para venda, para os quais as alterações no justo valor são reconhecidas no capital próprio dos acionistas e que não afetam diretamente os lucros ou perdas.

Do valor total de passivos financeiros de 1,2 mil milhões de euros classificados como Nível 3 a 31 de dezembro de 2017 (31 de dezembro de 2016: 1,5 mil milhões de euros), um valor de 0,8 mil milhões de euros (66 %) (31 de dezembro de 2016: 0,9 mil milhões de euros, sendo 59 %) baseia-se em preços cotados não ajustados em mercados inativos. Como, geralmente, o ING não ajusta os preços cotados utilizando os seus próprios contributos, não há uma sensibilidade significativa em relação aos próprios contributos não observáveis do ING.

Além disso, os Passivos financeiros de Nível 3 incluem, aproximadamente, 0,1 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2016: 0,1 mil milhões de euros) referentes aos passivos financeiros que fazem parte das estruturas designadas para serem completamente neutras em termos de risco de mercado. Tal como explicado acima, o justo valor de cada um dos componentes destas estruturas pode ser sensível aos contributos não observáveis, mas a sensibilidade geral, por predefinição, não é significativa.

Os restantes 0,3 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2016: 0,5 mil milhões de euros) do justo valor classificados nos passivos financeiros de Nível 3 é estabelecido utilizando técnicas de avaliação que incluem determinados contributos que não são observáveis.

A tabela abaixo oferece um resumo das técnicas de avaliação, principais dados não observáveis e o intervalo mais baixo e mais alto desses contributos não observáveis, por tipo de ativo/passivo de Nível 3. O intervalo mais baixo e mais alto mencionado na visão geral representa a menor e a maior variação do respetivo dado de avaliação que é efetivamente utilizado na avaliação dos diferentes instrumentos financeiros. Os valores e percentagens indicados são não ponderados. O intervalo pode variar de período a período sujeito a movimentos de mercado e alterações na posição de Nível 3. Os limites inferiores e superiores refletem a variabilidade das posições do Nível 3 e dos seus dados de avaliação subjacentes na carteira, mas não refletem adequadamente o seu nível de incerteza da avaliação. Para a avaliação da incerteza da avaliação, é feita referência à secção Análise de sensibilidade de contributos não observáveis (Nível 3).

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Técnicas de avaliação e intervalo de contributos não observáveis (Nível 3)

	Ativos		Passivos		Técnicas de avaliação	Significativo contributos não observáveis	Intervalo inferior		Intervalo superior	
	2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
Ao justo valor através de lucros ou perdas										
Títulos de dívida	386	180			Baseado no preço	Preço (%)	0 %	0 %	161 %	122 %
					Valor líquido do ativo	Preço (%)	0 %	10 %	0 %	19 %
Títulos de capital próprio	4	4	1		Baseado no preço	Preço (%)	1 %	0 %	54 %	0 %
Empréstimos e adiantamentos	20	326			3 Baseado no preço	Preço (%)	0 %	60 %	101 %	101 %
					Técnicas de valor atual	Spread de crédito (bps)	n.a	130	n.a	150
Títulos estruturados		6	101		125 Baseado no preço	Preço (%)	52 %	52 %	116 %	111 %
					Valor líquido do ativo	Preço (%)	n.a	19 %	n.a	19 %
					Modelo de precificação de opções	Volatilidade do capital próprio (%)	14 %	16 %	23 %	34 %
						Capital próprio/Correlação do capital próprio	0,5	0,0	0,7	0,8
						Capital próprio/Correlação cambial (FX)	0,2	-0,4	0,4	0,1
						Rendimento de dividendos (%)	2 %	1 %	6 %	5 %
						Volatilidade da taxa de juros (%)	n.a	n.a	n.a	n.a
					Técnicas de valor atual	Correlação implícita	0,7	0,7	0,7	0,7
Derivados										
– Taxas	490	486	485	457	Modelo de precificação de opções	Volatilidade da taxa de juros (pbs)	23	22	300	300
						Correlação da taxa de juros	n.a	n.a	n.a	n.a
						Correlação do RI/INF	n.a	0,5	n.a	0,5
					Técnicas de valor atual	Redefinir spread (%)	2 %	2 %	2 %	2 %
						Taxa de pré-pagamento (%)	5 %	5 %	10 %	10 %
						Taxa de inflação (%)	4 %	2 %	4 %	4 %
– FX	477	642	479	688	Técnicas de valor atual	Taxa de inflação (%)	4 %	2 %	4 %	3 %
– Crédito	10	33	48	43	Técnicas de valor atual	Spread de crédito (bps)	2	0	424	1.596
						Correlação implícita	0,7	0,7	1,0	1,0
						Taxa jump (%)	12 %	12 %	12 %	12 %
					Baseado no preço	Preço (%)	n.a	99 %	n.a	99 %
– Capital Próprio	107	64	128	208	Modelo de precificação de opções	Volatilidade do capital próprio (%)	5 %	0 %	129 %	140 %
						Capital próprio/Correlação do capital próprio	0,1	-0,1	1,0	1,0
						Capital próprio/Correlação cambial (FX)	-0,9	-0,9	0,8	0,6
						Rendimento de dividendos (%)	0 %	0 %	21 %	13 %
– Outros	5			1	Modelo de precificação de opções	Volatilidade dos bens (%)	9 %	13 %	42 %	55 %
						Correlação Com/Com	0,3	0,0	0,9	0,9
						Correlação Com/cambial (FX)	-0,6	-0,5	-0,3	0,0
Disponível para venda										
– Dívida	14	55			Baseado no preço	Preço (%)	69 %	0 %	90 %	99 %
					Técnicas de valor atual	Spread de crédito (bps)	n.a	339	n.a	400
						Vida média ponderada (ano)	n.a	1,6	n.a	3,2
– Capital Próprio	467	466			Fluxo de caixa descontado	Contas anuais	n.a	n.a	n.a	n.a
						Fatores de mercado observáveis	n.a	n.a	n.a	n.a
					Método multiplicador	Transações comparáveis	n.a	n.a	n.a	n.a
Total	1.980	2.262	1.242	1.525						

Investimentos de capital próprio não cotados

Os títulos de capital próprio de Nível 3 incluem, principalmente, investimentos empresariais, investimentos de capitais, posições imobiliárias e outros títulos de capital próprio que não são negociados em mercados ativos. Na ausência de um mercado ativo, os justos valores são estimados com base na análise de relatórios de gestores de fundos, da situação financeira da empresa, perspectivas futuras e outros fatores, considerando as avaliações de posições semelhantes ou por referência ao custo de aquisição da posição. Para os títulos de capital próprio, será aplicada a melhor prática de mercado utilizando o método de avaliação mais relevante.

Todos os investimentos de capital próprio não cotados, incluindo investimentos em fundos de capital próprio privados, estão sujeitos a uma estrutura de revisão padrão que garante que a avaliação reflete os valores justos.

Preço

Para os títulos em que os preços de mercado não estão disponíveis, o justo valor é medido por comparação com dados de preços observáveis de instrumentos semelhantes. Os preços de 0 % são perturbados até ao ponto em que nenhuma recuperação é esperada, enquanto se espera que os preços significativamente superiores a 100 % ou nominal pague um bom rendimento.

Spreads de crédito

O spread de crédito é o prémio acima de uma taxa de juros de referência, normalmente a taxa LIBOR (Taxa Interbancária do Mercado de Londres) ou um instrumento de tesouraria relevante, exigido pelo participante de mercado para aceitar uma qualidade de crédito inferior. Os spreads de crédito mais altos indicam menor qualidade de crédito e um menor valor do ativo.

Volatilidade

A volatilidade é uma medida para a variação do preço de um instrumento financeiro ou outros dados de avaliação ao longo do tempo. A volatilidade é um dos principais dados nos modelos de precificação de opções. Normalmente, quando maior for a volatilidade, maior será o valor da opção. A volatilidade varia de acordo com a referência subjacente (capital próprio, mercadoria, moeda estrangeira e taxas de juros), por greve ou vencimento da opção. O nível mínimo de volatilidade é 0 % e não existe nenhum máximo teórico.

Correlação

A correlação é uma medida de dependência entre duas referências subjacentes que é relevante para valorizar derivados e outros instrumentos que têm mais do que uma referência subjacente. Por exemplo, a correlação entre os nomes de capital próprio subjacentes pode ser um parâmetro de dados relevante para os modelos de precificação das opções de capital próprio. Uma correlação positiva elevada (perto de 1) indica uma relação positiva sólida (estatística) entre os subjacentes, implicando que, normalmente, se movem na mesma direção. Uma correlação negativa baixa, por outro lado, implica que os subjacentes se movem, normalmente, em direções opostas.

Taxas de juros

Os exemplos de contributos não observáveis relacionados com a taxa de juros são taxas de pré-pagamento e taxas de inflação.

A taxa de pré-pagamento e a redefinição do spread são os principais dados para a avaliação de swaps de pré-pagamentos ligados a hipotecas. A taxa de pré-pagamento é a taxa estimada a que os mutuários de hipotecas irão voltar a pagar as suas hipotecas mais cedo, por exemplo, 5 % por ano. A redefinição do spread é o spread futuro a que as hipotecas irão reavaliar os preços nas datas de revisão das taxas de juros.

A taxa de inflação é um dado essencial para os instrumentos indexados à inflação. Os instrumentos indexados à inflação protegem contra a inflação dos preços e são denominados e indexados às unidades de investimento. Os pagamentos de juros seriam baseados no índice de inflação e na taxa nominal, de modo a receber/pagar a taxa real de retorno. Um aumento nos pagamentos nominais em cupão é o resultado de um aumento das expectativas de inflação, taxas reais, ou ambas. Como os mercados para estes derivados indexados à inflação são ilíquidos, os parâmetros de avaliação tornam-se não observáveis.

Rendimento de dividendos

O rendimento de dividendos é um dado importante para os modelos de precificação de opções de capital próprio que mostra quantos dividendos se espera que uma empresa pague em cada ano em relação ao preço das suas ações. Os rendimentos de dividendos são geralmente expressos como uma percentagem anual do preço das ações.

Análise de sensibilidade de contributos não observáveis (Nível 3)

Quando o justo valor de um instrumento financeiro é determinado por meio de contributos que não são observáveis e que têm mais do que um impacto significativo no justo valor do instrumento, o valor real desses contributos na data do balanço financeiro pode ser elaborado a partir de uma variedade de alternativas razoavelmente possíveis. Em conformidade com a prática de mercado, os limites superiores e inferiores da variedade de valores de dados alternativos refletem um nível de 90 % da certeza de avaliação. Os níveis reais escolhidos para os contributos não observáveis na elaboração das contas anuais são consistentes com a metodologia de avaliação utilizada para os instrumentos financeiros de justo valor.

Se o ING tivesse utilizado valores de dados do limite superior e inferior desta variedade de valores de dados alternativos ao avaliar estes instrumentos a 31 de dezembro de 2015, o impacto teria sido maior ou menor, conforme indicado abaixo. O objetivo desta divulgação é apresentar o possível impacto de uma alteração dos contributos não observáveis no justo valor dos instrumentos financeiros, quando os contributos não observáveis são significativos para a avaliação.

Como o ING optou por aplicar um nível de confiança de 90 % para a sua avaliação das IFRS dos instrumentos financeiros de justo valor, a incerteza da avaliação descendente tornou-se irrelevante, enquanto a potencial incerteza da avaliação ascendente, refletindo um potencial lucro, aumentou.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Para mais informações sobre a avaliação de instrumentos de justo valor, consulte a secção «Gestão do Risco - Risco de mercado», parágrafo Justos Valores de ativos e passivos financeiros neste documento.

Na prática, a incerteza da avaliação é medida e gerida por exposição a dados de avaliação individuais (ou seja, fatores de risco) ao nível da carteira em diferentes categorias de produtos. Quando a divulgação analisa os dados individuais do Nível 3, os ajustes reais da avaliação também podem refletir os benefícios das compensações de carteira.

Devido à abordagem adotada, a incerteza da avaliação na tabela abaixo é discriminada por classe de risco relacionado e não por produto.

Na verdade, alguns contributos de avaliação estão interrelacionados e seria improvável que todos os contributos não observáveis alguma vez fossem simultâneos nos limites das respetivas variedades de alternativas razoavelmente possíveis. Assim, pode supor-se que as estimativas na tabela abaixo mostram uma maior incerteza do justo valor do que a posição real no final do ano, assumindo circunstâncias normais/mercados normais.

Além disso, esta divulgação não tenta indicar ou prever o futuro movimento do justo valor. Os números isolados oferecem informações limitadas, uma vez que, na maior parte dos casos, estes ativos e passivos de Nível 3 devem ser observados em combinação com outros instrumentos (por exemplo, como uma cobertura) que são classificados como Nível 2.

Análise de sensibilidade dos instrumentos de Nível 3

	Movimentos do justo valor positivo pela utilização de alternativas razoavelmente possíveis		Movimentos do justo valor negativo pela utilização de alternativas razoavelmente possíveis	
	2017	2016	2017	2016
Justo valor através de lucros ou perdas				
Capital próprio (derivados de capital próprio, títulos estruturados)	36	96		
Taxas de juros (Derivados de taxas, Derivados cambiais (FX))	56	80		
Crédito (Títulos de dívida, Empréstimos, títulos estruturados, derivados de crédito)	27	33		
Disponível para venda				
Preços de	9	8	14	14
Dívida	1	2		
	129	219	14	14

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Outros instrumentos financeiros

Os justos valores dos instrumentos financeiros contabilizados pelo custo amortizado na demonstração da posição financeira, mas para os quais os justos valores são divulgados, são determinados da seguinte forma:

Métodos aplicados na determinação dos justos valores de ativos e passivos financeiros (contabilizados pelo custo amortizado)

	Nível 1		Nível 2		Nível 3		Total
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2016
Ativos financeiros							
Empréstimos e adiantamentos a bancos	569	3.534	9.855	11.135	16.576	14.271	28.940
Investimentos detidos até ao vencimento	7.884	6.983	1.409	1.749	85	77	8.809
Empréstimos e adiantamentos a clientes ¹		5.121	19.955	21.612	545.141	551.076	577.809
	8.453	15.638	31.219	34.496	561.802	565.424	615.558
Passivos financeiros							
Depósitos de bancos ¹	29		25.276	14.447	7.642	8.096	22.543
Depósitos de clientes ¹	8.875	12.248	41.209	32.164	27.349	28.373	72.785
Títulos de dívida emitidos	34.288	39.359	38.650	47.822	17.676	14.317	101.498
Empréstimos subordinados	7.961	7.569	3.234	4.396	5.196	4.047	16.012
	51.153	59.176	108.369	98.829	57.863	54.833	217.385
							212.838

1 Os ativos e passivos financeiros que estão sob pedido são excluídos da hierarquia do justo valor, uma vez que o seu justo valor se aproxima do valor contabilístico. Em 2017, os valores comparativos de depósitos de clientes foram reclassificados entre os níveis para se adequarem à apresentação do ano atual.

b) Ativos e passivos não financeiros

Os ativos não financeiros do ING Bank incluem Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos, Propriedade de uso próprio e Fundos de investimento imobiliário e Inventários, conforme incluído na Demonstração da posição financeira nas rubricas Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos, Ativos fixos tangíveis e Outros ativos, respetivamente.

Os investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos são contabilizados utilizando o método do capital próprio. Para mais informações, é feita referência à Nota 7 «Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos». Os outros ativos não financeiros (Propriedade de uso próprio e Fundos de investimento imobiliário) são reconhecidos pelo justo valor na data do balanço financeiro.

A 31 de dezembro de 2017, o justo valor estimado das Propriedade de uso próprio e dos Fundos de investimento imobiliário equivale a 774 milhões de euros (2016: 881 milhões de euros) e 65 milhões de euros (2016: 65 milhões de euros), respetivamente e está categorizado como Nível 3 (2016: Nível 3) da hierarquia do justo valor com base nos métodos aplicados na determinação dos justos valores.

Os valores reconhecidos na demonstração de lucros e perdas relacionados com os lucros e perdas não realizados durante o ano referente aos ativos não financeiros de Nível 3 estão incluídos na demonstração de lucros e perdas da seguinte forma:

- As imparidades em Propriedade de uso próprio estão incluídas em Outras despesas operacionais - Imparidades e reversões em ativos fixos tangíveis e intangíveis; e
- As alterações no justo valor dos Fundos de investimento imobiliário estão incluídas no Rendimento dos investimentos.

Os lucros e perdas não realizados sobre Propriedade de uso próprio estão incluídos na Reserva de reavaliação - Reserva da propriedade de uso próprio.

Para os montantes reconhecidos na Demonstração de lucros ou perdas e outras alterações em ativos não financeiros durante o ano é feita referência à Nota 8 «Ativos fixos tangíveis» e a Nota 10 «Outros ativos».

A 31 de dezembro de 2017, o ING Bank não possui passivos não financeiros mensurados pelo justo valor (2016: nenhum).

35 Derivados e contabilidade de cobertura

Utilização de derivados e contabilidade de cobertura

Conforme descrito nas secções «Gestão do Risco - Risco de Crédito e Risco de Mercado», o ING Bank utiliza derivados (principalmente swaps de taxas de juros e swaps de taxas de juro de cruzamento de divisas) para efeitos de cobertura económica na gestão das suas carteiras de ativos e passivos e posições estruturais. O objetivo da cobertura económica é adotar posições com um perfil de risco oposto a uma exposição identificada para reduzir essa exposição. O objetivo das atividades de cobertura do ING Bank é otimizar o custo global do Grupo para aceder a mercados de capital alheio e mitigar o risco de mercado que, de outra forma, iria surgir a partir de desequilíbrios estruturais ao longo da duração e outros perfis dos seus ativos e passivos. Além disso, as atividades de cobertura são realizadas para cobrir o risco da taxa de juros no período de oferta da hipoteca em relação a hipotecas de retalho e para bloquear a margem de juros em relação aos ativos com juros e ao financiamento relacionado.

O tratamento contabilístico das operações de cobertura varia de acordo com a natureza do instrumento coberto e se a cobertura se qualifica de acordo com as regras de contabilidade de cobertura das IFRS. Os derivados que se qualificam para a contabilidade de cobertura de acordo com as IFRS são classificados e contabilizados em conformidade com a natureza do instrumento coberto e o tipo de modelo de cobertura das IFRS que se aplica. Os três modelos aplicáveis de acordo com as IFRS são: contabilidade de cobertura do justo valor, contabilidade de cobertura dos fluxos de caixa e contabilidade de cobertura do investimento líquido. Estes são descritos nas rubricas relevantes abaixo. As políticas contabilísticas detalhadas da empresa para estes três modelos de cobertura são definidas na Nota 1 «Políticas contabilísticas» na secção «Princípios de avaliação e determinação de resultados».

Para se qualificarem para a contabilidade de cobertura de acordo com as IFRS, devem ser cumpridos critérios rigorosos. Algumas coberturas que são economicamente eficazes do ponto de vista da gestão do risco não se qualificam para a contabilidade de cobertura de acordo com as IFRS. As alterações do justo valor de derivados relacionados com essas coberturas não qualificadas são direcionadas para demonstração de lucros e perdas. Contudo, em determinados casos, o Grupo mitiga a volatilidade da demonstração de lucros e perdas, designando ativos e passivos cobertos ao justo valor através de lucros ou perdas. Se a contabilidade de cobertura for aplicada de acordo com as IFRS, é possível que, durante a cobertura, a relação da cobertura deixe de se qualificar para a contabilidade de cobertura e a contabilidade de cobertura não pode continuar, mesmo que a cobertura continue a ser economicamente eficaz. Como resultado, a volatilidade decorrente da realização da cobertura económica na demonstração de lucros e perdas pode ser maior do que seria esperado a partir de um ponto de vista económico.

Em relação à taxa de câmbio e aos contratos de derivados de taxas de juros, o valor notional ou contratual destes instrumentos é indicativo do valor nominal das transações pendentes na data do balanço financeiro; contudo, não representam valores em risco. O ING Bank utiliza derivados de crédito para gerir a sua exposição ao risco de crédito, incluindo swaps de retorno total e swaps de crédito, vender ou comprar proteção para as exposições ao risco de crédito nas carteiras de empréstimos, investimentos e comerciais. A contabilidade de cobertura não é aplicada em relação aos derivados de crédito.

Contabilidade de cobertura de justo valor

As coberturas do justo valor do ING Bank consistem, principalmente, em swaps de taxas de juros e swaps de taxas de juros em dívidas diferentes que são utilizados para proteger das alterações no justo valor dos instrumentos de taxa fixa devido a movimentos nas taxas de juros do mercado. Os lucros e perdas em derivados designados na contabilidade de cobertura do justo valor são reconhecidos na demonstração de lucros e perdas. A porção efetiva da alteração do justo valor sobre o item coberto também é reconhecida na demonstração de lucros e perdas. Como resultado, apenas a ineficácia contabilística líquida tem impacto no resultado líquido.

Demonstração de lucros e perdas – Resultados de avaliação e resultados líquidos em operações financeiras

Alterações no justo valor sobre derivados designados na contabilidade de cobertura do justo valor		
	2017	2016
Alteração no justo valor dos derivados	729	241
Alteração no justo valor dos ativos e passivos (itens cobertos)	-824	-224
Ineficácia contabilística líquida reconhecida na demonstração de lucros e perdas	-95	17

A variação dos saldos entre 2016 e 2017 diz respeito à volatilidade nos movimentos da taxa de juros.

Demonstração da posição financeira - Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas

Justos valores de derivados pendentes designados na contabilidade de cobertura do justo valor		
	2017	2016
Justos valores positivos em circulação (ativos de derivados não negociados)	671	1.012
Justos valores negativos em circulação (passivos de derivados não negociados)	-1.083	-1.888
	-412	-876

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

O ING Bank aplica a contabilidade de cobertura de justo valor para as carteiras de cobertura do risco da taxa de juros (macrocobertura) de acordo com a «dissociação» das IFRS da UE. A macrocobertura «dissociada» da UE permite que um grupo de derivados (ou proporções) seja observado em combinação e conjuntamente designado como o instrumento de cobertura e retira algumas das limitações da contabilidade de cobertura de justo valor relacionadas com a cobertura de depósitos principais e estratégias de cobertura. Nas operações de retalho, a exposição do financiamento de retalho (contas poupança e contas corrente) e empréstimos a retalho (hipotecas) é inicialmente compensada. A restante exposição é coberta numa cobertura de carteira, usando a dissociação da UE, na qual uma parte das hipotecas é designada como um item coberto para efeitos de contabilidade de cobertura.

Contabilidade de cobertura de fluxos de caixa

As coberturas de fluxo de caixa do ING Bank consistem, principalmente, em *swaps* de taxas de juros (a termo) e *swaps* de taxas de juros em dívidas diferentes que são utilizados para proteger da sua exposição à variabilidade dos futuros fluxos de caixa de juros sobre os ativos e passivos não negociados que produzem juros a taxas variáveis ou que se espera que sejam reembolsados ou reinvestidos no futuro. Os valores e a periodicidade dos futuros fluxos de caixa, que representam os fluxos de capital e de juros, são projetados para cada carteira de ativos e passivos financeiros, com base em termos contratuais e outros fatores relevantes, incluindo estimativas de pré-pagamentos e incumprimentos. Os principais saldos agregados e fluxos de caixa de juros para as respetivas carteiras formam a base para identificar o valor notional sujeito ao risco da taxa de juros que é designado no âmbito da contabilidade de cobertura dos fluxos de caixa.

Os lucros e perdas das porções eficazes dos derivados designados na contabilidade de cobertura dos fluxos de caixa são reconhecidos no capital próprio do Acionista. Os fluxos de caixa de juros nestes derivados são reconhecidos na demonstração de lucros e perdas no rendimento líquido dos juros consistente com a forma como os fluxos de caixa previstos afetam o resultado líquido. Os lucros e perdas em porções ineficazes de tais derivados são reconhecidos imediatamente na demonstração de lucros e perdas.

Demonstração de alterações no capital próprio - Reserva da cobertura de fluxo de caixa

Reserva de cobertura do fluxo de caixa		
	2017	2016
Parcela efetiva das variações do justo valor em derivativos em derivados sob a contabilidade de cobertura dos fluxos de caixa, depois de impostos.	-514	102
Reserva de cobertura do fluxo de caixa a 31 de dezembro, bruta	335	1.015
Reserva de cobertura do fluxo de caixa a 31 de dezembro, após impostos diferidos	263	777

Esta reserva de cobertura do fluxo de caixa estará sujeita a variações com as alterações de justo valor dos derivados subjacentes e será refletido na demonstração de lucros ou perdas em receitas/despesas de juros durante o prazo remanescente das receitas cobertas subjacentes. A reserva de cobertura dos fluxos de caixa refere-se a um grande número de derivados e itens cobertos de vencimentos variáveis, até 26 anos, com as maiores concentrações na faixa dos 1 aos 3 anos.

Demonstração da posição financeira - Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas

Justos valores de derivados pendentes designados na contabilidade de cobertura do fluxo de caixa		
	2017	2016
Justos valores positivos em circulação (ativos de derivados não negociados)	617	438
Justos valores negativos em circulação (passivos de derivados não negociados)	-339	-671
	278	-233

Demonstração de lucros e perdas - Rendimento líquido dos juros

Rendimento líquido dos juros em derivados de cobertura de fluxos de caixa		
	2017	2016
Rendimento dos juros em derivados de cobertura de fluxos de caixa	2.454	2.654
Despesa dos juros em derivados de cobertura de fluxos de caixa	-1.968	-2.181
	486	473

A ineficácia da contabilidade dos derivados designados na contabilidade de cobertura dos fluxos de caixa resultou num lucro de 44 milhões de euros (2016: perda de 16 milhões de euros) que foi reconhecida na demonstração de lucros e perdas, na rubrica Resultados de avaliação e resultados líquidos em operações financeiras.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

– coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro

As coberturas de investimento líquido do ING Bank consistem, principalmente, em derivados (incluindo forwards cambiais e swaps) e instrumentos financeiros não derivados, como o financiamento em moeda estrangeira, utilizados para proteger das exposições à moeda estrangeira em filiais estrangeiras.

Os lucros e perdas das porções eficazes dos derivados designados na contabilidade de cobertura de investimentos líquidos são reconhecidos no capital próprio do Acionista. O saldo em capital próprio é reconhecido na demonstração de lucros ou perdas quando a filial estrangeira relacionada é alienada. Os lucros e perdas em porções ineficazes são reconhecidos imediatamente na demonstração de lucros e perdas.

Demonstração da posição financeira - Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas

Justos valores de derivados pendentes designados na contabilidade de cobertura do investimento líquido		
	2017	2016
Justos valores positivos em circulação (ativos de derivados não negociados)	29	73
Justos valores negativos em circulação (passivos de derivados não negociados)	-71	-33
	-42	40

A ineficácia da contabilidade reconhecida na demonstração de lucros e perdas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2017 de derivados e não derivados designados nos termos na contabilidade de cobertura dos investimentos líquidos foi de 3 milhões de euros (2016: nulo).

36 Ativos por vencimento contratual

Ativos por vencimento contratual							
	Menos de 1 ano:	1–3 meses	3–12 meses	1–5 anos	Mais de 5 anos	Vencimento E) não aplicável	Total
2017							
Caixa e disponibilidades com bancos centrais	21.989						21.989
Empréstimos e adiantamentos a bancos	13.928	5.137	5.224	3.931	526		28.746
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas							
– ativos detidos para negociação	63.858	14.016	12.667	12.619	13.603		116.763
– derivados não negociados	124	147	213	789	912		2.185
– designado pelo justo valor através de lucros ou perdas	488	967	1.839	351	597		4.242
Investimentos							
– disponível para venda	1.319	2.313	4.301	31.852	25.962	3.983	69.730
– detido até ao vencimento	1.020	127	657	2.975	4.564		9.343
Empréstimos e adiantamentos a clientes	63.122	18.414	40.350	163.444	289.569		574.899
Ativos intangíveis			92	367		1.010	1.469
Outros ativos:	8.496	1.520	2.475	869	535	309	14.204
Restantes ativos (para os quais os vencimentos não são aplicáveis)						2.748	2.748
Ativos totais	174.344	42.641	67.818	217.197	336.268	8.050	846.318

Os valores apresentados nestas tabelas por vencimento contratual são os valores apresentados na demonstração da posição financeira e são fluxos de caixa descontados. É feita referência à secção «Gestão do Risco - Financiamento e risco de liquidez».

1 INCLUI de ativos on demand.

2 Inclui Outros ativos e Ativos e passivos por impostos diferidos e correntes, conforme apresentado na demonstração consolidada da posição financeira.

3 Incluídos nos restantes ativos, para os quais as datas de vencimento não são aplicáveis, estão ativos fixos tangíveis e investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos. Devido à sua natureza, os ativos restantes consistem, principalmente, em ativos que se espera que sejam recuperados após mais de 12 meses.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Ativos por vencimento contratual

	Menos de 1 ano: ¹	1–3 meses	3–12 meses	1–5 anos	Mais de 5 anos	Vencimento E) não aplicável	Total
2016							
Caixa e disponibilidades com bancos centrais	18.144						18.144
Empréstimos e adiantamentos a bancos	14.652	4.373	5.414	3.779	654		28.872
<u>Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas</u>							
– ativos detidos para negociação	47.218	19.236	13.722	16.967	17.369		114.512
– derivados não negociados	107	29	85	793	1.295		2.309
– designado pelo justo valor através de lucros ou perdas	326	1.440	1.996	769	568		5.099
Investimentos							
– disponível para venda	2.713	3.543	6.020	36.838	29.775	4.023	82.912
– detido até ao vencimento		166	2.374	3.360	2.851		8.751
Empréstimos e adiantamentos a clientes	56.186	17.187	42.515	162.805	284.180		562.873
Ativos intangíveis			145	290		1.049	1.484
Outros ativos ²	9.463	1.778	2.716	855	850	296	15.958
Restantes ativos (para os quais os vencimentos não são aplicáveis) ³						3.005	3.005
Ativos totais	148.809	47.752	74.987	226.456	337.542	8.373	843.919

1 INCLUI de ativos on demand.

2 Inclui Outros ativos e Ativos e passivos por impostos diferidos e correntes, mercadorias e metais preciosos (que não têm vencimento), conforme apresentado na demonstração consolidada da posição financeira. «Outros ativos» foi ajustado de acordo com a apresentação do ano atual.

3 Incluídos nos restantes ativos, para os quais as datas de vencimento não são aplicáveis, estão ativos fixos tangíveis e investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos. Devido à sua natureza, os ativos restantes consistem, principalmente, em ativos que se espera que sejam recuperados após mais de 12 meses.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

37 Passivos por vencimento

As tabelas abaixo incluem todos os passivos financeiros por vencimento com base em fluxos de caixa contratuais, não descontados. Além disso, os futuros cupões de juros não descontados dos passivos financeiros a pagar estão incluídos numa linha separada e no prazo residual relevante. Os passivos de derivados estão incluídos numa base líquida se os fluxos de caixa forem liquidados de forma líquida. Para outros passivos de derivados, o fluxo de caixa bruto contratual a pagar está incluído.

Os passivos não financeiros são incluídos com base numa discriminação dos valores por demonstração da posição financeira, por vencimento esperado. É feita referência ao parágrafo do risco de liquidez na secção «Gestão do Risco - Financiamento e risco de liquidez» para uma descrição sobre a forma como o risco de liquidez é gerido.

Passivos por vencimento

	Menos de 1 ano ¹	1–3 meses	3–12 meses	1–5 anos	Mais de 5 anos	Vencimento anos não aplicável	Ajuste ²	Total
2017								
Depósitos de bancos	10.002	648	1.687	21.893	2.591			36.821
Depósitos de clientes	494.841	18.510	23.773	10.855	4.711			552.690
Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas								
– outros passivos detidos para negociação	29.755	11.530	1.866	1.506	2.390		636	47.683
– derivados negociados	2.476	2.420	4.520	8.224	5.947		2.326	25.913
– derivados não negociados	339	122	232	746	983		-76	2.346
- designado ao justo valor através de lucros ou perdas	413	838	1.353	3.688	5.072		-149	11.215
Títulos de dívida emitidos	3.296	14.657	26.434	34.215	9.867		1.762	90.231
Empréstimos subordinados					10.601	5.077	153	15.831
Passivos financeiros	541.122	48.725	59.865	81.127	42.162	5.077	4.652	782.730
Outros passivos ³	9.743	1.864	4.152	2.182	1.270			19.211
Passivos não financeiros	9.743	1.864	4.152	2.182	1.270	–	–	19.211
Passivos totais	550.865	50.589	64.017	83.309	43.432	5.077	4.652	801.941
Cupões de juros devidos sobre passivos financeiros ⁴	1.109	1.033	2.829	9.521	8.764			23.256

1 Inclui passivos a pedido.

2 Esta coluna reconcilia os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos financeiros para a demonstração dos valores da posição financeira. Os ajustes referem-se, principalmente, ao impacto do desconto e, para os derivados, ao facto de os fluxos de caixa contratuais serem apresentados em valores brutos (a menos que os fluxos de caixa sejam realmente liquidados de forma líquida).

3 Inclui Outros passivos, Passivos fiscais diferidos e correntes e Provisões, tal como apresentado na demonstração consolidada da posição financeira.

4 O cupão de juros exclui o cupão de juros sobre instrumentos perpétuos.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Passivos por vencimento

2016	Menos de 1 ano ¹	1–3 meses	3–12 meses	1–5 anos	Mais de 5 anos	Vencimento não aplicável	Ajuste ²	Total
Depósitos de bancos	11.874	506	2.060	14.324	3.200			31.964
Depósitos de clientes	476.489	19.694	25.563	6.720	2.617		13	531.096
Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas								
– outros passivos detidos para negociação	26.101	12.334	1.096	1.910	1.908		525	43.874
– derivados negociados	3.172	3.153	7.495	13.785	11.602		86	39.293
– derivados não negociados	378	192	725	1.844	1.497		-1.051	3.585
- designado ao justo valor através de lucros ou perdas	381	505	1.627	4.485	5.170		98	12.266
Títulos de dívida emitidos	3.171	14.965	20.599	44.089	20.364		-1.883	101.305
Empréstimos subordinados			86	34	9.117	6.603	264	16.104
Passivos financeiros	521.566	51.349	59.251	87.191	55.475	6.603	-1.948	779.487
Outros passivos ³	10.413	1.941	4.361	2.201	1.370			20.286
Passivos não financeiros	10.413	1.941	4.361	2.201	1.370	–	–	20.286
Passivos totais	531.979	53.290	63.612	89.392	56.845	6.603	-1.948	799.773
Cupões de juros devidos sobre passivos financeiros ⁴	1.081	1.161	3.090	10.886	5.581			21.799

1 Inclui passivos a pedido.

2 Esta coluna reconcilia os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos financeiros para a demonstração dos valores da posição financeira. Os ajustes referem-se, principalmente, ao impacto do desconto e, para os derivados, ao facto de os fluxos de caixa contratuais serem apresentados em valores brutos (a menos que os fluxos de caixa sejam realmente liquidados de forma líquida).

3 Inclui Outros passivos, Passivos fiscais diferidos e correntes e Provisões, tal como apresentado na demonstração consolidada da posição financeira.

4 O cupão de juros exclui o cupão de juros sobre instrumentos perpétuos. Os valores foram atualizados para estarem de acordo com a apresentação do ano atual.

38 Ativos não imediatamente disponíveis

Os ativos não imediatamente disponíveis consistem, principalmente, em Empréstimos e adiantamentos a clientes dados para garantir os Títulos de dívida emitidos, depósitos do De Nederlandsche Bank (Banco Central Holandês) e outros bancos e servem para proteger as contas-margem e são utilizados para outros fins exigidos por lei. Os ativos não imediatamente disponíveis são os seguintes:

Ativos não imediatamente disponíveis	2017	2016
Bancos		
– Caixa e disponibilidades com bancos centrais	1.569	1.353
– empréstimos e adiantamentos a bancos	3.730	6.054
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	1.072	447
Investimentos	885	825
Empréstimos e adiantamentos a clientes	76.083	70.457
Outros ativos	813	935
	84.152	80.071

Em algumas jurisdições, o ING Bank N.V tem a obrigação de manter uma reserva com os bancos centrais. A 31 de dezembro de 2017, os depósitos de reservas obrigatórias mínimas com vários bancos centrais ascendem a 8503 milhões de euros (2016: 9055 milhões de euros).

Os empréstimos e adiantamentos a clientes que foram dados em garantia para os Títulos de dívida emitidos e para fins de liquidez, ascendem a 50 mil milhões de euros nos Países Baixos (2016: 49 mil milhões de euros), 12 mil milhões de euros na Alemanha (2016: 12 mil milhões de euros), 10 mil milhões na Bélgica (2016: 5 mil milhões de euros), 2 mil milhões de euros na Austrália (2016: 2 mil milhões de euros) e mil milhões de euros nos EUA (2016: mil milhões de euros).

A tabela não inclui ativos relacionados com o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra. É feita referência à Nota 39 «Transferência de ativos financeiros».

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

39 Transferência de ativos financeiros

A maior parte dos ativos financeiros do ING que foram transferidos, mas que não se qualificam para o desreconhecimento, são instrumentos de dívidas utilizados nos empréstimos de títulos ou operações de venda e recompra. É feita referência à Nota 45 «Entidades estruturadas».

Transferência de ativos financeiros não qualificados para desreconhecimento

	Preços de		Venda e recompra		Preços de		Venda e recompra	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ativos transferidos pelo valor contabilístico								
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	3.995	1.428			2.120	4.106	6.864	8.965
Investimentos	2	2					621	1.427
Empréstimos e adiantamentos a clientes								25
Passivos associados pelo valor contabilístico								
Depósitos de bancos	n.a	n.a	n.a	n.a				
Depósitos de clientes	n.a	n.a	n.a	n.a				
Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas	3.985	1.443			2.148	4.635	2.599	4.280

A tabela acima inclui os passivos associados que são reportados após a compensação, em comparação com as posições brutas dos ativos onerados.

Incluídos nas tabelas acima estão os valores contabilizados dos ativos transferidos nos termos dos acordos de recompra e empréstimos de títulos que não se qualificam para desreconhecimento.

A tabela acima não inclui os ativos transferidos para as entidades de titularização consolidadas, uma vez que os ativos relacionados permanecem reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira.

40 Compensação de ativos e passivos financeiros

As tabelas seguintes incluem informações sobre os direitos de compensação e os acordos relacionados. Os valores incluídos consistem em todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são apresentados de forma líquida na demonstração da posição financeira de acordo com os requisitos de compensação das IFRS-UE (direito legal de compensar e intenção de liquidar de forma líquida) e valores apresentados brutos na demonstração da posição financeira, mas sujeitos a acordos-quadro de compensação ou acordos semelhantes.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos-quadro de compensação e acordos semelhantes.

		Valores relacionados não compensados na demonstração da posição financeira						
		Valores brutos de ativos financeiros reconhecidos	Valores brutos de passivos financeiros reconhecidos compensados na demonstração da posição financeira	Valores líquidos de ativos financeiros apresentados na demonstração da posição financeira	Instrumentos financeiros	Caixa e instrumentos financeiros recebidos como caução	Valor líquido	
2017								
Rubrica da demonstração de posição financeira		Instrumento financeiro						
Empréstimos e adiantamentos a bancos		Recompra reversa, empréstimos de títulos e acordos semelhantes	1.838	1.838		1.728	110	
		Outros	7	-7				
			1.845	-7	1.838	-	1.728	110
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas								
Ativos detidos para negociação	Derivados	20.878	-760	20.118	18.427	219	1.472	
	Recompra reversa, empréstimos de títulos e acordos semelhantes	68.050	-14.475	53.575	1.068	52.456	51	
		88.928	-15.235	73.693	19.495	52.675	1.523	
Derivados não negociados	Derivados	45.176	-43.819	1.357	1.238	217	-98	
		45.176	-43.819	1.357	1.238	217	-98	
Empréstimos e adiantamentos a clientes		Recompra reversa, empréstimos de títulos e acordos semelhantes	409	-209	200	200		
	Outros	157.892	-156.015	1.877	1.018	302	557	
		158.301	-156.224	2.077	1.018	502	557	
Outros itens em que a compensação é aplicada na demonstração da posição financeira			6.860	-6.366	494		494	
Impacto dos acordos-quadro de compensação ou de acordos semelhantes aplicáveis:		Derivados			-5.929	4.208	1.721	
			-	-	-	-5.929	4.208	1.721
Ativos financeiros totais			301.110	-221.651	79.459	15.822	59.330	4.307

1 A rubrica «Impacto dos acordos-quadro de compensação executória ou acordos semelhantes» contém posições de derivativos sob o mesmo acordo-quadro de compensação a ser apresentado em diferentes itens das rubricas da demonstração da posição financeira.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos-quadro de compensação e acordos semelhantes.

		Valores brutos de passivos financeiros reconhecidos na demonstração da posição financeira		Valores líquidos de ativos financeiros apresentados na demonstração da posição financeira	Valores relacionados não compensados na demonstração da posição financeira	
		Valores brutos de ativos financeiros reconhecidos			Instrumentos financeiros	Caixa e instrumentos financeiros recebidos como caução
						Valor líquido
2016						
Rubrica da demonstração de posição financeira	Instrumento financeiro					
Empréstimos e adiantamentos a bancos	Recompra reversa, empréstimos de títulos e acordos semelhantes	173	-95	78		78
	Outros	3	-3			
		176	-98	78		78
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas						
Ativos detidos para negociação	Derivados	28.511	-913	27.598	25.532	147
	Recompra reversa, empréstimos de títulos e acordos semelhantes	61.245	-19.413	41.832	36	41.555
		89.756	-20.326	69.430	25.568	41.702
						2.160
Derivados não negociados	Derivados	57.384	-55.687	1.697	1.499	-5
		57.384	-55.687	1.697	1.499	-5
						203
Empréstimos e adiantamentos a clientes	Recompra reversa, empréstimos de títulos e acordos semelhantes	191.453	-186.963	4.490		387
	Outros	191.453	-186.963	4.490		387
						4.103
Outros itens em que a compensação é aplicada na demonstração da posição financeira		6.326	-5.846	484	15	
						465
Impacto dos acordos-quadro de compensação ou de acordos semelhantes aplicáveis ¹	Derivados				-7.300	4.743
						-7.300
						4.743
Ativos financeiros totais		345.095	-268.920	76.175	19.782	46.905
						9.488

1 A rubrica «Impacto dos acordos-quadro de compensação executória ou acordos semelhantes» contém posições de derivativos sob o mesmo acordo-quadro de compensação a ser apresentado em diferentes itens das rubricas da demonstração da posição financeira.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos-quadro de compensação e acordos semelhantes

		Valores relacionados não compensados na demonstração da posição financeira				
2017	Rubrica da demonstração de posição financeira	Instrumento financeiro	Valore s brutos de passivos financeiros reconhecidos	Valore s brutos de ativos financeiros reconhecidos compensados na demonstração da posição financeira	Valores líquidos de passivos financeiros apresentados na demonstração da posição financeira	Instrumentos financeiros dados em garantia
			reconhecidos	reconhecidos	reconhecidos	Valor líquido
	Depósitos de bancos	Recompra, empréstimos a títulos e acordos semelhantes	4	4	4	
		Outros	68	-8	60	60
			72	-8	64	60
	Depósitos de clientes	Recompra, empréstimos a títulos e acordos semelhantes	209	-209		
		Depósitos empresariais	11.508	-11.022	486	486
		Outros	156.465	-144.991	11.474	10.453
			168.182	-156.222	11.960	10.939
	Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas					
	Passivos detidos para negociação	Derivados	21.356	-975	20.381	787
		Recompra, empréstimos a títulos e acordos semelhantes	51.445	-14.475	36.970	110
			72.801	-15.450	57.351	897
	Derivados não negociados	Derivados	46.765	-45.251	1.514	128
	Outros itens em que a compensação é aplicada na demonstração da posição financeira		5.393	-4.720	673	673
	Impacto dos acordos-quadro de compensação ou de acordos semelhantes aplicáveis ¹	Derivados			-6.820	592
			-	-	-6.820	592
	Total de passivos financeiros		293.213	-221.651	71.562	13.289

1 A rubrica «Impacto dos acordos-quadro de compensação executória ou acordos semelhantes» contém posições de derivativos sob o mesmo acordo-quadro de compensação a ser apresentado em diferentes itens das rubricas da demonstração da posição financeira.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos-quadro de compensação e acordos semelhantes

		Valores brutos de ativos financeiros reconhecidos na demonstração da posição financeira		Valores líquidos de passivos financeiros apresentados na demonstração da posição financeira		Instrumentos financeiros	Caixa e instrumentos financeiros dados em garantia	Valores relacionados não compensados na demonstração da posição financeira
		Valores brutos de passivos financeiros reconhecidos						Valor líquido
2016	Rubrica da demonstração de posição financeira							
	Instrumento financeiro							
	Depósitos de bancos							
	Recompra, empréstimos a títulos e acordos semelhantes	102	-95	7			7	102
	Outros	23	-3	20			20	23
		125	-98	27	-	-	-	27
	Depósitos de clientes							
	Recompra, empréstimos a títulos e acordos semelhantes	209	-209					
	Depósitos empresariais	11.508	-11.022	486				486
	Outros	156.465	-144.991	11.474	1.021			10.453
		168.182	-156.222	11.960	1.021	-	-	10.939
	Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas							
	Passivos detidos para negociação Derivados	21.356	-975	20.381	19.292	302		787
	Recompra, empréstimos a títulos e acordos semelhantes	51.445	-14.475	36.970	1.068	35.792		110
		72.801	-15.450	57.351	20.360	36.094		897
	Derivados não negociados Derivados	46.765	-45.251	1.514	1.261	125		128
	Outros itens em que a compensação é aplicada na demonstração da posição financeira	5.393	-4.720	673				673
	Impacto dos acordos-quadro de compensação ou de acordos semelhantes aplicáveis ¹ Derivados				-6.820	6.228		592
		-	-	-	-6.820	6.228		592
	Total de passivos financeiros	293.213	-221.651	71.562	15.822	42.451		13.289

1 A rubrica «Impacto dos acordos-quadro de compensação executória ou acordos semelhantes» contém posições de derivativos sob o mesmo acordo-quadro de compensação a ser apresentado em diferentes itens das rubricas da demonstração da posição financeira.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

41 Passivos contingentes e compromissos

No decorrer normal dos negócios, o ING Bank está envolvido em atividades em que os riscos não se refletem, total ou parcialmente, nas contas anuais consolidadas. Em resposta às necessidades dos seus clientes, o Grupo oferece produtos financeiros relacionados com empréstimos. Estes produtos incluem instrumentos financeiros tradicionais relacionados com créditos fora do balanço financeiro.

Passivos contingentes e compromissos														
	Menos de 1 mês		1–3 meses		3–12 meses		1–5 anos		Mais de 5 anos		Vencimento não aplicável			Total
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Passivos contingentes em relação a														
– letras descontadas	1					1							1	1
– garantias	15.647	18.536	571	677	944	965	2.560	1.167	4.189	3.525			23.911	24.870
– cartas de crédito irrevogável	9.453	6.583	4.746	5.973	1.146	824	176	154	12	12			15.533	13.546
– Outros	58	39					223			309			281	348
	25.159	25.158	5.317	6.650	2.090	1.790	2.959	1.321	4.201	3.846	–	–	39.726	38.765
Serviços irrevogáveis	56.459	59.214	2.150	2.587	7.504	4.832	30.331	22.606	7.825	9.315			104.269	98.554
	81.618	84.372	7.467	9.237	9.594	6.622	33.290	23.927	12.026	13.161	–	–	143.995	137.319

As garantias referem-se a garantias substitutas de crédito e de não crédito. As garantias substitutas de créditos são garantias dadas pelo ING Bank em relação a crédito concedido a clientes por um terceiro. Espera-se que muitos deles expirem sem serem retirados e, portanto, não representam necessariamente futuros fluxos de saída de caixa. Para além dos itens incluídos nos passivos contingentes, o ING Bank emitiu garantias como participante em acordos coletivos de organismos nacionais da indústria e como participante em regimes de garantias coletivas exigidas pelo governo que se aplicam em diferentes países.

As cartas de crédito irrevogável garantem os pagamentos a terceiros para as operações de comércio externo e interno de um cliente, de modo a financiar uma expedição de mercadorias. O risco de crédito do ING Bank nestas operações é limitado, uma vez que estas operações são garantidas pelo produto expedido e são de curta duração.

Os outros passivos contingentes incluem aceitação de contas e são de natureza de curto prazo. Os outros passivos contingentes também incluem passivos contingentes resultantes das operações do negócio imobiliário, incluindo as obrigações resultantes de contratos de desenvolvimento e construção. Além disso, outros passivos contingentes incluem um passivo contingente associado a uma possível obrigação fiscal holandesa relacionada com a dedução do lucro tributável holandês para perdas incorridas pelo ING Bank no Reino Unido em anos anteriores. A existência desta obrigação será confirmada apenas pela ocorrência de lucros futuros no Reino Unido.

Os serviços irrevogáveis constituem partes não utilizadas de serviços de crédito irrevogáveis concedidos a clientes empresariais. Muitos destes serviços são por um período fixo, com juros a uma taxa variável. O risco de crédito e o risco da taxa de juros do ING Bank nestas operações é limitado. A parte não utilizada dos serviços de crédito irrevogáveis é parcialmente garantida por ativos dos clientes ou contragarantias dos governos centrais e organismos isentos nos termos dos requisitos regulamentares. Os serviços irrevogáveis também incluem compromissos assumidos para adquirir títulos a serem emitidos por governos e emissores privados.

Além disso, o ING Bank aluga ativos de terceiros nos termos das locações operacionais como locatário. Os futuros compromissos de aluguer a serem pagos sob locações operacionais não canceláveis são os seguintes:

Futuros compromissos de aluguer para contratos de locação operacional		
	2017	2016
2017		307
2018	268	179
2019	195	151
2020	165	129
2021	152	132
Anos após 2021	472	344

42 Processos judiciais

O ING Bank N.V. e as suas filiais consolidadas estão envolvidas em processos governamentais, regulamentares, de arbitragem e judiciais e investigações nos Países Baixos e em várias jurisdições estrangeiras, incluindo os EUA, envolvendo reivindicações por e contra elas que surgem no decorrer normal dos seus negócios, incluindo em relação às suas atividades como mutuantes, corretores, seguradores, emissores de títulos e investidores e a sua posição como empregadores e contribuintes. Em alguns destes procedimentos, são procurados valores muito altos ou indeterminados, incluindo danos punitivos e outros. Embora não seja possível prever ou determinar o resultado final de todos os processos judiciais e investigações governamentais, regulamentares, arbitrários pendentes ou ameaçados, o ING Bank é da opinião de que alguns dos procedimentos e investigações definidos abaixo podem ter ou tiveram, num passado recente, um efeito significativo na posição financeira, rentabilidade ou reputação do ING e/ou do ING e das suas filiais consolidadas.

Investigações criminais: O ING Bank é objeto de investigações criminais por parte das autoridades holandesas sobre vários requisitos relacionados com a integração de clientes, o branqueamento de capitais e práticas corruptas. O ING Group também recebeu pedidos de informações relacionadas das autoridades dos EUA. O ING Group e o ING Bank estão a cooperar com tais investigações e pedidos em curso. A administração concluiu, no âmbito da IFRS, que é mais provável que exista uma obrigação presente a 31 de dezembro de 2017 e que seja provável uma saída de recursos, mas não foi capaz de estimar, de forma fiável, o possível prazo, contexto ou valores de multas, sanções e/ou outros resultados, que poderiam ser significativos. O ING espera receber mais informações das autoridades holandesas sobre as possíveis consequências da sua investigação no primeiro semestre de 2018.

Processos fiscais: Devido à dispersão geográfica do seu negócio, o ING pode estar sujeito a auditorias fiscais, investigações e procedimentos em diversas jurisdições e em qualquer altura. Embora o ING acredite que geriu, adequadamente, todas as suas posições fiscais, a resolução final destas auditorias, investigações e procedimentos pode resultar em passivos que são diferentes dos valores reconhecidos. O ING também identificou problemas relacionados com o seu relato de informações fiscais dos EUA e com as obrigações de retenções em relação a períodos anteriores. Embora se tenha registado uma provisão, a análise dessas questões está em curso.

Contencioso SIBOR – SOR: Em julho de 2016, os investidores em derivados vinculados à Taxa Interbancária Oferecida de Singapura (SIBOR) apresentaram uma queixa de ação coletiva nos EUA ao Tribunal Distrital de Nova Iorque, alegando que vários bancos, incluindo o ING, conspiraram para manipular os preços dos derivados vinculados à SIBOR e à Taxa de Oferta Swap de Singapura (SOR). O processo refere-se a investigações da Autoridade Monetária de Singapura (MAS) e outros reguladores, incluindo a Comissão Reguladora de Operações de Futuros e Matérias-primas (CFTC) dos EUA, em relação aos preços manipulados dos derivados baseados na SIBOR e na SOR. Em abril de 2017, o Tribunal Distrital de Nova Iorque proferiu uma decisão oral a rejeitar todas as queixas; em agosto de 2017, foi proferida uma decisão escrita correspondente. Em setembro de 2017, os queixosos apresentaram uma queixa retificada. Os réus tomaram providências para rejeitar a queixa retificada. Neste momento, não é possível apresentar uma estimativa do (potencial) efeito financeiro desta queixa.

Queixas relativas a contas com predecessores do ING Bank Turkey: O ING Bank Turkey recebeu várias queixas de (antigos) clientes de predecessores legais do ING Bank Turkey. As queixas baseiam-se em contas *offshore* detidas nesses bancos, bancos que foram apreendidos pelo Fundo de Seguros de Depósitos de Poupança (SDIF) antes da aquisição do ING Bank Turkey, em 2007, pelo Oyak. O SDIF também apresentou várias ações judiciais contra o ING Bank Turkey para reivindicar uma indemnização ao ING Bank Turkey, em relação aos montantes pagos, até agora, aos titulares das contas offshore. O ING Bank N.V. iniciou um procedimento de arbitragem contra o OYAK no qual o ING Bank pretende ser considerado isento de responsabilidade dessas queixas. O tribunal de arbitragem rejeitou o pedido de isenção de responsabilidade do ING. Neste momento, não é possível avaliar o resultado destes procedimentos nem apresentar uma estimativa do (potencial) efeito financeiro destas reclamações.

Queixa da VEB Fortis: Em janeiro de 2011, a Associação Holandesa de Acionistas (Vereniging van Effectenbezitters, «VEB») emitiu um ato judicial alegando que os investidores foram induzidos em erro pelo prospeto que havia sido emitido em relação à subscrição reservada a acionistas de setembro de 2007 do Fortis N.V. (agora Ageas N.V.) contra a Ageas N.V., os subscritores de tal subscrição reservada a acionistas, incluindo o ING Bank, e antigos diretores do Fortis N.V. De acordo com a VEB, o prospeto apresenta informações substanciais incorretas e enganadoras. A VEB afirmou que o impacto e os riscos da crise de alto risco para o Fortis e a posição de liquidez do Fortis se refletiram, de forma incorreta, no prospeto. A VEB solicitou uma decisão declaratória, afirmando que as partes convocadas agiram indevidamente e, portanto, são responsáveis pelos danos sofridos pelos investidores do Fortis. Em março de 2016, a Ageas, a VEB e alguns outros requerentes anunciaram que a reclamação em relação ao Fortis foi resolvida. A Ageas acordou pagar 1,2 mil milhões de euros aos investidores como compensação, desde que o Tribunal de Recurso de Amesterdão declare que o acordo é vinculativo. De acordo com a documentação do acordo, conforme apresentada pela Ageas com o Tribunal de Recurso em maio de 2016, o acordo de liquidação contém uma cláusula de terceiros onde os bancos também serão isentados das reclamações feitas pela VEB e alguns outros requerentes, se o acordo se tornar incondicional. Em junho de 2017, o Tribunal de Recurso de Amesterdão proferiu uma decisão provisória segundo a qual o acordo de liquidação proposto entre a Ageas e a VEB não pode ser declarado vinculativo para todos os investidores na sua forma atual. O Tribunal de Recurso solicitou, em particular, alterações em relação ao nível de compensação concedido aos investidores que são membros da VEB e aos que não o são. Em dezembro de 2017, a Ageas e a VEB apresentaram um acordo de liquidação revisto com o Tribunal de Recurso, fazendo alterações no acordo de liquidação. Em fevereiro de 2018, o Tribunal de Recurso pediu mais informações sobre o nível de compensação concedido à própria VEB. A VEB deve apresentar a sua resposta antes de 6 de março de 2018. Foi agendada uma audiência para 16 de março de 2018 para debater a legitimidade do acordo de liquidação, em particular o nível de compensação, de forma mais pormenorizada.

Pedido de cobertura de seguro médico por (antigos) funcionários belgas: Vários funcionários reformados do ING Belgium interpuseram processos judiciais contra a ASCEL (uma organização sem fins lucrativos criada pelo ING Belgium que prestou, entre outros, a cobertura de seguros médicos a atuais e antigos funcionários até ao início de 2015 através de uma subdivisão da ASCEL: A FMC) e o ING Belgium após a decisão de externalizar esta cobertura de seguros médicos que resultou num aumento do prémio. Numa decisão de setembro de 2016, o Tribunal considerou que

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

a FMC foi validamente fechada, mas que, como a cobertura de seguros médicos se qualifica como um contrato de seguro não vinculado à atividade profissional dos requerentes, o ING não poderia rescindir unilateralmente o acordo entre a FMC e os pensionistas. Em outubro de 2017, o ING chegou a um acordo com os requerentes para resolver este caso. Em janeiro de 2018, esse acordo entrou em vigor para todos os funcionários reformados que estão segurados com o prestador externo. Este acordo será pago a partir da provisão existente.

Queixas de derivados da taxa de juros: O ING está envolvido em vários processos judiciais nos Países Baixos em relação aos derivados de taxas de juros que foram vendidos a clientes com ligação aos empréstimos de taxas de juros variáveis, de modo a cobrir o risco da taxa de juros dos empréstimos. Estes procedimentos baseiam-se em vários fundamentos legais, dependendo dos factos e circunstâncias de cada caso específico, *inter alia* alegada violação do dever de diligência, informação insuficiente prestada aos clientes sobre o produto e os seus riscos e outros elementos referentes aos derivados da taxa de juros que foram vendidos aos clientes. Em alguns casos, o tribunal decidiu a favor dos requerentes e concedeu indemnizações, anulou o derivado da taxa de juros ou exigiu o pagamento de determinados valores aos requerentes. Os valores totais que precisam de ser reembolsados ou compensados em alguns casos ainda têm de ser determinados. O ING pode decidir recorrer contra decisões adversas. Embora o resultado do litígio pendente e casos semelhantes que possam surgir no futuro seja incerto, é possível que os tribunais possam, em última instância, decidir a favor dos requerentes em alguns ou todos esses casos. Foi tomada uma provisão. No entanto, o impacto financeiro agregado dos litígios atuais e futuros pode tornar-se material.

Conforme solicitado pela AFM, o ING reviu uma parte significativa dos arquivos dos clientes que adquiriram derivados de taxas de juros. Em dezembro de 2015, a AFM concluiu que os bancos holandeses podem ter de reavaliar alguns arquivos de clientes, potencialmente incluindo alguns contratos de derivados que foram rescindidos antes de abril de 2014 ou outros arquivos de clientes. Conforme recomendado pela AFM, o Ministro das Finanças nomeou uma Comissão de peritos independentes (a Comissão), que estabeleceu um quadro de recuperação uniforme para clientes de PME holandeses com derivados da taxa de juros. O ING adotou este quadro de recuperação e irá reavaliar os ficheiros individuais em relação a este quadro. O ING assumiu uma provisão adicional para as consequências financeiras do quadro de recuperação. Em 2017, o ING informou a maioria dos clientes relevantes se estão no contexto do quadro de recuperação, e, portanto, se são elegíveis para compensação, ou não. Devido ao facto de a execução do quadro ter registado um atraso, o ING ofereceu adiantamentos aos clientes fora da provisão existente.

Queixas de sobretaxas de juros: O ING recebeu denúncias e está envolvido em litígios com pessoas singulares (natuurlijke personen) nos Países Baixos no que diz respeito aos aumentos nas sobretaxas de juros em relação a vários produtos de crédito, incluindo, entre outros, imóveis destinados à habitação (eigenwoningfinanciering). O ING está a analisar a carteira de produtos relevante. Embora esta análise ainda esteja em curso, foi tomada uma provisão para algumas dessas reclamações.

Procedimentos penais relativos ao financiamento da cash company: Em junho de 2017, um Tribunal Penal belga determinou que, em 2000, o ING Luxembourg ajudou terceiros a cometer uma fraude fiscal no contexto da compra de ações de uma cash company. O Tribunal condenou o ING Luxembourg, entre outros, a uma multa de 120 000 euros (suspensa por metade do valor total). O Tribunal condenou ainda o ING Luxembourg, conjunta e solidariamente com outras partes, a pagar 31,48 milhões de euros (a aumentar com os interesses jurídicos) ao administrador de falências da cash company. Foi registada uma provisão. Em julho de 2017, o ING Luxembourg interpôs um recurso contra esta sentença, que está atualmente pendente. Num outro caso, as autoridades belgas também estão a investigar o ING Luxembourg por, alegadamente, ajudar terceiros, em 2001, a cometer fraudes fiscais no contexto da compra de ações de uma cash company. Para este caso, também foi registada uma provisão pelo ING Luxembourg. O resultado desses casos é incerto.

Queixas de despesas com hipotecas: O ING Spain recebeu queixas e está envolvido em procedimentos com clientes em relação ao reembolso de despesas associadas à formalização de hipotecas. Em todos os processos judiciais, exceto dois, em primeira instância, a cláusula de despesas do contrato de hipoteca foi declarada nula e a totalidade ou parte das despesas foi condenada a ser reembolsada pelo ING Spain. Em primeira instância, os tribunais aplicaram diferentes critérios em relação ao reembolso das despesas nas suas decisões. O ING Spain interpôs um recurso contra várias dessas decisões judiciais. O ING Spain também foi incluído, juntamente com outros bancos espanhóis, numa ação coletiva interposta por uma associação de clientes. O resultado do contencioso pendente e casos semelhantes que podem ocorrer no futuro é incerto. Foi tomada uma provisão. No entanto, o impacto financeiro agregado dos contenciosos atuais e futuros pode mudar e dependerá, entre outros, de uma decisão futura esperada pelo Supremo Tribunal espanhol sobre as despesas que devem ser reembolsadas pelos bancos.

Queixa da ImtechClaim.nl: Em janeiro de 2018, o ING Bank recebeu uma queixa da Stichting ImtechClaim.nl e da Imtech Shareholders Action Group B.V. em nome de alguns (antigos) acionistas da Imtech N.V. («Imtech»). Os requerentes alegam, *inter alia*, que os acionistas foram induzidos em erro pelo prospeto sobre a subscrição reservada a acionistas da Imtech em julho de 2013 e outubro de 2014. O ING, sendo um dos subscritores da subscrição reservada a acionistas, é considerado responsável pelos requerentes pelos danos que os investidores da Imtech sofreram. O ING Bank respondeu aos requerentes negando toda e qualquer responsabilidade em relação às alegações feitas na carta.

43 Empresas e negócios consolidados adquiridos e alienados

Aquisições

Não houve aquisições significativas em 2017, 2016 e 2015.

Alienações eficazes em 2017

Não houve alienações significativas, de empresas consolidadas, em 2017.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Desinvestimentos eficazes em 2016

Não houve alienações significativas, de empresas consolidadas, em 2016.

Desinvestimentos eficazes em 2015

Em 2015, a fusão entre o ING Vysya e o Kotak Mahindra Bank foi concluída e a entidade jurídica ING Vysya Bank deixou de existir. Como resultado desta transação, o ING detém uma participação na empresa combinada, que opera sob a marca Kotak.

44 Principais filiais, investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos

Para a maioria das principais filiais do ING Bank, o ING Bank N.V. tem o controlo porque detém, direta ou indiretamente, mais de metade do poder de voto. Para as filiais em que a participação detida é inferior a 50 %, o controlo existe com base na combinação do interesse financeiro do ING e os seus direitos de outros acordos contratuais que resultam num controlo sobre as políticas operacionais e financeiras da entidade.

Para cada uma das filiais mencionadas, os direitos de voto detidos iguais à proporção de direito de propriedade e consolidação pelo ING baseiam-se na propriedade maioritária.

Para os principais investimentos em filiais, o ING Bank tem influência significativa, mas não controlo. Geralmente, a influência significativa resulta de uma participação de entre 20 % e 50 % dos direitos de voto, mas também a capacidade de participar nas políticas financeiras e operacionais através de situações que incluem, nomeadamente, um ou mais dos seguintes procedimentos:

- Representação no Conselho de Direção;
- Participação no processo de formulação de políticas; e
- Intercâmbio de pessoal administrativo.

As principais filiais, investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos do ING Bank N.V. e o seu local de constituição legal ou principal local de negócios são os seguintes:

Principais filiais, investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos			Proporção de propriedade e participação detida pelo Grupo	
			2017	2016
Filial	Local de constituição legal	País de operação		
Bank Mendes Gans N.V.	Amesterdão	Países Baixos	100 %	100 %
ING Lease (Nederland) B.V.	Amesterdão	Países Baixos	100 %	100 %
Record Bank	Bruxelas	Bélgica	100 %	100 %
ING Belgium S.A./N.V.	Bruxelas	Bélgica	100 %	100 %
ING Luxembourg S.A.	Cidade do Luxemburgo	Luxemburgo	100 %	100 %
ING-DiBa AG	Frankfurt am Main	Alemanha	100 %	100 %
ING Bank Slaski S.A.	Katowice	Polónia	75 %	75 %
ING Financial Holdings Corporation	Delaware	Estados Unidos da América	100 %	100 %
ING Bank A.S.	Istambul	Turquia	100 %	100 %
ING Bank (Austrália) Ltd.	Sydney	Austrália	100 %	100 %
ING Bank (Eurásia) Sociedade por ações	Moscovo	Rússia	100 %	100 %
Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos				
TMB Public Company Limited	Bangkok	Tailândia	25 %	25 %

45 Entidades estruturadas

As atividades do ING Bank envolvem transações com várias entidades estruturadas («EE») no decorrer normal dos seus negócios. Uma entidade estruturada é uma entidade que foi concebida de modo a que os direitos de voto ou semelhantes não sejam o fator dominante na decisão sobre quem controla a entidade, como quando quaisquer direitos de voto estão relacionados apenas com tarefas administrativas e as atividades relevantes são dirigidas por meio de acordos contratuais. O envolvimento do ING Bank nestas entidades varia e inclui o financiamento de dívidas e o financiamento de capital próprio destas entidades, bem como outras relações. Com base nas suas políticas contabilísticas, tal como divulgado na secção «Princípios de avaliação e determinação de resultados» destas contas anuais, o ING estabelece se estes envolvimento resultam em nenhuma influência significativa, influência significativa, controlo conjunto ou controlo sobre a entidade estruturada.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

As entidades estruturadas sobre as quais o ING pode exercer controlo são consolidadas. O ING pode prestar apoio a estas entidades estruturadas consolidadas como e quando apropriado. Contudo, isto é integralmente refletido nas contas anuais consolidadas do ING Bank, uma vez que todos os ativos e passivos destas entidades estão incluídos e os compromissos fora do balanço financeiro são divulgados.

As atividades do ING que envolvem entidades estruturadas são explicadas abaixo nas seguintes categorias:

- 1 O ING consolidado originou programas de titularização de gestão de liquidez («Lions»);
- 2 O ING consolidado originou programas de obrigações cobertas («CBC»);
- 3 O ING consolidado patrocinou programas de titularização («Mont Blanc»);
- 4 Programa de Titularização não consolidada; e
- 5 Outras entidades estruturadas.

1. O ING consolidado originou programas de titularização de gestão de liquidez («Lions»)

O ING Bank celebra programas de titularização de gestão de liquidez para obter financiamento e aumentar a liquidez. Dentro do programa, o ING Bank vende os ativos originados no ING a uma entidade estruturada. As exposições subjacentes incluem hipotecas imobiliárias nos Países Baixos, Alemanha, Bélgica, Espanha, Itália e Austrália.

A entidade estruturada emite notas titularizadas («titularizações tradicionais») que são elegíveis como garantias para efeitos de liquidez do banco central. Na maior parte dos programas, o ING Bank atua como investidor das notas titularizadas. O ING Bank continua a consolidar estas entidades estruturadas, se se considerar que controla as entidades.

A entidade estruturada emite notas titularizadas em duas parcelas, uma parcela subordinada e uma parcela sénior, classificada como AAA por uma agência de classificação. A parcela AAA pode, posteriormente, ser utilizada pelo ING Bank como garantia no mercado monetário para empréstimos garantidos.

O ING Bank originou diversas titularizações, a 31 de dezembro de 2017 consistiam em aproximadamente 56 mil milhões de notas com notação AAA e notas subordinadas, das quais aproximadamente 7 mil milhões de euros foram emitidos externamente. As exposições subjacentes são hipotecas imobiliárias e empréstimos a PME. Além do financiamento de terceiros, estas titularizações não afetaram a demonstração consolidada da posição financeira e os lucros e perdas do ING Bank.

Em 2017, não existem participações não controladoras como parte das entidades estruturadas de titularização que são significativas para o ING Bank. Para a maior parte dos instrumentos de titularização, o ING Bank oferece o financiamento para a entidade, exceto 7 mil milhões de euros.

2. O ING consolidado originou programas de obrigações cobertas («CBC»)

O ING Bank celebrou um programa de obrigações cobertas. No âmbito do programa de obrigações cobertas o ING emite obrigações. O pagamento de juros e de capital é garantido pelas entidades estruturadas administradas pelo ING, pelo ING Covered Bond Company B.V. e pelo ING SB Covered Bond Company B.V. Para que estas entidades cumpram a sua garantia, o ING transfere legalmente sobretudo empréstimos hipotecários holandeses originados pelo ING. Além disso, o ING oferece proteção contra a deterioração dos empréstimos hipotecários. As entidades são consolidadas pelo ING Bank.

Programa de obrigações cobertas	Empréstimos hipotecários dados como justo valor		Entidade estruturada de saldo de caixa	
	2017	2016	2017	2016
Empresas Holandesas de Obrigação Coberta	41.062	43.931	323	39
	41.062	43.931	323	39

No geral, os investidores terceiros em títulos emitidos pela entidade estruturada recorrem apenas aos ativos da entidade e não aos ativos do ING Bank.

3. O ING consolidado patrocinou programas de titularização («Mont Blanc»)

No decorrer dos negócios normal, o ING Bank estrutura transações de financiamento para os seus clientes ao ajudá-los a obter fontes de liquidez através da venda (também conhecido como «factoring») dos valores a receber dos clientes ou outros ativos financeiros a uma Entidade de Finalidade Especial (EFE).

As transações são financiadas pela sociedade-veículo de papel comercial garantido por ativos (ABCP) Mont Blanc Capital Corporation (Mont Blanc), de múltiplos vendedores gerida pelo ING, que se financia a si mesma no mercado ABCP. A Mont Blanc não possui participações não controladoras significativas para o ING Bank. O ING Bank facilita estas transações ao prestar serviços de estruturação, contabilidade, financiamento e operações.

Os tipos de ativos atualmente na Mont Blanc incluem contas a receber, contas a receber de financiamento ao consumidor, valores a receber de cartões de crédito, empréstimos relativos a veículos e títulos garantidos por hipotecas imobiliárias («RMBS»).

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

O ING Bank apoia os programas de papel comercial, oferecendo facilidades de liquidez a curto prazo às PME. Estas facilidades de liquidez cobrem, sobretudo, perturbações temporárias no mercado do papel comercial. Uma vez retirados, estas facilidades suportam um risco de crédito normal. Diversos programas são suportados através da concessão de facilidades de liquidez estruturadas às PME, nos quais o ING Bank cobre, pelo menos, uma parte do próprio risco de crédito constituído nestes programas (para além de facilidades de liquidez normais) e podem sofrer perdas de crédito como consequência. Além disso, no âmbito de um Programa de Vasta Melhoria do Crédito de Risco, o ING Bank garante, a uma quantidade limitada, todas as perdas restantes incluídas na EFE para os investidores de papel comercial.

As facilidades de liquidez, incluindo melhorias no programa, prestadas à Mont Blanc são de 1139 milhões de euros (2016: 812 milhões de euros). O valor de liquidez estabelecido é zero a 31 de dezembro de 2017 (2016: zero).

As facilidades de prontidão de liquidez normais não estruturadas e as facilidades estruturadas são apresentadas nos termos das facilidades irrevogáveis. Todas as facilidades, que variam de perfil de risco, são concedidas à EFE sujeitas a procedimentos normais de análise de risco de liquidez e crédito do ING Bank. As taxas recebidas por serviços prestados e pelas instalações são cobradas de acordo com as condições de mercado.

4. Programa de Titularização não consolidado

Em 2013, o ING transferiu ativos financeiros (empréstimos hipotecários) num valor de cerca de 2 mil milhões de euros para uma entidade de finalidade especial (EFE) recém-criada. A transação resultou num pleno desreconhecimento dos ativos financeiros da demonstração da posição financeira do ING. O desreconhecimento não teve um impacto significativo no resultado líquido. Depois desta transferência, o ING continua a ter dois tipos de envolvimento contínuo nos ativos transferidos: como contraparte da EFE de um swap de taxa de juros não-padrão e como entidade gestora dos ativos transferidos. O ING tem a opção de liquidar a transação ao resgatar todas as notas no seu montante do capital pendente, no caso improvável de alterações na contabilidade e/ou requisitos regulatórios que afetam significativamente a transação. O justo valor do swap detido pelo ING a 31 de dezembro de 2017 ascendeu a -41 milhões de euros (2016: -5 milhões de euros); as alterações no justo valor neste swap reconhecidas na demonstração de lucros e perdas em 2017 foram de -36 milhões de euros (2016: -6 mil milhões de euros). As remunerações reconhecidas na demonstração de lucros e perdas em 2017 ascenderam a 2 milhões de euros (2016: 2 milhões).

5. Outras entidades estruturadas

No decorrer normal dos negócios, o ING Bank celebra transações com entidades estruturadas como contraparte. Predominantemente nas suas operações financeiras estruturadas, o ING pode ser fundamental para facilitar a criação destas contrapartes de entidades estruturadas. Geralmente, estas entidades não são incluídas nas contas anuais consolidadas do ING Bank, uma vez que o ING facilita estas transações como agente administrativo, ao prestar serviços de estruturação, contabilidade, financiamento e operações.

O ING Bank oferece vários produtos de fundos de investimento aos seus clientes. O ING Bank não investe nestes fundos de investimento por conta própria, nem atua como gestor do fundo.

46 Partes relacionadas

No decorrer normal dos negócios, o ING Bank celebra várias transações com partes relacionadas. As partes são consideradas relacionadas se uma parte tiver a capacidade de controlar ou exercer influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas do ING Bank incluem, entre outras, as suas filiais, associadas, empreendimentos conjuntos, pessoal chave da gerência e vários planos de contribuições e benefícios definidos. Para os planos de benefícios pós-emprego, é feita referência à Nota 32 «Pensões e outros benefícios pós-emprego». As transações entre as partes relacionadas incluem a prestação ou receção de serviços, locações, transferências no âmbito de acordos financeiros e provisões de garantias ou cauções. Não existem provisões significativas para créditos duvidosos ou dívidas incobráveis individualmente reconhecidas em balanços pendentes com as partes relacionadas.

As transações entre o ING Bank N.V. e as suas filiais são eliminadas na consolidação. É feita referência à Nota 44 «Principais filiais» para uma lista das principais filiais e dos seus locais de constituição legais. O ING Bank faz parte do ING Group e o ING Bank também celebra transações com o ING Group. Estas transações variam de atividades financeiras a compras regulares e transações de vendas. Divulgadas na tabela abaixo estão as transações com o ING Groep N.V.

Filiais

Transações com o ING Groep N.V.		ING Groep N.V.	
		2017	2016
Ativos		377	70
Responsabilidades		21.277	14.903
Rendimento recebido		3	30
Despesas pagas		448	414

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Os passivos do ING Groep N.V. compreendem, principalmente, o financiamento de longo prazo.

Filiais e empreendimentos conjuntos**Transações com as principais filiais e empreendimentos conjuntos do ING Bank**

	Filiais		Empreendimentos conjuntos	
	2017	2016	2017	2016
Ativos	120	27	9	12
Responsabilidades	86	16	5	59
Compromissos fora do balanço financeiro	92	34	1	2
Rendimento recebido	8	9		
Despesas pagas	6	1		

Ativos, passivos, compromissos e receitas relacionadas com Filiais e empreendimentos conjuntos resultam de transações que são executadas como parte da atividade Bancária normal.

Em janeiro de 2016, o ING Group vendeu ações no NN Group e perdeu uma influência significativa, resultando no NN Group a deixar de ser uma parte relacionada do ING Bank. Antes desta venda, desde a desconsolidação no final de maio de 2015, o NN Group foi contabilizado como Investimento em filiais detidas para venda e as transações com o ING Bank foram incluídas como Filiais na tabela acima.

Remuneração do pessoal chave da gerência

As transações com funcionários importantes da administração (Conselho Executivo, Conselho de Administração Bancária e Conselho de Supervisão) e os planos de benefícios pós-emprego são transações com partes relacionadas.

Em 2017 e 2016, três membros do Conselho Executivo do ING Groep N.V. também eram membros do Conselho de Administração Bancária. Os membros do Conselho de Administração Bancária são considerados pessoal chave da administração e, portanto, a sua remuneração é incluída nas tabelas abaixo.

Remuneração do pessoal chave da administração (Conselho Executivo e Conselho de Administração Bancária)

2017
em milhares de euros

	Conselho Executivo do ING Groep N.V. ^{1, 2}	Conselho de Administração Bancária ^{1, 3, 4}	Total
Remuneração Fixa			
– Salário base	4.399	3.772	8.171
– Subsídios fixos coletivos ⁴	1.418	1.180	2.598
– Custos com pensões	96	118	214
– Benefícios de rescisão	1.204	–	1.204
Remuneração variável			
– Disponibilidade de caixa inicial	–	463	463
– Ações iniciais	226	485	711
– Disponibilidade de caixa diferida	–	694	694
– Ações diferidas	339	728	1.067
– Outros	–	–	–
Remuneração total	7.682	7.440	15.122

1 Inclui a remuneração auferida na qualidade de membros do Conselho.

2 Em 2017, dois membros saíram e dois membros entraram para o Conselho Executivo.

3 Excluindo membros que também são membros do Conselho Executivo do ING Groep N.V.

4 Em 2017, no Conselho de Administração Bancária, excluindo os membros do Conselho Executivo, um membro saiu e um membro entrou.

5 Os subsídios fixos coletivos consistem em dois subsídios de poupança aplicáveis aos funcionários na Holanda; um subsídio de poupança individual de 3,5 % e um subsídio de poupança coletivo para compensar a perda de benefícios com pensões em relação ao salário excedente de 103,317 euros.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Remuneração do pessoal chave da administração (Conselho Executivo e Conselho de Administração Bancária)

2016

em milhares de euros

	Conselho Executivo do ING Groep N.V. ¹	Conselho de Administração Bancária ^{1,2,3}	Total
Remuneração Fixa			
– Salário base	4.070	4.111	8.181
– Subsídios fixos coletivos ⁴	1.167	1.167	2.334
– Custos com pensões	78	108	186
– Benefícios de rescisão	–	918	918
Remuneração variável			
– Disponibilidade de caixa inicial	–	485	485
– Ações iniciais	300	572	872
– Disponibilidade de caixa diferida	–	727	727
– Ações diferidas	449	857	1.306
– Outros	–	1.184	1.184
Remuneração total	6.064	10.129	16.193

1 Inclui a remuneração auferida na qualidade de membros do Conselho.

2 Excluindo membros que também são membros do Conselho Executivo do ING Groep N.V.

3 Em 2016, entrou um novo membro e outro membro reformou-se.

4 Os subsídios fixos coletivos consistem em dois subsídios de poupança aplicáveis aos funcionários na Holanda; um subsídio de poupança individual de 3,5 % e um subsídio de poupança coletivo para compensar a perda de benefícios com pensões em relação ao salário excedente de 101,519 euros.

Remuneração do pessoal chave da gerência (Conselho de Supervisão)

em milhares de euros

	2017	2016
Remuneração total	1.022	1.088

A tabela acima apresenta a remuneração fixa, subsídios para despesas e verbas de presença para o Conselho de Supervisão para 2017 e 2016.

Empréstimos e adiantamentos a pessoal chave da gerência

	Valor pendente 31 de Dezembro		Taxa de juros média		Reembolsos	
em milhares de euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Membro do Conselho Executivo	2.681	2.849	1,8 %	2,6 %	–	150
Conselho de Administração Bancária	550	532	2,3 %	3,8 %	–	–
Membros do Conselho de Supervisão	–	–	–	–	–	–
Total	3.231	3.381			–	150

Número de ações e opções de ações do ING Groep N.V. para pessoal chave da administração

	Ações do ING Groep N.V.		Opções sobre ações de Ações do ING Groep N.V.	
em números	2017	2016	2017	2016
Membro do Conselho Executivo	202.357	261.684	174.318	95.921
Conselho de Administração Bancária	112.342	120.646	37.415	123.237
Membros do Conselho de Supervisão	172.734	172.734	113.385	226.864
Número total de ações e opções de ações	487.433	555.064	325.118	446.022

A remuneração dos principais funcionários de administração é geralmente incluída nas despesas com pessoal na demonstração de lucros e perdas, exceto para os principais funcionários de administração empregados por entidades que são apresentadas como operações detidas para venda e descontinuadas, caso em que a sua remuneração está incluída no resultado líquido total das operações descontinuadas.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

A remuneração do Conselho de Administração Bancária é reconhecida na demonstração de lucros e perdas na rubrica Despesas com pessoal como parte das despesas Totais. A remuneração total do Conselho Executivo e do Conselho de Administração Bancária, conforme apresentada na tabela acima, inclui toda a remuneração variável referente ao ano de desempenho de 2017. De acordo com as IFRS, alguns componentes de remuneração variável não são diretamente reconhecidos na demonstração de lucros e perdas, mas são alocados durante o período de aquisição do prémio. O valor comparável reconhecido nas Despesas com pessoal em 2017 e incluído nas Despesas totais em 2017, relacionado com as despesas fixas de 2017 e a aquisição de remuneração variável de anteriores anos de desempenho, é de 15 milhões de euros.

47 Eventos subsequentes

A 29 de janeiro de 2018, o ING anunciou ter chegado a acordo para adquirir uma participação de 75 % na Payvision. A Payvision é uma prestadora de serviços de pagamentos com sede nos Países Baixos, com um valor total estimado de 360 milhões de euros. Não se espera que a transação tenha impacto material no rácio CET1 do ING.

Gestão do Risco

montantes em milhões de euros, salvo indicação em contrário

Gestão do risco do ING Bank

Enquanto instituição financeira global com uma forte base europeia que oferece serviços bancários, o ING está exposto a vários riscos. O ING opera através de uma estrutura abrangente de gestão de riscos e integra a gestão de riscos e nas suas atividades diárias de negócios e no planeamento estratégico. Isto garante a identificação, mensuração e controlo de riscos em todos os níveis da organização, de modo a que a força financeira do ING Group seja salvaguardada. Assumir riscos calculados está no centro dos negócios do ING.

A gestão do risco apoia o Conselho de Administração Bancária a formular a apetência pelo risco, estratégias, políticas, limites e oferece uma função de revisão, supervisão e apoio em todo o ING em itens relacionados com o risco. Os principais riscos financeiros a que o ING Bank está exposto são o risco de crédito (incluindo risco de transferência), risco de mercado (incluindo, taxa de juros, capital próprio, imobiliário, spread de crédito e riscos cambiais), riscos de financiamento e liquidez e riscos de negócios. Além disso, o ING também está exposto a riscos não financeiros, por exemplo, riscos operacionais e de conformidade. O Diretor de Riscos (DR) do ING Bank é responsável pela Gestão do Risco diária do Banco. A forma como o ING gere estes riscos diariamente é descrita nesta secção de Gestão de Risco. A secção «Gestão de Risco» no Relatório Anual Integrado é uma parte integrante das contas anuais consolidadas auditadas.

A secção de Gestão do Risco descreve os principais riscos que resultam do modelo de negócios do ING. Explica como a função da gestão do risco é inserida dentro da organização com base nas «três linhas de defesa». Os principais riscos resultantes do modelo de negócios do banco são geridos por departamentos de gestão de risco dedicados e específicos que cobrem a sua própria área de especialização. As divulgações de gestão de risco oferecem divulgações qualitativas e quantitativas sobre riscos de crédito, de mercado, de liquidez e financiamento, de negócios e não financeiros.

A secção de gestão de risco está em conformidade com as normas contabilísticas referentes à natureza e à extensão dos riscos, conforme exigido pela IFRS7 «Instrumentos financeiros: Divulgação de Informações» tal como adotado pela União Europeia e abrangido por um parecer do Auditor Externo como parte das notas às demonstrações financeiras consolidadas. As divulgações de acordo com a Parte Oito dos RFP e com a DFP IV e conforme exigido pela autoridade supervisora, são publicadas no nosso «Relatório Adicional do Pilar III», que pode ser encontrado no nosso site ing.com.

Finalidade e modelo de negócios

A finalidade da função de gestão do risco do ING é apoiar a ambição que o ING tem de ser o principal banco para os nossos clientes, capacitando o negócio através de uma plataforma de gestão de risco de última geração em toda a empresa. Esta finalidade é apoiada pelos seguintes princípios:

- A função de gestão do risco está incluída em todos os níveis da organização do ING e faz parte das atividades diárias de negócios e planeamento estratégico para ter uma vantagem competitiva sustentável;
- Os produtos e carteiras são estruturados, subscritos, cotados, aprovados e geridos devidamente e a conformidade com as regras internas e externas é monitorizado;
- As autoridades delegadas são consistentes com a estratégia geral e apetência pelo risco do Banco; e
- A comunicação transparente sobre a gestão de risco com as partes interessadas internas e externas.

Gestão dos riscos

A gestão eficaz dos riscos exige uma governação de risco em toda a empresa. O quadro de gestão e controlo do risco do ING baseia-se num modelo de gestão de «três linhas de defesa», em que cada linha tem uma função específica e responsabilidades definidas, de tal forma que a execução de tarefas é separada do controlo das mesmas tarefas. Ao mesmo tempo, têm de trabalhar em conjunto para identificar, avaliar e mitigar os riscos. Este quadro de gestão garante que o risco é gerido de acordo com a apetência pelo risco, conforme aprovado pelo Conselho de Administração Bancária e o Conselho de Supervisão e que é replicado em todo o ING. O Conselho de Administração Bancária é composto pelo Conselho Executivo do ING Group e os gerentes das linhas de negócios.

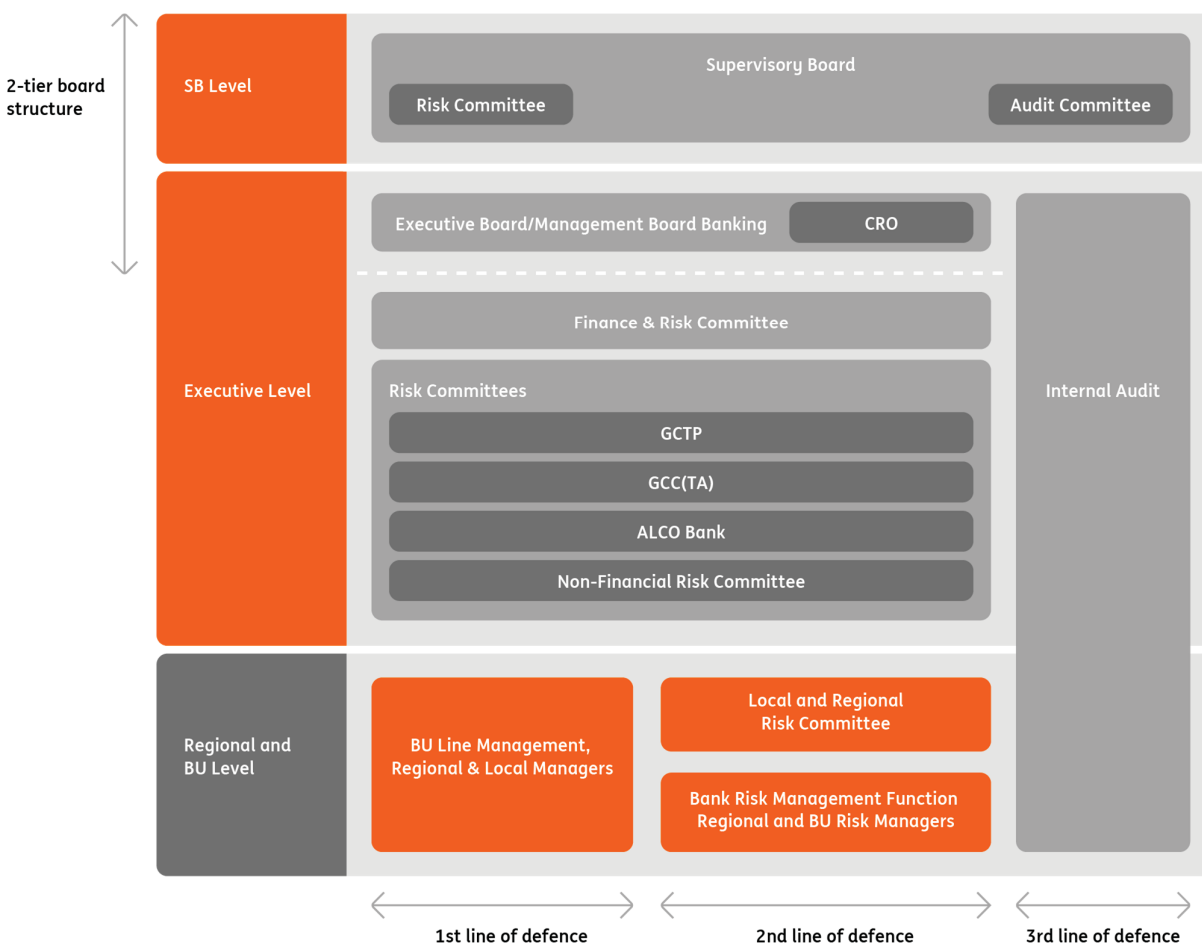
O responsável da linha de negócios do ING e os seus delegados constituem a primeira linha de defesa e têm responsabilidade primária pelo desempenho, operações, conformidade e controlo efetivo dos riscos que afetam os seus respetivos negócios. Originam empréstimos, depósitos e outros produtos dentro dos quadros e limites aplicáveis, conhecem bem os nossos clientes e estão bem posicionados para agir pelo melhor interesse dos clientes e do ING. O Diretor de Operações é responsável pela segurança e controlos adequados nas aplicações globais e locais e plataformas de TI que servem o Banco.

A segunda linha de defesa consiste em funções de supervisão com um papel importante para a organização da gestão de risco liderada pelo Diretor de Riscos, que tem a responsabilidade máxima. A Gestão do Risco ao Nível Empresarial é responsável por (i) desenvolver políticas e orientações gerais, (ii) desafiar objetivamente os processos de execução, gestão e controlo e (iii) coordenar o relato dos riscos e controlos pela primeira linha de defesa. Também tem um poder de progressão / veto em relação às atividades comerciais que são julgadas como apresentando riscos inaceitáveis para o ING.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

A função de auditoria interna constitui a terceira linha de defesa. Oferece uma avaliação independente contínua (ou seja, fora das empresas e da organização de risco) e objetiva da eficácia dos controlos internos das duas primeiras linhas, incluindo a gestão do risco financeiro e não financeiro.

O gráfico abaixo ilustra as diferentes comissões principais de administração superior existentes na estrutura de governação do risco.



Supervisão do nível de risco pelo Conselho

O ING tem uma estrutura de administração dualista que é composta pelo Conselho de Administração e pelo Conselho de Supervisão; ambas as vertentes desempenham um papel importante na gestão e monitorização do quadro de gestão do risco.

- O Conselho de Supervisão é responsável por supervisionar a política do Conselho Executivo e do Conselho de Administração Bancária, a evolução geral dos negócios do ING Group, do ING Bank e dos seus negócios (incluindo as suas políticas financeiras e estrutura da empresa). Para efeitos de gestão do risco, o CS é aconselhado por duas subcomissões:
 - A Comissão de Auditoria, que apoia o CS na monitorização da integridade das demonstrações financeiras do ING Bank, na monitorização do cumprimento dos requisitos legais e regulamentares e na monitorização da independência e desempenho dos auditores internos e externos do ING; e
 - A Comissão de Riscos, que auxilia e aconselha o CS na monitorização do perfil de risco e na aprovação dos limites de risco da empresa, bem como da estrutura e funcionamento dos sistemas internos de gestão e controlo do risco.
- O CAB é responsável por gerir os riscos associados a todas as atividades do ING Bank. As responsabilidades do CAB incluem garantir que os sistemas de controlo e gestão do risco interno são eficazes e que o ING Bank cumpre a legislação e regulamentos relevantes. Numa base regular, o CAB reporta estas questões e discute os sistemas de controlo e gestão do risco interno com o CS. Trimestralmente o CAB informa a Comissão de Riscos sobre o perfil de risco do ING contra a sua apetência pelo risco, explicando as alterações no perfil de risco.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Como membro do Conselho de Administração Bancária (CAB), o DR assegura que as questões relativas à gestão de risco são ouvidas e discutidas ao mais alto nível, estabelecendo, assim, o tom apropriado. O Diretor de Riscos (DR) dirige uma organização de risco funcional independente, tanto a nível da sede quanto a nível da unidade de negócio, que apoia os departamentos comerciais na sua tomada de decisão, mas que, ao mesmo tempo, tem poder de oposição suficiente para manter o perfil de risco dentro da apetência pelo risco definida. A cada trimestre, o DR informa as comissões do conselho sobre os níveis de apetência pelo risco do ING e sobre o perfil de risco do ING. Além disso, o DR resume os desenvolvimentos nas questões relacionadas com os riscos internos e externos às comissões do conselho e garante que as comissões do conselho compreendem os conceitos de risco específicos.

Como parte da integração da gestão do risco no processo de planeamento estratégico anual, o CAB emite, anualmente, uma Carta de Planeamento que presta a orientação estratégica da empresa e aborda questões dos principais riscos. Com base na Carta de Planeamento, as linhas de negócio e as unidades de negócio desenvolvem os seus planos de negócios que se alinham com a orientação estratégica do Banco. O processo inclui uma avaliação qualitativa e quantitativa dos riscos envolvidos. Como parte do processo, os limites estratégicos e os níveis de apetência pelo risco são explicitamente debatidos. Com base nos planos de negócios, o CAB formula o Plano Estratégico que é apresentado ao CS para aprovação.

Nível executivo

As comissões de risco descritas abaixo atuam no âmbito da política de risco geral e nas autoridades delegadas concedidas pelo Conselho de Administração Bancária:

- A Comissão da Política de Crédito Global e Comercial (GCTP) debate e aprova as políticas, metodologias e procedimentos relacionados com os riscos de crédito, negociação, país e reputação (risco ambiental e social). A GCCP reúne-se mensalmente. Além disso, a Comissão de Risco de Crédito e Comercial (CTRC) é o organismo de mais alto nível, com exceção da Comissão da Política de Crédito Global e Comercial do ING e do Conselho de Administração Bancária, autorizado a debater e aprovar políticas, metodologias e procedimentos relacionados com o Risco de Crédito;
- A Comissão de Crédito Global - Aprovação da Transação (GCC(TA)) debate e aprova as transações que a tomada de risco de crédito (incluindo risco de investimento), de país, legal e risco ambiental e social. O GCC(TA) reúne-se duas vezes por semana;
- A Comissão dos Ativos e Passivos do ING Bank (ALCO Bank) debate e aprova, mensalmente, o perfil de risco geral de todos os riscos do balanço e da gestão de capital que ocorrem como parte das suas atividades. O ALCO Bank define a política referente ao financiamento, liquidez, disparidade da taxa de juros e solvência do ING; e
- A Comissão de Riscos Não Financeiros do Banco (CRNF do Banco) é responsável pela conceção e manutenção do Quadro de Gestão de Riscos não Financeiros, incluindo a Gestão do Risco Operacional, Políticas Legais e de Conformidade, padrões mínimos, procedimentos e orientações; estrutura da CRNF; desenvolvimento de ferramentas, métodos e parâmetros fundamentais (incluindo grandes alterações) para a identificação, medição e monitorização/retrato de riscos. A frequência mínima da CRNF do Banco é, pelo menos, trimestral.

A Comissão Financeira e de Risco (CF&R) do ING Bank é uma plataforma para o DR e o Diretor Financeiro, juntamente com os seus respetivos funcionários diretos, coordenarem questões relacionadas com os domínios financeiro e do risco. Ao nível dos relatórios, a CF&R tem a responsabilidade de coordenar as decisões financeiras e de risco que têm impacto no relato interno e/ou externo. Isto inclui aconselhamento e análise de questões que afetam a condição financeira do ING.

Nível da unidade regional e de negócios

O DR é apoiado por DR regionais e/ou de unidades de negócios que se concentram em riscos específicos nas áreas geográficas e/ou comerciais das suas responsabilidades. A gestão da unidade regional e/ou de negócios do ING tem como principal responsabilidade a gestão dos riscos (riscos de crédito, mercado, financiamento e liquidez, operacionais e de conformidade) que decorrem das suas operações diárias. São responsáveis pela implementação e execução dos quadros de risco apropriados que afetam os seus negócios para garantir a conformidade com procedimentos e processos ao nível empresarial. Se necessário, a implementação é adaptada aos requisitos locais.

O DR local (regional e da unidade de negócios) é responsável pela análise, controlo e gestão dos riscos em toda a cadeia de valor (do front para o back office), com base na qual se mantém uma estrutura sólida de controlo.

Função de gestão do risco

Estrutura organizacional

Nos últimos anos, os bancos têm enfrentado pressão regulamentar e pública crescente no que diz respeito às suas políticas de gestão de risco, processos e sistemas. Foram introduzidos e implementados novos requisitos e regulamentos. Para conseguir abordar eficazmente estes desenvolvimentos e desafios internos e externos (de mercado e reguladores), o ING começou a reformular a configuração da sua organização de gestão de riscos em 2015. O objetivo dessa reformulação é oferecer um apoio mais adequado à estratégia Think Forward do Banco e aprimorar a interligação entre as responsabilidades de supervisão do risco nas unidades de negócios, por um lado, e as funções globais de risco, por outro.

Conforme anunciado em 2016, o ING está a acelerar a sua estratégia Think Forward. Assim, o ING introduziu uma série de iniciativas para melhorar a experiência do cliente, aumentar ainda mais os clientes e os empréstimos primários e aumentar a eficácia. Para o Risco, iniciou um programa de Modelo Operacional Específico (MOE) para permitir uma maior convergência das nossas operações, o que resultou na criação de uma nova organização de risco a começar a 1 de março de 2017.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

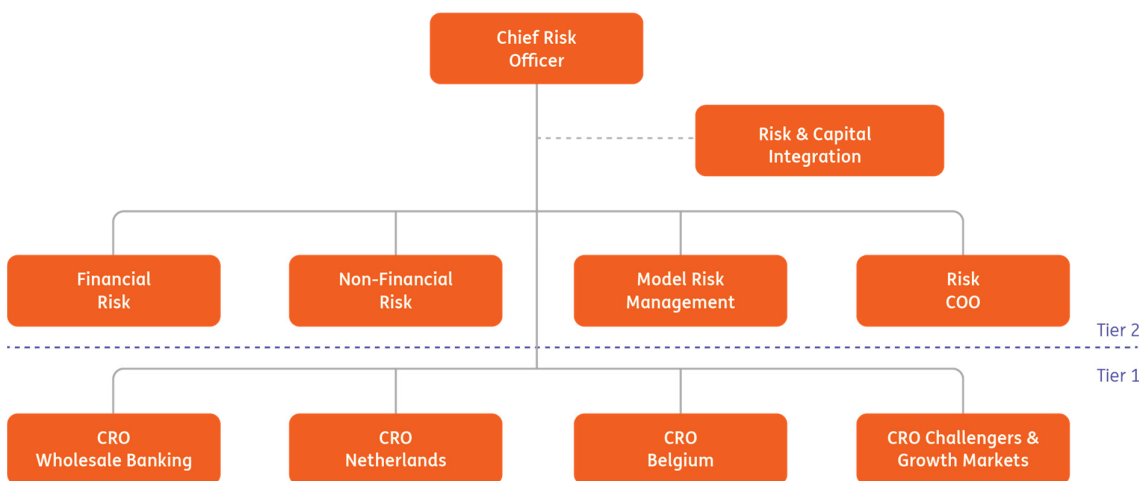
Em consonância com este MOE, a nova função global de Risco possui uma estrutura de administração dualista. Esta nova estrutura resultou de uma remodelação das tarefas executadas pela Gestão do Risco, tanto no Nível 1 quanto no Nível 2. Algumas das atividades foram transferidas da segunda para a primeira Linha de Defesa (ou seja, riscos operacionais) e também algumas responsabilidades mudaram entre o Nível 1 e o Nível 2 (ou seja, mais responsabilidade no Nível 1 para questões de risco de Nível 1). O Diretor de Riscos no Nível 1 foca-se mais na gestão do risco dentro da unidade local e no Nível 2 o foco está na definição de políticas e na monitorização do trabalho no Nível 1 (ou seja, mais responsabilidade na gestão das suas próprias questões de risco e na determinação e implementação de controlos adequados).

O Nível 1 é composto pelos DR regionais e/ou de unidades de negócios. Estes DR têm responsabilidade direta pelas decisões de risco (mitigação) na respetiva área de responsabilidade e reportam diretamente ao DR do ING e ao diretor da sua área regional e unidade de negócios. Este sistema duplo de relato visa garantir que a função local de gestão do risco é independente das funções operacionais e que está alinhada com as políticas e metas do risco empresarial.

O Nível 2 inclui os departamentos de risco empresarial chefiados por Diretores-Gerais que reportam diretamente ao DR. Os departamentos de risco empresarial apoiam o DR para definir a apetência pelo risco, desenvolver as políticas empresariais, regras e procedimentos globais e gerir a estrutura de risco. São compostos por 4 departamentos principais, Risco Financeiro, Risco Não Financeiro, Gestão do Modelo de Risco e o Diretor de Operações de Risco. O objetivo do Risco Financeiro (RF) é definir a estratégia de risco em toda a organização para controlar o risco financeiro e o risco regulamentar relacionados com as finanças, enquanto o Risco Não Financeiro (RNF) se foca nos riscos operacionais e de conformidade. A Gestão do Modelo de Risco é responsável pela definição de políticas no domínio do modelo de risco, validando modelos regulamentares e não regulamentares. O último departamento é o Diretor de Operações de Risco que funciona como um Centro de Serviços Partilhados para a comunidade global de risco. Além disso, os Diretores-Gerais e o DR são responsáveis pela harmonização e uniformização das práticas de gestão do risco.

O DR tem um departamento de pessoal implementado: O departamento de Integração de Risco e Capital reporta funcionalmente ao DR e é responsável por tópicos de risco abrangentes como a apetência pelo risco, divulgações, planeamento de recuperação e resolução e testes de esforço. O departamento de Integração de Risco e Capital está envolvido no planeamento de capital e de balanço financeiro e na gestão do Processo de Avaliação da Adequação de Capital Interna (PAACI). Até ao final de 2017, o departamento de Integração de Risco e Capital contava com uma linha de relato dupla, funcionalmente ao DR e hierarquicamente ao Diretor de Gestão de Capital. A partir de 1 de janeiro de 2018, a linha de relato dupla foi alterada para uma única linha de relato para o DR.

O organograma abaixo ilustra as linhas de relato de 2017 para a organização de riscos:



Políticas, procedimentos e padrões de risco

O ING dispõe de uma estrutura de políticas, procedimentos e padrões mínimos de risco implementados para criar consistência em toda a organização e para definir os requisitos que são obrigatórios a todas as unidades de negócios. O objetivo da estrutura de governação das unidades de negócios locais é estar em consonância com a estrutura do ING e cumprir os requisitos locais (regulamentares). A gestão sénior é responsável por garantir que as políticas, procedimentos e padrões são implementados e cumpridos. As políticas, procedimentos e padrões são regularmente revistos e atualizados através das comissões de risco relevantes para refletir as alterações nos mercados, produtos e práticas.

Gestão e validação do modelo de risco

Os modelos de risco são elaborados segundo as normas de metodologia de modelação do risco de crédito interno e o ciclo de vida do modelo e de acordo com os requisitos regulamentares. Após análise e documentação detalhadas do modelo pelos departamentos de Desenvolvimento de Modelos (MD) e Gestão de Risco do Modelo (MRM), as comissões de risco de modelos específicos para cada tipo de risco aprovaram novos modelos. Após aprovação pela comissão de risco específica e, quando necessário, pelo regulador, é implementado e aprovado um novo modelo de risco. Além disso, a Gestão de Risco do Modelo (MRM) valida cada modelo regularmente. Os resultados da validação e o impacto no capital são reportados trimestralmente à gestão sénior, à comissão de risco e ao supervisor.

Um departamento independente de Gestão de Risco do Modelo (MRM) é um dos pilares da gestão do modelo de risco do ING. Consiste num processo de determinação de que um modelo é apropriado para a sua utilização pretendida. É um processo contínuo pelo qual a fiabilidade do modelo é verificada em diferentes fases durante o seu ciclo de vida: no momento da conceção, antes da aprovação, periodicamente após a implementação e quando são feitas alterações significativas no modelo. O processo de validação contém uma mistura de provas de desenvolvimento, verificação do processo e análise do resultado.

O departamento de Gestão de Risco do Modelo (MRM) analisa, de forma independente, o desempenho dos modelos de risco do ING. Além disso, para (i) avaliar os parâmetros do modelo subjacente, (ii) garantir a aplicação contínua dos modelos nas carteiras relevantes e (iii) debater o desempenho do modelo com o front office e os utilizadores de risco dos modelos, a MRM também (iv) testa o desempenho observado de um modelo (e seus componentes) com o nível previsto. Quando os resultados observados se desviam dos resultados previstos, o modelo torna-se candidato a uma nova calibração ou novo desenvolvimento.

Cultura de risco

O quadro de gestão do risco baseado no modelo de gestão das três linhas de defesa é eficaz quando existe uma cultura de risco sólida e consistente em toda a organização. A reputação e integridade da organização do ING são consideradas requisitos fundamentais para funcionar com sucesso no mundo financeiro. Promove a consciência de valores, ideias e objetivos partilhados coletivamente mas, também, de potenciais ameaças e garante a conformidade dos objetivos de desempenho individual com uma estratégia a curto e longo prazo. O ING acredita que integrar a cultura de risco e consciencialização na organização leva a uma gestão de risco eficaz. O ING visa, portanto, tornar as responsabilidades de risco transparentes nos diferentes níveis da organização e responsabilizar cada funcionário pelos seus atos.

Comumente vista como normas e tradições de comportamento dos indivíduos e dos grupos dentro de uma organização, a cultura de risco determina a forma como os funcionários identificam, compreendem, debatem e atuam sobre os riscos com que a organização é confrontada e os riscos que enfrenta. Esta é um percurso e compromisso a longo prazo. A este respeito, o Orange Code foi definido como uma declaração de quem somos. Descreve o que podemos esperar uns dos outros quando viermos trabalhar todos os dias. É um conjunto de normas que valorizamos coletivamente, que nos esforçamos por cumprir e pelo qual os outros nos devem avaliar.

O Orange Code é a soma de duas partes, os Valores do ING e os Comportamentos do ING, sendo a integridade um princípio importante. Os Valores do ING (ser honesto, prudente e responsável) são concebidos para serem promessas não negociáveis que fazemos ao mundo, princípios procuramos cumprir, independentemente de tudo. Os Comportamentos do ING (assumir e fazer acontecer, ajudar os outros a serem bem-sucedidos e estar sempre um passo à frente) representam a nossa forma de nos diferenciarmos. O Orange Code está integrado nos compromissos que assumimos entre nós e os padrões pelos quais avaliaremos o desempenho de cada um.

Para apoiar a integração da cultura de risco nas práticas empresariais, o ING iniciou diferentes programas e emitiu várias diretrizes. A sensibilização para os riscos é estar alerta a potenciais ameaças que possam ocorrer durante os negócios do dia-a-dia, que podem ser específicas para o setor, região ou os clientes com quem o ING está a negociar. Parte do programa de formação para aumentar a consciencialização do risco temos o Programa de Promoção da Integridade (PPI), que é um programa de mudança global, educacional e comportamental a longo prazo apoiado pelo CAB para todos os funcionários do ING. Com o programa, o ING visa ganhar uma cultura de risco sólida e garantir que cada funcionário, em qualquer parte da organização, compreende como as suas ações e comportamento podem ajudar a conquistar e a manter a confiança dos clientes e das partes interessadas. Recentemente, foram acrescentados módulos adicionais com temas atuais ao programa, entre outros, sobre integridade e segurança cibernética. Para aumentar a sensibilização para os riscos, estes temas são debatidos entre os gestores e os funcionários através de sessões de debate organizadas pelos gestores dentro das suas equipas para criar um entendimento claro e consistente. A aprovação do nível executivo e a ênfase na comunicação fortalecem a cultura.

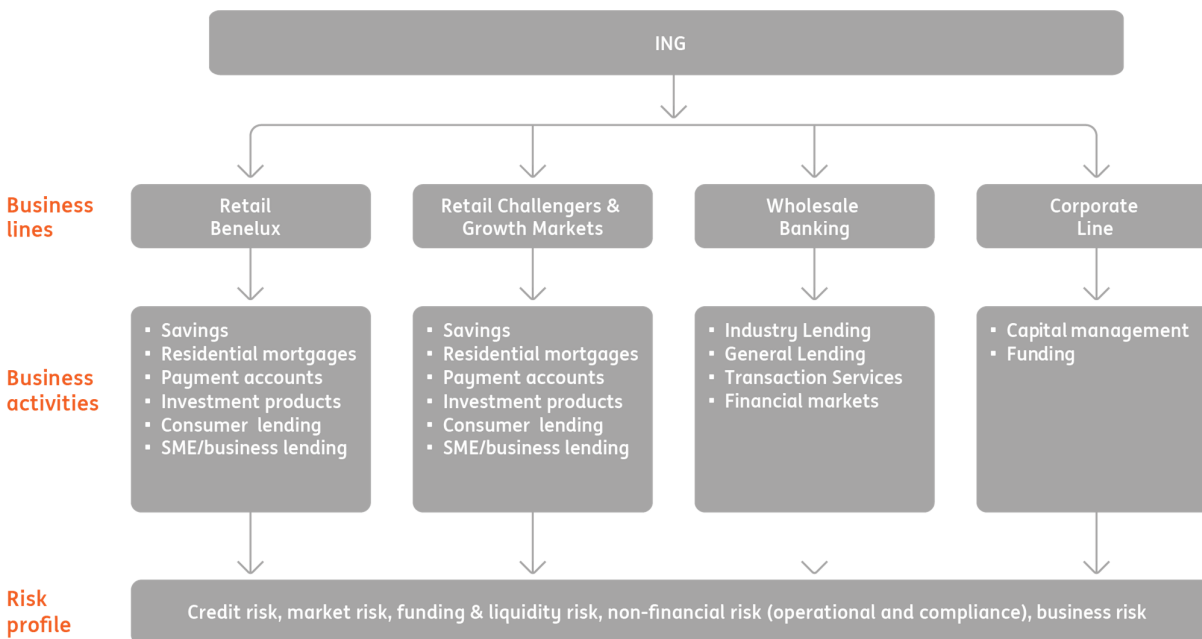
Nos Países Baixos, os funcionários de todas as instituições financeiras, e isso inclui o ING, têm de fazer o «Banker's Oath». Este requisito legal entrou em vigor a 1 de abril de 2015 como parte da abordagem conjunta de todos os bancos, conhecida como «Future-oriented Banking». Com a introdução de tal regulamentação social, a revisão do Código Bancário Holandês e a implementação de um «banker's oath» (com as regras de conduta e do direito disciplinar associadas), os bancos querem mostrar à sociedade o que representam e aquilo em que podem ser responsabilizados, tanto como bancos individuais como pelo setor bancário como um todo.

Por último, o ING visa alinhar a sua política de remuneração com o seu perfil de risco e os interesses de todas as partes interessadas. Para obter mais informações sobre as políticas de compensação e benefícios do ING e da sua relação com o risco assumido, consulte a «Divulgação de Remuneração do Regulamento de Requisitos de Fundos Próprios (RFP)» publicada no site da empresa ing.com. <https://www.ing.com/About-us/Annual-reporting-suite.htm>

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Perfil do risco

A tabela abaixo oferece informações de alto nível sobre os riscos decorrentes das atividades empresariais do ING.



Processo do Ciclo de Risco

O ING utiliza uma abordagem de gestão de risco passo a passo para monitorizar, mitigar e gerir os seus riscos financeiros e não financeiros. A abordagem consiste num ciclo de cinco atividades recorrentes: identificação do risco, avaliação do risco, controlo do risco, monitorização do risco e participação do risco. Em suma, isto implica: determinar quais são os riscos, avaliar quais desses riscos podem ser realmente prejudiciais, tomar medidas mitigadoras para controlar esses riscos, monitorizar o desenvolvimento do risco e se as medidas tomadas são eficazes e reportar os resultados à administração em todos os níveis relevantes que lhe permitam agir quando necessário.

A recorrência é dupla. Um: a identificação, avaliação, revisão e atualização das medidas mitigadoras são feitas periodicamente. Dois: o exercício de monitorização periódica pode indicar riscos emergentes, que os riscos conhecidos estão a mudar, que os níveis de risco avaliados estão a mudar ou que as medidas de controlo não são suficientemente eficazes. Uma análise mais aprofundada destes resultados pode resultar numa identificação e/ou avaliação dos riscos e/ou alteração das medidas de mitigação renovadas e mais frequentes.



Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Identificação de riscos

A identificação de riscos é um esforço conjunto do negócio comercial e as funções de gestão de riscos. O seu objetivo é detetar potenciais novos riscos e determinar alterações nos riscos conhecidos. A identificação de riscos regular é essencial para a eficácia e eficiência da gestão de riscos. Os potenciais riscos que não são identificados, não serão controlados e monitorizados e, mais tarde, pode levar a algumas surpresas. Os riscos conhecidos mudaram ao longo do tempo e, como consequência, as medidas de mitigação existentes e a monitorização podem ser inadequadas ou obsoletas.

A identificação de riscos é realizada periodicamente. Em caso de alteração material interna ou externa, pode ser realizada uma identificação de riscos *ad-hoc* adicional.

Avaliação dos riscos e controlo

Cada risco identificado é avaliado para determinar a importância, ou nível de risco, do risco para a entidade do ING no contexto. Isto permite que a entidade possa decidir qual dos riscos identificados precisa de medidas de controlo e quão rigorosas ou tolerantes estas medidas devem ser. Os riscos conhecidos são reavaliados para confirmar o nível de risco ou detetar uma alteração.

A importância de um risco é avaliada com base na probabilidade de ocorrência do risco e o consequente risco financeiro ou de reputação, caso o risco ocorra. Os riscos improváveis com um impacto potencialmente alto precisam de ser controlados. Para um risco que provavelmente ocorrerá regularmente, mas que se espera que tenha um impacto financeiro modesto, a gestão empresarial pode decidir não mitigar e aceitar as consequências quando isso acontecer.

Os riscos podem ser controlados por medidas de mitigação que baixam a probabilidade de ocorrência do risco ou medidas que baixam o impacto quando estes ocorrem. A medida de último recurso para baixar o risco é parar a atividade ou serviço que causa o risco (prevenção de riscos). As medidas de controlo/mitigação dos riscos são definidas e mantidas ao nível do Banco e ao nível local.

Monitorização e comunicação

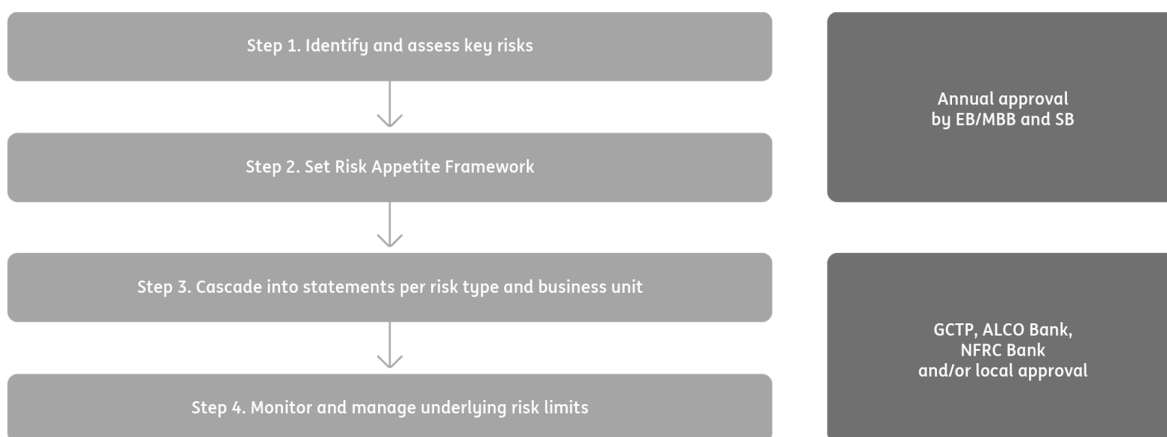
Ao monitorizar as medidas de controlo dos riscos, o ING verifica se estas são executadas, se estão em conformidade, se têm os efeitos de mitigação esperados e se seguem o desenvolvimento dos riscos e os seus níveis de risco. A comunicação de riscos disponibiliza à alta administração e à administração local as informações de que precisam para gerir o risco.

Quadro da Apetência pelo Risco

O ING usa uma abordagem integrada de gestão de riscos para as suas atividades bancárias. O CAB utiliza o Quadro da Apetência pelo Risco (QAR) para definir limites para o processo de orçamentação do Plano a Médio Prazo (PMP) e para monitorizar e gerir o atual perfil de risco em relação à apetência pelo risco.

Processo

O processo de apetência pelo risco do banco está focado em definir a apetência ao nível do Banco consolidado e em diferentes categorias de risco. O quadro da apetência pelo risco (QAR) é aprovado pelo CS anualmente, ou mais frequentemente, se necessário, com base na sua revisão trimestral no Conselho Executivo, no Conselho de Administração Bancária e no Conselho de Supervisão. É, essencialmente, um processo do topo para a base, que se baseia na ambição do Banco em termos do seu perfil de risco e é uma função dos níveis de capital e liquidez e ambições, o contexto regulamentar e o contexto económico. O processo é definido de acordo com as seguintes etapas:



Etapa 1. Identificar e avaliar os principais riscos do ING

Definir o Quadro da Apetência pelo Risco começa com uma etapa multidimensional para identificar e avaliar os riscos que o ING enfrenta ao executar a sua estratégia. Esta etapa inclui as seguintes ações que são executadas anualmente:

- detetar os riscos não identificados que ainda não são controlados no âmbito da função de gestão do risco do ING e avaliar o seu potencial impacto;
- elaborar um quadro de referência do atual quadro de risco contra os desenvolvimentos regulamentares;
- reavaliar os riscos conhecidos para confirmar o nível de risco ou detetar potenciais alterações; e
- refletir sobre o atual conjunto de Demonstrações de Apetência pelo Risco.

Esta avaliação do risco anual que serve como contributo na definição da apetência global pelo risco - de acordo com o seu modelo de negócios e ambição de risco - está elaborada da seguinte forma: O ING Bank tem a ambição de ser e permanecer um banco forte, resiliente a possíveis eventos adversos numa base autónoma e capaz de lidar com esses desenvolvimentos com base nos seus próprios pontos fortes e recursos.

Para conseguir executar a estratégia, o ING formulou as seguintes metas de risco e de capital:

- ter uma notação forte o suficiente para apoiar a execução do plano de emissão de Financiamento e Capital do ING;
- conseguir restaurar a posição de capital e liquidez após uma situação de stress pelos seus próprios meios;
- estar em condições de cumprir os requisitos e metas regulamentares atuais e futuras; e
- ter um perfil de risco que se compara favoravelmente com os seus principais pares bancários.

Etapa 2. Definir o Quadro da Apetência pelo Risco

Com base na avaliação do risco e na ambição de risco do ING, são definidas metas específicas para os riscos financeiros e não financeiros:

Risco financeiro

Para os riscos financeiros, o ING Bank expressa a sua apetência pelo risco como uma tolerância permitida aos principais indicadores que se desviem dos seus níveis alvo. Portanto, a ambição de risco de alto nível traduz-se em objetivos quantitativos para o risco de solvência, risco de liquidez e financiamento e para o risco de concentração.

A **apetência pelo risco de solvência** está estreitamente alinhada com atividades e políticas de gestão de capital. O ING Bank determinou tolerâncias para a sua posição de solvência ponderada pelo risco (rácio CET1), para a solvência não ponderada pelo risco (rácio de alavancagem), para uma solvência baseada num valor mais económico (utilização de capital económico expressa através do Requisito de Fundos Próprios Geral do Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão) e para uma apetência pelo risco prospetiva para a variabilidade de lucros (lucros em risco). O rácio CET1 e as demonstrações de alavancagem da apetência pelo risco de solvência, bem como a demonstração de rentabilidade, não são apenas comparadas ao atual nível relatado, mas também incluem o potencial impacto de um evento de stress normalizado e pré-determinado que ocorre a cada 1 em 10 anos (ou seja, a um nível de confiança de 90 % com um período de tempo de um ano). Com base neste cenário de ligeira tensão, o impacto sobre os lucros, reserva de reavaliação e ativos ponderados pelo risco (APR) do ING é calculado (estes são rotulados como lucros em risco, reserva de reavaliação em risco e APR em risco). Além disso, o impacto no valor económico é calculado quando se cumpre um cenário de tensão mais adverso para o capital económico. Estes números são utilizados como contributo para uma simulação de dois anos que retrata o desenvolvimento do nível de solvência do ING contra a sua apetência pelo risco.

A gestão do **risco de liquidez e financiamento** tem duas dimensões: a gestão do risco de liquidez foca-se em ter uma reserva suficiente para lidar com uma situação a curto prazo, a gestão do risco de financiamento garante uma conformidade a longo prazo com os objetivos internos e externos.

A gestão do risco de financiamento e liquidez foca-se no «negócio habitual» (baseado no perfil de liquidação para mostrar a aderência dos depósitos combinados com a liquidação de ativos sem nova produção) e sobre uma situação de pressão. Na situação de tensão, para o risco de liquidez utilizamos o tempo para sobreviver a um cenário específico, enquanto para o risco de financiamento nos focamos em ter um perfil de financiamento estável.

A **apetência pelo risco de concentração** definida no nível consolidado é diretamente traduzida em limites correspondentes nas demonstrações de apetência pelo risco subjacentes para o risco de rentabilidade, risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez e financiamento. Podem encontrar-se mais detalhes nas secções dedicadas (risco de crédito, risco de mercado e risco de financiamento e liquidez).

A demonstração de **apetência pelo risco de negócios** está focada na estabilidade e diversificação dos lucros, uma vez que arriscar tudo de uma vez reduz o risco de que os volumes e/ou margens caiam repentinamente devido a alterações inesperadas no ambiente de negócios para determinados mercados e produtos. O ING determinou, para o seu risco de negócio, uma declaração de segmentação geográfica através da combinação de negócios e uma declaração de classificação do rendimento total (com base num mínimo de Receitas de taxas e comissões).

Risco não financeiro

Para os riscos não financeiros, os níveis são definidos de acordo com o que o ING está disposto a tolerar na procura pelos objetivos estratégicos do banco, para garantir que a atual exposição ao risco da organização é compatível com os seus objetivos estratégicos e que a exposição para além dos níveis do risco de tolerância são atempadamente identificados e postos em prática.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

O ING mede e monitoriza a sua exposição a riscos não financeiros numa base contínua através da avaliação dos riscos, da análise de cenários e de ações de mitigação como consequência dos resultados da auditoria e da avaliação do risco. A agregação dos níveis de risco avaliados é expressa num valor de perda esperada sobre o risco não financeiro, que é comparado aos níveis de tolerância conforme capturados nas Demonstrações de Apetência pelo Risco (DAR) do Risco Não Financeiro com base numa percentagem do rendimento do Plano a Médio Prazo (PMP). Além disso, as perdas reais reportadas por ano do relato financeiro e as percentagens ponderadas em atraso para as conclusões da auditoria e avaliação de risco devem estar abaixo de um determinado limite. Os níveis de risco não financeiro gerais e as violações de tolerâncias são periodicamente comunicadas através do Painel de Risco Não Financeiro (PRNF). O PRNF oferece uma visão geral dos principais riscos dentro das áreas de risco não financeiro numa base trimestral. As alterações no capital também são monitorizadas e comunicadas no PRNF. Caso os eventos de risco façam com que o ING avance para ou para além do nível de tolerância, a administração é obrigada a tomar medidas.

Em relação ao risco de conformidade, o ING visa cumprir as suas obrigações, aderir ao espírito, bem como à letra das leis e regulamentos aplicáveis, às políticas e normas mínimas do ING, aos valores e comportamentos definidos no Orange Code e intervir, de forma rápida e diligente, em relação às violações de conformidade identificadas.

Etapa 3. Encadeamento nas demonstrações por tipo de risco e por unidade de negócio

A apetência pelo risco traduz-se por tipo de risco, que transmitido de forma descendente para a organização até ao nível mais baixo. As demonstrações de apetência pelo risco são entra traduzidas em limites de risco subjacentes dedicados que são utilizados para a monitorização e gestão diárias dos riscos do ING.

Para os riscos financeiros, é implementada uma sequência de diferentes quadros de apetência pelo risco para enfrentar os riscos mais significativos. Isto implica que exista todo um quadro de limites de risco de crédito que monitoriza a qualidade global da carteira de crédito do ING e de todas as carteiras subjacentes. Além disso, as apetências pelo risco de concentração específica são definidas a nível do produto, a nível geográfico e a nível da contraparte (nome único) que são encadeados na organização. A apetência pelo risco para as atividades da carteira de negociação dentro dos Mercados Financeiros é acompanhada por um quadro da apetência pelo risco para os riscos de mercado nas carteiras bancárias. Para ambos os tipos de risco de mercado, os limites ao nível do ING são traduzidos para a organização. As demonstrações de apetência pelo risco de financiamento e liquidez que são definidas ao nível do ING são traduzidas para a organização, tendo em consideração a situação específica de financiamento e liquidez de cada unidade (individual). A apetência pelo risco para o risco não financeiro é encadeada nas divisões e unidades de negócios através de um conjunto de demonstrações quantitativas e qualitativas. A apetência pelo risco ao nível do ING aplica-se a todas as divisões e unidades de negócios. O conjunto de demonstrações de apetência pelo risco serve como contributo para o processo do Plano a Médio Prazo (PMP), bem como para estabelecer indicadores-chave de desempenho e metas para a alta administração.

Etapa 4. Monitorizar e gerir os limites de risco subjacentes

A fim de verificar que permanece dentro do quadro da apetência pelo risco, uma vez que está a executar o seu orçamento, o ING comunica, regularmente, as suas posições de risco vis-à-vis com os seus limites às comissões de gestão sénior. O Relatório de Gestão de Risco e Capital que reflete a exposição do ING contra os alvos da apetência pelo risco é apresentado trimestralmente, após discussão pela CF&R, ao Conselho Executivo, à Comissão Administrativa Bancária e ao (Comissão de Riscos do) Conselho de Supervisão.

Testes em tensão

Os testes de esforço são uma importante ferramenta de gestão do risco que oferece contributos para as decisões estratégicas e o planeamento de capital. O objetivo do teste de esforço é avaliar o impacto de cenários de tensão plausíveis mas graves na posição de capital e liquidez do ING. Os testes de esforço oferecem informações sobre as vulnerabilidades de certas carteiras, em relação a circunstâncias macroeconómicas adversas, mercados financeiros em esforço e alterações no clima (geo)político.

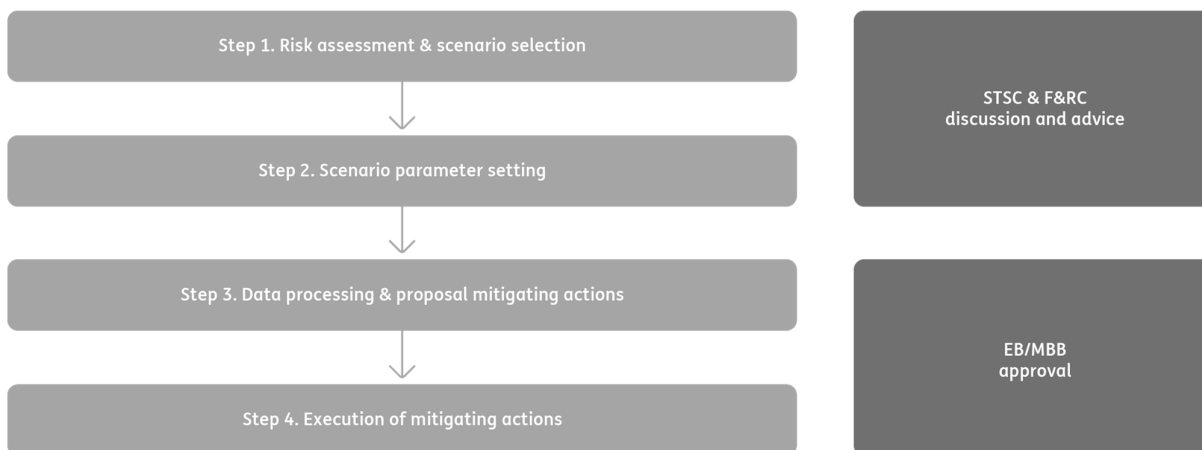
Tipos de teste de esforço

Dentro do ING são realizados diferentes tipos de testes de esforço. Os tipos de testes de esforço mais abrangentes são as análises a cenários de toda a empresa, que envolvem a criação de hipóteses de cenários para todas as variáveis macroeconómicas e de mercado financeiro relevantes em todos os países relevantes para o ING. Geralmente, estes pressupostos seguem uma narrativa qualitativa que oferece antecedentes para o cenário. Além de análises a cenários de toda a empresa, o ING também executa análises a cenários para um país ou carteira específico. Além disso, são realizadas análises de sensibilidade que salientam um ou mais desencadeadores de risco; normalmente sem uma narrativa do cenário subjacente. O cenário de tensão de 1 em 10 anos utilizado no quadro da apetência pelo risco é um exemplo de uma análise de sensibilidade. Por último, o ING também realiza testes de esforço inversos que visam determinar os cenários que levariam a um resultado adverso grave pré-definido.

Processo

O processo do teste de esforço do ING é constituído por várias etapas que são resumidas no diagrama abaixo.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

**Etapa 1. Avaliação de riscos e seleção de cenários**

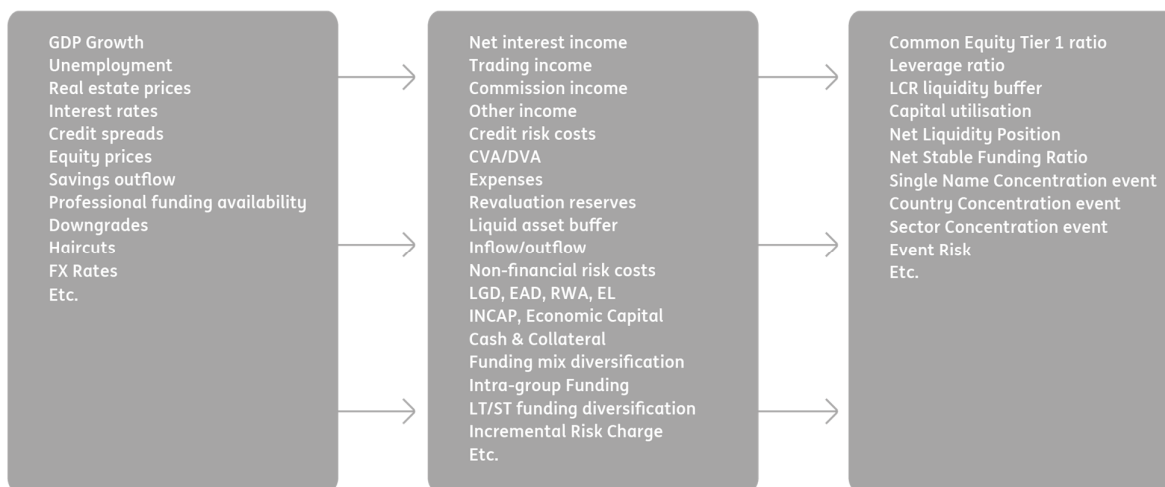
O ING determina formalmente os seus principais riscos anualmente, através da execução de uma chamada avaliação do risco. A administração sénior, os representantes da empresa e os especialistas em risco estão envolvidos neste processo que abrange riscos em circunstâncias macroeconómicas, desenvolvimentos políticos e regulamentares, bem como riscos específicos das carteiras. Com base na avaliação do risco, os cenários são selecionados para serem avaliados no restante ano. Os resultados da avaliação do risco e da seleção de cenários foram debatidos e aprovados na Comissão de Coordenação de Testes de Esforço (CCTE). Todas as partes interessadas estão representadas na CCTE, tal como os representantes dos diferentes departamentos de Risco Empresarial, Gestão de Capital, Finanças e organização da Investigação Global. A CCTE apresenta os resultados da avaliação do risco e da seleção de cenários à CF&R para debate e aconselhamento.

Etapa 2. Definição de parâmetros de cenários

Após a determinação dos cenários de nível elevado, é necessária uma maior elaboração dos mesmos. O âmbito, os pressupostos e os parâmetros de entrada, como o crescimento do PIB, as taxas de desempregos, as taxas de juros e as alterações aos preços dos imóveis, são definidos pelos países envolvidos no exercício. Os parâmetros são debatidos e aprovados na CCTE e, posteriormente, na CF&R.

Etapa 3. Processamento de dados & ações de mitigação propostas

Quando os parâmetros do cenário tiverem sido finalizados, o impacto do cenário na posição de solvência e liquidez é determinado. Com base nos valores de cenários para as variáveis macroeconómicas e financeiras de mercado, o impacto sobre, entre outros, os Lucros e Perdas, as reservas de reavaliação, os APR e a gestão da reserva de liquidez é calculado. Estes resultados são subsequentemente utilizados para calcular a evolução dos índices de liquidez e solvência relevantes, como o rácio de fundos próprios principais de nível 1 (CET1), o rácio de alavancagem e a posição de liquidez.



Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Como para as etapas anteriores, os impactos calculados do cenário são primeiramente debatidos e aprovados na CCTE, e depois, na CF&R. Dependendo dos resultados do teste de esforço, e da probabilidade do cenário, podem ser propostas ações de mitigação. A aprovação destas ações de mitigação ocorre no Conselho Executivo e no Conselho de Administração Bancária.

Etapas 4. Execução das ações de mitigação

Depois de o CAB aprovar as ações de mitigação, estas precisam de ser implementadas. As ações de mitigação podem incluir, nomeadamente, a venda ou transferência de ativos, redução dos limites de risco, intensificação dos nossos contactos com reguladores ou outras entidades.

Metodologia

Para calcular o impacto dos cenários, são utilizados modelos detalhados e abrangentes. Nestes modelos, a análise estatística é combinada com a opinião de especialistas para garantir que os resultados refletem adequadamente as hipóteses do cenário. As metodologias são granulares e específicas de cada carteira e utilizam diferentes variáveis macroeconómicas e de mercado como variáveis de entrada. Os modelos de teste de reforço estão sujeitos a uma revisão minuciosa pelo departamento da Validação do Modelo.

Capital Económico e Capital Regulamentar

O Capital Económico (CE) e o Capital Regulamentar (CR) são as principais fontes de afetação do capital dentro do ING. Estas duas métricas de capital são utilizadas para determinar o montante de capital que uma transação ou unidade de negócios necessita para suportar os riscos económicos e regulamentares que representam. O conceito de CE difere do conceito de CR no sentido em que o CR é o montante de capital obrigatório que é definido no âmbito do Pilar I, enquanto o CE é a melhor estimativa do capital do Pilar II que o ING utiliza internamente para gerir o seu próprio risco. O CE é uma medida não contabilística que está inerentemente sujeita a alterações dinâmicas e que é atualizado como resultado da composição da carteira do ING e desenvolvimentos gerais de mercado. O ING recalibra continuamente os pressupostos subjacentes ao seu modelo de capital económico que podem afetar os valores do CE futuramente.

O CE é definido como o montante de capital que uma transação ou unidade de negócios necessita para suportar o risco económico que representa. O CE foca-se nas atividades bancárias consolidadas do ING Bank e, portanto, disponíveis apenas para esse âmbito. No geral, o CE é medido como a perda inesperada acima da perda esperada num determinado nível de confiança. Esta definição de capital económico está em conformidade com a definição do valor líquido do mercado (ou excedente). O cálculo do CE é utilizado como parte do Processo de Avaliação da Adequação de Capital Interna (PAACI) do Pilar II dos RFP/DFP IV e do Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (PRAS) que é realizado regularmente pelo supervisor.

Foram estabelecidos os seguintes princípios e definições fundamentais para o modelo:

- O ING Bank utiliza um nível de confiança unilateral de 99,95 % e um horizonte temporal de um ano para calcular o CE;
- Supõe-se que todas as fontes mensuráveis de risco atualmente conhecidas estão incluídas;
- Os melhores pressupostos de risco estimados são tão objetivos quanto possível e baseiam-se em análises estatísticas minuciosas.
- O cálculo do CE baseia-se em princípios de justo valor. Quando existem mercados completos e eficientes, o justo valor é igual ao valor de mercado;
- Os cálculos do CE são feitos numa base antes de impostos e não consideram o efeito dos requisitos regulamentares sobre os níveis de capital; e
- O quadro não inclui qualquer valor da franquia de negócio, a intervenção de gestão discricionária ou futuros volumes de negócios e margens.

Contexto regulamentar

Após a turbulência nos mercados financeiros e a consequente necessidade de os governos prestarem ajuda às instituições financeiras, as instituições financeiras têm estado sob maior escrutínio do público, supervisores e reguladores. Isto resultou em regulamentos mais rigorosos destinados a evitar futuras crises no sistema financeiro e na ajuda dos contribuintes no futuro.

Revisões de Basileia III, RFP/DFP IV e futuros regulamentos

A 23 de novembro de 2016, a Comissão Europeia publicou propostas legislativas para alterar e suplementar algumas provisões da Diretiva dos Requisitos de Fundos Próprios (DFP), o Regulamento de Requisitos de Fundos Próprios (RFP), a Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária (DRRB) e o Regulamento do Mecanismo Único de Resolução Europeu (o regulamento do MUR). As propostas são abrangentes e poderão ter efeitos significativos no ING, incluindo no que se refere à capacidade total de absorção de perdas (CTAP) ou ao requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis (RMPE) que tem de manter. A 25 de outubro de 2017, foi anunciado que o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão chegaram a um acordo sobre os elementos de revisão da Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária (DRRB), dos Requisitos de Fundos Próprios (RFP) e da Diretiva sobre os Requisitos de Fundos Próprios (DFP) propostos em novembro de 2016. O primeiro texto consolidado dos Requisitos de Fundos Próprios (RFP) com as alterações à proposta inicial da Comissão foi partilhado com as delegações. Isto mostra que as discussões do Conselho estão a progredir rapidamente, chegando a um acordo sobre a maior parte dos tópicos.

Em dezembro de 2017, as revisões dos acordos de Basileia III foram anunciadas formalmente pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (CBSB). Estas novas regras prudenciais para bancos consistem numa revisão da abordagem padronizada do risco de crédito, a introdução de um limite mínimo de capital baseado em abordagens padronizadas, a utilização de modelos internos, a limitação de opções para a modelagem de riscos operacionais e novas regras para o estabelecimento de elementos ponderados pelo risco e linhas de crédito não utilizadas nos bancos. O ING acredita que é positivo que haja agora mais clareza. Com uma longa fase de implementação e a transposição para a regulação da UE ainda pendente, há ainda algumas dúvidas sobre como isto tomará forma. Vamos satisfazer os requisitos finais e, como anteriormente, continuaremos a executar a nossa estratégia para os nossos clientes e a oferecer crescimento com bons retornos.

Princípios para a Agregação Efetiva de Dados de Risco e Participação do Risco

Em janeiro de 2013, o Comitê de Basileia de Supervisão Bancária (BCBS) publicou os Princípios para a Agregação Eficaz de Dados de Risco e Comunicação de Riscos (também conhecido como BCBS239). O BCBS239 consiste em catorze princípios para reforçar as práticas de agregação de dados de risco e de participação do risco do banco. Implementar coletivamente estes princípios irá aumentar a gestão do risco e os processos de tomada de decisões nos bancos. Os bancos indicados como BISG, incluindo o ING, foram obrigados a implementar os princípios até 2016.

A implementação pelas nossas equipas dedicadas abrangeu todos os princípios importantes do BCBS239, o que resultou em melhorias em toda a cadeia de gestão de dados e de comunicação. Ao incorporar os princípios do BCBS239 no Quadro de controlo interno do ING, os princípios tornaram-se um fomentador chave das práticas de agregação de dados e de participação do risco do ING. Além disso, no ambiente atual em constante alteração, o ING garantirá que as práticas chave de agregação de dados de risco e de participação do risco do ING permanecem em linha com os princípios do BCBS239.

Análise Direcionada dos Modelos Internos

De modo a tornar os níveis de capital mais comparáveis e reduzir a variabilidade nos modelos internos dos bancos, em junho de 2017, o Banco Central Europeu (BCE) apresentou a Análise Direcionada dos Modelos Internos (ADMI) para avaliar a fiabilidade e comparabilidade entre os modelos dos bancos. A ADMI ajuda a criar igualdade de condições de concorrência, harmonizando as orientações regulamentares em torno dos modelos internos, e o principal objetivo é restaurar a confiança na utilização de modelos internos pelos bancos europeus. As consequências operacionais da prática da ADMI foram significativas. Espera-se que a ADMI seja concluída em 2019 e que possa influenciar o ING através de uma regulamentação mais rigorosa dos modelos internos.

Riscos superiores e emergentes

Os riscos indicados abaixo são definidos como os riscos materiais existentes e emergentes que poderão ter um impacto potencialmente significativo na nossa posição financeira ou no nosso modelo de negócios. Poderão ter um impacto material na reputação da empresa, apresentar volatilidade em resultados futuros de operações ou ter impacto na estratégia a médio e longo prazo do ING, incluindo a capacidade de pagar dividendos, manter níveis adequados de capital ou cumprir as metas de capital e do rácio de alavancagem. Um risco emergente está definido como um risco com potencial de ter um efeito negativo significativo no nosso desempenho, mas que é atualmente difícil de quantificar em termos de impacto na organização em comparação com outros fatores de risco que não são identificados como riscos emergentes.

Os tópicos surgiram como parte da Avaliação de risco anual efetuada no âmbito do Quadro de Teste de esforço ou no Quadro da Apetência pelo Risco. A sequência em que os riscos são apresentados abaixo não indica a sua probabilidade de ocorrência nem a magnitude possível das suas consequências financeiras.

Durante 2017, os nossos principais riscos e os riscos emergentes sofreram várias alterações. Os principais riscos em 2017 ainda estão relacionados com a decisão do Brexit, o cibercrime e as baixas taxas de juros persistentes. Adicionalmente, o «Risco de alteração climática» continua a ser um risco emergente, refletindo o impacto que uma deterioração do clima poderá ter na posição financeira e/ou reputação do ING.

Desenvolvimentos macroeconómicos

O contexto económico melhorou ainda mais em 2017, marcado por um forte crescimento nos Estados Unidos e uma recuperação sólida na zona euro. No entanto, o resultado do Brexit, as baixas taxas de juros persistentes e os riscos geopolíticos são fontes de incerteza.

O ambiente sustentado de taxas de juro baixas na Europa, onde os bancos centrais tinham as suas taxas muito baixas e até níveis negativos, tiveram um impacto negativo a curto prazo, assim como taxas de mercado a longo prazo. A posição típica da taxa de juros no ING é que a duração dos ativos é ligeiramente superior à duração dos passivos. Tendo em conta esta disparidade, a diminuição das taxas de juro está, em condições normais, favorável para o rendimento de juros do ING: os passivos têm alterações de juros mais rápidas do que os ativos e, por isso, as taxas de juro médias pagas pelos passivos devem adaptar-se mais rapidamente às taxas de juro de mercado mais baixas.

No entanto, dada a atual situação invulgar com taxas de juros persistentemente baixas, o ING intensificou a gestão da sua exposição ao risco da taxa de juros e aumentou com sucesso a Margem Líquida dos Juros (NIM) nos empréstimos e depósitos de clientes em 2017. Nas hipotecas, o incentivo de pré-pagamento para clientes está a num nível relativamente alto, devido à diferença entre as taxas da carteira hipotecária existente e as baixas taxas de juros do mercado vigentes. Na poupança, o rendimento líquido dos juros (NII) e a margem líquida dos juros (NIM) mantiveram-se estáveis, enquanto a margem para uma redução adicional das taxas de clientes nos depósitos de poupança é quase ausente.

A decisão do ano passado do Reino Unido sair da União Europeia («Brexit») continua a ser um grande evento político e económico que ainda afeta as opiniões. O crescimento económico no Reino Unido abrandou num contexto de incerteza contínua sobre a futura relação com a União Europeia e a maior volatilidade está presente devido à incerteza de um resultado suave ou forte do Brexit.

Embora o ING tenha atividades no Reino Unido através da linha de negócios da Banca Grossista, não ocorreu nenhuma deterioração significativa da qualidade do ativo após a decisão do Brexit.

Outro elemento que poderá afetar a economia real e que dá origem a risco geopolítico é a instabilidade das relações internacionais. Nesta perspetiva, o ING continuou a monitorizar atentamente os desenvolvimentos internacionais. Além disso, o crescente populismo devido à crescente desigualdade social, polarização e desemprego é visto como um risco geopolítico significativo. Como consequência do crescente populismo na zona euro, uma dissolução do euro é considerada um potencial evento adverso.

Crime cibernético

O cibercrime continua a ser uma ameaça contínua às empresas no geral e às instituições financeiras, mais especificamente. Tanto a frequência como a intensidade dos ataques aumenta a uma escala global. Ameaças de ataques Distribuídos de Negação de Serviço (DDoS) e ataques direcionados (também chamados de Ameaças Persistentes Avançadas) e o Ransomware aumentaram em todo o mundo. O ING baseia-se na resiliência do cibercrime através da sua Experiência em Cibercrime e da Equipa de Resposta, melhorando ainda mais o ambiente de controlo para proteger, detetar e responder a fraudes de banca eletrónica, DDoS e ataques direcionados. Os controlos adicionais continuam a ser envolvidos na organização como parte do quadro de controlo interno geral e são continuamente reavaliados tendo em conta ameaças existentes e novas.

O ING está ainda a trabalhar no reforço da sua resistência ao crime cibernético, incluindo uma forte colaboração contra o crime cibernético com a indústria financeira, autoridades de segurança, governo (por exemplo: National Cyber Security Center) e Prestadores de Serviços de Internet (PSI).

Risco de alteração climática

O clima está a mudar e esse é um desafio inigualável para o nosso mundo. As causas e as soluções para estes desafios são complexas, mas sabemos que são atribuídas direta ou indiretamente à atividade humana que altera a composição da atmosfera global, além da variabilidade do clima natural. Enquanto instituição financeira, também temos uma responsabilidade e poderá derradeiramente afetar os nossos resultados se os nossos clientes forem afetados.

No geral, o ING tem impacto no ambiente e na sociedade diretamente através do consumo de recursos naturais e da sua relação com as partes interessadas e indiretamente através do nosso financiamento. Assim, a alteração climática enquanto risco continua a aumentar, se olharmos para as preocupações públicas, regulamentares e políticas referentes à sua integração nas operações e na estratégia do setor financeiro.

Podemos desempenhar um papel na tentativa de encontrar soluções. Temos tido um impacto neutro no clima desde 2007, adaptando a organização ao novo mundo e tomando medidas eficazes para mitigar os nossos impactos. Contudo, sabemos que o nosso maior impacto é através da nossa carteira de financiamento. Além de investir milhares de milhões de euros em parques eólicos, energia solar e produção de energia geotérmica para apoiar a transição energética, o ING não só deixará de prestar serviços de empréstimo a novas centrais elétricas alimentadas a carvão ou minas de carvão, como também acelerará a redução do financiamento para a geração de energia a carvão térmico para quase nula em 2025.

Risco de crédito

Introdução

O risco de crédito é o risco de perda pelo incumprimento e/ou deterioração da notação de crédito dos clientes. Os riscos de crédito decorrem das atividades de empréstimo, mercado financeiro e investimento do ING. A secção do risco de crédito disponibiliza informação sobre como o ING avalia, monitoriza e gere o risco de crédito e dá uma visão da carteira a partir de uma perspetiva do risco de crédito.

Governança

O risco de crédito é uma função de risco de Nível 1 no ING e faz parte da segunda linha de defesa. É gerido dentro da organização do DR por DR regionais e/ou de unidades de negócios que se concentram em riscos específicos nas áreas geográficas e/ou comerciais das suas responsabilidades. Estes são o DR da Banca Grossista, o DR dos Mercados Desafiadores e em Crescimento, o DR dos Países Baixos e o DR da Bélgica. O departamento de Risco Financeiro é uma função de Nível 2, que garante a supervisão a um nível consolidado e é responsável pela definição da apetência pelo risco, enquadramento dos riscos, desenvolvimento de modelos e políticas.

A estratégia de risco de crédito do ING é manter uma carteira de empréstimos e obrigações internacionalmente diversificada, evitando grandes concentrações de risco. A ênfase está na gestão do desenvolvimento de negócios dentro das linhas de negócios através de um Quadro da Apetência pelo Risco descendente, que estabelece limites de concentração para países, clientes individuais, setores, produtos, risco secundário (cauções/garantias) e atividades de investimento. O objetivo é apoiar atividades de relacionamento bancário enquanto mantém diretrizes e controlos exigentes internos referentes ao risco/recompensa.

A análise do crédito ao nível da carteira é monitorizada com métricas como capital económico, capital regulamentar, posição em situação de incumprimento (EAD), probabilidade de incumprimento (PI) e perda dado o incumprimento (PDI). Para garantir uma utilização eficiente do capital do ING, a apetência pelo risco é monitorizada e gerida ao nível da carteira. A análise do risco ao nível transacional foca-se no valor do risco, na maturidade, na estrutura do recurso e perfil do mutuário. Os gestores do risco de crédito do ING utilizam informações disponíveis publicamente, informações fornecidas pelo cliente, comparações entre pares, comparações entre setores e técnicas quantitativas.

Dentro do ING, a autoridade máxima de aprovação de propostas de crédito é o Conselho de Administração Bancária. O CAB tem autoridades delegadas, com base nos montantes, maturidades e classificações de risco dos níveis inferiores na organização. As transações são aprovadas através de um sistema de aprovação de assinatura dupla que exige uma assinatura individual do front office e da administração do risco de crédito. Para créditos de risco maior e superior, existe uma estrutura de comissão onde o presidente do risco de crédito toma a decisão final com o aconselhamento dos respetivos membros da comissão, garantindo assim a responsabilidade. As unidades empresariais de retalho delegaram autoridade para decidir as políticas e mandatos aprovados pelo risco de crédito. Quaisquer decisões fora dessas políticas ou acima do mandato delegado que exigem uma aprovação específica do risco de crédito.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

A função do risco de crédito abrange as seguintes atividades:

- Mensuração, monitorização e gestão dos riscos de crédito na carteira do Banco;
- Desafio e aprovação das transações novas e modificadas e revisões de mutuários;
- Gestão dos níveis de disposição e custos de risco e aconselhar sobre desvalorizações; e
- Disponibilizar políticas, sistemas e ferramentas consistentes de risco de crédito para gerir o ciclo de vida do crédito de todas as atividades.

As comissões seguintes foram implementadas para rever e aprovar as transações e políticas a partir do ponto de vista do risco de crédito.

- A GCTP que está autorizada a aprovar políticas, metodologias e procedimentos relacionados com os riscos de crédito, negociação, país e reputação a um nível elevado para o ING.
- A Comissão de Crédito Global para Aprovação de Transações (GCC(TA)) está encarregue de aprovar as transações com riscos de crédito.
- A Comissão de Risco de Crédito e Comercial (CTRC) está autorizada a aprovar políticas, modelos, metodologias e procedimentos relacionados com o risco de crédito e risco comercial a um nível mais detalhado e operacional (com exceção de questões exigidas à GCTP).
- A Comissão de Desenvolvimento de Modelos (MDC) serve de consultor técnico da CTRC e é um organismo de planeamento para o desenvolvimento futuro de modelos. A comissão tem um mandato delegado para aprovar os modelos de risco de crédito que abrangem carteiras mais pequenas.
- Foi criada uma comissão de direção para alinhar a estratégia geral do modelo, a apetência pelo risco do modelo, estruturas de apoio ao modelo, políticas e metodologias.
- A Comissão de Provisões do ING (IPC) é a autoridade de aprovação de provisões para perdas por empréstimos duvidosos (LLP) para todas as entidades.

Categorias do risco de crédito

O risco de crédito utiliza as seguintes categorias de risco para diferenciar entre os diferentes tipos de risco de crédito.

- **Risco de empréstimo:** acontece quando o ING concede um empréstimo a um cliente ou emite garantias em nome de um cliente. Isto inclui empréstimos a termo, hipotecas, créditos renováveis, descobertos, cartas de crédito, etc. O risco é medido como o valor contabilístico da obrigação financeira que o cliente tem para voltar a pagar ao ING, excluindo quaisquer juros acumulados e por pagar, descontos/amortizações de prémios ou imparidades.
- **Risco de investimento:** é o risco de incumprimento de crédito e de migração da notação do risco associado aos investimentos do ING em obrigações, papel comercial, ações, titularizações e outros títulos semelhantes negociados publicamente. Isto pode ser visto como a pior das perdas em que o ING pode incorrer como resultado de deter uma posição em títulos subjacentes cuja qualidade de crédito do Emissor se deteriora ou se torna inadimplente. Todos os investimentos na carteira bancária são classificados na categoria de risco do investimento. O principal objetivo dos investimentos do ING nas carteiras bancárias é a gestão da liquidez.
- **Risco do mercado monetário (MM):** acontece quando o ING constitui depósitos a curto prazo com uma contraparte para gerir o excesso de liquidez. Como tal, os depósitos do mercado monetário têm tendência para ser de curto prazo. Na eventualidade de incumprimento por parte da contraparte, o ING poderá perder o depósito constituído. O risco do mercado monetário é medido como o valor contabilístico do depósito, incluindo juros acumulados e por pagar ou o efeito de qualquer desvalorização.
- **Risco antes da liquidação (AL):** acontece quando um cliente falha uma transação antes da liquidação e o ING tem de substituir o contrato por uma negociação com outra contraparte ao preço de mercado então prevalecente (possivelmente desfavorável). Esta categoria de risco de crédito está associada a operações sobre derivados (instrumento derivado transacionado em bolsa, instrumento derivado do mercado de balcão e operação de financiamento através de valores mobiliários).
- **Risco de Liquidez:** é o risco que ocorre quando existe uma troca de valores (fundos ou instrumentos) para a mesma data do valor ou datas do valor diferentes e a receção não é verificada ou esperada até depois de o ING dar instruções irrevogáveis para pagar ou ter pago ou entregue a sua parte do negócio. O risco é que o ING entregue, mas não receba a entrega da sua contraparte. O ING gere o Risco de Liquidez da mesma forma que outros riscos, incluindo uma estrutura de limite do risco por mutuário. Devido à natureza de curto prazo (1 dia), o ING não possui provisões ou capital para risco específico de liquidação. Embora seja um risco relativamente baixo, o ING usa cada vez mais técnicas de pagamento ECP (Entrega contra Pagamento) e de liquidação segura para reduzir o risco de liquidação.

Para a reconciliação entre categorias pendentes de risco de crédito e os ativos financeiros, consulte a tabela abaixo:

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Reconciliação entre categorias do risco de crédito e ativos financeiros

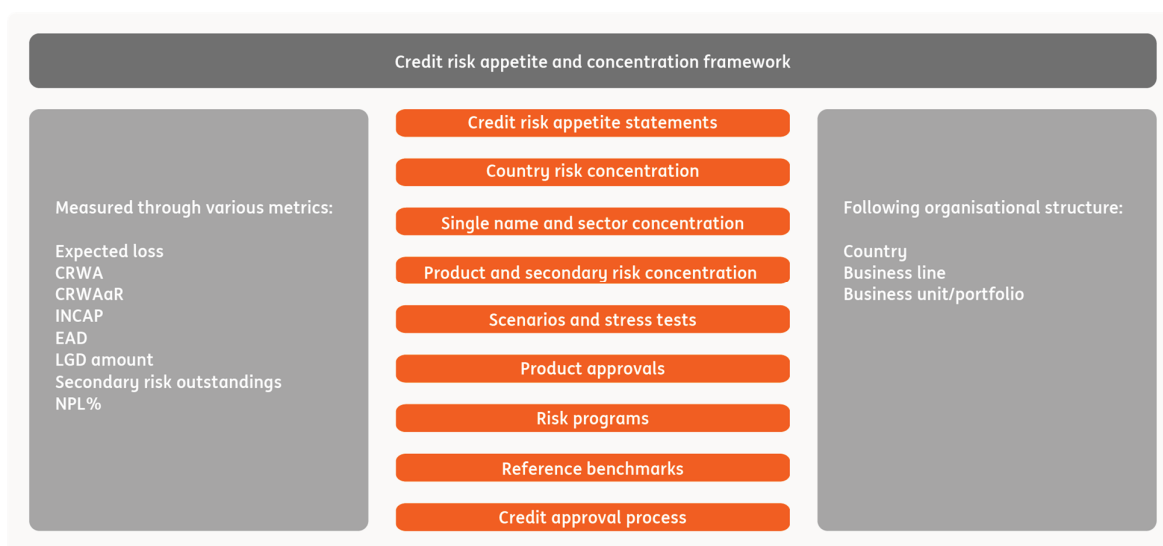
Categorias do risco de crédito	Refere-se sobretudo a:	Notas nas Contas Anuais
Risco de empréstimo	- Empréstimos e adiantamentos a clientes - Empréstimos e adiantamentos a bancos - Caixa e disponibilidades com bancos centrais - Elementos extrapatrimoniais, por exemplo, obrigações decorrentes de garantias financeiras e cartas de crédito e linhas de crédito não utilizadas.	Nota 2 Caixa e disponibilidades com bancos centrais Nota 3 Empréstimos e adiantamentos a bancos Nota 6 Empréstimos e adiantamentos a clientes Nota 41 Passivos contingentes e compromissos
Risco de Investimento	- Investimentos (disponíveis para venda e detidos até ao vencimento) - Empréstimos e adiantamentos a clientes	Nota 5 Investimentos Nota 6 Empréstimos e adiantamentos a clientes
Risco do Mercado Monetário (MM)	- Caixa e disponibilidades com bancos centrais - Empréstimos e adiantamentos a bancos - Empréstimos e adiantamentos a clientes	Nota 2 Caixa e disponibilidades com bancos centrais Nota 3 Empréstimos e adiantamentos a bancos Nota 6 Empréstimos e adiantamentos a clientes
Risco antes da liquidação (AL)	- Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas (ativos detidos para negociação e derivados não negociados) - Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas (ativos detidos para negociação e derivados não negociados) - Financiamento através de valores mobiliários	Nota 4 Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas Nota 13 Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas
Risco de liquidação	- Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas (ativos detidos para negociação e derivados não negociados) - Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas (ativos detidos para negociação e derivados não negociados) - Investimentos (disponíveis para venda e detidos até ao vencimento) - Valores a liquidar	Nota 4 Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas Nota 5 Investimentos Nota 10 Outros ativos Nota 13 Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas Nota 15 Outros passivos

Quadro da Apetência pelo Risco de Crédito e Risco de Concentração

O Quadro da Apetência pelo Risco de Crédito e Risco de Concentração permitem ao ING evitar níveis indesejados e elevados de risco de crédito e concentrações de crédito nos vários níveis da carteira do ING. Proveniente dos dois conceitos a seguir:

- **Limites:** um «cap» para o acontecimento de perda máxima com base no resultado consolidado antes de impostos em cada uma das métricas da sua estrutura de apetência pelo risco, bem como na sua estrutura de risco de concentração (efetivamente Risco-País, Uninominal e Setor da Indústria).
- **Instrumentos:** métricas de apoio, especificamente para a estrutura de risco de concentração, que estabelece limites rígidos com base no capital económico interno.

A apetência pelo risco de crédito, os limites do risco de concentração e os instrumentos são definidos e revistos anualmente e exigem aprovação da Comissão de Riscos do Conselho de Supervisão.



Demonstrações da apetência pelo risco de crédito

A apetência pelo risco de crédito é o nível máximo de risco de crédito que o ING está disposto a aceitar para o crescimento e criação de valor. Esta apetência pelo risco de crédito está associada ao quadro de apetência pelo risco geral ao nível do Banco. A apetência do risco de crédito é expressa em medidas quantitativas e qualitativas. Ter uma apetência do risco de crédito proporciona:

- Esclarecimento sobre os riscos de crédito que o ING está preparado para assumir, estabelecimento de objetivos e gestão prudente de riscos;
- Comunicação consistente com os diferentes grupos de interesse;
- Diretrizes sobre como alinhar as ferramentas de participação e monitorização na estrutura e estratégia organizacionais; e
- Alinhamento de estratégias de negócios e indicadores-chave de desempenho de unidades de negócio com a apetência pelo risco de crédito do ING através do Plano a Médio Prazo (PMP).

A apetência pelo risco de crédito está presente em diferentes níveis dentro do ING, tanto ao nível da carteira como ao nível da transação. Os vários componentes da apetência pelo risco de crédito ao nível da carteira e transação resultam no quadro de apetência do risco de crédito.

As demonstrações de apetência pelo risco de crédito são definidas de forma descendente pelas categorias de risco de crédito (empréstimo, investimento, mercado monetário e antes da liquidação) e associadas à apetência pelo risco de alto nível do ING em todos os tipos de risco (solvência, crédito, liquidez e financiamento, mercado e risco não financeiro). São compostas por um conjunto de métricas de risco de crédito de elevado nível: perdas esperadas, capital económico, ativos ponderados pelo risco (APR) e posição em situação de incumprimento. Para cada métrica de risco de crédito é definido um limite que é comunicado aos demais e monitorizado mensalmente. A adesão aos limites e a abordagem proativa para gerir a carteira dentro dos limites da apetência do risco fazem parte dos indicadores de desempenho chave dos gestores da linha de negócios.

Concentração do risco-país

O risco-país é o risco que decorre de eventos num país específico (ou grupo de países). Para gerir o acontecimento de perda máxima que o ING está disposto a aceitar, os limites são aprovados pelo Conselho de Supervisão que garante que o resultado médio consolidado de 3 anos do ING antes de impostos pode absorver um acontecimento de perda estimada do país devido a uma ocorrência de risco-país. O nível estimado está correlacionado com a notação de risco atribuída a um determinado país.

O risco-país é o risco de perda para o ING Bank associado ao empréstimo, pré-liquidação, mercado monetário e transações monetárias, como resultado dos eventos de risco-país. Um evento de risco-país pode ser descrito como choques económicos, financeiros e políticos, assim como restrições de transferências ou câmbios, que afetem todas as contrapartes num determinado país. A ocorrência de um evento de risco-país pode levar todos os clientes num país a não conseguirem garantir pagamentos atempados, embora estejam dispostos a cumprir as suas obrigações de dívida contratuais. Como tal, o risco-país é um fator adicional a ter em conta no processo de aprovação do crédito de clientes individuais, uma vez que a probabilidade do evento de risco do país pode ter impacto na probabilidade de incumprimento das contrapartes individuais.

Complementares às fronteiras nacionais, os instrumentos do país são definidos para apoiar a fixação de um limite rígido real num determinado país. O instrumento do país tem em consideração a capacidade do ING de reduzir ativamente a exposição sem causar distorção do mercado ou imobilizar muito do seu capital num país. Os instrumentos do país são quantificados pelo nível máximo de tolerância do capital económico interno (INCAP) em termos de capital consolidado do BIS (Banco de Pagamentos Internacionais) ou do crédito interno pendente individual do país ou do produto interno bruto.

Através dos instrumentos, os limites reais do país são definidos (cada um deles não deve exceder as fronteiras nacionais), analisados mensalmente e atualizados quando necessário. No caso de países com níveis elevados de risco geopolítico ou de ciclo económico acentuado, a monitorização é feita com mais frequência, com uma gestão rigorosa das fontes de informação e da exposição, para proteger o ING dos impactos adversos.

Concentração uninominal e do setor industrial

Usando os mesmos conceitos de limites e instrumentos mencionados anteriormente, o ING estabeleceu adicionalmente um quadro do risco de concentração para identificar, avaliar e monitorizar:

- Concentração de nome único, isto é, perdas devido a incumprimento inesperado de uma única contraparte. Estas concentrações uninominais são limitadas ao nível uninominal individual e agregadas ao nível uninominal do top 5. A PDI de uma concentração de nome único é medida tendo em conta o valor máximo da PDI. A monitorização e participação de Grandes Exposições é um dos componentes do quadro de nome único.
- Concentração do setor industrial (risco sistémico): aumento substancial do perfil de risco do ING devido à deterioração conjunta de um grupo de contrapartes correlacionadas, sensível aos mesmos fatores (macroeconómicos) externos relacionados com o setor industrial do qual faz parte.

Concentração do Produto e do Risco secundário

O ING estabeleceu adicionalmente uma estrutura de concentração para identificar, avaliar e monitorizar:

- Concentração do produto: concentrações decorrentes da exposição às mesmas atividades ou bens. Estas concentrações são limitadas pelos limites reais e monitorizadas nos níveis da carteira retalhista e grossista por região geográfica.
- Risco secundário: riscos decorrentes de exposições secundárias que o ING tem com empresas de seguros e resseguros, das quais o Banco adquire seguros para se proteger contra o não pagamento ao abrigo das exposições primárias.

Cenários e testes de esforço

Os testes de esforço avaliam a estabilidade financeira do ING em cenários de tensão graves, mas plausíveis, e apoia a tomada de decisões que assegure que o ING continua a ser uma empresa viável financeiramente, mesmo após a ocorrência de um evento grave. Além da estrutura de testes de esforço ao nível do banco, conforme descrito na secção Gestão de Riscos, o ING efetua testes de esforço mensalmente, de modo a avaliar os riscos e concentrações da carteira. Estes testes de esforço são consistentes com o cenário de tensão, conforme estabelecido no quadro de apetência pelo risco de crédito do banco. Os testes de esforço são analisados na equipa de Integração de Risco e Capital e, se necessário, são propostas potenciais ações de gestão.

O ING realiza testes de esforço periódicos com base num evento de tensão normalizado e pré-determinado de 1 em 10 anos (ou seja, com um nível de confiança de 90 % e um horizonte temporal de 1 ano) que é semelhante ao aplicado à apetência pelo risco de solvência. Com base no nível de confiança, é simulada uma migração rigorosa da classificação do ciclo para toda a carteira. Para esta carteira simulada, as provisões, APR e Capital económico são recalculados para avaliar qual seria o impacto combinado de tal ano. O APR (APRC) adicional que o ING deve atribuir neste caso chama-se APRC em Risco. Além disso, o ING calcula os Lucros em Risco que influenciam o rácio CET1 geral.

Depois do teste de esforço pré-determinado periódico relacionado com o APRC em Risco, são efetuados testes de esforço ad-hoc com base em cenários graves, mas plausíveis. Estes testes de esforço podem ser para efeitos internos ou mediante pedido dos reguladores e são incluídos para definições futuras da Apetência do risco de crédito. Os testes de esforço são utilizados como uma rede de segurança adicional. Para além dos cálculos de capital do Pilar 1 e Pilar 2, com base nos resultados dos vários testes de esforço, o ING assegura que os níveis adequados de capital (e liquidez) estão disponíveis para sustentar tais cenários graves, mas plausíveis.

Aprovações de produtos

Em todo o ING, um processo de aprovação e avaliação de produtos garante uma gestão eficaz dos riscos associada à introdução de produtos novos ou alterados. Garante que a devida diligência é realizada pelas partes interessadas relevantes de modo a assegurar que todos os riscos pertinentes (de crédito, operacionais, conformidade, etc.) são devidamente mitigados no Processo de Aprovação e Revisão de Produtos (PARP).

Programas de risco

Dentro do ING, os programas de risco são análises detalhadas de produtos e ou indústrias definidas. Identificam os principais fatores de risco e mitigadores de risco, o mandato internos de negócios e propõem os parâmetros de risco mínimos (incluindo o negócio) - e potencialmente o limite máximo do produto e/ou carteira para efetuar esse negócio. É sempre preparado um programa de risco pelo Front Office responsável pelo mandato de negócios interno e exige a aprovação por uma autoridade de aprovação. Os programas de risco poderão ter vários nomes e/ou poderão ter limites geográficos e/ou de negócios (por exemplo, locais vs. globais).

Metas de referência

Um índice de referência é a apetência máxima pelo risco de crédito por grupo de devedor legal. É expressa como uma Exposição (Meta) ao nível do Risco de Concentração, que corresponde ao consumo de capital interno (máximo) para o Risco de Crédito. É utilizado como um valor de referência no processo de aprovação do crédito e pode ser rescindido com base nos argumentos de risco de crédito adequados.

Processo de aprovação do crédito

O processo de aprovação do crédito garante que as transações individuais são avaliadas caso a caso. Para cada tipo de cliente existe um processo dedicado com gestores de risco de crédito especializados nas linhas de negócio do ING. O processo de aprovação do crédito é apoiado por um sistema de notação do risco e um sistema de monitorização da exposição. As notações são utilizadas para indicar a capacidade de endividamento de um cliente, o que se traduz numa probabilidade de incumprimento. Isto é utilizado como contributo para determinar a máxima apetência pelo risco que o ING tem para um determinado tipo de cliente (índice de referência). A determinação da autoridade delegada (o montante que pode ser aprovado nos vários níveis da organização) é uma função da classificação do risco do cliente e da exposição do crédito do ING sobre o cliente.

Devido à natureza dos negócios de retalho, os papéis e responsabilidades da política de risco de crédito local são delegados à gestão do risco de crédito do retalho local. Contudo, o DR do risco dos Mercados Desafiadores e em Crescimento é informado de todas as políticas locais de risco de retalho, de modo a monitorizar que as políticas locais não entram em conflito com quaisquer políticas globais de Risco Financeiro. Este quadro serve para garantir um alinhamento mais global enquanto preserva a capacitação existente das unidades locais. Como tal, as autoridades de aprovação diferem, dependendo da relevância do desvio entre a política local e a política global.

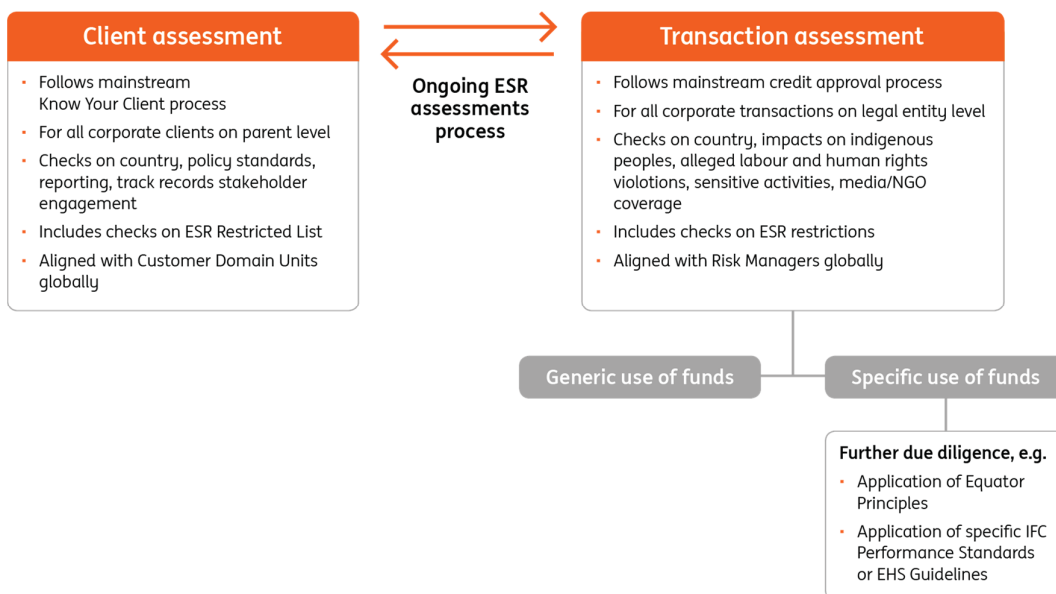
Quadro de Risco Ambiental e Social

O ING faz um contributo positivo para o crescimento económico global e um desenvolvimento mais sustentável ao promover as práticas de empréstimo e investimento responsáveis. O quadro da política de risco ambiental e social (RAS) integra ferramentas de avaliação utilizadas nos processos e sistemas principais do ING. Assim, está plenamente integrado em revisões de clientes e transações regulares.

O quadro da política de RAS é revisto a cada três anos com base em alterações significativas identificadas nos setores mais vulneráveis a riscos e impactos ambientais e sociais. Além disso, os riscos ambientais e sociais para todas as transações de empréstimos são revistos durante as revisões de crédito periódicas. As transações de RAS onde os fundos serão utilizados para financiamento de ativos poderão exigir uma devida diligência de RAS melhorada, por exemplo, aplicação dos Princípios do Equador. Esta avaliação de RAS melhorada é também necessária para transações de alto risco, como as que têm impacto em povos indígenas, etc.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

O panorama do Quadro de RAS do ING é o seguinte:



O quadro da política de RAS está plenamente integrado nos principais processos de aprovação do ING e exige o envolvimento das seguintes áreas, a nível global:

Avaliação de Clientes:

- Unidades do Domínio do Cliente (UDC): verificam a conformidade com a política de RAS aplicável. As UDC são responsáveis por garantir que a informação na Avaliação de RAS do Cliente foi devidamente preenchida.

Avaliação de transação:

- Front Office: departamentos que originam as transações e têm contacto direto com o cliente ou patrocinadores do projeto;
- Gestão de Risco: departamentos que controlam as atividades de front office e que geralmente aprovam os impactos ambientais e sociais para transações de «Baixo Risco» ou «Risco Médio»; e
- Departamento de risco ambiental e social na gestão do risco plenamente dedicado à avaliação dos impactos ambientais e sociais associados a transações de «Alto Risco». Os pareceres negativos do departamento de RAS apenas podem ser renunciados pela comissão de crédito mais elevada do ING ou pelo Conselho de Administração Bancária. Na prática, estas renúncias são muito excecionais.

Desenvolvimento e Gestão da Política de RAS:

- Conselho de Administração Bancária / Comissão da Política de Crédito Global e Comercial: Autoridade de aprovação final para aprovar políticas de RAS novas e atualizadas.

Uma vez que os processos de avaliação do risco estão descentralizados, cada equipa de front-office deve estar familiarizada com o quadro ambiental e social do ING. Assim, o ING investe significativamente em programas de formação interna para ajudar o pessoal das UDC, front office e de gestão do risco na avaliação dos riscos ambientais e sociais. Só em 2017, 285 colegas foram especificamente formados sobre o quadro da política de RAS em todo o mundo.

Capital do risco de crédito e medição

Capital do risco de crédito

O capital regulamentar é o montante mínimo do capital (com base em 99,90 % do nível de confiança) que o ING deve manter de uma perspetiva regulamentar como proteção para conseguir absorver grandes perdas inesperadas.

Comparação APR

A comparação das ponderações do APR e do risco em instituições é inerentemente desafiante. As diferenças no APR entre bancos foram classificadas pelo Banco de Pagamentos Internacionais (BIS) em 3 categorias:

1. Fomentadores com base no risco originados pelas diferenças no risco subjacente ao nível da exposição/carteira e nos modelos/estratégias, incluindo mistura de classes de ativos;
2. Fomentadores com base na prática, incluindo abordagens à gestão do risco e à medição do risco; e

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

- Contexto regulamentar como práticas de supervisão, leis e regulamentos implementadores, incluindo descrição nacional e normas de contabilidade.

Impulsionadores baseados no risco

A carteira do ING Bank é dominada por empréstimos garantidos, especialmente nas áreas de hipotecas residenciais, locação e imóveis para fins comerciais. Os empréstimos garantidos têm a tendência de ter uma PDI, devido às cauções envolvidas, sendo um impulsionador importante no cálculo do APR. Portanto, a fórmula regulamentar para hipotecas residenciais tende a resultar em APR mais baixos, sendo todos os outros fatores iguais.

Impulsionadores baseados na prática

O ING tem uma abordagem conservadora em relação às exposições em situação de incumprimento. As exposições em situação de incumprimento são reconhecidas antecipadamente, com base em triggers de improbabilidade de pagamento. Para o mercado não retalhista, o ING costuma classificar o incumprimento com base na notação do mutuário e não na notação da facilidade, o que significa que um cliente apenas terá uma PI (probabilidade de incumprimento) independentemente do tipo de transações efetuadas com o ING. Como consequência, se um recurso estiver em incumprimento, geralmente todos os recursos do cliente estão em incumprimento. Os clientes em situação de incumprimento que receberam medidas de diferimento têm um período experimental adicional de 1 ano a partir do último momento em que são classificados como diferidos, antes de regressarem ao estado de situação de cumprimento.

Contexto regulamentar

A principal entidade de supervisão do ING é o BCE, que é apoiada por muitos supervisores anfitriões. O BCE supervisiona a adesão às regras regulamentares: o quadro regulamentar definido nos RFP/DFPIV, as normas da Autoridade Bancária Europeia (ABE) e a orientação do BCE. O BCE exige que todas as «alterações significativas» feitas nos modelos internos (PI, PDI, EAD) e nas políticas sejam revistas e aprovadas pelo BCE, antes da sua implementação. As alterações no modelo do nível inferior são pré-notificadas ou pós-notificadas ao BCE.

Comparar os níveis de capital entre bancos é um exercício desafiante devido a diferentes perfis do risco, diferenças nos fomentadores com base em risco, fomentadores com base em prática e contexto regulamentar (por exemplo, abordagem baseada na classificação interna avançada ou abordagem padronizada). Estes fatores têm um impacto substancial no capital regulamentar / APR de uma instituição financeira. O ING continua a trabalhar com grupos da indústria e esforça-se para aderir às recomendações mais recentes do Banco de Pagamentos Internacionais (BIS) e da Autoridade Bancária Europeia (EBA) para melhorar o relato transparente dos cálculos de capital do banco.

Capital económico

O capital económico reflete a visão do próprio ING sobre o risco de crédito, o que permite que seja usado no nível de (sub) carteira dos processos de tomada de decisão. O risco de crédito e o capital de risco de transferência são calculados para todas as carteiras que contenham risco de crédito ou transferência, incluindo carteiras de títulos. O capital económico é o montante mínimo do capital necessário para abranger as perdas inesperadas dentro de um nível de confiança de 99,95 % e um intervalo temporal de 12 meses. É utilizado em todo o ING no processo de tomada de decisões (especialmente na banca grossista), em contrapartes ajustadas ao risco e em ferramentas de medição do lucro da carteira (banca grossista e banca de retalho), em decisões de investimento e desinvestimento, na estrutura do risco-país e na gestão do risco de concentração, incluindo declarações de apetência pelo risco (DAR).

O capital económico é calculado utilizando os valores económicos dos modelos de notação (PI, EAD e PDI), em consonância com os requisitos regulamentares.

Uma característica importante dos nossos sistemas e estruturas de TI é que os modelos são construídos para várias finalidades, incluindo capital económico, capital regulamentar e provisão para perdas por empréstimos duvidosos. Estes modelos de risco de crédito são utilizados em toda a organização, o que é compatível com os requisitos do Teste de Utilização de Basileia e garante um feedback ativo sobre os parâmetros de risco pelas unidades de negócios.

Mensuração do risco de crédito

Existem duas formas de medir o risco de crédito na carteira do ING, dependendo de a exposição estar ao abrigo do escritório do ING, permitido pelo BCE para utilizar a abordagem Baseada na Notação Interna Avançada (AIRB) ou manter-se na Abordagem Padronizada (AP).

Abordagem Padronizada

A abordagem padronizada aplica uma ponderação do risco fixa a cada ativo, conforme indicado pelo RFP e baseia-se na classe de exposição a que a exposição está atribuída. Como tal, a Abordagem Padronizada é a menos sofisticada das metodologias de Capital Regulamentar e não é tão sensível como a abordagem baseada no risco. Quando existem classificações de agências de classificação externas disponíveis, estas podem ser utilizadas como substitutas do uso de ponderações do risco fixas atribuídas pelas Autoridades de Supervisão Financeira. Uma vez que os devedores subjacentes para exposições tratadas sob a AP são relativamente pequenos, estes têm tendência para não ter classificações externas.

Abordagem baseada na notação interna avançada

Existem cinco elementos principais que determinam os ativos ponderados pelo risco ao abrigo da abordagem AIRB.

- Probabilidade de Incumprimento (PI):** A primeira é a probabilidade de incumprimento da contraparte, que avalia a solvabilidade de uma contraparte em termos de probabilidade de entrar em incumprimento. Tenta medir a solvabilidade sénior, individual e não garantida de uma organização sem considerar os elementos estruturais das transações subjacentes como garantias, preços ou maturidade. Cada mutuário tem uma classificação que se traduz numa PI específica.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

- **Posição em situação de incumprimento (EAD):** O segundo elemento é a posição em situação de incumprimento da contraparte. Os modelos de EAD visam estimar o valor ou obrigação em dívida aquando do incumprimento no futuro. Uma vez que não é possível saber se um cliente entrará em incumprimento e o nível de valores em dívida que poderá ocorrer nessa data também não é conhecido, o ING utiliza uma combinação de modelos estatísticos e híbridos para estimar a EAD. Com a exceção das garantias e cartas de crédito, a EAD é sempre igual a ou superior ao risco de crédito em dívida associado, partindo do pressuposto que as clientes têm tendência para absorver a liquidez de recursos de crédito disponíveis antes de os problemas financeiros se tornarem aparentes aos credores da contraparte. A EAD é uma função do tipo de facilidade de crédito (renovável, descoberto, a termo) oferecidas ao mutuário.
- **Perda Dado o Incumprimento (PDI):** O terceiro elemento é a perda dado o incumprimento. Os modelos de PDI visam estimar o montante que o ING perderia depois de liquidar garantias relacionadas com um determinado empréstimo ou obrigação financeira ou, em alternativa, ao liquidar a empresa no seu todo, como parte de um processo de negociação. Os modelos de PDI baseiam-se nos tipos de cobertura, taxas de recuperação estimadas com liquidação atempada e no custo (in)direto de liquidação.
- **Maturidade (M):** O quarto elemento é o tempo da maturidade da obrigação financeira subjacente. Os requisitos de regulamentos (RFP/DFPIV) colocam o elemento de maturidade com um limite mínimo de um ano, e máximo de cinco anos.
- **Classe de Exposição:** O quinto elemento é a classe de exposição (um agrupamento regulamentar prescrito de um tipo de devedor ou tipo de produto comuns) que é o fomentador do fator de correlação. Para calcular os ativos de risco ponderado, a correlação do incumprimento entre uma transação e todas as outras transações na carteira são tidas em conta.

A perda esperada (PE) oferece uma medida do valor das perdas de crédito que o ING poderá esperar que incorram na sua carteira. Na sua forma básica, a perda esperada pode ser representada como:

$$PE = PI * EAD * PDI$$

Titularizações

O ING Bank implementou a abordagem AIRB para o risco de crédito. Como consequência, o ING utiliza a Abordagem Baseada em Notações (RBA) para investimentos em tranches de títulos garantidos por ativos (ABS) e títulos garantido por créditos hipotecários (MBS) que foram classificados por agências de notação externas. As agências de notação utilizadas pelo ING no âmbito da Abordagem Baseada na Notação incluem a Standard & Poor's, Fitch e a Moody's.

Ao abrigo da ABC, o APR é determinado ao multiplicar o montante da exposição pelas ponderações do risco regulamentar adequadas, que dependem:

- Da classificação externa ou uma classificação inferida disponível;
- Da senioridade da posição; e
- Da granularidade da posição.

O ING usa a abordagem de avaliação interna para os mecanismos de apoio que oferece à sociedade-veículo de papel comercial garantido por ativos (ABCP) Mont Blanc Capital Corp., com base nas metodologias de agências de notação públicas externamente. Para mais detalhes sobre a abordagem de avaliação interna, consulte a secção de Titularizações do patrocinador na publicação do Pilar 3.

Modelos do risco de crédito

No ING, os modelos em conformidade com o acordo de Basileia são utilizados para determinar a PI, EAD e PDI para capital regulamentar e económico e para efeitos de provisões para perdas por empréstimos duvidosos. Estes modelos de risco de crédito também constituem a base para a nossa estrutura de provisionamento da IFRS9. Ao nível do banco, o ING implementou cerca de 72 modelos de risco de crédito, incluindo vários submodelos que podem ser aplicados a uma carteira específica.

Existem dois tipos principais de modelação que constituem a base destes modelos PI, EAD e PDI utilizados no Banco:

- **Os modelos estatísticos** são criados quando está disponível um grande conjunto de dados de incumprimento ou perda detalhada. São caracterizados por um número suficiente de pontos de dados que facilitam a estimativa estatística significativa dos parâmetros do modelo. Os parâmetros do modelo são estimados com técnicas estatísticas baseadas no conjunto de dados disponível;
- **Os modelos híbridos** contêm características de modelos estatísticos combinados com conhecimento e experiência de especialistas das equipas de gestão do risco e front office e na bibliografia de agências de classificação, supervisores e académicos. Estes modelos são especialmente adequados para «Carteiras de Baixo Incumprimento», onde existem incumprimentos históricos limitados;

Depois da escolha do modelo, a definição de incumprimento é um ponto de partida importante para a criação de modelos. O ING utiliza um quadro que integra elementos da definição regulamentar de incumprimento e os indicadores de provisões para perdas por empréstimos duvidosos de acordo com a IAS 39. A lógica é que vários indicadores estão muito próximos das indicações de uma «improbabilidade de pagar» de um devedor ao abrigo dos regulamentos europeus (RFP/DFPIV) e regulamentos semelhantes. A integração de ambos os quadros melhora ainda mais a conformidade do ING com o «teste de utilização» dos RFP/DFPIV. As principais diferenças entre os parâmetros utilizados para as provisões para perdas por empréstimos duvidosos e os cálculos de capital regulamentar são que os parâmetros do capital regulamentar costumam ser através do ciclo, enquanto os parâmetros das perdas por empréstimos duvidosos são mais pontuais. Adicionalmente, a PDI para os cálculos do capital regulamentar baseia-se numa descida da PDI e é aplicado um Período de Emergência de Perda à Probabilidade para efeitos de provisões para perdas por empréstimos duvidosos na Probabilidade de Incumprimento de 1 ano para obter perdas incorridas.

Modelos de medição pré-liquidação

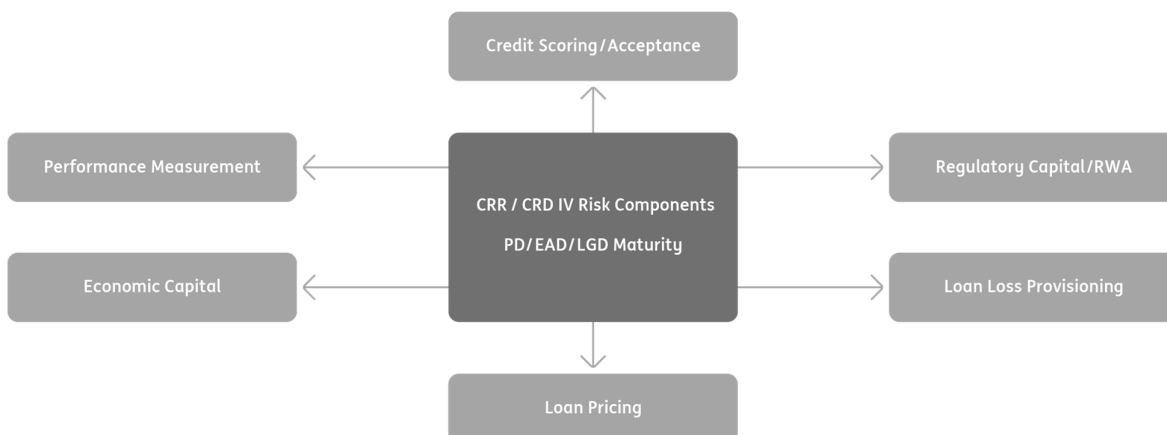
Para capital regulamentar, a exposição Pré-Liquidação (PL) é calculada usando um complemento *marked to market* (MtM) mais baseado na regulamentação. Para efeitos de capital interno, o ING utiliza uma combinação das metodologias mencionadas abaixo para calcular as suas exposições de pré-liquidação.

- **Abordagem de majoração com base em MtM mais modelo:** Nesta abordagem, o risco PL é calculado como a soma do MtM do comércio e da majoração com base em modelos. O MtM flutua durante o contrato. A majoração com base em modelos é específica do produto e tem em conta o tempo restante de maturidade, perfil por períodos de tempo, etc. As majorações são atualizadas com uma frequência que tem em conta as principais mudanças de mercado. Esta metodologia é utilizada para a avaliação da exposição pré-negociação de todos os produtos do mercado financeiro do ING. Além disso, é utilizada para cálculos do risco pós-acordo para carteiras de mercados financeiros que não justifiquem os esforços computacionais e os custos associados com a implementação de uma abordagem de Simulação de Cenários; e
- **Abordagem de Simulação de Cenários (abordagem Monte Carlo):** A abordagem de Simulação de Cenários é a mais complexa dos métodos para cálculos do risco de PL. Esta abordagem tem em conta as condições de mercado diárias, incluindo as correlações entre os fatores de risco e os benefícios da carteira. Esta abordagem de Monte Carlo é atualmente utilizada no ING para o maior volume de produtos derivados, tais como derivados de câmbio e derivados da taxa de juros.

O ING reconhece que as abordagens acima não são suficientemente precisas para determinados produtos de negociação, como transações de derivados altamente estruturadas ou exóticas. Para a avaliação das exposições do risco de produtos complexos é efetuado um cálculo individual.

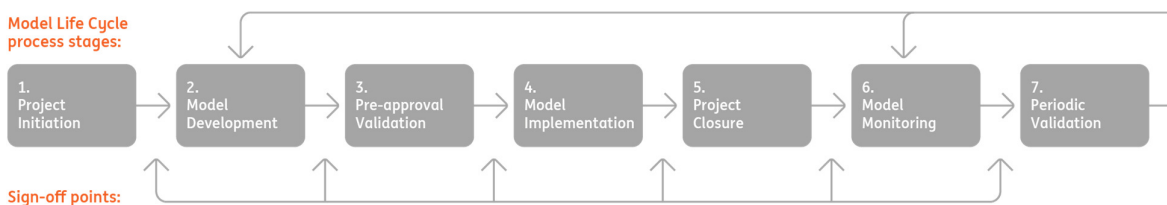
Não existem exposições no âmbito do método do Modelo Interno avançado de acordo com o Pilar 1. No Pilar 2, o ING usa o método do modelo interno para exposições cambiais e de derivados da taxa de juros.

A figura abaixo ilustra um resumo de elevado nível de aplicação dos resultados do modelo (PI, EAD e PDI).



Gestão do modelo do risco de crédito

Todos os modelos de PI, EAD e PDI são elaborados segundo as normas de metodologia de modelação do risco de crédito interno e o ciclo de vida do modelo do ING. Depois de uma revisão minuciosa da documentação por parte da Comissão de Desenvolvimento de Modelos (CDM) e a da Gestão do Risco do Modelo, a Comissão de Riscos de Crédito e Comercial (CTRC) aprova os modelos. Para determinados modelos locais, a autoridade de aprovação é delegada pela CTRC à CDM. Cada modelo tem um copatrocinador do risco de crédito e um *front office*. A CDM e a CTRC têm participação de agentes de gestão do risco de crédito, assim como do front office para garantir a máxima aceitação pela organização. O impacto de capital da implementação dos modelos aprovados é participado ao BCE num relatório trimestral. Além disso, a Gestão do Modelo de Risco valida cada modelo anualmente. Durante esta validação periódica, o desempenho do modelo é analisado através de outros testes retrospectivos e avaliações do desempenho. É atribuída uma marca de cores de cinco classificações a cada modelo durante esta validação periódica. Se um modelo for considerado insuficientemente sólido ou se os testes retrospectivos indicarem um desempenho insuficiente, o modelo é novamente calibrado ou desenvolvido.



Processo de classificação do risco de crédito

Em princípio, todas as notações de risco são baseadas num Modelo de Notação do Risco (PD) que cumpre os requisitos mínimos indicados na RFP/DFPIV, nas Regras de Supervisão do BCE e nas diretrizes da ABE. Isto diz respeito a todos os tipos de segmentos e contrapartes.

Os modelos de notação PI do ING baseiam-se numa escala 1-22 (1=notação mais alta; 22=notação mais baixa) designada como a «Escala Principal» que corresponde às mesmas notações atribuídas por agências de notação externas, como a Standard & Poor's, Moody's e Fitch. Por exemplo, uma notação do ING de 1 corresponde a uma notação da S&P/Fitch de AAA e a uma notação da Moody's de Aaa; uma notação do ING Bank de 2 corresponde a uma notação da S&P/Fitch de AA+ e a uma notação da Moody's de Aa1, e por aí fora.

As 22 classificações são constituídas pelas categorias seguintes:

- Classificação de investimento (Classificação do risco 1-10);
- Classificação de não investimento (Classificação do risco 11-17);
- Subnorma (Classificação do risco 18-19); e
- Em situação de incumprimento (Notação do risco 20-22).

As primeiras três categorias (1-19) são notações do risco para empréstimos em situação de cumprimento. São calculadas nos sistemas de TI do ING com modelos desenvolvidos internamente com base em dados inseridos de forma manual ou automática. Em determinadas condições, o resultado de um modelo inserido manualmente pode ser questionado através de um processo de recurso de classificação claramente definido. As notações do risco para empréstimos em situação de incumprimento individualmente significativos (20-22) são definidas pela unidade de reestruturação global ou regional. Para carteiras de titularizações, as classificações externas da parte em que o ING investiu são as utilizadas.

As classificações do risco atribuídas a clientes são regularmente, pelo menos anualmente, revistas e o desempenho dos modelos subjacentes regularmente monitorizado. Mais de 94 % das exposições ao crédito do ING foram classificadas usando um dos modelos de classificação de PI desenvolvidos internamente. Na Carteira de BCIA, o nível de classificações em conformidade com os regulamentos excede a cobertura de 99 % por exposição. Alguns destes modelos são globais, como os modelos para Grandes Empresas, Bancos Comerciais, Seguradoras, Governos Centrais, Governos Locais, Fundos, Gestores de Fundos, Financiamento de Projetos e Empresas de Recursos. Embora outros modelos sejam mais específicos em termos regionais ou de país, como os modelos de PI para Pequenas e Médias Empresas (PME) na Europa Central, Países Baixos, Bélgica, Luxemburgo, assim como modelos de hipotecas residenciais e de empréstimos ao consumidor em vários mercados de retalho.

Os Modelos de Classificação para clientes de retalho são maioritariamente orientados e automatizados estatisticamente, de modo a que as notações possam ser atualizadas mensal ou bimensalmente. Os modelos para PME e empresas, instituições bancas maiores são atualizados manualmente e são individualmente monitorizados, pelo menos, anualmente.

Classes de exposição

O Comité de Basileia de Supervisão Bancária (CBSB) desenvolveu o conceito de «Classes de exposição», que foi transposto para os RFP/DFPIV. Estas são essencialmente um agrupamento de riscos de crédito associados a um tipo de cliente, tipo de produto e/ou tipo de cobertura comuns. Para a abordagem BCIA, a maioria das classes de exposição tem subcategorias. O ING aplicou as seguintes definições para determinar as Classes de exposição:

- **Soberanos** inclui entidades Governamentais Soberanas, Bancos Centrais e Autoridades Locais / Regionais reconhecidas, assim como Organizações Supranacionais;
- **Instituições** inclui todos os Bancos Comerciais, Instituições Financeiras Não Bancárias, como Fundos e Gestores de Fundos e Seguradoras, assim como entidades governamentais locais e regionais não classificadas como governos;
- **Empresas** inclui todas as entidades legais que não são consideradas Governos, Instituições ou Outro Retalho;
- **O Retalho** inclui as classes seguintes:
 - **Retalho – Garantido por bens imóveis não PME** (doravante **Hipotecas Residenciais**) inclui todos os empréstimos de retalho abrangidos por imóveis destinados a habitação
 - **Retalho - Garantido por bens imóveis PME** (incluído nas tabelas em **Outro Retalho**) inclui todos os empréstimos de retalho abrangidos por imóveis comerciais.
 - **Outro retalho** inclui todas as outras obrigações de crédito relacionadas com as PME de Retalho (como parcerias e empresas individuais) e particulares (como empréstimos ao consumidor, empréstimos automóveis e cartões de crédito). Nestas definições de classes de exposição, é possível que um indivíduo particular seja incluído nas hipotecas residenciais e outro retalho.
- **Titularizações** inclui programas de titularização em que o ING atua como investidor, patrocinador ou originador.

Modelos utilizados para classes de exposição

O ING desenvolveu modelos de PI, EAD e PDI para carteiras da Banca Grossista e da Banca de Retalho. Os modelos de PI, EAD e PDI estão sujeitos a aprovação da CTRC (ou em determinados casos delegados, da CDM) e as alterações que tiverem um impacto significativo nos resultados exigem aprovação do regulador antes da sua implementação. Por natureza, as classes de exposição supracitadas têm características diferentes e específicas. Para captar estas características específicas e ter valorizações e avaliações adequadas, o Desenvolvimento do Modelo está continuamente a atualizar e desenvolver modelos em cada classe de exposição. No total, o ING utiliza mais de 72 modelos internos diferentes.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

O ING distingue quatro tipos de cenários pós-incumprimento:

- *Sem Perda – Resolução:* o mutuário paga todos os valores em dívida (na medida em que o ING esteja legalmente autorizado) e o ativo volta a estar em não incumprimento. O ING não sofre qualquer perda no processo. A relação não é terminada e o mutuário volta a estar em situação de cumprimento;
- *Sem Perda – Saída sem perda:* O ING (ou o mutuário) liquida as cauções e pede garantias para recuperar a exposição ou o mutuário paga na totalidade. Depois disso, a relação é terminada. O ING não sofre qualquer perda no processo;
- *Perda – Saída com perda:* O ING (ou o mutuário) liquida as cauções e pede garantias para recuperar a exposição. Depois disso, a relação é terminada. O ING sofre perdas no processo; e
- *Perda – Reestruturação Urgente:* O ING reestrutura o acordo de empréstimo de modo a recuperar a exposição depois de permitir algum desconto. A relação com o mutuário continua depois da reestruturação. O ING sofre (algumas) perdas no processo.

Modelos da BCIA por classe de exposição

Na tabela abaixo são apresentados os números significativos de modelos de PI, EAD e PDI por ativo. Além disso, é fornecida uma descrição do modelo e da metodologia por classe de exposição. As classes de ativos apresentadas nesta tabela não estão em conformidade com as classes de Exposição de EBA, uma vez que o âmbito foi redefinido para se ajustar melhor ao âmbito do modelo. A exposição das PME, por exemplo, pode fazer parte das exposições Empresariais como de Outro Retalho, dependendo da dimensão da PME.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Modelos da BCIA e metodologia

	Tipo de modelo	Número de modelos significativos	Descrição e metodologia do modelo	Número de anos de dados
Soberanos	PI	1	O modelo PI do Governo Central é um modelo totalmente estatístico, que contém apenas indicadores quantitativos de risco.	>7 anos
	PDI	1	O modelo de PDI para os governos soberanos e outros governos é um modelo de recuperação não garantido baseado na avaliação de fatores estruturais que influenciam o desempenho de um país.	>7 anos
	EAD	1	O modelo EAD de Baixo Incumprimento é um modelo híbrido que agrupa informação de incumprimento de várias carteiras de baixo incumprimento, incluindo governos centrais e bancos centrais.	>7 anos
	PI	1	O modelo PI das entidades relacionadas com o governo é baseado em especialistas e atribui notações baseadas em fundamentos de crédito autónomo, bem como um nível de apoio do governo.	>7 anos
Entidades relacionadas com o governo	PDI	1	O modelo de PDI para as entidades relacionadas com o governo é um modelo de recuperação garantido/não garantido baseado na avaliação de fundamentos autónomos e geográficos.	>7 anos
	EAD	1	O modelo EAD de baixo incumprimento é um modelo híbrido que reúne informações de incumprimento de várias carteiras de baixo incumprimento, incluindo entidades relacionadas com o governo.	>7 anos
Instituições financeiras	PI	3	O principal modelo PI aplicado é o Bank Commercial com base em informações financeiras, qualitativas e do país. Os outros modelos PI para diferentes tipos de instituições financeiras são elaborados usando uma estrutura semelhante, mas são mais especializados para as características específicas da instituição financeira.	>7 anos
	PDI	1	O modelo PDI foi desenvolvido com base no parecer de especialistas, apoiado por dados internos e externos limitados. O modelo PDI desenvolvido baseia-se nas taxas de recuperação	>7 anos
	EAD	1	O modelo EAD de baixo incumprimento é um modelo híbrido utilizado que reúne informações de incumprimento de várias carteiras de baixo incumprimento, incluindo instituições financeiras.	>7 anos
Empresas - Empréstimos especializados	PI	3	Os modelos de tabelas de desempenho baseados em especialistas preveem uma notação para Financiamento de Imóveis Comerciais, Financiamento de Projetos, Financiamento do Comércio e Financiamento de Mercadorias.	>7 anos
	PDI	3	Os Modelos de PDI Híbridos preveem a perda dado o incumprimento para o Financiamento de Imóveis Comerciais, Financiamento de Projetos, Financiamento do Comércio e Financiamento de Mercadorias.	>7 anos
	EAD	1	Existe um modelo EAD dedicado para o financiamento de imóveis comerciais devido às especificidades desta carteira.	>7 anos
Grandes Empresas	PI	1	Em 13 anos de dados, incluindo o balanço financeiro e de informação qualitativa, assim como o risco-país e a influência da empresa-mãe.	>7 anos
	PDI	1	A Perda dado o Incumprimento para empresas grandes empresas é prevista por um modelo PDI híbrido dedicado, usando taxas de perda, bem como taxas de recuperação garantidas/não garantidas.	>7 anos
	EAD	1	O modelo EAD de baixo incumprimento é um modelo híbrido utilizado que reúne informações de incumprimento de várias carteiras de baixo incumprimento, incluindo grandes empresas.	>7 anos
PME	PI	6	Os modelos PI das PME são estimados estatisticamente e preveem diretamente uma PI. A maior parte destes modelos é desenvolvida localmente para refletir as circunstâncias regionais/de jurisdição.	>7 anos
	PDI	6	Os modelos estatísticos locais ou modelos híbridos utilizam várias entradas de dados sobre o comportamento de resolução, bem como do custo e da recuperação.	>7 anos
	EAD	6	Modelos estatísticos locais que utilizam várias entradas de dados, incluindo tipo de produto e geografia.	>7 anos
Garantido por Hipotecas Residenciais	PI	7 ₁	Os modelos de hipotecas PI são todos desenvolvidos estatisticamente e incluem informações específicas sobre o mutuário, comportamento de pagamento e informações relacionadas com o produto. Estes são modelos estatísticos que preveem diretamente uma PI.	>52 anos
	PDI	7	Os modelos estatísticos locais ou modelos híbridos utilizam várias entradas de dados sobre o comportamento de resolução, bem como do custo e da recuperação.	>7 anos
	EAD	7	Modelos estatísticos locais que utilizam várias entradas de dados, incluindo tipo de produto e geografia.	>7 anos
Particulares	PI	4 ₁	Os modelos de PI para indivíduos privados são todos desenvolvidos estatisticamente e incluem informações específicas sobre o mutuário, comportamento de pagamento e informações relacionadas com o produto. Estes são modelos estatísticos que preveem diretamente uma PI.	>52 anos
	PDI	4	Os modelos estatísticos locais utilizam várias entradas de dados sobre o comportamento de resolução, bem como do custo e da recuperação.	>7 anos
	EAD	4	Modelos estatísticos locais que utilizam várias entradas de dados, incluindo tipo de produto e geografia.	>7 anos
Outros ₁	Outros		(Obrigações cobertas, ativos estruturados)	

1 Os modelos belgas de PI oferecem uma notação ao nível do cliente, abrangendo os empréstimos garantidos e não garantidos.

2 Para a modelagem de PI do retalho, é permitido um mínimo de 5 anos com base nas Normas de Modelagem do ING, que estão em conformidade com os requisitos regulamentares

Alterações em 2017 aos modelos do risco de crédito

As alterações no modelo em 2017 foram, em grande parte, impulsionadas pelo acompanhamento das diretrizes regulamentares existentes e, no geral, resultaram num aumento de 3,4 mil milhões de euros em APR. A maior alteração deveu-se à introdução de um novo modelo PI e PDI para a carteira de hipotecas holandesa. Esta atualização levou a um aumento de 3,9 mil milhões de euros em APR impulsionado pela deterioração do PDI. A recalibração dos modelos de hipotecas alemãs resultou numa redução de APR de 1,2 mil milhões de euros.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Ferramentas de risco de crédito Políticas de risco de crédito

As políticas de risco de crédito do ING oferecem regras genéricas e funções e responsabilidades que prevalecem sempre dentro da organização. Embora seja dada tolerância para variação discricionária de modo a cumprir os regulamentos locais, estas variações devem sempre cumprir a política de risco de crédito global do ING e ser aprovadas pelo risco de crédito (local). Todas as políticas de risco de crédito são criadas segundo as normas de desenvolvimento de políticas e são revistas regularmente. Cada política tem um patrocinador do risco de crédito e é criada em concertação estreita com os vários grupos de interesse no risco de crédito, front office e, quando aplicável, outros departamentos da empresa. Todas as políticas exigem a aprovação pela Comissão de Risco de Crédito e, quando aplicável, pela Comissão de Crédito Global.

Sistemas do risco de crédito e normas de dados

A aceitação, manutenção, medição, gestão e participação de riscos de crédito a todos os níveis do ING são realizadas através da promoção de normas de dados de riscos de crédito únicas e comuns e da integração em ferramentas de riscos de crédito comuns que apoiam práticas dos riscos de crédito padronizadas e transparentes. O ING escolheu desenvolver ferramentas de risco de crédito centralmente. A filosofia é usar uma única fonte de dados, numa abordagem integrada que inclua a política do ING, o contexto regulamentar em que operamos e os processos diários que estão ativos em todo o grupo. A aplicação a essas três áreas é o requisito essencial para garantir que os padrões de qualidade e a disciplina dos dados permanecem elevados.

O modelo de dados centrado no cliente está em conformidade com as três principais necessidades de negócios do ING:

- Realizar transações de forma eficiente com as nossas contrapartes;
- Estar em conformidade com as nossas obrigações internas e externas; e
- Monitorizar os riscos que assumimos.

A abordagem centrada no cliente garante que o ING consegue reagir rapidamente às mudanças nas regulamentações, necessidades de negócios e melhores práticas nas nossas negociações com os nossos clientes e potenciais clientes.

Governança de Dados e Qualidade dos Dados

O ING reconhece que as informações e os dados subjacentes são ativos essenciais (juntamente com as pessoas, processos e sistemas de TI) para desenvolver ainda mais o seu perfil digital. A colaboração e o acordo mútuo quanto aos papéis e responsabilidades da gestão de dados global no ING são fatores de sucesso essenciais para cumprir este objetivo. Como tal, o ING adotou várias iniciativas de gestão e administração de dados fomentadas pelas partes interessadas internas e externas (por exemplo: Princípios para a Agregação Efetiva de Dados de Risco e Comunicação de Riscos). Nos departamentos do Risco de crédito e do Diretor de Operações de Risco, estes princípios estão incluídos na gestão dos dados de risco de crédito e consagrados na estrutura de Governança de Dados. A estrutura salienta papéis e responsabilidades relevantes para o ciclo de vida do risco e garantia de qualidade dos dados.

Ciclo de vida dos dados do risco de crédito

A estrutura de gestão dos dados de risco de crédito utilizados pelo ING tem por base o ciclo de vida dos dados do risco de crédito. A gestão relacionada com a entrega e troca de dados está descrita em vários acordos de dados entre os utilizadores e os fornecedores de dados. O âmbito dos dados do risco de crédito é o conjunto de dados determinado e atribuído aos requisitos internos e externos de relato do ING e aos requisitos de modelagem do risco de crédito. Acima de tudo, os dados podem ser categorizados como um dos dois tipos seguintes:

- **Dados atômicos:** o nível mais baixo de detalhe e os dados de base para todas as transformações de dados. Os princípios orientadores são que cada elemento de dados apenas deve ser inserido uma vez e deve ter um sistema de proprietário de dados e «home» ou base de dados clara definidos para todos os usos desse elemento de dados. A partir da «home» de dados, estes podem ser redistribuídos para outros sistemas ou bases de dados que poderão exigir os dados num método automatizado de Processamento Direto (STP). Dependendo da necessidade, os dados podem ser transferidos em tempo real, tempo quase real, diariamente, semanalmente ou mensalmente.
- **Dados derivados:** dados derivados de outros elementos de dados (atômicos ou derivados) como resultado de transformações de dados como modelos, cálculos e agregação de risco de crédito. Os dados derivados são armazenados no sistema de risco de crédito central (Vortex).

Um componente fundamental dos dados de risco de crédito é que esses dados são usados continuamente em todas as etapas do ciclo de gestão do risco de crédito. Ao utilizar e reutilizar os dados, há um incentivo contínuo para todos os prestadores e utilizadores de dados garantirem a alta qualidade dos dados relativamente à sua entrega e utilização.

O ciclo de vida dos dados do risco de crédito descreve as fases interligadas do ciclo de vida da definição dos dados à utilização dos mesmos, conforme ilustrado na figura abaixo:



Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

- **Definições de Dados:** esta etapa do processo garante que os termos de dados de risco de crédito atômicos e derivados têm uma definição única e um proprietário da definição em toda a organização. Garante também que os dados definidos estão aptos para o efeito para o qual serão utilizados.
- **Recolha:** garante que os dados atômicos são recolhidos por unidades de negócios e que estão disponíveis para troca segundo normas e especificações pré-acordados.
- **Troca:** garante que a troca de dados é executada conforme acordado entre o proprietário dos dados e o utilizador de dados.
- **Processamento e Cálculo:** processa dados atômicos entregues e utiliza-os para calcular os dados derivados do risco de crédito. O resultado desta fase é utilizado como informação para a agregação de dados do risco de crédito em, por exemplo, participação do risco.
- **Utilização de Dados:** garante a recolha e utilização de dados apta para os vários objetivos, por exemplo: relatórios de modelação, regulamentares e estatais. Garante que a utilização ou distribuição de dados é efetuada segundo o objetivo acordado e as regras de confidencialidade, proteção, segurança e retenção de dados.
- **Garantia de Qualidade dos Dados:** estabelece a gestão de qualidade dos dados com o foco principal em como a qualidade dos dados do risco de crédito é gerida ao longo do ciclo de vida dos dados do risco de crédito. Abrange o ciclo de qualidade dos dados, os critérios de qualidade dos dados e as atividades relevantes ao longo das etapas.
O ciclo de qualidade dos dados consiste em quatro etapas: definir, implementar, monitorizar e melhorar. Durante a etapa de definição dos dados, são determinadas regras de qualidade dos dados. Tendo determinado as definições, são implementadas regras de qualidade de dados locais nos sistemas fonte e ambos de forma sucessiva e simultânea, são implementadas regras de qualidade dos dados no sistema de risco de crédito central. A fase seguinte consiste em validações de dados, atividades de monitorização e controlo efetuadas no início da troca de dados e após a fase de processamento e cálculo de dados. A última fase é a melhoria contínua da qualidade dos dados que pode ser dividida em duas categorias:
 - Os problemas pontuais e os problemas recorrentes que são identificados, priorizados e sujeitos a resolução;
 - A revisão periódica das regras e melhorias de qualidade dos dados com base nos conhecimentos adquiridos com a resolução de problemas, auditorias e melhores práticas;

Após a última fase, o ciclo de qualidade dos dados recomeça do início, levando a uma qualidade elevada dos dados do risco de crédito.

Carteira do risco de crédito

A exposição do crédito do ING está especialmente relacionada com empréstimos tradicionais a indivíduos e empresas, seguidos por investimentos em obrigações e outros ativos titularizados. Os empréstimos a particulares são maioritariamente empréstimos hipotecários garantidos por imóveis destinados a habitação. Os empréstimos (incluindo as garantias emitidas) a empresas incluem muitas vezes cauções, mas podem não ser garantidos com base na análise interna da capacidade de endividamento do mutuário.

Geralmente, as obrigações na carteira de títulos não são garantidas. Os ativos titularizados como Títulos Apoiados por Hipotecas e os Títulos Apoiados por Ativos são garantidos pela parte pro rata do conjunto diversificado de ativos subjacentes (hipotecas comerciais ou residenciais, empréstimos automóveis e/ou outros ativos) detidos pelo emissor do título. A última grande fonte de risco de crédito envolve exposições de pré-liquidação que decorrem de atividades de negociação, incluindo derivados, operações de recompra e operações de empréstimos de títulos. Isto também é identificado como risco de crédito da contraparte.

Exceto quando especificado em contrário, os números nas tabelas incluídas na secção de risco de crédito são calculados com base nas normas regulamentares dos Requisitos de Fundos Próprios e da Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios IV e incluem «empréstimos recíprocos» para o ING Group. A decomposição da carteira do ING por classe de exposição e por categoria de risco é mostrada abaixo.

Classes de exposição: Carteira do ING Bank por categoria do risco, como % do total da EAD regulamentar											
	Empréstimos		Investimento		Mercado Monetário		Pré-liquidação		Total		Total (TODOS)
	BCIA	SA	BCIA	SA	BCIA	SA	BCIA	SA	BCIA	SA	
2017											
Soberanos	1,8%	0,2%	7,0%	0,1%	2,4%	0,1%	0,4%	0,0%	11,6%	0,4%	12,0%
Instituições	3,9%	0,6%	1,1%	0,0%	0,3%	0,0%	3,8%	0,1%	9,2%	0,6%	9,8%
Gestão	33,7%	0,8%	0,4%	0,0%	0,1%	0,0%	1,3%	0,0%	35,5%	0,8%	36,3%
Hipotecas Residenciais	33,4%	1,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	33,4%	1,9%	35,3%
Outro retalho	4,5%	1,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,5%	1,3%	5,8%
Titularizações	0,2%	0,0%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%	0,0%	0,8%
Total	77,6%	4,7%	9,1%	0,1%	2,7%	0,2%	5,5%	0,1%	94,9%	5,1%	100,0%

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Classes de exposição: Carteira do ING Bank por categoria do risco, como % do total da EAD regulamentar											
	En préstim os		Investimento		Mercado Monetário		Pré-liquidação		Total		Total (TODOS)
	BCIA	SA	BCIA	SA	BCIA	SA	BCIA	SA	BCIA	SA	BCIA + PA
2016											
Soberanos	2,2%	0,0%	7,9%	0,1%	1,7%	0,2%	0,2%	0,0%	12,0%	0,3%	12,3%
Instituições	3,1%	0,3%	1,8%	0,0%	0,4%	0,0%	4,9%	0,1%	10,2%	0,3%	10,5%
Gestão	32,8%	1,4%	0,4%	0,0%	0,1%	0,0%	1,7%	0,0%	35,0%	1,5%	36,5%
Hipotecas Residenciais	33,4%	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	33,4%	0,9%	34,3%
Outro retalho	4,2%	1,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,2%	1,4%	5,6%
Titularizações	0,1%	0,0%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,8%	0,0%	0,8%
Total	75,8%	4,0%	10,8%	0,1%	2,1%	0,2%	6,9%	0,1%	95,6%	4,4%	100,0%

Durante 2017, a carteira total do ING diminuiu 0,5 % para 842 milhões de euros READ (774 mil milhões de euros de valores em dívida), impulsionado sobretudo pelas variações da taxa de câmbio, parcialmente compensadas pelo crescimento do volume. A queda relacionada com a variação das taxas de juros foi impulsionada pela depreciação do dólar americano (12,2 %) e do dólar australiano (5,1 %) em relação ao euro. A concentração na carteira da Abordagem Padronizada aumentou principalmente devido a uma combinação de crescimento de volume e alterações na carteira da abordagem Baseada na Notação Interna Avançada (AIRB) para a Abordagem Padronizada (AP).

A concentração nas empresas diminuiu ligeiramente, causada principalmente pela mudança na exposição do segmento de empréstimos a empresas da AP para o segmento hipotecário residencial da AP para alinhar o âmbito às práticas regulares de relato de capital. O aumento no segmento da abordagem Baseada na Notação Interna Avançada (AIRB) foi principalmente impulsionado pelo crescimento do volume nas carteiras da Banca Grossista de Serviços de Transação, Empresas e Instituições Financeiras e Financiamento Estruturado e Empréstimos. O aumento do volume nos Empréstimos a Empresas e Instituições Financeiras observou-se principalmente na Bélgica e na Alemanha, o crescimento nos Serviços de Transação foi principalmente testemunhado na Ásia, enquanto o crescimento no Financiamento Estruturado foi principalmente observado na Europa. O crescimento foi parcialmente compensado pela desvalorização do dólar americano, que afetou principalmente a carteira do Financiamento Estruturado.

Nas hipotecas residenciais, a concentração aumentou essencialmente devido à mudança da exposição do crédito empresarial da AP para o setor hipotecário residencial da AP, de modo a alinhar o âmbito às práticas regulares de relato de capital. O declínio foi principalmente visível nos Países Baixos devido a reembolsos na principal carteira hipotecária, transferência contínua de hipotecas do WestlandUtrecht (WU) Bank para o NN Bank e a liquidação da carteira hipotecária do WU Bank. Isto foi parcialmente compensado pelo crescimento das hipotecas residenciais na Bélgica, Alemanha, Polónia e Espanha.

Em outro retalho, a concentração aumentou essencialmente devido a um maior volume de empréstimos ao consumidor nas carteiras de retalho dos Mercados Desafiadores e em Crescimento.

A concentração em títulos soberanos diminuiu devido a uma diminuição das exposições das obrigações do Estado de França, dos Países Baixos, da Áustria e da Bélgica, que foi parcialmente compensada pelo aumento da exposição do mercado monetário para os bancos centrais do Luxemburgo e da Bélgica. A concentração nas instituições diminuiu devido a um declínio nos derivados da taxa de juros para uma câmara de compensação central de contrapartes.

Limites de notação de risco por linha de negócios e tipos de crédito

Os limites da notação de risco são definidos com base na qualidade das exposições em termos de capacidade de endividamento, variando de grau de investimento a empréstimos em situação de incumprimento expressos nos equivalentes de notação da S&P, Moody's e Fitch.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Classes de risco: Carteira do ING Bank por linha de negócio, como % de dívida total^{1,2,3}

Classe de notação	Banca Grossista		Retalho no Benelux		Mercados Desafiadores e Mercados em Crescimento		Linha Empresarial		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1 (AAA)	6,0%	7,1%	0,2%	0,2%	7,3%	7,3%	57,5%	42,7%	5,5%	5,5%
2-4 (AA)	11,4%	11,9%	3,1%	5,7%	16,3%	16,1%	0,1%	0,3%	10,1%	11,0%
5-7 (A)	20,2%	18,9%	8,2%	4,2%	19,8%	15,0%	4,8%	3,9%	16,4%	13,4%
8-10 (BBB)	27,5%	27,0%	42,3%	34,5%	28,1%	32,7%	26,7%	7,5%	31,9%	30,5%
11-13 (BB)	26,9%	26,5%	34,6%	43,2%	21,0%	21,5%	8,3%	42,2%	27,3%	30,3%
14-16 (B)	5,2%	5,5%	7,1%	7,5%	5,6%	5,6%	0,0%	0,0%	5,8%	6,1%
17-22 (CCC & NPL)	2,8%	3,0%	4,5%	4,7%	1,9%	1,8%	2,6%	3,5%	3,0%	3,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

- Com base na mensuração do risco de crédito contida nas atividades de empréstimo, antes da liquidação, mercado monetário e de investimento.
- As obrigações cobertas são apresentadas com base na notação de crédito externo do emissor em questão. As emissões de obrigações cobertas geralmente incluem uma melhor classificação do crédito externo do que o emissor sozinho, devido às características estruturais destas obrigações cobertas.
- Divisão de Valores em Dívida (OS) por linha de negócios: Banca Grossista (Valores em Dívida (OS) de 335 milhões de euros), Retalho no Benelux (Valores em Dívida (OS) de 225 milhões de euros), Mercados Desafiadores e em Crescimento no Retalho (Valores em Dívida (OS) de 201 mil milhões de euros), Corporate Line (Valores em Dívida (OS) de 12 mil milhões de euros).

No geral, a concentração da classe de notação melhorou, observou-se diminuição das concentrações para todas as classes abaixo da classe de notação BBB, enquanto as outras classes apresentam principalmente um aumento das concentrações. A exposição global do ING permaneceu concentrada nas classes de notação BBB e BB.

Para os ativos com notação AAA, a concentração na Banca Grossista diminuiu, enquanto aumentava na Corporate Line devido a uma alteração nos depósitos de reserva regulamentar no Banco Central Holandês entre estas linhas de negócios. A diminuição da Banca Grossista foi parcialmente compensada pelo aumento dos ativos do mercado monetário para os bancos centrais do Luxemburgo e da Bélgica. A concentração na classe A de notação para a Banca Grossista aumentou principalmente devido a uma melhor notação para uma instituição financeira alemã, passando a exposição de pré-liquidação da classe de notação BBB para A. O aumento na classe A de notação foi parcialmente compensado pela menor exposição em ativos do mercado monetário para a Banca Grossista. Uma atualização da notação do Bank of Beijing mudou a exposição do investimento de capital da classe de notação BB para a classe de notação BBB na Corporate Line.

A distribuição da notação para o Retalho no Benelux melhorou principalmente devido a um modelo de probabilidade de incumprimento (PI) hipotecário holandês atualizado que passou para a concentração das classes de risco BBB para A. A migração adicional de risco positivo no Retalho nos Países Baixos deveu-se a alterações positivas nas notações e a menores exposições em incumprimento. Após uma desvalorização de um grau da notação para o governo da Bélgica, as organizações relacionadas com o governo belga foram desvalorizadas ao longo do ano, passando a exposição da classe AA para A de notação. Nos Mercados Desafiadores e em Crescimento de Retalho, as exposições mudaram de classe BB para A de notação depois de um aperfeiçoamento do modelo de hipoteca PI no Retalho na Alemanha. A redução na classe de notação BBB foi parcialmente compensada por uma atualização do modelo de probabilidade de incumprimento (PI) hipotecário do ING Itália, aumentando a concentração na classe de notação BBB.

Classes de risco: Carteira do ING Bank por tipo de risco de crédito, por % de dívida total^{1,2}

Classe de notação	Empréstimos		Investimento		Mercado Monetário liquidação		Antes da		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1 (AAA)	1,8%	1,9%	29,7%	28,3%	22,6%	14,5%	5,4%	3,4%	5,5%	5,5%
2-4 (AA)	4,5%	5,2%	39,6%	40,4%	58,8%	50,4%	14,0%	14,8%	10,1%	11,0%
5-7 (A)	14,2%	10,1%	17,6%	16,9%	7,3%	14,0%	49,0%	47,5%	16,4%	13,4%
8-10 (BBB)	36,6%	35,3%	9,6%	6,9%	3,0%	4,2%	19,4%	23,3%	31,9%	30,5%
11-13 (BB)	32,2%	36,0%	3,3%	7,2%	7,9%	15,4%	10,2%	9,1%	27,3%	30,3%
14-16 (B)	7,0%	7,5%	0,0%	0,2%	0,4%	1,5%	1,4%	1,5%	5,8%	6,1%
17-22 (CCC & NPL)	3,7%	4,0%	0,2%	0,1%	0,0%	0,0%	0,6%	0,4%	3,0%	3,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

- Com base na mensuração do risco de crédito contida nas atividades de empréstimo, antes da liquidação, mercado monetário e de investimento.
- As obrigações cobertas são apresentadas com base na notação de crédito externo do emissor em questão. As emissões de obrigações cobertas geralmente incluem uma melhor classificação do crédito externo do que o emissor sozinho, devido às características estruturais destas obrigações cobertas.

Concentração da indústria do risco

O ING utiliza uma metodologia de classificação da indústria comum com base no sistema NAICS (Sistema de Classificação Industrial da América do Norte). Esta metodologia tem mais de 1 500 descrições industriais detalhadas, que se encontram agrupadas em 22 classes industriais ao mais elevado nível.

Certos países exigem que o ING relate localmente com base noutras metodologias de classificação da indústria, que geralmente provêm das classificações do NAICS apresentadas aqui. As hipotecas residenciais apenas costumam ser alargadas a particulares.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Concentração do risco: Carteira do ING Bank por setor económico, como % da dívida total:

Indústria	Banca Grossista		Retail no Benelux		Mercados Desafiadores e Mercados em Crescimento		Linha Empresarial		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Particulares	0,0%	0,0%	72,6%	73,4%	72,6%	68,8%	0,0%	0,0%	40,1%	39,5%
Bancos Comerciais	14,7%	14,8%	0,1%	0,2%	4,9%	6,5%	40,1%	56,4%	8,3%	8,8%
Recursos naturais	15,7%	15,0%	0,4%	0,4%	0,6%	0,7%	0,0%	0,0%	7,1%	6,8%
Imobiliário	10,8%	10,2%	5,1%	4,7%	1,0%	0,9%	0,0%	0,0%	6,4%	6,0%
Governos Centrais	8,7%	9,9%	1,1%	0,9%	4,9%	5,6%	26,4%	36,3%	5,8%	6,5%
Instituições Financeiras Não Bancárias	9,7%	10,4%	1,0%	0,9%	1,2%	3,2%	6,5%	7,3%	4,9%	5,7%
Transporte e Logística	7,3%	8,0%	1,2%	1,1%	0,4%	0,4%	0,0%	0,0%	3,6%	3,9%
Bancos Centrais	4,7%	5,1%	0,1%	0,1%	1,9%	1,6%	27,0%	0,0%	3,0%	2,7%
Serviços	3,7%	3,2%	4,0%	3,6%	0,6%	0,6%	0,0%	0,0%	2,9%	2,6%
Alimentos, Bebidas e Cuidados pessoais	3,8%	3,7%	2,2%	2,1%	1,3%	1,3%	0,0%	0,0%	2,6%	2,6%
Administração Pública Inferior	1,1%	1,2%	2,2%	2,8%	5,8%	5,6%	0,0%	0,0%	2,6%	2,8%
Indústrias Gerais	4,0%	3,4%	1,6%	1,5%	1,5%	1,5%	0,0%	0,0%	2,6%	2,3%
Químicos, Saúde e Farmacêuticos	2,5%	2,4%	2,8%	2,8%	0,7%	0,7%	0,0%	0,0%	2,1%	2,1%
Outros	13,3%	12,7%	5,6%	5,5%	2,6%	2,6%	0,0%	0,0%	8,0%	7,7%
Total	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %

1 Com base no valor total do risco de crédito na respetiva coluna, utilizando as metodologias internas de medição do risco de crédito do ING. Os setores económicos abaixo de 2 % não são apresentados em separado, são agrupados em Outros.

A principal concentração em Indivíduos Privados está relacionada com os empréstimos hipotecários. O crescimento do volume de hipotecas, principalmente na Bélgica, Alemanha e Espanha, foi compensado por uma queda nas exposições hipotecárias nos Países Baixos. O decréscimo nos Países Baixos deveu-se a reembolsos na carteira principal de hipotecas, à transferência continuada de hipotecas do WestlandUtrecht (WU) Bank para o NN Bank e à liquidação da carteira de hipotecas do WU Bank.

A concentração nos Governos Centrais diminuiu após uma redução nas exposições das obrigações governamentais de França, Países Baixos, Áustria e Bélgica dentro da Banca Grossista e dos Mercados Desafiadores e em Crescimento no Retail. Na carteira da Banca Grossista, isto foi parcialmente compensado por um aumento das obrigações do governo dos EUA.

A concentração em Instituições Financeiras Não Bancárias diminuiu devido a menores exposições pré-liquidação na Banca Grossista dos Países Baixos e menores exposições em obrigações cobertas e títulos garantidos por ativos nos Mercados Desafiadores e em Crescimento no Retail. Além disso, a depreciação do dólar americano em relação ao euro causou uma diminuição na concentração nos setores de Transporte e Logística e Instituições Financeiras Não Bancárias na Banca Grossista. Dentro dos Bancos Centrais, o aumento da concentração na Corporate Line é explicado pela alteração dos depósitos de reserva regulamentar no Banco Central Holandês da Banca Grossista. Após esta alteração, as proporções dos outros conjuntos da Corporate Line diminuíram.

Risco-país

As alterações da concentração do risco-país para os Países Baixos, Bélgica e Alemanha estavam maioritariamente relacionadas com os empréstimos hipotecários residenciais. Além disso, para os Países Baixos, as exposições ao banco central holandês passaram da Banca Grossista para a Corporate Line. A concentração no Resto da Europa diminuiu nos Mercados Desafiadores e em Crescimento do Retail, essencialmente devido à redução dos investimentos em obrigações em Espanha e da posição associada à concessão de empréstimos na Turquia. Na Ásia, a concentração na Banca Grossista aumentou essencialmente devido à maior exposição a instituições financeiras na China e a empresas de Taiwan e Emirados Árabes Unidos. Além disso, a diminuição da concentração na Ásia para a Corporate Line estava relacionada com a menor exposição ao investimento.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Exposições do risco-país: Carteira do ING Bank por área geográfica:

		Mercados Desafiadores e									
		Banca Grossista		Retalho no Benelux		Mercados em Crescimento		Linha Empresarial			Total
Região		2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Europa	Países Baixos	12,8%	14,2%	62,3%	65,5%	0,2%	0,5%	64,4%	50,6%	24,0%	25,7%
	Alemanha	5,7%	5,4%	0,2%	0,2%	46,0%	44,4%	0,3%	0,1%	13,8%	13,3%
	Bélgica	6,8%	6,2%	35,1%	32,1%	0,3%	0,5%	0,0%	0,0%	12,9%	12,0%
	Resto da Europa²	41,0%	40,8%	2,2%	2,0%	34,4%	35,5%	0,6%	0,2%	28,3%	28,2%
Américas		19,5%	19,5%	0,1%	0,1%	1,2%	1,5%	0,1%	0,1%	9,5%	9,5%
Ásia/Pacífico		11,9%	11,6%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	34,5%	48,8%	6,1%	6,0%
Austrália		1,4%	1,3%	0,0%	0,0%	17,8%	17,5%	0,1%	0,2%	5,0%	4,8%
Resto do Mundo		0,9%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	0,5%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

1 As áreas geográficas baseiam-se no país de residência, exceto para particulares, cujas áreas geográficas têm por base o principal país de risco.

2 As 5 principais exposições no Resto da Europa são para o Reino Unido (3,8 %), Polónia (3,8 %), França (3,2 %), Espanha (3,1 %) e Itália (2,4 %).

Mitigação do risco de crédito

Os negócios de empréstimo e investimento do ING estão sujeitos ao risco de crédito. Como tal, a capacidade de endividamento dos nossos clientes e os seus investimentos são continuamente monitorizados para verificar a sua capacidade de cumprir as suas obrigações financeiras com o ING. Além de determinar a qualidade do crédito e a capacidade de endividamento do cliente, o ING utiliza várias técnicas e instrumentos de mitigação do risco de crédito para mitigar o risco de crédito associado a uma exposição e reduzir as perdas incorridas após um evento de incumprimento da obrigação que um cliente possa ter com o ING. A terminologia mais comum utilizada no ING para proteção do risco de crédito é «cobertura». Embora uma cobertura possa ser um mitigante importante do risco de crédito e uma fonte alternativa de reembolso, geralmente é prática do ING emprestar com base na capacidade de endividamento do cliente, em vez de depender exclusivamente do valor da cobertura. No ING existem duas formas diferentes de coberturas: ativos e obrigações de terceiros.

Formas de cobertura

Ativos

O ativo que foi concedido ao ING Bank como garantia ou caução confere ao ING o direito o liquidar nos casos em que o cliente for incapaz de cumprir a sua obrigação financeira. Como tal, os procedimentos podem ser aplicados na compensação completa ou parcial da exposição por atraso do cliente. Um ativo pode ser tangível (como caixa, títulos, créditos, inventário, fábricas e maquinaria e hipotecas em propriedades de imobiliário) ou intangível (como patentes, marcas registadas, direitos contratuais e licenças).

Obrigação de terceiros

A obrigação de terceiros, indemnização ou compromisso (por contrato e/ou por lei) é uma declaração legalmente vinculativa por um terceiro que concede ao ING o direito de esperar e reivindicar de terceiros o pagamento de uma quantia se o cliente não cumprir as suas obrigações para com o ING. Os exemplos mais comuns são garantias (como garantias da empresa-mãe e seguros de créditos de exportação) e cartas de conforto.

Metodologia de avaliação da cobertura

Estão implementadas diretrizes gerais para a avaliação da cobertura de modo a garantir a consistência da aplicação no ING. Estas diretrizes gerais também exigem que o valor da cobertura seja monitorizado regularmente. As coberturas são reavaliadas em conformidade e sempre que existir uma razão para o mercado estar sujeito a alterações significativas nas condições. A frequência da monitorização e reavaliação depende dos tipos de cobertura.

O método de avaliação também depende do tipo de cobertura. Para caução com ativos, as fontes de avaliação podem ser o saldo contabilístico do cliente (por exemplo: inventário, maquinaria e equipamento), o valor nominal (por exemplo: caixa, crédito), o valor de mercado (por exemplo: títulos e mercadorias), o avaliador independente (imobiliário comercial) e os índices de mercado (imobiliário residencial). Para obrigações de terceiros, a avaliação baseia-se no valor atribuído ao contrato entre o ING e esse terceiro.

Coberturas

Esta secção inclui uma perspetiva do tipo de coberturas e a medida em que um empréstimo é caucionado. As divulgações da cobertura são apresentadas por categoria do risco: Empréstimos, Investimento, Mercado Monetário e Pré-Liquidação. Os montantes de cobertura são apresentados pelas formas de garantia mais relevantes, que são hipotecas e garantias financeiras (caixa e títulos) e a obrigação mais relevante de terceiros são as garantias. O ING obtém coberturas elegíveis para mitigação do risco de crédito ao abrigo da RFP/DFPIV, assim como as não elegíveis.

As garantias que cobrem as transações do mercado financeiro são avaliadas diariamente. Para mitigar o risco de crédito decorrente das transações do Mercado Financeiro, o banco celebra contratos legais trocando garantias financeiras (obrigações do estado de alta qualidade e dinheiro).

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Os valores da cobertura são apresentados para a carteira total do ING. As coberturas das carteiras Baseadas na Notação Interna Avançada (AIRB) e na Abordagem Padronizada (AP) são apresentadas em detalhe, refletindo a carteira completa do ING. Ao lado, é disponibilizada informação detalhada sobre a cobertura para a carteira em situação de cumprimento e em situação de incumprimento. A definição de empréstimo em situação de incumprimento é explicada em detalhe na secção «Reestruturação do Crédito». Para entender a natureza dos empréstimos garantidos, dá-se uma perceção sobre a divisão do setor e geografia da carteira do ING também. Para efeitos de comparação com as tabelas anteriores, os atrasos são utilizados para ilustrar a carteira do ING.

As exposições são categorizadas em diferentes reservas do Empréstimo (VE) que oferecem uma perspetiva do nível de cobertura pela garantia do ING. O VE é calculado como o valor de cobertura dividido pelos valores em dívida na data do saldo contabilístico. Os valores da cobertura são indexados e excluem qualquer custo de liquidação. As coberturas podem ser válidas para todos os limites, sublimites ou um atraso específico de um mutuário, o último sendo o mais comum. Para efeitos de evitar a agregação, a cobertura de todos os atrasos está limitada a 100 %. Neste resumo do Valor do Empréstimo (VE), a caução excessiva é ignorada. Cada limite é subsequentemente atribuído a uma das seis reservas VE definidas: sem cobertura, >0 % a 25 %, >25 % a 50 %, >50 % a 75 %, >75 % a <100 % e ≥ 100 %. Uma vez que a natureza da carteira antes da liquidação determina se a caução é líquida, estas reservas de VE não são ilustradas.

As primeiras duas tabelas disponibilizam uma síntese das cauções de toda a carteira do ING Bank.

Valores de cobertura, incluindo as garantias recebidas, Total ING Bank – 2017

	Valores em dívida	Tipo de cobertura					Valor do Empréstimo		
		Hipotecas	Garantias Financeiras Elegíveis	Outras RFP/DFP IV elegíveis	Garantias elegíveis na RFP/DFP IV	Não elegível na RFP/DFP IV	Sem Cobertura	Parcialmente coberto	Completamente coberto
Empréstimos ao Consumidor	308.349	512.709	3.680	338	25.130	38.551	6,3%	9,3%	84,4%
Empréstimos Empresariais	320.153	134.667	15.185	99.569	90.777	128.985	35,3%	24,1%	40,6%
Investimento e Mercado Monetário	100.450		59	117	522		99,5%	0,4%	0,2%
Empréstimo Total, Investimento e Mercado Monetário	728.951	647.376	18.923	100.024	116.429	167.536	31,9%	14,6%	53,6%
Antes da liquidação ¹	44.685								
Total Banco	773.636	647.376	18.923	100.024	116.429	167.536	31,9%	14,6%	53,6%

1 Podem encontrar-se mais informações sobre os mitigantes do risco de crédito na secção Pré-liquidação.

Valores de cobertura, incluindo as garantias recebidas, Total ING Bank – 2016

	Valores em dívida	Tipo de cobertura					Valor do Empréstimo		
		Hipotecas	Garantias Financeiras Elegíveis	Outras RFP/DFP IV elegíveis na RFP/DFP IV	Garantias elegíveis na RFP/DFP IV	Não elegível na RFP/DFP IV	Sem Cobertura	Parcialmente coberto	Completamente coberto
Empréstimos ao Consumidor	304.448	486.156	3.494	391	25.846	34.839	5,6%	14,3%	80,1%
Empréstimos Empresariais	310.395	128.578	17.004	89.204	98.559	132.672	33,6%	28,1%	38,3%
Investimento e Mercado Monetário	110.218				989		99,1%	0,3%	0,6%
Empréstimo Total, Investimento e Mercado Monetário	725.061	614.734	20.498	89.595	125.395	167.511	31,8%	18,1%	50,1%
Antes da liquidação ¹	50.003								
Total Banco	775.065	614.734	20.498	89.595	125.395	167.511	31,8%	18,1%	50,1%

1 Podem encontrar-se mais informações sobre os mitigantes do risco de crédito na secção Pré-liquidação.

Durante o ano, o nível de cobertura pela garantia de toda a carteira melhorou. Excluindo a carteira antes da liquidação, 53,6 % do total de valores em dívida do ING Bank foi totalmente garantido em 2017 (2016: 50,1%). Uma vez que os investimentos tradicionalmente não exigem coberturas, a percentagem de «sem cobertura» nesta carteira é de quase 100 %. Contudo, 96 % dos atrasos de investimento são de classificação de investimento.

As melhores condições económicas nos principais mercados do ING levaram a melhores avaliações de garantias, resultando num melhor índice de cobertura. O aumento nos empréstimos empresariais para as coberturas de «Outros RFP/DFP IV elegíveis» situava-se principalmente na região das Américas, enquanto a diminuição das «Garantias» foi observada nas regiões das Américas e Ásia.

Carteira de empréstimo ao consumidor

A carteira dos créditos ao consumidor representa 39,9 % do total dos valores em dívida do ING Bank. A carteira dos créditos ao consumidor é composta por empréstimos hipotecários residenciais (92,7 %) e outros empréstimos para empréstimos ao consumidor, que são maioritariamente compostos por empréstimos a prazo, créditos rotativos empréstimos pessoais aos consumidores. Como resultado, a maioria das cauções é composta por hipotecas. Os valores da hipoteca são recolhidos numa base de dados central interna e, na maior parte dos casos, os dados externos são utilizados para indexar o valor de mercado (por exemplo, trimestralmente, os valores hipotecários para os Países Baixos são atualizados usando o Índice de Preços da Habitação NVM).

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Uma parte significativa da carteira de hipotecas residenciais do ING é fornecida nos Países Baixos (42,0 %), seguida de outros mercados principais, como a Alemanha (24,7 %), Bélgica e Luxemburgo (11,8 %) e Austrália (10,7 %). Dado o tamanho da carteira hipotecária holandesa, abaixo poderá encontrar a metodologia de avaliação utilizada para determinar os valores da cobertura das hipotecas residenciais holandesas.

Avaliação das hipotecas holandesas

Quando um empréstimo para hipoteca é concedido nos Países Baixos, a política indica o valor máximo do empréstimo no mercado (VMEM) para uma propriedade existente e para financiamento de propriedades para construção de 101 % (em 2016: 102 %). Em 2018, o valor máximo do empréstimo no mercado (VMEM) reduzirá ainda mais para 100 %. Os valores de cobertura são recolhidos nos sistemas locais que subsequentemente passam para um sistema de dados central. Todas as avaliações são efetuadas por avaliadores certificados que estão registados numa das organizações aceites pelo ING. Além disso, o avaliador deve ser um membro da NVM (Nederlandse Vereniging van Makelaars – Associação Holandesa de Agentes Imobiliários), VBO (Vereniging Bemiddeling Onroerend Goed – Associação de Corretores Imobiliários), VastgoedPRO (Associação de Profissionais do Imobiliário) ou NVR (Nederlandse Vereniging van Rentmeesters).

Carteira de créditos ao consumidor - valores de cobertura

As tabelas abaixo mostram os valores das diferentes coberturas e o VE dividido entre os empréstimos em situação de incumprimento e de risco.

Valores de cobertura, incluindo as garantias recebidas - Carteira de créditos ao consumidor – 2017

	Valores em divida	Tipo de cobertura					Valor do Empréstimo					
		Hipotecas	Garantia Financeira Elegível	Outras RFP/DFP nos RFP/DFP IV	Garantias	Não elegível nos RFP/DFP IV	Sem Cobertura	>0 % - 25%	>25 % - 50%	>50 % - 75%	>75 % - <100 %	≥ 100%
Em situação de cumprimento												
Hipotecas Residenciais (Particulares)	277.776	500.753	2.980	116	23.597	32.104	0,0%	0,0%	0,1%	1,2%	8,5%	90,2%
Hipotecas Residenciais (PME) ¹	4.882	7.411	68	67	155	1.342	0,0%	0,4%	1,2%	1,6%	7,7%	89,1%
Outros Empréstimos ao Consumidor	21.791	246	604	142	1.147	4.384	84,6%	0,3%	0,1%	0,2%	0,7%	14,1%
Total em situação de cumprimento	304.449	508.409	3.652	325	24.900	37.830	6,1%	0,1%	0,1%	1,1%	7,9%	84,7%
Em situação de incumprimento												
Hipotecas Residenciais (Particulares)	2.883	4.046	26	4	211	646	0,8%	0,2%	0,6%	4,1%	18,9%	75,4%
Hipotecas Residenciais (PME) ¹	159	249		5	10	21	0,7%	1,9%	0,6%	1,8%	10,7%	84,2%
Outros Empréstimos ao Consumidor	857	6	1	4	9	53	95,6%	0,3%	0,1%	0,2%	0,7%	3,0%
Total de Em situação de incumprimento	3.900	4.300	27	13	230	720	21,6%	0,3%	0,5%	3,1%	14,6%	59,9%
Outros Empréstimos ao Consumidor	308.349	512.709	3.680	338	25.130	38.551	6,3%	0,1%	0,1%	1,1%	8,0%	84,4%

¹ Consiste principalmente em hipotecas residenciais para pequenos clientes empresariais

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Valores de cobertura, incluindo as garantias recebidas - Carteira de créditos ao consumidor – 2016

Valores de cobertura, incluindo as garantias recebidas - carteira de créditos ao consumidor - 2016												
	Atrasos dívida	Tipo de cobertura					Valor do Empréstimo					
		Garantias Hipotecas	Outras Financieiras Eligíveis	RFP/DFP nos RFP/DFP IV	Garantias elegíveis nos RFP/DFP IV	Sem Cobertura	>0% - 25%	>25% - 50%	>50% - 75%	>75% - <100%	≥ 100%	
Em situação de cumprimento												
Hipotecas Residenciais (Particulares)	276.412	473.271	2.754	136	24.664	29.421	0,0%	0,1%	0,1%	1,4%	13,4%	85,0%
Hipotecas Residenciais (PME) ¹	4.439	6.911	62	70	145	827	0,0%	0,4%	0,4%	1,3%	8,6%	89,3%
Outros Empréstimos ao Consumidor	19.448	1.599	647	167	761	3.939	83,6%	0,3%	0,2%	0,3%	1,0%	14,6%
Total em situação de cumprimento	300.299	481.781	3.463	373	25.570	34.187	5,4%	0,1%	0,1%	1,3%	12,5%	80,6%
Em situação de incumprimento												
Hipotecas Residenciais (Particulares)	3.197	4.097	29	5	255	567	0,5%	0,3%	0,8%	6,1%	27,4%	64,9%
Hipotecas Residenciais (PME) ¹	176	265	1	10	10	25	0,8%	0,3%	1,1%	2,1%	13,4%	82,3%
Outros Empréstimos ao Consumidor	776	13	1	3	11	60	94,1%	0,4%	0,2%	0,3%	1,1%	3,9%
Total de Em situação de incumprimento	4.149	4.375	31	18	276	652	18,0%	0,3%	0,7%	4,8%	21,9%	54,3%
Total de Empréstimos ao Consumidor	304.448	486.156	3.494	391	25.846	34.839	5,6%	0,1%	0,1%	1,4%	12,7%	80,1%

1 Consiste principalmente em hipotecas residenciais para pequenos clientes empresariais

A cobertura pela garantia da carteira créditos ao consumidor continuou a melhorar durante o ano de 2017. O aumento nos níveis de cobertura pela garantia deveu-se à melhoria dos preços das habitações, observada em vários mercados hipotecários, impulsionada pelos Países Baixos como mercado principal.

O total de valores em dívida dos empréstimos hipotecários residenciais do ING Bank aumentou principalmente na Austrália, Alemanha e Espanha, onde o rácio de cobertura é de quase 100 % e melhorou ainda mais a distribuição do Valor do Empréstimo (VE). Os créditos hipotecários nos Países Baixos continuaram a diminuir devido a reembolsos combinados com a liquidação e transferência das hipotecas do WU Bank para o NN Bank. Os NPL mostraram uma melhora substancial, especialmente nos Países Baixos.

Para a carteira de Hipotecas Residenciais, as garantias de tipo de cobertura estão relacionadas com as hipotecas cobertas pelas seguradoras governamentais ao abrigo da Nationale Hypotheek Garantie (NHG) nos Países Baixos. A NHG garante o pagamento de um empréstimo em caso de uma venda forçada de propriedade.

Carteira de Empréstimos Empresariais

Os empréstimos empresariais representam 41,4 % do total dos valores em dívida do ING Bank. Em linha com o nosso objetivo de dar aos grupos de interesse uma perspetiva da carteira, apresentamos a carteira de Empréstimos Empresariais por Indústria em conformidade com a definição do NAICS e por Região e mercado principal. Os Empréstimos Empresariais apresentados nesta secção não incluem as exposições de Pré-liquidação e de Investimento e Mercado Monetário, que são descritas nas secções seguintes.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Empréstimos Empresariais por setor económico**Valores de cobertura, incluindo as garantias recebidas, Carteira de Empréstimos Empresariais – 2017**

	Em dívida	Tipo de cobertura					Valor do Empréstimo					
		Hipotecas	Garantia Financeira Ele gível	Outras RFP/DFP nos RFP/DFP IV	Garantia s	Não elegível nos RFP/DFP IV	Sem Cobertura	>0 % - 25%	>25 % - 50%	>50 % - 75%	>75 % - <100 %	≥ 100%
Indústria												
Recursos naturais	50.754	1.090	2.359	20.529	16.162	18.501	32,6%	12,4%	10,5%	10,7%	9,2%	24,6%
Imobiliário	49.098	81.749	1.641	1.363	7.179	8.084	6,4%	1,1%	0,9%	3,2%	9,3%	79,2%
Transporte e Logística	26.352	3.151	139	21.428	6.983	7.734	19,2%	5,0%	1,3%	4,5%	12,9%	57,2%
Bancos Comerciais	26.265	324	126	2.370	1.624	746	86,2%	1,1%	0,2%	1,0%	2,3%	9,1%
Serviços	21.369	8.747	2.800	4.318	7.148	12.315	34,8%	4,0%	4,2%	5,8%	9,1%	42,1%
Alimentos, Bebidas e Cuidados pessoais	18.739	7.170	269	7.791	7.529	15.287	26,2%	4,2%	5,2%	10,7%	11,6%	42,1%
Indústrias Gerais	18.711	4.676	210	6.529	6.152	12.169	36,9%	3,4%	6,0%	7,7%	8,5%	37,5%
Instituições Financeiras Não Bancárias	17.394	1.774	5.362	13.018	5.070	10.255	36,4%	6,2%	5,0%	8,9%	2,6%	41,0%
Químicos, Saúde e Farmacêuticos	14.905	8.159	240	3.381	3.171	7.239	36,3%	2,6%	3,3%	7,6%	12,1%	38,0%
Construtores e Empreiteiros ¹	14.242	6.517	230	4.789	4.535	7.886	35,4%	4,2%	5,0%	6,0%	8,9%	40,4%
Serviços públicos	13.503	777	911	4.134	3.920	6.325	39,7%	8,7%	3,3%	4,8%	6,4%	37,1%
Outros ²	48.821	10.534	899	9.918	21.302	22.444	49,7%	5,3%	4,4%	4,4%	8,3%	27,9%
Empréstimos Empresariais Totais	320.153	134.667	15.185	99.569	90.777	128.985	35,3%	5,2%	4,3%	6,1%	8,6%	40,6%
dos quais Total em situação de incumprimento	8.531	4.132	441	3.261	2.947	2.877	0,23	3,9%	6,1%	7,3%	17,0%	42,4%

1 Em 2017, o setor «fabricantes e construtores» é mostrado em separado.

2 «Outros» abrange indústrias com dívidas inferiores a 13 mil milhões de euros.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Valores de cobertura, incluindo as garantias recebidas, Carteira de Empréstimos Empresariais – 2016

	Atra- s dívida	Tipo de cobertura					Valor do Empréstimo					
		Hipotecas	Garantia Financeira Ele- gível	Outras RFP/DFP nos RFP/DFP IV	Garantia s	Não elegível nos RFP/DFP IV	Sem Cobertura	>0 % - 25%	>25 % - 50%	>50 % - 75%	>75 % - <100 %	≥ 100%
Indústria												
Recursos naturais	50.402	3.810	3.399	19.543	20.014	23.022	22,2%	8,7%	15,3%	15,1%	15,5%	23,2%
Imobiliário	45.974	72.471	1.685	1.166	7.610	8.534	5,7%	1,5%	1,4%	4,8%	12,5%	74,1%
Transporte e Logística	28.168	3.336	405	22.486	9.125	8.475	19,0%	3,7%	3,2%	5,6%	14,6%	53,9%
Bancos Comerciais	22.025	336	220	1.622	1.732	1.039	86,7%	1,9%	1,3%	0,7%	1,4%	8,0%
Serviços	19.252	9.010	1.389	5.420	6.034	10.369	32,4%	3,4%	5,0%	7,5%	10,9%	40,8%
Alimentos, Bebidas e Cuidados Pessoais	18.158	6.942	611	7.459	6.813	15.678	26,9%	3,4%	5,8%	11,1%	13,3%	39,5%
Instituições Financeiras Não Bancárias	17.211	1.885	6.060	5.338	7.268	9.075	35,5%	8,7%	6,0%	7,0%	6,1%	36,7%
Indústrias Gerais	17.082	4.988	278	5.852	6.658	11.781	31,5%	3,8%	7,3%	6,8%	9,6%	41,0%
Químicos, Saúde e Farmacêuticos	14.732	7.636	227	3.458	3.342	7.233	34,7%	3,1%	5,6%	10,6%	12,5%	33,5%
Serviços públicos	13.160	1.359	1.167	3.309	4.306	7.354	40,9%	5,8%	2,9%	3,4%	6,1%	40,9%
Others ¹	64.231	16.805	1.563	13.551	25.657	30.112	51,3%	2,5%	5,2%	5,5%	8,3%	27,2%
Empréstimos Empresariais Totais	310.395	128.578	17.004	89.204	98.559	132.672	33,6%	4,1%	5,9%	7,4%	10,6%	38,3%
dos quais Total em situação de incumprimento	9.438	4.352	293	3.210	3.961	3.705	24,1%	4,4%	6,4%	14,2%	13,8%	37,2%

1 «Outros» abrange indústrias com empréstimos em dívida inferiores a 13 mil milhões de euros.

O volume total de empréstimos a empresas aumentou em 9,8 mil milhões de euros, após ter diminuído devido a um impacto cambial de 14,5 mil milhões de euros, após a desvalorização do dólar americano. O maior aumento nos valores em dívida é visível nos Bancos Comerciais (19,2 %), impulsionado principalmente pelo crescimento nas transações relacionadas com o comércio, seguido pelo Setor Imobiliário e Serviços. A maior redução observou-se nos Transportes e Logística, onde tanto os valores em dívida como as coberturas diminuíram, principalmente nos Transportes de Energia nos Países Baixos e nos Estados Unidos.

Semelhante à carteira de empréstimo de retalho, o perfil de risco da carteira de empréstimos empresariais continuou a melhorar em 2017. Os NPL inferiores e o aumento dos níveis de caução contribuíram para esta melhoria. Os valores de cobertura do setor imobiliário (tradicionalmente um setor bem garantido) melhoraram ainda mais em 2017. Foram efetuadas novas transações em termos de garantias mais conservadoras e a melhoria dos valores nos mercados imobiliários ajudaram ainda mais a aumentar a cobertura total no Setor Imobiliário. A maior parte da redução geral nos empréstimos em dívida em situação de incumprimento foi nas indústrias dos Bens Imobiliários e das Telecomunicações (parte de Outros), enquanto se observou um aumento nos Recursos Naturais.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Empréstimos Empresariais por região

Valores de cobertura, incluindo as garantias recebidas, Carteira de Empréstimos Empresariais – 2017

Região	Atrasos dívida	Tipo de cobertura					Valor do Empréstimo					
		Hipotecas	Garantia Financeira Elegível	Outras RFP/DFP nos RFP/DFP IV	Garantias RFP/DFP IV	Não elegíveis nos RFP/DFP IV	Sem Cobertura	>0% - 25%	>25% - 50%	>50% - 75%	>75% - <100%	≥ 100%
África	2.713	10	60	238	2.007	608	26,0%	3,7%	3,2%	9,0%	19,8%	38,2%
América	40.603	4.819	4.504	29.677	6.712	18.799	35,0%	3,5%	5,0%	7,4%	8,4%	40,7%
Ásia	41.100	670	1.343	12.319	15.126	9.061	45,8%	10,2%	6,1%	6,4%	4,7%	26,9%
Austrália	5.578	4.266	49	1.018	685	857	34,8%	1,3%	3,4%	4,6%	7,3%	48,6%
Europa	Bélgica	46.993	32.474	1.280	6.483	18.514	27,5%	1,9%	2,7%	4,7%	6,4%	56,8%
	Alemanha	11.952	2.067	41	575	1.485	56,3%	4,6%	4,3%	4,3%	3,6%	26,8%
	Países Baixos	62.391	51.973	2.406	24.229	8.233	26,5%	2,8%	3,5%	7,7%	15,1%	44,3%
	Resto da Europa	108.822	38.389	5.502	25.029	38.014	37,8%	6,9%	4,7%	5,3%	7,6%	37,7%
Empréstimos Empresariais Totais	320.153	134.667	15.185	99.569	90.777	128.985	35,3%	5,2%	4,3%	6,1%	8,6%	40,6%
dos quais Em situação de incumprimento	8.531	4.132	441	3.261	2.947	2.877	23,2%	3,9%	6,1%	7,3%	17,0%	42,4%

Valores de cobertura, incluindo as garantias recebidas, Carteira de Empréstimos Empresariais – 2016

Região	Atrasos dívida	Tipo de cobertura					Valor do Empréstimo					
		Hipotecas	Garantia Financeira Elegível	Outras RFP/DFP nos RFP/DFP IV	Garantias RFP/DFP IV	Não elegíveis nos RFP/DFP IV	Sem Cobertura	>0% - 25%	>25% - 50%	>50% - 75%	>75% - <100%	≥ 100%
África	2.533	14	158	922	2.142	645	17,5%	10,7%	5,2%	10,8%	22,6%	33,2%
América	40.096	5.484	4.416	21.080	10.090	21.611	35,8%	4,8%	4,8%	6,7%	12,6%	35,3%
Ásia	39.455	1.087	1.395	12.182	17.381	9.643	37,2%	7,2%	10,1%	7,9%	9,9%	27,7%
Austrália	5.394	3.603	11	947	885	769	24,3%	9,4%	5,6%	1,0%	8,2%	51,5%
Europa	Bélgica	44.815	30.807	1.655	6.287	18.249	28,7%	2,2%	2,9%	4,2%	7,2%	54,8%
	Alemanha	8.777	1.587	300	688	1.402	51,8%	2,7%	2,5%	5,2%	1,1%	36,7%
	Países Baixos	63.597	47.941	3.007	23.451	7.990	26,5%	2,2%	4,5%	11,7%	18,0%	37,1%
	Resto da Europa	105.728	38.055	6.062	23.647	40.420	37,2%	4,3%	7,2%	6,6%	8,0%	36,7%
Empréstimos Empresariais Totais	310.395	128.578	17.004	89.204	98.559	132.672	33,6%	4,1%	5,9%	7,4%	10,7%	38,3%
dos quais Em situação de incumprimento	9.438	4.352	293	3.210	3.961	3.705	24,1%	4,4%	6,4%	14,2%	13,8%	37,1%

As duas tabelas acima oferecem a cobertura pela garantia da carteira de Empréstimos Empresariais do ING Bank com uma divisão por região geográfica ou mercado principal, definidos com base na residência dos mutuários. O aumento total na carteira de empréstimo empresarial está em linha com o aumento nas coberturas. Os maiores aumentos dos valores em dívida foram observados na Alemanha, Bélgica, Resto da Europa (principalmente Polónia e França) e Ásia.

O aumento na Alemanha deveu-se a um grande aumento dos depósitos no banco central. Uma vez que estes depósitos não são garantidos, este aumento não teve influência sobre os valores totais de cobertura. O aumento do resto da Europa foi observado principalmente nos Empréstimos a Empresas e Instituições Financeiras na Polónia, enquanto os maiores aumentos em França foram observados nos Empréstimos a Empresas e Instituições Financeiras e no Setor Imobiliário. O aumento na Ásia foi impulsionado por transações relacionadas com o comércio nos Serviços de Transação da Banca Grossista, apesar do impacto decrescente das variações cambiais. A desvalorização do dólar americano afetou as carteiras de Financiamento Estruturado da Ásia e da América, principalmente denominadas em dólar americano.

Carteira antes da liquidação

O ING utiliza vários preços de mercado e várias técnicas de mensuração para determinar o valor do risco de crédito em atividades de pré-liquidação. Estas técnicas estimam a possível exposição futura do ING em particulares e carteiras comerciais. Os contratos principais e os contratos de caução são muitas vezes celebrados para reduzir estes riscos de crédito.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

O ING combina negócios com características semelhantes para determinar a sua elegibilidade para compensação. Este efeito de compensação chama-se «compensação». Portanto, o ING reduz a quantia por qualquer compensação legal que possa ser permitida ao abrigo dos vários tipos de Acordos-Quadro, como Acordos-Quadro ISDA, Acordos-Quadro Gerais de Recompra (GMRA), Acordo-Quadro Geral de Empréstimos de Títulos (GMSLA), etc. Por fim, a quantia é ainda reduzida por qualquer garantia que seja detida pelo ING ao abrigo dos Anexos de Apoio ao Crédito (CSA) ou outros acordos semelhantes.

A utilização de Partes de Compensação Central (PCC) é cada vez mais importante para o negócio de derivados e, como consequência, o risco de crédito está a mudar de Contrapartes para PCC. Em 2017, a exposição Pré-Liquidação nocional compensada através da PCC formou 56,8 % do nocional total (55,5 % em 2016).

Como parte do seu negócio de financiamento de títulos, as entidades do ING celebram acordos para vender e comprar títulos comerciáveis. Estas transações podem assumir muitas formas legais. Os contratos de recompra e revenda, contratos de compra/revenda e venda/recompra e acordos de empréstimo de títulos são os mais comuns. Por norma, os títulos comerciáveis recebidos nestas transações são elegíveis para revenda ou repenhora noutras transações (semelhantes). O ING é obrigado a devolver títulos equivalentes nesses casos.

A tabela abaixo representa os diferentes tipos de exposições em 2017 e 2016.

- O «MtM bruto antes da liquidação e caução» é a exposição calculada em conformidade com o Método de Exposição Atual (MEA, que nos regulamentos da UE é referido como o método Mark-to-Market) sem contar qualquer benefício de liquidação ou caução.
- O «MtM depois da liquidação» é a exposição, segundo o MEA, tendo em conta o benefício de acordos de liquidação legalmente vigentes (ex. ISDA), mas sem considerar o benefício da margem de caução (ex. AAC).
- O «MtM depois da liquidação e caução» é a exposição, segundo o MEA, tendo em conta os benefícios de liquidação e da margem de caução. Por outras palavras, a lacuna entre o «MtM depois de liquidação» e o «MtM depois de liquidação e caução» é a caução líquida (caixa e títulos); e
- A coluna dos valores em atraso representa a exposição do Método do Risco Corrente (CEM) (MtM após compensação mais o Risco Futuro Potencial) a um nível de confiança de 97,5 % para derivados e títulos.

Carteira antes da liquidação

		2017				2016			
Região		MtM Bruto antes da compensação o e garantia	MtM após compensação	MtM depois de liquidação e garantia	Valores em dívida	MtM Bruto antes da compensação o e garantia	MtM após compensação	MtM depois de liquidação e garantia	Valores em dívida
África		107	96	85	119	84	49	47	89
América		21.296	10.864	6.846	7.690	20.866	10.891	6.549	9.241
Ásia		7.150	3.663	3.020	3.542	8.318	4.743	3.558	3.918
Austrália		483	264	241	532	537	303	228	492
Europa	Bélgica	5.165	3.761	2.880	2.215	5.463	3.368	2.871	2.455
	Alemanha	4.481	2.091	1.397	2.264	5.300	2.757	1.842	3.479
	Países Baixos	6.701	4.174	2.771	4.062	9.146	5.859	3.741	4.848
	Resto da Europa	104.788	22.404	17.637	24.260	124.173	31.656	26.648	25.481
Pré-liquidação total		150.171	47.316	34.877	44.685	173.887	59.626	45.484	50.003
dos quais Em situação de incumprimento		23	25	25	29	37	36	36	36

Durante 2017, a carteira antes da liquidação diminuiu quando expressa em termos de pagamentos. A carteira antes da liquidação estava concentrada principalmente no resto da Europa, para uma câmara de compensação central de contrapartes e bancos comerciais no Reino Unido, composta maioritariamente por derivados da taxa de juros. A redução do MtM bruto antes da compensação e garantia também se observou nesta carteira de derivados.

Qualidade do crédito

Depois dos níveis do risco de crédito um pouco mais elevados vistos como resultado da crise financeira e da recessão económica, a qualidade do crédito tem melhorado desde 2014 e continuou também a tendência de melhoria em 2017.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Categorias do risco de crédito

	Regular	Lista de Observação	Reestruturação ¹	Em situação de incumprimento ¹
Classificações possíveis	1–19	1–19	11–20	20–22
Classificações típicas	1–14	15–17	18–20	20–22
Deterioração no risco	Não significativo	Significativo	Significativo	Significativo
Intervenção significativa	Não necessário	Não necessário	Necessário	Necessário
Inclui desvalorizações	Não	Não	Sim	Sim
Propriedade da Conta	Front Office	Front Office	Front Office	Front Office
Gestão do Risco de Crédito	Regular	Regular	Reestruturação do Crédito	Reestruturação do Crédito
Gestor Primário	Front Office	Front Office	Reestruturação do Crédito	Reestruturação do Crédito
Disponibilização de Contabilidade	IBNR	IMNR	IMNR/AFINS/AFIS	AFINS/AFIS

¹ Podem encontrar-se mais informações sobre as categorias de Reestruturação e Em situação de incumprimento na secção de Reestruturação do Crédito.

Qualidade do crédito: Carteira do ING Bank, valores em dívida

	2017	2016
Nem vencido nem em situação de incumprimento.	756.803	757.498
Empréstimo do cliente em atraso, mas em situação de cumprimento (1–90 dias)	4.352	3.970
Em situação de incumprimento ¹	12.481	13.597
Total	773.636	775.065

¹ Com base em atividades de empréstimo e investimento

A qualidade do crédito da carteira do ING melhorou com empréstimos em dívida em situação de incumprimento que continuaram a diminuir. A redução foi observada essencialmente na carteira de Retalho nos Países Baixos e de Financiamento Imobiliário. A redução na carteira em situação de incumprimento deveu-se a liquidações combinadas com a migração positiva das notações para a carteira em situação de cumprimento. O aumento na carteira em atraso, mas em situação de cumprimento, resultou principalmente de uma mudança na metodologia de contagem de dias relacionada com a IFRS 9.

Obrigações vencidas

A Banca de Retalho mede continuamente a sua carteira em termos de pagamentos em atraso e, mensalmente, determina se existem alterações significativas no nível de atrasos. Esta metodologia é especialmente alargada a empréstimos a particulares, como empréstimos hipotecários residenciais, empréstimos automóveis e outros empréstimos do cliente. Uma obrigação é considerada «vencida» se um pagamento de juros ou capital estiver em atraso mais de um dia. O ING tem como objetivo ajudar os seus clientes assim que estiverem em situação de vencimento, entrando em contacto com eles (e-mail, SMS, carta ou chamada) para os lembrar das suas obrigações de pagamento. Nos seus contactos com clientes, o ING visa resolver as (potenciais) dificuldades financeiras, oferecendo um leque de medidas (por exemplo, acordo de pagamento, reestruturação). Se os problemas não puderem ser resolvidos, por exemplo, porque o cliente não pode ou não está disposto a pagar, o contrato é enviado para a unidade de recuperação. A facilidade é reduzida para a notação de risco 20 (em situação de incumprimento) quando os atrasos excedem os 90 dias de vencimento e para a notação de risco 21 ou 22 quando o contrato é rescindido. A tabela abaixo indica todas as exposições em atraso a começar no dia 1.

Análise por vencimento (em atraso, mas em situação de cumprimento): Carteira de créditos ao consumidor do ING Bank, valores em dívida¹

	2017	2016
Em atraso há 1–30 dias	3.464	3.368
Em atraso há 31–60 dias	724	532
Em atraso há 61–90 dias	163	70
Total	4.352	3.970

¹ Com base em empréstimos ao consumidor. O valor do atraso, mas ativos financeiros em situação de cumprimento relativamente a atividades de não empréstimo não foi significativo.

A exposição vencida total para empréstimos ao consumidor aumentou em 0,4 mil milhões de euros. A deterioração nas obrigações em atraso foi resultado da alteração na metodologia de contagem de dias relacionada com a IFRS 9 e foi maioritariamente observada no período de 31 a 60 dias e de 61 a 90 dias. O aumento no período de 1 a 30 dias foi impulsionado pelo aumento da exposição a hipotecas residenciais no Retalho nos Países Baixos e no Retalho na Polónia, o aumento foi compensado por uma diminuição da exposição vencida na Austrália.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Análise por vencimento (em atraso, mas em situação de cumprimento): Carteira de créditos ao consumidor do ING Bank por área geográfica,

		2017		2016
Região	Hipotecas Residenciais	Outro retalho	Total	Total
África	1		1	1
América	3		3	2
Ásia	1		1	2
Austrália	251		251	540
Europa	Bélgica	1.123	547	1.671
	Alemanha	407	89	497
	Países Baixos	1.028	35	1.062
	Resto da Europa	411	455	866
Total		3.225	1.127	4.352
				3.970

1 Com base em empréstimos ao consumidor. O valor do atraso, mas ativos financeiros em situação de cumprimento relativamente a atividades de não empréstimo não foi significativo.

Banca Grossista: para empréstimos empresariais (governos, instituições, empresas), o ING classifica os devedores relevantes como em situação de incumprimento quando algum dos acionadores de incumprimento abaixo ocorre:

- O Mutuário não pagou o capital ou juros/taxas e esta falha no pagamento continuou por resolver durante o período seguinte:
 - Empresas: mais de 90 dias; e
 - Instituições Financeiras e Governos: a partir do dia 1, contudo, será feito um período de investigação de 14 dias consecutivos para que o ING estabeleça se o incumprimento do pagamento foi devido a motivos não operacionais (ou seja, a deterioração da qualidade do crédito da instituição financeira) ou por motivos operacionais. O último não aciona o incumprimento.
- O ING acredita que é improvável que o mutuário pague: o mutuário revelou dificuldades financeiras significativas, na medida em que terá um impacto negativo nos futuros fluxos de caixa esperados do ativo financeiro. Os eventos seguintes podem ser vistos como exemplos de indicadores de dificuldade financeira:
 - (1) O mutuário (ou terceiro) iniciou procedimentos de insolvência.
 - (2) O estado NPL de uma empresa do grupo/co-mutuário.
 - (3) Fraude significativa (que afete a capacidade da empresa em saldar a sua dívida)
 - (4) Não existem dúvidas quanto à capacidade do mutuário em gerar fluxos de caixa estáveis e suficientes para saldar a sua dívida.
 - (5) Reestruturação da dívida
- O ING concedeu concessões referentes a dificuldades financeiras do Mutuário, cujo efeito é uma redução em futuros fluxos de caixa esperados do ativo financeiro abaixo do Valor Contabilístico atual.

A Banca Grossista tem uma abordagem muito mais individual, usando os indicadores de Alerta Precoce para sinalizar possíveis problemas futuros no cumprimento da dívida.

Reestruturação do Crédito

A Reestruturação do Crédito Global (RCG) é o departamento empresarial dedicado e independente que trata de empréstimos em situação de incumprimento e empréstimos que têm uma probabilidade razoável de causar uma perda ao ING, se não forem tomadas medidas específicas. A RCG lida com contas ou carteiras que precisam de uma abordagem ativa, que poderá incluir a renegociação dos termos e condições e a reestruturação empresarial ou financeira. Isso diz respeito principalmente aos clientes da Banca Grossista. Os empréstimos são geridos pela RCG ou pelas unidades nas várias regiões e unidades de negócios.

O ING utiliza três estatutos diferentes para a categorização da gestão de clientes com um perfil de risco de crédito (considerado) em deterioração, isto é, existem dúvidas quanto ao desempenho e à exigibilidade das obrigações contratuais do cliente:

- **Lista de Observação:** Regra geral, um cliente é classificado como na Lista de Observação quando existem preocupações de qualquer deterioração (possível ou material) no perfil do risco de crédito que costuma afetar a capacidade de o cliente cumprir as suas obrigações de pagamento da dívida ou ao refinanciamento do empréstimo existente. O estado da Lista de Observação exige mais do que a atenção normal, o aumento da monitorização e revisões trimestrais. Determinados clientes com estatuto de Lista de Observação podem desenvolver um estatuto de Reestruturação ou até de Recuperação.
- **Reestruturação:** Um cliente é classificado como em Reestruturação quando existem preocupações quanto à estabilidade financeira do cliente, solvabilidade e/ou a sua capacidade de pagar, mas quando a situação não pede uma revogação ou aceleração das facilidades ou a liquidação da garantia. As medidas do ING visam manter o estatuto de preocupação contínua do cliente ao:
 - Restaurar a estabilidade financeira do cliente;
 - Apoiar o volume de negócios do cliente;
 - Restaurar o equilíbrio entre a dívida e o capital próprio; e
 - Reestruturar a dívida numa situação sustentável.
- **Recuperação:** Um cliente é classificado como em Recuperação quando o ING e/ou o cliente conclui que a situação financeira do cliente não pode ser restaurada e é tomada uma decisão de terminar a relação (de crédito) ou até de entrar em falência. O ING preferirá uma saída amigável, mas aplicará e liquidará garantias ou reclamará nos termos das garantias, se julgar necessário.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

A Lista de Observação, Restruturação e Recuperação são discutidas, pelo menos, trimestralmente entre o Front Office, respetivos executivos da Gestão do Risco de Crédito e a RCG, altura em que pode ser decidido alterar o estatuto de uma conta da Lista de Observação para a Restruturação ou Recuperação ou vice-versa.

Empréstimos em situação de incumprimento

A carteira de empréstimos do ING está sob revisão constante. Os empréstimos com obrigações financeiras em atraso superior a 90 dias são automaticamente reclassificados como em situação de incumprimento. Para as carteiras de empréstimos comerciais, geralmente há motivos para declarar um empréstimo em situação de incumprimento antes de estarem vencidos há 90 dias. Estes incluem, nomeadamente, a avaliação do ING da incapacidade de o cliente cumprir as suas obrigações financeiras ou o pedido de falência ou proteção de falência pelo cliente.

A tabela abaixo representa a divisão por setor de risco de crédito em aberto para posições de empréstimo e investimento que foram classificadas como em situação de incumprimento.

Empréstimos em situação de incumprimento: Carteira do ING Bank, valores em dívida por setor económico		
Indústria	2017	2016
Particulares	4.094	4.382
Recursos naturais	1.742	1.387
Imobiliário	1.523	1.808
Transporte e Logística	983	1.056
Construtores e Empreiteiros	863	955
Indústrias Gerais	612	710
Serviços	578	689
Alimentos, Bebidas e Cuidados pessoais	570	705
Other ¹	1.516	1.905
Total	12.481	13.597

1 Os setores económicos não especificados na síntese acima estão agrupados em Outros.

O valor geral dos empréstimos em situação de incumprimento (NPL) diminuiu em 2017, especialmente nos setores dos Particulares e Imobiliário. A diminuição dos empréstimos em situação de incumprimento (NPL) para Particulares deveu-se maioritariamente à melhoria da qualidade do crédito na carteira do Retail no Benelux, como resultado da melhoria das condições económicas nos Países Baixos e na Bélgica. A queda nos empréstimos em situação de incumprimento (NPL) no setor Imobiliário foi observada no Financiamento de Imobiliário nos Países Baixos e foi impulsionada por resoluções e liquidações. As outras diminuições significativas testemunharam-se em Alimentos, Bebidas e Cuidados Pessoais, Indústrias Gerais, Serviços e Construtores e Empreiteiros. A diminuição geral dos empréstimos em situação de incumprimento foi compensada por um aumento dos empréstimos em situação de incumprimento na carteira de Recursos Naturais, observado na Banca Grossista e Financiamento Estruturado dos Países Baixos e Bélgica e foi impulsionada pelo facto de alguns clientes ficarem em situação de incumprimento durante 2017. A diminuição dos empréstimos em situação de incumprimento (NPL) em «Outros» foi impulsionada pelas indústrias de Telecomunicações, Retail, Automóvel e Comunicação Social.

Provisões

As provisões para perdas por empréstimos duvidosos (PED) são calculadas e contabilizadas em conformidade com as IFRS. Os LLP são participados para ativos financeiros medidos contra custos amortizados (Empréstimos e Créditos, Investimentos Detidos até ao Vencimento). Existem três tipos de LLP:

- Provisões de Ativo Financeiro Individualmente Significativo (AFIS): quando existem provas objetivas de um ativo financeiro estar em incumprimento como resultado de um ou mais eventos acionadores de incumprimento indicados. Nestes casos, o ING atribui uma classificação do risco de 20, 21 ou 22. As provisões específicas são calculadas se a exposição ao Mutuário exceder o montante limite. O limite do montante varia por unidade empresarial, mas geralmente é de 1 milhão de euros. As provisões são calculadas com base em fluxos de caixa futuros descontados em 1 ou mais cenários passíveis de chegar a uma melhor estimativa de recuperações futuras. As provisões são efetuadas trimestralmente.
- Provisões de Ativo Financeiro Individualmente Não Significativo (AFINS): são elaboradas para empréstimos em situação de incumprimento (classificações 20-22), se a exposição a um Mutuário for inferior ao montante limite. Uma abordagem com base num modelo coletivo é efetuada para determinar estas provisões; e
- Provisões Incurridas Mas Não Reconhecidas (IMNR): são elaboradas para a carteira de empréstimos «em situação de cumprimento» como estimativa ou indicador para as perdas/incumprimentos que já poderão ter ocorrido na carteira. O período de tempo de PI utilizado no cálculo das provisões de IMNR refere-se ao período em que um ativo está em imparidade (em incumprimento), mas ainda não foi reconhecido como tal, devido à falta de provas objetivas, e o momento em que essas provas objetivas de imparidade ocorrem e ficam disponíveis para o ING («Período de emergência de perda»).

As provisões de AFIS, AFINS e IMNR são participadas e calculadas utilizando uma ferramenta comum no ING. Se existirem provas objetivas de um dos acionadores de incumprimento ser aplicável, as provisões de AFIS ou AFINS são calculadas. É efetuada uma análise trimestralmente para determinar o nível adequado de LLP e Custos de Risco. A Comissão de Provisões (IPC) discute e aprova as provisões para perdas por empréstimos duvidosos (LLP) para o ING, com base nas propostas provenientes das unidades de negócios do ING.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

No final de 2017, o ING Bank deteve provisões específicas (AFIS) e coletivas (AFINS) de 2511 milhões de euros e de 1391 milhões de euros, respetivamente (2016: 3044 milhões de euros e 1443 milhões de euros, respetivamente), representando a diferença entre o custo amortizado da carteira e o montante recuperável estimado descontado à taxa de juros em vigor. Além disso, havia 726 milhões de euros (2016: 821 milhões de euros) em provisões (IMNR) contra a carteira em situação de cumprimento.

Provisões: Carteira do ING Bank _{1,2}							
	Banca Grossista		Retalho no Benelux		Mercados Desafiadores e Mercados em Crescimento		Total ING Bank
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Balanço de abertura	2.147	2.371	1.884	2.199	1.277	1.216	5.308
Valores liquidados	-566	-625	-519	-681	-194	-188	-1.279
Recuperações de valores liquidados	3	49	53	38	3	7	59
Adição líquida às provisões para perdas por empréstimos duvidosos	284	367	117	347	274	260	676
Taxa de câmbio ou outros movimentos	-92	-15	-2	-19	-42	-18	-136
Balanço de encerramento	1.776	2.147	1.533	1.884	1.318	1.277	4.628
							5.308

1 No final de 2017, o stock de provisões incluía provisões para montantes devidos por bancos: 8 milhões de euros (2016: 11 milhões de euros).

2 Inclui provisões de 104 milhões de euros para passivos contingentes (2016: 119 milhões de euros).

A tendência favorável nos custos do risco continuou durante o ano de 2017. O ING Bank registou 676 milhões de euros de custos de risco em 2017, abaixo dos 974 milhões de euros em 2016. Os custos do risco melhoraram para 22 pontos base da média de APR (2016: 31 pontos base). O stock total de provisões diminuiu em 0,7 mil milhões de euros para 4,6 mil milhões de euros, uma vez que as adições líquidas foram mais do que compensadas pelos valores liquidados. O rácio de cobertura das provisões diminuiu para 37,1 % (2016: 39,0%), impulsionado por uma queda mais acentuada nas provisões do que uma queda nos atrasos nos empréstimos em dívida em situação de incumprimento.

As carteiras do Retalho no Benelux e da Banca Grossista continuaram a melhorar e foram as que contribuíram para a queda no stock de provisões. Os custos do risco de retalho foram substancialmente mais baixos no Retalho nos Países Baixos, devido à melhoria das condições macroeconómicas e do mercado imobiliário holandês. Na Banca Grossista, os custos de riscos foram menores como resultado de autorizações de saída significativas combinadas com aumentos limitados. O stock mais baixo de provisões foi principalmente observado na carteira do Financiamento Imobiliário e da Banca Grossista dos Países Baixos, que foi parcialmente compensada pelo aumento das provisões na carteira de empréstimos à Banca Grossista no Benelux. O aumento do stock de provisões nos Mercados Desafiadores e em Crescimento no Retalho foi principalmente observado na Polónia e em Espanha, que foi parcialmente compensado por uma queda na Alemanha.

Os desafios continuaram nas indústrias de expedição e de petróleo e gás, enquanto que, por outro lado, foram testemunhados melhores perfis de risco noutras carteiras do banco, como a carteira de hipotecas residenciais.

Grande parte da carteira de títulos não é contabilizada a custos amortizados e, portanto, fora do âmbito das Provisões para Perdas por Empréstimos Duvidosos (LLP). Em vez disso, estes ativos são avaliados pela depreciação. A Reunião de Imparidade do ING Bank realiza-se trimestralmente e analisa todos os ativos que estão sujeitos a um teste de imparidade da IFRS-EU.

A partir de 1 de janeiro de 2018, serão implementadas as regras contabilísticas da IFRS 9 sobre as provisões para perdas por empréstimos duvidosos. Estas regras contabilísticas não alterarão as perdas de crédito reais, mas terão impacto no momento de reflexão dessas perdas nos Lucros e Perdas. Quando na prática contabilística atual as provisões para perdas por empréstimos duvidosos são registadas a partir do momento em que as perdas são incorridas, de acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas por empréstimos duvidosos com operações de crédito são registadas considerando as perdas esperadas. Mais especificamente, as provisões para perdas por empréstimos duvidosos tornam-se mais voltadas para o futuro de acordo com a IFRS 9, em parte devido ao facto de que as provisões serão baseadas nas perspetivas macroeconómicas. Além disso, as provisões para perdas por empréstimos duvidosos serão calculadas sobre as perdas vitalícias previstas para os ativos que se deterioraram significativamente na qualidade do crédito. Como resultado desses elementos, as provisões para perdas por empréstimos duvidosos nos Lucros e Perdas podem tornar-se mais voláteis.

Diferimento

O diferimento ocorre quando um cliente é considerado incapaz de cumprir os seus compromissos financeiros ao abrigo do contrato devido a dificuldades financeiras e o ING decide atribuir concessões ao cliente. As exposições por diferimento são exposições para as quais foram concedidas medidas de diferimento. As medidas de diferimento podem ser alterações a termos e condições contratuais existentes ou refinanciamento total ou parcial. Dentro do ING, o diferimento baseia-se nas Normas Técnicas Europeias de Implementação.

Para identificar o diferimento, o ING avalia os clientes com o estatuto de Sinais de Aviso Precoces, Lista de Observação, Reestruturação, Incumprimento ou Recuperação. O ING revê o desempenho das exposições em diferimento, pelo menos, trimestralmente, quer caso a caso (empresa) ou com base numa carteira (retalho).

Para os clientes empresariais, o ING aplica medidas de diferimento para apoiar clientes com modelos de negócios fundamentalmente sólidos que estão a enfrentar dificuldades temporárias. O objetivo é maximizar a capacidade de pagamento dos clientes.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Para as unidades de retalho do ING, foram estabelecidos critérios claros para determinar se um cliente é elegível para diferimento, geralmente como parte de um processo automatizado. Estão implementados mandatos de aprovação específicos para aprovar as medidas, assim como procedimentos para gerir, monitorizar e participar as atividades de diferimento.

As exposições com medidas de diferimento podem ser em situação de cumprimento (Notações do Risco 1-19) ou em situação de incumprimento (Notações do Risco 20-22). O ING aplica critérios para passar as exposições diferidas de estarem em situação de incumprimento para em situação de cumprimento, bem como critérios para remover o estado de diferimento que é consistente com as normas da ABE correspondentes. Uma exposição é indicada como diferida por um período mínimo de dois anos, mais um período experimental de um ano observado para exposições em diferimento para passar de em situação de incumprimento para em situação de cumprimento.

ING Bank: Resumo de ativos diferidos¹

Linha de Negócios	2017				2016			
	Ativos diferidos	Dos quais: em situação de cumprimento	Dos quais: em situação de incumprimento	% da carteira total	Ativos diferidos	Dos quais: em situação de cumprimento	Dos quais: em situação de incumprimento	% da carteira total
Banca Grossista	6.162	2.776	3.386	2,1%	7.776	3.978	3.799	2,7%
Banca de Retalho	5.657	3.074	2.583	1,3%	7.104	3.944	3.159	1,7%
Total	11.819	5.849	5.969	1,6%	14.880	7.922	6.958	2,1%

¹ Os compromissos não utilizados foram excluídos.

O ING Bank implementou a sua política de diferimento em 2014. Em 2016, com base numa reavaliação detalhada das normas relevantes definidas pela ABE e subsequente orientação regulamentar, o ING reforçou as definições no âmbito da sua política de diferimento. Como resultado destas revisões da definição e do âmbito, a exposição diferida em situação de cumprimento reconhecida pelo ING aumentou significativamente em 2016, uma vez que as medidas tomadas em períodos anteriores foram então reconhecidas como diferimento. Os exemplos de medidas adotadas foram medidas comercialmente justificáveis, alterações de pactos e renúncias de violações dos pactos.

Devido a um maior aperfeiçoamento da política mencionada, o reconhecimento dos ativos diferidos foi alterado do nível do cliente para o nível de facilidade, daí resultando a redução substancial dos ativos diferidos.

Os ativos diferidos do ING diminuíram em 3,1 mil milhões de euros (21 %) para 11,8 mil milhões de euros em 2017, dos quais a Banca Grossista diminuiu

1,6 mil milhões de euros e a Banca de Retalho diminuiu 1,4 mil milhões de euros.

Banca Grossista

Em dezembro de 2017, os ativos de diferimento da Banca Grossista ascenderam a um total de 6,2 mil milhões de euros, que representam 2,1 % da carteira total da Banca Grossista.

Banca Grossista: Ativos Diferidos por Região Geográfica¹

Região		2017			2016		
		Ativos diferidos	Dos quais: Em situação de cumprimento	Dos quais: Em situação de incumprimento	Ativos diferidos	Dos quais: Em situação de cumprimento	Dos quais: Em situação de incumprimento
Europa	Países Baixos	1.593	816	777	2.200	1.100	1.100
	Bélgica	223	105	118	245	103	142
	Alemanha	45	23	22	41	13	28
Europa	Resto da Europa	2.456	867	1.589	3.016	1.496	1.521
África		156	84	72	197	112	85
América		1.212	584	628	1.387	709	678
Ásia		428	291	137	663	445	218
Austrália		49	7	42	27		27
Total		6.162	2.776	3.386	7.776	3.978	3.799

¹ Os compromissos não utilizados foram excluídos.

A principal concentração de ativos diferidos num único país ocorreu nos Países Baixos, com 26 % (2016: 28 %) do total dos ativos diferidos da Banca de Retalho. Os ativos diferidos da Banca Grossista diminuíram 1,6 mil milhões de euros em comparação com 2016, dos quais 1,2 mil milhões de euros em situação de cumprimento e 0,4 mil milhões de euros em situação de incumprimento. De forma implícita, as principais alterações ocorreram nos Países Baixos e na Ásia, onde os ativos diferidos diminuíram 0,6 mil milhões de euros e 0,2 mil milhões de euros, respetivamente. A diminuição nos Países Baixos foi principalmente impulsionada por reembolsos e liquidações, a diminuição na Ásia foi principalmente visível nos Transportes e Logística (0,1 mil milhões de euros) e Recursos Naturais (0,1 mil milhões de euros), impulsionada pelas respetivas carteiras de Expedição, Petróleo e Gás.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Banca Grossista: Ativos Diferidos por setor económico¹

	2017			2016		
	Ativos diferidos	Dos quais: Em situação de cumprimento	Dos quais: Em situação de incumprimento	Ativos diferidos	Dos quais: Em situação de cumprimento	Dos quais: Em situação de incumprimento
Indústria						
Recursos naturais	1.995	743	1.251	2.385	1.232	1.152
Imobiliário	1.467	824	643	1.775	1.015	759
Transporte e Logística	988	398	590	1.319	685	634
Construtores e Empreiteiros	435	174	261	429	269	160
Indústrias Gerais	329	140	189	411	112	299
Serviços	289	137	151	414	198	216
Alimentos, Bebidas e Cuidados pessoais	199	139	60	207	141	66
Serviços públicos	177	9	168	259	58	201
Retalho	82	56	26	49	18	31
Químicos, Saúde e Farmacêuticos	56	52	4	76	65	11
Instituições Financeiras Não Bancárias	51	49	3	12	7	5
Telecomunicações	39	14	25	152	39	114
Outros	55	40	15	290	139	150
Total	6.162	2.776	3.386	7.776	3.978	3.799

¹ Os compromissos não utilizados foram excluídos.

Os ativos diferidos da Banca Grossista estavam maioritariamente concentrados no Imobiliário e Recursos Naturais e Transporte e Logística. Juntos representam 72 % (2016: 70 %) do total de ativos diferidos da Banca Grossista e 73 % (2016: 67 %) do total de ativos diferidos em situação de incumprimento da Banca Grossista. As diminuições nos ativos diferidos ocorreram principalmente nas indústrias de Recursos Naturais (0,4 mil milhões de euros), Imobiliário (0,3 mil milhões de euros) e Transportes e Logística (0,3 mil milhões de euros).

Banca de Retalho

No final de dezembro de 2017, os ativos diferidos da Banca de Retalho ascenderam a um total de 5,7 mil milhões de euros, representando 1,3 % da carteira total da Banca de Retalho.

Banca de Retalho: Ativos Diferidos por Região Geográfica¹

Região		2017			2016		
		Ativos diferidos	Dos quais: Em situação de cumprimento	Dos quais: Em situação de incumprimento	Ativos diferidos	Dos quais: Em situação de cumprimento	Dos quais: Em situação de incumprimento
Europa	Países Baixos	3.036	1.727	1.309	4.301	2.395	1.906
	Bélgica	1.096	399	697	1.139	418	721
	Alemanha	541	432	109	644	511	132
	Resto da Europa	639	342	297	651	335	317
África		1		1	1		1
América		1		1	3		2
Ásia		2	2		1		1
Austrália		342	172	170	364	285	79
Total		5.657	3.074	2.583	7.104	3.944	3.159

¹ Os compromissos não utilizados foram excluídos.

A principal concentração de ativos diferidos num único país ocorreu nos Países Baixos, com 54 % do total dos ativos diferidos da Banca de Retalho (2016: 61 %) e 51 % dos ativos diferidos em situação de incumprimento (2016: 60 %). Os ativos diferidos da Banca de Retalho diminuíram 1,4 mil milhões de euros em comparação com 2016 e isto foi maioritariamente visível nos créditos ao consumidor e hipotecas. Especificamente, os ativos diferidos diminuíram em

0,6 mil milhões de euros na carteira hipotecária residencial holandesa. Devido a uma melhoria contínua do ambiente económico, visível pelo aumento dos preços da habitação e melhoria da capacidade de crédito dos nossos clientes.

Titularizações

O ING desempenha principalmente três papéis na sua exposição a programas de titularização, que são:

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

O ING enquanto Investidor

O objetivo do ING é manter uma carteira de ativos líquidos de elevada qualidade que cumpre os requisitos regulamentares dos RFP/DFP IV e o Ato Delegado de outubro de 2014 no que se refere a liquidez. O ING investe em Títulos Garantidos por Ativos, acompanhando de perto as posições de investimento das titularizações através de relatórios de monitorização mensal e chamadas de atualização semanais. Além disso, o ING poderá investir em posições de titularização para facilitar os negócios do cliente da sua unidade de Titularização de Ativos e Desintermediação.

O ING enquanto Originador

Ocasionalmente, o ING origina as suas próprias operações de titularização para efeitos de capital económico e regulamentar, assim como para efeitos de liquidez e financiamento. As titularizações originadas por uma empresa apenas podem ser consideradas para o desconhecimento do saldo quando os requisitos para a transferência do risco de crédito significativo forem cumpridos. O ING efetuou um número muito limitado de transações externas enquanto originador.

O ING enquanto Patrocinador

No decorrer normal dos negócios, o ING estrutura operações de financiamento para os seus clientes, ajudando-os a obter fontes de liquidez através da venda dos valores a receber dos clientes ou outros ativos financeiros para uma Entidade de Finalidade Especial (EFE). As posições sénior nestas transações são geralmente financiadas pela sociedade-veículo de papel comercial garantido por ativos (ABCP) Mont Blanc Capital Corp de múltiplos vendedores gerida pelo ING (classificação A-1/P-1). A Mont Blanc Capital Corp. financia-se externamente nos mercado PCGA. No seu papel de agente administrador, o ING facilita estas transações ao prestar serviços de estruturação, contabilidade, financiamento e operações. O ING também oferece mecanismos de apoio (facilidades de liquidez) que apoiam as transações financiadas pela sociedade-veículo. A Mont Blanc está completamente consolidada nas contas anuais do ING.

Risco de mercado**Introdução**

O risco de mercado é o risco de os movimentos nas variáveis de mercado, como taxas de juro, preços do capital próprio, taxas de mercado cambial estrangeiras, spreads de crédito e preços de imobiliário, terem impacto negativo nos lucros do banco, capital, valor de mercado ou posição de liquidação. O risco de mercado surge através de posições as carteiras bancárias ou nas carteiras de negociação. As posições na carteira bancária visam manter-se a longo prazo (ou até à maturidade) ou para o efeito de cobertura de outras posições da carteira bancária. As posições do livro comercial costumam encontrar-se com uma negociação a curto prazo ou para cobrir outras posições no livro comercial. Isto significa que os instrumentos financeiros nos livros comerciais não devem conter restrições quanto à sua comercialização. Estão implementadas políticas e processos para monitorizar a inclusão das posições numa carteira de negociação ou bancária e transferir o risco da carteira de negociação para a carteira bancária e vice-versa.

O ING reconhece a importância de uma gestão sólida dos riscos de mercado e baseia a sua estrutura de gestão de risco de mercado na abordagem para identificar, avaliar, controlar e gerir os riscos de mercado. A abordagem consiste num ciclo de cinco atividades recorrentes: identificação de riscos, avaliação de riscos, controlo de riscos, monitorização de riscos e comunicação de riscos.

- A identificação do risco é um esforço conjunto entre a primeira e a segunda linha de defesa (o modelo «gestão das três linhas de defesa» está explicado no parágrafo sobre a gestão do risco da secção de gestão do risco geral). O seu objetivo é detetar possíveis novos riscos e alterações em riscos conhecidos;
- Os riscos identificados são avaliados e medidos através de várias métricas de risco para determinar a importância do risco para o ING Bank e, subsequentemente, identificar as medidas de controlo necessárias;
- As medidas de controlo utilizadas pelo ING incluem políticas, procedimentos, normas mínimas, quadros de limites, reservas e testes de esforço;
- Um elemento importante da gestão do risco é monitorizar continuamente se os controlos do risco implementados são executados e cumpridos e verificar se os controlos são eficazes; e
- Os resultados e conclusões da gestão do risco são reportados aos departamentos governamentais e órgãos de aprovação.

Corporativa

Foi estabelecido um quadro de gestão definindo funções e responsabilidades específicas das unidades de gestão de negócios, unidades de gestão do risco de mercado e órgãos internos de aprovação por atividade.

A supervisão do risco de mercado é da responsabilidade do Conselho de Administração Bancária e é delegada ao departamento do ALCO, em que o ALCO Bank é a autoridade máxima de aprovação e define a apetência pelo risco de mercado. O ALCO Bank monitoriza a adesão à apetência do risco para o risco de mercado e define limites adicionais, quando adequado. Estes limites passam pela organização através de ALCO de nível inferior. Esta estrutura do ALCO facilita a gestão do risco descendente, a definição de limites e a monitorização e controlo do risco de mercado.

A monitorização e o controlo do risco de mercado são da responsabilidade do Risco Financeiro e do Risco de Instituições Financeiras - Mercados Financeiros (FI-FM). O Risco Financeiro e o Risco de FI-FM (Instituições Financeiras - Mercados Financeiros) são os departamentos designados da segunda linha de defesa, independentes da primeira linha de defesa (front office) que reportam à função de DR e que são responsáveis pela conceção e execução das funções de gestão do risco de mercado do banco e do risco de crédito de contrapartes em apoio à divisão do ALCO. O Risco do Balanço Financeiro foca-se nos riscos de mercado nas carteiras bancárias, no departamento de Gestão de Capital e no departamento de Tesouraria Bancária, enquanto o Risco de Crédito e Comercial é responsável pelos riscos de crédito de contraparte e riscos de mercado resultantes das carteiras de negociação do Mercado Financeiro. O Risco Financeiro e o Risco de FI-FM (Instituições Financeiras - Mercados Financeiros) são responsáveis por determinar políticas e procedimentos adequados para gerir ativamente o risco de mercado em carteiras bancárias e em carteiras de negociação e monitorizar a conformidade com estas diretrizes.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Além de monitorizar e controlar o risco de mercado, o Risco Financeiro e o Risco de FI-FM (Instituições Financeiras - Mercados Financeiros) mantêm uma estrutura de limitada de acordo com o Quadro da Apetência pelo Risco do ING. As empresas são responsáveis por aderir aos limites que são aprovados pelo ALCO Bank. Os excessos de limites são atempadamente participados à alta administração e a empresa tem de tomar medidas adequadas para reduzir a posição do risco. Para aderir ao quadro de limites estabelecido, o ING implementa estratégias de cobertura e mitigação de risco que vão desde a utilização de instrumentos de mercado tradicionais, como swaps de taxa de juro, até estratégias de cobertura mais sofisticadas para lidar com uma combinação de fatores de risco.

A estrutura organizacional facilita a gestão do risco ascendente, reconhecendo que a tomada de riscos e a gestão de riscos ocorrem, em grande parte, ao nível regional/local. A participação ascendente, das unidades regionais/locais para as unidades da sede, permite a cada nível de gestão avaliar completamente o risco de mercado relevante nos respetivos níveis.

São várias as comissões que regem a comunicação entre as partes envolvidas na gestão do risco de mercado. A Comissão do Modelo do Risco de Mercado é a autoridade máxima dedicada dentro do ING para a aprovação de todos os modelos, metodologias e parâmetros de risco de negociação e bancário relacionados com o risco de mercado. A Comissão de Modelos do Preço de Negociação aprova os modelos de precificação para as carteiras bancárias e de negociação. A Comissão da Política de Crédito Global e Comercial (GCTP) é a autoridade suprema dedicada com representantes do Risco Financeiro, DR dos Mercados Desafiadores e em Crescimento e DR da Banca Grossista para a aprovação de políticas, modelos, metodologias e parâmetros relacionados com o risco de crédito e o risco de negociação e para consideração da apetência pelo risco e governação do risco. O relato sistemático de riscos é realizado pelos departamentos do Risco Financeiro e do Risco de FI-FM (Instituições Financeiras - Mercados Financeiros) para o CE e o CAB, alta administração da função de DR e alta administração das funções relacionadas com os negócios.

O Quadro de Gestão de Riscos de FI-FM (Instituições Financeiras - Mercados Financeiros) controla o limite entre as carteiras de negociação e as carteiras bancárias. Define as atividades que o ING considera que estão a ser negociadas de acordo com uma definição regulamentar e que fazem parte da carteira de negociação para efeitos de requisitos de fundos próprios. A atividade de negociação é sistematicamente revista e as posições contra os mandatos são avaliadas em conjunto pela primeira e segunda linhas de defesa. Conforme especificado neste quadro, a transferência de riscos ou posições entre carteiras bancárias e carteiras de negociação não é permitida.

Este parágrafo sobre o risco de mercado aborda os vários elementos do quadro de gestão do risco para:

- Capital económico do risco de mercado para carteiras de negociação e bancárias;
- Riscos de mercado nas carteiras bancárias; e
- Riscos de mercado nas carteiras de negociação.

Capital económico para risco de mercado

O capital económico para risco de mercado é o capital económico necessário para suportar movimentos de valor inesperados devido a alterações nas variáveis do mercado e risco do modelo.

O Capital Económico para o risco de mercado é calculado para exposições em carteiras comerciais e carteiras bancárias e inclui risco da taxa de juros, risco do spread de crédito, risco do preço das ações, risco cambial, risco do setor imobiliário, riscos relativos a modelos e riscos relativos a pensões. O capital económico para risco de mercado é calculado usando metodologias desenvolvidas a nível interno, com um intervalo de confiança de 99,95 % e um período de tempo de um ano.

Para as carteiras de negociação, o risco da taxa de juro linear nas carteiras bancárias e os investimentos de capital próprio, o Valor em Risco (VaR) é encarado como ponto de partida para os cálculos de capital económico do risco de mercado. O VaR é medido com um intervalo de confiança de 99 %, um período de retenção de um dia e sob o pressuposto de um valor esperado de zero.

Para chegar ao capital económico para risco de mercado, é utilizado um modelo com base em simulações que inclui uma escala para o intervalo de confiança necessário e um período de retenção. Ao determinar este fator de escala, vários outros fatores são também tidos em conta como a ocorrência de grandes movimentos de mercado (eventos) e intervenções de gestão.

As opções integradas, por exemplo, a opção de pré-pagamento e a opção integrada de taxa oferecida em hipotecas nas carteiras bancárias, resultam num risco de taxa de juros não linear nas carteiras bancárias. As opções integradas são economicamente cobertas com a metodologia de cobertura delta, deixando a carteira de hipotecas expostas a risco de convexidade e volatilidade. Para o cálculo do capital económico para este risco da taxa de juros não linear, o ING efetua uma simulação de Monte Carlo.

O risco do preço de imobiliário inclui os riscos de mercado no investimento em imobiliário e a carteira de desenvolvimento da Banca Grossista do ING. O capital económico para o risco do preço de imobiliário é calculado ao destacar as variáveis de mercado subjacentes.

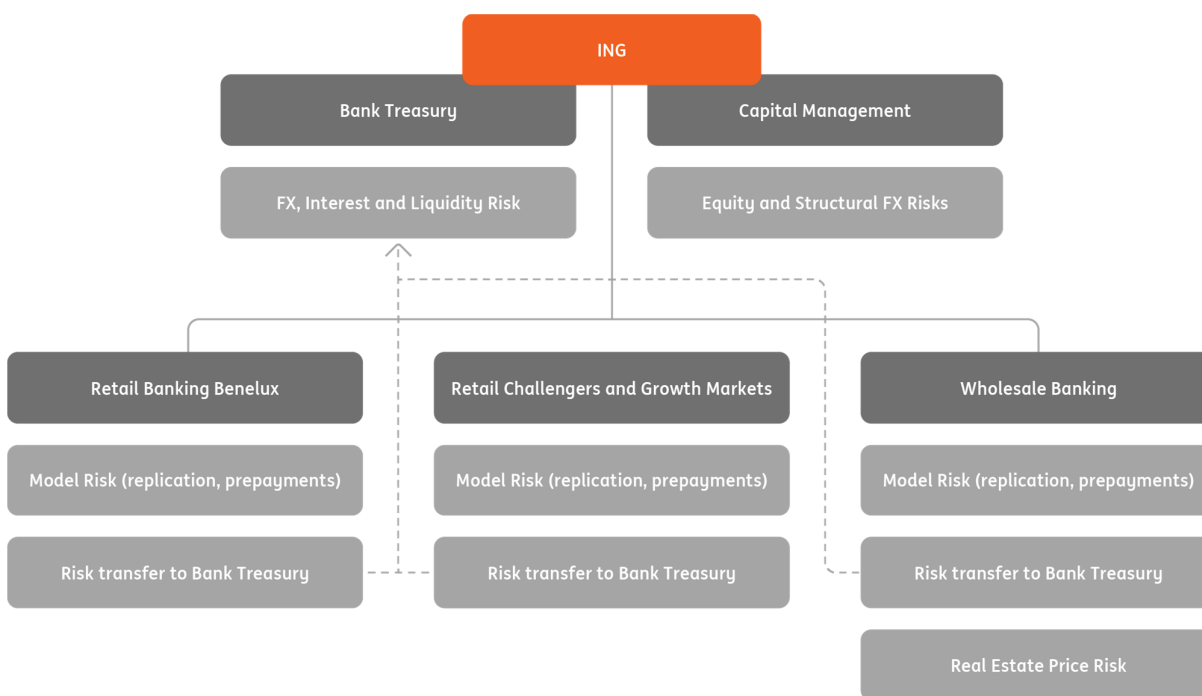
Ao recolher os diferentes números do risco de mercado de capital económico para as diferentes carteiras, os benefícios de diversificação (com base em correlações salientadas) são tidos em conta uma vez que não se espera que todos os movimentos de mercado extremos surjam no mesmo momento.

Risco de mercado nas carteiras bancárias

O ING faz uma distinção entre as carteiras de negociação e as carteiras bancárias. As posições nas carteiras bancárias são originadas dos riscos de mercado inerentes em produtos comerciais vendidos a clientes, das exposições da Tesouraria Bancária e do investimento de fundos próprios (capital central). Os produtos comerciais e os produtos utilizados para cobrir exposições do risco de mercado nestes produtos visam ser mantidos até à maturidade ou, pelo menos, a longo prazo.

Transferências de risco

Um elemento importante da gestão dos riscos de mercado nas carteiras bancárias é o processo de transferência do risco. Neste processo, os riscos da taxa de juro, de câmbio, financiamento e liquidez são transferidos dos livros comerciais através de financiamento combinado para a Tesouraria Bancária, onde são geridos centralmente. O esquema abaixo apresenta o processo de transferência e gestão dos riscos de mercado nas carteiras bancárias:



Em novembro de 2017, foi aprovada a fusão da Tesouraria Bancária e da Gestão de Capital num novo departamento denominado Tesouraria do Grupo. Esta fusão deve ser concluída até junho de 2018.

Medição de risco

Os principais conceitos e métricas utilizados para avaliar o risco de mercado nas carteiras bancárias estão descritos abaixo por tipo de risco.

Risco da Taxa de Juros nas carteiras bancárias

O risco da taxa de juro nas carteiras bancárias é definido como a exposição dos lucros do banco, o capital e valor de mercado em movimentos adversos nas taxas de juro originadas de posições nas carteiras bancárias

Gestão

A gestão do risco da taxa de juro segue o risco da taxa de juro no quadro da carteira bancária conforme aprovado pelo ALCO Bank. Este quadro descreve os cargos e responsabilidades, as medições do risco e define as políticas e procedimentos relacionados com a gestão do risco da taxa de juro. Além disso, num nível geral, o ALCO Bank define a apetência do risco para o risco da taxa de juro, que se traduz em limites para a medição do risco da taxa de juro.

A abordagem do ING à gestão do risco da taxa de juros, conforme definido no presente quadro, é a centralização dos riscos dos livros comerciais (que recolhe os produtos vendidos aos clientes) nos livros do risco da taxa de juros central. Isto permite uma desmarcação clara entre resultados de empresas comerciais e resultados em posições de taxa de juro sem cobertura.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

O ING distingue três tipos de atividades que geram o risco da taxa de juro nas carteiras bancárias:

- Investimento de fundos próprios (por Gestão de Capital)
- Empresa comercial (por exemplo: empresa retalhista)
- Posição da taxa de juro estratégica (Tesouraria Bancária)

Em seguida as três atividades são descritas mais detalhadamente:

A Gestão de Capital é responsável por gerir o investimento dos fundos próprios (capital central); encontrará mais informação na secção de Gestão de capital. O capital é investido por períodos superiores, com o intuito de maximizar o retorno, mantendo os lucros estáveis.

As atividades comerciais podem resultar num risco da taxa de juro linear, por exemplo, quando os períodos de vencimento da nova fixação de preços dos ativos é diferente do dos passivos. O risco da taxa de juro pode surgir com comportamentos do cliente, dependendo da natureza das características subjacentes do produto. O risco do comportamento do cliente é definido como a possível perda de valor futura devido a desvios no comportamento real de clientes em comparação com comportamentos modelados em opções integradas em produtos comerciais. As fontes gerais de risco do comportamento do cliente incluem o estado da economia, concorrência, alterações em regulamentos, legislação e regime fiscal e desenvolvimentos no mercado imobiliário. Uma vez que estes fatores de risco não podem ser (completamente) mitigados, o ING detém capital para conseguir absorver as possíveis perdas como resultado de comportamentos de clientes alterados.

A partir de uma perspetiva do risco da taxa de juro, as atividades comerciais podem ser divididas em três grandes tipos de produtos: poupanças e depósitos à ordem, hipotecas e empréstimos.

- As poupanças e os depósitos à ordem são geralmente investidos com o objetivo de proteger o seu valor e minimizar a sensibilidade da margem às taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros pode surgir quando há um desfasamento entre os ajustes da taxa de poupança e os ajustes sentidos através das taxas de juros do mercado ou quando as alterações na taxa de juros do mercado não podem ser transmitidas aos clientes. O risco da taxa de juros é modelado com base na estabilidade do depósito e na taxa de repasse. Isto tem em conta elementos diferentes, como as estratégias de preços, desenvolvimentos de volume e nível e formato da curva de rendimento. Os volumes de poupanças costumam ser assumidos como não sensíveis ao impacto da taxa de juros.
- O risco da taxa de juros para hipotecas surge através de comportamentos de pré-pagamento. Ao modelar este risco, são considerados os pagamentos antecipados dependentes da taxa de juros. Juntamente com a dependência de taxas de juro, o pré-pagamento modelado poderá incluir outros efeitos como o empréstimo até ao valor, sazonalidade e maturidade do empréstimo. Além disso, é considerada a sensibilidade das opções integradas da taxa oferecida; e
- Os empréstimos da Banca Grossista geralmente não apresentam um comportamento de pré-pagamento da taxa de juros, são cobertos de uma perspetiva de risco da taxa de juros e, portanto, não contêm risco significativo de convexidade.

O comportamento do cliente relativamente a hipotecas, empréstimos, poupanças e depósitos à ordem é modelado, com base numa investigação aprofundada. Por unidade de negócios e tipo de produto, as exposições costumam ser segmentadas em carteiras diferentes com base em comportamentos esperados do cliente. Para cada um dos segmentos, os parâmetros de modelo, por exemplo, para a taxa de crédito titularizado e os comportamentos do cliente são determinados com base em dados anteriores e opiniões especialistas. Os modelos costumam ser verificados a posteriori, pelo menos, semestralmente e atualizados quando considerado necessário. Os parâmetros dos modelos e as medidas de risco resultantes são aprovados pelo ALCO (local).

O risco da taxa de juro linear é transferido da empresa comercial para os livros da tesouraria (Tesouraria Bancária), se necessário, utilizando estimativas do comportamento do cliente. A empresa comercial original é responsável pela estimativa do comportamento do cliente, deixando o risco de convexidade e o risco do comportamento do cliente (inesperado) com a empresa comercial. A medição do risco e o processo de transferência do risco ocorrem mensalmente, mas, se necessário, podem ser mais frequentes, por exemplo, em mercados voláteis.

Os negócios comerciais gerem o risco de convexidade que é o resultado dos produtos que contêm opções integradas, como hipotecas. Aqui, o risco de convexidade é definido como os efeitos de opção no valor devido às alterações da taxa de juros, excluindo os efeitos de primeira ordem. Em certos casos, o risco de convexidade é transferido dos livros comerciais para os livros de tesouraria usando acordos cap/floor.

A Tesouraria Bancária gere a posição da taxa de juro estratégica, excluindo os investimentos de capital. O objetivo principal é maximizar o valor económico do livro e gerar lucros anuais estáveis e adequados nos limites da apetência do risco definidos pelo ALCO Bank.

Nas secções seguintes, são apresentadas as exposições do risco da taxa de juro nas carteiras bancárias. O ING utiliza medidas do risco com base nos lucros e numa perspetiva de valor. O Rendimento Líquido dos Juros (NII) em Risco é utilizado para fornecer a perspetiva de lucros e os valores do Valor Atual Líquido (NPV) em Risco e do Valor do Ponto Base (BPV) oferecem a perspetiva de valor. Tenha em atenção que as medidas corretivas de gestão não são tidas em consideração nestes números, embora os ajustes de preço estejam incluídos na medição do risco de lucros.

Desenvolvimentos relacionados com o Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB)

Durante 2017, o ING implementou uma série de melhorias na mensuração do risco para o IRRBB após a revisão e atualização da política de risco da taxa de juros e normas mínimas. Durante 2017, foram implementadas as seguintes melhorias:

- Para adaptar os cenários da taxa de juros para ficarem negativos, enquanto nos anos anteriores os cenários descendentes continham um *floor* de 0 % sobre as taxas de juros (em consonância com as diretrizes regulamentares).

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

- A implementação de cenários específicos de moeda calculados a partir de dados históricos alinhados com o quadro geral da apetência pelo risco, enquanto anteriormente era aplicado o mesmo cenário (+/-100bps) para diferentes moedas.
- Os cenários para a perspectiva de lucros (NII) são aplicados gradualmente ao longo de um período de 12 meses («ramped»), enquanto anteriormente os cenários foram aplicados instantaneamente.
- Adição dos spreads de mercado no cálculo da medida do Valor Atual Líquido (NPV) em Risco.
- Atualizações do modelo de poupança para desenvolvimentos de mercado

Rendimento líquido dos juros (NII) em Risco

O Rendimento Líquido dos Juros (NII) em Risco mede o impacto da alteração das taxas de juro no rendimento líquido dos juros (antes de impostos) das carteiras bancárias. Isto exclui a sensibilidade do spread de crédito e o impacto nos lucros a longo prazo. Os números do Rendimento Líquido dos Juros (NII) em Risco nas tabelas abaixo refletem um impacto paralelo da taxa de juros com um horizonte temporal de um ano. Além dos cenários paralelos, o impacto dos cenários não paralelos e o impacto num horizonte temporal mais longo faz parte da monitorização e gestão do Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB). A assimetria Rendimento Líquido dos Juros (NII) em Risco entre o cenário descendente e os cenários de choque ascendentes é principalmente causada pelo risco de convexidade na carteira de hipotecas e poupanças devido às opções

Carteiras bancárias de Rendimento Líquido dos Juros (NII) em Risco - ano 1

integradas e restrições de preços.

	2017		2016	
	«Ramped», «unfloored»		Instantâneo, «floored»	
	paralelas ▼	paralelas ▲	paralelas ▼	+100 bps
Por negócio				
Banca Grossista	-185	201	-15	138
Banca de Retalho no Benelux	17	-48	-73	-88
Mercados Desafiadores e em Crescimento	101	-133	20	58
Banca da Corporate Line	-24	13	8	116
Total	-91	33	-60	224

O Rendimento Líquido dos Juros (NII) em Risco é maioritariamente influenciado pela sensibilidade das poupanças aos movimentos da taxa de juro devido às diferenças da taxa entre as taxas de poupança e os rendimentos do investimento e é parcialmente compensado pela sensibilidade das hipotecas. O investimento de fundos próprios apenas tem impacto marginalmente na Sensibilidade dos Lucros, uma vez que apenas uma parte

Carteira bancária de Rendimento Líquido dos Juros (NII) em Risco por moeda - ano 1

relativamente pequena tem de ser (re)investida no horizonte temporal de 1 ano.

	2017		2016	
	«Ramped», «unfloored»		Instantâneo, «floored»	
	paralelas ▼	paralelas ▲	paralelas ▼	+100 bps
Por moeda				
Euro	-83	9	-54	186
Dólares dos Estados Unidos	10	-20	-14	19
Outros	-19	44	8	19
Total	-91	33	-60	224

Análise de variância ano a ano

As medidas de Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária explicam em grande parte a mudança no Rendimento Líquido dos Juros (NII) em Risco, principalmente a diferença no impacto aplicado. No ano anterior, a sensibilidade do lucro foi calculada com base num cenário instantâneo de 100 pontos base ascendente e descendente, enquanto que, em março de 2017, o Rendimento Líquido dos Juros (NII) em Risco foi calculado com base num cenário gradual «unfloored» ascendente e descendente. Em 2016, foi aplicado o mesmo cenário (+/-100bps) para diferentes moedas, enquanto a partir de 2017 foram calculados os cenários específicos de moeda.

Além disso, a mudança no Rendimento Líquido dos Juros (NII) em Risco para os Mercados Desafiadores e em Crescimento de Retalho é impulsionada pelas atualizações do modelo de poupança para a evolução do mercado em Itália, Espanha e no ING Germany.

A Banca Grossista apresenta uma sensibilidade mais negativo ao Rendimento Líquido dos Juros (NII) no cenário descendente como resultado da remoção do floor. A alteração no Rendimento Líquido dos Juros (NII) em Risco para a Corporate Line deve-se aos investimentos em fundos próprios com prazos de vencimento mais longos.

Valor Atual Líquido (NPV) em Risco

O Valor Atual Líquido (NPV) em Risco mede o impacto das alterações das taxas de juro no valor. O Valor Atual Líquido (NPV) em Risco é definido como o resultado de um aumento e diminuição instantâneos nas taxas de juros, aplicando cenários específicos de moeda. A assimetria do Valor Atual Líquido (NPV) em Risco entre o impacto descendente e ascendente é principalmente causada pelo risco de convexidade na carteira de hipotecas e poupanças. Os valores do Valor Atual Líquido (NPV) em Risco são calculados usando a abordagem atualizada para os movimentos das taxas de juros.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

O impacto do valor total não pode ser diretamente ligado ao balanço financeiro ou à conta de lucros e perdas, uma vez que os movimentos do justo valor nas carteiras bancárias não são necessariamente participados na conta de lucros e perdas nem no capital próprio. Esperam-se que as mutações de valor se materializem ao longo do tempo na conta de lucros e perdas, se as taxas de juro se desenvolverem segundo as taxas futuras durante a validade restante da carteira.

Carteiras bancárias de Valor Atual Líquido (NPV) em Risco por empresa

	2017		2016	
	«unfloored»		«floored»	
	paralelas ▼	paralelas ▲	paralelas ▼	+100 bps
Por negócio				
Banca Grossista	309	-184	-157	-19
Banca de Retalho no Benelux	-492	-468	-224	-287
Mercados Desafiadores e em Crescimento	-368	-17	328	-435
Banca da Corporate Line	1.476	-1.404	115	-1.186
Total	926	-2.073	61	-1.926

Carteiras bancárias de Valor Atual Líquido (NPV) por categoria contabilística

	2017		2016	
	«unfloored»		«floored»	
	paralelas ▼	paralelas ▲	paralelas ▼	+100 bps
Por categoria contabilística				
Custos amortizados	-2.390	1.052	114	248
Disponível para venda	2.839	-2.719	115	-2.153
Justo valor através de lucros e perdas	476	-406	-168	-21
Total	926	-2.073	61	-1.926

O Valor Atual Líquido (NPV) em Risco é denominado por investimentos a longo prazo sensíveis à taxa de juro de fundos próprios, uma vez que o próprio capital próprio não é modelado e, assim, não é apresentado como uma compensação para os investimentos de fundos próprios. O valor destes investimentos sofre um impacto significativo se as taxas de juro subirem. A assimetria entre o Valor Atual Líquido (NPV) em Risco para um cenário descendente e um choque ascendente é maioritariamente causada pelo risco de convexidade devido à opcionalidade (integrada) na carteira hipotecária e de poupanças.

Análise de variância ano a ano

O Valor Atual Líquido (NPV) em Risco para o cenário descendente mudou em 865 milhões de euros durante 2017. O principal desencadeador da mudança positiva é a Banca da Corporate Line, devido à remoção do *floor*. A remoção do *floor* é o principal contribuinte para a mudança no cenário descendente para as outras linhas de negócios, ao lado das atualizações do modelo para a carteiras de poupanças para a Banca de Retalho no Benelux e os Mercados Desafiadores e em Crescimento no Retalho.

O Valor Atual Líquido (NPV) em Risco no cenário descendente mudou em -147 milhões de euros. A mudança para a Corporate Line pode ser atribuída a investimentos a mais longo prazo. As mudanças na Banca de Retalho no Benelux e nos Mercados Desafiadores e em Crescimento no Retalho devem-se às atualizações no modelo de poupanças.

A mudança no impacto por categoria contabilística para ambos os cenários, descendentes e ascendentes, é essencialmente resultado da atualização das medidas do IRRBB. No cenário descendente, a alteração no Valor Atual Líquido (NPV) em Risco é resultado da remoção do *floor*. O cenário descendente e ascendente da categoria Disponível para Venda e justo valor através de lucros e perdas mostra um impacto mais simétrico como resultado da remoção do *floor*.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Valor do Ponto Base (BPV)

O BPV mede o impacto do aumento de um ponto base nas taxas de juro no valor. Em grande parte, o BPV e o Valor Atual Líquido (NPV) em Risco refletem o mesmo risco, a diferença é que o BPV não reflete o risco de convexidade devido à pequena alteração nas taxas de juro.

Carteiras bancárias do BPV por moeda		
em milhares de euros	2017	2016
Por moeda		
Euro	-18.446	-13.043
Dólares dos Estados Unidos	-1.417	-550
Outros	1.583	-1.303
Total	-18.280	-14.896

Em consonância com o Valor Atual Líquido (NPV) em Risco, a posição geral do BPV é dominada pelo investimento a longo prazo de fundos próprios, uma vez que o valor atual desta posição sofre um impacto significativo se as taxas de juro aumentarem um ponto base.

Análise de variância ano a ano

O BPV geral diminuiu em 3,4 milhões de euros para -18,3 milhões em 2017. Isto resulta, sobretudo, de investimentos de fundos próprios com um prazo de vencimento maior na Corporate Line (impacto do BPV de -3,9 milhões de euros).

Risco de Mercado Cambial nas carteiras bancárias

As exposições cambiais nas carteiras bancárias resultam de atividades centrais empresariais bancárias (unidades empresariais a fazer negócios noutras moedas que não a sua moeda base), investimentos em moeda estrangeira em subsidiárias (incluindo lucros e perdas líquidos) e participações acionárias estratégicas em moedas estrangeiras. A política referente a estas exposições está brevemente explicada em seguida.

Governança – Negócio bancário central

Todas as unidades empresariais cobrem o risco de câmbio resultante de atividades de negócio centrais bancárias na sua moeda base. Consequentemente, os ativos e passivos são combinados em termos de moeda.

Governança - resultado da tradução cambial

A estratégia do ING é manter o rácio CET1 num determinado intervalo quando a taxa de câmbio flutuar, ao mesmo tempo que limita a volatilidade na conta de lucros e perdas. Portanto, as coberturas são feitas apenas na medida em que a contabilidade de cobertura pode ser aplicada. Tendo isto em conta, a cobertura do rácio CET1 pode ser alcançada ao recolher as posições de moeda estrangeira iguais a determinadas posições alvo, de modo a que os fundos próprios principais de nível 1 e os ativos com ponderação do risco sejam relativamente sensíveis em termos de alteração das taxas de câmbio. Uma seleção de moedas de mercados emergentes que cumprem requisitos específicos não têm uma posição alvo, mas podem continuar abertas ao abrigo da política.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Perfil do risco – resultado da tradução cambial

A tabela seguinte apresenta as exposições da moeda nas carteiras bancárias para as moedas mais importantes para o resultado da tradução cambial. Os números positivos indicam as posições longas na respetiva moeda. Como resultado da estratégia de cobertura do rácio CET1, existe uma exposição de moeda estrangeira líquida.

Carteiras bancárias de exposições de moeda bancária líquida

	Investimentos estrangeiros		Coberturas		Exposições líquidas	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Dólares dos Estados Unidos	2.487	2.852	4	280	2.491	3.133
Libra Esterlina	667	701		-128	667	573
Zloty Polaco	2.398	1.927	-618	-584	1.780	1.344
Dólar Australiano	3.769	3.856	-2792	-3.324	977	532
Lira Turca	1.828	2.066		-3	1.828	2.063
Yuan Chinês	2.762	3.012		-161	2.762	2.851
Won Coreano	954	958	-817	-779	137	179
Rupia Indiana	937	714			937	714
Real Brasileiro	211	253			211	253
Rublo Russo	549	589	-154	-224	395	364
Outra moeda	2.828	2.863	-1.200	-1.472	1.628	1.391
Total	19.390	19.792	-5.576	-6.396	13.815	13.396

Para medir a sensibilidade do rácio CET1 em relação às flutuações da taxa de câmbio, o Valor Histórico em Risco é utilizado com base em séries históricas das taxas de câmbio dos últimos 12 meses. Mede a diminuição no rácio CET1 com base nas taxas de câmbio históricas. Com base nessas séries temporais e com uma probabilidade de 1 %, a diminuição no rácio CET1 seria de 0,16 %. Como esta metodologia foi desenvolvida recentemente em 2017, a medida comparável de 2016 não está disponível.

Risco do preço do capital próprio nas carteiras bancárias**Gestão**

O ING Bank mantém uma carteira estratégica com exposição de capital próprio substancial nas suas carteiras bancárias. Os escritórios locais são responsáveis pela gestão das posições de investimento de capital próprio. O Risco Financeiro é responsável pela monitorização mensal do capital regulamentar para investimentos em capitais próprios e atua de forma independente da administração na monitorização dessas posições.

Perfil do risco

O risco do preço do capital próprio é originado pela possibilidade de os preços dos títulos do capital próprio sofrerem flutuações, afetando o valor dos títulos do capital próprio e outros instrumentos cujo valor reage da mesma forma a um título específico, um conjunto definido de títulos ou um índice de títulos. A exposição do capital próprio do ING é maioritariamente composta pelos investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos de 947 milhões de euros (2016: 1003 milhões de euros) e pelos títulos de capital próprio detidos na carteira disponível para venda (AFS) de 3983 milhões de euros (2016: 4024 milhões de euros). O valor dos títulos de capital próprio detidos na carteira disponível para venda está diretamente ligado aos preços de títulos de capital próprio com os aumentos/reduções reconhecidos na reserva de reavaliação, exceto em caso de depreciação. Os investimentos em associados e empreendimentos conjuntos são medidos em conformidade com o método de capital próprio de contabilidade e o valor do balanço financeiro e, assim, não estão diretamente ligados aos preços dos títulos de capital próprio.

Capitais Próprios, Lucros e perdas Não Realizados na carteira AFS

	2017	2016
Ganhos brutos não realizados	2.478	2.675
Perdas brutas não realizadas	-4	-19
Total	2.474	2.656

Análise de variância ano a ano

A reserva de reavaliação relacionada com títulos de capital próprio detidos na carteira disponível para venda passou de 2656 milhões de euros no final do ano de 2016 para 2474 milhões de euros no final do ano de 2017. Em 2017, a carteira AFC diminuiu ligeiramente em 41 milhões de euros para 4,0 mil milhões de euros, a diminuição no valor de investimento no Bank of Beijing e algumas vendas de participações acionárias foram amplamente compensadas pelo aumento do valor da participação no Kotak Mahindra Bank.

Risco do preço do imobiliário nas carteiras bancárias

O risco dos preços do imobiliário é originado pela possibilidade de os preços do imobiliário sofrerem flutuações. Isto afeta o valor dos ativos imobiliários e os lucros relacionados com atividades de imobiliário.

Gestão

O Imobiliário é um negócio de liquidação que consiste em atividades de Desenvolvimento de Imobiliário e de Gestão de Investimento em Imobiliário que são reduzidas pela venda de ativos, execução rigorosa de maturidade do contrato ou através da vendas de carteira.

Perfil do risco

O ING tem duas categorias principais diferentes de exposição de imobiliário nas suas carteiras bancárias: primeiro, os seus próprios edifícios que o ING ocupa e, segundo, os ativos de desenvolvimento, que consistem maioritariamente em atividades de Desenvolvimento de Imobiliário e de Gestão de Investimentos em Imobiliário. A exposição total do imobiliário equivale a 0,9 mil milhões de euros (excluindo propriedade de execuções hipotecárias e juros de terceiros). O ING tem 0,1 mil milhões de euros reconhecidos a justo valor através de lucros e perdas e 0,8 mil milhões de euros são reconhecidos a custo ou reavaliados através do capital próprio (com imparidades que passam pelos lucros e perdas). Uma divisão na exposição do imobiliário por continente e sector com base na vista da gestão do risco é ilustrada abaixo.

Exposição do risco de mercado do Imobiliário nas carteiras bancárias (por área geográfica e tipo de sector)					
	2017	2016		2017	2016
Continente			Setor		
Europa	827	969	Hipotecas	72	104
Américas	25	36	Aquisições	785	895
Austrália	0	0	Retalho	8	19
Ásia	0	0	Industrial	12	18
Outros	82	104	Outros	57	72
Total	934	1.109	Total	934	1.108

A exposição principal é originada pelos edifícios de escritórios de uso próprio localizados nos Países Baixos e na Bélgica (0,78 mil milhões de euros), assim como pelas exposições de retalho e residenciais na Europa (0,08 mil milhões de euros)

Análise de variância ano a ano

No total, a exposição do risco de mercado do imobiliário nas carteiras bancárias diminuiu em 0,2 mil milhões de euros como resultado de alienações. O restante deve-se a desvalorizações e alterações do justo valor.

Risco de mercado nas carteiras de negociação

Nas carteiras comerciais, as posições são mantidas nos mercados financeiros profissionais. Estas posições são, muitas vezes, um resultado de transações com clientes e podem servir para beneficiar de movimentos de preço a curto prazo. Em 2017, o ING continuou a sua estratégia de desenvolver atividades de negociação para desenvolver o seu franchise orientado para o cliente e proporcionar uma experiência diferenciadora, oferecendo vários mercados e comercializando produtos com eficiência e eficácia.

Gestão

A Comissão de Riscos de Mercados Financeiros (CRMF) é a comissão do risco de mercado que, na apetência do risco definida pelo ALCO Bank, define os limites do risco de mercado a um nível agregado e a um nível administrativo e aprova novos produtos. O Risco de FI-FM (Instituições Financeiras - Mercados Financeiros) aconselha a CRMF e o ALCO Bank sobre a apetência pelo risco de mercado das atividades de negociação.

Relativamente às carteiras comerciais, o Risco de FI-FM (Instituições Financeiras - Mercados Financeiros) foca-se na gestão dos riscos de mercado da Banca Grossista (maioritariamente em Mercados Financeiros), uma vez que esta é a única linha empresarial no ING Bank em que ocorrem as atividades de negociação. As atividades comerciais incluem a facilitação de negócios com clientes e criação de mercados. O Risco de FI-FM (Instituições Financeiras - Mercados Financeiros) é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas do risco comercial e de metodologias de avaliação do risco, a participação e monitorização das exposições do risco contra limites comerciais aprovados e a validação de modelos de fixação de preços. O Risco de FI-FM (Instituições Financeiras - Mercados Financeiros) também analisa os mandatos e limites de negociação e assume o papel de controlador no processo de análise de produtos. A gestão do risco de mercado nas carteiras comerciais é realizada em diversos níveis organizacionais. O Quadro de Gestão de Riscos de FI-FM (Instituições Financeiras - Mercados Financeiros) define as políticas e procedimentos para a gestão geral das carteiras de negociação. A atividade de negociação é sistematicamente revista e as posições contra os mandatos são avaliadas em conjunto pela primeira e segunda linhas de defesa.

Justo valor de ativos e passivos financeiros

O ING alinha as fontes de preços que usa com a hierarquia do justo valor. As melhores provas de Justo valor são as cotas de preços publicadas em mercados ativos. Quando não existem preços cotados disponíveis, são utilizadas outras fontes de preços e técnicas de avaliação para determinar o justo valor.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Os exemplos de outras fontes de precificação são os fornecedores de mercado independentes, corretores ou transações recentes. A variedade de preços obtida destas fontes pode divergir. A escolha de uma ou outra fonte de preço pode, assim, resultar em estimativas diferentes de justo valor. Escolher o preço mais adequado neste intervalo exige experiência e ponderação. A escolha das fontes de preço utilizadas está sujeita a aprovação e revisão internas no Comité de Dados do Mercado.

As técnicas de avaliação vão dos descontos de fluxos de caixa a modelos de avaliação. Estes modelos baseiam-se em fatores do risco relevantes como o preço de mercado dos instrumentos de referência subjacentes, parâmetros de mercado (volatilidades, correlações e notações de crédito) e o comportamento do cliente. Alguns destes fatores de preço exigem pressupostos que implicam que os modelos de avaliação sejam subjetivos por natureza. Dependendo da técnica de avaliação utilizada e dos pressupostos feitos, o justo valor obtido pode ser diferente. Assim, a incerteza descendente e/ou ascendente implícita do valor contabilístico pode variar. Para uma classificação da exposição a justo valor para produtos em conformidade com o seu grau de incerteza de avaliação, consulte a secção «Instrumentos financeiros ao justo valor» da Nota 34 «Justo valor de ativos e passivos».

Todos os modelos de avaliação utilizados estão sujeitos a um quadro de gestão do modelo. A gestão de modelos refere-se a um conjunto de políticas e procedimentos que seguem rigorosamente e que abrangem todo o ciclo de vida de um modelo, isto é, o seu desenvolvimento, validação, aprovação, implementação e manutenção. Os alicerces da estrutura de gestão do modelo são a validação independente e a revisão periódica. Esta revisão periódica visa determinar se um modelo ainda está adequado à sua utilização pretendida. Quando são utilizados modelos para avaliações, pode existir incerteza nos pressupostos dos modelos e/ou nos parâmetros subjacentes. Nos casos em que surge incerteza significativa sobre pressupostos, aplica-se um ajuste da avaliação do risco de modelos.

No geral, as posições são avaliadas tendo em conta o preço de compra para uma posição longa e o preço de oferta para uma posição curta. Nos casos em que as posições são marcadas a preços médios de mercado, calcula-se um ajuste do valor justo.

O ING alinhou os ajustes existentes do justo valor com as normas regulamentares para instrumentos de justo valor emitidas pela EBA, por isso, quando possível, segue um quadro de avaliação unificada que cumpre os requisitos do IFRS e dos RFP. Esta abordagem é apoiada por um quadro de políticas de avaliação ao nível do banco. Estão disponíveis metodologias detalhadas para instrumentos de justo valor por produto e grau de liquidez. Estas abrangem, entre outros, os custos de fecho e a incerteza de preço médio. Os benefícios deste quadro e da abordagem escolhida são um aumento significativo na consistência e transparência do justo valor de instrumentos financeiros em diferentes locais e livros. Para conformidade com as normas regulamentares da EBA, um ajuste adicional da avaliação através do capital em posições concentradas (o AVA de Concentração) de 13 milhões de euros após impostos foi registado para o ING em 2017. Trimestralmente, todos os ajustes de avaliação são discutidos e aprovados no Comité de Preços e Imparidade Global (GP&IC). Este comité supervisiona o quadro de avaliação e a verificação do preço Independente.

Para incluir o risco de crédito na avaliação justa, o ING aplica ajustes de avaliação de crédito e de débito (doravante referidos respetivamente como CVA e DVA). As dívidas emitidas e os títulos estruturados que são cotados ao Justo Valor são ajustados para o risco de crédito através de um ajuste do crédito próprio. Além disso, os derivados valorizados ao justo valor são ajustados para o risco de crédito por um ajuste da avaliação do crédito.

Este ajuste da avaliação do crédito é de natureza bilateral; tanto o risco de crédito da contraparte, como o do ING estão incluídos no ajuste. Todos os dados de mercado que são utilizados na determinação do CVA são baseados em dados de mercado implícitos. Além disso, o risco de correlação desfavorável (quando a exposição a uma contraparte aumenta e a qualidade de crédito dessa contraparte diminui) e o risco de correlação favorável (quando a exposição a uma contraparte diminui e a qualidade de crédito dessa contraparte diminui) estão incluídos no ajuste. O ING também inclui o componente do CVA na precificação do risco de crédito para novas negociações externas com contrapartes. Os limites e controlos do risco foram implementados para monitorizar e antecipar diariamente o risco do CVA. O CVA é gerido pela gestão do risco global, onde os limites e controlos do risco para o CVA são geridos e monitorizados a um nível global. A abordagem do ING à gestão do risco do Ajuste de Avaliação de Crédito (CVA) é impulsionado pelo aumento do controlo, relação custo-eficácia e o contexto global do CVA.

O ING aplica um Ajuste de Avaliação de Financiamento (FVA) para abordar os custos de financiamento associados à assimetria de financiamento da garantia em derivados OTC não garantidos ou parcialmente garantidos na carteira. Este ajuste baseia-se nos perfis de exposição esperados dos derivados OTC não garantidos ou parcialmente garantidos e a spreads de financiamento baseados no mercado.

O Risco de FI-FM (Instituições Financeiras - Mercados Financeiros) tem a função de desafiar as fontes de avaliação e de fixação de preços utilizadas nos modelos de avaliação pelo Front Office. O Risco de FI-FM (Instituições Financeiras - Mercados Financeiros) efetua uma verificação independente dos preços para garantir que as estimativas estão corretas. A verificação do preço independente e os ajustes de avaliação são confirmados no comité de parâmetros local. Para garantir a segregação dos deveres entre o Front Office e o Risco de FI-FM (Instituições Financeiras - Mercados Financeiros), os sistemas para fixação de preços e o teste de preços são protegidos para evitar o acesso não autorizado.

Medição de risco

O ING utiliza um conjunto abrangente de metodologias e técnicas para medir o risco de mercado nas carteiras de negociação: Valor em Risco (VaR) e Valor em risco em situação de stress (SVaR), Requisitos de fundos próprios para riscos adicionais (IRC) e Risco de Evento (teste de esforço). Estão em vigor processos sistemáticos de validação para validar a precisão e consistência interna dos dados e parâmetros usados para os modelos internos e processos de modelagem.

Comité de Basileia/DFP IV

O ING segue o quadro regulamentar definido no Regulamento de Requisitos do Capital (RFP/DFP IV) para os seus cálculos de capital regulamentar. O CBSB está a efetuar uma Revisão Fundamental da Carteira de Negociação, que poderá ter um impacto significativo nos cálculos do Pilar I. Em dezembro de 2017, os Governadores e Diretores de Supervisão apresentaram o pacote final da atualização do Acordo de Basileia III, neste pacote a nova data limite do CBSB para implementação e início do relato da Revisão Fundamental da Carteira de Negociação (FRTB) é 1 de janeiro de 2022.

Valor em Risco

O Risco de FI-FM (Instituições Financeiras - Mercados Financeiros) utiliza a metodologia de simulação histórica Valor em Risco (VaR) como a principal medida de risco. O VaR para o risco de mercado quantifica, com um nível de confiança unilateral de 99 %, a perda máxima repentina que poderá ocorrer na carteira de negociação do ING devido a alterações nos fatores de risco (por exemplo: taxas de juros, preços das ações, taxas de câmbio, spreads de crédito, volatilidades implícitas) se as posições permanecerem inalteradas por um período de um dia. Além dos movimentos de mercado gerais nestes fatores de risco, o VaR também tem em conta os movimentos dos dados de mercado para movimentos específicos como, por exemplo, o emissor subjacente de títulos. É utilizado um modelo único que diversifica riscos gerais e específicos. No geral, aplica-se uma abordagem de reavaliação integral, apenas para um número limitado de posições de negociação lineares e a um número limitado de fatores de risco nas classes de risco relativo às matérias-primas e de risco acionista aplica-se uma abordagem baseada na sensibilidade. O impacto potencial dos movimentos de mercado históricos sobre a carteira atual é estimado com base em movimentos de mercado observados e ponderados de forma igual do ano anterior (260 dias). Ao simular movimentos potenciais em fatores de risco, dependendo do tipo de fator de risco, utiliza-se um desvio absoluto ou relativo. Os dados usados nos cálculos são atualizados diariamente. O ING utiliza o VaR com um horizonte de 1 dia para a mensuração, controlo e gestão e verificação *a posteriori* do risco interno e o VaR com um horizonte de 10 dias para determinar o capital regulamentar. Para calcular o VaR com um horizonte de 10 dias, os desvios do fator de risco de um dia são escalonados pela raiz quadrada de dez e usados como entrada para a reavaliação. O mesmo modelo é utilizado para todas as entidades legais no ING com exposição ao risco de mercado na carteira de negociação.

Limitações

O VaR tem algumas limitações, como as seguintes: O VaR utiliza dados históricos para prever o comportamento dos preços futuros. O comportamento dos preços futuros pode ser substancialmente diferente do comportamento passado. Além disso, o uso de um período de retenção de um dia (ou dez dias para cálculos de capital regulamentar) presume que todas as posições na carteira podem ser liquidadas ou cobertas num dia. Em períodos de liquidez ou movimentos no mercado, este pressuposto pode não ser válido. Além disso, o uso do nível de confiança de 99 % significa que o VaR não tem em conta quaisquer perdas que ocorrem para lá deste nível de confiança.

Verificação a posteriori

A verificação a posteriori é uma técnica para a monitorização contínua da plausibilidade do modelo VaR em utilização. Embora os modelos do VaR estimem os possíveis resultados comerciais futuros, as estimativas têm por base dados de mercado históricos. Num teste retrospectivo, o resultado comercial diário real (excluindo taxas e comissões) é comparado com o VaR de 1 dia. Além de utilizar os resultados reais para os testes retrospectivos, o ING utiliza também resultados hipotéticos, o que exclui o efeito da negociação intraday, taxas e comissões. Quando a perda real ou hipotética excede o VaR, ocorre um «valor atípico». Com base no nível de confiança unilateral de 99 % do ING, espera-se um valor atípico uma vez a cada 100 dias úteis. Em 2017 não houve ocorrências em que uma perda diário real ou hipotética superasse o VaR consolidado diário do ING. O ING participa os resultados dos testes retrospectivos trimestralmente ao BCE.

VaR em Situação de Stress

O SVaR visa replicar um cálculo do VaR que seria gerado na carteira atual do banco com informações calibradas segundo os dados históricos de um período contínuo de 12 meses de tensão financeira significativa relevante para a carteira do banco. Para calcular o SVaR, o ING utiliza o mesmo modelo que para o VaR com um horizonte de 10 dias. O período de dados históricos utilizado atualmente inclui o auge da crise de crédito aquando da queda da Lehman Brothers e é revisto com regularidade. O período de dados históricos é escolhido para dar as piores estimativas de perda possível para a carteira atual. O mesmo modelo de SVaR é utilizado para efeitos de gestão e de regulamentação. O mesmo modelo é utilizado para todas as entidades legais no ING com exposição ao risco de mercado na carteira de negociação.

Requisito de Fundos Próprios para Riscos Adicionais

O IRC (Requisito de Fundos Próprios para Riscos Adicionais) para o ING é uma estimativa dos riscos de incumprimento e migração para produtos de crédito não garantidos na carteira de negociação, ao longo de um horizonte de capital de um ano, com um nível de confiança de 99,9 %. O mesmo modelo IRC é utilizado para todas as entidades legais no ING com exposição ao risco de mercado na carteira de negociação. As posições de negociação não titularizadas do ING, que estão sujeitas a um risco da taxa de juros específico incluído na abordagem de modelo interno para capital regulamentar de risco de mercado, estão no âmbito do modelo IRC. Por escolha do modelo, o capital próprio é excluído do modelo. Para calcular o IRC, o ING realiza uma simulação Monte Carlo com base num modelo de cópula Gaussiana. As correlações de ativos usadas no modelo de cópula Gaussiana são determinadas usando a fórmula de correlação do IRB. A alteração da classificação é simulada para todos os emissores em diferentes períodos de liquidez (isto é, tempo necessário para liquidar a posição ou cobrir todos os riscos significativos) ao longo de um ano. Os movimentos em diferentes categorias de notação e probabilidades de incumprimento são regidos por uma matriz de transição de notações de crédito. Obteve-se uma matriz de transição externa da Standard & Poor's (S&P). O impacto financeiro é depois determinado com base na migração simulada do incumprimento ou na migração para uma categoria de classificação diferente, com base no PDI ou em alterações do spread de crédito, respetivamente.

O período de liquidez foi definido segundo o mínimo regulamentar de três meses para todas as posições no âmbito. O ING Bank revê regularmente os períodos de liquidez com base numa avaliação estruturada do tempo que demora a liquidar as posições na carteira de negociação.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

O ING avalia periodicamente a conformidade do modelo IRC com os requisitos regulamentares ao efetuar análises de lacunas, substanciando as escolhas de modelos e quantificando o impacto de abordagens alternativas.

Teste de Esforço e Risco de Evento

O Teste de Esforço e Risco de Evento são ferramentas de gestão do risco valiosas. O Risco de Evento avalia a estabilidade financeira do banco em cenário de tensão graves, mas plausíveis, e ajuda na tomada de decisões com o objetivo de manter o banco como uma instituição financeiramente viável e saudável depois da ocorrência de eventos graves. Além da estrutura do teste de esforço em todo o banco, conforme descrito na secção dos testes de esforço, o Risco de FI-FM (Instituições Financeiras - Mercados Financeiros) realiza testes de cenários de tensão separados no âmbito do quadro do Risco de Evento para monitorizar os riscos de mercado sob condições de mercado extremas. Uma vez que, no geral, o VaR não produz uma estimativa de possíveis perdas que podem ocorrer como resultado de movimentos de mercado extremos, o ING utiliza testes de cenários tensos estruturados para calcular o Risco de movimento de modo a monitorizar o risco de mercado nestas condições extremas. O risco de movimento baseia-se em cenários históricos e hipotéticos extremos. O resultado é uma estimativa dos lucros e perdas causados por um possível movimento e o seu impacto mundial para o ING. O número do Risco de Evento para a atividade de negociação do ING é gerado semanalmente. Tal como o VaR, o risco de movimento é limitado pelo ALCO Bank.

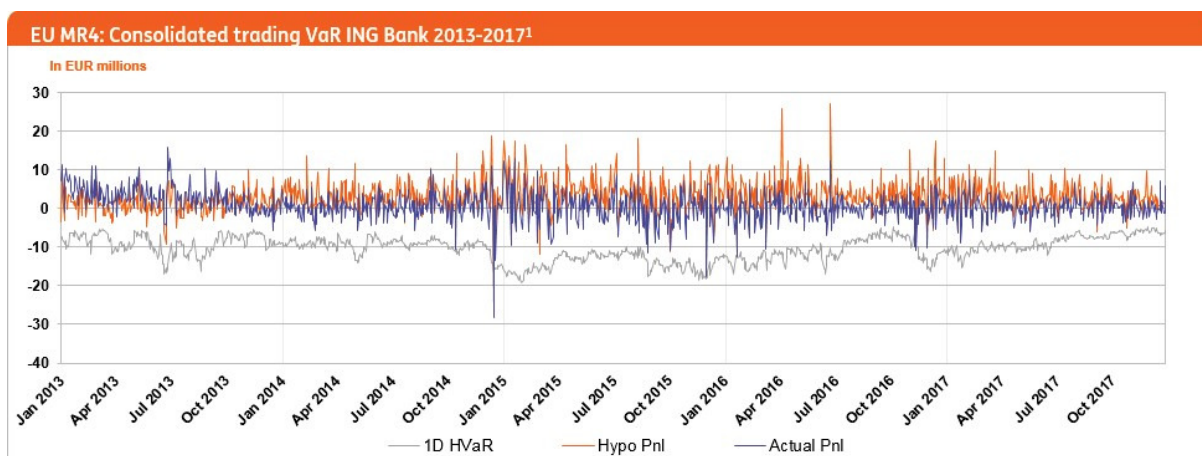
A política de risco de movimento do ING baseia-se num grande conjunto de possíveis cenários de tensão por tipo de risco (rendimento fixo, capital próprio, mercado cambial, crédito e mercados derivados relacionados). Nos cenários de tensão, os impactos são aplicados aos preços (spreads de crédito, taxas de juros, capital próprio, mercadorias e taxas de câmbio) e às volatilidades. Dependendo do tipo de teste de esforço, podem fazer-se pressupostos adicionais de cenários, por exemplo, em correlações, dividendos ou taxas de recuperação. Por exemplo, para produtos de capital próprio assumimos um cenário de crise (redução dos preços) e um cenário altista (aumento dos preços). Os cenários são calculados com base em movimentos que ocorrem de forma independente, em conjunto por região ou em todos os países em simultâneo. Desta forma, é calculado um grande conjunto de cenários para cada tipo de risco. Os piores cenários por mercado são combinados nos mercados ao avaliar movimentos independentes por mercado e os piores movimentos que ocorrem em todos os mercados ao mesmo tempo.

Outros controlos comerciais

Os limites do VaR e do Risco de movimento são os limites mais importantes para controlar as carteiras comerciais. Adicionalmente, foram definidos limites para o SVAR e os IRC. Além disso, o ING utiliza uma variedade de outros controlos para complementar estes limites. Os limites de posição e sensibilidade são utilizados para evitar grandes concentrações em emissores, setores ou países específicos. Além disso, são definidos outros limites de risco relativamente a atividades em comércio de derivados complexos. O risco de mercado destes produtos é controlado por limites e restrições específicos do produto.

Perfil do risco

O gráfico seguinte ilustra o desenvolvimento repentino do VaR num intervalo de confiança de 99 % e um horizonte temporal de 1 dia versus lucros e perdas de negociação diários reais e hipotéticos. No cálculo dos lucros e perdas diários hipotéticos, a posição de negociação é mantida constante e apenas o movimento de mercado é tido em consideração. O VaR repentino é apresentado para a carteira comercial do ING de 2013 a 2017.



1 Risco CVA não incluído no VaR. As reservas não estão incluídas nos números dos Lucros e Perdas.

Os números do risco na tabela abaixo apenas estão relacionados com os livros comerciais em que se aplica a abordagem do modelo interno.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

1d VaR para Carteiras comerciais de Abordagem do Modelo Interno:

	Mínimo		Máximo		Média		Final do exercício	
valores em milhões de euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Taxa de juro	3	3	8	10	4	5	4	5
Capital próprio e mercadorias	1	2	4	11	3	5	2	4
Mercado Cambial	1	1	4	5	2	2	1	2
Spread de crédito	3	4	7	11	5	6	4	7
Diversificação ²					-7	-7	-6	-12
VaR Total	4	5	9	22	6	11	5	6

1 O risco CVA não estão incluído no VaR.

2 O VaR total para as colunas Mínimo e Máximo não pode ser calculado tendo em conta a soma dos componentes individuais, uma vez que as observações para os mercados individuais, assim como o VaR Total, podem ocorrer em datas diferentes.

Em 2017, o VaR médio estava a um nível mais baixo comparado com o ano passado, como também notável em diferentes tipos de risco. Ao longo destes dois anos (2016-2017), as carteiras comerciais registaram uma queda tanto no nível como na volatilidade do VaR de 1 dia, graças ao desenvolvimento da estratégia de negociação de instrumentos derivados de títulos de capital e a condições de mercado geralmente mais positivas.

UE MR3: Valores da Abordagem do Modelo Interno para carteiras comerciais

valores em milhões de euros	2017	2016
VaR (10 dias 99 %)		
1 Valor máximo	43	64
2 Valor médio	22	33
3 Valor mínimo	14	9
4 Fim do período	17	36
VaR em Situação de Stress (10 dias, 99 %)		
5 Valor máximo	96	131
6 Valor médio	56	72
7 Valor mínimo	33	40
8 Fim do período	67	84
Requisito de Fundos Próprios para Riscos Adicionais (99,9 %)		
9 Valor máximo	158	292
10 Valor médio	114	207
11 Valor mínimo	78	120
12 Fim do período	78	120
Cobrança do capital do Risco abrangente (99,9 %)		
13 Valor máximo	n/d	n/d
14 Valor médio	n/d	n/d
15 Valor mínimo	n/d	n/d
16 Fim do período	n/d	n/a

As alterações da posição do risco também estavam refletidas nas estatísticas do VaR de 10 dias e do Valor em risco em situação de stress de 10 dias. Em comparação com o VaR de 10 dias em 2016, em 2017 as alterações da posição levaram a um máximo mais baixo, médio e a um VaR de 10 dias mais baixo no final do ano. Observam-se dinâmicas semelhantes no Valor em risco em situação de stress de 10 dias. A diminuição geral no IRC em 2017 foi, em grande parte, fomentada pela diminuição das exposições de dívida a vários soberanos.

Capital regulamentar

De acordo com o Regulamento de Requisitos de Fundos Próprios (RFP/DFP IV), o capital regulamentar (requisitos de fundos próprios) para o risco de mercado pode ser calculado utilizando a abordagem padronizada ou uma abordagem do modelo interno. O ING recebeu aprovação regulamentar para utilizar um modelo interno de modo a determinar o capital regulamentar para o risco de mercado em todas as carteiras de negociação do ING. O capital do risco de mercado das carteiras de negociação é calculado de acordo com os Requisitos de Fundos Próprios, usando modelos internos de VaR, SvaR e IRC, em que a diversificação é tida em consideração. O risco relativo às matérias-primas nas carteiras bancárias é calculado segundo a Abordagem do Modelo Interno. No entanto, as discrepâncias no risco cambial das carteiras bancárias são calculadas usando a Abordagem Padronizada com ponderações de risco fixas. O ING não tem uma Carteira de Negociação de Correlação ou quaisquer outras titularizações no livro comercial.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Abordagem Padronizada

UE MR1: Riscos de mercado com Abordagem Padronizada

valores em milhões de euros		2017		2016	
		APR	Requisi- tos de Fundos Próprios	APR	Requisi- tos de capital
Produtos totais					
1	Risco da taxa de juros (gerais e específicos)				
2	Risco de capital próprio (geral e específico)				
3	Risco Cambial	1.074	86	1.081	87
4	Risco relativo às matérias-primas				
Opções					
5	Abordagem simplificada				
6	Método Delta-plus				
7	Abordagem do cenário				
8	Titularização (risco específico)				
9	Total	1.074	86	1.081	87

O capital regulamentar do risco de mercado sob a Abordagem Padronizada é totalmente fomentado pelo risco cambial nas carteiras bancárias. O risco cambial nas carteiras bancárias em 2017 manteve-se num nível comparativo a 2016.

Abordagem do Modelo Interno

UE MR2-A: Riscos de mercado na Abordagem do Modelo Interno

valores em milhões de euros		2017		2016	
		APR	Requisi- tos de Fundos Próprios	APR	Requisi- tos de capital
1	VaR (maior dos valores a e b)	649	52	1.123	90
(a)	VAR do dia anterior (Artigo 365.º(1) (VART-1))	209	17	449	36
(b)	Média do VaR diário (Artigo 365.º(1)) em cada um dos sessenta dias úteis anteriores (VaRavg) x fator de multiplicação ((mc) de acordo com o Artigo 366.º)	649	52	1.123	90
2	SVaR (maior dos valores a e b)	1.750	140	2.546	204
(a)	SVAR mais recente (Artigo 365.º(2) (sVART-1))	842	67	1.054	84
(b)	Média do SVAR (Artigo 365.º(2) durante os sessenta dias úteis anteriores (sVaRavg) x fator de multiplicação (ms) (Artigo 366.º)	1.750	140	2.546	204
3	Requisito de Fundos Próprios para Riscos Adicionais - IRC (maior dos valores a e b)	1.205	96	1.910	153
(a)	O valor dos IRC mais recente (requisitos de fundos próprios para riscos adicionais de incumprimento e de migração, secção 3, calculados em conformidade com a Secção 3, artigos 370/371).	981	78	1.500	120
(b)	Média do número dos IRC durante as 12 semanas precedentes	1.205	96	1.910	153
4	Medição Abrangente do Risco – CRM (maior dos valores a, b e c)				
(a)	Número de risco mais recente para a carteira de negociação de correlação (Artigo 377.º)				
(b)	Média do número de risco para a carteira de negociação de correlação nas últimas 12 semanas				
(c)	8 % do requisito de fundos próprios em AP no número de risco mais recente para a carteira de negociação de correlação (Artigo 338.º(4))				
5	Total	3.604	288	5.579	446

A redução no capital regulamentar do risco de mercado para negociação em 2017 deve-se maioritariamente à redução nas exposições de emissores soberanos e como resultado de uma diminuição no IRC e um alteração nas posições de risco durante 2017 que resultaram em reduções no VaR e SVaR. As principais alterações nas posições do risco ao longo do ano foram nas carteiras de negociação de classes de ativos de crédito e taxa de juros, incluindo carteira de cobertura de CVA. As coberturas de ajustamento da avaliação de crédito são capitalizadas sob o quadro do risco de mercado, enquanto o ajustamento da avaliação de crédito é capitalizado sob o quadro do risco de crédito segundo as regras de Basileia.

Sensibilidades

Como parte do quadro de monitorização do risco, o Risco de FI-FM (Instituições Financeiras - Mercados Financeiros) monitoriza ativamente as alterações diárias das sensibilidades das carteiras comerciais. As sensibilidades medem o impacto dos movimentos em fatores de risco de mercado individuais (taxas de câmbio, taxas de juros, spreads de crédito, ações e preços de mercadorias) nos resultados de lucros e perdas das posições e carteiras de negociação.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

As tabelas seguintes ilustram as cinco maiores posições cambiais de negociação e as sensibilidades da taxa de juros e do spread de crédito. As sensibilidades do spread de crédito são ainda divididas em classes e setores do risco diferentes. Devido à natureza das carteiras comerciais, as posições mudam de dia para dia.

Posições comerciais intercambiais mais importantes no final do exercício

valores em milhões de euros	2017	2016
Mercado Cambial		Mercado Cambial
Dólares dos Estados Unidos	-45	Dólares dos Estados Unidos 201
Zloty Polaco	28	Novo Leu Romeno 45
Won da Coreia do Sul	26	Yuan Chinês -40
Yen Japonês	-21	Won da Coreia do Sul -22
Novo Dólar de Taiwan	21	Koruna Checa 21

Sensibilidades mais importantes da taxa de juro e do spread de crédito no final do exercício

valores em milhares de euros	2017	2016
Taxa de juro (BPV₁)		Taxa de juro (BPV₁)
Dólares dos Estados Unidos	141	Euro -119
Rublo Russo	-66	Won da Coreia do Sul -44
Yen Japonês	61	Zloty Polaco -32
Novo Dólar de Taiwan	52	Rupia Indiana -23
Zloty Polaco	47	Novo Leu Romeno 22
Spread de crédito (CSO1₂)		Spread de crédito (CSO1₂)
Estados Unidos	341	Estados Unidos 333
Supranacional	-92	Alemanha 173
Índia	-78	Bélgica 74
França	63	Índia -38
Países Baixos	-60	Polónia -38

- 1 O Valor do Ponto Base (BPV) mede o impacto no valor de um aumento de 1 ponto base nas taxas de juros. Os números incluem o risco relativo às matérias-primas nas carteiras bancárias.
- 2 A Sensibilidade do Spread de crédito (CSO1) mede o impacto no valor de um aumento de 1 ponto base nos spreads de crédito. As exposições a instituições supranacionais não são atribuídas a um país específico.

Sensibilidades do spread de crédito por classe de risco e setor no final do exercício

valores em milhares de euros	2017		2016	
	Gestão	Instituições financeiras	Gestão	Instituições financeiras
Spread de crédito (CSO1₁)				
Classes de risco				
1 (AAA)	-20	-233	-3	-48
2-4 (AA)	-5	-53	-21	26
5-7 (A)	-83	-87	13	-9
8-10 (BBB)	-127	-151	-126	-154
11-13 (BB)	-78	-90	-104	-88
14-16 (B)	-14	-2		-9
17-22 (CCC e NPL)	-4	-1	-1	-2
Não classificado			1	1
Total	-331	-618	-241	-283

- 1 A Sensibilidade do Spread de crédito (CSO1) mede o impacto do aumento de um ponto base nos spreads de crédito no valor.

Risco de financiamento e liquidez Introdução

O risco de financiamento e liquidez é o risco que o ING Bank ou uma das suas subsidiárias não conseguir cumprir os passivos financeiros quando vencerem, a um custo razoável e atempadamente. O ING integra a gestão do financiamento e liquidez na sua estratégia de negócios, aplicando um enquadramento para o risco de financiamento e liquidez para gerir esses riscos dentro dos limites pré-definidos. O principal objetivo da gestão do risco de financiamento e liquidez do ING é manter liquidez suficiente para garantir operações seguras e precisas em circunstâncias de mercado normal e em tempos de tensão.

Corporativa

No ING Bank, os departamentos do CAB, de recursos humanos do domínio do CRO e do CFO, Gestão de Capital e Tesouraria Bancária devem supervisionar e são responsáveis pela gestão do risco de financiamento e liquidez.

A gestão do risco de liquidez no ING enquadra-se na supervisão da função do ALCO, que determina o enquadramento do risco de liquidez (limite) e a apetência, após o qual este é transmitido de forma descendente na organização. O enquadramento do risco de liquidez do ING baseia-se no conceito das três linhas de defesa, segundo os quais os princípios de risco são implementados, monitorizados e controlados juntamente com as funções de primeira e segunda linha do Banco.

A Tesouraria Bancária e a Gestão de Capital são as funções da 1ª linha de defesa e as suas principais responsabilidades de financiamento e liquidez consistem em gerir a posição (regulamentar) de liquidez e financiamento do ING. A Tesouraria Bancária, juntamente com a Gestão de Capital, são os principais contactos do ING com o mercado para financiamento a longo e curto prazo. Em novembro de 2017, foi aprovada a fusão da Tesouraria Bancária e da Gestão de Capital num novo departamento denominado Tesouraria do Grupo. Esta fusão deve ser concluída até junho de 2018.

A função de Risco Financeiro da 2ª linha é responsável por definir a governação no que diz respeito à gestão do financiamento e liquidez e define as normas para a abordagem ao risco de financiamento e de liquidez (identificar, avaliar, controlar, monitorizar e reportar). Além disso, determina as políticas e procedimentos adequados para gerir e monitorizar o risco de liquidez e verifica a conformidade com diretrizes e limites.

Enquadramento para Gestão do Financiamento e da Liquidez

A reserva de liquidez detida pelo ING faz parte da capacidade de contrabalanço, isto é, o total de fontes e medidas disponíveis no ING para gerar liquidez (incluindo limitar também os empréstimos profissionais) e serve como apoio para as necessidades de liquidez em condições normais e tensas.

A dimensão e composição da reserva de Liquidez depende da Apetência do Risco do ING e das normas de liquidez regulamentares. Na reserva, apenas os ativos que estão incluídos estão «livres de encargos» e disponíveis livremente para efeitos de liquidez. A Tesouraria Bancária garante a gestão funcional de todas as reservas de liquidez no ING, reservas ao nível do ING e reservas ao nível da unidade empresarial local. A reserva de liquidez é mantida como garantia perante um conjunto de cenários de tensão, abrangendo a necessidade adicional de liquidez que poderá surgir num curto período de tempo definido em condições de tensão.

Os testes de esforço permitem ao ING avaliar o efeito de movimentos futuros excecionais, mas plausíveis sobre a posição de liquidez do banco e proporcionam uma perspetiva relacionada com as entidades, linhas empresariais ou carteiras que se encontram vulneráveis a determinados tipos de riscos e/ou em determinados tipos de cenários. Em conformidade com as diretrizes do Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (PRAS) e da ABE, as posições de liquidez do ING Bank são sujeitas a testes de esforço mensalmente num cenário que inclui uma mistura entre um evento mercado e um evento específico do ING. Os resultados dos testes de esforço são avaliados e oferecem informação a qualquer seguimento sobre a necessidade de medidas de contingência adicionais.

O ING também controla uma métrica de posição líquida interna de liquidez, que é comunicada num nível consolidado (banco) para as principais entidades e dividida em euros e dólares americanos. Mensalmente, o ING relata o Rácio de Cobertura de Liquidez (RCL) e um cenário de tensão internamente definido referente a um período de sobrevivência específico. Além disso, trimestralmente, o ING Bank relata vários cenários de tensão internamente relacionados com períodos específicos de sobrevivência, bem como o Rácio de Financiamento Líquido Estável (NSFR), que é relatado com base na orientação na Autoridade Bancária Europeia.

No geral, os testes de esforço (inversos) são uma parte integrante do quadro de gestão do risco de liquidez e financiamento e também servem como contributo para o plano de financiamento de contingência e declarações de apetência pelo risco.

No plano de financiamento de contingência, o risco de liquidez de contingência é abordado, relacionando-se especificamente com a organização e planeamento da gestão de liquidez em tempos de tensão. Estes planos de financiamento de contingência são desenvolvidos em linha com o Plano de Recuperação do ING e testados regularmente, a nível central e ao nível da unidade empresarial.

Apetência pelo risco de liquidez:

A apetência pelo risco de liquidez do ING Group expressa o nível de risco de liquidez que o ING está disposto a assumir na prossecução dos seus objetivos estratégicos. As Demonstrações da Apetência pelo Risco de Liquidez estão em consonância com a estratégia do ING e são atribuídas a entidades do ING através de limites. Sempre que relevante, as DAR são reduzidas a níveis regionais e locais específicos.

O ING definiu as seguintes demonstrações de apetência pelo risco de gestão de risco de liquidez e de financiamento:

- Os limites de liquidez regulamentar internos devem ser cumpridos de forma proativa;
- O período de sobrevivência numa situação tensa deve abranger um período definido, dependendo do nível de esforço aplicado;
- O financiamento dos ativos e investimentos a longo prazo deve ser efetuado por passivos estáveis e de longo prazo;
- As dependências geográficas relacionadas com financiamento intragrupo devem ser limitadas; e
- A diversificação deve existir no perfil de financiamento, nos prestadores de financiamentos, tipos de instrumento, mercados geográficos, maturidades e moedas.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Abordagem de Financiamento e Liquidez

O ING Group adota uma abordagem integrada para avaliar a adequação da sua posição de financiamento e liquidez em relação ao perfil do seu balanço financeiro e ao seu ambiente operacional, tendo em consideração os interesses das suas várias partes interessadas.

O ponto de partida para a avaliação da adequação da sua posição de liquidez pelo ING Group é a estratégia global do negócio e apetência pelo risco, ou seja, o nível de risco financeiro que o ING Group está disposto a aceitar para o crescimento e criação de valor, mantendo um balanço financeiro sólido. Os outros fatores relevantes são os desenvolvimentos no ambiente de negócios e as correspondentes oportunidades de negócios e exposições a riscos, bem como os desenvolvimentos no (futuro) enquadramento regulamentar. Por exemplo: O ING Group tem em consideração a evolução das normas regulamentares e contabilísticas aplicáveis e a definição do Requisito Mínimo de Fundos Próprios e Passivos Elegíveis - MREL / Requisito de Capacidade Total de Absorção de Perdas - TLAC.

O ING Group distingue vários impulsionadores importantes das - futuras - necessidades de liquidez e financiamento:

- Os limites definidos pelos requisitos regulamentares atuais e futuros (EUR e USD);
- Os limites definidos pelas demonstrações de apetência pelo risco (EUR e USD);
- Os resultados dos vários testes de esforço;
- Os limites relativos à distribuição e transferibilidade de liquidez; e
- Quaisquer necessidades de financiamento / refinanciamento.

Com base em todas estas perspetivas, o ING Group avalia a adequação atual e futura da sua posição de liquidez e, se necessário, toma medidas para melhorar ainda mais a posição. O objetivo é garantir que o ING Group tenha uma capacidade de compensação suficiente.

Fontes de financiamento

Em 2017, o ING teve acesso imediato a uma grande variedade de fontes de financiamento, a longo e curto prazo. Na tabela abaixo, as várias fontes de financiamento são apresentadas na estrutura de financiamento:

Estrutura de Financiamento do ING Bank		
	2017	2016
Tipo de financiamento		
Depósitos de retalho	51%	51%
Depósitos empresariais e outros	22%	21%
Interbancário (incl. banco central)	5%	5%
Acordo de empréstimo/recompra	6%	5%
Dívida pública	14%	16%
Dívida subordinada	2%	2%
Total	100%	100%

A estrutura de financiamento continuou bem diversificada. Os depósitos de retalho continuaram a ser as principais fontes de financiamento do ING e mantiveram-se estáveis a 51 % da estrutura de financiamento total no final de 2017. O rácio Empréstimos-Depósitos (excluindo títulos a custos amortizados) permaneceu estável a 1,05 por ano no final de 2017.

Risco não financeiro**Introdução**

O departamento de Risco Não Financeiro (RNF) abrange as divisões de gestão do Risco Operacional, Risco das Informações, Segurança Empresarial e Investigações e Risco de Conformidade. Os controlos de risco para essas áreas funcionais foram implementados através de políticas e normas mínimas que se aplicam aos processos de negócios do ING nas divisões. Existe uma infraestrutura que permite à administração rastrear os eventos e os problemas com riscos não financeiros. O ING tem um sistema de controlos internos, que é revisto e atualizado periodicamente e conforme necessário. O objetivo do ING é criar um ambiente de melhoria contínua na gestão dos riscos não financeiros.

O ING acredita que um ambiente de controlo eficaz é essencial para construir e manter negócios sustentáveis e preserva e aumenta a confiança dos seus clientes, funcionários e acionistas. O Orange Code estabelece as bases para os elevados padrões de ética que o ING espera de todos os seus funcionários, atividades de negócios e parceiros. O Orange Code é um manifesto que descreve o nosso modo de trabalhar. É composto pelos valores do ING, exigindo que todos os funcionários ajam com integridade, ao mesmo tempo que são honestos, prudentes e responsáveis - e os comportamentos do ING - a nossa forma de ser que nos diferencia dos restantes.

Corporativa

O Presidente da Gestão do Risco Operacional Empresarial (GROE), da Gestão de Risco das Informações Empresariais (GRIE), da Segurança Empresarial e as Investigações (SEI) e da Gestão do Risco de Conformidade Empresarial (GRCE) reporta ao Diretor de Conformidade / Diretor de Risco não financeiro e são conjuntamente responsáveis por desenvolver a estrutura de políticas e normas de risco não financeiro dentro do ING e por monitorizar a adesão e a qualidade da gestão do risco não financeiros no negócio.

O Diretor de Conformidade (DC) é o diretor do departamento de Gestão do Risco de Conformidade. Esta é uma função independente responsável pelo desenvolvimento e criação de políticas ao nível do Banco e normas mínimas para gerir os riscos de conformidade. O Diretor de Conformidade (DC) ajuda e apoia o Conselho de Administração Bancária na gestão dos riscos de conformidade e do quadro de controlo do ING. O DC é um participante permanente da Comissão de Riscos do Conselho de Supervisão e reúne-se regularmente com o seu Presidente.

A Comissão de Riscos Não Financeiros (CRNF) e as Equipas de Gestão gerem, avaliam e monitorizam os riscos operacionais, de informação e de conformidade. A CRNF do Banco é a principal comissão de aprovação e supervisão para questões de risco não financeiro. Além disso, há CRNF ao nível da Divisão e/ou Entidade que oferecem contributos à CRNF do Banco. São presididas pela primeira linha de defesa com o objetivo de orientar as atividades de gestão do risco da primeira e segunda linhas de defesa no seu âmbito. Os tópicos sobre o risco não financeiro são uma parte integrante da ordem de trabalhos das EG regulares em todos os níveis da organização.

A função de RNF utiliza uma abordagem funcional estratificada dentro das divisões para apoiar uma implementação sistemática e consistente do quadro de políticas e normas mínimas no ING. Para evitar possíveis conflitos de interesse, é essencial que os funcionários nesta função sejam independentes e objetivos ao aconselhar a gestão empresarial sobre questões de risco não financeiras na sua unidade ou linha empresarial. Para facilitar isto, está implementada uma linha de relato funcional para o próximo nível superior dentro da Gestão do Risco Operacional, a Gestão do Risco de Informações e de Conformidade. A linha de participação funcional tem contabilidades claras relacionadas com a definição de objetivos, remuneração, gestão e nomeação de desempenho de novos funcionários, assim como obrigações de vetar e escalar.

Quadro

O risco não financeiro é o risco de perda financeira, sanções legais ou regulamentares ou danos reputacionais causados por processos internos inadequados ou falhados, pessoas e sistemas; uma falha em cumprir as leis, regulamentos e normas; ou ocorrências externas. O ING tem uma estrutura abrangente para riscos não financeiros que apoia e rege o processo de identificação, medição, mitigação, monitorização e participação de riscos não financeiros. Reflete as fases descritas no modelo de Gestão do Risco Empresarial do COSO (Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission).

Os processos visam identificar as principais ameaças, vulnerabilidades e os riscos associados que podem causar eventos adversos. A identificação de eventos é realizada e antecede uma avaliação de risco. Existem técnicas diferentes para identificação de eventos no ING, por exemplo, Autoavaliações do Risco e Controlo, análise de cenários, inventários de eventos externos, análises de eventos internos (por exemplo: conhecimentos adquiridos com base em informação de relatórios de eventos), avaliação e monitorização do ambiente de negócios.

Autoavaliação do Risco e Controlo

As Autoavaliações de Risco e Controlo (ARC) dos riscos não financeiros inerentes aos produtos, atividades, pessoas, processos e sistemas do ING proporcionam à administração uma compreensão do perfil do risco operacional. Com base na identificação e avaliação, os controlos internos são concebidos para a mitigação dos riscos de modo a continuar na apetência do risco.

Avaliação do Ambiente Empresarial

A Avaliação do Ambiente Empresarial (AAE) avalia os fatores de controlo internos e externos que podem influenciar o ambiente operacional interno e externo no futuro e que podem levar a uma exposição inaceitável do risco operacional e colocar em risco a realização dos nossos objetivos estratégicos.

Análise de cenários

A análise de cenários é um processo usado para considerar o impacto de eventos futuros raros, significativos e plausíveis, tendo em conta resultados alternativos possíveis para esses eventos, a sua gravidade e segurança. A informação para análise de cenários inclui os resultados de várias avaliações internas e externas como as AAE. A análise de cenários é um componente importante no cálculo do capital do risco operacional.

Análises de eventos internos

A análise de dados internos de perda não financeira ajuda na identificação, quantificação, mitigação e monitorização do risco operacional. Oferece uma perspetiva das causas e efetividade dos controlos associados. Apoiar a criação e partilha de Lições Aprendidas para eventos internos significativos é um dos meios pelos quais o Risco não financeiro melhora a estrutura de controlo interno do ING.

Inventários de eventos externos

Os dados de perdas não financeiras externas oferecem informação valiosa sobre as perdas sofridas por outras empresas e ajudam o ING a quantificar a sua exposição a eventos de risco que não tenham sido sentidos internamente.

As unidades de negócios e os departamentos executam atividades regulares de monitorização, BEA e Autoavaliações de Risco e Controlo (ARC) para identificar e avaliar os riscos. Estas são efetuadas com o envolvimento da empresa e os seus departamentos de Gestão do Risco Operacional (GRO), Conformidade e Jurídico. Com base nos resultados da avaliação do risco, as medidas de resposta devem ser determinadas para os riscos identificados para além da apetência do risco.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

A resposta ao risco pode ser alcançada através de várias combinações de estratégias de mitigação, por exemplo, reduzindo a possibilidade de ocorrência, reduzindo o impacto, evitando os riscos, aceitação dos riscos ou através da transferência do risco. O rastreamento ocorre através do sistema central de gestão de risco do ING.

A apetência pelo risco (definida como o nível máximo de risco aceitável e autorizado) é definido pelo Conselho de Supervisão com base numa proposta feita pela CRNF do Banco e aprovada pelo Conselho de Administração Bancária. A adesão a esta apetência do risco é monitorizada a nível trimestral através do Painel de RNF que participa as exposições do risco não financeiro chave. O Painel do RNF é responsável pela gestão ao nível do país, da divisão e do banco com uma visão geral dos principais riscos nas áreas de risco não financeiro, incluindo riscos de conformidade, riscos de segurança da informação, riscos de continuidade, riscos de controlo e processamento, riscos de fraude e atividades não autorizadas e riscos de segurança pessoal e física, permitindo que a administração se concentre e defina prioridades.

O processo anual de definição de objetivos para profissionais de gestão empresarial e do RNF visa continuar a melhorar a gestão do risco não financeiro em todo o ING para garantir que este se mantém em controlo dos seus riscos não financeiros atuais e futuros.

Os resultados do relato do Risco não financeiro consistem principalmente no relatório trimestral do Painel de Risco Não Financeiro (PRNF) e num folheto mensal do PRNF. A ferramenta iRisk (solução de Governança, Risco e Conformidade) serve como fonte única de verdade para as informações do Risco não financeiro e apoia as três linhas de defesa nas suas atividades de gestão e comunicação dos riscos.

Abordagem de Medição Avançada (AMA)

O ING tem um modelo de Capital do Risco Operacional implementado no qual o perfil de risco é rigorosamente adaptado ao perfil de risco interno e das suas divisões, utilizando dados de cenários para recolher riscos graves improváveis e perdas internas e dados das Autoavaliações de Risco e Controlo (ARC) para a recolha dos riscos do dia-a-dia. A empresa tem um papel importante na avaliação das gravidades do cenário, com o departamento de Gestão de Risco Operacional (ORM) a validar e desafiar os resultados. Os dados internos são combinados com dados de perda externos (ORX) no cálculo de capital da AMA. Desde abril de 2013, o ING recebeu autorização para utilizar o seu modelo AMA para efeitos de supervisão regulamentar. O ING comunica os números do capital regulamentar trimestralmente. O requisito do capital da AMA para o final de 2017 alcança os 3207 milhões de euros, comparando com 3242 milhões de euros até ao final do ano 2016.

Mitigações do risco

O ING não está atualmente a utilizar qualquer mecanismo de seguro ou transferência do risco para a mitigação do risco no contexto do cálculo de capital de AMA.

Risco operacional**Definição**

O risco operacional é definido como o risco de perda direta ou indireta resultante de processos internos inadequados ou falhados, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Categorias de risco

O ING categoriza os riscos operacionais em várias áreas de risco:

- *O Risco de (Tecnologias da) Informação* é o risco de perdas financeiras, sanções regulamentares ou danos à reputação, devido a violações de confidencialidade, integridade ou disponibilidade nos processos de negócios ou de informação ou falta de qualidade da informação;
 - *O Risco de Continuidade* é o risco de perdas financeiras, sanções regulamentares ou danos à reputação, devido a perturbações empresariais (perda de pessoas, processos, sistemas, dados, instalações);
 - *O risco de controlo e de processamento* é o risco de perda financeira, sanções regulamentares ou danos à reputação devido a estruturas e procedimentos de organização ineficazes (incluindo funções e responsabilidades pouco claras e estrutura do relatório inadequada); falha (transação) de processamento (entrada, execução, saída) ou falha na gestão de processos; monitorização e aplicação de medidas de mitigação de riscos; e cultura de risco;
 - *O risco de fraude interna* é o risco de perda financeira, sanções regulamentares ou danos de reputação devido a abuso deliberado de procedimentos, sistemas, ativos, produtos e/ou serviços do ING por funcionários (incluindo trabalhadores funcionários, contratantes por conta de outrem, estagiários e consultores) que pretendem beneficiar-se de forma enganadora ou ilegal ou até beneficiar outros;
 - *O risco de fraude externa* é o risco de perda financeira, sanções regulamentares ou danos de reputação devido a abuso deliberado de procedimentos, sistemas, ativos, produtos e/ou serviços do ING por partes externas (clientes, potenciais clientes ou outros terceiros, incluindo fornecedores e agências externas) que pretendem beneficiar-se de forma enganadora ou ilegal ou até beneficiar outros;
 - *O Risco de atividade não autorizada* é o risco de perdas financeiras, sanções regulamentares ou danos à reputação, devido a ações dos funcionários fora do decorrer normal da sua atividade, dando intencionalmente aprovações não autorizadas ou excedendo a sua autoridade;
 - *O risco de segurança pessoal e física* é o risco de perda financeira, sanções regulamentares ou danos de reputação devido a ameaças criminosas e ambientais que poderão colocar em risco a segurança dos funcionários do ING no trabalho, pessoas em locais do ING, ativos do ING ou ativos confiados ao ING, ou que poderá ter impacto na confidencialidade, integridade e disponibilidade da organização do ING; e
 - *O risco da prática de contratação* é o risco de perda financeira, sanções regulamentares ou danos à reputação, devido a atos inconsistentes com leis, regulamentos ou acordos de emprego, saúde e/ou segurança, de pagamento de sinistros pessoais ou de diversidade.
- /eventos de discriminação.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

O risco operacional inclui o risco relacionado de perda de reputação, assim como o risco legal; os riscos estratégicos não estão incluídos. O risco de reputação é definido como a possibilidade de a publicidade negativa referente às práticas comerciais e associações do ING, quer seja precisa ou não, causar uma perda de confiança na integridade do ING. O risco de reputação é multidimensional e reflete a percepção de outros participantes no mercado, como clientes, contrapartes, acionistas, investidores ou reguladores que podem afetar adversamente a capacidade de o ING manter relações de negócios existentes ou estabelecer novas e o acesso continuado a fontes de financiamento (por exemplo: através dos mercados interbancários ou de titularização).

O risco legal é definido como o risco relacionado com (i) uma falha (ou uma falha considerada) no cumprimento das leis, regulamentos e normas aplicáveis, (ii) responsabilidades contratuais ou obrigações contratuais que não são cumpridas ou não podem ser implementadas conforme pretendido ou que são implementadas de forma inesperada ou adversa e (iii) (ação de) responsabilidade para com terceiros devido a uma ação ou omissão que contribui para (possivelmente) o ING ficar em imparidade no que se refere à sua integridade, levando a danos na reputação do ING, sanções legais ou regulamentares ou perda financeira.

Devido à elevada dependência por sistemas de TI em instituições financeiras, os controlos que monitorizam os vários aspetos do risco de TI, como a integridade e a confidencialidade, foram integrados no quadro de risco e controlo do ING.

Principais desenvolvimentos em 2017

Fraude interna e externa

O risco de clientes e funcionários do ING serem alvo de fraudes usando técnicas de engenharia social para executar pagamentos ainda está a aumentar e a fraude de falsificação de identidade de CxO (os criminosos investigam a estrutura da alta administração de uma organização e as principais posições) e fraude com faturas continua a ser uma ameaça significativa. São envidados todos os esforços para mitigar o risco, tais como a sensibilização dos clientes e funcionários e a partilha de lições aprendidas pelo ING. O ING monitoriza rigorosamente este tipo de fraude e as novas metodologias emergentes de fraude. Além disso, o ING está a usar cada vez mais métodos inovadores, como a análise de big data, para fortalecer ainda mais a sua resiliência à fraude.

O ING continua a trabalhar no fortalecimento da sua resiliência global contra fraudes e no fortalecimento do seu ambiente de controlo, à medida que os infratores voltam os seus interesses para o utilizador final. Combinar as ferramentas de deteção de fraudes automáticas que podem ser utilizadas para monitorizar ou detetar precocemente pagamentos fraudulentos recebidos e efetuados continua a ser importante na prevenção das fraudes. Estas são utilizadas para melhorar ainda mais o conjunto eficaz de controlos organizacionais.

Crime cibernético

O cibercrime continua a ser uma ameaça contínua às empresas no geral e às instituições financeiras, mais especificamente. Tanto a frequência como a intensidade dos ataques aumenta a uma escala global.

Especialmente as ameaças de ataques Distribuídos de Negação de Serviço (DDoS) e direcionados (também chamados de Ameaças Persistentes Avançadas) e o Ransomware aumentam em todo o mundo. O ING baseia-se na sua resistência ao cibercrime, aprimorando ainda mais o ambiente de controlo para proteger, detetar e responder a fraudes em e-banking, ataques DDoS e direcionados. Os controlos adicionais continuam a ser integrados na organização como parte do quadro geral de controlo interno e são continuamente reavaliados contra as ameaças existentes e novas.

O ING está ainda a trabalhar no reforço da sua resistência ao crime cibernético, incluindo uma forte colaboração contra o crime cibernético com a indústria financeira, autoridades de segurança, governo (por exemplo: National Cyber Security Center) e Prestadores de Serviços de Internet (PSI).

Gestão do Acesso do Utilizador (GAU)

A Gestão do Acesso do Utilizador (GAU) é um elemento importante do nosso quadro de controlo para mitigar o acesso não autorizado e/ou inadequado aos nossos dados e informação. As normas dos controlos sobre a GAU são elevadas e as melhores práticas ilustram que as tendências estão direcionadas para aumentar ainda mais os requisitos, resultando num conjunto atualizado de requisitos da GAU em 2017. Iniciámos testes de conformidade e identificámos deficiências de controlo relacionadas com a GAU numa fase inicial em 2017. Uma equipa central dedicada da GAU coordenou, avaliou, monitorizou e acompanhou os esforços de remediação que resultaram numa resposta imediata e mitigação precoce das deficiências devido ao aumento do foco por parte do Conselho Executivo, da alta administração e dos funcionários do ING. Essas iniciativas globais em curso resultaram numa melhoria significativa em 2017. Em 2018, a gestão continua a melhorar os controlos internos, a mitigação e monitorização do progresso da mitigação e resolução.

Risco de Conformidade

Definição

O risco de conformidade é definido como o risco de imparidade da integridade do ING, levando a danos à reputação do ING, sanções legais ou regulamentares ou perda financeira, devido a falha (ou falha aparente) em cumprir as leis, os regulamentos e as normas aplicáveis e os Valores do ING como parte do Orange Code. Pretendemos gerir eficientemente os riscos de conformidade que poderão expor o ING a danos à reputação, multas, penalizações civis e criminais, pagamento de danos, decisões judiciais e suspensão ou revogação de licenças que poderiam ter um impacto adverso nos nossos clientes, funcionários, acionistas e outras partes interessadas.

A divisão da Gestão do Risco de Conformidade estabeleceu um quadro de controlo de conformidade onde são definidos controlos com base em leis, regulamentos e normas que fazem parte do quadro de controlo interno do ING, aplicável a riscos não financeiros. Para ajudar a administração a mitigar os riscos de conformidade, o departamento de Gestão do Risco de Conformidade do Banco forma e aconselha a empresa sobre a

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

gestão dos riscos de conformidade relacionados com, por exemplo, branqueamento de capitais, financiamento de terrorismo, cumprimento de sanções e controlo de exportações, conflitos de interesse, venda abusiva, corrupção e proteção dos interesses dos clientes, Lei de Conformidade Fiscal de Contas Financeiras, Norma Comum de Comunicação e retenção na fonte nos EUA e regulamentos de divulgação de informações.

Categorias de risco

O ING categoriza o risco de conformidade em quatro áreas de risco de integridade relacionadas com a conduta:

- A *conduta de clientes* refere-se aos riscos de conformidade originados pela relação com ou gerados pela conduta dos nossos clientes e/ou parceiros de negócios, provavelmente, branqueamento de capitais ou financiamento terrorista. Esses riscos são geralmente definidos no ING como Crimes Económicos e Financeiros (CEF). Além disso, a *conduta do cliente* refere-se aos riscos de conformidade relacionados com a FATCA, a CRS e as retenções na fonte dos EUA e os regulamentos de relato de informações;
- A *Conduta pessoal* refere-se aos riscos de conformidade originados pela conduta dos funcionários do ING;
- A *Conduta de serviços financeiros* refere-se aos riscos de conformidade decorrentes ou gerados pela conduta do ING ao desenvolver, comercializar e/ou vender produtos e serviços aos seus clientes; e
- A *conduta organizacional* refere-se aos riscos de conformidade originados pela forma como o Banco se organiza para desenvolver as suas atividades. Esta categoria abrange, por exemplo, as licenças necessárias para desempenhar as suas atividades bancárias regulamentadas ou a eficácia operacional das suas barreiras de informação.

Os controlos para mitigar os riscos de conformidade associados às áreas de risco mencionadas são concebidos e aplicados aos processos diários do banco. A eficácia dos controlos é testada periodicamente e a alta administração é responsável por garantir que os seus processos estão em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, com as políticas internas do ING e com o Orange Code.

Nos casos em que um funcionário do ING suspeite de uma irregularidade real ou suspeita ou má conduta dentro do ING que conduza ou possa conduzir a uma violação do Orange Code do ING, qualquer política e/ou qualquer lei do ING, regulamento ou código, isto pode ser comunicado anonimamente, de acordo com a Política de denúncia, por meio de canais internos ou externos, próximos dos canais normais de denúncia.

Política de Crime Económico e Financeiro (FEC) e Normas Mínimas

A Política de CEF e as Normas Mínimas refletem as leis, regulamentos e normas industriais nacionais e internacionais relevantes. A Política de CEF do ING Bank é obrigatória e aplica-se a todas as entidades do ING, empresas em que o ING detém participação maioritária, empresas sob controlo administrativo, departamentos de pessoal, linhas de produção e todos os compromissos e transações com clientes.

A gestão das entidades do ING mantém procedimentos locais que visam permitir o cumprimento das leis e regulamentos locais e a Política de CEF e as Normas Mínimas. Quando as leis e regulamentos locais são mais rigorosos, estes deverão ser aplicados. Da mesma forma, a Política de CEF e as Normas Mínimas prevalecem quando as normas são mais rigorosas do que o estipulado nas leis e regulamentos locais e, se não especificamente proibido.

A Política de Crime Económico e Financeiro (CEF) e as Normas Mínimas estabelecem os requisitos para todas as entidades do ING se protegerem contra qualquer envolvimento em atividades criminosas. Os requisitos na Política de CEF abrangem as normas e controlos mínimos relacionados com: branqueamento de dinheiro, financiamento de terrorismo, controlos de comércio de exportação, financiamento de proliferação, sanções (económicas, financeiras e comerciais) e países nomeados pelo ING Bank como Países de Risco Ultra Elevado (PRUE).

Como resultado de avaliação frequente dos negócios da perspectiva económica, estratégica e de risco, o ING continua a acreditar que, por motivos comerciais, os negócios que envolvam determinados países devem ser descontinuados. Nesse sentido, o ING tem uma política de não formar novos relacionamentos com clientes destes países e os processos continuam implementados para descontinuar relacionamentos existentes que envolvam estes países. Atualmente, estes países são Cuba, Irão, Coreia do Norte, Sudão e Síria. Cada um desses países está sujeito aos regimes de sanções da UE e/ou dos EUA. O Irão, Sudão e a Síria foram identificados pelos EUA como patrocinadores estatais do terrorismo e estão sujeitos a sanções económicas e controlos de exportação dos EUA.

Ainda em 2017, as sanções relacionadas com a Ucrânia, impostas anteriormente pelos EUA (incluindo novas extensões do âmbito que foram impostas pelos EUA) e pela UE continuaram em vigor. Estas sanções limitam, entre outros, o comércio de determinados produtos (financeiros) com certas partes designadas. A gestão das entidades do ING usa o seu quadro de controlo existente para permanecer em conformidade. As sanções recentemente impostas à Venezuela também incluem restrições ao financiamento de entidades detidas pelo governo venezuelano.

Principais desenvolvimentos em 2017

Desenvolvimentos regulamentares

A conformidade com as leis e regulamentos em vigor exige muitos recursos. Os bancos continuam a enfrentar requisitos regulamentares novos e cada vez mais onerosos e esperamos que o âmbito e a medida dos regulamentos nas jurisdições onde operamos aumentem ainda mais.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Os regulamentos estão a ficar cada vez mais extensos e complexos. Um exemplo recente é a implementação da Norma Comum de Comunicação (CRS) que, tal como a FATCA exige que as instituições financeiras comuniquem informações detalhadas relacionadas com os clientes às autoridades competentes. A Devida Diligência dos clientes (DDC) e a monitorização da transação impõem obrigações às instituições financeiras para manterem políticas e procedimentos e controlos adequados para detetar, prevenir e denunciar o branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo e a fraude.

Apesar dos nossos esforços para cumprir as leis e os regulamentos aplicáveis, há uma série de riscos em áreas onde as regulamentações aplicáveis não são claras, sujeitas a múltiplas interpretações ou em desenvolvimento, estão em conflito entre si, ou quando os reguladores reveem as suas orientações ou os tribunais estabelecem novas normas jurídicas. O cumprimento de todos esses requisitos dentro dos prazos rigorosos definidos representa um desafio operacional significativo para os bancos. Implementar os processos e procedimentos necessários para uma conformidade adequada tem implicações significativas para os sistemas de TI e os dados e as pessoas com os conhecimentos e competências necessários são raras.

4ª Diretiva da Luta contra o branqueamento de capitais

A 4ª Diretiva da Luta contra o branqueamento de capitais, tal como emitida pela União Europeia, foi integrada na atualização da Política de Crime Económico e Financeiro e Normas Mínimas do ING. As principais alterações na presente Diretiva (em comparação com a 3ª Diretiva de CBC) estão relacionadas com: a criação de um registo de Proprietário Beneficiário Final (ao nível nacional com o potencial de partilhar a informação dentro do Espaço Económico Europeu (EEE)) e uma abordagem mais forte em relação à aplicação da Devida Diligência nos clientes do ING. A data de implementação da diretiva foi 26 de junho de 2017. A implementação da diretiva na lei holandesa era esperada em julho de 2017, mas foi adiada, provavelmente até ao início de 2018. O ING começou a implementar várias melhorias ao programa KYC em 2017.

A 5 de julho de 2016, a Comissão Europeia apresentou uma nova proposta para a Diretiva que altera a 4ª Diretiva da Luta contra o branqueamento de capitais (denominada 5ª Diretiva da Luta contra o branqueamento de capitais). O objetivo da proposta é combater as novas formas de financiamento do terrorismo, aumentar a transparência para lutar contra o branqueamento de capitais e ajudar a reforçar a luta contra a evasão fiscal. A 8 de junho de 2017, o Conselho da UE adotou a sua posição sobre a diretiva proposta.

O Conselho e o Parlamento iniciarão negociações sobre o texto final, assim que este último decidir a sua posição.

Além disso, as Autoridades Europeias de Supervisão (AES) publicaram as suas Diretrizes finais sobre os fatores de risco a 26 de junho de 2017, que serão aplicáveis até 26 de junho de 2018. Estas diretrizes promovem uma compreensão comum da abordagem baseada no risco para o branqueamento de capitais e a luta contra o financiamento do terrorismo e estabelecem de que forma deve ser aplicada no contexto da 4ª Diretiva da Luta contra o branqueamento de capitais da UE. Além disso, a 22 de setembro de 2017, as AES também emitiram as suas Diretrizes finais para evitar o abuso das transferências de fundos para efeitos de financiamento do terrorismo e branqueamento de capitais. Estas diretrizes serão aplicadas a partir de seis meses após a data em que são emitidas.

Foi iniciado um programa a nível do banco na área do Know Your Customer. O seu objetivo é duplo: (i) melhorar a informação que o banco é obrigado a manter sobre os seus clientes, de acordo com os requisitos adicionais decorrentes da 4ª Diretiva Antibransqueamento de Capitais e (ii) abordar as áreas de melhoria que foram identificadas sobre a eficácia do quadro de controlo aplicável ao domínio do Crime Económico Financeiro, especialmente no que diz respeito às suas capacidades de Monitorização da Atividade do Cliente e aos perfis de risco integrados dos clientes. O programa visa desenvolver soluções de natureza estrutural para apoiar uma abordagem de conformidade por projeto. As outras políticas relacionadas com o cliente estão no âmbito do programa Know Your Customer (por exemplo, FATCA, CRS). O programa deverá ser executado até o final de 2020. Em relação aos processos específicos, consultar a Nota 42 «Processos judiciais» das contas anuais consolidadas.

Lei de Conformidade Fiscal de Contas Financeiras (FATCA)

De acordo com as disposições da legislação tributária dos EUA, comumente denominada FATCA, as instituições financeiras fora dos EUA são obrigadas a fornecer determinadas informações sobre os seus titulares de contas nos EUA e/ou certos investidores dos EUA ao Internal Revenue Service dos EUA («IRS»). Será cobrado um imposto com retenção na fonte de 30 % sobre os «pagamentos retidos» feitos a instituições financeiras não americanas incumpridoras. O Grupo pretende tomar todas as medidas necessárias para cumprir a FATCA e outros regulamentos sobre o imposto com retenção na fonte dos EUA. O ING está, por exemplo, a atualizar e reforçar o seu programa de cumprimento da retenção na fonte e a rever, alterar e arquivar as declarações fiscais e relatórios de informações necessários.

Muitos países, incluindo os Países Baixos, celebraram acordos («acordos intergovernamentais») com os EUA para facilitar o tipo de informação exigida pela FATCA. Embora a existência dos acordos intergovernamentais não elimine o risco de retenção descrito acima, espera-se que estes acordos reduzam esse risco para as instituições financeiras e investidores em países que tenham celebrado os Acordos Intergovernamentais. Muitas vezes, os Acordos Intergovernamentais exigem que as instituições financeiras desses países transmitam informações sobre os seus titulares de conta nos EUA às autoridades tributárias desses países, que então as transmitem ao IRS.

Se o Banco não puder depender dos Acordos Intergovernamentais ou satisfazer os requisitos, alguns pagamentos ao Grupo podem estar sujeitos à retenção na fonte no âmbito da FATCA. Alguns pagamentos também podem estar sujeitos a outros regulamentos sobre o imposto com retenção na fonte dos EUA. A possibilidade de tal retenção e a necessidade de titulares de contas e investidores disponibilizarem certas informações podem afetar negativamente as vendas de alguns dos produtos do Grupo. Além disso, a conformidade com os termos desses Acordos Intergovernamentais e com a FATCA, qualquer regulamentação ou outra orientação promulgada sob o mesmo, ou qualquer legislação promulgada no âmbito de um Acordo Intergovernamental, e a oferta de produtos que geram «pagamentos de retenção», podem aumentar substancialmente os custos de conformidade do Grupo. O não cumprimento da FATCA (Lei de Cumprimento Fiscal para Contas no Estrangeiro) e de outros regulamentos de retenção na fonte dos EUA pode prejudicar a nossa reputação e sujeitar o Grupo a medidas coercivas, multas e sanções, o que poderia ter um efeito adverso significativo nos nossos negócios, reputação, receitas, resultados de operações, condição financeira e perspectivas.

Em 2017, a propriedade da Política FATCA (incluindo a consultoria e a monitorização) foi transferida do Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas para a Conformidade Empresarial. Também em 2017, o ING publicou uma nova política abrangente que aborda os requisitos de conformidade para retenções na fonte dos EUA de nossos clientes, remetendo o imposto ao Internal Revenue Service dos EUA («IRS») e fornecendo anualmente aos nossos clientes e ao IRS relatórios sucintos de pagamentos efetuados e impostos retidos.

Norma Comum de Comunicação (CRS)

Do mesmo modo, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos («OCDE») elaborou uma Norma Comum de Comunicação («CRS») e estabeleceu um modelo de acordo entre autoridades competentes para permitir a troca multilateral e automática de informações sobre contas financeiras. A CRS exige que as instituições financeiras identifiquem e comuniquem a residência fiscal e detalhes da conta dos clientes não residentes às autoridades relevantes nas jurisdições que aderiram à CRS. A 10 de novembro de 2017, 96 jurisdições («países signatários»), incluindo os Países Baixos, assinaram um acordo multilateral de autoridades competentes para trocar informações automaticamente de acordo com a CRS. A maioria dos países onde o ING está presente comprometeu-se com Norma Comum de Comunicação (CRS). A UE tornou a CRS obrigatória para todos os seus estados-membros. A primeira troca de informações pelos Países Baixos (como para cerca de metade dos países signatários) realizou-se em 2017. Os outros países signatários iniciam a troca de informações em 2018.

Conscientização e Aprendizagem sobre o Risco Não Financeiro

Programa Promover a Integridade

O Programa Promover a Integridade começou em 2010 e é um programa composto por módulos de e-learning sobre tópicos importantes ao nível do banco que podem ser acompanhados por sessões de diálogo nas quais os gestores discutem as questões levantadas pelas suas equipas. O programa é patrocinado por membros do conselho e gestores seniores e foi criado para o benefício de todos os funcionários em todas as partes do ING, para melhorar a compreensão de como as suas ações e comportamentos podem ajudar a conquistar e manter a confiança dos clientes e das partes interessadas. Em 2017, o comportamento liderado pela Integridade foi abordado através do Programa de Promoção da Integridade (PPI) obrigatório no e-learning «Valores do ING: A integridade na prática» que foi implementado mundialmente.

Fórum de Conformidade ING

Em 2017, a Gestão do Risco de Conformidade desenvolveu um Fórum de Conformidade para os Responsáveis pela Conformidade no ING em todo o mundo. Este fórum aborda a construção de conhecimentos e a partilha de experiências. O foco está nos desenvolvimentos regulamentares, na inovação e no futuro da conformidade - o que os responsáveis pela conformidade podem fazer para Think Forward. Os participantes são envolvidos em discussões animadas sobre temas atuais, participam em workshops e sessões plenárias para experimentar e desenvolver as novas formas de trabalhar dentro do ING. Os participantes podem ligar-se a colegas de todo o mundo e partilhar conhecimentos e opiniões sobre a função da conformidade do futuro. Parte da comunidade de Conformidade foi formada em 2017 e em 2018 será formada a restante.

Monitorização da Cultura do Risco de Conformidade

A divisão da Gestão do Risco de Conformidade melhorou o seu quadro de controlo ao avaliar a operação dos controlos informais relativamente aos riscos de conformidade, além dos controlos formais. O objetivo da Monitorização da Cultura do Risco de Conformidade é avaliar os riscos que poderão influenciar a cultura de conduta e risco, promovendo a integridade individual de todos os funcionários e melhorando a cultura geral liderada pela integridade.

Risco de negócios

Introdução

O Risco de Negócios para o ING foi definido como a exposição à perda de valor devido a flutuações nos volumes/margens, bem como nas despesas. É o risco inerente às decisões estratégicas e à eficiência interna. O capital de risco do negócio é calculado através da metodologia de variância-covariância para o risco de despesas, cobrindo o risco de que as despesas se desviem das despesas previstas ao longo do horizonte temporal das atividades relevantes. Este risco está principalmente relacionado com a (in)flexibilidade de ajustar as despesas, quando necessário. O risco de despesas refere-se apenas a despesas não financeiras (por exemplo: despesas com funcionários e de TI); as despesas financeiras não estão no contexto.

Administração e gestão do risco

A gestão e administração do Risco de Negócios diferem dos tipos de risco que foram descritos nas secções anteriores. No decorrer de 2017, o ING desenvolveu demonstrações explícitas de apetência pelo risco em relação ao risco do negócio, concentrando-se na estabilidade dos lucros e na diversificação da combinação de negócios, uma vez que arriscar tudo de uma vez reduz o risco de que os volumes e/ou margens caiam repentinamente devido a alterações inesperadas no ambiente de negócios para determinados mercados e produtos. Além disso, os tipos de risco subjacentes (risco de despesas e risco volume-margem) também são mitigados e geridos de forma diferente. O risco de despesas é monitorizado e gerido através do desempenho financeiro do banco e das unidades locais, enquanto os números de despesas participados são comparados trimestralmente com a Ambição para 2020 de ter um rácio custos/rendimentos entre 50 % e 52 %. Os desvios desta ambição são monitorizados como parte das projeções financeiras discutidas de forma contínua em partes diferentes da organização.

Gestão de capitais

Objetivos

A Gestão de Capital do ING Group (Gestão de Capital) é responsável pela capitalização adequada, dadas as restrições regulamentares das entidades do ING Group e do ING Bank em todos os momentos, de modo a gerir o risco associado às atividades empresariais do ING. Isto envolve não só a gestão, planeamento e afetação do capital no ING Group, ING Bank e nas suas várias entidades, também as transações de mercado de capital necessárias, financiamento (de capital) a prazo e transações de gestão do risco. O ING adota uma abordagem integrada para avaliar a adequação da sua posição de capital relativamente ao seu perfil do risco e ao seu ambiente operacional. Isto implica ter em conta os interesses das várias partes interessadas. A Gestão de Capital tem em consideração as métricas e requisitos dos órgãos reguladores, agências de notação e limites internos baseados no risco, conforme definido no Quadro da Apetência pelo Risco.

O ING aplica as seguintes definições de capital principal:

- Capital próprio ordinário de nível 1, Capital próprio de nível 1 e Capital total - O capital próprio ordinário de nível 1 é definido como o capital próprio dos acionistas menos ajustes regulamentares. O capital próprio ordinário de nível 1, incluindo títulos (híbridos) adicionais de Nível 1 e outros ajustes regulamentares, é definido como Capital de Nível 1. O Capital total é o capital próprio de nível 1, incluindo os passivos subordinados de Nível 2 e ajustes regulamentares. Capital próprio ordinário de nível 1, Capital de nível 1 e Capital total divididos pelos ativos ponderados pelo risco iguais ao Capital próprio ordinário de nível 1, Capital de nível 1 e Capital total, respetivamente. O capital próprio ordinário de nível 1 é igual ao capital de nível 1, excluindo o capital de Nível 1 Adicional (híbrido);
- Apetência pelo Risco de Capital próprio comum de Nível 1 - a demonstração da apetência pelo risco de solvência não é apenas comparada ao nível real relatado, mas também inclui o potencial impacto de um evento de stress normalizado e determinístico que ocorre de 1 em 10 anos (ou seja, a um nível de confiança de 90 % com um horizonte temporal de 1 ano) conforme descrito na secção de Gestão do Risco;
- Requisitos Gerais de Capital (RGC). RGC significa que os fundos próprios do ING excedem a soma do total do requisito de capital PRAS (onde, por tipo de risco, o máximo é recolhido dos requisitos de Capital Regulamentar e Económico), requisitos de reserva de capital e requisitos macroprudenciais.

Desenvolvimentos

A posição de capital fortaleceu-se ainda mais em 2017, refletindo uma forte rentabilidade com base no crescimento dos empréstimos básicos e complementada com a otimização adicional da estrutura de capital. Tanto a nível consolidado como a nível da entidade, o ING tem reservas suficientes para suportar determinados cenários adversos sem violar os requisitos atualmente aplicáveis e possivelmente futuros.

O ING Bank N.V. continua a manter níveis de capital fortes e de elevada qualidade, com um rácio de capitais próprios de nível 1 «fully-loaded» e um rácio de capitais próprios de nível 1 «phased-in» de 13,1, cumprindo assim os requisitos de solvência dos RFP/DFP IV. O ING Bank N.V. pagou 3,2 mil milhões de euros de dividendos ao ING Group em 2017. Os rácios de Nível 1 «fully loaded» (incluindo títulos já existentes) permaneceram estáveis a 14,7 %, enquanto o rácio de Nível 1 «phased-in» (incluindo títulos já existentes) aumentou de 14,4 % para 14,6 %, refletindo principalmente a evolução do rácio de capitais próprios ordinários de nível 1 do ING Bank. O rácio de capital total «fully loaded» e «phased in» do Banco (incluindo os títulos já existentes) aumentou respetivamente de 17,8 % para 18,3 % e de 17,4 % para 18,2 %.

Dividendos

O ING Bank N.V. pagou 3,2 mil milhões de euros de dividendos ao ING Group em 2017. Isto inclui o lucro do quarto trimestre de 2016, de 0,6 mil milhões de euros, que foi direcionado para o ING Group em fevereiro de 2017.

Políticas

As atividades da Gestão de capital são executadas com base nas políticas, diretrizes e procedimentos estabelecidos. Para a Tesouraria de Capital existem políticas e limites adicionais que orientam a gestão dos balanços financeiros e a execução de transações do mercado de capital.

Processos para gerir o capital

Para além de medir a adequação de capital, a Gestão de Capital também garante que existe capital suficiente disponível através da definição de metas e limites relevantes para as métricas supracitadas para o Grupo ING e para o ING Bank e garantindo o cumprimento dos limites e metas definidos através do planeamento e execução de transações de gestão de capital. A avaliação e monitorização contínuas da adequação do capital está implementada no processo de planeamento de capital da Gestão de Capital. Após o processo de orçamentação anual, todos os anos é preparado um plano de capital para o Grupo no seu todo e para cada um dos seus negócios materiais. Este plano é atualizado trimestralmente e é avaliado até que ponto as ações de gestão adicionais são necessárias. Deve sempre manter-se flexibilidade financeira para cumprir objetivos financeiros importantes. Na base do plano de capital encontram-se as declarações de apetência do risco que determinam a definição de metas. Estas limitações estão a ser replicadas em diferentes negócios, em linha com a nossa estratégia de gestão do risco.

Os testes de esforço são um componente integral do quadro de gestão do risco e capital do ING. Permite-nos (i) avaliar possíveis vulnerabilidades nos nossos negócios, modelo de negócios ou carteiras; (ii) compreender as sensibilidades dos principais pressupostos nos nossos planos estratégicos e de fundos próprios; e (iii) melhorar a tomada de decisões através do equilíbrio entre o risco e o retorno.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Além dos cenários internos de testes de esforço que refletem os resultados da avaliação do risco anual, o ING também participa em exercícios regulamentares de testes de esforço. O ING participou no teste de esforço de 2017 em toda a UE que o BCE realizou para avaliar a sensibilidade em relação ao Risco da Taxa de Juros na Carteira Bancária.

Posição de capital do ING Bank N.V. de acordo com os RFP/DFP IV

	(máximo)		(faseado)	
	2017	2016	2017	2016
Capitais próprios	43.662	43.540	43.662	43.540
Lucros intermédios não incluídos nos fundos próprios principais de nível 1 ¹	-44	-617	-44	-617
Outros ajustes:	-3.043	-3.548	-3.017	-3.661
Ajustes regulamentares	-3.087	-4.165	-3.061	-4.278
Capital próprio comum de nível 1 disponível	40.576	39.375	40.602	39.262
Títulos adicionais de Nível 1 ²	4.989	6.496	4.989	6.496
Ajustes regulamentares adicionais de Nível 1	53	0	-374	-798
Capital disponível de Nível 1	45.618	45.871	45.217	44.960
Obrigações complementares de capital de nível 2 ³	11.086	9.488	11.086	9.488
Ajustes regulamentares de Nível 2	47	109	-44	-86
Capital total disponível	56.751	55.467	56.259	54.362
Ativos com ponderação do risco	309.287	312.086	309.287	312.086
Rácio comum de Capital Próprio de Nível 1	13,12%	12,62%	13,13%	12,58%
Rácio de nível 1	14,75%	14,70%	14,62%	14,41%
Rácio de capital total	18,35%	17,77%	18,19%	17,42%

- Os lucros intermédios não incluídos nos fundos próprios principais de nível 1 a 31 de dezembro de 2017 incluem 44 milhões de euros.
- Incluindo 3123 milhões de euros em conformidade com os RFP/DFP IV (3542 milhões de euros no quarto trimestre de 2016) e 1866 milhões de euros a substituir, uma vez que o reconhecimento de capital está sujeito às regras já existentes dos RFP/DFP IV (2954 milhões de euros no quarto trimestre de 2016).
- Incluindo 8995 milhões de euros em conformidade com os RFP/DFP IV (7347 milhões de euros no quarto trimestre de 2016) e 2091 milhões de euros a substituir, uma vez que o reconhecimento de capital está sujeito às regras já existentes dos RFP/DFP IV (2141 milhões de euros no quarto trimestre de 2016).

Requisitos regulamentares

A adequação do capital e a utilização do capital regulamentar necessário baseiam-se nas diretrizes desenvolvidas pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (o Comité de Basileia) e as Diretrizes da União Europeia, conforme implementado pelo Dutch Central Bank (Dutch Central Bank até 3 de novembro de 2014, BCE posteriormente) para efeitos de supervisão. Em 2010, o Comité de Basileia de Supervisão Bancária emitiu novos requisitos de solvência e liquidez, que substituem o Basileia II. Os requisitos mínimos, excluindo reservas, para o rácio de capitais próprios ordinários de nível 1 é de 4,5 %, o requisito mínimo de nível 1 é de 6 % e o rácio de capital total é de 8 % para todos os ativos com ponderação do risco. O Basileia III obriga os Bancos a deter um capital de, pelo menos, 80 % dos antigos requisitos de Basileia I, que era 8 % dos APR conforme calculado com a metodologia Basileia I. Este limite mínimo de Basileia I foi alargado até ao final de 2017.

Processo PRAS/PAACI

Anualmente, o ING envia documentação extensa sobre o Processo de Avaliação da Adequação de Capital Interno ao seu regulador, conforme recomendado nos quadros da DFP IV. Esta documentação inclui uma descrição dos modelos de capital interno do ING, o seu quadro de apetência pelo risco, uma análise de qualidade de ativos e um planeamento de capital em circunstâncias normais e em determinados cenários de tensão. Esta documentação é uma contribuição importante para o Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (PRAS) do regulador, resultando numa carta para a Administração do ING. O PRAS é efetuado pelo BCE e avalia regularmente os modelos e processos internos do ING. A diretriz regulamentar de 2017 indicava que os rácios de capital mínimos que o BCE considera adequados para o ING Group e ING Bank estão suficientemente cobertos pelas normas de capital próprio do ING.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Classificações**Principais notações de crédito do ING Bank N.V. a 31 de dezembro de 2017**

	Standard & Poor's		Moody's		Fitch	
	Classificação	Perspetiva	Classificação	Perspetiva	Classificação	Perspetiva
ING Bank N.V.						
– a longo prazo	A+	Estável	Aa3	Estável	A+	Estável
– a curto prazo	A-1		P-1		F1	

As principais notações de crédito e perspetivas do ING estão ilustradas na tabela acima. Cada uma destas classificações apenas reflete a visão da agência de classificação aplicável aquando da classificação e qualquer explicação sobre o motivo de uma classificação pode ser obtida apenas através da agência de classificação.

Uma classificação de títulos não é uma recomendação para comprar, vender ou deter títulos e cada classificação deve ser avaliada de forma independente de qualquer outra. Não existem garantias de que qualquer classificação de crédito continuará em efeito para um determinado período de tempo ou que uma classificação não seja reduzida, suspensa ou retirada completamente pela agência de classificação se, na opinião da agência de classificação, as circunstâncias o exigirem. O ING não aceita qualquer responsabilidade pela precisão ou fiabilidade das classificações.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Autorização das Contas Anuais Consolidadas

Amsterdão, 5 de março de 2018

O Conselho de Supervisão

J. (Jeroen) van der Veer, *presidente*
H.J.M. (Hermann-Josef) Lamberti, *vice-presidente*
J.P. (Jan Peter) Balkenende
E.F.C.B. (Eric) Boyer de la Giroday
H.W. (Henk) Breukink
M. (Mariana) Gheorghe
R.W.P. (Robert) Reibestein
G.J. (Hans) Wijers

Conselho de Administração Bancária

R.A.J.G. (Ralph) Hamers, Diretor-Executivo, presidente do
Conselho de Administração Bancária
J.V. (Koos) Timmermans, Diretor Financeiro, vice-presidente
S.J.A. (Steven) van Rijswijk, *Diretor de Riscos*
M. I. (Isabel) Fernandez Niemann, Diretora da Banca Grossista
R.M.M. (Roel) Louwhoff, Diretor de Operações / Diretor Técnico
A. (Aris) Bogdaneris, Diretor de Mercados Desafiadores e em
Crescimento
R.B. (Roland) Boekhout, diretor de Líderes de Mercado

Demonstração da posição financeira da empresa-mãe

a 31 de dezembro antes da apropriação do resultado

em milhões de euros	2017	2016
Ativos		
Liquidez e disponibilidades com bancos centrais 1	7.390	9.941
Fundos públicos de curto prazo 2	712	1.427
Empréstimos e adiantamentos a bancos 3	87.827	81.641
Empréstimos e adiantamentos a clientes 4	336.567	325.872
Títulos de dívida 5		
– disponível para venda	22.336	27.624
– detido até ao vencimento	5.857	5.266
– comércio	8.211	10.127
Títulos de capital próprio 6		
– disponível para venda	2.759	2.970
– comércio	9.344	4.939
Investimentos em empresas do grupo 7	32.325	32.946
Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos 8	808	777
Ativos intangíveis 9	855	895
Equipamento 10	412	444
Outros ativos 11	43.849	56.008
Ativos totais	559.252	560.877
Passivos		
Depósitos de bancos 12	59.133	53.215
Depósitos de clientes 13	306.512	279.875
Títulos de dívida emitidos	84.080	101.671
Outros passivos 14	48.248	64.468
Disposições gerais 15	1.247	1.562
Empréstimos subordinados 16	16.370	16.546
Passivos totais	515.590	517.337
Capital próprio 17		
Capital social	525	525
Prémio de emissão	16.542	16.542
Reservas de reavaliação	2.898	3.806
Reservas legais e estatutárias	1.415	1.914
Outras reservas	17.416	16.650
Resultado transportado	4.866	4.103
Capital próprio total	43.662	43.540
Capital próprio e passivos totais	559.252	560.877

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais da empresa-mãe.

Demonstração de lucros e perdas da empresa-mãe

para o exercício findo em 31 de dezembro

em milhões de euros	2017	2016
Rendimento dos juros	28.957	30.127
Despesas com juros	-22.599	-24.128
Rendimento líquido dos juros 18	6.358	5.999
Rendimento dos investimentos e resultados de participações 19	2.958	3.043
Receitas de comissões	1.791	1.680
Gastos com comissões	-463	-486
Receitas líquidas de comissões 20	1.328	1.194
Resultados de transações financeiras 21	314	694
Outros rendimentos 22	120	-50
Rendimento total	11.078	10.880
Despesas com pessoal 23	2.837	2.784
Depreciação e amortização 24	223	238
Outras despesas 25	1.980	2.575
Adição às provisões para perdas por empréstimos duvidosos	194	451
Despesas totais	5.234	6.048
Resultado antes de imposto	5.844	4.832
Tributação 26	825	605
Resultado após o imposto	5.019	4.227

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais da empresa-mãe.

É feita referência às políticas contabilísticas das contas anuais da empresa-mãe para informações sobre as alterações na apresentação das contas anuais da empresa-mãe e respetivas notas explicativas.

Demonstração das variações do capital próprio da empresa-mãe

em milhões de euros	Capita l social	Prémi o de emissão	Reservas de reavaliaçã o	Reservas legais e estatutária s	Outra s reservas	Resultado transpor tado	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2015	525	16.542	3.477	2.315	13.470	4.528	40.857
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outras reavaliações			310	-102			208
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas			-124	-148			-272
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa			245	-143			102
Reavaliações realizadas e não realizadas de propriedades de uso próprio			2				2
Remensuração dos Ativos/passivos de benefícios líquidos definidos			11	-76			-65
Diferenças cambiais e outros				-251			-251
Montante total reconhecido diretamente em capital próprio	-	-	444	-720	-	-	-276
Resultado líquido				124		4.103	4.227
	-	-	444	-596	-	4.103	3.951
Transferência dos resultados transportados					4.528	-4.528	
Dividendos					-1.345		-1.345
Opções de ações de funcionários e planos de ações					72		72
Alterações na composição do grupo e outras alterações			-115	195	-75		5
Saldo a 31 de dezembro de 2016	525	16.542	3.806	1.914	16.650	4.103	43.540
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outras reavaliações			-476	182			-294
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas			-21	-69			-90
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa			-365	-150			-515
Reavaliações não realizadas de propriedades de uso próprio			3	-2	26		27
Remensuração dos Ativos/passivos de benefícios líquidos definidos			-49	19			-30
Diferenças cambiais e outros				-891			-891
Montante total reconhecido diretamente em capital próprio			-908	-911	26		-1.793
Resultado líquido				153		4.866	5.019
			-908	-758	26	4.866	3.226
Transferência dos resultados transportados					4.103	-4.103	
Dividendos					-3.176		-3.176
Opções de ações de funcionários e planos de ações					69		69
Alterações na composição do grupo e outras alterações				259	-256		3
Saldo a 31 de dezembro de 2017	525	16.542	2.898	1.415	17.416	4.866	43.662

As alterações nos componentes individuais são apresentadas na Nota 18 «Capital Próprio».

Notas às contas anuais da empresa-mãe

montantes em milhões de euros, salvo indicação em contrário

Base da apresentação

O ING Bank N.V. é uma empresa domiciliada em Amsterdão, Países Baixos e está inscrito no Registo Comercial de Amsterdão sob o número 33031431.

As contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. são elaboradas de acordo com os requisitos de relato financeiro incluídos na Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês. Em conformidade com a subsecção 8 da secção 362 do Livro 2 do Código Civil Holandês, os princípios de reconhecimento e medição aplicados nestas contas anuais da Empresa-mãe são os mesmos que os aplicados nas contas anuais Consolidadas do ING Bank; é feita referência à Nota 1 «Políticas Contabilísticas» das contas anuais Consolidadas.

Os investimentos em empresas do grupo são contabilizados nas contas da Empresa-mãe segundo o método do capital próprio.

Uma lista com a informação referida na Secção 379 (1) do Livro 2 do Código Civil Holandês foi apresentada ao escritório do Registo Comercial de Amsterdão, em conformidade com a Secção 379 (5) do Livro 2 do Código Civil Holandês.

Capital próprio e reservas relacionados da empresa-mãe

O montante total do capital próprio nas contas anuais da empresa-mãe equivale ao capital próprio dos Acionistas (da empresa-mãe) nas contas anuais consolidadas. Certos componentes no capital próprio são diferentes, como resultado das diferenças de apresentação seguintes entre as contas da empresa-mãe e as contas consolidadas:

- As reavaliações não realizadas, incluindo as relacionadas com coberturas de fluxo de caixa nas empresas do grupo consolidado, apresentadas nas Outras Reservas - Reavaliação nas contas consolidadas, são apresentadas nas Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos nas contas da empresa-mãe;
- A conversão de moeda estrangeira nas empresas do grupo consolidado, apresentadas nas Outras reservas - Conversão da moeda nas contas consolidadas, é apresentada nas Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos nas contas da empresa-mãe;
- As reavaliações da propriedade de investimento e determinadas participações reconhecidas no rendimento e, consequentemente, apresentadas nos Ganhos retidos nas contas consolidadas, são apresentadas nas Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos nas contas da empresa-mãe;

Há uma reserva legal com um montante igual à participação nos resultados de filiais e empreendimentos conjuntos desde a sua primeira inclusão no valor de ativos líquidos menos o montante das distribuições de lucros em que se acumularam direitos durante esse tempo. As distribuições de lucros que podem ser repatriadas para os Países Baixos sem restrições são também deduzidas das Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos.

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

Notas para demonstração da posição financeira da empresa-mãe

1 Caixa e disponibilidades com bancos centrais

Os montantes detidos em bancos centrais ascendem a 6559 milhões de euros (2016: 9360 milhões de euros). Em 2017, a redução dos Valores detidos em bancos centrais deveu-se, sobretudo, à redução do excesso de liquidez.

2 Fundos públicos com vencimento curto

Os fundos públicos de curto prazo incluem fundos públicos internacionais que chegam aos 710 milhões de euros (2016: 1350 milhões de euros) para a empresa.

3 Empréstimos e adiantamentos a bancos

Empréstimos e adiantamentos a bancos		
	2017	2016
Recebimentos não subordinados de:		
Empresas do grupo	31.111	30.659
Terceiros	55.806	50.737
	86.917	81.396
Recebimentos subordinados de:		
Empresas do grupo	867	177
Terceiros	43	68
	87.827	81.641

A 31 de dezembro de 2017, os Empréstimos e adiantamentos a bancos incluem valores a receber em relação aos títulos que foram adquiridos em operações de recompra reversa no valor de 36 817 milhões de euros (2016: 30 166 milhões de euros).

4 Empréstimos e adiantamentos a clientes

Empréstimos e adiantamentos a clientes		
	2017	2016
Recebimentos não subordinados de:		
ING Groep N.V.	367	
Empresas do grupo	52.825	49.953
Terceiros	281.975	275.919
	335.167	325.872
Recebimentos subordinados de:		
Empresas do grupo	1.400	
	336.567	325.872

A partir de 31 de dezembro 2017, os valores a receber incluídos nos Empréstimos e adiantamentos a clientes que fazem parte da carteira comercial ascendem a 19 476 milhões de euros (2016: 17 840 milhões de euros).

Os Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem valores a receber em relação aos títulos que foram adquiridos em operações de recompra reversa no valor de 22 001 milhões de euros (2016: 17 302 milhões de euros) para a empresa.

5 Títulos de dívida

Títulos de dívida por emissor		
	2017	2016
Setor público	25.420	30.909
Outros	10.984	12.108
	36.404	43.017

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

Títulos de dívida analisados por lista

	2017	2016
Cotados	33.961	40.913
Não cotados	2.443	2.104
	36.404	43.017

Títulos de dívida – subordinados e não subordinados

	2017	2016
Títulos de dívida não subordinados emitidos por:		
Terceiros	36.404	43.017
	36.404	43.017

Alterações nos títulos de dívida (disponível para venda)

	2017	2016
Balanço de abertura	27.624	25.481
Adições	8.396	11.476
Amortização	-93	-28
Alterações em reavaliações não realizadas	-255	222
Alienações e resgates	-12.896	-9.666
Diferenças cambiais	-445	137
Outras alterações	5	2
Balanço de encerramento	22.336	27.624

A partir de 31 de dezembro 2017, o custo dos valores dos títulos de dívida comercial ascendem a 8211 milhões de euros (2016: 10 127 milhões de euros).

A partir de 31 de dezembro de 2017, um montante de 20 244 milhões de euros (2016: 23 621 milhões de euros) deverá ser liquidado depois de mais de um ano a partir da data do balanço financeiro.

Os títulos de dívida temporariamente vendidos em transações de recompra ascendem a 7 930 milhões de euros a partir de 31 de dezembro de 2017 (2016: 10 257 milhões de euros).

Os títulos de dívida emprestados não são reconhecidos na demonstração da posição financeira e equivalem a zero (2016: zero) a 31 de dezembro de 2017.

6 Títulos de capital próprio**Títulos de capital próprio analisados por lista**

	2017	2016
Cotados	11.890	7.731
Não cotados	213	178
	12.103	7.909

Alterações nos títulos de capital próprio (disponível para venda)

	2017	2016
Balanço de abertura	2.970	2.784
Adições	254	18
Alterações em reavaliações não realizadas	-310	343
Provisões para imparidades	-1	-5
Eliminações	-9	-53
Diferenças cambiais	-171	-92
Outras alterações	26	-25
Balanço de encerramento	2.759	2.970

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

O custo ou preço de venda das participações sociais na carteira comercial aproxima o seu justo valor. A partir de 31 de dezembro de 2017, o custo ou preço de venda das participações sociais na carteira disponível para venda é de 2134 milhões de euros a menos (2016: 2597 milhões de euros a menos) que o valor contabilizado.

7 Investimentos em empresas do grupo**Investimentos em empresas do grupo**

	2017		2016	
	Participação detida (%)	Demonstração do valor da posição financeira	Participação detida (%)	Demonstração do valor da posição financeira
ING België N.V.	100	10.211	100	10.306
ING Holding Deutschland GMBH	100	8.086	100	8.831
ING Bank (Austrália) Limited	100	2.675	100	2.557
ING Financial Holdings Corporation	100	2.101	100	2.429
ING Bank Slaski S.A.	75	2.084	75	1.744
ING Bank A.S.	100	1.476	100	1.617
ING Mauritius Investments I Limited	100	939	100	713
ING Real Estate B.V.	100	454	100	366
ING Australia Holdings Limited	100	1.014	100	1.211
ING Corporate Investments B.V.	100	546	100	514
Outros (incluindo empresas financeiras)		2.739		2.658
		32.325		32.946

A partir de 31 de dezembro de 2017, os Investimentos em empresas do grupo inclui instituições de crédito de 17 637 milhões de euros (2016: 17 398 milhões de euros). A partir de 31 de dezembro de 2017, os investimentos listados em empresas do grupo ascende a 2 084 milhões de euros (2016: 1744 milhões de euros).

Alterações nos Investimentos em empresas do grupo

	2017	2016
Balanço de abertura	32.946	32.609
Reembolso de injeção de capital	-707	-206
Reavaliações	19	-454
Resultados das empresas do grupo	2.825	2.780
Dividendos recebidos	-1.986	-1.670
Contribuições de capital	26	18
Fusões e liquidações		-118
Diferenças cambiais	-788	-118
Outras alterações	-10	105
Balanço de encerramento	32.325	32.946

8 Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos**Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos**

	2017		2016	
	Participação detida (%)	Demonstração do valor da posição financeira	Participação detida (%)	Demonstração do valor da posição financeira
TMB Public Company Limited	25	737	25	723
Outros		71		54
		808		777

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

Alterações nos Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos

	2017	2016
Balanco de abertura	777	652
Adições	54	13
Participação nos resultados	42	42
Dividendos recebidos	-22	-17
Eliminações	-25	
Reavaliações	1	57
Diferenças cambiais	-24	26
Outras alterações	5	4
Balanco de encerramento	808	777

9 Ativos intangíveis

Alterações em ativos intangíveis

	Goodwill		Software		Outros		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Balanco de abertura	509	591	384	293	2	2	895	886
Adições			188	171			188	171
Eliminação			-8	-1			-8	-1
Depreciação			-108	-104			-108	-104
Imparidades			-28	-6			-28	-6
Diferenças cambiais	-87	-82					-87	-82
Outras alterações			3	31			3	31
Balanco de encerramento	422	509	431	384	2	2	855	895

10 Equipamento

Alterações no equipamento

	2017	2016
Balanco de abertura	444	463
Adições	90	143
Depreciação	-114	-134
Eliminações	-11	-36
Diferenças cambiais	-2	-1
Outras alterações	5	9
Balanco de encerramento	412	444
Valor contábil a 31 de dezembro	1.311	1.407
Depreciação acumulada a 31 de dezembro	-899	-963
Valor contabilístico líquido	412	444

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

11 Outros ativos

Outros ativos por tipo		
	2017	2016
Derivados	33.871	46.439
Ativos por impostos diferidos	387	442
Imposto sobre impostos a receber	138	61
Juros e rendas acumulados	3.784	4.276
Outros ativos acumulados	838	511
Ativos de pensões	520	595
Outros recebimentos	4.311	3.684
	43.849	56.008

Outros valores a receber incluem 2343 milhões de euros (2016: 2325 milhões de euros) referentes às transações ainda por liquidar na data do

balanço financeiro. Os derivativos incluem transações com empresas do grupo de 10 170 milhões de euros (2016: 12 980 milhões de euros).

A partir de 31 de dezembro de 2017, um montante de 372 milhões de euros (2016: 273 milhões de euros) deverá ser liquidado depois de mais de um ano a partir da data do balanço financeiro.

12 Depósitos de bancos

Depósitos de bancos		
	2017	2016
Empresas do grupo	28.528	25.114
Terceiros	30.605	28.101
	59.133	53.215

13 Depósitos de clientes

Depósitos de clientes por empresas do grupo e terceiros		
	2017	2016
Empresas do grupo	59.344	42.663
Terceiros	247.168	237.212
	306.512	279.875

Depósitos de clientes por tipo		
	2017	2016
Contas poupança	121.533	120.648
Saldos de crédito em contas de clientes	93.248	87.304
Depósitos empresariais	70.440	59.829
Outros	21.291	12.094
	306.512	279.875

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

14 Outros passivos

Outros passivos		
	2017	2016
Derivados	31.757	46.898
Passivos detidos para negociação	5.411	5.270
Juros acumulados	3.989	4.548
Custos a pagar	1.669	1.422
Despesas de imposto a pagar	306	51
Outros impostos e contribuições para a segurança social	49	44
Outros valores a pagar	5.067	6.235
	48.248	64.468

Outros valores a pagar incluem 2884 milhões de euros (2016: 4258 milhões de euros) referentes às transações ainda por liquidar na data do balanço financeiro.

Os derivativos incluem transações com empresas do grupo de 7931 milhões de euros (2016: 10 994 milhões de euros).

A partir de 31 de dezembro de 2017, um montante de 649 milhões de euros (2016: 626 milhões de euros) deverá ser liquidado depois de mais de um ano a partir da data do balanço financeiro.

15 Disposições gerais

Disposições gerais		
	2017	2016
Passivos fiscais diferidos	389	435
Passivos de pensões e outros passivos relacionados com funcionários	9	9
Reorganizações e relocações	493	809
Outros	356	309
	1.247	1.562

A partir de 31 de dezembro de 2017, um montante de 297 milhões de euros (2016: 932 milhões de euros) deverá ser liquidado depois de mais de um ano a partir da data do balanço financeiro.

16 Empréstimos subordinados

Empréstimos subordinados por empresas do grupo e terceiros		
	2017	2016
Empresas do grupo	8.177	6.603
Terceiros	8.193	9.943
	16.370	16.546

Empréstimos subordinados por tipo		
	2017	2016
Obrigações de capital	9.228	9.889
Empréstimos privados	7.142	6.657
	16.370	16.546

Empréstimos subordinados aos outros passivos numa dissolução do ING Bank.

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

17 Equidade

Equidade		
	2017	2016
Capital social	525	525
Prémio de emissão	16.542	16.542
Reservas de reavaliação	2.898	3.806
Reservas legais e estatutárias	1.415	1.914
Outras reservas	17.416	16.650
Resultado transportado	4.866	4.103
Capital próprio total	43.662	43.540

Capital social				
	Ações ordinárias (por valor 1,13 euros)			
	Número x 1000		Valor	
	2017	2016	2017	2016
Capital social autorizado	1.600.000	1.600.000	1.808	1.808
Capital social não emitido	1.134.965	1.134.965	1.283	1.283
Capital social emitido	465.035	465.035	525	525

Não ocorreram alterações no capital social e prémio de emissão emitidos em 2017 e 2016.

Alterações nas reservas de reavaliação					
	Reserva da propriedade de uso próprio	Reserva disponível para venda	Reserva de cobertura do fluxo de caixa	Reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos	Total
2017					
Balanço de abertura	7	2.849	845	105	3.806
Reavaliações não realistas	3	-476			-473
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas		-21			-21
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa			-365		-365
Alteração nos ativos/passivos de benefício definido líquido				-49	-49
Balanço de encerramento	10	2.352	480	56	2.898

Alterações nas reservas de reavaliação					
	Reserva da propriedade de uso próprio	Reserva disponível para venda	Reserva da cobertura do fluxo de caixa	Reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos	Total
2016					
Balanço de abertura	120	2.663	600	94	3.477
Reavaliações não realizadas		-124			-124
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas	2	310			312
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa			245		245
Alteração nos ativos/passivos de benefício definido líquido				11	11
Alterações na composição do grupo e outras alterações	-115				-115
Balanço de encerramento	7	2.849	845	105	3.806

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

Alterações nas reservas legais e estatutárias

	Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos reserva	Conversão de moeda estrangeira reserva	Reservas estatutárias	Software capitalizado	Total
2017					
Balanco de abertura	1.098	-795	1.325	286	1.914
Resultado para o ano			153		153
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outros	182				182
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas	-69				-69
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa	-150				-150
Reavaliações não realizadas de propriedades de uso próprio	-2				-2
Alterações na reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos	19				19
Diferenças cambiais e outros	-41	-850			-891
Alterações na composição do grupo e outras alterações	201			58	259
Balanco de encerramento	1.238	-1.645	1.478	344	1.415

Alterações nas reservas legais e estatutárias

	Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos reserva	Conversão de moeda estrangeira reserva	Reservas estatutárias	Software capitalizado	Total
2016					
Balanco de abertura	1.450	-516	1.201	180	2.315
Resultado para o ano			124		124
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outros	-102				-102
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas	-148				-148
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa	-143				-143
Alterações na reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos	-76				-76
Diferenças cambiais e outros	28	-279			-251
Alterações na composição do grupo e outras alterações	89			106	195
Balanco de encerramento	1.098	-795	1.325	286	1.914

A participação de filiais e reserva de empreendimentos conjuntos inclui os seguintes componentes: Reserva para lucros retidos não distribuíveis de filiais de 652 milhões de euros (2016: 453 milhões de euros), Reserva de reavaliação de filiais e empreendimentos conjuntos de 1079 milhões de euros (2016: 1117 milhões de euros), Reserva de conversão de moeda de 37 milhões de euros (2016: 4 milhões de euros) e Reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos de -456 milhões de euros (2015: - 476 milhões de euros).

As Reservas estatutárias incluem reservas não distribuíveis de 1478 milhões de euros (2016: 1,325 milhões de euros) relacionados com o antigo Stichting Regio Bank e o antigo Stichting Vakbondspaarbank SPN que não pode ser livremente distribuído em conformidade com o Artigo 23.1.º dos estatutos sociais.

As alterações no valor dos instrumentos de cobertura que são designados como coberturas de investimento líquido são incluídas nas Diferenças cambiais e outros.

Alterações nas outras reservas

	Lucros retidos	Total
2017		
Balanco de abertura	16.650	16.650
Transferência do resultado transportado	4.103	4.103
Dividendos	-3.176	-3.176
Opções de ações de funcionários e planos de ações	69	69
Alterações na composição do grupo e outras alterações	-230	-230
Balanco de encerramento	17.416	17.416

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

Alterações nas outras reservas

2016	Lucros retidos	Total
Balanço de abertura	13.470	13.470
Transferência do resultado transportado	4.528	4.528
Dividendos	-1.345	-1.345
Opções de ações de funcionários e planos de ações	72	72
Alterações na composição do grupo e outras alterações	-75	-75
Balanço de encerramento	16.650	16.650

A reserva de coberturas de fluxo de caixa está incluída na Participação de filiais e empreendimentos conjuntos de forma líquida. A Reserva de reavaliação, Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos e a Reserva de conversão de moeda não podem ser distribuídas livremente. Os Lucros retidos podem ser livremente distribuídos, exceto um montante igual ao saldo negativo em cada um dos componentes da Reserva de reavaliação, Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos e Reserva de conversão de moeda. Os lucros e perdas não realizados dos derivados, além dos utilizados nas coberturas de fluxo de caixa, são apresentados na demonstração de lucros ou perdas e são, assim, parte dos Lucros retidos e não são incluídos nas Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos.

O montante total das reservas não distribuíveis, em conformidade com os requisitos de relato financeiro de acordo com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês, é de 7603 milhões de euros (2016: 7310 milhões de euros).

É feita referência à Nota 18 «Capital próprio» e à secção da Gestão de capital nas contas anuais consolidadas para informação adicional, incluindo restrições referentes a dividendos e reembolsos de capital.

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

Notas à demonstração de lucros e perdas da empresa-mãe

18 Rendimento líquido dos juros

Rendimento líquido dos juros		
	2017	2016
Rendimento dos juros em empréstimos	9.384	9.331
Rendimento dos juros em empréstimos em imparidade	51	61
Juros negativos sobre os passivos	418	117
Total do rendimento dos juros em empréstimos	9.853	9.509
Rendimento dos juros em títulos disponíveis para venda	331	390
Rendimento dos juros em títulos detidos até ao vencimento	70	28
Rendimento dos juros sobre derivados negociados	13.837	14.771
Rendimento dos juros noutra carteira de negociação	596	416
Rendimento dos juros nos derivados não negociados (sem contabilidade de cobertura)	498	637
Rendimento dos juros nos derivados não negociados (contabilidade de cobertura)	3.621	4.230
Outros rendimentos dos juros	151	146
Rendimento dos juros	28.957	30.127
Despesas com juros sobre depósitos de bancos	152	206
Despesas com juros sobre depósitos de clientes	1.813	1.443
Despesas com juros em títulos de dívida	1.567	1.882
Despesas com juros em empréstimos subordinados	753	775
Despesas com juros sobre derivados negociados	13.801	14.952
Despesas com juros sobre outros passivos detidos para negociação	353	43
Despesas com juros em derivados não negociados (sem contabilidade de cobertura)	678	612
Despesas com juros em derivados não negociados (contabilidade de cobertura)	3.221	3.877
Outras despesas com juros	242	317
Juros negativos em ativos	19	21
Despesas com juros	22.599	24.128
Rendimento líquido dos juros	6.358	5.999

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

19 Rendimento dos investimentos e resultados de participações

Rendimento dos investimentos e resultados de participações		
	2017	2016
Resultados de ações e outros títulos de rendimento não fixo	89	220
Resultados das empresas do grupo	2.825	2.780
Resultados de associadas, joint-ventures e outras participações	44	43
	2.958	3.043

20 Receitas líquidas de comissões

Receitas de taxas e comissões		
	2017	2016
Transferência de fundos	753	698
Atividade de títulos financeiros	243	237
Mediação de seguros	30	35
Taxas de gestão de ativos	37	8
Taxas de mediação e de consultoria	256	235
Outros	472	467
	1.791	1.680

Despesas com taxas e comissões		
	2017	2016
Transferência de fundos	261	256
Atividade de títulos financeiros	68	71
Taxas de gestão de ativos	5	5
Taxas de mediação e de consultoria	36	35
Outros	93	119
	463	486

21 Resultados de transações financeiras

Resultados de transações financeiras		
	2017	2016
Resultados da carteira de negociação de títulos	643	43
Resultados da carteira de negociação de moeda	1.228	-1.294
Resultados de derivados não negociados	-1.392	1.558
Outros	-165	387
	314	694

22 Outros rendimentos

Em 2017, os Outros rendimentos incluem 121 milhões de euros relacionados com uma carga fiscal na ING Australia Holdings Ltd, para a qual se espera que seja recebido um reembolso total do NN Group. O restante de Outros rendimentos é constituído por vários pequenos itens, que são individualmente insignificantes.

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

23 Despesas com pessoal

Despesas com pessoal		
	2017	2016
Despesas com pessoal		
- Salários	1.630	1.610
- Custos com a segurança social	204	222
Despesas com pensões e outros custos de benefícios relacionados com os funcionários	275	249
Outras taxas de gestão	728	703
	2.837	2.784

Remuneração da gestão sénior, Conselho de Administração e Conselho de Supervisão

É feita referência à Nota 46 «Entidades relacionadas» (página 127 até e incluindo a página 130) nas Contas Anuais Consolidadas do ING Bank.

24 Depreciação e amortização

Depreciação e amortização		
	2017	2016
Depreciação de equipamento	114	134
Amortização de software e outros ativos intangíveis	109	104
	223	238

25 Outras despesas

Outras despesas		
	2017	2016
Custos com computadores	420	451
Despesas de escritório	217	222
Despesas de deslocação e alojamento	85	84
Publicidade e relações públicas	215	198
Honorários de consultoria externa	275	230
Encargos postais	27	25
Custos regulamentares	450	427
Adição/(autorização de saída) de provisões para reorganização e realocação	-33	575
Desvalorizações e reversão de desvalorizações	24	9
Outros	300	354
	1.980	2.575

26 Tributação

Tributação por tipo		
	2017	2016
Tributação atual	689	324
Tributação diferida	136	281
	825	605

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

27 Vencimento de determinados ativos e passivos**Análise de determinados ativos e passivos por vencimento**

2017	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Vencimento não aplicável	Total
Ativos							
Empréstimos e adiantamentos a bancos	19.392	6.946	7.740	14.033	5.841	33.875	87.827
Empréstimos e adiantamentos a clientes	39.044	8.295	28.552	79.013	162.187	19.476	336.567
Passivos							
Depósitos de bancos	20.662	2.523	1.696	18.705	1.999	13.548	59.133
Depósitos de clientes	221.145	14.218	31.920	16.292	7.104	15.833	306.512
Títulos de dívida emitidos	3.182	12.877	14.466	33.700	10.481	9.374	84.080
Empréstimos subordinados					11.376	4.994	16.370

Análise de determinados ativos e passivos por vencimento

2016	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Vencimen to E) não aplicável	Total
Ativos							
Empréstimos e adiantamentos a bancos	18.948	6.349	7.809	13.543	5.881	29.111	81.641
Empréstimos e adiantamentos a clientes	29.290	7.460	24.775	81.995	164.512	17.840	325.872
Passivos							
Depósitos de bancos	22.493	1.262	2.447	13.290	1.840	11.883	53.215
Depósitos de clientes	214.785	15.376	23.268	10.966	4.182	11.298	279.875
Títulos de dívida emitidos	2.655	11.590	13.588	41.704	21.343	10.791	101.671
Empréstimos subordinados					9.118	7.428	16.546

28 Ativos não imediatamente disponíveis**Ativos não imediatamente disponíveis**

	2017	2016
Investimentos	144	1.255
Empréstimos	67.890	68.007
Bancos	3.423	4.716
Outros ativos	12.023	11.647
	83.480	85.625

A tabela inclui ativos relacionados com o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

29 Passivos contingentes e outros compromissos

Passivos contingentes por tipo		
	2017	2016
Garantias	28.233	38.351
Cartas de crédito irrevogáveis	7.688	6.587
Outros	223	308
Dívidas contingentes	36.144	45.246
Serviços irrevogáveis	45.137	43.832
	81.281	89.078

Dívidas contingentes		
	2017	2016
Empresas do grupo	15.855	24.199
Terceiros	20.289	21.047
	36.144	45.246

Serviços irrevogáveis		
	2017	2016
Empresas do grupo	86	12
Terceiros	45.051	43.820
	45.137	43.832

30 Outros**Garantias**

O ING Bank emitiu garantias como participante em acordos coletivos de fundos bancários nacionais e como participante em regimes de garantias coletivas exigidas. Por exemplo, o ING Bank N.V. forneceu uma garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos Alemão («Einlagensicherungs-fonds» ou «ESF») na secção 5 (10) da legislação em vigor neste fundo, onde o ING Bank N.V. indemniza a Association of German Banks Berlin contra quaisquer perdas que poderão ser incorridas como resultado das medidas tomadas relativamente ao ING Germany. O ESF é um esquema de garantia coletiva voluntária para poupanças e depósitos de retalho que excedam os 100 000 euros.

O ING Bank N.V. emitiu declarações de passivos relacionadas com a Secção 403, Livro 2 do Código Civil Holandês e emitiu garantias de terceiros (a cartas de conforto/sensibilização de terceiros) num número limitado de casos. As garantias de terceiros são utilizadas quando se solicita ao ING Bank N.V. que emita uma garantia a um credor terceiro de uma das suas filiais, de modo a garantir o desempenho (financeiro) da sua filial.

Acordos relativos a reclamações

No decurso normal dos negócios, celebrámos uma série de acordos através dos quais recebemos indemnizações relacionadas com a venda dos nossos negócios anteriores e acordos através dos quais fazemos disposições pormenorizadas em relação à atribuição e tratamento das reclamações.

Unidade fiscal

O ING Bank N.V. forma uma unidade fiscal com o ING Groep N.V. e várias entidades bancárias holandesas para efeitos de impostos empresariais. O ING Bank N.V., o ING Groep N.V. e as suas subsidiárias bancárias que formam parte da unidade fiscal têm responsabilidade solidária no que se refere a impostos pagos pela unidade fiscal. As liquidações do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas pago ou recebido são executadas pelo ING Bank N.V.

31 Proposta de apropriação de resultados

Para 2017, propomos que o resultado, à disposição da Assembleia Geral, seja aplicado da forma seguinte. Os dividendos serão iguais aos dividendos intercalares já pagos e o restante do resultado será colocado nas Outras Reservas para que os dividendos finais sejam pagos.

Em fevereiro de 2017, o ING Bank N.V. pagou um dividendo de 1470 milhões de euros ao ING Groep N.V. Em agosto e novembro de 2017, o ING Bank N.V. pagou um dividendo antecipado de 853 milhões de euros e de 853 milhões de euros ao ING Groep N.V.

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

Proposta de aplicação de resultados

	2017
Resultado líquido	5.019
Adição das reservas segundo o Artigo 24.º dos Estatutos Sociais	2.416
Proposta de adição a Outras reservas segundo o Artigo 24.º dos Estatutos Sociais	2.603

32 Eventos subsequentes

A 29 de janeiro de 2018, o ING anunciou ter chegado a acordo para adquirir uma participação de 75 % na Payvision. A Payvision é uma prestadora de serviços de pagamentos com sede nos Países Baixos, com um valor total estimado de 360 milhões de euros. Não se espera que a transação tenha impacto material no rácio CET1 do ING.

Autorização das contas anuais da empresa-mãe

Amsterdão, 5 de março de 2018

O Conselho de Supervisão

J. (Jeroen) van der Veer, *presidente*
H.J.M. (Hermann-Josef) Lamberti, *vice-presidente*
J.P. (Jan Peter) Balkenende
E.F.C.B. (Eric) Boyer de la Giroday
H.W. (Henk) Breukink
M. (Mariana) Gheorghe
R.W.P. (Robert) Reibestein
G.J. (Hans) Wijers

Conselho de Administração Bancária

R.A.J.G. (Ralph) Hamers, Diretor-Executivo, presidente do
Conselho de Administração Bancária
J.V. (Koos) Timmermans, Diretor Financeiro, vice-presidente e
diretor de Líderes de Mercado
S.J.A. (Steven) van Rijswijk, *Diretor de Riscos*
M. I. (Isabel) Fernandez Niemann, Diretora da Banca Grossista
R.M.M. (Roel) Louwhoff, Diretor de Operações / Diretor Técnico
A. (Aris) Bogdaneris, Diretor de Mercados Desafiadores e em
Crescimento
R.B. (Roland) Boekhout, diretor de Líderes de Mercado

Relatório de Auditoria Independente



Relatório de Auditoria Independente

Para: o Acionista e o Conselho de Supervisão do ING Bank N.V.

Relato sobre a auditoria das contas anuais de 2017 incluídas no relatório anual A nossa opinião

Na nossa opinião:

- as contas anuais consolidadas em anexo oferecem uma visão real e justa da posição financeira do ING Bank N.V. a 31 de dezembro de 2017 e dos seus fluxos de caixa para o ano findo, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, conforme adotadas pela União Europeia (IFRS-UE) e com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês;
- as contas anuais da empresa-mãe em anexo proporcionam uma visão real e justa da posição financeira do ING Bank N.V. a 31 de dezembro de 2017 e do seu resultado para o ano então terminado em conformidade com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês.

O que auditámos

Auditámos as contas anuais de 2017 do ING Bank N.V. (a «Empresa» ou «ING Bank») com sede em Amsterdão. As contas anuais incluem as contas anuais consolidadas e as contas anuais da empresa-mãe.

As contas anuais consolidadas incluem:

- 1 A demonstração consolidada da posição financeira a 31 de dezembro de 2017.
- 2 As seguintes demonstrações consolidadas para 2017: a demonstração de lucros e perdas, a demonstração de rendimento integral, variações do capital próprio e dos fluxos de caixa.
- 3 As notas compostas por um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras informações explicativas.

As contas anuais da empresa-mãe incluem:

- 1 A demonstração da posição financeira da empresa-mãe a 31 de dezembro de 2017.
- 2 A demonstração de lucros e perdas da empresa-mãe e a demonstração das alterações no capital próprio para 2017.
- 3 As notas compostas por um resumo das políticas de contabilidade e outra informação explicativa.

Fundamentos para a nossa opinião

Efetuámos a nossa auditoria em conformidade com a legislação holandesa, incluindo as Normas Holandesas sobre Auditorias. As nossas responsabilidades ao abrigo destas normas estão descritas em detalhe na secção «As nossas responsabilidades para a auditoria das contas anuais» do nosso relatório.

Somos independentes do ING Bank N.V. em conformidade com o Regulamento da UE relativo aos requisitos específicos em matéria de revisão legal de contas de entidades de interesse público, as Wet toezicht accountantsorganisaties (Wta, Lei de Supervisão das Empresas de Auditoria), a Verordening inzake de onafhankelijkheid van accountants bij assurance-opdrachten (ViO, Código de Ética para Contabilistas Profissionais, um regulamento relativo à independência) e outros regulamentos de independência relevantes nos Países Baixos. Além disso, cumprimos o Verordening gedrags- en beroepsregels accountants (VGBA, Código de Ética holandês).

Acreditamos que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e adequadas para fundamentar a nossa opinião.

Abordagem de auditoria Resumo

Materialidade

- Materialidade do grupo de 300 milhões de euros
- 4,1 % de lucros antes de impostos de operações contínuas

AUDITORIA DO GRUPO

- 87 % dos ativos totais cobertos por procedimentos de auditorias realizados por auditores de componentes
- 86 % dos lucros antes de impostos de operações contínuas cobertos por procedimentos de auditoria realizados pelos auditores de componentes

QUESTÕES ESSENCIAIS DA AUDITORIA

- Incerteza das estimativas no que diz respeito às perdas por imparidade e empréstimos.
- Incerteza de estimativa relacionada com a disposição para assuntos legais
- Risco de acesso inadequado ou alterações na tecnologia da informação e sistemas
- Estimativa do impacto da norma contabilística IFRS 9

OPINIÃO SEM RESERVAS

Materialidade

Com base no nosso parecer profissional, determinámos a materialidade para as contas anuais como um total de 300 milhões de euros (2016: 240 milhões de euros). A materialidade é determinada no que se refere ao lucro antes de impostos das operações contínuas. A materialidade como percentagem de lucros antes de impostos de operações contínuas permaneceu estável em 4,1 % (2016: 4,0 %).

Consideramos os lucros antes da tributação das operações contínuas como a referência mais adequada com base na nossa avaliação das necessidades de informação geral dos utilizadores das contas anuais. Acreditamos que os lucros antes de impostos de operações contínuas são uma métrica relevante para avaliar o desempenho financeiro da Empresa. Devido ao total relativamente alto do balanço financeiro e do rendimento bruto, não utilizámos referências alternativas na determinação da materialidade. Tivemos também em conta declarações erradas e/ou possíveis declarações erradas que, na nossa opinião, são materiais para os utilizadores das contas anuais por motivos qualitativos.

Acordámos com a Comissão de Auditoria do Conselho de Supervisão que as declarações erradas superiores a 15 milhões de euros, identificadas durante a auditoria, seriam reportadas, assim como as declarações erradas mais pequenas que, na nossa opinião, devem ser reportadas por motivos qualitativos.

Âmbito da auditoria do grupo

O ING Bank lidera um grupo de componentes. A informação financeira deste grupo está incluída nas contas anuais consolidadas do ING Bank. O ING Bank está estruturado nos segmentos: Retalho Países Baixos, Retalho Bélgica, Retalho Alemanha, Outro Retalho, Banca Grossista e Banca da Corporate Line, abrangendo diferentes países.

Uma vez que somos responsáveis pela opinião, somos responsáveis por administrar, supervisionar e efetuar a auditoria do grupo. Neste aspeto, determinámos a natureza e dimensão dos procedimentos de auditoria a efetuar para as entidades do grupo. A nossa auditoria de grupo focou-se, sobretudo, nas entidades significativas do grupo («componentes»). Estes componentes são significativos a nível financeiro e individual devido ao seu tamanho relativo comparando com o ING Bank ou porque atribuímos um risco significativo de declarações erradas materiais a um ou mais balanços de contas destas entidades. Além disso, incluímos determinadas entidades do grupo no âmbito da nossa auditoria do grupo para chegar a uma cobertura suficiente de todos os balanços de contas relevantes.

A aplicação destes critérios de delimitação do âmbito levou a uma auditoria completa ou específica a 36 componentes, abrangendo um total de 13 países. Isto resultou numa cobertura realizada por auditores de componentes de 86 % do lucro antes de impostos de operações contínuas e 87 % do total de ativos. Para os restantes 14 % de lucro antes de impostos de operações contínuas e 13 % do total de ativos, os procedimentos foram executados ao nível do grupo, incluindo procedimentos analíticos, de modo a corroborar a nossa avaliação de que o risco de imprecisão relevante na população residual é remoto.

Todos os componentes no âmbito para comunicação do grupo são auditados por empresas membro do KPMG. Enviámos instruções detalhadas para todos os auditores de componentes, abrangendo áreas significativas, incluindo os riscos relevantes de imprecisões significativas, e estabelecemos as informações necessárias para serem comunicadas à equipa de auditoria do grupo. Visitámos locais de componentes nos Países Baixos, Bélgica, Alemanha, Reino Unido e Singapura, onde efetuámos revisões dos ficheiros de auditoria dos auditores locais. Realizámos ainda uma avaliação dos ficheiros fora do local do trabalho realizado pelo auditor de componentes na Turquia. Para todos os componentes no âmbito da auditoria do grupo, efetuámos conferências telefónicas e/ou reuniões presenciais com os auditores dos componentes. Durante estas visitas, reuniões

e chamadas, o planeamento, avaliação do risco, procedimentos efetuados, resultados e observações comunicados ao auditor do grupo foram discutidos detalhadamente e qualquer trabalho adicional considerado necessário pela equipa de auditoria do grupo foi depois efetuado. A equipa de auditoria do grupo definiu níveis de materialidade de componentes de 25 milhões de euros a 90 milhões de euros, com base na combinação do tamanho e do perfil de risco da demonstração financeira dos componentes no grupo para reduzir o risco de agregação a um nível aceitável. A consolidação do grupo, as divulgações das contas anuais e determinados tópicos de contabilidade efetuados ao nível do grupo são auditados pela equipa de auditoria do grupo. Os assuntos contabilísticos onde os procedimentos de auditoria são efetuados pela equipa de auditoria do grupo incluem, nomeadamente, teste da imparidade do *goodwill*, capital próprio, financiamento do grupo e determinados elementos do processo de provisões para perdas por empréstimos duvidosos, imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas para a unidade fiscal holandesa e reclamações e litígios. Ao efetuar os procedimentos mencionados acima nos componentes, juntamente com procedimentos adicionais ao nível do grupo, conseguimos obter provas de auditoria suficientes e adequadas sobre a informação financeira do grupo para dar opinião sobre as contas anuais consolidadas.

Ativos totais

87 %

Cobertos por
procedimentos de
auditorias realizados por
auditores de
componentes

13 %

Cobertos por
procedimentos
adicionais ao nível do
grupo

Lucro antes de impostos de operações contínuas

86 %

Cobertos por
procedimentos de
auditorias realizados por
auditores de
componentes

14 %

Cobertos por
procedimentos
adicionais ao nível
do grupo

As nossas questões essenciais da auditoria

As questões essenciais da auditoria são as questões que, na nossa opinião profissional, tinham a maior importância na nossa auditoria das contas anuais. Comunicámos as questões essenciais da auditoria à Comissão de Auditoria do Conselho de Supervisão. As questões essenciais da auditoria não são um reflexo abrangente de todas as questões discutidas.

Estes assuntos foram abordados no contexto da nossa auditoria das contas anuais no seu todo e na formação da nossa opinião e não damos opinião separada sobre estas questões.

No ano passado, indicámos a «Incerteza da estimativa relacionada com as provisões de reestruturação e transformação digital» como uma questão essencial da auditoria. A incerteza da estimativa relacionada maioritariamente com o reconhecimento e mensuração iniciais das provisões de reestruturação a 31 de dezembro de 2016. Com base nas observações que se seguem à nossa auditoria das contas anuais de 2017, não consideramos que a mensuração subsequente da provisão de reestruturação seja uma questão essencial da auditoria. Não considerámos o programa de remediação de derivados para PME uma questão essencial da auditoria neste ano, dado o estado do programa.

Incerteza de estimativa referente a perdas por imparidade em empréstimos e adiantamentos a clientes e bancos

Descrição

A carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes e de empréstimos e adiantamentos a bancos do ING Bank equivale a 574,9 mil milhões de euros e 28,7 mil milhões de euros, respetivamente, a 31 de dezembro de 2017. Estes empréstimos e adiantamentos são medidos a custo amortizado, menos uma provisão para perdas por empréstimos duvidosos (4,6 mil milhões de euros). Vários aspetos da contabilidade para perdas por empréstimos duvidosos exigem julgamento significativo da gestão, como a identificação de empréstimos que estão em situação de imparidade, a avaliação das garantias recebidas e a estimativa do valor recuperável.

A nossa resposta

A nossa abordagem de auditoria incluía o teste da eficácia dos controlos internos para determinar provisões para perdas por empréstimos duvidosos e procedimentos substanciais de auditoria. Os nossos procedimentos de controlos internos focaram-se na governação sobre o processo, controlos em torno da precisão dos dados de empréstimos e garantias, a determinação das notações de risco e o processo de identificação de pagamentos em atraso. Na nossa auditoria, também considerámos o processo em torno dos fluxos de dados através de sistemas de informação, controlos e cálculos de aplicações e a implementação e validação dos modelos de risco de crédito usados para calcular as provisões para perdas por empréstimos duvidosos coletivos, a análise dos resultados da provisão coletiva e as análises realizadas em empréstimos com imparidades que tenham sido avaliados individualmente.

Avaliámos as metodologias coletivas de imparidade, focando-nos nas carteiras mais significativas de uma perspetiva de tamanho e risco de crédito. Com a ajuda dos nossos especialistas em gestão do risco financeiro, especialistas em análise de dados e especialistas em tecnologias da informação, avaliámos os modelos, pressupostos, dados e sistemas de informação utilizados pelo ING Bank para as provisões coletivas. Avaliámos a metodologia e o quadro concebidos e implementados pelo ING Bank para avaliar se os resultados do modelo de aprovisionamento coletivo deveriam ser ajustados para refletir melhor as circunstâncias atuais do desempenho da carteira e das condições económicas.

Com a ajuda de especialistas em financiamento de empresas e especialistas e avaliação imobiliária, testámos as metodologias, os fluxos de caixa e os valores de garantia utilizados nas avaliações individuais de provisões para empréstimos comprometidos, incluindo juízos de gestão feitos durante o processo, como diversos cenários de recuperação e probabilidades de ocorrência desses cenários.

Incerteza de estimativa referente a perdas por imparidade em empréstimos e adiantamentos a clientes e bancos

A nossa observação

Informámos à Comissão de Auditoria do Conselho de Supervisão do ING Group as nossas observações em relação às provisões para perdas por empréstimos duvidosos e, consequentemente, alterámos a nossa abordagem de auditoria. No geral, com base nos procedimentos executados, avaliamos que as perdas por imparidade em empréstimos e adiantamentos a clientes e em empréstimos e adiantamentos a bancos são adequadamente apresentadas nas contas anuais.

Incerteza de estimativa relacionada com a disposição para assuntos legais

Descrição

Tal como indicado na Nota 42, o ING Bank N.V. é objeto de investigações criminais por parte das autoridades holandesas em relação a vários requisitos relacionados com a integração de clientes, o branqueamento de capitais e as práticas corruptas. O ING Groep N.V. também recebeu pedidos de informações relacionadas das autoridades dos EUA (doravante «as investigações»).

A administração concluiu, no âmbito da IFRS, que é mais provável que exista uma obrigação presente a 31 de dezembro de 2017 e que é provável uma saída de recursos. Todavia, a administração não conseguiu estimar de forma fiável o prazo, contexto ou possíveis valores de multas, sanções e/ou outros resultados, que poderiam ser significativos.

A nossa resposta

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o teste de controlos sobre a avaliação e mensuração de possíveis obrigações decorrentes de questões jurídicas. Considerámos se existe obrigação, a adequação do provisionamento e/ou a divulgação com base nos factos e circunstâncias disponíveis.

Para avaliar os factos e circunstâncias em relação às investigações, avaliamos a documentação pertinente das investigações internas realizadas e outros documentos relevantes. Avaliámos e debatemos os relatórios de auditoria interna em relação à conformidade e correspondência inspecionada com os reguladores. Também obtivemos e inspecionámos cartas de advogados externos, pareceres jurídicos, lemos atas das comissões relevantes, participámos em reuniões da Comissão de Auditoria e do Conselho de Supervisão em que este tópico era debatido. Investigámos junto da alta administração e entrevistámos o consultor jurídico e os advogados externos do ING Bank. Envolvemos especialistas forenses para nos ajudar nestes procedimentos. Também avaliamos a adequação da divulgação referente às investigações, conforme incluído na Nota 42.

A nossa observação

No geral, a natureza e extensão da divulgação na Nota 42 desta questão legal nas contas anuais é adequada.

Risco de acesso inadequado ou alterações na tecnologia da informação e sistemas

Descrição

O ING Bank depende da sua infraestrutura de TI para a confiança e continuidade das suas operações e relato financeiro. O ING Bank continuou a envidar esforços para melhorar os sistemas e processos de TI para aumentar a eficácia e a eficiência da infraestrutura de TI e a fiabilidade e continuidade do processamento de TI, assim como para corrigir as deficiências identificadas no ano anterior.

A nossa resposta

A nossa abordagem de auditoria depende, em grande parte, de controlos automatizados e, portanto, os procedimentos são concebidos para testar o acesso e alterar os controlos de gestão dos sistemas de TI. O acesso inadequado a uma aplicação ou infraestrutura poderá afetar um controlo automatizado e, por isso, comprometer dados financeiros. Dadas as características técnicas das TI desta parte da auditoria, os especialistas em auditorias de TI são uma parte integral da nossa equipa de revisão de contas.

Os especialistas em auditorias de TI avaliaram a fiabilidade e a continuidade do ambiente de TI, na medida do necessário dentro do âmbito da nossa auditoria das contas anuais. Analisámos a estrutura de governação sobre as organizações de TI do ING Bank e os controlos gerais de TI, acesso a programas e dados, alterações de programas e operações de TI, incluindo controlos de compensação quando forem necessários.

As nossas áreas de foco relacionadas com a gestão de alterações, gestão do acesso lógico e controlos de separação de funções. A administração envidou esforços para remediar as deficiências de controlo identificadas. Testámos o design e a eficácia operacional dos controlos de gestão do acesso de utilizadores dos sistemas de TI relevantes para relato financeiro. Para as deficiências de controlo que não foram corrigidas, testámos controlos de compensação que não foram afetados por controlos ineficazes. Para determinadas deficiências durante o período de remediação, avaliamos substancialmente o acesso para determinar se ocorreu acesso inadequado e se as alterações feitas foram adequadas.

A nossa observação

A combinação dos testes dos controlos e dos testes substanciais realizados ofereceu provas suficientes que nos permitem confiar na operação contínua dos sistemas de TI para efeitos da nossa auditoria.

Incerteza de estimativa relacionada com a disposição para assuntos legais

Descrição

O ING Bank está a adotar a IFRS 9 «Instrumentos financeiros» de 1 de janeiro de 2018 e incluiu uma estimativa do impacto financeiro da alteração na norma contabilística de acordo com a IAS 8 «Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros» conforme estabelecido na Nota 1. Esta divulgação exige estimativas sobre as apreciações e a gestão do impacto da IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e a imparidade dos ativos financeiros.

A nossa resposta

A nossa abordagem de auditoria inclui testar a eficácia dos controlos internos em torno do processo de gestão para divulgar o impacto estimado da adoção da IFRS 9, bem como os procedimentos substanciais de auditoria relativos à divulgação exigida pela IAS 8.

Considerámos a adequação das principais decisões técnicas e apreciações feitas na determinação da estimativa. Os nossos procedimentos sobre controlos internos incluíram testar os controlos em torno dos processos de classificação e mensuração da gestão. Também nos focámos nos controlos internos em torno da metodologia de perda de crédito esperada e testámos o processo do ING Bank para refletir múltiplos cenários macroeconómicos, incluindo o envolvimento de especialistas económicos. Considerámos o processo em torno da implementação e validação interna dos modelos utilizados para estimar o impacto das perdas de crédito esperadas na IFRS 9, que estava concentrado nos modelos mais significativos do ponto de vista da exposição.

Estimativa do impacto da norma contabilística IFRS 9

A nossa resposta

Avaliámos a divulgação em relação aos critérios da IAS 8. Como parte dos nossos procedimentos substanciais, testámos de forma independente o modelo de negócios e o pagamento único dos critérios de capital e de juros sobre uma amostra de instrumentos financeiros. Além disso, com a ajuda dos nossos especialistas em gestão do risco financeiro, avaliámos os modelos, pressupostos e dados significativos utilizados pelo ING Bank para as mensurações das perdas de crédito esperadas. Avaliámos ainda a metodologia e estrutura concebida e implementada pelo ING Bank para determinar se os resultados do modelo de provisão e alocações de fases parecem razoáveis e refletem as previsões de condições económicas futuras do ING.

A nossa observação

O ING tem a implementação da IFRS 9 praticamente concluída. Os principais procedimentos que estão em processo de serem finalizados são a transferência de atividades do projeto para o negócio, integrando ainda mais os controles internos nos seus processos e a conclusão das restantes validações do modelo. No geral, concluímos que as divulgações da IAS 8 refletem, com precisão, o estado de implementação do ING e o impacto estimado da adoção da nova norma.

Relato sobre as outras informações incluídas no relatório anual

Além das contas anuais e do relatório do auditor sobre o mesmo, o relatório anual contém outras informações que são compostas por:

- Relatório do Conselho de Administração.
- Relatório de Governança Empresarial.
- Outras informações.

Com base nos seguintes procedimentos realizados, concluídos que as outras informações:

- são consistentes com as contas anuais e não contém declarações erradas significativas;
- contêm as informações conforme exigido pela Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês.

Lemos as outras informações. Com base nos nossos conhecimentos e entendimento obtidos através da nossa auditoria das contas anuais, ou outras, considerámos se as outras informações contêm declarações erradas significativas.

Ao realizar estes procedimentos, cumprimos os requisitos da Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês e da Norma Holandesa 720. O âmbito dos procedimentos efetuados é substancialmente inferior ao dos efetuados na nossa auditoria das contas anuais.

O Conselho de Administração é responsável pela elaboração das outras informações, incluindo as informações tal como exigidas pela Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês.

Relatório sobre outros requisitos legais e regulamentares Compromisso

Fomos contratados pela Assembleia Geral Anual do Acionista como auditor do ING Bank a 11 de maio de 2015, a partir da auditoria para o ano de 2016 e operamos como revisor oficial de contas desde esse exercício financeiro.

Nenhum serviço de não auditoria proibido

Não prestámos serviços de não auditoria proibidos, conforme referido no Artigo 5.º (1), do Regulamento da UE, relativos a requisitos específicos referentes à revisão legal de contas de entidades de interesse público.

Serviços prestados

Para o período a que se refere a nossa revisão legal de contas, além desta auditoria, fornecemos procedimentos acordados e trabalhos de garantia de fiabilidade ao ING Bank N.V. ou às suas empresas controladas. Estes serviços foram prestados para benefício de utilizadores externos, em grande parte motivados pela conformidade regulamentar.

Descrição das responsabilidades relativas às contas anuais

Responsabilidades do Conselho de Administração e do Conselho de Supervisão para as contas anuais

O Conselho de Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada das contas anuais de acordo com as normas da IFRS da UE e a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês. Além disso, o Conselho de Administração é responsável pelo controlo interno, conforme a administração determinar ser necessário para permitir a elaboração das contas anuais isentas de imprecisões significativas, devido a fraude ou erro.

Como parte da preparação das contas anuais, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade da empresa em continuar em atividade. Com base nos quadros de relato financeiro mencionados, o Conselho de Administração deve preparar as contas anuais usando a base de contabilidade de empresa em atividade, a não ser que o Conselho de Administração pretenda liquidar a empresa ou cessar as operações, ou se não tiver uma alternativa realistas para tal.

O Conselho de Administração deve divulgar os eventos e circunstâncias que podem provocar dúvidas significativas na capacidade de a empresa continuar em atividade nas contas anuais.

O Conselho de Supervisão é responsável por supervisionar o processo de relato financeiro da empresa.

As nossas responsabilidades para a auditoria das contas anuais

O nosso objetivo é planejar e cumprir o compromisso de auditoria de uma forma que nos permita obter provas de auditoria suficientes e apropriadas para o nosso parecer.

A nossa auditoria foi realizada com um nível de garantia alto, mas não absoluto, o que significa que podemos não detetar todos os erros significativos e fraudes durante a nossa auditoria.

As imprecisões podem decorrer de fraudes ou erros e são consideradas significativas quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspetiva razoável, as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas contas anuais. A materialidade afeta a natureza, tempo e dimensão dos nossos procedimentos de auditoria e a avaliação do efeito de declarações erradas identificadas na nossa opinião.

Está disponível uma descrição adicional das nossas responsabilidades para a auditoria das demonstrações financeiras no site do Koninklijke Nederlandse Beroepsorganisatie van Accountants (NBA, Instituto Real Holandês de Revisores Oficiais de Contas) em: http://www.nba.nl/ENG_oob_01.

Esta descrição faz parte do nosso relatório do auditor.

Amstelveen, 5 de março

de 2018 KPMG

Accountants N.V.

M.A. Hogeboom RA

Estatutos Sociais - Apropriação dos resultados

Apropriação de resultados

O resultado é apropriado em conformidade com o Artigo 24.º dos Estatutos Sociais do ING Bank N.V, as estipulações relevantes que definem que o resultado será primeiro afetado à Reserva do Stichting Regio Bank, respetivamente a Reserva do Stichting Vakbondsspaarbank SPN, ou cobrado às reservas em proporção ao rácio entre a Reserva do Stichting Regio Bank, respetivamente a Reserva do Stichting Vakbondsspaarbank SPN e o capital próprio da empresa no final do exercício financeiro relevante e que o remanescente deve estar à disposição da Assembleia Geral.

Exclusão de Responsabilidade

Algumas das declarações incluídas no presente documento não são factos históricos, incluindo, nomeadamente, certas declarações feitas de previsões futuras e outras declarações futuras que se baseiam nos pontos de vista e pressupostos atuais da administração e que envolvem riscos conhecidos e desconhecidos, assim como incertezas passíveis de alterar resultados, desempenhos ou eventos de forma material, tendo em conta os expressos ou implícitos nessas declarações. Os resultados, desempenhos ou eventos reais podem diferir materialmente dos indicados nessas declarações devido a vários fatores incluindo, nomeadamente a: (1) alterações nas condições económicas gerais, em particular condições económicas nos principais mercados do ING, (2) alterações no desempenho dos mercados financeiros, incluindo mercados em desenvolvimento, (3) potenciais consequências dos países da União Europeia que saem da União Europeia ou a dissolução do euro, (4) alterações na disponibilidade de, e custos associados com, fontes de liquidez, como financiamento interbancário, bem como as condições nos mercados de crédito e de capital incluindo, geralmente, alterações na capacidade de endividamento do mutuário e da contraparte, (5) alterações que afetam os níveis da taxa de juros, (6) alterações que afetam as taxas de câmbio, (7) alterações no comportamento do investidor e do cliente, (8) alterações nos fatores gerais da concorrência, (9) alterações nas leis e regulamentos e na interpretação e aplicação das mesmas, (10) riscos geopolíticos e políticas e ações de autoridades governamentais e reguladoras, (11) alterações nas normas e interpretações segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e a sua aplicação, (12) conclusões relativas a premissas e metodologias de contabilidade de compras e outras alterações nos pressupostos e metodologias contabilísticos, incluindo alterações na avaliação de títulos emitidos e exposição ao mercado de crédito, (13) alterações de titularidades que poderiam afetar a futura disponibilidade, para nós, de perda operacional líquida, capital líquido

e reporte das perdas para exercícios posteriores, (14) alterações nas notações de crédito,

(15) o resultado de procedimentos legais e regulamentares atuais e futuros, (16) riscos operacionais, como interrupções ou falhas do sistema, violações de segurança, ciberataques, erro humano, mudanças nas práticas operacionais ou controles inadequados, incluindo em relação a terceiros com os quais fazemos negócios,

(17) a incapacidade de proteger a nossa propriedade intelectual e reclamações por infrações por parte de terceiros, (18) a incapacidade de reter pessoal fundamental, (19) os riscos de negócios, operacionais, regulamentares, de reputação e outros em relação às alterações climáticas,

(20) A capacidade do ING alcançar a sua estratégia, incluindo as sinergias operacionais e programas de redução de custos projetados e (21) os outros riscos e incertezas detalhados no mais recente relatório anual do ING Groep NV (incluindo os Fatores de Risco nele contidos) e as divulgações mais recentes do ING, incluindo comunicados de imprensa, disponíveis em www.ING.com. Muitos desses fatores estão fora do controlo do ING.

Todas as declarações futuras feitas por ou em nome do ING apenas se referem à data em que são feitas e o ING não assume qualquer obrigação de atualizar ou rever publicamente quaisquer declarações futuras, seja como resultado de novas informações, seja por qualquer outro motivo.

Os projetos relacionados com a integração do Record Bank na Bélgica ainda estão sujeitos à aprovação regulamentar.

Este documento não constitui uma oferta de venda, nem uma solicitação de oferta de compra, quaisquer títulos nos Estados Unidos ou qualquer outra jurisdição.

ING Bank N.V.

Bijlmerplein 888
1102 MG Amsterdam
P.O. Box 1800, 1000 BV Amsterdão
Países Baixos

Telefone: +31 20 5639111 Site:
www.ing.com

Registo Comercial de Amesterdão, n.º 33031431.

